JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Alto Garças 5
Camara Municipal de Arenápolis 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Colíder 6
Camara Municipal de Paranatinga 6
Camara Municipal de Planalto da Serra 6
Camara Municipal de Salto do Céu 6
Camara Municipal de São José do Povo 7
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 7
Camara Municipal de São José dos Quatro Marcos 7
Camara Municipal de Tabaporã 7
Camara Municipal de União do Sul 8
Camara Municipal de Várzea Grande 8
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 9
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 13
Prefeitura Municipal de Alto Garças 30
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 31
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 33
Prefeitura Municipal de Apiacás 34
Prefeitura Municipal de Araguaiana 35
Prefeitura Municipal de Araguainha 35
Prefeitura Municipal de Araputanga 35
Prefeitura Municipal de Aripuanã 36
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 40
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 42
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 53
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 54
Prefeitura Municipal de Cáceres 59
Prefeitura Municipal de Campinápolis 68
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 69
Prefeitura Municipal de Campo Verde 72
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 74
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 74
Prefeitura Municipal de Canarana 134
Prefeitura Municipal de Carlinda 137
Prefeitura Municipal de Castanheira 139
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 139
Prefeitura Municipal de Cláudia 151
Prefeitura Municipal de Cocalinho 156
Prefeitura Municipal de Colíder 205
Prefeitura Municipal de Colniza 211
Prefeitura Municipal de Comodoro 216
Prefeitura Municipal de Confresa 216
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 224
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 225
Prefeitura Municipal de Curvelândia 226
Prefeitura Municipal de Diamantino 227
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 228
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 229
Prefeitura Municipal de General Carneiro 233

Prefeitura Municipal de Guiratinga 233
Prefeitura Municipal de Indiavaí 234
Prefeitura Municipal de Itanhangá 235
Prefeitura Municipal de Itiquira 235
Prefeitura Municipal de Jaciara 240
Prefeitura Municipal de Jangada 242
Prefeitura Municipal de Jauru 243
Prefeitura Municipal de Juara 245
Prefeitura Municipal de Juscimeira 247
Prefeitura Municipal de Marcelândia 248
Prefeitura Municipal de Matupá 261
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 271
Prefeitura Municipal de Nobres 275
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 277
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 292
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 292
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 293
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 294
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 294
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 297
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 297
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 299
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 301
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 304
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 308
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 309
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 309
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 310
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 310
Prefeitura Municipal de Paranatinga 311
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 315
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 318
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 325
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 325
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 326
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 328
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 329
Prefeitura Municipal de Poxoréu 335
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 336
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 337
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 338
Prefeitura Municipal de Rondolândia 339
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 344
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 344
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 345
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 347
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 379
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 379
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 380
Prefeitura Municipal de São José do Povo 423
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 423
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 440
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 440
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 445
Prefeitura Municipal de Sorriso 445
Prefeitura Municipal de Tabaporã 446
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 448
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 452
Prefeitura Municipal de Torixoréu 452
Prefeitura Municipal de União do Sul 453
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 453
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 453
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 460

Prefeitura Municipal de Vila Rica 466

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA Nº 031/2022

PORTARIA Nº 031/2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO FOLGA A SERVIDORA, EM VIRTUDE DE TRABALHO ELEITORAL EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 98 DA LEI 9.504/97.

Os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, do exercício de 2022, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com base no considerando abaixo:

CONSIDERANDO que, a solicitação de folga de 06 (seis) dias, em virtude de Trabalho Eleitoral, foi protocolada em data de 07 de novembro de 2022, pela Servidora DANIELE PATRICIA TORATTI PORFIRIO, assim,

RESOLVE:

I – Conceder folga de 06 (seis) dias, à servidora DANIELE PATRICIA TORARRI PORFIRIO, matrícula n. º 40, a serem gozadas nos dias: 14/11/2022, 16/11/2022 à 18/11/2022, e nos dias 21/11/2022 à 22/11/2022. II – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publica-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Edifício Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, em 07 de novembro de 2022.

FÁBIO ADRIANO AGULHÃO LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA

Presidente Vice-Presidente

WILSON PEREIRA DA SILVA DELAYNNE CRISTINA L. A. COSTA

1º Secretário 2ª Secretária

PORTARIA Nº 032/2022

PORTARIA Nº 032/2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO FOLGA PARA A SERVIDORA, EM VIRTUDE DE TRABALHO ELEITORAL EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 98 DA LEI 9.504/97.

Os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, do exercício de 2022, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com base no considerando abaixo:

CONSIDERANDO que, a solicitação de folga de 06 (seis) dias, em virtude de Trabalho Eleitoral, foi protocolada em data de 07 de novembro de 2022, pela Servidora NAYARA DE FREITAS BARBOSA, assim,

RESOLVE:

I – Conceder folga de 06 (seis) dias, à servidora NAYARA DE FREITAS BARBOSA, matrícula n. º 70, a serem gozadas nos dias: 16/11/2022 à 18/11/2022, e entre os dias 23/11/2022 à 25/11/2022. II – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publica-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Edifício Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, em 07 de novembro de 2022.

FÁBIO ADRIANO AGULHÃO LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA

Presidente Vice-Presidente

WILSON PEREIRA DA SILVA DELAYNNE CRISTINA L. A. COSTA

1º Secretário 2ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022

Número do Processo: 09/2022 Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Fundamento: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 c/c Decreto nº. 9.412/18

Objeto: ***Prestação de serviços de pedreiro para reforma e substituição do telhado em estrutura metálica em aço galvanizado revestido de zinco dos seguintes Gabinetes: Comissões Permanentes, Contabilidade, Secretaria Geral e Recepção da Câmara Municipal de Arenápolis***

Declaro DISPENSADO de licitação o Processo acima qualificado, com base no fundamento ora destacado, nos Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil) constantes dos autos, após a análise das três propostas/cotações de preços apresentadas e, por se achar as mais vantajosas para a Administração, aprecio em favor de:

M. M. DOS SANTOS-ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 27.289.666/0001-68, para prestação dos serviços em epígrafe, pelo valor total de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais); uma vez que a execução da despesa não alcançará o limite ajustado na Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412/2018.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLISUnidade: 001 – CÂMARA MUNICIPALPrograma: 0001 – GESTÃO LEGISLATIVAProjeto/Atividade: 2001 – MANUTENÇÃO DE DESPESAS COM A CÂMARA. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.16 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 37.837,90VIGÊNCIA: A presente contratação terá vigência de 30 (dias), contados a partir da data de assinatura.

Face ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, submeto o presente ato à Autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Arenápolis, Estado de Mato Grosso, em 7 de outubro de 2022.

DIOSDESTE GOMES PINHEIRO ***Presidente da Comissão de Licitação/2022***

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2022

RATIFICO, HOMOLOGO e RECONHEÇO a Contratação por meio de dispensa de licitação, considerando a orientação disposta no parecer jurídico de fls. 24 a 37-CMA, que esta fundamentada no art. 24, inciso II, c/c artigo 26 da Lei nº. 8.666/93.

Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, EM, 10 DE OUTUBRO DE 2022.

ERMERSON CUNHA DA SLVA

Presidente da Câmara Municipal

Arenápolis/MT

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

"*Dispõe sobre a concessão de licença para afastamento do cargo, da Excelentíssima Prefeita Municipal de Cáceres-MT, para ausentar-se do município e, do País, no período de 10 a 23 de novembro de 2022.*"

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas que lhe são estabelecidas

pela Lei Orgânica Municipal, Seção II, Art. 69, II, bem como o seu Regimento Interno, Artigos 21, I, "h", 38, II, 166, II, e 196, V, e, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica a Excelentíssima Prefeita Municipal de Cáceres/MT, **Antônia Eliene Liberato Dias** autorizada a ausentar-se do País, no período de **10 a 23 de novembro de 2022**, por conta da integração da Chefe do Poder Executivo Municipal na composição de Delegação de Prefeitas e Parlamentares, que irá participar da 27ª Convenção das Nações Unidas, sobre Mudanças Climáticas (COP27), em Sharm ElSheikh, no Egito, conforme Convite formulado pelo Instituto Alziras, datado de 26 de outubro de 2022, cópia anexa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 07 de novembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAIAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

VALDENÍRIA DUTRA FERREIRA

2ª Secretária

NEGAÇÃO

3º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 042/2022

DECRETO LEGISLATIVO Nº 042/2022

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ANTONIO JOSÉ MOREIRA

A Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e a Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor ANTONIO JOSÉ MOREIRA – brasileiro, solteiro, servidor público municipal, sendo neste ato contemplado em reconhecimento a sua formação moral e cívica, em especial pelo pioneirismo de sua família, bem como, pela parcela de contribuição no desenvolvimento sócio-político e econômico desta municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT., em 24 de outubro de 2022

Verª. ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2022

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 0114/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0114/2022

CONTRATADA: ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA

Av: Brasil nº Centro Paranatinga-MT

CEP: 78870-000

CNPJ: 32.951.535/0104-40

DATAS:

DA JUSTIFICAVA: 10/10/2022

DA AUTORIZAÇÃO:18/10/2022

DA CONTRATAÇÃO:04/11/2022

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R$ 17.500,00 (DEZESSETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

• NOTEBOOK - INTEL CORE I5-7200U, RAM 8GB, 1TB, TELA 15.6", LED WINDOWS 10, HOME-PRETO 00053595 (cód.: 1) **(05 UNIDADES)**, para atender as necessidades do Legislativo Municipal da Presidência Durante a Gestão 2021/2022 Desta Câmara Municipal de Paranatinga – MT.

CÓDIGO TCE – 00053595

UNIDADE DE FORNECIMENTO – 1

Paranatinga-MT, 04 de Novembro de 2022.

Cleiton Rodrigues da Silva.

Presidente da Câmara Municipal – Gestão 2021/2022.

CAMARA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EMENDA MODIFICATIVA NO PROJETO DE LEI Nº 714/2022.

EMENDA MODIFICATIVA NO PROJETO DE LEI Nº 714/2022.

Fica suprimido do Art.2º no código 500-0000 com o valor:2.336.845 (dois milhões e trezentos e trinta seis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais) permanecendo na seguinte forma:

Código Descrição da Fonte R$

711-0000 Transferências da LC 176/2020 (Kandir) 264.975

711-0000 Recursos da Cessão Onerosa - Pré-Sal 357.484

540-0000 Transferências de Recursos do FUNDEB 923.766

600-0000 Transferências Fundo a Fundo - SUS 627.794

600-311 Transferências SUS – Emendas 300.000

621-0000 Transferências Saúde - Estado 779.123

759-0000 Recursos Fundos Estado – FETHAB 301.907

TOTAL TENDÊNCIA DE EXCESSO: 3.555.050

Adeilton Miranda do Carmo

VEREADOR

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Planalto da Serra/MT 04 de novembro de 2022.

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b)**"Contratação de Empresa Especializada para aquisição de móveis de madeira para atender as necessidades da Câmara Municipal de Salto do Céu-MT** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 016/2022 – DISPENSA Nº 014/2022**; e) Valor Global de toda a aquisição: **R$ 14.000,00 (quatorze mil reais),** F) **CONTRATADA:**Empresa **João Rodrigues Gomes 01516114167, CNPJ: 15.496.985/0001-65, com sede na Rua Professor Rui Cardoso, nº 01, Município de Salto do Céu – MT, CEP 78. 270-000**, representado pelo seu proprietário o senhor **JOÃO RODRIGUES GOMES**, brasileiro, casado residente e domiciliado na **Comunidade Mirassolzinho, município de Salto do Céu – MT, CEP 78.270-000** portador da Cédula de Identidade nº 1220963-5 SSP/MT e CPF nº 015.161.141-67,

G) Autorização: em **28/10/2022,** por **CORINA BRUNO NUNES**; H) Ratificação/Homologação: em **07/11/2022**, por **CORINA BRUNO NUNES.**

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b)**"Contratação de Empresa Especializada para confecção de quadros para a galeria de Fotos dos Vereadores, presidentes e vice-presidentes do Poder Legislativo e galeria de fotos de Prefeitos e vice-prefeitos do Poder Executivo, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Salto do Céu-MT** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 015/2022 – DISPENSA Nº 013/2022**; e) Valor Global de toda a aquisição: **R$ 11.226,11 (Onze mil, duzentos e vinte e seis reais e onze centavos),** F) **CONTRATADA:**Empresa **Estúdio Fotográfico Paradela Martinhão LTDA, CNPJ: 19.066.806/0001-00, com sede na Avenida São Paulo, nº 1077, Município de São José dos Quatro Marcos – MT, CEP 78.285-000**, representada pelo seu Sócio proprietário o senhor **VALMIR DA SILVA PARADELA** brasileiro, casado residente e domiciliado na **Rua 15 de Junho, nº 845, Centro Município de São José dos Quatro Marcos – MT, CEP 78.285-000** portador da Cédula de Identidade nº 0.735. 711-7 SSP/MT e CPF nº 458.561.171-15, G) Autorização: em **25/10/2022,** por **CORINA BRUNO NUNES**; H) Ratificação/Homologação: em **07/11/2022**, por **CORINA BRUNO NUNES.**

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo – MT, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, por intermédio da Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que após análise do procedimento de Compras, decidiu-se por adotar a modalidade Dispensa de Licitação nº **001/2022**, nos moldes da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, principalmente no que trata o Artigo 75, I e § 3º, da mesma Lei. Sendo o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E ORÇAMENTÁRIO PARA REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - MT - ELABORADO PELA ENGENHEIRA: CASSIE CORREA DAMACENA, CPF: 025.564.521-02, DÁ-SE INÍCIO COM MEMORANDO DE Nº 27/2022, E POSTERIORMENTE TERMO DE REFERÊNCIA 001/2022 (EM ANEXO) E AINDA: MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA CONTENDO: (ORÇAMENTO DA OBRA SENDO: COMPOSIÇÃO DO BDI PARA SERVIÇOS / RESUMO DO ORÇAMENTO / ORÇAMENTO ORIENTATIVO DA OBRA / CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO / PLANTA BAIXA / DESENHO 2D DA FAIXADA E MODELO 2D DO LETREIRO FRONTAL DA CÂMARA, E OUTROS DOCUMENTOS EM ANEXO.**

DATA E LOCAL: 11 de novembro de 2022, na Sede da Câmara Municipal de São José do Povo – MT sito à Rua João Francisco Duarte, 715 – Centro – São José do Povo – Mato Grosso CEP 78.773-000

Conforme Termo de Referência e demais projetos que compõem o Processo Licitatório. Os interessados poderão obter informações através do E-mail: licitacaocamarasjp@hotmail.com.

São José do Povo/MT, 07 de novembro de 2022.

Rejane da Silva Oliveira

Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2022

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2022

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS REPARTIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

URIAS MOREIRA DE FREITAS, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Rio Claro que define como atribuição do Presidente as funções administrativas e Diretivas da Câmara;

RESOLVE:

Artigo 1°- DECRETAR o horário de funcionamento da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT à partir de 07/11/2022 das 07:00 às 13:00 horas.

Artigo 2°- Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, de São José do Rio Claro-MT, 07 de novembro de 2022.

URIAS MOREIRA DE FREITAS

Presidente/2022

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

ERRATA AO CONTRATO Nº 002/2022

ONDE SE LÊ

3.1 O valor global do presente contrato é de **1.244.714,47 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais, quarenta e sete centavos).**

12.2 A execução da obra será fiscalizada pelo Engenheiro João Gustavo dos Santos Farias Junior nomeado por portaria expedida pela Câmara Municipal e o contrato será fiscalizado pelo servidor Carlos Tadeu Melo nomeado por Portaria expedida pela Câmara Municipal

PASSA-SE A LER

3.1 O valor global do presente contrato é de **1.218.823,28 (um milhão, duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e três reais, vinte e oito centavos).**

12.2 A execução da obra será fiscalizada pelo Engenheiro João Gustavo dos Santos Farias Junior nomeado por portaria expedida pela Câmara Municipal e o contrato será fiscalizado pelo servidor Gildomar Alves da Silva Junior nomeado por Portaria expedida pela Câmara Municipal

São José dos Quatro Marcos-MT; 07 de Novembro de 2022.

SERGIO SILVEIRA LIMA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EXTRATO DO CONTRATO 006/2022

EXTRATO DO CONTRATO 006/2022

Espécie: LOCAÇÃO IMOVEL;

LOCATARIA: Câmara Municipal de Tabaporã - MT;

LOCADORA: Jose Esperdião da Silva Filho;

Objeto: Locação de imóvel comercial de alvenaria medindo 60 m ², RUA VILAS BOAS, ESQUINA RUA JOSE FELIX NEVES - CENTRO-TABAPORÃ – MT.

Natureza da Despesa: 33.90.36.00.00 – Outros Serviços Terceiros- pessoa física;

Valor Global: R$ 2.000,00 (Dois mil Reais);

Data assinatura: 03/11/2022;

Vigência: 02 (dois) meses;

Tabaporã/MT, em 03 de Novembro de 2022.

MARCO ANTONIO OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÃMARA

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 GABARITO PRÉVIO

O Sr. Valdecir Martins de Lima presidente da Comissão Especial de Organização e Fiscalização do Concurso Público, nomeado pela Portaria nº 015, de 12 de setembro de 2022, no uso de suas prerrogativas legais, e

Considerando o transcurso normal das provas objetivas na data de 06 de novembro de 2022;

Considerando a necessidade de atender o cronograma conforme estabelecido pelo Edital de Abertura;

RESOLVE:

Apresentar o Gabarito Prévio da Prova Objetiva para conferência dos(as) candidatos(as).

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – DO GABARITO PRÉVIO

1.1. Apresenta no neste Edital Complementar o Gabarito Prévio das provas aplicadas ao Concurso Público Edital nº 001/2022 da Câmara Municipal de União do Sul MT;

CARGO: ADVOGADO

01: C	02: D	03: A	04: B	05: A	06: C	07: D	08: B	09: D	10: D
11: D	12: A	13: B	14: A	15: D	16: B	17: B	18: D	19: A	20: B
21: C	22: C	23: B	24: B	25: A	26: C	27: C	28: B	29: B	30: A

CARGO: CONTROLADOR

01: C	02: D	03: A	04: B	05: A	06: C	07: D	08: B	09: D	10: D
11: D	12: A	13: B	14: A	15: D	16: B	17: B	18: D	19: A	20: B
21: B	22: C	23: C	24: A	25: C	26: A	27: B	28: D	29: C	30: A

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – DOS RECURSOS 2.1. O prazo para interposição de eventuais recursos administrativos conforme preceitua o item 10 do Edital de Abertura será até as 12h do dia 09/11/2022; 2.2. O(a) candidato(a) deverá acessar a Área do Candidato no site da empresa em https://candidato.sosassessoria.selecao.site aba *RECURSOS* e anexar os documentos atinentes ao recurso;

2.2.1. O recurso deverá ser elaborado com consistência bibliográfica através de artigos científicos ou legislação específica;

2.2.2. Recurso sem embasamento teórico, ou cópia de publicações baixadas da internet para avaliação da Banca Examinadora, não será conhecido.

2.3. A decisão da Banca Examinadora é irretratável, não cabendo recursos administrativos à posteriori.

União do Sul MT, 07 de novembro de 2022.

Valdecir Martins de Lima

Presidente da Comissão Especial de Organização e Fiscalização do Concurso Público

Portaria nº 015, de 12 de setembro de 2022

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO Nº 246/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a servidora MERILIM CRISTI RODRIGUES, CPF: 043.939.231-46, do cargo comissionado de Assessor Técnico Parlamentar I.

Art. 2º. Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 07 de Novembro de 2022.

Ver. FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO Nº 245/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a servidora ELBA LEMES DA SILVA, CPF: 871.743.831-49, do cargo comissionado de Assessor de Gabinete do Vereador Cleyton Nassarden Guerra.

Art. 2º. Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 07 de Novembro de 2022.

Ver. FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO Nº 244/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR o servidor LUCAS ROCHA SOUZA NUNES, CPF: 047.208.211-62, do cargo de Assessor de Plenário I.

Art. 2º. Este ato entra em vigor, com efeitos, a partir de 01/11/2022.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 03 de Novembro de 2022.

Ver. FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 156/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Excluir o servidor Lucas Rocha Souza Nunes, Matrícula 4496-1, CPF: 047.208.211-62, do assessoramento da Comissão de Segurança Pública; com efeitos a partir de 01/11/2022.

Art. 2. - Excluir a servidora Merilim Cristi Rodrigues, Matrícula 3818-2, CPF: 047.208.211-62, do assessoramento da Comissão de Obras e Serviços Públicos; com efeitos a partir da presente data.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Publicado, Registrado, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 07 de novembro de 2022.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2022

Processo Licitatório nº 31/2022

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Nº 06/2022, objetivando aquisição de caçambas container's 39m³ Roll On / Roll Off para transporte de resíduos. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **22/11/2022** às **9:00h** (horário de Brasília). Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br . Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 3251-1115.

THIAGO GERALDO MARQUES

Pregoeiro – Portaria 65/2021.

AVISO REQUERIMENTO LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO – LAC

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa. Rota do Peixe, comunica que **EDSON FERREIRA** CPF: **012.916.631-69** e RG:**1715408-1 SSP/MT**. Proprietário e Representante Legal, torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC,** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural **CHACARA BOA ESPERANÇA**, situado no município de Salto do Céu-MT.

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa. Rota do Peixe, comunica que **JOSÉ CASSEMIRO FILHO** CPF: **797.307.871-15** e RG:**071133 SSP/MT**. Proprietário e Representante Legal, torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC,** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural **ESTÂNCIA MONTE CLARO**, situado no município de Salto do Céu-MT.

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa. Rota do Peixe, comunica que **PEDRO JOSE FIRMINO** CPF: **774.542.001-68** e RG:**0632114-3 SSP/MT**. Proprietário e Representante Legal, torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC,** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural **SITIO SANTO ESPEDITO**, situado no município de Salto do Céu-MT.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2022

Processo Licitatório nº 30/2022

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Nº 05/2022, objetivando Aquisição de prensas para o processamento de materiais recicláveis em apoio às associações e coleta seletiva nos municípios consorciados. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **21/11/2022** às **9:00h** (horário de Brasília). Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br . Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 3251-1115.

THIAGO GERALDO MARQUES

Pregoeiro – Portaria 65/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2022

Processo Licitatório nº 32/2022

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Presencial Nº 08/2022, objetivando Aquisição de um Veículo tipo pick-up cabine dupla, motor diesel, tração 4x4 com transmissão automática e demais requisitos definidos no termo de referencia do edital. A sessão de credenciamento, abertura e disputa de preços será no **dia 22/11/2022** às 13:30 horas, na sede do Consórcio, localizada na Avenida Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos-MT. Obtenção do edital pelo site: www.nascentesdopantanal.org.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 3251-1115.

THIAGO GERALDO MARQUES – Pregoeiro – Portaria 65/2021.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO 019/2022

EXTRATO DE CONTRATO 019/2022

CONTRATANTE O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia – CIDESAPA

CONTRATADA: CONSTRUTORA NOGUEIRA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.535.515/0001-40

OBJETO ONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE APLICAÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO NA CIDADE DE PONTAL DO ARAGUAIA, CONFORME 0025/2022

VALOR: R$ R$ 1.317.614,41 (um milhão trezentos e dezessete mil seiscentos e quatorze reais e quarenta e um centavos).

VIGENCIA 07/11/2022 A 07/03/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

GERENCIA DE CONVENIOS
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 065/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA

EXTRATO DO CONVÊNIO: Nº 065/2022

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE AGUA BOA – MT

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ÁGUA BOA – ADAB

OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo o repasse de recursos financeiros pelo município de Água Boa à título de apoio financeiro para, a realização da **COPA AGUA BOA DE HANDEBOL 2022,** o evento será realizado no mês de novembro de 2022, sendo utilizado na aquisição de troféus destas competições esportivas, além do custeio dos serviços de arbitragem e limpeza necessários para a execução do mesmo.

RECURSOS O valor total do presente convênio é de **R$.8.480,00** (oito mil, quatrocentos e oitenta reais)e será repassado em parcela única a conveniada, obedecendo o cronograma pactuado no plano de trabalhodo mesmo, sendo oriundo de Subvenções Sociais, Incentivo ao Esporte e Promoção de Competições Esportivas, da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: Para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio, são designados através deste como **fiscal**: **o Sr. Jalis Machado Filho,** servidor do cargo em provimento de comissão, registrado sob matricula nº 6598.7, e tendo como **Substituta, a Srª. Mireya Alves Lopes,** servidora de cargo de livre nomeação e exoneração, registrado sob matricula nº 7825.1

VIGÊNCIA: O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com vigência até **31 de dezembro de 2022**.

DATA:

Água Boa/MT, 03 de Novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, CNPJ 15.023.989/0001-90, torna público que requereu ao **CODEMA/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA (LOP)** para atividade de jazida de empréstimo para obras civis públicas na zona rural do município nas seguintes coordenadas **Jazida 01 - 14° 6'27.80"S - 52° 9'30.15"O. Fazenda Ceres II.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, CNPJ 15.023.989/0001-90, torna público que requereu ao **CODEMA/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA (LOP)** para atividade de jazida de empréstimo para obras civis públicas na zona rural do município nas seguintes coordenadas **Jazida 02 - 14° 6'23.46"S - 52° 9'33.68"O**. **Fazenda Ceres II.**

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 002

Apostilamento para transferência de SALDO entre Secretarias do Contrato nº. 039/2022.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: A. TOIGO, inscrita no CNPJ/MF nº. 02.973.633/0001-01.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 002/2022, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

COD	NOME	UND DE FORN	QTD	VLR. UNT	TOTAL
33833	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO - DO TIPO BETONEIRA 400L	MÊS	1	340,00	340,00
3965089	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO - DO TIPO GRUPO GERADOR DE 5,5 KVA	MÊS	1	1.750,00	1.750,00
33962	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO - DO TIPO MARTELETE ROMPEDOR - 30 KG	DIÁRIA	1	240,00	240,00

DOTAÇÃO CONTRATUAL	DOTAÇÃO APOSTILAMENTO
Orgão: Secretaria de Infraestrutura Projeto/Atividade: Infraestrutura Elemento da Despesa: 33.90.39 Código Reduzido: 937	R$ 2.330,00 Orgão – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente Unidade: Infraestrutura Código Reduzido – 1448

Água Boa-MT, 03 de novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 0020/ 2022, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO Nº 0020/ 2022, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Retificar o Edital Nº 001 do Processo de Seleção Simplificada, do Conselho Tutelar e dá outras providencias;

A Comissão Especial do Processo de Seleção para o Conselho Tutelar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, conforme o disposto na Lei Municipal N°1270/2015 em Reunião Extraordinária registrada na Ata nº 0027, realizada em 07 de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois);

Considerando que é de responsabilidade específica e prerrogativa deste Órgão, ainda, **organizar e conduzir o processo de escolha do Conselho Tutelar**, sob fiscalização do Ministério Público (art. 139 do ECA);

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o Edital nº 001 do Processo de Seleção a fim de incluir ao art.5º, o item **"n"**, qual seja:

n) entregarem ao CMDCA o *Curriculum Vitae*, incluindo-se o tempo de experiência no trato com crianças e adolescentes.

Art. 2º Ante a obrigação de entrega do *Curriculum Vitae*, substitui o Anexo III do Edital Nº 001 do Processo de Seleção Simplificada.

Art. 3º Ainda, retificam o Art. 14º, a fim de alterar os membros da Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo Seletivo, ficando assim constituído:

PRESIDENTE: Mariluce Luz Borges

VICE-PRESIDENTE: Madalena da Mata Souza Luiz

MEMBROS: Gabriela Trentin Zandoná

Alana Luna

Inez Trentin Zandoná

Art. . 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Água Boa. 07 de novembro de 2022.

MARILUCE LUZ BORGES

Presidente do CMDCA

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO CONTRATO N.° 191/2022

PROCESSO: 136/2022

LICITAÇÃO: Chamamento Público para credenciamento 003/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA MT.

CONTRATADO: **B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI** / CNPJ n.º 26.238.103/0001-88

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DA FEIRA MUNICIPAL NA RUA 11, QUADRA 17, BAIRRO OPERÁRIO, ÁGUA BOA - MT.

TOTAL: R$ 5.643,80 (cinco mil e seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04/11/2022 à 07/02/2023

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993

Signatários: pela contratante Prefeito Municipal Mariano Kolankiewicz Filho, pela contratada BRUNA NEGRISOLI PASQUALOTTO

Data de Assinatura: 04/11/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 004 – AO CONTRATO Nº. 178/2018.

TERMO ADITIVO Nº. 004 ao Contrato n°. 178/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e LUCIENE DE JESUS PARREIRA REZENDE, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: Renovação da vigência do contrato; Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro.

ALTERAÇÃO: Em decorrência do REEQUILÍBRIO fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Ficando ACRESCIDO ao Contrato o valor de R$ 56.898,28 (Cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).

Fica alterada à Cláusula Sexta - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até o dia 21 de outubro de 2023.

DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR	ACRÉSCIMO	VALOR DO REEQUILÍBRIO
LIMPEZA DE FOSSA CARGA COMPLETA - ÁREA URBANA	UNID	163	296,00	54,00	350,00
LIMPEZA DE FOSSA COM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS - ÁREA RURAL - (GLEBA MARTINS)	UNID	4	480,00	570,00	1.050,00
LIMPEZA DE FOSSA COM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS - ÁREA RURAL - (P.A. JANDIRA)	UNID	6	445,00	505,00	950,00
LIMPEZA DE FOSSA COM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS - ÁREA RURAL - (P.A. JARAGUÁ)	UNID	6	320,00	610,00	930,00
LIMPEZA DE FOSSA COM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS - ÁREA RURAL - (P.A. SANTA MARIA)	UNID	6	400,00	200,00	200,00
LIMPEZA DE FOSSA COM COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS - ÁREA RURAL - (SERRINHA)	UNID	6	198,00	365,38	563,38
LIMPEZA DE FOSSA SIMPLES - ÁREA URBANA	UNID	153	198,00	122,00	320,00
LIMPEZA DE TUBULAÇÃO, COM DESENTUPIMENTO DO ENCANAMENTO PARA FOSSA, COM BOMBA DE SUCÇÃO - ÁREA URBANA	UNID	170	100,00	100,40	200,40

VALOR TOTAL: R$ 162.538,28 (Cento e sessenta e dois mil e quinhentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos).

Água Boa-MT, 21 de outubro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO Nº. 168/2019.

TERMO ADITIVO Nº. 005 ao Contrato n°. 168/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e J. V. FERMINO DA SILVA - ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato

ALTERAÇÃO: Fica alterada à CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, fica prorrogado a vigência do contrato por mais 06 (seis) meses até o dia 05 de maio de 2023.

VALOR TOTAL: R$ 475.895,85 (Quatrocentos e setenta e cinco mil e oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Água Boa-MT, 03 de novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 003 AO CONTRATO Nº. 208/2021.

TERMO ADITIVO Nº. 003 ao Contrato n°. 208/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa FS BORGES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Contrato.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula sexta - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA, fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até o dia 03 de novembro de 2023.

Água Boa-MT, 03 de novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GERENCIA DE CONVENIOS
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 015/2022 (ESTADUAIS)

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 015/2022 (ESTADUAIS), DESTINADA AOS PARTIDOS POLÍTICOS, CÂMARA DO VEREADORES, SINDICATOS DE TRABALHADORES E ENTIDADES EMPRESARIAIS COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT.

Em cumprimento ao disposto no art. 2°, da Lei Federal nº 9452/1997, **Notificamos** a sociedade em geral, sobre a liberação de recursos financeiros na data de 02/11/2022, no valor de **R$.18.912,00** (Dezoito mil, novecentos e doze reais), na conta vinculada ao **Termo de Convênio Nº 1651-2022 (Processo Nº 2022/01521)**, tendo o mesmo sido assinado em 30/06/2022 e Publicado no diário oficial do Estado em 01/07/2022; e tendo como concedente a SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC e convenente a Prefeitura Municipal de Agua Boa/MT, com o objetivo de proceder a "**Qualificação para o Turismo de Água Boa/MT. ".**

DATA:

Água Boa/MT, 04 de Novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

FINANÇAS
TERMO DE ADESÃO PARCIAL A ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

PROCESSO N°. 216/2022.

ADESÃO 017/2022.

TERMO DE ADESÃO PARCIAL A ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BACKUP AUTOMÁTICO COM ARMAZENAMENTO EM NUVEM, PARA ATENDER AS DEMANDAS DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT.

Ata de Registro de Preço N° 029/2021 - UNEMAT - Pregão Eletrônico Nº 048/2021.

BASE LEGAL: Art. 22, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT **CNPJ:** 01.367.770/0001-30

EMPRESA CONTRATADA: PHILIP OBRIEN DANZMANN FERREIRA - EPP

CNPJ: 12.818.732/0001-72

Item	Descrição	Und	Qtd	Marca - modelo	Valor Unit.	Valor total
1	*Solução de Backup em Nuvem, incluindo armazenamento em nuvem pública, licença de uso de software, implantação, acompanhamento operacional, treinamento, suporte técnico permanente e atualizações. Unidade de medida: gigabyte mensal.*	MN	120000	Acronis/Acronis Cyber Protect Cloud	R$ 0,80	R$ 96. 000,00

Água Boa, 07 de novembro de 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 002/2022 CONTRATO 032/2022

TERMO ADITIVO Nº. 003/2022 ao Contrato n°. 032/2022 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa BKP CONSTRUTORA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 026/2022

Modalidade: Adesão de ATA n.° 005/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

CONTRATADA: BKP CONSTRUTORA LTDA / CNPJ: 16.939.495/0001-59

OBJETO CONTRATO: Proteção, impermeabilização e rejuvenescimento superficial e estético dos pavimentos asfálticos em início de desgaste pela ação do tráfego e envelhecimento, com a aplicação de micro revestimento asfáltico a frio com polímero, no Município de Água Boa-MT

OBJETO ADITIVO: Prorrogação do prazo de execução da obra - De 17/10/2022 à 16/12/2022.

Data: 07/11/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 004/2022 CONTRATO 100/2022

TERMO ADITIVO Nº. 004/2022 ao Contrato n°. 100/2022 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa SOLAR CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 114/2022

Modalidade: Dispensa de Licitação 042/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

CONTRATADA: SOLAR CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA CNPJ: 02. 519.573./0001-51

OBJETO CONTRATO: Contratação de empresa para prestação de serviços de adequação das salas da Prefeitura do município de Água Boa-MT.

OBJETO ADITIVO: Acréscimo de 35,12% no valor de R$ 23.400,06 (vinte e três mil, quatrocentos reais e seis centavos).

Data: 07/11/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 765, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA".*

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 101, 102 e 103 da Lei Complementar nº 009/2000; e

CONSIDERANDO O Requerimento enunciado por Kathileenn K. Marca Bahia, em 24/10/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses a servidora pública municipal Sr.ª. **KATHILEENN K. MARCA BAHIA**, estável no cargo de FONOAUDIOLOGO 40 HORAS, matrícula 3275.1, Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

Parágrafo Único: a referida licença compreende o período aquisitivo de 21/11/2016 a 20/12/2021, que será usufruída no período de **03/11/2022** a **31/01/2023**, com retorno previsto para o dia **01/02/2023.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 701/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 03 DE NOVEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 03 de novembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

SETOR DE ENGENHARIA
DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE CONTRATO 149/2022

DECISÃO - PENALIDADE CONTRATO 149/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 129/2022

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA 005/2022

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: A S CONSTRUTORA LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6318/2022

DECISÃO: APLICAÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA DE 2%

Água Boa - MT. 31 de outubro de 2022.

NUBIA ROSANA REINHER FOSCHIERA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO

GERENCIA DE CONVENIOS
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 066/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA

EXTRATO DO CONVÊNIO: Nº 066/2022

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE AGUA BOA – MT

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ÁGUA BOA – ADAB

OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo o repasse de recursos financeiros pelo município de Água Boa à título de apoio financeiro para, a realização do **7º CAMPEONATO DE KARATÊ VALE DO ARAGUAIA 2022,** o evento será realizado no mês de novembro de 2022, sendo utilizado nos serviços de arbitragem e premiação desta competição esportiva.

RECURSOS O valor total do presente convênio é de **R$.2.500,00** (dois mil e quinhentos reais)e será repassado em parcela única a conveniada, obedecendo o cronograma pactuado no plano de trabalhodo mesmo, sendo oriundo de Subvenções Sociais, Incentivo ao Esporte e Promoção de Competições Esportivas, da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: Para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio, são designados através deste como **fiscal**: **o Sr. Jalis Machado Filho,** servidor do cargo em provimento de comissão, registrado sob matricula nº 6598.7, e tendo como **Substituta, a Srª. Mireya Alves Lopes,** servidora de cargo de livre nomeação e exoneração, registrado sob matricula nº 7825.1

VIGÊNCIA: O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com vigência até **31 de dezembro de 2022**.

DATA:

Água Boa/MT, 03 de Novembro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 701/2022

Alto Boa Vista – MT, de 10 de outubro de 2022.

"DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A ASSOCIAÇÃO BOA ESPERANÇA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASULO BOA ESPERANÇA, MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA/MT."

O PREFEITO MUNICIPAL de Alto Boa Vista – MT, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI:**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Publica a Associação Boa Esperança do Projeto de Assentamento Casulo Boa Esperança, Município de Alto Boa Vista/MT, Pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 07 de agosto de 2016, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.089. 699/0001-00, registrada com pessoa jurídica no Cartório 2º Oficio de São Félix do Araguaia/MT, sob o nº 2044, folha 034 do livro nº A-1, em 26 de

agosto de 2016, com sede n Rodovia MT 433, Setor Escolas Agrícola – Alto Boa Vista MT.

Art. 2º - A declaração de utilidade pública respaldada nesta Lei não implica em tratamento diferenciado por parte do Poder Público Municipal da Associação beneficiada em relação a quaisquer outras entidades formalmente constituídas e que possuem finalidades semelhantes em seus respectivos estatutos ou atos de fundação.

Parágrafo Único – A vedação à distinção mencionada no "caput" se refere aos critérios estabelecidos pela Administração Municipal quando das seleções provenientes dos chamamentos públicos, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 13019/2014 e demais instrumentos legais que disciplinam os ajustes dessa natureza firmados com entidades privadas.

Art. 3º - Esta lei entra em vigência na data de sua publicação.

Município de Alto Boa Vista/MT, aos 10 dias do mês de outubro de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 675/2022

Alto Boa Vista – MT, 07 de março de 2022

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA, POR INTERMÉDIO DO PODER EXECUTIVO, A FIRMAR TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO COM O INSS".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT**, Sr. **José Pereira Maranhão**, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Alto Boa Vista, por meio do Poder Executivo, autorizado a firmar Termo de Adesão ao parcelamento de débito do Município com o Instituto Nacional de Seguro Social INSS, diretamente perante a Receita Federal e também na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a contribuições previdenciárias vencidas a pagar, da Administração Direta e Indireta, com foco principal nos procedimentos fiscais nº 510633897, 510633900 e 510633919, (cópia do processo em anexo).

Parágrafo único. O valor do limite de dívida a ser parcelada previsto no caput deste artigo, poderá abranger um único ou mais termos de parcelamento.

Art. 2º O parcelamento de que trata esta Lei, poderá ser realizado em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais e consecutivas, acrescida dos encargos legais fixados pelo INSS.

Art. 3º Para pagamento das prestações, ou seja, do valor principal e seus acessórios, fica autorizada a retenção do valor da parcela devida, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento final, na quota do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 676/2022

Alto Boa Vista - MT, 29 de março de 2022

Autoriza a concessão de uso de espaço publico, para funcionamento de LANCHONETE.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao setor privado o serviço público de exploração do espaço público existente a na Av. Moises Dornelles Montiel, em frente a Rotatória, sentido à Serra Nova Dourada, lado esquerdo, nos termos estabelecidos nesta Lei, para instalação de uma LANCHONETE.

Artigo 2º - A delegação da exploração dos serviços à iniciativa privada será efetivada mediante celebração de contrato de concessão nos termos da Lei Federal nº 8.987/95 e, necessariamente, precedida de licitação.

§1º - A concessão de serviço público será outorgada até a data de 31/12/2024, podendo ser prorrogado por quantos períodos forem necessários.

§2º - A concessionária não poderá ceder ou transferir sua concessão sem prévia anuência do Poder Concedente.

§3º – As necessidades de expansão dos serviços serão ônus da concessionária, que se obriga a supri-los às suas expensas, na forma do artigo 6º, parágrafo 2º, da Lei Federal 8.987/95.

Artigo 3º - Serão obrigações da concessionária, além de outras previstas no contrato:

I - construir na área estabelecida pelo Poder Concedente espaço físico necessário;

II - realizar os investimentos necessários para a adequada prestação dos serviços, inclusive com relação a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, obedecendo para tanto as regras contidas na NBR 9050/85 da ABNT;

III – efetuar, durante o prazo da concessão, as obras necessárias de forma a executar plena e satisfatoriamente os serviços concedidos;

IV - cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

V - responder pelo integral cumprimento das regulamentações vigentes no país, em especial quanto às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, administrativas, securitárias, fiscais, comerciais, civis e criminais relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços concedidos;

VII - manter, durante a execução do contrato de concessão, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que antecedeu o contrato;

VIII - fornecer ao Poder Concedente todas as informações que forem necessárias ao acompanhamento e fiscalização dos serviços concedidos, atendendo a suas solicitações;

IX - permitir à fiscalização do Poder Concedente livre acesso, em qualquer época ou momento, às obras, equipamentos, e instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis, nos termos a serem fixados no contrato;

X - prestar serviços adequados, entendendo-se como tais aqueles que satisfaçam as condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, nos termos da Lei nº 8.987/95;

XIV - sujeitar-se às penalidades estabelecidas.

Artigo 4º - Serão obrigações da Prefeitura do Município de Alto Boa Vista, observada a presente Lei Complementar, bem como as legislações federal, estadual e municipal pertinentes, sem prejuízo de outras que porventura venham a ser normatizadas:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, observando-se o princípio constitucional de ampla defesa e do contraditório, bem como a proibição de dupla penalidade pela mesma falta (bis in idem);

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão nos casos previstos em lei e no contrato;

V - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais da concessão;

VI - aprovar os reajustes e a revisão das tarifas, nos termos previstos no contrato de concessão;

VII - zelar pela boa qualidade dos serviços, receber e apurar queixas e reclamações dos usuários, notificando o concessionário para a solução das questões nos prazos estabelecidos;

VIII - obter todas as autorizações, licenças e permissões necessárias ao cumprimento e execução dos serviços e obras concedidos;

IX - possibilitar ao concessionário o pleno acesso aos meios para a prestação dos serviços concedidos.

Artigo 5º – Sem prejuízo de outros direitos estabelecidos pelas legislações estadual e federal, serão direitos dos usuários:

I – receber um serviço adequado;

Artigo 6º – Serão deveres dos usuários:

I – levar ao conhecimento do Poder Público e da Concessionária as irregularidades constatadas nos serviços prestados;

II – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pelo concessionário, na prestação do serviço;

III – preservar em boas condições os bens com os quais lhes são prestados os serviços.

Artigo 7º - Extinguir-se-á a concessão, nos termos da legislação pertinente às concessões de serviço público, mediante:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III – caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação, e

VI - falência ou extinção da empresa concessionária.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 677/2022, DE 29 DE MARÇO DE 2022.

“Dispõe sobre os serviços de coleta, transporte e destinação

final de entulhos e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Alto Boa Vista serviço público de coleta, transporte e destinação final de entulhos.

§1º Para efeito desta lei, considera-se como entulhos:

I - resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil;

II - resíduos resultantes da preparação e da escavação de terrenos, como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, madeiras, compensados, forros, gesso, telhas, pavimento asfáltico, plásticos, tubulações;

III - resíduos de jardinagem como aparas de gramas, folhas, ervas daninhas, podas de árvores e arbustos;

IV - mobiliário inservível.

§2º O Município fará o transporte gratuitamente dos resíduos de que trata os itens I, II, III e IV, do artigo 1º, desde que solicitado com antecedência, obedecendo calendário de coleta vigente elaborado pela Secretaria Municipal de Infra-estrutura;

I – os resíduos de que trata esta Lei só poderão ser depositados em calçadas, vias ou demais logradouros públicos municipais, após autorização pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º A deposição de lixo de construção ou reforma, entulhos ou outros quaisquer materiais similares nas calçadas, vias ou demais logradouros públicos no Município somente poderá ser feita em caráter temporário e mediante a prévia concessão de autorização pela Prefeitura Municipal.

§1º A Prefeitura poderá condicionar a deposição do material a determinados dias, de acordo com a disponibilidade de máquina pesada, caminhão e pessoal para a sua retirada.

Art. 3º O interessado que pretender utilizar calçada, via ou logradouro público para a deposição temporária de materiais deverá se dirigir ao órgão de fiscalização de posturas do Município a fim de obter licença especial, que será concedida sob a forma de alvará.

§ 1º Em caso do descumprimento do disposto nos arts. 2º e 3º, será aplicada multa diária no valor de 01 (uma) UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município), que em não sendo paga no prazo fixado, será inscrita no cadastro de dívida ativa em nome do proprietário do imóvel que originou o material ou entulho.

Art. 4º Será permitido ao próprio interessado arcar diretamente com a contratação de empresa ou profissional para a retirada do material ou entulho, desde que o prazo de atendimento pela Prefeitura seja muito longo ou de difícil ou impossível atendimento pela mesma, em vista das peculiaridades da obra ou do serviço, a critério exclusivo da Prefeitura.

Parágrafo único. Caberá exclusivamente à Prefeitura, determinação do local onde poderá ser depositado o material retirado das vias e logradouros públicos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 29 de março de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 678/2022, DE 29 DE MARÇO DE 2022.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a Protestar e firmar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Alto Boa Vista/MT, assim como, diretamente, com o SERASA S.A., e outros órgãos de proteção ao crédito para fins de inscrição das Certidões de Dívida Ativa correspondentes aos créditos tributários e não tributários do município e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a encaminhar para protesto extrajudicial e a firmar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Alto Boa Vista, SERASA S.A. e outros órgãos de proteção ao crédito, para fins de inscrição das Certidões de Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários da Fazenda Pública Municipal.

Art. 2º) A Secretaria Municipal de Finanças e/ou Assessoria Jurídica do Município poderá levar a protesto e a encaminhar inscrição no SPC e SERASAS.A., a Certidão de Dívida Ativa (CDA) emitida pela Fazenda Pública Municipal em favor do Município, como meio de cobrança de créditos tributários e não tributários, observados os princípios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança, na forma e para os fins

previstos na Lei Federal nº. 9.492, de 10 de setembro de 1997, e ar t.25 da Lei Federal nº 12.767, de27 de dezembro de 2012, cujos efeitos alcançarão, também, os responsáveis tributários, desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa, nos termos dos artigos 134 e 135 da Lei nº 5. 172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional e no que couber em capítulo próprio da Lei Complementar 007/2010 - Código Tributário do Município.

Parágrafo Primeiro – Os créditos tributários devidos, inferiores ou iguais a 02(duas) unidades padrão fiscais do município por CPF (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica) na sua totalidade não serão objeto de protestos em cartório ou ação de execução fiscal, sem prejuízo de sua inclusão no SPC e/ou SERASA.

Parágrafo Segundo – Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, fica o executivo municipal autorizado a ajuizar a ação executiva do título, com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.

Art. 3º) A existência de processo de execução fiscal em curso em favor do município, na data da publicação desta lei, não impede que o Município também efetue o protesto destes créditos, com os valores devidamente atualizados.

Art.4º) O Município e o "Cartório Tabelionato de Protestos de Títulos" a que o município de Alto Boa Vista/MT for jurisdicionado, poderão firmar termo de cooperação técnica, ou contrato de prestação de serviços com base no artigo 25 da Lei 8666/1933, dispondo sobre as condições para realização dos protestos dos títulos de que trata esta Lei, observando o disposto na legislação pertinente.

Art. 5º) O "Cartório Tabelionato de Protestos de Títulos" fornecerá ao Município, quando solicitado, certidão em forma de relação dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informações reservadas, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

Parágrafo Único: A Certidão, na forma de relação, será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município, sendo o "Cartório Tabelionato de Protestos de Títulos" responsável pelas informações que enviar.

Art. 6º) Após a remessa da CDA (Certidão da Dívida Ativa) e antes da efetivação do registro do processo, o pagamento ainda poderá ocorrer, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças encaminhar ao "Cartório Tabelionato de Protestos de Títulos", a sustação do protesto imediatamente após a comprovação da quitação da dívida.

Art. 7º) Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito, o devedor deverá encaminhar o comprovante junto ao "Cartório Tabelionato de Protestos de Títulos" requerendo para que se proceda a baixa do protesto, sendo este encaminhamento responsabilidade exclusiva do devedor.

Parágrafo Primeiro – Para ocorrer o parcelamento a dívida deverá ser superior a 02 (duas) unidades fiscais do município por CPF ou CNPJ e somente poderá ser concedido uma única vez por CPF ou CNPJ. E o parcelamento se dará em até 03 (três) vezes, sendo uma entrada e outras duas com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias a contar do dia do vencimento da parcela de entrada.

Parágrafo Segundo – As parcelas inadimplentes de parcelamentos concedidos pela Administração poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica relativa à parcela não paga, sem prejuízo, nesse caso, de ingresso com ação judicial.

Art. 8º) O pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos cartorários devidos pelo protesto dos títulos, colocação, baixa, cancelamento ou qualquer outro que venha incidir de que trata esta Lei, serão custeadas pelo devedor sendo devidos no momento da quitação do débito pelo devedor ou responsável.

Art. 9º) O Município poderá fornecer ao interessado apenas informações a respeito da existência ou não de protesto, cabendo ao "Cartório Tabelionato de Protestos de Títulos" que os lavrou a responsabilidade pelos dados que venha a fornecer.

Art. 10) Fica autorizada a inscrição das dívidas protestadas em cadastros de proteção ao crédito, incumbindo ao contribuinte, assim que apresentar a quitação ou cancelamento do débito, promover a exclusão de seu nome do referido cadastro, perante o competente Cartório.

Parágrafo único: Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento.

Art. 11) Ao Protesto e seu procedimento aplicam-se às Leis e Regulamentos que lhes são próprios.

Art. 12) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no orçamento em vigor, suplementadas se necessárias.

Art. 13) Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 29 de março de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 679/2022.

Alto Boa Vista - MT, 11 de abril de 2022

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE (ACS'S) E AOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS (ACE'S) O INCENTIVO FINANCEIRO PREVISTO NO ART. 9-D DA LEI FEDERAL Nº 11.350/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Lei: Art. 1º. - Fica pela presente Lei, o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar aos Agentes Comunitário de Saúde (ACS`s) e aos Agentes de Combate a Endemias (ACE`s), vinculados às equipes de Saúde da Família, o incentivo financeiro para fortalecimento das políticas afetas aos ACE e ACS previsto no art. 9-D da Lei Federal nº 11.350/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.474/2015.

Art. 2º. - O montante do repasse será vinculado ao valor efetivamente repassado ao Município pelo Governo Federal - Ministério da Saúde referente ao incentivo financeiro previsto no art. 9-D da Lei nº 11.350/2006.

Art. 3º. - O valor indicado no artigo 2º será integralmente repassado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS`s) e aos Agentes de Combate a Endemias (ACE`s) no mês subsequente ao recebimento dos recursos do Governo Federal - Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Os recursos mencionados nesta lei somente serão repassados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS´s) e aos Agentes de Combate a Endemias (ACE`s) enquanto perdurar o repasse realizado pelo Governo Federal, cessando a obrigação da municipalidade em caso de cessação dos repasses pelo Ministério da Saúde.

Art. 4º. - Não haverá incidência de encargos sociais sobre o valor de incentivo financeiro adicional de que trata esta Lei.

Art. 5º. - O valor repassado por meio desta Lei não se incorporará aos vencimentos do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate a Endemias, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

Art. 6º. - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Boa Vista – MT, 11 de abril de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 680/2022

DE 20 ABRIL DE 2022.

"DISCIPLINA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O prefeito Municipal de Alto Boa Vista – MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.469 de 07 de abril de 2006, que dispõe sobre o uso do transporte de alunos residentes na zona rural do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 480 de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei nº 7.263/2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação- FETHAB;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 1.087, de 07 de julho de 2017 que regulamenta as alterações promovidas pela Lei nº 10.480/2016, na Lei nº 7.263/2000;

Considerando a Instrução Normativa nº 012/2017/GS/SEDUC/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a execução do transporte dos alunos da rede municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural do município de Alto Boa Vista, de responsabilidade do Governo Municipal.

Art. 2º - O serviço de transporte escolar, considerado de utilidade pública, destina-se ao transporte de estudantes da educação infantil ao ensino médio, domiciliados no Município de Alto Boa Vista.

Art. 3º - O Município responsabilizar-se-á pelo transporte dos alunos das redes municipal e estadual de ensino realizado nas linhas mestras do município e a família juntamente com a sociedade organizada deverá se responsabilizar pelo transporte destes alunos das sedes das propriedades rurais até as linhas mestras, facilitando meios de transporte alternativos para os alunos cuja distância ultrapasse a dois quilômetros, em consonância com o art. 205 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal estimulará as famílias e a sociedade organizada na aquisição de meios alternativos para o transporte dos alunos da propriedade particular à linha mestra.

Art. 4º - O período máximo em que os alunos devem permanecer dentro do veículo não será superior a 04 (quatro) horas, ficando entendido entre ida e volta de 02 (duas) horas cada.

Art. 5º - Fica proibida a existência de qualquer porteira, colchete, cerca e corredores dentro do limite da faixa de domínio das rodovias federais, estaduais e estradas vicinais, uma vez que o transporte será feito somente nas linhas mestras.

Art. 6º - O serviço de transporte escolar dos alunos da educação infantil e ensino fundamental matriculados na rede municipal de ensino e dos alunos de ensino fundamental e ensino médio matriculados na rede estadual de ensino, no âmbito municipal, será efetuado por veículos próprios ou terceirizados, visando atender a demanda de alunos, com base no que determina a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º – Os roteiros e itinerários do transporte escolar serão organizados pela Secretaria Municipal de Educação, analisados e aprovados pelo Conselho Municipal de Transporte Escolar, visando propiciar a todos os alunos o transporte regular até às escolas.

§ 2º - Na definição dos roteiros e itinerários será respeitado o percurso pelas rodovias federais, estaduais e estradas vicinais, não sendo obrigação do Município ingressar nas estradas particulares para coletar os alunos nas propriedades.

Art. 7º - Para ter direito ao transporte escolar, o estudante da rede publica estadual e municipal de ensino, devera residir na zona rural a uma distância superior a dois quilômetros da sua unidade escolar.

§ 1º O veículo de transporte escolar, será de uso exclusivo para o transporte de estudantes de rede pública de ensino.

Art. 8º - Fica criado a Comissão de Transporte Escolar do Município de Alto Boa Vista, com a finalidade de fiscalizar a execução do transporte pelo Município, bem como deliberar sobre eventuais controvérsias.

§ 1ºA Comissão de Transporte Escolar será criada de forma paritária entre o Poder Público e a Sociedade, com renovação de seus membros à cada 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, elegendo entre si um presidente e um secretário.

Art. 9º – A Comissão de Transporte Escolar terá a seguinte composição:

I - 01(um) representante dos estudantes;

II - 01(um) representante dos Pais;

III - Assessor(a) Pedagógico(a)

IV - 01(um) representante dos Professores Estaduais;

V - 01(um) Representante dos Professores Municipais;

VI - 01(um) representante do Conselho do FUNDEB/PNATE;

VII - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal.

Art. 10º – Composta a Comissão, compete a ela fiscalizar o seguinte:

I - Avaliação mensal das condições de freios, pneus, faróis e todo o funcionamento dos veículos utilizados no transporte escolar do Município, juntamente com o CIRETRAN.

II - Dentre os veículos contratados e os de propriedade do Município, serão inutilizados todos os equipamentos de abertura de portas pelo interior, com exceção da porta do motorista;

III - Os veículos utilizados no transporte escolar, terão obrigatoriamente em sua pintura, uma faixa amarela medindo quarenta centímetros de largura, com os dizeres TRANSPORTE ESCOLAR, em todos os lados do veículo, de acordo com as normas emanadas pelo CONTRAN.

IV - Os veículos a serem contratados após a instalação do Conselho, só terão sua contratação efetuada, mediante parecer de vistoria fornecida pela Comissão.

Art. 11º – Dentre os membros da Comissão, serão escolhidos o Presidente e o Vice Presidente, e o Secretário será designado pela secretaria de educação o qual lavrará em Ata todas as deliberações da Comissão, sendo o mesmo o responsável para organizar e resguardar toda as documentações da Comissão.

Art. 12º – Compete a Comissão de Transporte Escolar elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 13º – Os membros da Comissão não terão remuneração ou qualquer tipo de ajuda de custo.

Art. 14º - Quando o serviço de transporte escolar for terceirizado, deverá atender ao disposto na Lei 8.666/93 por meio de procedimento licitatório e possuir permissão de uso e concessão de acordo com os requisitos fixados na presente lei.

Parágrafo Único - A permissão de uso será outorgada pelo prazo de um ano, o qual poderá ser renovado consecutivamente, com a devida atualização cadastral, a critério da Comissão Municipal de Transporte Escolar.

Art. 15º - Quando o serviço de transporte escolar necessitar de dotação orçamentária específica, deverá atender ao disposto na Lei 8.666/93.

Art. 16º - A prestação de serviços por meio da permissão de uso e concessão fica condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - EMPRESAS:

a) apresentação do Contrato Social com as alterações contratuais e CNPJ da empresa;

b) dispor de área apropriada para o estacionamento de veículos;

c) apresentação do(s) documento(s) do(s) veículo(s) que será/serão utilizado(s) para o transporte em nome do requerente, constando, inclusive, sua capacidade de lotação;

d) para veículo adquirido por arrendamento mercantil (leasing), o requerente deverá constar como arrendatário;

e) dispor de escritório no Município de Alto Boa Vista para o gerenciamento do serviço prestado no Município;

f) apresentar Certidão Negativa de Débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Regime Geral de Previdência Social (INSS);

g) apresentar Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Alto Boa Vista;

h) apresentar alvará de licença para localização;

i) fornecer o nome dos motoristas que irão conduzir o veículo, devendo os mesmos cumprir as exigências expostas nas alíneas do inciso II, exceto a alínea "h";

j) o número máximo de veículos por empresa não poderá ser superior a 02 (dois).

II - PROFISSIONAL AUTÔNOMO E EMPREGADO DO PERMISSIONÁRIO:

a) apresentar duas fotos 3x4, atualizadas;

b) estar habilitado na categoria “D” para conduzir veículo motorizado;

c) ser maior de 21 (vinte e um) anos e encontrar-se habilitado há, pelo menos, dois anos;

d) apresentar cópia do documento de identidade e CPF;

e) apresentar comprovante de residência domiciliar;

f) apresentar Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal da Comarca de São Félix do Araguaia - MT;

g) apresentar certificado de curso específico exigido para o cadastramento de acordo com o Código nacional de Trânsito;

h) ser proprietário do veículo com que pretende operar no serviço;

i) apresentar fotocópia do documento do veículo que será utilizado para o transporte em nome do requerente, constando, inclusive, sua capacidade de lotação, e, se o veículo for adquirido por arrendamento mercantil (leasing), o requerente deverá constar como arrendatário;

§ 1º - Será permitido ao profissional autônomo possuir um colaborador, que para tanto deverá cumprir as exigências previstas no inciso II, exceto a alínea “h”.

§ 2º - É expressamente proibido o transporte de alunos em pé.

§ 3º - No transporte escolar de estudantes da educação Infantil e Ensino Fundamental I em ônibus ou micro-ônibus, é obrigatória a presença de profissional com treinamento específico para assistência e acompanhamento de estudantes(monitor).

Art. 17º - Os regramentos que irão compor a concessão e a permissão de uso, bem como a competência para geri-los, serão estabelecidos em regulamento próprio, o qual deverá respeitar as normas contidas no Código Nacional de Trânsito e demais leis correlatas.

Art. 18º - Não será admitida a transferência de permissão por ato voluntário do permissionário, devendo ocorrer apenas nos seguintes casos:

I - Falecimento do permissionário, situação em que o beneficiário da transferência será a viúva, herdeiros ou terceiros, por expressa e estrita indicação dos mesmos, em conformidade com a partilha ou alvará judicial, mediante requerimento dirigido à Comissão Municipal de Transporte Escolar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do término do inventário;

II - Em caso de aposentadoria do permissionário por invalidez;

III - em caso de incapacidade física ou mental do permissionário para o exercício da profissão de motorista, devidamente atestada por junta médica indicada pelo Município.

Art. 19º - Somente poderão ser utilizados no transporte de escolares, veículos automotores do tipo kombi, van, ônibus e micro-ônibus.

Parágrafo Único: Os veículos relacionados deverão respeitar as exigências contidas em regulamento próprio, bem como as normas constantes no Código Nacional de Trânsito e demais Leis correlatas.

Art. 20º - A vida útil dos veículos a serem utilizados no serviço de transporte escolar será de, no máximo, 10 (dez) anos para kombis e vans e 20 (vinte) anos para ônibus e micro-ônibus.

§ 1º - Os veículos do tipo ônibus e micro-ônibus com mais de 15 anos deverão ser submetidos ao setor competente para realizar a vistoria semestral, objetivando a verificação das condições gerais.

§ 2º - A periodicidade da vistoria será permanecida enquanto o veículo estiver sendo utilizado no serviço, para verificar se o mesmo se encontra em condições de trafegabilidade.

§ 3º - A não substituição do(s) veículo(s) no prazo devido, importará na extinção da Outorga de Permissão e da respectiva "Licença para Trafegar", que será declarada em ato administrativo.

Art. 21º - A inobservância desta Lei e de sua Regulamentação, sujeita o infrator às seguintes penalidades, que serão aplicadas de forma separada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão do alvará;

IV - cassação da permissão.

Parágrafo Único. Constitui infração para os efeitos legais, toda ação ou omissão que importe em inobservância de quaisquer disposições desta Lei e normas regulamentares.

Art. 22º - Compete à Comissão Municipal de Transporte Escolar solucionar os casos omissos e proferir as decisões de impugnações desta Lei e do Regulamento próprio.

Parágrafo Único. Fica vedada a concessão de novas permissões sem antes ouvir a Comissão Municipal de Transporte Escolar sobre a necessidade de abertura de novas vagas.

Art. 23º - Os permissionários do serviço de transporte escolar são obrigados a remeter ao Departamento Municipal de Educação o número de estudantes transportados mensalmente e quaisquer outros dados que forem solicitados para compor os relatórios estatísticos do sistema.

Art. 24º - A fiscalização da utilização dos recursos financeiros previstos nesta Lei é de competência do Tribunal de Contas do Estado, do Departamento Municipal de Educação e da Comissão Municipal de Transporte Escolar e será feita mediante realização de auditorias, inspeções e análise dos processos que originarem as respectivas prestações de contas.

Art. 25º - O Município definirá, através de Decreto, as demais condições necessárias para a implementação desta Lei.

Art. 26º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista-MT, 20 de abril de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 681/2022

ALTO BOA VISTA –MT, 20 DE ABRIL DE 2022.

"Autoriza o Poder Executivo a Conceder a Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água no Município de Alto Boa Vista, em conformidade com as leis Federais nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, com suas alterações pela lei nº 8.883 de 6 de julho de 1994, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com suas alterações pela lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995"

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:***

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista autorizada a Outorgar a Concessão dos Serviços de Saneamento Básico do Município compreendidos por:

a) Serviços de Abastecimento de Água, envolvendo a captação de Água, adução, reservação, tratamento, distribuição e venda.

Art. 2º - A concessão autorizada por esta lei será precedida por licitação na modalidade Concorrência Pública, que será julgada, através da combinação da melhor Técnica com a menor tarifa ofertada para prestação dos serviços, e deverá atender ao seguinte plano de metas:

I - METAS (EXIGÊNCIAS DO PODER CONCEDENTE)

a) OS SERVIÇOS CONCEDIDOS DEVERÃO ATENDER AS SEGUINTES METAS.

1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Local: Zona Urbana

1. Atender a 100% da população urbana com Água tratada até o 3.º ano da Concessão e manter esse índice nos anos subsequentes.

2. Executar um novo Projeto do Sistema de Abastecimento de Água até o 2.º ano da Concessão.

3. Ampliar a capacidade de produção na medida em que se tornar necessário pela avaliação da demanda, atendendo assim o crescimento da cidade.

4. Construir reservação necessária conforme o descrito no item anterior.

5. Reduzir o índice de perdas a no máximo 25% até o final do prazo da Concessão.

6. Modernizar o sistema comercial com aplicação de software mais modernos até o final do 1.º ano da Concessão.

7. Implantar micromedidores (hidrômetros) em todas as ligações ativas até o 2.º ano da Concessão.

8. Melhorar o sistema de distribuição de Água implantando de acordo com o Projeto a ser elaborado, anéis de distribuição para uma melhor equalização das pressões disponíveis na rede, até o 3.º ano da Concessão.

9. Melhorar as instalações de prestação de serviços ao público até o 2.º ano da Concessão.

10. Garantir um padrão de qualidade da água tratada (IQA), em 2 anos a partir do início da Concessão.

11. Qualquer parada programada deverá ser comunicada através dos meios de comunicação existentes na cidade, com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

12. Todo cliente terá direito a aferição gratuita se o seu medidor (hidrômetro) estiver medindo incorretamente.

13. Todo serviço operacional solicitado deve ter o prazo máximo de 01 (um) dia para o seu atendimento.

14. Os vazamentos com remoção de pavimentos devem ser sinalizados, e refeitos em no máximo 03 dias.

15. Todo serviço comercial deverá ser disponibilizado via telefone.

16. Toda reclamação dos usuários terá prazo máximo de 02 (dois) dias para serem respondidas.

17. Nas ruas onde houver disponibilidade de rede de água será obrigatório a Ligação de água potável pelo usuário por questão de saúde pública.

Art. 3º - Todos os bens atuais e os futuramente incorporados serão revertidos à prefeitura municipal findo o prazo de concessão.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a praticar todos os atos destinados à efetivação do processo licitatório referenciado.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 20 de abril de 2022

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL N°. 682/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022

"Autoriza o Poder Executivo, proceder a inclusão na programação orçamentária vigente de atividade para o custeio de ações de atendimento Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providencias".

O Prefeito de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, considerando o disposto pelo § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso III, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a inclusão na programação orçamentária vigente, atividade para o custeio de ações de atendimento ao **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, conforme seguinte estrutura na programação orçamentária:

ÓRGÃO	005	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social
Unidade	002	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub-Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0048	Assistência à Comunidade
Atividade	2. xxx	Fundo Municipal de Assistência Social
Descrição		Manter o atendimento à população municipal com ações de manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Produto		Ação Realizada.
Especificação do Produto		Realização da ação coordenada em atendimento ao disposto na legislação vigente.
Beneficiário / Publico Alvo		Sociedade Brasileira / População.

Elemento Despesa	Descrição	Fonte de Recursos
3.1.90.04.00.00.00	Contrato Por Tempo Determinado	500
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	500
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	661
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	661
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	660
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	661
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	660
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	500

3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	660
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	661
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	500
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	500
3.3.90.14.00.00.00	Diárias – Pessoal Civil	660
3.3.90.14.00.00.00	Diárias – Pessoal Civil	500
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	500
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	500
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	500
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	500
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	660
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	661

Art. 2º Autoriza à inclusão das despesas constante na programação orçamentária que trata o artigo anterior, na Lei Municipal nº 662/2021, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022 e Lei Municipal nº 663/2022, que trata do Plano Plurianual, período de 2022 a 2025.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Governo Municipal de Alto Boa Vista Estado de Mato Grosso, em 13 de junho de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL N° 683/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022

Autoriza o Poder Executivo, proceder a inclusão na programação orçamentária vigente, Lei Municipal 666/2021, de atividade para o custeio de ações de atendimento ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, e dá outras providencias;

O Prefeito de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, considerando o disposto pelo § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a abertura de crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.440.000,00 (dois milhões e quatrocentos e quarenta mil reais) na Lei Orçamentária Anual vigente, Lei Municipal nº. 666/2021, para o custeio de ações de atendimento ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	005	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social
Unidade	002	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub-Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0048	Assistência à Comunidade
Atividade	2.xxx	Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.1.90.04.00	Contratação Por Tempo Determinado	500	100,00
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	500	2.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	661	15.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	661	20.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	660	146.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500	196.383,18
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	661	10.000,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	660	88.800,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	500	201.150,32
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	660	34.700,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	661	32.217,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	500	76.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	500	500,00
3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	660	25.000,00
3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	500	30.000,00
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	500	3.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	500	5.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	500	168.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	500	1.200.000,00
33.90.30.00	Material de Consumo	660	156,149,50
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	661	30.000,00
	TOTAL		2.440.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente.

ÓRGÃO	005	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social
Unidade	**001**	**Gabinete do Secretário**
Função	08	Assistência Social
Sub-Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0048	Assistência à Comunidade
Atividade	2.011	Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.1.90.04.00	Contratação Por Tempo Determinado	500	100,00
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	500	2.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	661	15.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	661	20.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	660	146.000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500	196.383,18
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	661	10.000,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	660	88.800,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	500	201.150,32
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	660	34.700,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	661	32.217,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	500	76.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	500	500,00
3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	660	25.000,00
3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	500	30.000,00
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	500	3.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	500	5.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	500	168.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	500	1.200.000,00
33.90.30.00	Material de Consumo	660	156,149,50
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	661	30.000,00
	TOTAL		2.440.000,00

ÓRGÃO	05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social
Atividade	2.011 – Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
33.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0129.0	10.000,00
	Total		10.000,00

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Governo Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, em 13 de junho de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 684/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022.

"ACRESCENTA AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL DE 2022 A 2025".

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista – MT, o Sr. JOSE PEREIRA MARANHÃO, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluído ao Plano Plurianual do período de 2022 à 2025, do Município de Alto Boa Vista-MT, aprovado pela Lei Municipal nº 663/2021 de 13 de dezembro de 2021, a seguinte Ação e Meta:

ANEXO I

ORGÃO:	01 – GABINETE DO PREFEITO			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO PREFEITO			
PROGRAMA:	0088 – TRANSPORTE RODOVIARIO			
Projeto/Atividadee 1XXX	Manutenção das Despesas com Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-sal – Lei 13885/2019	UN	01	280.000,00
Produto: Atividade				
Objetivo: Manutenção das Despesas com Recursos da Sessão Onerosa				
ORGÃO:	01 – GABINETE DO PREFEITO			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO PREFEITO			
PROGRAMA:	0088 – TRANSPORTE RODOVIARIO			
Projeto/Atividadee 1XXX	Manutenção das Despesas com Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-sal – Lei 13885/2019	UN	01	280.000,00

ANEXO I

ORGÃO:	05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO SECRETÁRIO			
PROGRAMA:	0003 – OBRAS E SERVIÇOS			
Projeto/Atividadee 1XXX	Manutenção das Despesas com Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-sal – Lei 13885/2019	UN	01	327.369,65
Produto: Atividade				
Objetivo: Manutenção das Despesas com Recursos da Sessão Onerosa				
ORGÃO:	01 – GABINETE DO PREFEITO			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO PREFEITO			
PROGRAMA:	0003 – OBRAS E SERVIÇOS			
Projeto/Atividadee 1XXX	Manutenção das Despesas com Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-sal – Lei 13885/2019	UN	01	327.369,65

Artigo 2º - As alterações desta Lei ocorrem através dos recursos que as viabilizaram.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 685/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022.

“ACRESCENTA AÇÕES À LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022”.

Artigo 1º - Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Alto Boa Vista-MT, aprovada pela Lei Municipal nº 662/2021, de 16 de dezembro de 2021, o anexo que trata das metas com objetivos por órgão e unidade.

ANEXO I – PRIORIDADES E METAS

LDO 2022

ORGÃO:	02 – Gabinete do Prefeito			
UNIDADE:	001 – Gabinete do Prefeito			
PROGRAMA:	0088 – Transporte Rodoviário			
Proj/Ativ. 1XXX	**MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BONUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL – LEI 13.885/2019**	A	UN	**280.000,00**
Produto: Manutenção				
Objetivo. Visa implementar projetos de investimentos com recursos oriundos da Cessão Onerosa				

ORGÃO:	05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social			
UNIDADE:	001 – Gabinete do Secretário			
PROGRAMA:	0003 – Obras e Serviços			
Proj/Ativ. 1XXX	**MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BONUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL – LEI 13.885/2019**	A	UN	**327.369,65**
Produto: Manutenção				
Objetivo. Visa implementar projetos de investimentos com recursos oriundos da Cessão Onerosa				

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 686/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022 “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista - MT, Sr. JOSE PEREIRA MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 607.369,65 (seiscentos e sete mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) destinados a atender a seguinte dotação orçamentária não prevista no orçamento inicial de 2022, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito

Função: 88 – Transporte Rodoviário.

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0088 – Transporte Rodoviário.

Projeto/Atividade: 1.xxx – MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BONUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL – LEI 13.885/2019/AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA GABINETE DO PREFEITO.

Elemento de Despesa	Discriminação	Valor
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	280.000,00
	TOTAL	280.000,00

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social

Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito

Função: 88 – Transporte Rodoviário.

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Obras e Serviços.

Projeto/Atividade: 1.xxx – MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BONUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL – LEI 13.885/2019/CONSTRUÇÃO DO BARRACÃO MULTIUSO PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL.

Elemento de Despesa	Discriminação	Valor
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	177.369,65
	TOTAL	177.369,65

Projeto/Atividade: 1.xxx – MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DA CESSÃO ONEROSA DO BONUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL – LEI 13.885/2019/CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA PUBLICA.

Elemento de Despesa	Discriminação	Valor
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no Inciso II e § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, os quais são resultantes do Excesso de Arrecadação, até o limite do excesso.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista, 13 de junho de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 687/2022

Alto Boa Vista – MT, 12 de junho de 2022.

“ACRESCENTA AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL DE 2022 A 2025”.

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista – MT, o Sr. JOSE PEREIRA MARANHÃO, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluído ao Plano Plurianual do período de 2022 à 2025, do Município de Alto Boa Vista-MT, aprovado pela Lei Municipal nº 663/2021 de 13 de dezembro de 2021, a seguinte Ação e Meta:

ANEXO I

ORGÃO:	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO SECRETÁRIO			
PROGRAMA:	0094 – ESPORTE AMADOR			
Projeto/Atividadee 1XXX	Implantação de alambrado no campo de futebol municipal	UN	01	90.000,00
Produto: Atividade				
Objetivo: Implantar alambrado no entorno do campo de futebol municipal				
ORGÃO:	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO SECRETÁRIO			
PROGRAMA:	0094 – ESPORTE AMADOR			
Projeto/Atividadee 1XXX	Implantação de alambrado no campo de futebol municipal	UN	01	90.000,00

Artigo 2º - As alterações desta Lei ocorrem através dos recursos que as viabilizaram.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 688/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022.

"ACRESCENTA AÇÕES À LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022".

Artigo 1º - Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Alto Boa Vista-MT, aprovada pela Lei Municipal nº 662/2021, de 16 de dezembro de 2021, o anexo que trata das metas com objetivos por órgão e unidade.

ANEXO I – PRIORIDADES E METAS

LDO 2022

ORGÃO:	11 – Secretaria Municipal de Esportes			
UNIDADE:	001 – Gabinete do Secretário			
PROGRAMA:	0094 – Esporte Amador			
Proj/Ativ. 1XXX	**IMPLANTAÇÃO DE ALAMBRADO NO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL.**	A	UN	**90.000,00**
Produto: Manutenção				
Objetivo. Visa implementar projetos de investimentos com recursos oriundos do estado.				

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 689/2022

Alto Boa Vista – MT, 12 de junho de 2022 "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras Providências".

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista - MT, Sr. JOSE PEREIRA MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) destinados a atender a seguinte dotação orçamentária não prevista no orçamento inicial de 2022, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Esportes

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 812 - Desporto Comunitário.

Sub-Função: 94 – Esporte Amador

Programa: 0094 – Esporte Amador.

Projeto/Atividade: 1.xxx – IMPLANTAÇÃO DE ALAMBRADO NO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL

Elemento de Despesa	Discriminação	Valor
4.4.90.51.00.00	Obras e InstalaçõesT J	90.000,00
	TOTAL	90.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no Inciso II e § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, os quais são resultantes do Excesso de Arrecadação, até o limite do excesso.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista, 07 de junho de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 690/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022.

"ACRESCENTA AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL DE 2022 A 2025".

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista – MT, o Sr. JOSE PEREIRA MARANHÃO, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluído ao Plano Plurianual do período de 2022 à 2025, do Município de Alto Boa Vista-MT, aprovado pela Lei Municipal nº 663/2021 de 13 de dezembro de 2021, a seguinte Ação e Meta:

ANEXO I

ORGÃO:	05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO SECRETÁRIO			
PROGRAMA:	0088 – TRANSPORTE RODOVIARIO			
Projeto/Atividadee 1XXX	Aquisição de Veículo – Emenda Parlamentar	UN	01	150.000,00
Produto: Atividade				
Objetivo: Dotar a Secretaria de Veículo para atender a demanda				
ORGÃO:	05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO SECRETARIO			

PROGRAMA:	0088 – TRANSPORTE RODOVIARIO			
Projeto/Atividadee 1XXX	Aquisição de Veículo – Emenda Parlamentar	UN	01	150.000,00

ANEXO I

ORGÃO:	12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			
UNIDADE:	001 – GABINETE DO SECRETÁRIO			
PROGRAMA:	0088 – TRANSPORTE RODOVIARIO			
Projeto/Atividadee 1XXX	Aquisição de Veículo VAN– Emenda Parlamentar	UN	01	315.000,00
Produto: Atividade				
Objetivo: Aquisição de veículo para atender a demanda da Secretaria				
ORGÃO:	12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			

UNIDADE:	001 – GABINETE DO PREFEITO			
PROGRAMA:	0088 – TRANSPORTE RODOVIARIO			
Projeto/Atividadee 1XXX	Aquisição de Veículo VAN– Emenda Parlamentar	UN	01	315.000,00

Artigo 2º - As alterações desta Lei ocorrem através dos recursos que as viabilizaram.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 691/2022

Alto Boa Vista – MT, 09 de junho de 2022.

"ACRESCENTA AÇÕES À LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022".

Artigo 1º - Fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Alto Boa Vista-MT, aprovada pela Lei Municipal nº 662/2021, de 16 de dezembro de 2021, o anexo que trata das metas com objetivos por órgão e unidade.

ANEXO I – PRIORIDADES E METAS

LDO 2022

ORGÃO:	05 – Secretaria Municipal de Des. E Ação Sociaç			
UNIDADE:	001 – Gabinete do Secretário			
PROGRAMA:	0088 – Transporte Rodoviário			
Proj/Ativ. 1XXX	Aquisição de Veículo – Emenda Parlamentar	A	UN	**150.000,00**
Produto: Manutenção				
Objetivo. Dotar a Secretaria de Veículo para atender a demanda				

ORGÃO:	12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo			
UNIDADE:	001 – Gabinete do Secretário			
PROGRAMA:	0088 – Transporte Rodoviária			
Proj/Ativ. 1XXX	Aquisição de Veículo VAN – Emenda Parlamentar	A	UN	**315.000,00**
Produto: Manutenção				
Objetivo. Aquisição de veículo para atender a demanda da Secretaria				

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 692/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de junho de 2022 "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras Providências".

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista - MT, Sr. JOSE PEREIRA MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) destinados a atender a seguinte dotação orçamentária não prevista no orçamento inicial de 2022, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social

Unidade: 001 – Gabinete do Seccretário

Função: 88 – Transporte Rodoviário.

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0088 – Transporte Rodoviário.

Projeto/Atividade: 1.xxx – Aquisição de Veículo – Emenda Parlamentar

Elemento de Despesa	Discriminação	Valor
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 88 – Transporte Rodoviário.

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0088 – Transporte Rodoviário.

Projeto/Atividade: 1.xxx – Aquisição de Veículo VAN – Emenda Parlamentar

Elemento de Despesa	Discriminação	Valor
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	315.000,00
	TOTAL	315.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no Inciso II e § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, os quais são resultantes do Excesso de Arrecadação, até o limite do excesso.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista, 13 de junho de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 693/2022

16 de agosto de 2022

.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares no montante de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), por excesso de arrecadação.

Parágrafo Único – O limite constante do caput deste artigo foi encontrado conforme o comportamento da tendência de arrecadação do exercício, prevista no § 3º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, cuja memória de cálculo consta como anexo I e faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar por excesso de Arrecadação será utilizado para dar cobertura às despesas com Manutenção dos seguintes órgãos e suas respectivas unidades Orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO;

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL;

06 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO;

07 – SECRETARIA MUNICIPAL E SAUDE;

08 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE;

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO;

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES;

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Art. 3º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no Inciso II e § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, os quais são resultantes do Excesso de Arrecadação, até o limite do excesso.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO A LEI MUNICIPAL Nº 693/2022

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Receita Corrente 2022 - Arrecadação mês a mês

Período	Valor R$
Janeiro a julho (arrecadado)	25.526.089,76
Agosto a Dezembro (previsão de arrecadação)	24.557.833,50
Total	**50.083.923,26**

ORÇAMENTO PREVISTO R$ 38.031.448,91

TENDENCIA DA ARRECADAÇAO R$ 50.083.923,26

EXCESSO PREVISTO R$ 12.052.474,35

EXCESSO JÁ AUTORIZADO R$ 1.162.369,66

EXCESSO SOLICITADO R$ 9.000.000,00

Alto Boa Vista-MT, 16 de agosto de 2022

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 694/2022

Alto Boa Vista – MT, 16 de agosto de 2022.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022, NO MONTANTE DE 5,00% DO TOTAL DAS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 41 INCISO I, 42 E 43 PARÁGRAFO 1º DA LEI Nº 4.320/64 E ARTIGO 167 INCISO V DA CF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSE PEREIRA MARANHÃO, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Por Anulação de Dotações no Orçamento Geral do Municipio de Alto Boa Vista, referente ao exercício financeiro de 2022 no montante de 5,00% (cinco por cento) do valor das dotações consignadas no Orçamento do Município para 2022.

Art. 2º - Fica o executivo autorizado a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite previsto no artigo anterior.

Art. 3º - Para dar cobertura às dotações criadas no artigo 1° será utilizado recurso da anulação parcial ou total das dotações consignadas no orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL N° 695/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de setembro de 2022

"Autoriza o Poder Executivo, proceder a inclusão na programação orçamentária vigente de atividade para o custeio de ações de atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei Complementar nº 031/2022 e dá outras providencias".

O Prefeito de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, considerando o disposto pelo § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso III, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a inclusão na programação orçamentária vigente, atividade para o custeio de ações de atendimento a **SECRETARIA MUNICIPAL**

DE MEIO AMBIENTE, conforme seguinte estrutura na programação orçamentária:

ÓRGÃO	00x	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade	00x	Gabinete do Secretário
Função	18	Gestão Ambiental
Sub Função	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	0077	Proteção ao Meio Ambiente
Atividade	2. xxx	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Descrição		Manter em funcionamento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Produto		Ação Realizada.
Especificação do Produto		Realização da ação coordenada em atendimento ao dispósto na legislação vigente.
Beneficiário / Publico Alvo		Sociedade Brasileira / População.

Elemento Despesa	Descrição	Fonte de Recursos
3.1.90.04.00.00.00	Contrato Por Tempo Determinado	1500
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1500
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	1500
3.3.90.14.00.00.00	Diárias – Pessoal Civil	1500
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1500
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1500
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1500
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1500
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1500
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	1500
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	1500
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1500

Art. 2º Autoriza à inclusão das despesas constante na programação orçamentária que trata o artigo anterior, na Lei Municipal nº 662/2021, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022 e Lei Municipal nº 663/2022, que trata do Plano Plurianual, período de 2022 a 2025.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Governo Municipal de Alto Boa Vista Estado de Mato Grosso, em 13 de setembro de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL N°. 696/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de setembro de 2022

Autoriza o Poder Executivo, proceder a inclusão na programação orçamentária vigente, Lei Municipal 666/2021, de atividade para o custeio de ações de atendimento a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Complementar Municipal nº 031/2022 e dá outras providencias;

O Prefeito de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, considerando o disposto pelo § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a abertura de crédito Adicional Especial no valor de R$ 35. 000,00 (trinta e cinco mil reais) na Lei Orçamentária Anual vigente, Lei Municipal nº. 666/2021, para o custeio de ações de atendimento à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	00x	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade	00x	Gabinete do Secretário
Função	18	Gestão Ambiental
Sub-Função	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	0077	Proteção ao Meio Ambiente
Atividade	2. xxx	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
3.1.90.04.00	Contratação Por Tempo Determinado	1500	1. 000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1500	15. 000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1500	3. 000,00
3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	1500	2. 000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	1500	2. 000,00
3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	1500	500,00
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	1500	500,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1500	5. 000,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1500	3. 000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	1500	100,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	1500	1. 000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	1500	900,00
	TOTAL		35. 000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente.

ÓRGÃO	004	Secretaria Municipal de Finanças
Unidade	**001**	**Gabinete do Secretário**
Função	99	Reserva de Contingência
Sub-Função	999	Reserva de Contingência
Programa	0099	Reserva de Contingência
Atividade	3001	Reserva de Contingência

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
9.9.99.99.99	Reserva de Contingência	1500	35.000,00
	TOTAL		35.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Governo Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, em 13 de setembro de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 697/2022

Alto Boa Vista – MT, 13 de setembro de 2022

"Altera e acrescentas itens na Lei nº 446 de 26 de agosto de 2013, que estabelece a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal".

Art. 1º - Fica corrigido na Ementa da Referida Lei, onde lê, Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, passa a valer "Gestão Democrática do Ensino Público Municipal"

Art. 2º - Acrescenta-se na Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013 no seu artigo 1º o Inciso V com a seguinte redação:

V- em conformidade com o artigo 14 § 1º e Inciso I da lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, que Regulamenta o Fundo de Manutenção e De-

senvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, em especial o Artigo 14 que complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do caput do art. 5º desta Lei;

VI - Considerando a Lei municipal nº 446/2013 de 26 de agosto de 2013 que estabelece a Lei de Gestão Democrática Pública do Município de Alto Boa Vista–MT.

VII - Considerando, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 282-1 do Supremo Tribunal Federal – STF, que declarou inconstitucional os incisos lll e IV do Art.237 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Altera o artigo 4º da Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013, que passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Os Diretores das Escolas Públicas Municipais deverão ser indicados pela comunidade escolar de cada unidade de ensino, após a classificação nas etapas de: Inscrição, Avalição de títulos e currículo; Elaboração, apresentação e entrega do Plano de Ação e Prova objetiva sobre gestão escolar".

Art 4º - Altera o artigo 56 da Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação, bem como revoga os Incisos I, II e Parágrafos primeiro e segundo do referido artigo:

"**Artigo 56 – O Processo de seleção de profissionais para provimento do cargo em comissão de diretor das Escolas Públicas Municipais, irá considerar critérios técnicos e requisitos, considerando-se aptidão para liderança e as habilidades gerenciais necessárias ao exercício do cargo, será realizada em 4 (quatro) etapas".**

Art. 5º - fica acrescentado no artigo 57, o Inciso I e alterado do artigo 56 para o 57 as letras a, b, c, com a mesma redação, bem como acrescentando os seguintes parágrafos:

I - O plano de trabalho deve conter:

a) Objetivos e metas para melhoria da escola e do ensino;

b) estratégia para preservação do patrimônio público;

c) estratégias para participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros quanto ao acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

Parágrafo primeiro - O processo de seleção para designação de Professores a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da rede municipal de Ensino de Alto Boa Vista MT, se dará através dos critérios e requisitos, conforme as etapas a seguir.

a) Etapa I – Inscrição, avaliação de títulos e currículo.

b) Etapa II – Elaboração, apresentação e entrega da Proposta de trabalho

c) Etapa III – Prova objetiva sobre gestão escolar

d) Etapa IV – Escolha pela comunidade

Parágrafo segundo - Será considerado apto na Etapa I, os candidatos que preencherem a ficha de inscrição com todos os requisitos necessários, contendo cópias dos documentos e originais para comprovação.

Parágrafo terceiro - Na Etapa II, o candidato deverá seguir o artigo nº 57 da Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013.

Parágrafo quarto - Para o cumprimento da Etapa III, o candidato realizará prova objetiva, conforme encaminhamento da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo quinto - Sendo classificado nas 3 etapas, o candidato estará apto a participar da escolha pela comunidade escolar, conforme Artigo 4º da Lei municipal 446/2013.

Art. 6º - Altera o Inciso III e revoga o Inciso IV do artigo 58 da Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013 a seguir:

Inciso III - Ser habilitado em pedagogia ou gestão escolar

Art. 7º - Fica revogado o art. 60 da Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013, permanecendo o Parágrafo único com a mesma redação;

Art. 8º - Fica revogado o Inciso III e alterado o Inciso IV do art. 62 da Lei municipal 446 de 26 de agosto de 2013, com a seguinte redação:

IV- Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 698/2022

Alto Boa Vista – MT, 26 de setembro de 2022.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022, NO MONTANTE DE 5,00% DO TOTAL DAS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 41 INCISO I, 42 E 43 PARÁGRAFO 1º DA LEI Nº 4.320/64 E ARTIGO 167 INCISO V DA CF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSE PEREIRA MARANHÃO, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Por Anulação de Dotações no Orçamento Geral do Municipio de Alto Boa Vista, referente ao exercício financeiro de 2022 no montante de 5,00% (cinco por cento) do valor das dotações consignadas no Orçamento do Município para 2022.

Art. 2º - Fica o executivo autorizado a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite previsto no artigo anterior.

Art. 3º - Para dar cobertura às dotações criadas no artigo 1° será utilizado recurso da anulação parcial ou total das dotações consignadas no orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 699/2022

ALTO BOA VISTA – MT, 10 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a regulamentação da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, tratando dos agentes de contratação.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no *caput* deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no *caput* e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

§ 3º Na inviabilidade do cumprimento do quanto disposto no inciso I deste artigo 1º, será permitido que tais agentes sejam servidores temporários, servidores celetistas ou estatutários.

I - servidores temporários são aqueles que exercem atividade temporária de excepcional interesse público pois seu vínculo permanece apenas enquanto durar a necessidade que o fundamentou;

II - servidores celetistas são aqueles que trabalham perante empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações governamentais de direito privado;

III - servidores estatutários são aqueles que podem ocupar cargos efetivos ou cargos em comissão.

Art. 1º - A.: É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 2.º - À autoridade máxima do órgão ou da entidade referida no dispositivo anterior, também caberá designar os agentes de contratação que ficarão responsáveis pela condução do procedimento licitatório, sendo que esta nomeação deve atender aos seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - respondam individualmente pelos atos praticados no procedimento licitatório, inobstante a possibilidade de contarem com equipe de apoio para auxílio em suas atividades;

III - quando se tratar de pregão, que tenha realizado capacitação para exercer a atribuição nos termos definidos em Decreto, não se aplicando as disposições contidas no art. 3º.

§ 1º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 1º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 2º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade deles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

§ 3º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 4º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

§ 5º Na impossibilidade de atendimento à regra prevista no inciso I do *caput* deste artigo, a autoridade deverá justificar a escolha e nomeação de servidores temporários ou detentores de cargos em comissão para o exercício da função.

Art.3º - A Durante o período de convivência legislativa previsto no art. 191 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, serão observadas as seguintes regras transitórias:

I - os Presidentes das Comissões de Licitação e os Pregoeiros da Central de Licitações de que trata esta Lei serão designados Agentes de Contratação quando a Administração optar por licitar de acordo com o novo regime jurídico instituído pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021; e,

II - as atuais Comissões de Licitação, Permanentes ou Especiais, serão designadas Comissões de Contratação, para fins de aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, na condução dos seguintes procedimentos:

a) pré-qualificação, registro cadastral e procedimento de manifestação de interesse, previstos nos arts. 80 e 87 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; e

b) licitações na modalidade concorrência para contratação de bens e serviços especiais, sob o regime jurídico da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a critério da autoridade competente.

§ 1º Os agentes de contratação contarão com o auxílio permanente de Equipe de Apoio, que poderá corresponder aos atuais membros de Comissão de Licitação de que trata o inciso II do art. 1º desta Lei, ou ser composta por profissionais terceirizados que neste caso não perceberão a referida gratificação.

Art. 3º - B Os procedimentos auxiliares de credenciamento e de registro de preços serão conduzidos por Agente de Contratação.

Parágrafo único. Na hipótese de o registro de preços ser processado na modalidade concorrência para contratação de bens e serviços especiais, poderá ser conduzido por comissão de contratação, observadas as disposições do art. 3º-A.

Art. 3º - C A licitação na modalidade diálogo competitivo, prevista no art. 32 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021 será conduzida por comissão especial de contratação, que deverá ser integrada por, no mínimo, 03 (três) ser-

vidores municipais com vínculo efetivo ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Art. 4º Em caso de afastamento ou impedimento do presidente, membro de comissão, pregoeiro ou integrante de equipe técnica ou de apoio, por prazo superior a 30 (trinta) dias, o substituto designado pela autoridade competente, fará jus à gratificação do servidor pelo prazo que durar o afastamento.

Parágrafo único. Não haverá prejuízo à gratificação do substituído nos casos de férias, licença maternidade e licença saúde.

Art. 5º Enquanto não implementada a integração do Sistema Integrado do Município ao Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP a que se refere o art. 174 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021, a publicação de atos, avisos de editais e extratos de contrato se dará no Diário Oficial do Município e no Sistema Integrado.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* a publicidade do inteiro teor de documentos, editais e contratos se dará no Sistema Integrado e no Portal da Transparência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 10 de outubro de 2022

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 700/2022

Alto Boa Vista – MT, de 10 de outubro de 2022.

"Institui a Taxa de Coleta de Lixo e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL de Alto Boa Vista – MT, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI:**

Art. 1º - Fica instituída a Taxa de Coleta de Lixo - TCL - no Município de Alto Boa Vista - MT, de que trata esta Lei.

Art. 2º - A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de resíduo sólido urbano de origem residencial e comercial, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 3º - É contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel beneficiado pelo respectivo serviço.

Parágrafo único. Para efeitos de incidência e cobrança da Taxa de Coleta de Lixo considera-se beneficiado pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de resíduo sólido urbano, quaisquer imóveis edificados, tais como, prédios ou edificações de qualquer tipo, que constituam unidade autônoma residencial, comercial, industrial, de prestação de serviço ou de qualquer natureza e destinação.

Art. 4º - A base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo é o custo estimado do serviço, e sua apuração será feita levando em consideração a destinação do imóvel.

Art. 5º - É fixado o valor da Taxa Mensal em R$ 10,00 (dez reais) para imóveis residenciais, em R$ 20,00 (vinte reais) para imóveis comerciais e R$ 50,00 (cinquenta reais) pata imóveis industriais.

Parágrafo Primeiro. Os valores serão reajustados quando defasados, através de Decreto do Governo Municipal;

Parágrafo Segundo. As pessoas de baixa renda que estiverem cadastradas no CRAS e recebam bolsa família, ficam isentas do pagamento da taxa criada nesta lei.

Art. 6º - A Taxa de Coleta de Lixo será lançada mensalmente.

Art. 7º - O pagamento fora dos prazos regulamentares sujeitará o contribuinte às penalidades e acréscimos previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 8º - Esta lei entra em vigência na data de sua publicação.

.

Município de Alto Boa Vista/MT, aos 10 dias do mês de outubro de 2022.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º 702/2022

Alto Boa Vista – MT, 10 de outubro de 2022.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022, NO MONTANTE DE 10,00% DO TOTAL DAS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 41 INCISO I, 42 E 43 PARÁGRAFO 1º DA LEI Nº 4.320/64 E ARTIGO 167 INCISO V DA CF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSE PEREIRA MARANHÃO, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Por Anulação de Dotações no Orçamento Geral do Municipio de Alto Boa Vista, referente ao exercício financeiro de 2022 no montante de 10,00% (dez por cento) do valor das dotações consignadas no Orçamento do Município para 2022.

Art. 2º - Fica o executivo autorizado a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite previsto no artigo anterior.

Art. 3º - Para dar cobertura às dotações criadas no artigo 1° será utilizado recurso da anulação parcial ou total das dotações consignadas no orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187/2022

Alto Boa Vista – MT, 01 de Novembro de 2022.

"Nomeia, em estágio probatório, a candidata aprovada no Concurso Público de Provas e de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, para os cargos que especifica e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no artigo 69, combinado com o artigo 91, inciso II, letras "A e B", da Lei Orgânica do Município e, no que couber com o que consta na Lei n.0 18, de 30/07/1993, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), na Lei Complementar n.0 002 de 12/11/2001 (Estatuto do Magistério Publico Municipal) e no Regulamento do Concurso Público de Provas e de Provas e Títulos, constante do Edital 001/2019 e,

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as fases norteadoras do Concurso Público de Provas e de provas e Títulos, publicado no respectivo edital, e à vista do Relatório Circunstanciado editado pela SYDCON – Tecnologia de Sistemas, contratada pelo Município para a organização, ela-

boração e aplicação do Concurso Público, bem como a Homologação do referido Concurso Público,

RESOLVE:

Art. 1º -Nomear, em caráter de estágio probatório, a candidata aprovada e classificada no Concurso Público de Provas e de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, abaixo relacionada, para o respectivo cargo, nos termos do disposto na legislação pertinente em vigor, com especificidade no que couber, para o que consta na Lei Orgânica do Município, na Lei n.0 18, de 30/07/1993, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), na Lei Complementar n.0 002 de 12/11/2001 (Estatuto do Magistério Publico Municipal), na Lei n.0 201 de 05 de abril de 2006, na Lei n. 0 237 de 14 de junho de 2006, na Lei n.0 241 de 14 de junho de 2006, na Lei Municipal nº 496/2015 de 24 de abril de 2015 e no Edital n.º 001/2019, de 10 de dezembro de 2019, como segue:

CARGO/FUNÇÃO: ENFERMEIRA PLANTONISTA		
CLASSIF	NOME	PONTOS
6ª	LETICIA MOREIRA LEMES FERREIRA	67,00

Art. 2º - A posse e exercício da candidata nomeada sujeitar –se - à ao disposto nos respectivos Estatutos: dos Servidores Públicos, do Magistério Publico Municipal, e no décimo sétimo parágrafo do Edital n.º 001/2019, de 10 de dezembro de 2019, com fundamento no Regulamento do Concurso Público de Provas e de Provas e Títulos, constante do Edital 001/2019, bem como nas demais disposições legais pertinentes, em vigor.

Art. 3º - A lotação de cada candidato no respectivo cargo ocorrerá após a assinatura do temo de posse, cumpridas todas as exigências e formalidades legais que regem a matéria, já definida nesta Portaria, segundo as reais necessidades e conveniências da Administração, de acordo com o lotacionograma de cada órgão e unidade administrativa da estrutura organizacional e funcional da Prefeitura.

Art. 4º - Caberá aos órgãos competente do Poder Executivo Municipal, em especial, ao Departamento de Administração e Finanças, através do Setor de Recursos Humanos, providenciar a formalização da posse dos candidatos nomeados e a correspondente lotação, bem como, providenciar os assentamentos de caráter individual nos devidos documentos.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações, consignadas na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício e nos seguintes, suplementadas, se necessário, na forma da lei, atendidas as disposições constantes na correspondente Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Alto Boa Vista - MT, 01 de Novembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N° 124, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022, (SEGUNDA-FEIRA), EM DECORRÊNCIA DO FERIADO NACIONAL DE PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2022, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo no dia 14 de novembro de 2022, (segunda-feira), em decorrência do feriado da Proclamação da República no dia 15 de novembro de 2022, nas repartições públicas municipais.

Parágrafo Único - O "caput" deste artigo, não se aplica aos órgãos que desenvolvam atividades/serviços essenciais e emergenciais, tais como: saúde, limpeza pública e serviços de manutenção de água que, por sua natureza ou em razão do interesse público, torne indispensável a continuidade do serviço, cujos respectivos Secretários deverão designar servidores para permanecer de sobreaviso, por intermédio de escalas de serviços ou plantões.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, ALTO GARÇAS-MT, em 07 de Novembro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 001/2022

Referente: Execução do Contrato nº 061/2022

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM LABORATÓRIO COM BANHEIRO NA E.T.A –ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT".**

Interessado: SANEXIX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.497.119/0001-04.

NOTIFICAMOS a empresa: SANEXIX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.497.119/0001-04, do descumprimento da contratação celebrada entre as partes, disposto no **Item 6.2.1.13** acordado através do contrato nº 061/2022, tomada de preços 004/2022, que dispõe das seguintes citações "– **Executar os serviços e obras em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como com as informações e instruções emanadas pela fiscalização da contratante**".

Expõe-se neste, que, os aspectos construtivos da Obra de Construção de um Laboratório com Banheiro na E.T.A. não segue as Instruções Normativas no que diz respeito a utilização de:

Prumo: verifica se os tijolos e blocos de concreto estão no mesmo alinhamento vertical. Ao encostar a parte de madeira do prumo na área superior da parede e esticar o fio até embaixo, o pêndulo não deve ficar encostado ou afastado demais, apenas próximo;

Nível: verifica se os tijolos e blocos de concreto estão no mesmo alinhamento horizontal. Ao usá-lo, é normal escolher um nível de referência de 1 metro até o solo e transportá-lo para as paredes de todos os cômodos através do método da mangueira transparente e cheia de água.

Esquadro: verifica a angulação no encontro de duas paredes. Geralmente, o ângulo é de 90º.

NÃO É DE AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, a utilização do Reboco como forma de correção de uma parede. Pois, como foi verificado in loco, a estrutura apresenta uma diferença de alinhamento horizontal de aproximadamente 6 cm, considerando que as três camadas de revestimento (chapisco, emboço e reboco) devem ter entre 1,5 cm e 2 cm no máximo, seria por obrigação a realização de uma correção de aproximadamente 4 cm usando apenas massa. O que não aumentaria apenas o consumo de material e o custo da obra, mas sim apresentaria **riscos estruturais**, como trincas e rachaduras.

Fica a empresa SANEXIX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.497.119/0001-04**,** advertida a apresentar soluções a problemática apontada neste no **prazo máximo de 15 dias Úteis** a contar da data da Publicação e/ou recebimento desta notificação.

As Soluções estudadas pelo Responsável Técnico contratado deve passar pela autorização da fiscalização.

Vale ressaltar que, o descumprimento do contrato, conforme **Art. 78 da Lei Federal Nº 8.666/93, Atualizada pela Lei Federal Nº 8.883/94** e **item 6.2.1.36** do contrato nº 061/2022 que cita "Reparar, Corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no prazo estabelecido pela fiscalização, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados", ocorrera às seguintes penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.2 Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência;

7.2.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados À CONTRATANTE.

7.2.3 Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Alto Garças, 27 de Outubro de 2022.

MARCOS ARCARDE SIQUEIRA,

Diretor do Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública

Portaria nº 009/2021

EDNA PESSOA SOARES BAILO

Fiscal do Contrato

Portaria nº 025/2022

KRISTYAN VANNBAT FERREIRA

Engenheiro Civil – Fiscal da Obra

Portaria nº 239/2022

JÉSSIKA DE MELO GOMES

Engenheira Civil – Fiscal da Obra

Portaria nº 239/2022

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 278, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre nomeação de servidor (a) para exercer função gratificada, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSO, no uso de suas atribuições legais exaradas no art.71, inciso X da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Ofício nº 656/2022/SMS encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.315, de 09 de junho de 2022;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia o (a) servidor (a) **Roberta Martinez Bíscaro,** portador (a) da matrícula nº 1194-1, para exercer a função gratificada de **Responsabilidade Técnica na Farmácia do Pronto Atendimento Municipal**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças-MT, em 07 de novembro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 24 de novembro de 2022, às 09:45h (horário de Brasília-DF)**, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS DIVERSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (INFANTIL E FUNDAMENTAL) DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT**,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital desse referido Processo será retificado. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**: Das 08:00h do dia 08/11/2022 às 18:00h do dia 23/11/2022 (horário de Brasília), **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09:30h do dia 24/11/2022 (horário de Brasília), **INÍCIO DA DISPUTA:** Dia 24/11/2022 às 09:45h (horário de Brasília). INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: (www.bll.org.br). Maiores informações via email: compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitação - Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT - telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 07 de novembro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
I TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 248/2021

I TERMO ADITIVO

CONTRATO N.º 248/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **DANIELE SILVA DA CONCEIÇÃO,** portadora do RG sob o n. º 1772010-9 **SSP/**MT e inscrita no CPF sob o n.º 017.278.791-20residente e domiciliado na RUA SEM DENOMINAÇÃO, CAMPO DE AVIAÇÃO EM ALTO PARAGUAI -MT, a seguir denominada **CONTRATADA, RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as clausulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS

PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 24/11/2023 o prazo de vigência do contrato**.**

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo.**

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 07 de novembro de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	DANIELE SILVA DA CONCEIÇÃO
Prefeito Municipal	Contratada

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

JURIDICO
I TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 245/2021

I TERMO ADITIVO

CONTRATO N.º 245/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **LUAN GABRIEL DA SILVA SOUZA,** brasileiro, , portador do RG sob o n.º 22827846 **SSP/**MT e inscrita no CPF sob o n.º 062.308. 981.52**,** residente e domiciliado na AVENIDA PRINCIPAL, CENTRO EM CAPÃO VERDE EM ALTO PARAGUAI MT, CEP 78400-000**, RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as clausulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 31/10/2023 o prazo de vigência do contrato**.**

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo.**

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 07 de novembro de 2022, com efeitos retroativos ao dia 03/11/2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	LUAN GABRIEL DA SILVA SOUZA
Prefeito Municipal	Contratado

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

JURIDICO
I TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 250/2021

I TERMO ADITIVO

CONTRATO N.º 250/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **JOSE MAURO BATISTA DA SILVA,** portador do RG sob o n. º 1349476-7 **SSP/**MT e inscrita no CPF sob o n.º 000.054.491.46,residente e domiciliado na ESTRADA PA NOVA ESPERANÇA, LOTE 46, CAPÃO VERDE EM ALTO PARAGUAI -MT, a seguir denominada **CONTRATADA, RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as clausulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 24/11/2023 o prazo de vigência do contrato**.**

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo.**

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 07 de novembro de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	JOSE MAURO BATISTA DA SILVA
Prefeito Municipal	Contratado

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022.

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022.

ONDE – SE LE "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 1 (UM) CONJUNTO PLAYGROUND TIPO PARQUINHO DE MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO NO FORMATO DE ALDEOTA DE EUCALIPTO SIMPLES COM BALANÇO DUPLO E O OUTRO COM ALDEOTA DE EUCALIPTO 2 DECKS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ACORDO COM O CONVENIO 1905/2021 SEDUC".

LE – SE "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 1 (UM) PLAYGROUD DE MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO(PARQUINHO) PARA ESCOLA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - CRECHE VOVÓ NEZINHA DE ACORDO COM O CONVENIO 1905/2021 SEDUC"

Publique-se.

Alto Paraguai/MT, 07 de outubro de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal de Alto Paraguai /MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS 258 E 259-2022

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 258/2022-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *SANDRA DIAS CORREIA XAVIER.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 16 aulas semanais, na Escola Municipal Elzinha Lizardo Nunes."

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias, com início em 02 (dois) de setembro de 2022 e término em 29 (vinte e nove) de novembro de 2022, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL– Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 001/2022/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 02 de setembro de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 259/2022-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *TATIANA MARIA DA SILVA.* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora de Pedagogia.

02.2 – Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e en-

caminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Escola Municipal Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes”

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) meses, e 13 (treze) dias, com início em 10 (dez) de outubro de 2022 e término em 22 (vinte e dois) de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL–Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 001/2022/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: Alto Taquari, 10 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 481/2022.

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar o Sr. **ANTONIO MARCOS ALVES DE LIMA,** portador da cédula de identidade nº 1.945.188 SSP/PI e inscrito no CPF sob o nº 828.639.973-00, no cargo de **Motorista –** Processo Seletivo Simplificado 001/2022, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura - Contrato de Prestação de Serviços nº. 200/2022, no período de 07 de Novembro de 2022 à 06 de Novembro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 07 de Novembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Termo de Intimação de Divida Ativa nº002/2022

Edital de Intimação de Divida Ativa n° 002/2022

CONFORME LISTA EM ANEXO: VIA EDITAL Nº 002/2022 DE 07/11/2022, PROCURAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Descrição dos Fatos, Fundamentação Legal e Intimação.

A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE APIACÁS-MT, vem notificar os contribuintes abaixo relacionados e consignados em nosso Sistema de Divida Ativa, que até a presente data, não consta registro de pagamento referente Débitos aqui exeqüente, espera obter sucesso, enquanto o interesse do contribuinte em tomar ciência e quitar os Débitos de 2022, IPTU, ALVARÁ, ISSQN, ITBI, entre outras taxas e tributos até a data de 30/11/2022.

Caso o contribuinte não possua nenhum Débito, deve desconsiderar esta intimação e procurar o Departamento de Tributação e Fiscalização de Apiacás/MT, para comprovar quitação, evitando que o mesmo seja levado judicialmente a Execução Fiscal. A lista contendo os nomes será anexada no mural da Prefeitura Municipal de Apiacás.

Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 143/2017, Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal.

Apiacás, 07 de Novembro de 2022.

SECRETARIA DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
JUSTIFICATIVA

O candidato **BRUNO DOS SANTOS BOCARDE** foi convocado no dia 06/10/2022, para ser contratado no cargo de Apoio Administrativo Educacional, pelo Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2022, porém não compareceu no prazo, conforme determina o Edital de Convocação 004/2022, no entanto, não tomou posse e nem justificou sua ausência ou inércia.

Apiacás-MT; 07 de Novembro de 2022.

MARIZETE ANDRETTA

Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **200/2022**

CONTRATANTE- **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADO – **ANTONIO MARCOS ALVES DE LIMA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE MOTORISTA**

VALOR MENSAL: **R$ 1.918,80 (Um mil e novecentos e dezoito reais e oitenta centavos)**

VIGÊNCIA – **07/11/2022 à 06/11/2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO N° - 140/2022

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - CCT CONSTRUTORA LTDA

OBJETO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO PRAZO DE VIGENCIA

PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS-BAIRRO UNIÃO

PRAZO VIGENCIA PRORROGADO EM 365 DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 181/2022 03/11/2022

"Dispõe sobre suspensão de servidor e dá outras providencias"

O Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto - Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando que os deveres e direitos do servidor público municipal estão explícitos na Lei Municipal nº 165/93 de 22 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores);

RESOLVE:

Artigo 1º- Suspender por um período de 15 (quinze) dias, contar a partir de 28/10 a 12/11/2022 o Sr. Leoeverton Ferreira Rios – CI RG. Nº 31523927SSP/MT e CPF nº 063.103.871-03, servidor comissionado no cargo de Chefe de Cessão, conforme portaria nº 36/2021 de 01/02/2021, prestador serviços na Secretaria Municipal de Obras do Município de Araguaiana – MT, por ter infringido o artigo 189, inciso I, II e X; artigo 190 inciso II da Lei Municipal 165/1993 de 22 de outubro de 1993.

Artigo 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de novembro de 2022.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

TOMADA DE PREÇOS 005/2022

A Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito, torna público que, com base na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas, o Despacho de Cancelamento do Processo Licitatório porá razão de adequação de Projeto Básico e Planilha Orçamentária da **TOMADA DE PREÇOS 005/2022,** para, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DAS PONTES DE MADEIRA DA AVUADEIRA, BARREIRAO E MATULA, CONFORME TERMO DE CONVENIO E PLANO DE TRABALHO Nº 0732-2022/SINFRA, PROJETO BASICO E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO,** com abertura marcada para o dia **08/11/2022** às **10h00min (horário de Brasília),** sendo solicitado pelo setor de engenharia, visando garantir ampla participação ao processo e economicidade ao Município, como não há tempo hábil para correção, foi solicitado a revisão e será marcada nova data para realização do certame.

Assim sendo, torna-se **Cancelado** o Procedimento em Epígrafe.

Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210 – Setor de Licitações, e-mail: licitacao@araguainha.mt.gov.br.

Araguainha/MT, 07 de Novembro de 2022

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 067/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. Enilson de Araújo Rios, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de Contratação de Pessoa Jurídica para realização de serviços de Desenvolvimento, Atualização e Hospedagem do Website Oficial da Prefeitura Municipal de Araputanga, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Administração, mediante o valor total de R$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação n°. 067/2022, com fulcro nas disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 07 de novembro de 2022.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 589/2022

DESIGNAR SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 072/2022, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE CARRETEL E TANQUE DE GASOLINA PARA ROÇADEIRA, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 072/2022, com a empresa a seguir:

Empresa DIEGO SILVA PETINI, inscrita no CNPJ nº. 26.599.382/0001-05.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr.ª Francisco Tibúrcio de Carvalho, como fiscal titular e como fiscal suplente Sr.ª Genivaldo dos Santos, responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, quatro (04) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 112/2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 112/2022

reajusta OS VALORES CONTIDOS NO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.327/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga/MT e:

CONSIDERANDO a disposição do §2º do art. 2º da Lei Municipal nº 1.327/2018, que determina o reajuste dos valores das diárias em janeiro de cada ano através do índice IPC-FIPE;

CONSIDERANDO que o último reajuste (Decreto Municipal nº 85/2021) levou em consideração o período de janeiro de 2019 a junho de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aplicado o índice de 12,14% (doze vírgula catorze por cento) apontado pelo IPC-FIPE do período de julho de 2021 a setembro de 2022, reajustando os valores contidos no Art. 2º da Lei Municipal nº 1.327/2018, escalonando-os da seguinte forma:

CARGO	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
Prefeito e Vice-Prefeito	**R$ 406,37**	**R$ 812,18**
Secretários, Procurador Geral e Diretores	**R$ 316,90**	**R$ 633,80**
Servidores e Agentes Públicos em Geral	**R$ 268,14**	**R$ 408,38**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga - Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.622/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 180.200,00 (CENTO E OITENTA MIL E DUZENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2176 de 09 de dezembro de 2021 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 180.200,00 (cento e oitenta mil e duzentos reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
01.001.01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Administrativas Legisl		
3390.1400 – Diárias	*1.500.0000000*	15.000,00
3390.3900 – Serviços de terceiros Pessoa Jurídica	*1.500.0000000*	5.000,00
3390.9300 – Indenizações e Restituições	*1.500.0000000*	160.200,00
Total		***180.200,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
01.001.01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Administrativas Legisl		
3190.1300 – Obrigações patronais – INSS	*1.500.0000000*	80.000,00
3190.9400 – Indenizações e restituições trabalhistas	*1.500.0000000*	30.000,00
3191.1300 – Obrigações patronais – FAPEMA	*1.500.0000000*	55.200,00
3390.3300 – Passagens e despesas de locomoção	*1.500.0000000*	15.000,00
Total		**180.200,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 13 de outubro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 75/2022

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.039/2022, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã/MT.**

Início da Sessão: **Dia 21/11/2022, às 08h00min (oito) horas,** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 07 de novembro de 2022.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.080/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 2285/2022, Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **05 (cinco) dias por motivo de doença em pessoa da família**, para a Servidora Sra. **TATIANE DA SILVA BECKER**, brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade RG nº 2392945-6 SESP/MT e inscrito no CPF nº. 045.622.531-50, contratada no cargo de **APOIO ADMIN EDUCACIONAL (ZELADORA),** matricula 6842,*lotada na Secretaria Municipal de Educação* **sem remuneração**, tendo em vista o disposto

no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 07/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.079/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 2284/2022, Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **10 (dez) dias por motivo de doença em pessoa da família**, para a Servidora Sra. **TATIANE DA SILVA BECKER**, brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade RG nº 2392945-6 SESP/MT e inscrito no CPF nº. 045.622.531-50, contratada no cargo de **APOIO ADMIN EDUCACIONAL (ZELADORA),** matricula 6842,*lotada na Secretaria Municipal de Educação* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 28/10/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.078/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 2283/2022, Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia por motivo de doença em pessoa da família**, para a Servidora Sra. **TALITA WILLE DIAS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2381975-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 061.281.751-20, ocupante do Cargo de Carreira de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – TDE - SEDE, matriculas 6692,***lotada na Secretaria Municipal de Educação* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 04/11/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.077/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Art. 80, inciso § 2º da Lei Complementar nº 182/2021;

Considerando o Requerido no Memorando n° **1162**/2022/SME e Deferido da Gestora*;*

RESOLVE:

Art. 1° CONCEDER, aos servidores abaixo relacionados, Contratados no Cargo de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** *lotados na Secretaria Municipal de Educação,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe**,** a partir do dia 04/11/2022, conforme segue:

ü **Carlos de Jesus Firmino;**

ü **Cervino Luiz de Souza;**

ü **Marcelo de Araújo Bezerra;**

ü **Marcio Rogerio Dambroso;**

ü **Natalino Hotts Frez;**

ü **Odair Jose Rodrigues dos Santos;**

ü **Willian Ferreira Simões Heilmann da Silva.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.076/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura do Processo de **Sindicância n° 038/2022**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Educação,conforme Parecer Jurídico nº 905/2021 e Memorando nº 748/2022/SME, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa Aripuanã Comercio de Eletro Eletrônicos Ltda.

Titulares:

1. Viviane de Andrade Galindo – Mat.4811– Presidente

2. Fernando Vieira Barbosa – Mat. 864/3914 – Secretario

3. Simone Maria dos Santos – Mat. 2998 - Membro

Suplente:

1. Maria Luiza Gomes Alves – Mat. 3788

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.075/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura do Processo de **Sindicância n° 037/2022**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Educação,conforme Parecer Jurídico nº 918/2021 e Memorando nº 748/2022/SME, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa Denis Wladiny Nunes de Sá.

Titulares:

1. Viviane de Andrade Galindo – Mat.4811– Presidente

2. Fernando Vieira Barbosa – Mat. 864/3914 – Secretario

3. Simone Maria dos Santos – Mat. 2998 - Membro

Suplente:

1. Maria Luiza Gomes Alves – Mat. 3788

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.074/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura do Processo de **Sindicância n° 036/2022**, com a finalidade de apurar responsabilidade referente ao Auto de Infração nº 12534/2011 lavrado em 11/10/2011 pela SEMA/MT**,** conforme Parecer Jurídico nº 101/2018, Memorando n° 126/2022-GP e Oficio nº 003/2022 protocolo nº 1106/2022.

Titulares:

1. Viviane de Andrade Galindo – Mat.4811– Presidente

2. Fernando Vieira Barbosa – Mat. 864/3914 – Secretario

3. Simone Maria dos Santos – Mat. 2998 - Membro

Suplente:

1. Maria Luiza Gomes Alves – Mat. 3788

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.073/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura do Processo de **Sindicância n° 035/2022**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,conforme Memorando nº 843/SEMUSA/2022, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa S. L. Souza Turismo - Me.

Titulares:

1. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat.160– Presidente

2. Alessandra Andrade da Silva – Mat. 2513 – Secretaria

3. Marcieli de Linhares – Mat. 2477 - Membro

Suplente:

1. Andreia Pereira da Silva – Mat. 4837

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.072/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura do Processo de **Sindicância n° 034/2022**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa Centro Médico Cristo Rei Aripuanã, conforme memorando nº 925/SEMUSA/2022

Titulares:

1. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat.160– Presidente

2. Alessandra Andrade da Silva – Mat. 2513 – Secretaria

3. Marcieli de Linhares – Mat. 2477 - Membro

Suplente:

1. Andreia Pereira da Silva – Mat. 4837

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 15.071/2022

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura do Processo de **Sindicância n° 033/2022**, com a finalidade de averiguar a conduta da Servidora **Lara Fernanda Portilho dos Santos,** ocupante do Cargo de Carreira de **Professor**, **lotada na Escola Prof. Jari Edgar Zambiasi** de acordo com o Memorando nº 1111/2022 e documentos em anexo.

Titulares:

1. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat.160– Presidente

2. Alessandra Andrade da Silva – Mat. 2513 – Secretaria

3. Marcieli de Linhares – Mat. 2477 - Membro

Suplente:

1. Andreia Pereira da Silva – Mat. 4837

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2022

O Município de Aripuanã – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, na cidade de Aripuanã-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. Sr.ª SELUIR PEIXER REGHIN, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n. º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, resolve **RESCINDIR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em epígrafe, a qual foi firmada com a empresaAOT AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS TECNICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.338.548/0001-08, com sede na Av. Visconde do rio branco, N°.931, Centro, na cidade de Teofilo Otoni, Estado Minas Gerais, neste ato representada pelo sócio administrador senhor, Silvano de Souza Silva, brasileiro, portador da C.I. RG. nº 17.762.132 SSP/MG e CPF/MF n.º 124.136.276-93,Telefone: (33) 3086-3733 E-mail: licitacao@aotambiental.com.br, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo visa rescindir a Ata de Registro de Preços de todos os itens constantes da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 86/2022, do Processo Licitatório Pregão Presencial SRP nº. 36/2022.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Fundamento Legal: Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

2.1.1 - Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

2.1.2 - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

2.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 2 anos (dois) anos;

2.2 – **Motivação:**

2.2.1 – No dia 07 de julho de 2022 a empresa acima mencionada firmou contrato com está prefeitura, referente a prestação de serviços de jardinagem. Ocorre que, da data de assinada da ata de registro de preço, até o presente momento o referido serviço ainda não foi executado.

No que reza a clausula 4.1 do da ata de registro de preço, o prazo de execução do objeto seria de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do ato do recebimento da Nota de Autorização de Despesas – NAD, e como foi mencionado, a empresa não vem cumprindo com o pactuado.

No dia 19/09/2022 a empresa AOT AMBIENTAL E EMPREENDIEMTNOS TECNICOS LTDA fora notificada para que começasse imediatamente os serviços, porém até o momento não ouve manifestação.

Diante dos fatos e mediante a necessidade do Município em utilizar a prestação de serviços hora licitado, autorizo a rescisão e aplicação das penalidades da referida Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A empresa poderá interpor recurso sobre a decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura.

O presente termo de RESCISÃO, será impresso em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Aripuanã-MT, aos 04 dias do mês de novembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-ADESÃO 026-2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

REFERÊNCIA: Processo Administrativo: 139/2022 | Adesão nº 026/2022

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ALVENARIA DE BRINQUEDOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE BARAO DE MELGAÇO-MT.**

PROPONENTE: **FACILITA- GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI**

CNPJ: **17.286.917/0001-05**

VALOR: **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 43, VI da Lei Federal 8.666/93.

Na qualidade de Prefeita do Município de Barão de Melgaço/MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

HOMOLOGO os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Se for o caso, proceda-se à convocação do proponente para assinar o contrato.

Registra-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Município de Barão de Melgaço/MT, 07 de novembro de 2022.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 113/2022.

EXTRATO DE CONTRATO N. 113/2022.

CONTRATO: Nº 113/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADA: FACILITA – GESTÃO PUBLICA BRASIL- EIRELI

CNPJ: 17.286.917/0001-05

OBJETO:ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, NA GESTÃO DE APOIO A MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE. APOIO AOS SETORES DE PROGRAMAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, REGULAÇÃO, CONTROLE SOCIAL, SUPORTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE, QUALIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CAPACITAÇÕES VOLTADAS PARA EQUIPE DA SMS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT, conforme especificações e quantidades descritas neste **Termo de Referência da Adesão Nº 026/2022 – Processo Licitatório nº 139/2022,** conforme quantidades, valores, descrições e demais especificações constantes, para atender a Secretaria municipal de Saúde

VALOR: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 07/11/2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO-INEXIGIBILIDADE 17-2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REFERÊNCIA: Processo Administrativo: 143/2022 | Inexigibilidade de Licitação nº 017/2022

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DE MOTONIVELADORA VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT.**

PROPONENTE: **EXTRA MÁQUINAS S/A**

CNPJ: **19.293.041/0001-41**

VALOR: **R$ 5.662,78 (cinco mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto 9412/2018.

Na qualidade de Prefeita do Município de Barão de Melgaço/MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 17/2022, no bojo do Processo nº 143/2022, nos termos do Artigo 25, da Lei Federal 8.666/93. **HOMOLOGO** os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com

a Lei Federal n° 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Se for o caso, proceda-se à convocação do proponente para assinar o contrato.

Registra-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Município de Barão de Melgaço/MT, 07 de novembro de 2022.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO-PORTARIA N° 149 DE 04 DE NOVEMBRO 2022.

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N° 149 DE 04 de novembro 2022.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO QUE TEM POR **OBJETO FORMALIZAR ENTENDIMENTOS ENTRE AS PARTES NO SENTIDO DE UNIREM ESFORÇOS E RECURSO PARA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM CONCRETO NO DISTRITO SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA TRECHO: AVENIDA PRINCIPAL, COORDENADAS INICIAL: 16º34'25,27"S 56º12'14,96"O COORDENADAS FINAL: 16º34'03,90"S 56º16'460,46"O, SEDE MUNICÍPIO, TOTALIZANDO 11.520,00 M² NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELAPRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de BARÃO DE MELGAÇO/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO QUE TEM POR OBJETO **FORMALIZAR ENTENDIMENTOS ENTRE AS PARTES NO SENTIDO DE UNIREM ESFORÇOS E RECURSO PARA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM CONCRETO NO DISTRITO SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA TRECHO: AVENIDA PRINCIPAL, COORDENADAS INICIAL: 16º34'25,27"S 56º12'14,96"O COORDENADAS FINAL: 16º34'03,90"S 56º16'460,46"O, SEDE MUNICÍPIO, TOTALIZANDO 11.520,00 M² NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT,** conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	**OBJETO FORMALIZAR ENTENDIMENTOS ENTRE AS PARTES NO SENTIDO DE UNIREM ESFORÇOS E RECURSO PARA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM CONCRETO NO DISTRITO SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA TRECHO: AVENIDA PRINCIPAL, COORDENADAS INICIAL: 16º34'25,27"S 56º12'14,96"O COORDENADAS FINAL: 16º34'03,90"S 56º16'460,46"O, SEDE MUNICÍPIO, TOTALIZANDO 11.520,00 M² NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT**	NILSON BATISTA DUARTE CPF: 487.581.911-00 ENGENHEIRO CIVIL CREA: 1207232955

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO: **DENNER BRANDÃO GONÇALVES**

ENGENHEIRO CIVIL – **CREA MT 52665**

ARTIGO 2° Declaramos que o projeto foi elaborado, analisado e aprovado dentro das Leis Federais e Estaduais, NBR's, Orientações Técnicas e Instrução de Serviços vigentes seguidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, respeitando ainda todos os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado.

ARTIGO 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barão de Melgaço-MT, 04 de novembro de 2022.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

DENNER BRANDÃO GONÇALVES

Engenheiro Civil - CREA MT52665

EXTRATO DE CONTRATO N. 114/2022.

EXTRATO DE CONTRATO N. 114/2022.

CONTRATO: Nº 114/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADA: EXTRA MÁQUINAS S/A

CNPJ: 19.293.041/0001-41

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DE PÁ MOTONIVELADORA VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT, conforme especificações e quantidades descritas neste **Termo de Referência da Inexigibilidade Nº 017/2022 – Processo Licitatório nº 143/2022,** conforme quantidades, valores, descrições e demais especificações constantes, para atender a Secretaria municipal de Obras

VALOR: R$ 5.662,78 (cinco mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos)

PRAZO: 60 (sessenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 07/11/2022.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL 15-2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2022

A Pregoeira do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, torna público o resultado do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 015/2022, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO, FREEZER E FOGÃO POR MEIO DE EMENDA PARLAMENTAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT**, cujo certame teve como vencedores as empresas **JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 05.083.549/0001-00**, e **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.870.717/0001-08,** com o valor de:

I

LICITANTE	CNPJ	ITENS VENCEDORES	TOTAL DO VENCEDOR
JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA	**05.083.549/0001-00**	02	**R$ 33.840,00**
STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA	**05.870.717/0001-08**	01 e 03	**R$ 37.700,00**

Barão de Melgaço - MT, 07 de novembro de 2022.

QUÉREN-HAPUQUE ALBERNAZ MARQUES SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 128/2022

DECRETO Nº 128/2022

Que dispõe sobre desmembramento de Lote Urbano.

MARIA AZENILDA PEREIRA Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica aprovado o Desmembramento de uma área de terras urbana denominada Lote 03 da Quadra 06, situado na Rua Xerentes esquina com Rua Goitacazes, Bairro Maracanã, neste Município de Barra do Bugres, com uma **área de 733,00m²,** matriculado sob o **nº 24374**, no Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Bugres-MT, de propriedade do **Genivaldo Cefalo Carvalho, CPF n° 616.495.031-72, e sua esposa a Sr.ª Flaviana Seconello Gonçalves Carvalho, CPF nº 699.353.601-30,** em áreas com as denominações a seguir caracterizadas: **LOTE 03-A**,medindo 360,25m², **LOTE 03-B,** medindo 372,75m², conforme memoriais descritivos e plantas de desmembramento, partes integrantes deste decreto.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 outubro de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

SIDINEI FELIZARDO NOGUEIRA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: MAXICASE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **05.380.321/0001-82.**

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE TRATOR DE 100 CV, CONFORME CONVÊNIO N° 920604/2021 COM O MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICIPIO.

DO VALOR: O VALOR total da ATA DE REGISTRO a ser paga pelo CONTRATANTE é de R$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais).

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
14.002.0.0.20.608.3030.1025.4.4.90.52.00.00.17000000000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.

Barra do Bugres – MT, 07 de novembro de 2022.

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT

ORGAO GERENCIADOR

_____

MAXICASE MAQUINAS LTDA

LUIZ ALBERTO GOTARDO

FORNECEDOR REGISTRAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 002/SMEC/2022

Dispõe sobre o processo de inscrição, contagem de pontos, atribuição de regime/jornada de trabalho dos profissionais pertencentes ao quadro efetivo e contratados da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2023 e demais providências.

A Sr.ª **Bernadete Fernandes Gregolin**,Secretária Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições legais e considerando:

A Lei nº. 9.394/96, a LC nº 030/2009, LC nº 055/2013 e suas alterações, e a Resolução 002/COMED/2021;

As Políticas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

A importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

A necessidade de fixar critérios para atribuição de regime/jornada de trabalho nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

R E S O L V E:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o processo de atribuição de regime/jornada de trabalho dos Profissionais Técnico de Ensino Médio, Apoio Administrativo Educacional e Agente Operacional atuantes na Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de **2023.**

Art. 2º Todos os profissionais da educação, efetivos e contratados que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de inscrição, atribuição de itinerários e regime/jornada de trabalho na SMEC, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I. Em afastamento por licença para tratamento de interesse particular;

II. Em exercício de atividades na SMEC, respectivos Departamentos e Conselho Municipal de Educação.

III. O servidor em mandato classista;

IV. Cedidos em Cooperação Técnica para a SEDUC/MT, os que atuam como tutores nos Programas Educacionais, na Coordenação Geral da UAB e os que se encontram afastados na forma da lei.

§ 1º Para os servidores enquadrados nas situações de que tratam os incisos deste artigo, será obrigatória a atribuição de escola.

§ 2º Para atribuição dos profissionais efetivos em constante Licença Saúde ou em Readaptação deve ser observado:

I. Em afastamento constante por motivo de licença para tratamento de saúde (mais de 6 meses) com apresentação do Laudo Pericial, deve contar pontos, mas não haverá necessidade de atribuição na vigência da licença;

II. O profissional em readaptação (desvio de função) com apresentação do Laudo Pericial, deve contar pontos e atribuir em uma das funções constantes na Portaria Interna nº 029/SMEC/2022.

Art. 3º Caso haja disponibilidade de vagas serão admitidos profissionais com contratos temporários na Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Os profissionais contratados serão convocados em conformidade com a ordem de classificação do respectivo Teste Seletivo.

§ 2° Havendo permissão legal, poderá haver prorrogação do contrato,devendo ocorrer nova atribuição de local de trabalho, considerando a respectiva classificação no Teste Seletivo vigente, até o limite das vagas disponibilizadas no Quadro de Lotação de cada Unidade escolar.

Art. 4º Após as atribuições de regime/jornada de trabalho, não serão permitidos arranjos internos pelos gestores escolares, salvo requerimento fundamentado, a ser analisado:

a) Pela Comissão de Atribuição, em até 03 (três) dias após a Sessão Pública de atribuição;

b) Pela Secretaria Municipal de Educação, após o prazo do item anterior.

Art. 5º A Comissão de Inscrição, Contagem de Pontos e Atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho na rede municipal de ensino será composta por 02 (dois) membros representantes dos diversos segmentos, conforme segue:

I. Representantes das SMEC – 2 membros;

II. Representantes do SINTEP – 2 membros;

III. Representantes do COMED – 2 membros;

IV. Representantes do SISPUMBB – 2 membros.

§ 1° - A Comissão de Inscrição, Contagem de Pontos e Atribuição foi instituída através da Portaria Interna nº 024/SMEC/2022;

Art. 6º Para a realização da atribuição de regime/jornada de trabalho a Comissão deverá seguir os procedimentos abaixo, nos prazos previstos no Cronograma do Anexo I:

a) Elaborar e divulgar o Edital de Convocação dos profissionais efetivos e contratados, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa que contêm todas as informações necessárias ao processo de inscrição, contagem de pontos e atribuição de itinerários e regime/jornada de trabalho,

b) Afixar para divulgação, em local de fácil visualização, a relação nominal dos profissionais, por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará do quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de regime jornada de trabalho.

c) prever prazo para interposição de recursos a ser protocolado junto a comissão de atribuição de regime/jornada de trabalho, a qual deverá julgar os recursos.

d) Realizar sessão pública (atribuição) com a participação de todos os profissionais convocados para a atribuição de regime/jornada de trabalho;

e) Elaborar atas ao término de cada fase e etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando, cargos/funções atribuídas ou não atribuídas, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão de Atribuição.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO E APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR

Art. 7° Na atribuição do regime/jornada de trabalho dos Inspetores de Alunos, Agentes de Serviço Social e Apoio Administrativo Educacional, será atribuído o turno de 06 (seis) horas corridas, conforme necessidade da unidade educacional.

Art. 8° O Quadro Administrativo das Unidades Escolares será composto conforme prevê a **LC 055/2013**, com as seguintes funções:

I. Técnico de Nível Médio:

a) Agente de Administração / Escriturário / Técnico em Administração Escolar;

b) Inspetor de Alunos / Técnico em Multimeios Didáticos;

c) Técnico de Informática;

d) Agente de Serviço Social / Técnico em Desenvolvimento Infantil;

II. Apoio Administrativo Educacional;

a) Cozinheira / Agente de Nutrição;

b) Agente de Serviço Público / Contínuo;

c) Agente de Vigilância.

Art. 9° Para a realização do processo de atribuição da jornada de trabalho, a comissão constituída deverá considerar os seguintes critérios:

I. Para cada ano de serviço efetivamente prestado no Município **1,0 (um) ponto**.

II. Para cada ano de serviço efetivamente prestado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, **2,0 (dois) pontos.**

III. Participação em reuniões administrativas, na unidade de lotação, no ano em curso, **de 50% a 75%, 0,5 (meio ponto); de 76% a 100%, 1,0 (um ponto)**, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005.

IV. Assiduidade de 100% da jornada de trabalho, **2,0 (dois) pontos**, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela LC 001/2005.

V. Pontuação auferida pela maior titulação nos termos do quadro abaixo:

FORMAÇÃO		**PONTUAÇÃO**
PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	25
	ESPECIALIZAÇÃO	20
GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO	15
PRÓ-FUNCIONÁRIO PRÓ-INFANTIL	CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE	10
ENSINO MÉDIO	2° GRAU	05
ENSINO FUNDAMENTAL	1° GRAU	03

VI. Formação Continuada dos últimos 03 (três) anos – 31/12/2019.

a) Certificado na área da Educação e/ou atuação pela instituição formadora legalmente autorizada, contendo carga horária, conteúdos ministrados e registro. **1,0 (um) ponto** para cada 20 (vinte) horas, com limites de **6,0 (seis) pontos**.

VII. Participação nas reuniões como Conselheiro, no ano em curso, em pelo menos um dos Conselhos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, **de 50% a 75%, 0,5 (meio) ponto**; **de 76% a 100%, 01 (um) ponto**, comprovado através de declaração do Presidente.

§ 1° Advertências nos últimos 3 (três) anos e/ou com Processo Administrativo em andamento, perderá 50% (Cinquenta por cento) dos pesos do cômputo geral referente aos incisos I, e II do Art. 9º.

§ 2º Suspensão nos últimos 5 (cinco) anos perderá 50% (Cinquenta por cento dos pesos do cômputo geral referente aos incisos I, e II do Art. 9º.

Art. 10 Quando da apuração final dos pontos, ocorrer empate entre os servidores, para efeito de desempate serão observados os seguintes critérios:

I. Maior titulação;

II. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

III. Maior idade.

Art. **11** A atribuição de regime/jornada de trabalho seguirá as datas previstas no Anexo I – Cronograma.

SEÇÃO III

DOS ITINERÁRIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA ATRIBUIÇÃO AOS AGENTES OPERACIONAIS

Art. 12 Os itinerários disponíveis para atribuição são os disponibilizados em Portaria do Secretário Municipal de Educação, definidos com base na Unidade Escolar para a qual converge o transporte dos alunos, na localização dos alunos, suas residências atuais e possíveis alterações.

§ 1º Os períodos de funcionamento da Unidade Escolar de convergência do itinerário definem os períodos da jornada de trabalho do Agente Operacional que escolheu o itinerário.

§ 2º Os dias letivos do calendário escolar e as atividades curriculares e extracurriculares da unidade escolar de convergência do itinerário definem os dias de funcionamento do transporte escolar.

§ 3º A escolha dos itinerários é de caráter anual e assegura ao Agente Operacional a unidade escolar de convergência e a linha mestra principal, podendo ocorrer aumento ou diminuição de rota e quilometragem, de acordo com a localização dos alunos usuários do transporte escolar.

Art. 13 Os agentes operacionais efetivos, conforme LC 055/2013, fazem jus à:

a) Adicional de Translado aos que exerçam suas atividades no transporte de alunos, professores e merenda escolar, ainda que em substituição;

b) Verba Indenizatória – VI, aos que residem na zona urbana e que, por força do itinerário, necessitem pernoitar na zona rural, no valor de R$ 90,00 (noventa reais) por dia letivo, reajustáveis nos termos do Artigo 19da LC 055/2013.

§ 1º Os Agentes Operacionais interessados para atribuição de itinerários, deverão obrigatoriamente ter, no ato da inscrição, a **CNH "D", o Curso de Transporte Escolar e Transporte Coletivo**, conforme art. 8º da Lei Municipal nº 2.186/2015.

§ 2º No caso de interesse público (falta de motorista), os agentes operacionais que preenchem os requisitos do § **1º, exceto o curso de Transporte Escolar, terão sua classificação em separado.**

Art. 14 Para a realização do processo de atribuição da jornada de trabalho, a comissão constituída, mediante apresentação de documentos, deverá considerar os seguintes critérios:

I - Para cada ano de serviço prestado no Município no cargo de motorista comprovado através de documento oficial encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos - DRH da Prefeitura Municipal, **1,0 (um) ponto**.

II - Para cada ano de serviço prestado como motorista na SMEC, comprovado através de documento oficial encaminhado pelo DRH (Departamento de Recursos Humanos) – **2,0 (dois) pontos**.

III - Assiduidade de 100% da jornada de trabalho no ano em curso, **02 (dois) pontos**, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005.

IV - Pontuação auferida pela maior titulação nos termos do quadro abaixo:

FORMAÇÃO		**PONTUAÇÃO**
PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	20
GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO	15
PRÓ- FUNCIONÁRIO	CURSO TÉCNICO	10
ENSINO MÉDIO	2° GRAU	05
ENSINO FUNDAMENTAL	1° GRAU	03

V - Curso de Formação Continuada na área de atuação que contemplem conhecimentos gerais, normas de trânsito ou políticas educacionais voltadas para o transporte escolar, considerando:

a) Certificado na área da Educação ministrado pela instituição formadora legalmente autorizada, contendo carga horária, conteúdos ministrados e registro. 1,0 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas, com limites de 8,0 (oito) pontos, realizados nos últimos três anos (**31/12/2019)**.

b) Curso de Transporte Escolar, ministrado por instituição reconhecida pela legislação de trânsito, 5,0 (cinco) pontos;

c) Curso de Transporte Coletivo ministrado por instituição reconhecida pela legislação de trânsito, 1,0 (um) ponto;

d) Curso MOPP **fornecido por** instituição reconhecida pela legislação de trânsito, 1,0 (um) ponto;

e) CNH Categoria “E”, 1,0 (um) ponto.

§ 1° Advertências nos últimos 3 (três) anos e/ou com Procedimento Administrativo em andamento, perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos referente aos Incisos I e II do artigo 14.

§ 2° Suspensão nos últimos 5 (cinco) anos perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos referente aos Incisos I e II do artigo 14.

§ 3° Quando da apuração final dos pontos, ocorrerem empate entre os servidores, para efeito de desempate serão observados os seguintes critérios:

I. Maior titulação;

II. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

III. Maior idade.

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO AOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS ATRAVÉS DOS TESTES SELETIVOS Nº 001/2021, 001/2022 e 002/2022 – VIGÊNCIA ATÉ 20/12/2022

Art. 15 Aos profissionais contratados no ano de 2022, com contrato vigente até o dia 20/12/2022, interessados em prorrogação do mesmo, haverá nova atribuição de local de trabalho, considerando a respectiva classificação no Teste Seletivo vigente, até o limite das vagas disponibilizadas nos Quadros de Vagas das Unidades escolares.

§ 1º Os contratos serão prorrogados:

a) Até a data de entrada em exercício de candidato aprovado em concurso e nomeado pela Prefeita Municipal, quando atribuído jornada em cargo vago;

b) Pelo período do afastamento legal do profissional efetivo.

§ 2º A ausência do profissional à atribuição específica, na data divulgada no Edital de Convocação, será entendida como renuncia tácita ao direito de prorrogação de contrato.

§ 3º Na prorrogação do contrato vigente, a Carga Horária não poderá ser alterada para maior, mas poderá permanecer a mesma ou menor, de acordo com a disponibilidade de vagas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias, Instrução Normativa e Edital de Convocação, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de regime/jornada de trabalho, para o ano letivo de 2023, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 17 Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Desporto.

Art. 18 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres, 07 de novembro de 2022.

Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura - SMEC

Portaria nº 547/2021

ANEXO I

CRONOGRAMA

	AÇÃO/LOCAL	DATA/ HORÁRIO
01	Divulgação Edital de Convocação Processo de Atribuição	09/11/2022
02	Inscrição e Contagem de Pontos – Agentes Operacionais (motoristas) Efetivos, na Sala de Reuniões da SMEC	18/11/2022 13h às 17h
		19/11/2022 7h às 10h
03	Inscrição e Contagem de Pontos – demais profissionais efetivos, na Sala de Reuniões da SMEC	23 e 24/11/2022 7h30 às 11h – 13h às 16h
04	Divulgação preliminar da Lista de Classificação Geral Efetivos	25/11/2022
05	Recursos contra o resultado preliminar da Classificação Geral	28/11/2022
06	Divulgação julgamento dos recursos e Classificação Geral definitiva	29/11/2022
07	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Agentes de Vigilância (vigilantes/guardas)	12/12/2022 às 14h
08	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Desvios de Função – Apoio e Técnicos - Sala de Reuniões da SMEC.	12/12/2022 às 16h
09	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Técnicos de Nível Médio efetivos (Agente de Administração, Escriturários, Técnico de Informática.	12/12/2022 às 17h30
10	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Apoio Educacional (Contínuos/Agente de Serviço Público, Merendeiras) e Inspetor de Alunos. Sala de reunião da SMEC.	12/12/2022 às 18h30
11	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Agentes de Serviço Social efetivos - Sala de Reuniões da SMEC.	13/12/2022 às 18h30
12	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Técnicos de Desenvolvimento Infantil contratados Sala de Reuniões da SMEC.	15/12/2022 às 18h30
13	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Agentes Operacionais - Motoristas - Sala de Reuniões da SMEC.	17/12/2022 às 8h

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DE REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - EFETIVOS – PARA O ANO LETIVO DE 2023.

DADOS PESSOAIS:

Nome do servidor: _____

Data Nasc. ____/____/____ RG: _____ Órg. Exp._____ CPF:_____Telef. Res._____Cel. _____

Endereço:_____

2. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO? ( ) não ( ) sim

TIPO: ( ) Público ( ) Privado Jornada de Trabalho 40 Horas/semanais.

3. SITUAÇÃO FUNCIONAL: ( ) Efetivo

4. OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE (assinalar apenas uma opção)

a. **TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO**		b. **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**	
( )	Secretaria Escolar	( )	Agente de Serviço Público/Contínuo - Limpeza
( )	Inspetor de Alunos	( )	Cozinheira
( )	Agente de Serviço Social	( )	Vigilância
		( )	Desvio de Função

5. FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	**FORMAÇÃO**	**PONTUAÇÃO**	**TOTAL**
PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	25	
	ESPECIALIZAÇÃO	20	
GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO	15	
PRÓ-FUNCIONÁRIO	CURSO TÉCNICO	10	
ENSINO MÉDIO	2° GRAU	05	
ENSINO FUNDAMENTAL	1° GRAU	03	

6. DO TEMPO DE SERVIÇO:			
I	Para cada ano de serviço efetivamente prestado no Município.	01 (um) ponto.	
II	Para cada ano de serviço efetivamente prestado na Secretaria Municipal de Educação	02 (dois) pontos.	
III	Assiduidade na participação em reuniões administrativas, na unidade de lotação, no ano em curso, **de 50% a 75% 0,5(meio) ponto, de 76% a 100% 1,0(um)ponto** considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005:	50% a 75% 0,5(meio)ponto, de 76% a 100% 1,0(um)ponto	
IV	**Assiduidade de 100% da jornada de trabalho, 02 (dois) pontos, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela LC 001/2005.**	2,0 (dois) pontos	
7. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR: (considerar os últimos 3 anos)			
I	Certificado na área da Educação e/ou área de atuação ministrada pela instituição formadora legalmente autorizada, contendo carga horária, conteúdos ministrados e registro, com limite máximo de 6,0 (seis) pontos.	1,0 (um) ponto para cada 20 (vinte) horas com limite de 6,0 pontos.	
II	Participação nas reuniões como Conselheiro em pelo menos um dos Conselhos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, comprovado através de declaração do Presidente	De 50% a 75% 0,5 (meio) ponto De 76% a 100% 1,0 (um) ponto	
8.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			
1 – Advertência por escrito nos últimos 3 (três) anos e/ou com Processo Administrativo em andamento, perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente aos Incisos I, e II do artigo 9º.		50% a menos	
2 – Suspensão nos últimos 5 (cinco) anos perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente aos Incisos I, e II do artigo 9º.		50% a menos	
9.TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS			

Data _____/_____/_____

_____ _____

Assinatura do Candidato Assinatura da Comissão

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS PARA ATRIBUIÇÃO DE ITINERÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS AGENTES OPERACIONAIS EFETIVOS – ANO LETIVO DE 2023.

DADOS PESSOAIS:

Nome: _____

_____

Data Nasc. ____/____/____ RG: _____ Órg. Exp._____

CPF:_____Telef. Res._____Cel. _____

Endereço:_____

2. POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO? ( ) não ( ) sim

TIPO: ( ) Público ( ) Privado

3. SITUAÇÃO FUNCIONAL: ( ) Efetivo ( ) Contratado

4. FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	**FORMAÇÃO**	**PONTUAÇÃO**
PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	20
GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO	15
PRÓ-FUNCIONÁRIO	CURSO TÉCNICO	10
ENSINO MÉDIO	2° GRAU	05
ENSINO FUNDAMENTAL	1° GRAU	03

5. DO TEMPO DE SERVIÇO:		
I	Para cada ano de serviço prestado no Município no cargo de motorista comprovado através de documento oficial encaminhado pelo DRH (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura.	01 (um) ponto.
II	Para cada ano de serviço prestado como motorista na SMEC, comprovado através de documento oficial encaminhado pelo DRH (Departamento de Recursos Humanos).	02 (dois) pontos
III	Assiduidade de 100% da jornada de trabalho no ano em curso, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005.	02 (dois) pontos
6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR: (considerar os últimos 3 anos)		
I	Certificado na área da Educação ministrado pela instituição formadora legalmente autorizada, contendo carga horária, conteúdos ministrados e registro.	1,0 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas com limite de 8,0 (oito) pontos.
II	Participação nas reuniões como Conselheiro em pelo menos um dos Conselhos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, comprovado através de declaração do Presidente	De 50% a 75% 0,5 (meio) ponto De 76% a 100% 1,0 (um) ponto
III	Curso de Formação na área de atuação fornecido por Escola de Formação de Condutores, a saber:	Com limite máximo de 8,0 pontos.
	1 – Curso de Transporte Escolar -	- 5,0 pontos
	2 – Cursos de Transporte Coletivo –	- 1,0 ponto
	3 – Curso MOPP –	- 1,0 ponto
	4- CNH – Categoria “E”	- 1,0 ponto
7.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
	1 - Advertências nos últimos 3 (três) anos e/ou com Processo Administrativo em andamento, perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente aos Incisos I, e II do artigo 14.	50% a menos
	2 – Suspensão nos últimos 5 (cinco) anos perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente aos Incisos I, e II do artigo 14.	50% a menos
8. TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS		

Data ___/___/___

_____ _____

Assinatura do Candidato Assinatura da Comissão

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 116/2022

DECRETO Nº 116/2022

Que dispõe sobre desmembramento de Lote Urbano.

MARIA AZENILDA PEREIRA Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica aprovado o Desmembramento de uma área de terras urbana denominada Lote 04, situado na Avenida Rui Barbosa esq. c/ Rua Maranhão, Loteamento Rene Barbour, neste Município de Barra do Bugres, com uma **área de 803,55m²,** matriculado sob o **nº 29274**, no Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Bugres-MT, de propriedade de Reginaldo Jorge, CPF n° 729.273.991-15, em áreas com as denominações a seguir caracterizadas: **LOTE 04-A**,medindo 195,38m², **ÁREA 04-B,** medindo 181,27m², **LOTE 04-C**, medindo 234,27m², **LOTE 04-D**, medindo 192,63m², conforme memoriais descritivos e plantas de desmembramento, partes integrantes deste decreto.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 outubro de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

SIDINEI FELIZARDO NOGUEIRA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 001/SMEC/2022

Dispõe sobre o processo de inscrição, contagem de pontos, atribuição de classes e/ou aulas para os Professores efetivos e contratados da Rede Municipal e Professor Redimensionado da Rede estadual de Ensino, para o ano letivo de 2023 e demais providências.

A Sr.ª Bernadete Fernandes Gregolin, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, as Leis Complementares 030/2009 e 055/2013 e ainda, a Resolução 002/COMED/2021;

Considerando as Políticas da SMEC para valorização dos profissionais da educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

R E S O L V E:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o processo de atribuição de Aulas e Jornada de Trabalho dos Professores Efetivos e Contratados da Rede Municipal de Ensino e Redimensionados da Rede Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2023.

Art. 2º Todos os professores efetivos e redimensionados que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de inscrição, atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho na SMEC, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Caso haja disponibilidade de vagas serão admitidos professores com contratos temporários na Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Os professores contratados serão convocados em conformidade com a ordem de classificação do respectivo Teste Seletivo.

§ 2° Havendo permissão legal, poderá haver prorrogação do contrato,devendo ocorrer nova atribuição de local de trabalho, considerando a respectiva classificação no Teste Seletivo vigente, até o limite das vagas disponibilizadas no Quadro de Lotação de cada Unidade escolar.

Art. 4º Após as atribuições de regime/jornada de trabalho, não serão permitidos arranjos internos pelos gestores escolares, salvo requerimento fundamentado, a ser analisado:

a) Pela Comissão de Atribuição, em até 03 (três) dias após a Sessão Pública de atribuição;

b) Pela Secretaria Municipal de Educação, após o prazo do item anterior.

Art. 5º A Comissão de Inscrição, Contagem de Pontos e Atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho na SMEC será composta por 02 (dois) membros representantes dos diversos seguimentos, conforme segue:

I. SMEC;

II. SINTEP;

III. COMED;

IV. SISPUMBB.

§ 1° - A Comissão de Inscrição, Contagem de Pontos e Atribuição foi instituída através da Portaria Interna nº 024/SMEC/2022;

Art. 6º Para a realização da atribuição de regime/jornada de trabalho a Comissão deverá seguir os procedimentos abaixo, nos prazos previstos no Cronograma do Anexo I:

a) Elaborar e divulgar o Edital de Convocação dos professores efetivos, redimensionados e contratados, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa que contêm todas as informações necessárias ao processo de inscrição, contagem de pontos e regime/jornada de trabalho,

b) Afixar para divulgação, em local de fácil visualização, a relação nominal dos professores, por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará do quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de regime jornada de trabalho.

c) prever prazo para interposição de recursos a ser protocolado junto a comissão de atribuição de regime/jornada de trabalho, a qual deverá julgar os recursos.

d) Realizar sessão pública (atribuição) com a participação de todos os professores convocados para a atribuição de regime/jornada de trabalho;

e) Elaborar atas ao término de cada fase e etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando cargos/funções atribuídas ou não atribuídas, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão de Atribuição.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO/REDIMENSIONADO

Art. 7º Para efeito desta Instrução Normativa considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo e redimensionado, as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas no **Artigo 14 e seus parágrafos, da LC 055/2013.**

Art. 8º Para a atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades serão consideradas as cargas horárias do professor efetivo, definida na LC 055/2013 conforme quadro abaixo.

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
30 horas	20 horas	10 horas
40 horas	27 horas	13 horas

§ 1º - Na atribuição da jornada de trabalho, o professor efetivo se inscreverá na sua área de concurso, sendo:

I - Educação Infantil;

II - Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades e especificidades.

§ 2º - Na atribuição da jornada de trabalho, o professor redimensionado se inscreverá na sua área de concurso (Anos Iniciais do Ensino Fundamental).

§ 3º O cumprimento das horas atividades de professores efetivos por área, em regência de classe, e que completam a jornada de trabalho em duas ou mais unidades escolares, será distribuída proporcionalmente a carga horária atribuída a cada unidade.

§ 4º Os professores com vínculo em outra rede de ensino (pública ou privada) devem apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02 (duas) redes de ensino, de maneira que, assegure o cumprimento do regime de trabalho (em sala de aula e horas atividades).

§ 5º O professor pedagogo efetivo no regime de 40 horas deverá, preferencialmente, escolher a lotação integral das jornadas de trabalho numa mesma unidade.

Art. 9º A atribuição de aulas livres ou em substituição, ao professor pertencente ao quadro efetivo, como aulas adicionais, é de caráter temporário.

Parágrafo Único - Para efeito de pagamento, as aulas adicionais de caráter temporário, serão calculadas com base no nível inicial e classe de habilitação.

Art. 10 Não poderão ser contratados para aulas adicionais, contratos temporários de aulas livres e/ou substituição, o profissional que se encontra nas seguintes situações:

I. O professor, detentor de dois vínculos empregatícios, públicos;

II. O professor, exercendo função em regime de Dedicação Exclusiva (Diretor, Coordenador Pedagógico, Coordenador Técnico);

III. O professor em situação de cedência;

IV. O professor, que estiver em gozo de licença de qualquer natureza;

V. O professor, que apresentar no decorrer do ano letivo anterior 10% (dez por cento) de faltas injustificadas;

VI. O professor incluso em Termo de Cooperação Técnica.

SEÇÃO III

DA ATRIBUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO AOS PROFESSORES CONTRATADOS ATRAVÉS DOS TESTES SELETIVOS Nº 001/2021, 001/2022 e 002/2022 – VIGÊNCIA ATÉ 20/12/2022

Art. 11 Aos professores contratados no ano de 2022, com contrato vigente até o dia 20/12/2022, interessados em prorrogação do mesmo, haverá nova atribuição de classe/aulas, considerando a respectiva classificação no Teste Seletivo vigente, até o limite das vagas disponibilizadas nos Quadros de Vagas das Unidades escolares.

§ 1º Os contratos serão prorrogados:

a) Até a data de entrada em exercício de candidato aprovado em concurso e nomeado pelo Prefeito Municipal, quando atribuída classes/aulas livres;

b) Pelo período do afastamento legal do profissional efetivo.

§ 2º A ausência do professor contratado à atribuição específica, na data divulgada no Edital de Convocação, será entendida como renúncia tácita ao direito de prorrogação de contrato.

§ 3º Na prorrogação do contrato vigente, a Carga Horária deverá permanecer a inicial.

Art. 12 Para a realização do processo de atribuição da jornada de trabalho, a comissão constituída deverá considerar os seguintes critérios:

a) Para cada ano de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino **1,0 (um) ponto**, para professores efetivos da rede e para os professores redimensionados será validado o período de cooperação técnica na Rede Municipal de Ensino, comprovado por meio da cópia do documento de cooperação técnica ou declaração da unidade escolar em que trabalhou;

b) Participação nas reuniões como Conselheiro em pelo menos um dos Conselhos da SMEC, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Deliberativo e Fiscal do Barra Previ de **50%a 75% 0,5 (meio) ponto** e de **76% a 100% 01 (um) ponto** comprovado através de declaração do Presidente (ano em curso).

c) Assiduidade de 100% da jornada de trabalho do professor em regência no ano em curso, **5,0 (cinco) pontos**, distribuídos da seguinte forma, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005:

1. Em sala de aula (20 horas semanais) – **3,0 pontos**;

2. Hora atividade (10 horas semanais trabalhadas) **– 2,0 pontos;**

d) Assiduidade de 100% da jornada de trabalho quando em atribuição por função (Diretor, Coordenador Pedagógico, Coordenador Técnico, Tutores de Programas e Readaptados), considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005 (ano em curso).

1. Jornada integral conforme sua atribuição **– 5,0 pontos**;

e) Pontuação aferida pela maior titulação nos termos do quadro abaixo:

	FORMAÇÃO	**PONTUAÇÃO**
PÓS-GRADUAÇÃO	DOUTORADO	30
	MESTRADO	25
	ESPECIALIZAÇÃO	20
GRADUAÇÃO	LICENCIATURA PLENA	15

f) Curso de Formação Continuada na área da Educação que contemplem conhecimentos didáticos curriculares e de políticas Educacionais:

1. Certificado na área da Educação ministrado pela instituição formadora legalmente autorizada, contendo carga horária, conteúdos ministrados e registro. **1 (um) ponto** para cada 40 (quarenta) horas, com limites de **10,0 (dez) pontos**(certificados dos últimos 03 (três) anos – 30/11/2019).

2. Certificado de Formação Continuada ministrado nas Unidades Escolares, com temas específicos direcionados pela SMEC, no ano em curso. **1 (um) ponto** para cada 40 (quarenta) horas, com limites de **10,0 (dez) pontos** (certificados dos últimos 03 (três) anos – 30/11/2019).

g. Participação na Formação Continuada de Professores que ensinam matemática - ENOPEM 2022, oferecida pela UNEMAT, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no ano em curso, **2,0 (dois) pontos**;

h. Participação em reunião administrativa/pedagógica realizada na unidade de lotação – **de 50% a 75% 0,5 (meio) ponto, de 76% a 100% 01 (um) ponto.**

i. Publicações científicas – apresentar o original, com limite máximo de **6,0 pontos**, considerando apenas os três últimos anos:

1. Livros: Completo com ISBN **3,0 (três) pontos** para cada;

2. Organização com ISBN **2,0 (dois) ponto** para cada;

3. Artigo completo e ou capítulo, publicado com ISSN **1,0 (um) ponto** para cada publicação.

j) Palestras, Conferências, Seminários e Minicursos proferidos em eventos locais, regionais, estaduais e nacionais, na área de educação, sendo 0,5 pontos para cada certificado, com limite máximo de **2,0 (dois) pontos** expedidos no período de 3 (três) anos;

§ 1° A comprovação do atendimento dos critérios estabelecidos no item *2* da alínea *f* do Art. 12 ocorrerão mediante apresentação pelo professor, de declaração detalhada, emitida pelo Diretor da Unidade Escolar, o qual se responsabilizará pelas informações constantes no documento, junto à comunidade escolar.

§ 2° Advertências nos últimos 3 (três) anos e/ou com Processo Administrativo em andamento perderá 50% (Cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente a alínea ***a*** do artigo 12.

§ 3º Suspensão nos últimos 5 (cinco) anos perderá 50% (Cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente a alínea ***a*****do artigo 1**2.

Art. 13 Quando da apuração final dos pontos, ocorrerem empate entre os professores, para efeito de desempate serão observados os seguintes critérios:

I. Maior titulação;

II. Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

III. Maior idade.

Art. 14 Primeira Etapa – Para professores mencionados no artigo 2º desta instrução, seguindo a ordem de prioridades, a saber:

I. Efetivo/redimensionados a atribuição da jornada de trabalho será na formação docente que serviu de parâmetro para sua contagem de pontos.

Parágrafo Único A realização da atribuição da jornada de trabalho dar-se-á em observância a adequação da formação dos professores as respectivas modalidades da Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental), a saber:

I. Da formação dos professores:

a) Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais), a formação do professor para atuar nas escolas nestas etapas, será habilitação em Pedagogia e/ou curso Normal Superior.

b) Da Educação Escolar Indígena, formação específica para atuar em escola indígena e o aceite da comunidade.

II. Da Educação Escolar Quilombola: a formação do professor para atuar nas escolas nestas etapas, será habilitação em Pedagogia e/ou curso Normal Superior e o aceite da comunidade.

III. Educação Física Escolar e Departamento de Esportes:

1. A Atribuição de aulas de Educação Física no Ensino Regular será em conformidade com a classificação do professor e o quadro de aulas formado pelas escolas, nos mesmos moldes da atribuição dos demais professores.

2. Os professores de Educação Física cedidos para o Departamento de Esportes deverão ter conhecimento técnico e afinidade com iniciação e treinamento esportivo, organização de eventos esportivos e de lazer, arbitragem básica (apontador, cronometrista, fiscal e afim) e disponibilidade para eventos no período noturno e finais de semana.

2.1 Serão cedidos 04 (quatro) professores com 30 (trinta) horas cada, os quais desempenharão suas funções levando em consideração o disposto no item anterior e em conformidade com a carga horária apresentada pelo Departamento de Esportes e homologada pela Secretária da SMEC.

2.2 Caso as quatro vagas não sejam preenchidas pela designação de professores, as vagas remanescentes serão atribuídas a professores contratados, conforme opção feita no momento da inscrição e nos moldes desta instrução.

Art. 15 Em caso de surgimento de vagas nas Unidades Escolares após o início do ano letivo, a prioridade sobre a vaga ofertada será para o professor efetivo que manifestou interesse na inscrição de contagem de pontos, observada a seguinte ordem:

a) Os professores da unidade onde há surgimento de vaga, de acordo com a classificação;

b) Ordem de classificação geral.

Art. 16 O professor efetivo/redimensionado ou contratado deverá comparecer na sua unidade de lotação no dia 01/02/2023 no horário que o mesmo foi atribuído, sob pena dessas aulas serem atribuídas a outro professor.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias, Instrução Normativa e Edital de Convocação, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, para o ano letivo de **2023**, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 18 Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Desporto.

Art. 19 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres, 07 de novembro de 2022.

Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura - SMEC

Portaria nº 547/2021

ANEXO I

CRONOGRAMA

	AÇÃO/LOCAL	DATA/ HORÁRIO
01	Divulgação Edital de Convocação Processo de Atribuição	09/11/2022
02	Inscrição e Contagem de Pontos – professores efetivos e redimensionados	23 e 24/11/2022 7h30 às 11h e das 13h às 16h
03	Divulgação preliminar da Lista de Classificação Geral Efetivos	25/11/2022
04	Recursos contra o resultado preliminar da Classificação Geral	28/11/2022
05	Divulgação julgamento dos recursos e Classificação Geral definitiva	29/11/2022
06	Sessão Pública de Atribuição jornada de Trabalho – Desvios de Função – Professores - Sala de Reuniões da SMEC.	12/12/2022 às 15h.
07	Sessão Pública de Atribuição de Classes/aulas dos professores Efetivos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Efetivos) do Campo – Sala de Reuniões da SMEC.	14/12/2022 Às 10h
08	Sessão Pública de Atribuição de Classes/aulas dos professores Efetivos da Educação Infantil efetivos, Anos Iniciais do Ensino Fundamental (efetivos e redimensionados) - Sala de Reuniões da SMEC.	14/12/2022 às 18h30
09	Sessão Pública de Atribuição de Classes/aulas dos Professores Contratados - Sala de Reuniões da SMEC.	16/12/2022 às 18h30

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE ESCOLA, CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR

1.DADOS PESSOAIS: **Nome do (a) profissional:_____ Data Nasc.___/____/____** **RG:_____ Orgão Exp.:_____UF:_____ Data de Exp.:____/____/____** **CPF Nº:_____ Matrícula:_____** **End:_____Nº_____** **Bairro:_____Cidade:_____Tel. Res: _____** **Celular:_____ E-mail:_____** **Escola:_____** **Possui interesse em aulas adicionais? ( ) Sim ( ) Não**				
2. SITUAÇÃO FUNCIONAL **( ) Efetivo ( ) Redimensionado**			**3. JORNADA SEMANAL DE TRABALHO:** **( ) Regime de Trabalho de 30 horas.**	
4. POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO? **( ) sim ( ) não** **Tipo: ( ) Público ( ) Privado** **Jornada de Trabalho: ( ) 20 horas/semanais ( ) 30 horas/semanais ( ) 40 horas/semanais**				
5. DA FORMAÇÃO/ TITULAÇÃO (considerar a maior)			**FORMAÇÃO**	**PONTUAÇÃO**
Pós-graduação			**Doutorado**	**30 ( )**
			Mestrado	**25 ( )**
			Especialização	**20 ( )**
Graduação			**Licenciatura plena**	**15 ( )**
6. DO TEMPO DE SERVIÇO				
a.	**Para cada ano de serviço efetivamente prestado na Rede Municipal de Ensino.**		**01 (um) ponto.**	
7. DA ASSIDUIDADE				
a.	**Assiduidade de 100% da jornada de trabalho do professor em regência no ano em curso, distribuído da seguinte forma, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela LC 001/2005:** **Em sala de aula (20 horas semanais) Hora atividades (10 horas semanais trabalhadas)**		**5,0 (cinco) pontos** **3,0 (três) pontos** **2,0 (dois) pontos**	
b.	**Assiduidade de 100% da jornada de trabalho quando em atribuição por função (Diretor, Coordenador Pedagógico, Coordenador Técnico, Tutores de Programas e readaptados), considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela LC 001/2005:**		**5,0 (cinco) pontos**	

c.	**Assiduidade na Formação Continuada no ano letivo 2022, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005:**	**100%- 2 (dois pontos) 90% a 99%- 1,5 (um e meio) ponto 75% a 89%- 1,0 (um ponto)**	
d.	**Assiduidade na participação em reuniões administrativas, na unidade de lotação no ano letivo de 2022, considerando para efeito de pontuação neste item, as ausências amparadas pela Lei Complementar 01/2005:**	**76% a 100% -1,0 (um) ponto 50% a 75% 0,5- (meio) ponto**	
8. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR:			
a.	**Certificado na área da Educação e/ou área de atuação ministrada pela instituição formadora legalmente autorizada, contendo carga horária, conteúdos ministrados e registro, com limite máximo de 10,0 (dez) pontos. (considerar os últimos 3 anos)**	**1,0 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas.**	
b.	**Certificado de Formação Continuada ministrado nas unidades escolares, com temas específicos direcionados pela SMEC, com limite máximo de 10,0 (dez) pontos. (considerar os últimos 3 anos)**	**1,0 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas.**	
c.	**Participação como conselheiro nos conselhos Municipais e/ou escolares, mediante certificação ou declaração do Presidente do ano em curso.**	**De 76% a 100% 1,0 (um) ponto De 50% a 75% 0,5 (meio) ponto**	
d.	**Publicação cientifica – apresentar o original com limite máximo de 6,0 (cinco) pontos, considerando apenas os últimos 3 (três) anos: Livros: Completo com ISBN 3,0 (três) pontos para cada; Livros; Organização com ISBN 2,0 (dois) ponto para cada; Artigo completo e ou/capítulo, publicado em periódicos impressos, com ISSN 1,0 (um) ponto para cada artigo;**	**6,0 (seis)pontos**	
e.	**Palestras, Conferências, Seminários e Minicursos proferidos em eventos locais, municipais, regionais, estaduais e nacionais, na área de educação com limite máximo de 2,0 (dois) pontos expedidos no período de 3 (três) anos;**	**1,0 ponto para cada**	
f.	**Participação na Formação Continuada de Professores que Ensinam Matemática - ENOPEM 2022, oferecida pela UNEMAT, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no ano em curso com limite máximo de 2,0 (dois) pontos;**	**2,0 (dois) pontos**	
8	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**		
a.	**Advertências nos últimos 3 (três) anos e/ou com Processo Administrativo em andamento, perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente a alínea *a* do Art. 11.**	**50% a menos**	
b.	**Suspensão nos últimos 5 (cinco) anos perderá 50% (cinquenta por cento) dos pesos do compute geral referente a alínea *a* do Art. 11.**	**50% a menos**	
9	**TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS**		
10	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**		
a.	**Maior Titulação;**		
b.	**Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;**		
c.	**Maior idade.**		

_____

Assinatura do(a) Professor(a)

_____

Presidente da Comissão de Atribuição

Barra do Bugres-MT, _____/_____/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO
PEDIDO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A **Prefeitura Municipal de Barra do Bugres**, inscrita no **CNPJ nº 035. 075.22/0001-72,**torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente a **Licença Ambiental,** referente à atividade de **Construção do Terminal Rodoviário** localizado na Avenida Basílio A. Zandonadi, Quadra 01, Lote 04 e 05, localizada no perímetro urbano do município de Barra do Bugres/MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 026/SMEC/2022

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN, Secretária Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20/12/96 e as Leis Complementares, 055/2013 e 050/2012; CONSIDERANDO as Resoluções Normativas nº 002/2009/COMED e a 051/2018/COMED que regulamentam as etapas, modalidades, especificidades da Educação Básica e data corte; CONSIDERANDO a necessidade de definir critérios que visem à composição de turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria regula a composição de Turmas (número de alunos) para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º As turmas serão compostas de acordo com o número de matrículas existentes nessa etapa de ensino, modalidades oferecidas e turnos de funcionamento da escola.

§ 2º No ato de efetivação da matrícula ou rematrícula em todas as etapas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, as unidades escolares deverão solicitar, além dos documentos previstos em regimento próprio, o Cartão de Vacinas atualizado e o número da Unidade Consumidora de Energia, com a finalidade de alimentar a Plataforma SETE e o Programa Busca Ativa Escolar.

Art. 2º Nas Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental a composição das turmas/grupamentos deve observar a seguinte proporção adulto/criança, considerando a data corte para a matrícula:

I. Educação Infantil – Modalidade Integral:

turmas	idade	quantitativo de crianças	Professor	Matutino	vespertino
Berçário	0 – 1 ano	De 08 a 10 crianças	----------	2 TDI ou Ag. Serv. Social	2 TDI ou Ag. Serv. Social
Maternal I	1 – 2 anos	De 10 a 15 crianças	01 professor	1 TDI ou Ag. Serv. Social	2 TDI ou Ag. Serv. Social
Maternal II	2 – 3 anos	De 15 a 18 crianças	01 professor	1 TDI ou Ag. Serv. Social –	2 TDI ou Ag. Serv. Social

II. Educação Infantil – Modalidade Parcial:

turmas	idade	quantitativo de crianças	Professor e/ou TDI
Maternal-I	1 – 2 anos	De 10 a 15 crianças	1 professor e 1 TDI ou Ag. Serv. Social
Maternal-II	2 – 3 anos	De 15 a 18 crianças	1 professor 1 TDI ou Ag. Serv. Social
Maternal-III	3 – 4 anos	De 20 a 25 crianças	1 professor e 1 TDI ou Ag. Serv. Social
Pré -I	4 anos	De 20 a 25 crianças	1 professor
Pré -II	5 anos	De 20 a 25 crianças	1 professor

III. Ensino Fundamental – as turmas serão organizadas no seguinte limite máximo de vagas por turma:

turmas	idade	Quantidade máxima de alunos
1º e 2º ano	Mínimo de 20 alunos	Máximo de 25 alunos
3º, 4º e 5º ano	Mínimo de 25 alunos	Máximo de 30 alunos

Parágrafo Único – Nos casos de demanda e disponibilidade de salas de aulas em caráter excepcional nas escolas de Ed. Infantil da cidade, serão compostas em Turmas de idades similares, visando a ampliação do atendimento nessa etapa escolar.

Art. 3º As Escola do Campo, Educação Escolar Indígena e Escolas nas comunidades Quilombolas,serão organizadas em turmas multisseriadas e por suas peculiaridades didáticas, pedagógicas e administrativas, deverão apresentar matrícula máxima de 25 (vinte e cinco) alunos por turma.

Art. 4º Nas instituições de ensino da rede municipal em que houver alunos com Necessidades Educativas Especiais-NEEs e/ou com deficiência, comprovada através de laudo médico e/ou relatório da equipe multiprofissional da SMEC, as turmas deverão ser organizadas da seguinte forma:

I. Nas turmas em que houver TDI já determinado na presente portaria, não haverá mais acréscimo de TDI, mesmo com alunos com NEEs; II. Manter o quantitativo de alunos nas turmas conforme Art. 2º. A necessidade de um TDI específico para o aluno será disponibilizada conforme a necessidade determinada pela equipe multiprofissional da SMEC; III. **Nas turmas** em que houver alunos com NEEs e/ou com deficiência comprovada através de laudo médico e/ou relatório da equipe multiprofissional da SMEC, em que não houver a necessidade de TDI específico para acompanhamento da criança, mas que exija do professor um atendimento específico, deverá haver a redução de alunos proporcionalmente conforme segue:

Etapa	Quantidade máxima de alunos	Alunos especiais	Turma reduzida
Na Ed. Infantil nas turmas de Pré I e Pré II	25	01	23
	25	02	22
Ensino Fundamental 1º e 2º ano	25	01	23
	25	02	22
3º, 4º e 5º ano	30	01	28
	30	02	27

Art. 5º Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, para organização do processo referente ao ano letivo de 2023, revogada as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Barra do Bugres, 04 de novembro de 2022.

Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 547/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

RELAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES DE VEGETAÇÃO ALTA/LIXO

Texto:

Texto:

Pelo presente, com fundamento na Lei Complementar nº 127 de 28 de abril de 2010 – Código de Postura e Lei Complementar nº 150/2013 - Código Municipal de Meio Ambiente, **NOTIFICAMOS** os proprietários dos imóveis abaixo identificados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência desta, realizem limpeza do mesmo, retirando toda vegetação rasteira (na qual não se inclui árvores), lixo, materiais velhos e, quaisquer outros materiais, produtos ou mesmo água estagnada, deixando os imóveis limpos e desembaraçados. Sendo que em nenhuma circunstância deverá ser empregado fogo para realizar a limpeza. Advertimos, que decorrido o prazo sem que haja o adequado cumprimento da obrigação, certificado o não acatamento, o município de Barra do Garças providenciará a execução da obrigação cabendo ao infrator o ressarcimento dos custos do serviço, por meio do lançamento do valor do IPTU do imóvel, bem como a incidência de multas nos termos da Lei Complementar nº 305 de 16 de

dezembro de 2021 Art. 3º, §3º e §4º e demais penalidades previstas em legislação específica.

O não cumprimento desta multa constitui infração administrativa de desobediência, prevista no rt. 330 do Código Penal.

NOTIFICAÇÃO Nº 985/2022 -FLORENE APARECIDA DE MELO- (AR - NÃO PROCURADO) CPF/CNPJ: 424.210.711-00 - BARRA DO GARÇAS - MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1006/2022 - JOANA EULALIA DE OLIVEIRA - ESPÓLIO - (AR - ENDEREÇO INSUFICIENTE) CPF/CNPJ: 208.722.751-91 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1014/2022 - ANTONIO SERGIO M TELES LOBO - (AR - NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO) CPF/CNPJ: 243.332.397-53 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1017/2022 - CHRYSTIANE COSTA E JACARANDA - (AR - NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO), CPF/CNPJ: 468.607.621-87 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1028/2022 - SOVI INCOPORADORA IMOBILIARIA EIRELI - EPP - (AR - NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO) CPF/CNPJ: 19.065.966/0001-35 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1029/2022 - GEANE BRAGA DOS SANTOS - (AR - NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO) CPF/CNPJ: 568.498.001-59 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1031/2022 - PASA PRODUTOS ALIMENTICIOS DA AMAZONIA SA - (AR - ENDEREÇO INSUFICIENTE) CPF/CNPJ: 14.950. 885/0001-02 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃO Nº 1035/2022 - RAMON COLHO AMANCIO - (AR -NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO) CPF/CNPJ: 014.722.281-89 - BARRA DO GARÇAS/MT

NOTIFICAÇÃONº 1059/2022 – RENATO MIRANDA CARVALHO (AR - NÃO EXISTE E NÚMERO INDICADO), CPF/CNPJ: 396.102.091-49 - BARRA DO GARÇAS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
COMUNICADO 004/2022

COMUNICADO 004/2022

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, CNPJ nº 04.173.952/0001-68, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, LICENÇA DE OPERAÇÃO para extração de cascalho na zona (Sítio Lacerda) do município nas seguintes coordenadas 51º39'29,647"W e 12º3'30,499"S (local onde está inserida a jazida de acordo com as fotos que foram solicitadas).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 04 de novembro de 2022.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 22/2022

SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO DE RESTAURAÇÃO DE 96,80KM DE ESTRADAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS Nº. 22/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT E A EMPRESA *MGU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA*, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de **BOM JESUS DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Marco Aurelio Fullin, S/Nº, centro devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, administrador, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus do Araguaia – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral nº 4022620 SSP/GO**,** inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 969. 158.621-53, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE, e a empresa: MGU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 32.625.625/0001-35, e Inscrição Estadual sob n. º 13.753.922-3, estabelecida a Rua Três Passos, nº 191, Centro, Canarana/MT, CEP: 78.640-000, representada neste ato por sua Representante Legal Sra. Ângela Ucker Marques Guimarães, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 107032840 SESP/MT e do CPF n.º 851.254. 901-72, residente à Rua Miraguaí, n.º 647, em Canarana/MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com a **Concorrência n.º 01/ 2022 Processo nº. 23/2022**, e conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 **– O presente tem por objeto o seguinte:**

1.1.1 **–**Suspenção da Ordem de Serviços, e prorrogação de vigências referentes ao Contrato nº 22/2022, cujo objeto é a **Contratação de empresa para Restauração de 96,8 km de Estradas Estaduais e Municipais,** sendo: * Rodovia MT-243 Propriedade do Ativo: Estadual; Coordenada inicial: 12.367164º; -51.466131º. Coordenada final: -12.452625º; -51. 459684º. código SER: 243MT0010. Extensão: 13,90 km. * Rodovia: Estadual Vicinal BJA. Propriedade do ativo: Municipal. Coordenada inicial: -12. 278668º; -51.523245º. Coordenada final: -12.366731º; -51.466039º. Extensão: 10,00 km. * Rodovia: Bordolândia. Propriedade do ativo: Municipal. Coordenada inicial: -12.174041º; -51.512586º. Coordenada final: -12. 073298; -51.669808º. Extensão: 25,80km. * Rodovia: Mureré. Propriedade do ativo: Municipal. Coordenada inicial: -12.268512º; -51.483750º. coordenada final: -12.431978º; -51.155249º. Extensão: 47,10km; no Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, conforme Termo de Convênio nº 0944-2021/SINFRA e conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Orçamento Estimado em Planilhas de Quantitativos e Custos Unitários em anexo. Considerando que teve aumeto de quantitativo da obra com acréscimo de 17,265 km de cascalhamento.

1.1.2 Fica estabelecido o prazo de até 28 de fevereiro de 2023, para retomada e continuidade da execução da obra.

1.1.3 Fica prorrogado a vigência contratual, ficando para até 11 de junho de 2023, e a entrega e conclusão total dos serviços contratados.

CLAUSULA SEGUNDA: - DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O aditivo de prazo promovido **por este Termo se deve aos seguintes fatores:**

2.1.1 – A Administração Municipal se viu obrigada a Suspender a Ordem de Serviços de execução da obra, referente ao contrato nº 22/2022, por acordo entre as partes, considerando ainda o período chuvoso que se iniciou e prejudicara a execução dos serviços, e o aumento do quantitativo do seu objeto promovido pelo primeiro aditivo do contrato.

2**.2 –** O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, §1º, incisos II e IV da Lei nº 8.666/93.

Art. 57…

§ 1º. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta lei;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2022**.**

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, homologado em 07 de março de 2022,

RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecer(em), no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, Centro, junto ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar (em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A contratação do candidato convocado abaixo terá prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 535/2022 de 12 de janeiro de 2022, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 14 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, perderá a vaga, conforme dispõe o item 16 do Edital de Abertura.

Bom Jesus do Araguaia/MT, 07 de novembro de 2.022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

VIGIA – SEDE MUNICIPIO				
	7	**27**	**WALTER JUNIOR DA SILVA**	**2,00**

Bom Jesus do Araguaia/MT, 07 de novembro de 2.022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - DOCUMENTOS PARA POSSE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

£ Cédula de Identidade. (CÓPIA)

£ Cartão do CPF. (CÓPIA)

£ Título Eleitoral. (CÓPIA)

£ Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso). (CÓPIA)

£ Cartão do PIS/PASEP. (CÓPIA)

£ Comprovante de Quitação com o Serviço Militar (homens). (CÓPIA)

£ Certidão de Quitação Eleitoral. (http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

£ Certidão de nascimento ou casamento. (CÓPIA)

£ CPF do cônjuge. (CÓPIA)

£ CPF dos pais. (CÓPIA)

£ Certidão de nascimento dos filhos e/ou CPF dos filhos maiores de 18 anos. (CÓPIA)

£ Comprovante de endereço atualizado (conta de água ou luz), nominal ao funcionário. Em caso de comprovante nominal inexistente, apresentar Declaração do proprietário do imóvel, juntamente com comprovante de residência.

£ Foto 3x4 Recente.

£ Documento comprobatório dos requisitos do cargo de opção, de acordo com o edital do concurso. (Ex.: Carteira de motorista, cursos específicos, etc.). (CÓPIA)

£ Diploma do Curso Superior correspondente devidamente registrado. **(CÓPIA AUTENTICADA)** ? Comprovante de Registro Ativo do Conselho de classe (no caso de profissões regulamentadas). (CÓPIA)

£ Declaração de não acúmulo de cargo; de não exercício de atividade incompatível com a atividade funcional; e de que não tenha sido demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **MODELO ANEXO (FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)**

£ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. (http://sec.tjmt.jus.br/)

£ Atestado de Aptidão de Saúde Física e Mental, emitido por Médico.

£ Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional anexa.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

NOME:			
CPF:			
RG:		DATA DE EMISSÃO RG:	
SEXO: ? FEMININO ? MASCULINO		DATA NASCIMENTO:	
CTPS:		SÉRIE:	
PIS/PASEP/NIT:			
CNH:	CATEGORIA:	VALIDADE:	
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
ENDEREÇO:			
CELULAR:	TELEFONE:		
E-MAIL:			
DADOS BANCÁRIOS:	BANCO:	AGÊNCIA:	
	TIPO DA CONTA:	N.º CONTA:	
GRAU DE INSTRUÇÃO:			
NATURALIDADE:		ESTADO CIVIL:	
CONJUGE:		CPF:	
FILIAÇÃO:	MÃE:	CPF:	
	PAI:	CPF:	
FILHOS:		CPF:	
		CPF:	
		CPF:	

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu,_____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que não exerço qualquer cargo emprego, ou atividade privada incompatível com a atividade funcional da qual fui nomeado, bem como, não acumulo cargo nas situações proibidas pela legislação, e que não fui demitido a bem do Serviço Público ou por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal, outrossim, declaro não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa, nem respondendo a processo administrativo ou criminal aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Comprometo-me a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que

por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da cédula de identidade Nº_____, e inscrito (a) no CPF sob Nº_____, DECLARO para todos os efeitos legais, que:

( ) NÃO possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade preconizada na Lei Nº 8.730/93.

( ) Possuo os seguintes bens e valores:

_____

_____

_____

_____.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Bom Jesus do Araguaia - MT, _____de_____ de _____.

_____

DECLARANTE

PREFEITURA
AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2022

O Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, de conformidade com a Lei Federal nº 8. 666/93 de 21 de junho de 1993 demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, a Realizar no dia **22 de Novembro de 2.022, às 09h00min (horário local)** no Endereço, Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 111/2022 na Modalidade Tomada de Preço Nº. 09/2022**, **Tipo Menor Preço** com a finalidade de receber propostas pertinentes a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE DRENAGEM SUPERFICIAL - MEIO-FIO E SARJETA EM DIVERSAS RUAS NA SEDE DO MUNICIPIO,CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E PROJETOS ANEXOS AO EDITAL CORRESPONDENTE.*** O Edital poderá ser adquirido alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal no Endereço: Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; no horário das 7h30min as 11h30min e das 13h30min às 17h00min através do e-mail bjalicitacao@gmail.com ou no site da Prefeitura mais informações pelo telefone 66-3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia – MT, 08 de Novembro de 2022.

Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL N.º 599/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022 DE AUTORIA DO PODER EXECCUTIVO.

LEI MUNICIPAL N.º 599/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022 DE AUTORIA DO PODER EXECCUTIVO.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE INDENIZAÇÕES NO MUNICIPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Bom Jesus do Araguaia, aprovou e o mesmo sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica estabelecido, por esta lei o Procedimento Administrativo de Indenizações nos casos em que o cidadão, precisa realizar ou já realizou reparação/conserto de danos materiais causados, por ação ou omissão da Prefeitura na prestação de serviços públicos, através de Comissão Administrativa.

Parágrafo único: Os pedidos procedimentos administrativos indenizatórios, será no valor de até 10 (dez) salários mínimos, a serem pago em uma única parcela no prazo de 90 (noventa) dias.

CAPITULO II

DAS CONDIÇÕES DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INDENIZAÇÕES

Art. 2º - Qualquer pessoa física ou jurídica, que teve um bem material danificado pela ação ou omissão de um serviço público da Prefeitura, poderá solicitar o Procedimento Administrativo de Indenizações, de acordo com os critérios e condições definidos nesta Lei:

I- Petição escrita endereçada ao Procurador-geral do munícipio;

II - Boletim policial da ocorrência;

III-Três orçamentos, devidamente assinados por responsável dos estabelecimentos emissores, com detalhamento das despesas oriundas dos danos (reposição de peças e/ ou serviços de reforma);

IV - Cópia de documento de identificação do requerente;

V -Cópia do comprovante de residência do requerente;

VI - Fotos, vídeos ou indicação de até três testemunhas**;**

Parágrafo único. O pedido deverá vir instruído pelo requerente com os documentos que comprovem os fatos alegados, orçamentos que atestem o valor efetivo ou estimado do dano, e a especificação de outras provas que pretenda produzir.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO COMISSÃO

Art. 3º - A Comissão será constituída de três membros, sendo dentre eles designados o Presidente e o Secretário.

Parágrafo único: A composição consistirá de um Procurador Jurídico indicado pelo Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, um servidor indicado pela Secretaria Municipal de Administração e um servidor indicado pela Secretaria Municipal de Finanças, nomeados através de portaria do Prefeito Municipal.

CAPITULO IV

DA RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO

Art. 4º - A Comissão emitirá parecer prévio sobre o requerimento de indenização que será submetido aos Secretários Municipais de Assuntos Jurídicos, de Administração e de Finanças, para ratificação.

I - O parecer prévio, se favorável, deverá indicar o valor líquido que se entende devido pela Administração.

II - Os Secretários Municipais de Assuntos Jurídicos, de Administração e de e Finanças poderão requerer nova diligência ou reexame de ofício à Comissão

Art. 5º - A Comissão não poderá deferir pedido de indenização quando configurada a prescrição do direito de ação do requerente.

CAPITULO V

DO PAGAMENTO

Art.6º - Ao. deferimento de pedidos de procedimentos administrativos indenizatórios, pela comissão a prefeitura terá o prazo de até 90 dias, para pagar em uma única parcela no valor de até 10 (dez) salários mínimos.

Art. 7º - Quando do pagamento, o requerente firmará termo de quitação, renunciando a qualquer outro direito de indenização protocolada em juízo decorrente do fato, objeto da indenização administrativa.

CAPITULO VI

DA DECISÃO

Art. 7º - Da decisão somente caberá pedido de reconsideração quando o requerente demonstrar sua manifesta ilegalidade ou comprovar a existência de prova ou fato novos.

CAPITULO VII

DA PUBLICAÇÃO

Art. 8º - Em caso de deferimento do pedido o expediente será publicado por extrato no mural da Prefeitura Municipal, para conhecimento geral da população e, após, remetido à Secretaria Municipal de Finanças, para fins de pagamento.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento o processo administrativo será arquivado.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas pela dotação orçamentária específica, nos termos da Lei 4.320/64, ou inexistindo, fica autorizada a criação de dotação orçamentária especial e/ou suplementar.

Art. 11º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 07 de novembro de 20222

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 598/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022 DE AUTORIA DO PODER EXECCUTIVO.

LEI MUNICIPAL N.º 598/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022 DE AUTORIA DO PODER EXECCUTIVO.

"DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, faz saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia, aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Ficam os contribuintes/proprietários obrigados a no prazo de **90 (noventa) dias**, contados da entrada em vigor da respectiva Lei, a construírem calçada nas ruas e avenidas abastecidas com pavimentação asfáltica no Município de Bom Jesus do Araguaia-MT.

Parágrafo único: Para efeitos desta Lei, entende-se por pavimentação asfáltica a obra concluída com todos os elementos, inclusive meio fio.

CAPÍTULO II

DA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CALÇADAS

Art. 2º- A construção das calçadas deverá pelo menos, ser confeccionada em concreto sem revestimento.

Art. 3º - Constitui-se dever de proprietários ou possuidores de imóveis urbanos, a qualquer título, para imóveis edificados ou não:

I - Construir o passeio público na extensão correspondente as suas medidas;

II - Reparar o passeio público sempre que constatados buracos, pedras faltantes ou outras incidências que possam oferecer risco ao pedestre;

III - Manter o passeio público limpo, desobstruído, capinado e drenado, respondendo por situações de abandono ou que ensejam sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.

Parágrafo único: Fica dispensado do dever de construção de passeio público o proprietário ou possuidor de imóvel localizado em via desprovida de pavimentação asfáltica.

Art. 4º - A Prefeitura disponibilizará cartilha contendo informações técnicas para a execução das calçadas e das rampas de acessibilidade.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DAS CALÇADAS

Art. 5º- As calçadas serão organizadas em faixas, conforme a seguir:

I - **Faixa de Serviço**: área localizada em posição adjacente à guia, destinada à instalação de equipamentos de concessão pública, posteamento, sinalização (placas), arborização, grama/concreto, árvores, lixeiras e eventuais outros mobiliários urbanos;

II - Faixa Livre: área localizada preferencialmente no centro do passeio público, destinada à circulação de pessoas;

III - Faixa de Acesso ao Lote: área localizada entre a faixa livre e o lote, destinada à acomodação das interferências resultantes das edificações e ocupações, podendo acomodar pequenas rampas de acesso ao lote, canteiros e mobiliários urbanos.

Art.6º - Constitui características da faixa de serviço, ser mantida como área permeável ou possuir revestimento antiderrapante, com superfície regular, firme e estável, livre de buracos, pedras faltantes, ou outras incidências que possam oferecer risco ao pedestre;

I - As lixeiras quando instaladas na **Faixa de Serviço**, devem possuir largura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) e comprimento variável seguir as demais disposições instituídas por norma específica.

II- As lixeiras com necessidade de acomodar grandes volumes de resíduos deverão ser instaladas no interior do lote.

III- As lixeiras que forem maiores, o padrão estipulado nesta lei, deverão têm solicitação de análise da prefeitura.

Art.7º- Constitui características da Faixa Livre:

I - Servir à livre e desimpedida circulação de pedestres;

II - Possuir revestimento antiderrapante, com superfície regular, firme e estável, livre de buracos, pedras faltantes, ou outras incidências que possam oferecer risco ao pedestre;

III - Interligar os lotes adjacentes de forma contínua e sem obstáculos;

IV - Não possuir desníveis ou vãos que possam prejudicar sua acessibilidade;

V - Possuir largura mínima de:

VI - 1,20m (um metro e vinte centímetros), faixa livre;

VII - 0,50m (cinquenta centímetros), faixa de serviço;

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIZAÇÃO FISCAL

Art.8º - O controle da execução e adequação das calçadas do Município de Bom Jesus do Araguaia- MT, será fiscalizado pelos servidores municipais Fiscais de Postura.

I - Após 90 dias da data da notificação dos Fiscais de Postura os órgãos responsáveis da Prefeitura deverão providenciar a execução das calçadas que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas nesta Lei, diretamente ou mediante contratação, observada a legislação pertinente.

II – A Contratação dos serviços de construção ou adequação dos trechos das calçadas que não forem executados pelos proprietários dos imóveis correspondentes, no prazo de 90 dias contados da data da notificação, será realizada pela Prefeitura.

CAPÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 9º - O Programa de Execução e Adequação das calçadas do Município consistirá nas seguintes ações **de acordo com os artigos 164 ao 177 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 077 de 21 dezembro de 2021:**

I - Acontribuição de melhoria é um tributo, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que representa a valorização imobiliária do contribuinte, conforme menciona o **Artigo 164 do Código Tributário Municipal:**

"A Contribuição de Melhoria é o tributo cobrado pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram benefício e valorização imobiliária; tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

CAPÍTULO VI

DAS TAXAS E MULTAS

Art.10-. A Notificação conversível em multa será expedida quando constatada pela primeira vez a infração que exija reforma ou construção do passeio público e, não sendo atendida no prazo, se converterá em Auto de Infração e Multa.

Parágrafo único - Valor dos serviços de execução de cada trecho de calçada será apurado separadamente e será cobrado do proprietário do imóvel correspondente, com acréscimo de uma **multa de 10%** e **taxa de administração de 10%.**

CAPÍTULO VII

DO PAGAMENTO

Art.11 - O pagamento dos serviços pelo proprietário do imóvel beneficiado com a execução ou adequação da calçada poderá ser realizado em até **05** (**cinco) parcelas mensais e consecutivas,** vencendo a primeira parcela 15 dias após a data de conclusão dos serviços;

CAPÍTULO X

DAS PENALIDADES

Art. 12º - As multas aplicadas depois de consolidadas, se constituem em título hábil a ser protestado extrajudicialmente, antes ou depois de inscritos em dívida ativa, para ser cobrado judicialmente.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas pela dotação orçamentária específica, nos termos da Lei 4.320/64, ou inexistindo, fica autorizada a criação de dotação orçamentária especial e/ou suplementar.

Art. 14º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário**.**

Bom Jesus do Araguaia-MT, 07 de novembro de 2022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 056/2022

PORTARIA N.º 056/2022 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor daservidora Celia Regina Saldanha".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 89-B, inciso I, da Emenda a Lei Orgânica nº 38, de 21 de dezembro de 2020, em obediência às disposições do caput, incisos I a V e §§ 1º a 3º e § 6º, inciso I do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; art. 166, incisos I, II, III, IV e V, §§ 1º a 3º e art. 170, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 181, de 03 de maio de 2022; art. 165 da Lei complementar n.º 25, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048, de 05 de setembro de 2003; Lei Complementar nº 168, de 23 de dezembro de 2021.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da servidora **Celia Regina Saldanha**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 202.651 SSP/MT, CPF nº 293.336.791-20, PIS/PASEP nº 122.33755.00.8, efetiva no cargo de Enfermeira, 20hs, Nível "2", Classe "I", matriculada sob o n.º 1.781, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 028/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 07 de novembro de 2022, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 07 de Novembro de 2022.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres - MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2022

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a retificação do edital para realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia para a Revitalização da Praça Municipal Duque de Caxias, no município de Cáceres – MT, localizada à Rua Comandante Balduíno, Centro Histórico de Cáceres, com área total de 3. 764,23 m², no município de Cáceres, de acordo com Projeto executivo de arquitetura e complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Estimativa total do Valor: Revitalização da Praça Municipal Duque de Caxias, no município de Cáceres – MT, localizada à Rua Comandante Balduíno, Centro Histórico de Cáceres, com área total aproximada de 7.286,44 m², no município de Cáceres; sendo R$ 852.698,20 (Recursos do Convenio) e R$ 48.483,58 (Recurso da contrapartida do Convenio), totalizando R$ 901.181,78 - Convenio 1554-2021 entre a Prefeitura de Cáceres-MT e

o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e logística – SINFRA/MT;

Realização: 21 de novembro de 2022 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Considerando à necessidade de retificações, fica cancelado o Lote 02 por determinação do ordenador de despesas. Assim, por não interferir na elaboração de propostas do Lote 01, fica mantida a data de abertura inicial.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br ou pelo email: **licitacao@caceres.mt.gov.br** As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 07 de novembro de 2022.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo Digital nº 63/2021 – 1Doc

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO– INEXIGIBILLIDADE Nº 01/2022

Interessado: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo Administrativo Digital nº 063/2021 – 1Doc, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR

O procedimento de CREDENCIAMENTO n.º 01/2022 na modalidade INEXIGIBILIDADE, para CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, PÚBLICAS E PRIVADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO/ RECEBIMENTO DE FATURAS DE CONSUMO DE CONSUMO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E OUTROS SERVIÇOS E TAXAS, POR MEIO DE GUIA DE ARRECADAÇÃO – CONTA DE ÁGUA, EM PADRÃO FEBRABAN EMITIDAS POR ESTA AUTARQUIA – POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS FÍSICAS, AUTO ATENDIMENTO (ATM), INTERNET BANKING (IBC/MOBILE) E CORRESPONDENTE BANCÁRIO (CCA), COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS EM PROL DE CONTA ÚNICA, DE TITULARIDADE DA AUTARQUIA MUNICIPAL SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, DO MUNICÍPIO DE CÁCERES – MT, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e **ADJUDICAR** o objeto licitado em favor das empresas:

Fundamento: Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço Público.

EMPRESAS CREDENCIADAS:

EMPRESA	**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA LTDA (SICOOB CREEDISUL)**
CNPJ	**03.632.872/0001-60**
ENDEREÇO SEDE:	Av. Capitão Castro, nº 3178, Bairro– Centro CEP: 76.980.150 – Vilhena RO
REPRESENTANTE LEGAL	**GISLAINE NUNES MOURA CAMPAGIN** CPF: 028.429.531-00 RG: 1607390 SEJUSP
ITENS	02,03, 04,05, 06.
VALOR TOTAL	**R$ 286.970,00** (Duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e setenta reais)

EMPRESA	**ITAÚ UNIBANCO**
CNPJ	**60.701.190.0001-04**
ENDEREÇO COMPLETO	Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Parque Jabaquara São Paulo CEP – 043.44-902 – São Paulo -SP
REPRESENTANTE LEGAL	**VALTER TELLES DO NASCIMENTO** CPF: 088.758.888-33 RG: 27.341.885 –3 SSPSP
ITENS	01,02,03.
VALOR TOTAL	R$ **220.392,96** (Duzentos e vinte reais, trezentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos)

EMPRESA	**BANCO BRADESCO SA**
CNPJ	**60.746.948/0001-12**
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Benedito Américo de Oliveira S/N - Vila Yara Núcleo Cidade de Deus, Osasco/SP, CEP:
REPRESENTANTE LEGAL	**JOÃO SEGUNDO DA COSTA NETO** CPF: 294.021.648-71 RG: 60.121.615 – SSP/SP
ITENS	02, 04 e 05
VALOR TOTAL	R$ **227.280,24** (Duzentos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)

Despesas: As despesas decorrentes da execução presente Credenciamento Inexigibilidade de Licitação correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
04.18	17.122.1012.2123	3.3.90.39.00	500 - (Recursos Próprios)

Adjudico o Credenciamento por meio de Inexigibilidade de Licitação em consonância com as Atas de Sessão de Análise dos Documentos, nos termos do* Artigo 25,** da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 *e **AUTORIZO A DESPESA ACIMA, com fulcro no Art. 26 da Lei 8.666/93.

Nos mesmos termos, por estar regular e em consonância com os ditames legais, HOMOLOGO a presente Credenciamento/Inexigibilidade, pelos mesmos fundamentos referidos para sua adjudicação, e AUTORIZO O EMPENHO DA RESPECTIVA DESPESA.

Cáceres- MT,07 de novembro de 2022.

JÚLIO CEZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº.810 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A CHEFE DO EXECUTIVO E SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PARA VIAGENS INTERNACIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº. 39.894, de 31 de outubro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º A Prefeita, Vice Prefeito, Secretários e Servidores Públicos do Município de Cáceres-MT que, a serviço, afastarem-se da cidade de sua lotação para outros pontos de território internacional, em caráter eventual ou transitório, farão jus às diárias para cobrir despesas de hospedagem, alimentação, locomoção, na forma estabelecida neste Decreto.

Parágrafo primeiro - Não farão jus às diárias tratadas neste decreto os servidores mencionados no *caput* deste artigo que realizarem viagens à cidade de San Matias e San Inácio - Bolívia, tendo vista a proximidade com a cidade de Cáceres-MT,

Parágrafo segundo os valores estabelecidos das diárias estão dispostos no anexo único deste Decreto.

Art. 2º - A concessão de diárias será autorizada pela Prefeita Municipal, com o pedido postulado e devidamente justificado com no mínimo, 05 dias de antecedência

Parágrafo único – O pagamento de diária deve ser efetuado através de crédito em conta corrente do beneficiado na forma estabelecida em instrumento legal até 24h (vinte e quatro horas) antes da realização da viagem.

Art. 3º - O processo de concessão e pagamento das diárias deverá conter:

a) a solicitação de diária constando a justificativa da viagem e autorização do ordenador de despesas;

b) Nota de empenho

c) Nota de Liquidação

d) Ordem bancária

Art. 4º No caso de eventual cancelamento ou diminuição de permanência de dias, os valores das diárias não gozadas deverão ser proporcionalmente restituídos no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 1º de novembro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO I

CARGO	VALOR DA DIÁRIA INTERNACIONAL R$
PREFEITA	1.500,00
VICE PREFEITO/SECRETÁRIOS/ SERVIDORES	900,00

TERMO ADITIVO Nº 059/2022 – SMS

TERMO ADITIVO Nº 059/2022 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 1º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 002/2022

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **MARILSI DAS DORES QUEIROZ**, de ora em diante denominado (a) simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JORGINA CONCEIÇÃO PARABA**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Milão, S/Nº, Jardim Guanabara, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1019295-6 SSP/MT e CPF n°630.853.561-34, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005 e processo seletivo simplificado 002/2022.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **JORGINA CONCEIÇÃO PARABA** no cargo de Técnica em Enfermagem, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de pronto Atendimento-UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter o **início em 02 de Novembro de 2022 e o término em 01 de Maio de 2023.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 24 de Outubro de 2022.

_____

JORGINA CONCEIÇÃO PARABA

Contratado (a)

_____

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº 068/2022 – SMS

TERMO ADITIVO Nº 068/2022 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 1º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 002/2022

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **MARILSI DAS DORES QUEIROZ**, de ora em diante denominado (a) simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **THULIO SANTOS MOTA**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Maris de Barro, Nº87, Santa Cruz, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 2589738-1 SSP/MT e CPF n° 049.340.071-05, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005 e processo seletivo simplificado 002/ 2022.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **THULIO SANTOS MOTA** no cargo de Enfermeiro, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Referencial de Saúde-POSTÃO da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter o **início em 16 de Novembro de 2022 e o término em 15 de Maio de 2023.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 24 de Outubro de 2022.

_____

THULIO SANTOS MOTA

Contratado (a)

_____

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº 067/2022 – SMS

TERMO ADITIVO Nº 067/2022 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 1º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 002/2022

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **MARILSI DAS DORES QUEIROZ**, de ora em diante denominado (a) simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA VANUSA DE AZEVEDO**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Avenida dos Bandeirantes, Nº660, DNER, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 151358-2 SSP/MT e CPF n°000.421.671-75, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005 e processo seletivo simplificado 002/2022.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **MARIA VANUSA DE AZEVEDO** no cargo de Técnica em Enfermagem, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na UBS Vila Irene da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter o **início em 16 de Novembro de 2022 e o término em 15 de Maio de 2023.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 24 de Outubro de 2022.

_____

MARIA VANUSA DE AZEVEDO

Contratado (a)

_____

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 68-2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 68-2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO

Interessada: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Enfeites Natalinos Diversos, para serem utilizado no “13º Natal de Luzes 2022”, atendendo a demanda da Secretaria de Turismo e Cultura.

Empresa Vencedoras:

SO NATAL LTDA CNPJ: 35.474.065/0001-53 – Valor total de R$: 459. 084,90 **(**quatrocentos e cinquenta e nove mil e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

NACIONAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA -CNPJ: 40.032.973/0001-27 Valor total:165.500,84(cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais e oitenta e quatro centavos)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma compras.gov.br.

Prefeitura de Cáceres-MT, 07 de Novembro de 2022.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 384/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº819, DE 03/11/2022. TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.042/2022.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transferidas** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3042, de 28 de março de 2022 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 11 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

Ficha: 753 08.244.1008.2081.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 60.190,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER

Ficha: 800 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 70.190,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 11 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

Ficha: 789 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOL -23.770,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 797 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOL -46.420,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

TOTAL DAS ANULAÇÕES -70.190,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº815, DE 03/11/2022. REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.042/2022.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3042, de 28 de março de 2022 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

Ficha: 27 04.092.1002.2005.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 25.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 34 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 50.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 37 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 38 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 20.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Ficha: 46 04.122.1002.2007.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 54 04.124.1002.2006.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 10.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

02 02 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Ficha: 58 04.122.1002.2012.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 70.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 62 04.122.1002.2012.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ficha: 122 04.123.1002.2019.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 80.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 125 04.123.1002.2019.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPA 15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Ficha: 130 04.122.1005.2061.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE 37.470,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Ficha: 590 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURIS 30.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

02 10 01 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ficha: 657 20.122.1007.2072.0000 DESENVOLVIMENTO AGRO-SÓCIO-10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ficha: 687 08.122.1008.2074.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETE

Ficha: 689 08.122.1008.2074.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 10.000,00

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 11 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

Ficha: 740 08.244.1008.2081.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 30.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 756 08.244.1008.2082.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 25.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 761 08.244.1008.2082.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 775 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 30.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETE

Ficha: 779 08.244.1008.2083.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 15.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 11 03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMD

Ficha: 846 08.243.1008.2097.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 30.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 847 08.243.1008.2097.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 850 08.243.1008.2097.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 11 09 FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Ficha: 872 08.333.1008.2106.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 5.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

Ficha: 873 08.333.1008.2106.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 2.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 876 08.333.1008.2106.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVO 2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Ficha: 883 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE 5.000,00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 886 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE 10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Ficha: 898 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE 600,00

3.3.91.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

Ficha: 899 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER

02 14 01 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Ficha: 950 18.122.1010.2111.0000 USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERS 30.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 604.070,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 02 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Ficha: 84 04.126.1002.2014.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -20.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha: 121 04.122.1002.2116.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -536.000,00

3.3.91.97.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉ

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ficha: 137 04.123.1002.2020.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -37.470,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Ficha: 650 04.127.1002.2071.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -10.600,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

TOTAL DAS ANULAÇÕES -604.070,00

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ° 240/2022-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do Contrato Administrativo n. ° 240/2022-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de projetos executivos de pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares outros, em ruas do distrito de Vila Aparecida e do distrito Santo Antônio do Caramujo, localizados na zona urbana do município de Cáceres – MT. O objeto do presente contrato está orçado em **R$ 77.078,86 (setenta e sete mil setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), recurso próprio,** e o prazo de sua **Vigência** estipulada em **150 (cento e cinquenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura e a **Execução** do Objeto fica estipulado o prazo de **60 (sessenta) dias** contados a partir da Ordem de Serviço.

Cáceres – MT, 07 de novembro de 2022.

WESLEY DE SOUSA LOPES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº823 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº. 39.787, de 31 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **IVANILDE BARBOSA DE MELO** para o cargo de Secretária da Jari – Junta Administrativa de Recursos de Infração de Cáceres-MT, pelo período de 10 de novembro de 2022 a 09 de fevereiro de 2023, posto que, a servidora Sirlei Lourenceto Silva estará em gozo de licença Prêmio.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de novembro de 2022.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - NOVEMBRO 2022

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES

PAUTA DE JULGAMENTO

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020.

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020.

Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
03/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/ysq-fvbc-gzo	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
17.153/2022	Centro de Diagnóstico Dalbem	Miriele Garcia de Lima

2.504/2020	Nalzira Gonsalves	Nycollas Fernandes de ALmeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
08/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/qrg-stxo-pxk

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16.340/2022	José Antunes Magalhães	Jovanil de Campos
17.384/2022	Andreia Soares da s. Gomes	Antônio Carlos Leite
20.363/2020	Ronan de Oliveira G. de arruda	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
10/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/taq-osbd-umw

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
2.128/2022	Soelene de Fátima Oliveira	Nycollas Fernandes de Almeida
18.938/2020	E.de Fátima Ladeia	Eliana da Silva Carvalho Duarte

ATA E HORA	LINK DE ACESSO
14/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/hua-rqcb-eqz

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16.630/2022	Kaliny Almeida Duarte	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15.273/2022	Jackson Villa Assad	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
17/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/uaj-swcx-fcb

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9.688/2022	Carolina Bayer Ferreira	Nycollas Fernandes de Almeida
14.391/2022	Maria Salete de Morais	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
21/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/kzq-iqhq-dou

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
21.609/2022	Assoc. Atlética Banco Brasil	Miriele Garcia de Lima
9.362/2022	Zubeide Peixoto Ambrósio	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
24/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/bqz-cstv-sjq

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
15.877/2022	Imcoeste-Monte Gerizim	Antônio Carlos Leite
16.347/2022	Douglas F. de Arruda	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
28/11/2022 - 17:30	https://meet.google.com/hpo-fbvr-kuy

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
20.449/2022	SI contabilidade Unipessoal	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15.319/2022	Yoshi asses. Contabilidade	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
30/11/2022 – 17:30	https://meet.google.com/cnx-cydd-csr

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIR RELATOR
22.192/2021	Rogério de Oliveira Costa	Miriele Garcia de Lima
Distribuição de pauta do mês de dezembro.		

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minuto para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 01 de novembro de 2022.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 032/2022 - CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL - EDITAL N° 002/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 002/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 032/2022

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005, na Resolução de consulta nº 59/2011 (DOE, 26/09/2011) onde dispõe sobre as contratações temporárias no item: "**3.** Na contratação temporária não há necessidade de criação ou preexistência de cargos, exige-se sim a definição do quantitativo de vagas/funções, por meio da lei, que autorizou a contratação, sendo dispensável para os casos de substituição de servidor". E demais Leis que criaram os cargos.

RESOLVE:

I – CONVOCAR candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde, situadas na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel na sala da Coordenação de Gestão de Pessoas desta Secretaria, nos dias **08, 09/11 e 10/11/2022 das 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00** horas para apresentar as documentações para a devida contratação nos termos do **Edital 002/2022 do Processo Seletivo Simplificado**, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres-MT, 07 de novembro de 2022.

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

CARGO: ENFERMEIRO (A)

Nº	NOME	DATA NASCIMENTO	NOTA
45	WILTON NELSON LANÇONI DE CAMPOS	10/05/1991	9,0
46	JAQUELINE COELHO DA SILVA	08/06/1997	9,0
47	VIVIAN THAIS TIECHER SIMIÃO	01/03/1977	8,5
48	HELEN VARGAS DA SILVA	12/08/1982	8,5
49	AMANDA VALERIA NUNES DE SOUZA	05/03/1992	8,5

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DOCUMENTOS	ENTREGUE
01	Cópia dos documentos: RG E CPF	
02	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento	
03	Cópia do Título de Eleitor	
04	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais	
05	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)	
06	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)	
07	Cópia CNH (em caso do cargo especifico verificar a categoria exigida)	
08	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP	
09	Cópia do Diploma/Comprovante de escolaridade **(autenticado)**	
10	1 Foto 3X4 Atualizada	
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.	
12	Número CPF Pai, Mãe, cônjuge quando for casado, filhos/Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado)	
13	Cópia da Certidão de Nascimentos dos Filhos	
14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos	

15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)**	
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES	
16	Comprovante de Residência atual (copia conta de água, luz, telefone ou contrato de locação imóvel	
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**	
18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.	
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso 1º e 2º Grau	
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau	
21	Declaração de Bens/Imposto de Renda, **com firma reconhecida.**	
22	Telefone e E-mail	

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00008, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00008, de 24 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
FERNANDO ANTONIO BERNARDES	237.533.749-20	9047/00195/2022
BENEDITO DE CAMPOS SANTOS	078.451.621-91	9047/00230/2022
JULIANO RODRIGUES DA SILVA	128.692.361-15	9047/00232/2022
LAURA GARCIA SALES	630.746.561-15	9047/00251/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 24/10/2022

Data de desafixação: 08/11/2022

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2022

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público, a realização de licitação na modalidade CHAMADA PUBLICA, e tem por objeto regularizar a contratação de pessoa jurídica da área da saúde CREDENCIADOS ao Ministério da Saúde para atender os procedimentos com fins de exames laboratoriais como complementação de cobertura assistencial necessária. Considerando os Serviços de Média e Alta Complexidade. Preços fixados pela Tabela SUS/SIGTAP, conforme rol de procedimentos definidos em tabela SUS, em consonância com a Lei 8.666/93 e demais normas vigentes que regulam o credenciamento em tela.

O CREDENCIAMENTO poderá ser realizado em dias úteis, compreendidos a partir de 09 de novembro de 2022, das 08:00 às 10:30 e das 14:00 as 16:30, a 29 de novembro de 2022 até às 08:00, na Sede da Prefeitura de Cáceres - Secretaria de Administração – Setor de Licitação, quando será realizada sessão pública para formalização dos credenciados interessados na Chamada Pública.

Realização: 29 de novembro de 2022 às 08h00min horas, Horário de Cuiabá-MT.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210.906- Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 07 de novembro de 2022.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2022-CMEC/MT

PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA RECOMPOSIÇÃO DE CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO– CMEC/MT

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.327 de 28 de maio de 2012, alterada pela 3.008 de 07 de dezembro 2021 que dá nova redação à Lei nº 2.162/2008 que define a composição, competência e estrutura do Conselho Municipal de Educação de Cáceres, e também o que dispõe o Regimento Interno do CMEC, informa que não foram preenchidas todas as vagas pertinentes para a recomposição do Colegiado para o cumprimento de mandatos, presente no Edital de regulamentação do processo de eleição de Conselheiros Titular e Suplente, e **torna pública a Prorrogação das Inscrições**, de acordo com os procedimentos presente no Edital nº 003/2022/CMEC/MT.

I – DA PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

a) Fica prorrogada até dia 18 de novembro de 2022, o prazo para o envio da ficha de inscrição (anexo I) dos interessados que postulem a participação neste colegiado enquanto segmento representativo, nos termos da Lei nº 2.162/2008, alterada pela Lei nº 2.327/2012 e Lei nº 3.008/2021, com apresentação de documentação oficial para à Comissão Temporária do segmento representativo de que postula participar, comprovando a base territorial de atuação na cidade de Cáceres - MT, devendo estar a entidade e/ou instituição de ensino pretendentes devidamente constituídas na forma da lei e em data precedente a este Edital, através do envio do protocolo online 1DOC https://caceres.1doc.com.br para SME-CMEC-CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e-mail: cmeccaceresmt@gmail.com e/ou protocolo presencial na sede do Conselho Municipal de Educação das 07:30h às 11:30h e 12:30h ás 18:00h.

II - DAS VAGAS EXISTENTES, POR SEGMENTO REPRESENTATIVO NAS RESPECTIVAS CÂMARAS.

2.1 – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - CEB:

a) Representantes de pais de alunos das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino - 01 Titular e o respectivo Suplente para completar mandato, até 02/07/2024.

2.2 – CÂMARA ESPECIFICA PARA O ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL SOBRE A TRANSFERENCIA, DISTRIBUIÇÃO E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CACS/ FUNDEB

a) Representante dos diretores das escolas básicas públicas - 01 (um) Titular e respectivo Suplente, para cumprimento de mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2026;

b) Representante dos servidores técnicos-administrativos das escolas básicas públicas - 01 (um) Titular e respectivo Suplente, para cumprimento de mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2026;

c) Representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública – 02 Titulares e respectivos suplentes, para cumprimento de mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2026;

d) Representantes dos estudantes da Educação Básica Pública - 02 Titulares e respectivos suplentes, para cumprimento de mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2026;

e) Representante do Conselho Tutelar - 01 (um) Titular e respectivo Suplente, para cumprimento de mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2026;

III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1 A documentação oficial constante do item I, alínea “a”, refere-se ao Ofício da entidade e/ou instituição de ensino participante com a informação do nome eleito para participar do processo de eleição no CMEC.

3.2. Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Temporária.

COMISSÃOTEMPORÁRIA:

I. Flávia Lúcia de Barros Alvares II. Maria Angela Cardozo de Oliveira III. Luiz Felipe Gonçalves Amarante dos Santos IV. Valquíria Soares de Souza Cáceres- MT, 07 de novembro de 2022.

Prof.ª Valquíria Soares de Souza

Conselheira Presidente

Conselho Municipal de Educação/CMEC

EDITAL Nº 003/2022/CMEC/MT

ANEXO I

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO/INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO:
_____

DATA DE NASCIMENTO:
_____

REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO:
_____

_____
_____

ENDEREÇO RESIDENCIAL:
_____

BAIR-
RO:_____
_____

TELEFO-
NE:_____
_____

RESIDENCI-
AL:_____
_____

TELEFONE CELULAR:
_____

ENDEREÇO DE TRABA-
LHO:_____

TELEFONE DO TRABALHO:
_____

NÚMERO DO RG:
_____
__

CPF:
_____
_____

REPRESENTANTE DO SEGMENTO:
_____

EMAIL:
_____
_____

CÂMARA PARA A QUAL SE CANDIDATA:

( ) Câmara Especifica para o Acompanhamento e Controle Social sobre a transferência, distribuição e a aplicação dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação - **CACS/FUNDEB**

( ) Câmara de Educação Básica - **CEB**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 69/2022

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Monitoramento Eletrônico remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de Pronta Resposta por 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, em regime de comodato para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, conforme especificações técnicas e quantitativas estabelecidos neste Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 263/2022

EMPRESA: SEVIG COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - CNPJ: 04.627.450/0001-60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. PONTO MENSAL	QUANT. PONTO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL GLOBAL (12 MESES)
1	Contratação de Empresa Especializada em Vigilância Eletrônica Monitorada, através de Sistema de Alarme, 24hr por dia, 07 dias por semana, com monitoramento remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de Pronta Resposta por 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos e serviços para instalação e configuração do sistema de alarme (sirene e sensores), mediante cessão gratuita (comodato), para execução da	UN	688	8.256	30,00	20.640,00	247.680,00

	segurança física dos prédios, instalações, móveis, equipamentos e documentos constantes nas dependências da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT						
2	Contratação de Empresa Especializada em Vigilância Eletrônica Monitorada, através de Sistema de Câmeras, 24hr por dia, 07 dias por semana, com monitoramento remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de Pronta Resposta por 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos e serviços para instalação e configuração do sistema de alarme (sirene e sensores), mediante cessão gratuita (comodato), para execução da segurança física dos prédios, instalações, móveis, equipamentos e documentos constantes nas dependências da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.	UN	988	11856	42,90	42. 385,20	508. 622,40
VALOR TOTAL: R$: 756.302,40 (setecentos e cinquenta e seis mil e trezentos e dois reais e quarenta centavos)							

Cáceres/MT, 07 de novembro de 2022.

CONTRATANTE:

_____

MUNICIPIO DE CÁCERES – MT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON MASSAHIRO KISHI

CPF Nº 299.641.051-34

CONTRATADA:

_____

SEVIG COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 04.627.450/0001-60

Marcelo Mundim Pena Junior

CPF: 688.668.011-00

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 001/2021-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2021-SSAAP

CONCEDENTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CÁCERES-MT - ASCARC

OBJETO: O objeto do presente instrumento é:

PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Termo de Colaboração Nº 001/2022, por mais 6 (seis) meses, nos termos do Art. 55 da Lei Federal Nº 13.019/2014.

Permanecem íntegras e ratificadas as demais cláusulas anteriormente pactuadas no Termo de Colaboração Nº 001/2021 ora alterado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste Termo de Colaboração correrão pela rubrica através da Dotação Orçamentária conforme discriminadas abaixo:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da despesa	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013.2126	3.3.90.39.00	(500) - Recurso Ordinário

Cáceres- MT, 04 de novembro de 2022.

JÚLIO CÉSAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 598 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA OBITO AO SERVIDOR **GERSON CARLOS REZENDE,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o teor da certidão de Óbito apresentada em 07/11/2022.

RESOLVE: I – Conceder "Licença Óbito" ao servidor GERSON CARLOS REZENDE, que exerce o cargo de Professor Classe "D", Nível "05", lotado junto a Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal, no período de 07 a 13/11/2022

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT,07 de novembro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº.601 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA **KLENIA FREITAS MACHADO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora, protocolado em 19 de outubro de 2022.

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 044/2022 de 07 de novembro de 2022.

RESOLVE:

I – Efetuar "Progressão Horizontal" da servidora**KLENIA FREITAS MACHADO,** efetiva no cargo de **Professor Educação Infantil - SJC,** junto a

Secretaria Municipal de Educação, da **Classe "b" Nível "02"** paraa **Classe "c" Nível"02"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de novembro de 2022.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 590 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA CASAMENTO AO SERVIDOR **FERNANDO FELIX DOS REIS ,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor de 24/10/2022

RESOLVE: I – Conceder "Licença Casamento" ao servidor FERNANDO FELIX DOS REIS, que exerce o cargo de Gerente do Departamento de Frotas SMS , Classe "A", Nível "01", lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal, no período de 28/10 a 04/11/2022

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT,03 de novembro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 600 DE07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS DO MÊS NOVEMBRO PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor da Escala de Férias Anual, requerimentos dos servidores e oficios das Secretarias responsáveis pelas pastas.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
01	Jaime josé Ribeiro Padilha	14.08.2021 a 13.08. 2022	14.11.2022 a 13.12. 2022
02	Leandro Ribeiro Padilha	21.09.2021 a 20.09. 2022	04.11.2022 a 08.11. 2022

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de novembro de 2022

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº.599 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A ***PROGRESSÃO VERTICAL*** *DA SERVIDORA RELACIONADA ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO os Planos de Cargos e Carreiras de cada Secretaria e obedecendo o intervalo de 03 anos de um Nível para o outro de cada servidor;

CONSIDERANDO os afastamentos por Licença Particulares concedidas aos servidores.

RESOLVE:

Efetuar **"Progressão Vertical"** da servidora relacionada abaixo:

Nº	SERVIDOR	ADM.	ÚLTIMO NÍVEL	NÍVEL ATUAL
1	Zeli dos Santos Marques	11.11.2010	04	05
2	Klenia Freitas Machado	04.11.2019	01	02

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de novembro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2022. Contratante: Prefeitura de Campinápolis/MT. **Contratada**: STS Construções Elétricas Ltda**,** inscrita nº CNPJ sob. o nº 04.116.936/0004-67. **Objeto do Aditivo:** Prorrogar o prazo de execução da obra para 60 mais (sessenta dias) dias consecutivos, período que será compreendido entre 12/10/2022 a 10/12/2022, conforme cronograma físico-financeiro. Ratificam-se as demais cláusulas. Assinam: **José Bueno Vilela** pela Contratante e João Garcia pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2022 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2022 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo*:* AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE BOA ESPERANÇA

CLASS.	NOME
04°	ANGELICA DA SILVA VIEIRA

Os candidatos aprovados acima relacionados deverão comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital do Processo Seletivo Público n° 001/2022, no prazo legalmente previsto.

Os Agentes Comunitários de Saúde deverão apresentar comprovante de residência na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 03 dias do mês de novembro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
4° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 459/2021

PREGÃO ELETRONICO: N° 120/2021– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***Rafael Machado****,* brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**,inscrita no CNPJ sob n° **12.889.035/0001-02**, estabelecida na Rua Doutor João Caruso, n° 2115, Bairro Industrial, Erechim – RS, *representada neste ato por seu Representante Legal, JHONATAN BONI, portador do CPF nº* 016.789.820-59, doravante denominado simplesmente, ***FORNECEDORA***, **acordam** *proceder, nos termos do* ***Edital de Pregão Eletrônico RP nº 120/2021****, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a ATA de REGISTRO de PREÇOS nº 459/2021, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da Ata de Registro de Preços nº 459/2021, do Pregão Eletrônico nº 120/2021, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos:

Item	Cod.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
33	9573	UN - UNIDADE	CEFALEXINA 500MG COMPRIMIDO	**R$ 0,35**	**R$ 0,60**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 07 de novembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

JHONATAN BONI

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

Fornecedor

VIVIANE ALVES FERNANDES DIAS PETRY

Agente Fiscalizador

COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE
LICENÇAS AMBIENTAIS

TÍTULO: LICENÇAS AMBIENTAIS

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA torna pública a seguinte licença emitida.

Protocolo	Processo	Nº Licença	Empreendimento	Razão Social	Atividade Licenciada	Município
2022-20890	**176665**	LP N°00700/2022	Residencial Sardenha	**José André Nunes Andrade**	Condomínios (residencial, comercial ou de serviços) - horizontal.	Campo Novo do Parecis/MT

		LI N°00701/ 2022		CPF: 959.231. 441-15		

Atenciosamente,

Campo Novo do Parecis, 07 de novembro de 2022

ALEX SANDRO POQUIVIQUI DA SILVA

Analista de Meio Ambiente

Portaria 807/2022

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CTG - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS “PORTEIRA DA TRADIÇÃO” PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL “COSTELÃO”.

DO OBJETO: O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** tem por objeto firmar parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para Realização de evento cultural “COSTELÃO”, com intuito de preservar a Cultura Gaúcha e promover à população momentos de lazer e integração social, saúde e bem estar.

DA FUNDAMENTAÇÃO: Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária específica.

DO VALOR e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará através do presenteTERMO DE COLABORAÇÃO **R$ 20. 000,00 (vinte mil reais)**, a ser pago em parcela única.

As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade 03 – Fundo Municipal de Cultura Setor 27 – Recursos Próprios

Dotação: 05.003.13.392.0020.20027.3.3.50.41.00.15000000000 Despesas Financeiras – Recursos Próprios

DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente termo terá vigência pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Campo Novo do Parecis/MT, em 07 de novembro de 2022.

RAFAEL MACHADO PREFEITO MUNICIPAL

JAQUES FERNANDES BASSANI CTG - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTEIRA DA TRADIÇÃO

JHONATHAN IRANCHE SOARES Agente Fiscalizador

JULIANO OLEJAS Agente Fiscalizador

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO Nº 050/2022 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 050/2022

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Marizam Dias do Nascimento

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Professor(a) 30H, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Valor Rescisório: R$ 7.780,98

Data Rescisão: 01/11/2022

Procedimento: Sem justa causa, por iniciativa do empregado.

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA Nº 083/2022, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Nomear agente fiscalizadora do Contrato nº 013/2022.

O DIRETOR EXECUTIVO/GESTOR FINANCEIRO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR a servidora **ROSANE DA SILVA DE MELO DE LUCAS,** brasileira, casada, residente na Rua Projetada, nº 175-NW, Bairro Jardim das Palmeiras, nesta cidade, para exercer a função de agente fiscalizadora do Contrato nº 013/2022, de Adesão a Ata de Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática, visando atender as demandas do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 07 de novembro de 2022.

SANDRO SÍLVIO CATTANEO

Diretor Executivo/Gestor Financeiro - FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO PP 015/2022

PREGÃO PRESENCIAL 015/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **REVOGAÇÃO** do Pregão Presencial nº 015/2022, que tem por objeto **Contratação** de empresa para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final no aterro sanitário dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais nas vias públicas urbanas e suburbanas no Município de Campo Novo do Parecis e Distrito Marechal Rondon II.

Motiva-se a **REVOGAÇÃO** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente via memorando nº 257/ 2022.

Campo Novo do Parecis, 07 de novembro de 2022.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL LIGA ESTADUAL DE MOTOCICLISMO E AUTOMOBILISMO DE MATO GROSSO, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EVENTO

ESPORTIVO, REALIZAÇÃO DA FINAL DO CAMPEONATO ESTADUAL - LEAMAMT.

DO OBJETO: O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** tem por objeto, firmar parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para apoio ao desenvolvimento da realização de Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual de Motocross LEMAMT, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, com o intuito de expandir o esporte e promover a população momentos de lazer e integração social, saúde e bem estar, oriundo do Chamamento Público nº 06/2022.

DA FUNDAMENTAÇÃO: Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária específica.

DO VALOR e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará através do presenteTERMO DE COLABORAÇÃO o valor de **R$ 51.410,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos e dez reais)** a ser pago em parcela única, conforme cronograma estipulado na cláusula 5.2 deste contrato, a ser pago em nome da **LIGA ESTADUAL DE MOTOCICLISMO E AUTOMOBILISMO DE MATO GROSSO**, através do CNPJ: 15.416.299/0001-37.

As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Unidade: 002. Desporto Comunitário

Programática: 06.003.27.812.0019.20037.3.3.50.41.00.00

Fonte de Recurso: 1.5

DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO: O presente termo terá vigência pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Campo Novo do Parecis/MT, em 07 de novembro de 2022.

RAFAEL MACHADO PREFEITO MUNICIPAL

ROSELI APARECIDA ZAMBONI LIGA ESTADUAL DE MOTOCICLISMO E AUTOMOBILISMO DE MATO GROSSO

JONAS FERREIRA DE ALMEIDA Agente Fiscalizador

ALEX BUENO DE FREITAS Agente Fiscalizador

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

ALMOXARIFADO
ARQUIVAMENTO DE PROCESSO Nº 083/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – ***RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.***

No dia 14 de Outubro de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.088 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Rika Comercio de Alimentos Eireli,** pela falta de descumprimento do cronograma do horário de entrega e pela não entrega do repolho.

A Empresa apresentou defesa prévia, alegando a entrega de todos os itens. Mas tinha faltado dois itens e foram entregues depois que sofreram penalidade.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que "o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para cumprir o cronograma do horário das entregas.

A empresa apresentou defesa, entregou os restantes dos itens notificados depois que foram penalizados.

Feitas as necessárias considerações**, ARQUIVE-SE** o presente feito, a empresa entregou os itens faltantes depois que foram penalizados.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 07 de Novembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

ALMOXARIFADO
ARQUIVAMENTO DE PROCESSO Nº 093/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – ***FRUTA SUL COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA***

No dia 03 de Novembro de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.101 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Fruta Sul Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda,** para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar defesa.

A Empresa não apresentou defesa prévia, mas entregou todos os itens dentro do prazo da notificação.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que "o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para entregar o produto e apresentar defesa.

A empresa não apresentou defesa, e entregou todos os itens dentro do prazo da notificação.

Feitas as necessárias considerações, **ARQUIVE-SE** o presente feito considerando a entrega total dos itens dentro do prazo da notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 07 de Novembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

ALMOXARIFADO
ARQUIVAMENTO DE PROCESSO Nº 092/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

*Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – **FRUTA SUL COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA***

No dia 28 de Outubro de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.098 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Fruta Sul Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda,** para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar defesa.

A Empresa não apresentou defesa prévia, mas entregou todos os itens dentro do prazo da notificação.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que "o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para entregar o produto e apresentar defesa.

A empresa não apresentou defesa, e entregou todos os itens notificados dentro do prazo da notificação.

Feitas as necessárias considerações, **ARQUIVE-SE** o presente feito considerando a entrega total dos itens dentro do prazo da notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 07 de Novembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

ALMOXARIFADO
ARQUIVAEMNTO DE PROCESSO Nª 091/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

*Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – **RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.***

No dia 28 de Outubro de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.098 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **Rika Comercio de Alimentos Eireli,** pela falta de descumprimento do cronograma do horário de entrega e pela não entrega do repolho.

A Empresa não apresentou defesa prévia, entregou todos os itens dentro do prazo de notificação.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que "o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para cumprir o cronograma do horário das entregas.

A empresa não apresentou defesa, entregou todos os itens dentro do prazo da notificação.

Feitas as necessárias considerações**, ARQUIVE-SE** o presente feito, a empresa entregou todos os itens dentro do prazo da notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde-MT, 07 de Novembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRENCIA

AVISO DA CONCORRENCIA N. 008/2022

RETIFICAÇÃO : QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA DO CENTRO EDUCACIONAL PAULO FREIRE PARA IMPLANTAÇÃO DA PADARIA MUNICIPAL E COZINHA PILOTO** na modalidade CONCORRENCIA **Nº 008/2022**, a ser realizada **no dia 21 de novembro de 2022, às 08 H (oito horas) ,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br ou solicitação para o e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ; gerencia.compras@campoverde.mt.gov.br Contato: telefone (66) 3419.2067 Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 07 de novembro de 2022.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 005/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a homologação da CONCORRÊNCIA Nº 005/2022, cujo objeto é a *Contratação de empresa especializada para execução de obra de demolição e reconstrução da Escola Estadual Waldemon Moraes Coelho*, em que sagrou-se vencedora a empresa QUALITA ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 19.813.051/0001-60, com o valor de R$ 7.767.053,61 (sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, cinquenta e três reais e sessenta e um centavos). Campo Verde, 04 de novembro de 2022.Hélida Hübner - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO TERMO DE DESISTÊNCIA DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

DA ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços para aquisições futuras de medicamentos.

DO OBJETO: Desistência do Item abaixo mencionado, do Pregão Eletrônico 037/2021, por parte da Fornecedora.

Item n° 81 – Lidocaína, cloridrato, concentração /dosagem 20 mg/ml (2%), forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação frasco-ampola, via de administração percutânea ou parenteral – frasco/ampola 20 ml.

DO FATO: Fica desaverbado a partir da data de 01/11/2022.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGINI - Prefeito / CONTRATANTE, e a empresa LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, CNPJ/MF sob o nº 19.391.064/0001-99 / CONTRATADA.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 059/2022

O Município de Campos de Júlio-MT, através da Prefeitura Municipal, torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 059/2022, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, com a finalidade de **"Registrar preços para aquisições futuras e parceladas de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e seus Departamentos."**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: https://licitanet.com.br – Licitações On-Line e no site www.camposdejulio.mt.gov.br em Licitações.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 22/11/2022, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação2@camposdejulio.mt.gov.br e/ou pelos telefones (65) 3387-2800 ou (65) 9.9963-3595 citando o nº do edital em questão

Campos de Júlio - MT, 07 de outubro de 2022.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro

Portaria nº 237/2017

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 78, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais faz saber que fica retificado o local da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que discutirá os novos limites do perímetro urbano da área de expansão urbanística do município de Campos de Júlio/MT, que acontecerá no dia 11 de novembro de 2022, para constar onde se lê a partir das 18:00h nas dependências no Centro Cultural Ricieri Masutti, passa a ser lido **doravante como a partir das 18:00h na Câmara Municipal de Campos de Júlio/MT,** permanecendo inalterados os demais dispositivos do sobredito edital.

Campos de Júlio, 07 de novembro de 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 316/2022

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços Médicos.

DO OBJETO Contratação de Médico Clinico Geral, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 18.340,69 (Dezoito mil, trezentos e quatro reais e sessenta e nove centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 01- Fundo Municipal de Saúde

Projeto / Atividade: 2.035 Gerenciamento das Atividades das Unidades de Saúde da Família.

Despesa: 237/2022

Código: 3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0600 - Contratação para Tempo Determinado.

06 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 01- Fundo Municipal de Saúde

Projeto / Atividade: 2.035 Gerenciamento das Atividades das Unidades de Saúde da Família.

Despesa: 236/2022

Código : 3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0500 - Contratação para Tempo Determinado.

06 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 01- Fundo Municipal de Saúde

Projeto / Atividade: 2.035 Gerenciamento das Atividades das Unidades de Saúde da Família.

Despesa: 225/2022

Código: 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0600 - Obrigações Patronais

06 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade 01- Fundo Municipal de Saúde

Projeto / Atividade: 2.035 Gerenciamento das Atividades das Unidades de Saúde da Família.

Despesa: 224/2022

Código: 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0500 - Obrigações Patronais

DA VIGÊNCIA: 01/11/2022 à 01/05/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE e DENISE MARIA DE SOUSA / CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

TRIBUTOS
EDITAL N. 019/2022 - GERAFIT

EDITAL N. 019/2022 - GERAFIT

OZÉIAS TRINDADE VALVERDE, Gerente de Arrecadação e Fiscalização Tributária – GERAFIT, no uso das suas atribuições legais, torna pública os montantes dos tributos arrecadados e dos recursos recebidos de origem tributária ingressados até o último dia do mês de **outubro de 2022**, nos termos artigo 83º, XIX, da Lei Orgânica Municipal, artigo 162º, da CF/88 e artigo 1º, I, §1º da Lei Nº 9.755/98, conforme anexo.

Canabrava do Norte – MT, em 07 de novembro de 2022.

OZÉIAS TRINDADE VALVERDE

Gerente de Arrecadação e Fiscalização

Tributária – GERAFIT

RH/GABINETE
LEI N. 1.313, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.313, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 1191/2021 LOA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2022, no valor de **R$ 398.000,00 (Trezentos e Noventa e Oito Mil Reais)**, para a seguinte programação orçamentária:

Código Reduzido	**NOVO**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e Dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	1107	Aquisição Ônibus Escolar – Convenio 746/2021
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	2.575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	398.000,00	Trezentos e Noventa e Oito Mil Reais

Art. 2°. Para cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior o valor de **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais),** tendo como recursos superávit financeiro apurado no exercício 2021, demonstrado no anexo contábil Balanço patrimonial. Recursos de destinação de recursos de **Transferências de Convênios da Secretaria do Estado de Educação – SEDUC** o mediante **CONVENIO N. 746/2021, creditado na conta bancaria Ag: 3989-6 C/C 40188-9 no dia 29/11/2021 conforme anexo de contabilização,** e o Valor **198.000,00 (Cento e Noventa e Oito Mil Reais),** terá como recursos resultantes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente, nos termos artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 conforme discriminado abaixo:

Código Reduzido	**74**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	002	Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura
Função	13	Cultura
Sub Função	392	Difusão Cultural
Programa	0010	Promovendo Cultura e Turismo
Projeto Atividade	2029	Manutenção da Coorden de Turismo e Cultura
Elemento Despesa	33.90.93.00	Indenizações e Restituições
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	1.500,00	Um Mil e Quinhentos Reais

Código Reduzido	**84**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	003	Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Sub Função	812	Desporto Comunitário
Programa	0011	Desenvolvimento do Esporte e Lazer
Projeto Atividade	1064	Aquisição de Veiculo
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	500,00	Quinhentos Reais
Fonte de Recursos	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	500,00	Quinhentos Reais

Código Reduzido	**92**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	003	Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Sub Função	812	Desporto Comunitário
Programa	0011	Desenvolvimento do Esporte e Lazer
Projeto Atividade	2030	Manutenção da Coorden de Esporte e Lazer
Elemento Despesa	33.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte de Recursos	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	3.070,00	Três Mil e Setenta Reais

Código Reduzido	**99**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	003	Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Sub Função	812	Desporto Comunitário
Programa	0011	Desenvolvimento do Esporte e Lazer
Projeto Atividade	2159	Tua Vida Melhor
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	40.000,00	Quarenta Mil Reais

Código Reduzido	**117**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	1030	Reforma/Ampliação de Unidades Escolares
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	1001000	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Valor R$	4.234,80	Quatro Mil e Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Oitenta Centavos
Fonte de Recursos	1.569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Detalhamento	000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	5.000,00	Cinco Mil Reais

Código Reduzido	**118**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	1046	Construção de Refeitório na Escola Canaã
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	1001000	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Valor R$	2.354,02	Dois Mil e Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Dois Centavos

Código Reduzido	**119**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	1049	Aquisição de Veiculo
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	100.000,00	Cem Mil Reais

Código Reduzido	**121**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	2017	Folha de Pagto Encargos – Cood de As.Tecnica e Ped.
Elemento Despesa	31.90.04.00	Contratação Por Tempo Determinado
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	1.000,00	Um Mil Reais
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	1001000	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Valor R$	1.000,00	Um Mil Reais

Código Reduzido	**132**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	2028	Manutenção da Cooden da Assit. Tecnica e Pedagógica
Elemento Despesa	33.90.91.00	Sentenças Judiciais
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	519,00	Quinhentos e Dezenove Reais
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	1001000	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino
Valor R$	2.000,00	Dois Mil Reais

Código Reduzido	**133**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	2028	Manutenção da Cooden da Assit. Tecnica e Pedagógica
Elemento Despesa	33.90.93.00	Indenizações e restituições
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	2.000,00	Dois Mil Reais

Código Reduzido	**136**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	2150	Conecta Educação
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	15.000,00	Quinze Mil Reais
Fonte de Recursos	1.569	Outras Transferências de Recursos do FNDE
Detalhamento	1001000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	5.000,00	Cinco Mil Reais

Código Reduzido	**146**	
Órgão	04	Sec. Mun. De Educação, Esporte, Lazer e Cultura
Unidade	005	Gabinete do Secretario e dependências
Função	12	Educação
Sub Função	361	Ensino Fundamental
Programa	0008	Educação Transformadora
Projeto Atividade	1035	Aquisição de Moveis e Equipamento Para Creche
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Detalhamento	0000000	Sem Código de acompanhamento
Valor R$	16.322,18	Dezesseis Mil e Trezentos e Vinte e Dois Reais e Dezoito Centavos

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 1129/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2022, Lei nº 1156/2021 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1191/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal Nº 1.226/2022 de 28 de março de 2022 e as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de Novembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.312, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.312, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

ALTERA PARCIALMENTE O ANEXO III – TABELA DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA LEI N. 621/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014, PARA EXCLUIR E INCLUIR O CARGO DE FARMACÊUTICO E **FONOAUDIÓLOGO, NO GRUPO OCUPACIONAL VII – TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Altera parcialmente o Anexo III – Tabela de Vencimento dos Servidores Públicos Municipais, lei n. 621/2014, de 31 de outubro de 2014, para excluir o cargo de farmacêutico, do grupo ocupacional VII – Técnicos de Nível Superior e excluir o cargo de fonoaudiólogo, do do grupo ocupacional VII – Profissionais de Nível Superior e fazer a inclusão do cargo de **farmacêutico** e **fonoaudiólogo**, no grupo ocupacional VII – Técnicos de Nível Superior, Cargos: Bioquímico, Enfermeiro Padrão, Advogado, Contador, Fisioterapeuta, Controlador Interno, Odontólogo, Assistente Social, Biomédico, **farmacêutico** e **fonoaudiólogo**.

Art. 2º. O Anexo III – Tabela de Vencimento dos Servidores Públicos Municipais**,** no grupo ocupacional VII – Técnicos de Nível Superior, Cargos: Bioquímico, Enfermeiro Padrão, Odontólogo, Assistente Social, Biomédico, Advogado, Contador, Fisioterapeuta, Controlador Interno, **farmacêutico** e **fonoaudiólogo** é parte integrante desta lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei terão cobertura de dotações orçamentárias específicas.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ALTERA O ANEXO III DA LEI MUNICIPAL N. 621/2014

GRUPO OCUPACIONAL VII – TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS: BIOQUIMICO, ENFERMEIRO PADRÃO, ASSISTENTE SOCIAL, BIOMÉDICO, ADVOGADO, CONTADOR, FISIOTERAPEUTA, CONTROLADOR INTERNO, ODONTÓLOGO, FARMACÊUTICO E FONOAUDIÓLOGO.

Classe	A	B	C	D	
	Ens. Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Nível	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Coef.
1	4.999,32	5.334,77	5.692,73	6.074,71	1,00
2	5.299,28	5.654,86	6.034,29	6.439,19	1,06
3	5.599,24	5.974,94	6.375,86	6.803,68	1,12
4	5.899,20	6.295,03	6.717,42	7.168,16	1,18
5	6.199,16	6.615,11	7.058,99	7.532,64	1,24
6	6.499,12	6.935,20	7.400,55	7.897,12	1,30
7	6.799,08	7.255,29	7.742,11	8.261,61	1,36
8	7.099,03	7.575,37	8.083,68	8.626,09	1,42
9	7.398,99	7.895,46	8.425,24	8.990,57	1,48

Canabrava do Norte-MT, em 07 de novembro de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.311, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.311, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"ALTERA PARCIALMENTE A LEI MUNICIPAL N. 1.067, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE **DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ESTABELECE UM NOVO MODELO DE GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Canabrava do Norte aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera a nomenclatura do cargo da Secretaria Adjunta de Administração e Padronização, estabelecida no item 6, inciso V, do artigo 45º, da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que "dispõe sobre a organização da estrutura administrativa direta e indireta do poder executivo municipal, estabelece um novo modelo de gestão e dá outras providências", que passa a vigorar com a nomenclatura de Secretaria Adjunta de Transporte - SAT, conforme abaixo:

"**Art. 45º.** A Administração Pública Direta do Município de Canabrava do Norte é constituída por órgãos sem personalidade jurídica, sujeitos a subordinação hierárquica, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo, diretamente subordinadas ao Prefeito Municipal e compreendem:

[...]

V - Órgãos de Execução Programática:

[…]

6. Secretaria Adjunta de Transporte – SAT;

[...]"

Art. 2º. Fica revogado o inciso V, do § 1º, do Artigo 59º,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Altera a nomenclatura da subseção VII e altera o artigo 74º e seus parágrafos,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO VII

Secretaria Adjunta de Transporte – SAT

Art. 74º. A Secretaria Adjunta de Transportes – SAT é o órgão superior responsável pelo gerenciamento, acompanhamento, manutenção, guarda e utilização, bem como, detém o poder de decisão sobre toda a frota municipal, incluindo veículos automotores, máquinas e equipamentos, tendo entre outras funções, delegadas diretamente pelo chefe do Poder Executivo, as seguintes atribuições:

I – Coordenar o sistema de abastecimento, manutenção, recuperação e utilização de toda a frota municipal, bem como os trabalhos da borracharia, oficina mecânica e almoxarifado do paço de obras municipal, destinada a manutenção e recuperação de veículos leves e pesados, maquinários, ônibus e equipamentos;

II – Coordenar, junto aos gerentes de frotas e guardas municipais os registros da entrada e saída de veículos leves e pesados, maquinários, ônibus e equipamento em manutenção;

III – Dar suporte aos gerentes de frotas apoio técnico e logístico a equipe de manutenção;

IV – Coordenar e elaborar um planod e ação, visando elaborar um prédiagnóstico sobre os possíveis defeito dos veículos leves e pesados, maquinários, ônibus e equipamento;

V – Acompanhar junto aos gerentes de frotas e dá a última palavra no processo de compras, controlar e atualizar o cadastramento de fornecedores e sua oferta de serviço e materiais, as cotações de pedido;

VI – Acompanhar a boracharia e zelar junto com os gerentes de frotas pela administração de pneus, controlar e avaliar o registro de movimentação, montagem ou desmontagem e controle da vida útil;

VII – Zelar pela administração de conjunto de componentes, controlar e avaliar o histórico por veículo de conjunto de peças, acessório e componentes de manutenção preventiva;

VIII – Controlar e Supervisionar os serviços externos prestados por terceiros;

IX – elaborar em conjunto com as gerências de frotas, supervisionar, fazer e destinar os pedidos de compras;

X – manter contato com fornecedores, visando ao cadastramento, coleta de preços e aquisição de material, em conjunto com as Gerências de frotas;

XI – orientar e manter organizado a atualização do cadastro de fornecedores, controle de padronização de material e catálogo de preços;

XII – executar os serviços de atendimento e orientação às unidades administrativas sobre as aquisições de materiais;

VIII – receber e conferir os empenhos, promovendo o envio deles aos interessados e ou almoxarifado;

XIV – conferência de estoque físico e virtual;

XV – conferencia das notas fiscais no ato da entrega;

XVI – executar, fiscalizar e gerenciar toda a frota de veículos do município, cuidando com zelo da manutenção da frota;

XVII – programar, coordenar, supervisionar e controlar execução dos gastos com a frota, como controle de quilometragem dos veículos, controle de substituição de peças, elaborando planilhas contendo o relatório diário de cada veículo, em conjunto com as gerências de frotas;

XVIII – buscar modelos de financiamento para aquisição de veículos novos junto as esferas de governo;

XIX – supervisionar a execução orçamentária da administração que integra sua área de competência;

XX – organizar e coordenar todo sistema de controle relativo aos veículos que compõe a frota municipal;

XXI – receber, avaliar e encaminhar relatórios ao Poder Executivo com referência a área em que atua;

XXII – preparar relatórios e atas solicitadas pelo Poder Executivo;

XXIII – encaminhar providências solicitadas e acompanhar sua execução e atendimento;

XXIII – preparar informações e elaborar minutas de atos e correspondências relativas ao setor;

XXIV – aprovar a escala de férias dos servidores lotados no setor;

XXV – acompanhar a alimentação do sistema de informação da frota e manutenções em geral, de modo que permita identificar o custo de manutenção de cada veículo, da quilometragem rodada e combustível consumido ou hora trabalhada;

XXVI – controlar o deslocamento e uso da frota;

XXVII – controlar e manter a regularidade do licenciamento dos veículos;

XXVIII – controlar e manter a validade dos seguros dos veículos, quando houver;

XXIX – controlar a validade das Carteiras Nacionais de Habilitação – CNHs dos motoristas e operadores de máquinas;

XXX – executar outras atividades correlatas ao setor que forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

§ 1º. A Secretaria respectiva onde a frota de veículos estiver alocada será responsável pelo gerenciamento e guarda dos mesmos, sob a orientação, aprovação e supervição da Secretaria Adjunta de Transporte – SAT, só podendo utilizar o referido veículo, máquina e/ou equipamento, mediante disponibilidade de uso, expedido pela Secretaria Adjunta de Transporte, que detem o poder de suspender a sua utilização para reparos, conserto e revisão.

I – é de responsabilidade da unidade administrativa de cada secretaria encaminhar as informações necessárias para a alimentação dos sistemas de informações da frota municipal;

II – é de responsabilidade dos(as) Secretários(as) municipais o exame dos relatórios do lançamento das despesas, bem como, dar condições administrativas e orçamentárias para o alcance dos objetivos e metas traçadas pela Secretaria Adjunta de Transporte.

§ 2º. São responsabilidades dos motoristas e operadores de máquinas, cumprir os preceitos estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, as orientações de determinações da Secretaria Adjunta de Trânsito e atenderem as solicitações do exercício de suas atribuições, em especial, as disposições contidas na Instrução Normativa STR n. 001/2009, que “dispõe sobre as rotinas e procedimentos de gerenciamento, controle e uso da frota de veículos, máquinas e dos equipamentos em geral, no âmbito da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e dá outras providências”.

§ 3º. Todos os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal deverão estar devidamente identificados com plotagem específica, demonstrando que pertence ao município;

§ 4º. As máquinas, caminhões e equipamentos devem ser utilizados de acordo com as recomendações do fornecedor e da fábrica;

§ 5º. Os empréstimos de veículos entre órgãos e secretarias municipais é possível, mediante a solicitação prévia e escrita do requerente do empréstimo a Secretaria Adjunta de Transporte.

I – Nas solicitações constará data e horário, itinerário/roteiro da viagem, tempo de permanência no local de destino, nome do solicitante, condições especiais do empréstimo (despesas, necessidade de motorista e etc.);

II – As solicitações deverão ficarem arquivadas na Secretaria Adjunta de Transporte, para possíveis inspeções e fiscalizações.

§ 6º. Deve-se fazer controle de todo e qualquer reparo, manutenção e serviço realizado no veículo, máquina e equipamento, inclusive de borracharia e controle de lavagens realizadas, em planilha a ser elaborada pela Secretaria Adjunta de Transporte.

§ 7º. O deslocamento dos veículos, das máquinas, caminhões, ônibus, micro ônibus, vans, equipamentos e demais bens relacionados na frota municipal, será efetuado mediante autorização do responsável, devendo obrigatoriamente ocorrer o registro de movimentação em planilha do veículo.

I – Encerrada a circulação diária a frota deverá ser recolhida ao pátio da Secretaria Municipal onde estiver alocada ou na garagem do pátio de máquinas, em comum acordo, celebrado entre o(a) Secretário(a) Municipal e a Secretaria Adjunta de Transporte.

§ 8º. Tanto a oficina mecânica, bem como, a Borracharia e o Almoxarifado do Pátio de Máquinas ficará sob a responsabilidade, orientação e supervisão, única e exclusivamente da Secretaria Adjunta de Transporte, que determinará quais serviços deverão ser realizados e elegendo as suas prioridades.

§ 9º. Quaisquer manutenções, consertos, compras de peças, acessórios, lubrificantes, combustíveis e equipamentos deverão obrigatoriamente observer as disposições da lei n. 4.320/64, em especial, em relação ao prévio empenho, e as disposições das leis que regem as normas sobre licitações e contratos para aquisições na Administração Pública.

§ 10º. As manutenções e aquisições de peças deverão ser realizadas pelas empresas credenciadas no sistema de gerenciamento de frotas, exceto quando se tratarem de revisões de garantia de fábrica onde serão realizadas nas autorizadas, conforme exigido pelo fabricante, através de dispensa de licitação.

§ 11º. Os Gerentes de frotas e/ou o(a) Secretário(a) Adjunto de Transporte ou o fiscal designado por estes, deverão acompanhar e fiscalizar se os serviços foram executados adequadamente e se as peças utilizadas são aquelas adquiridas conforme a contratação com a empresa prestadoras de serviço e atestarão a conformidade mediante carimbo e assinatura das notas fiscais de prestação de serviços /fornecimento de peças."

Art. 4º. Revoga a alínea "c", do inciso VI, do§ 1º, do artigo 60º e acrescenta a alínea "e", ao inciso VIII, do § 1º, do Artigo 60º,ambos da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passa a viger com a seguinte redação.

"Art. 60º. [...]

[...]

§ 1º. [...]

[...]

VI – [...]

[...]

c) Revogado.

VIII – […];

e) Coordenadoria de Borracharia.

[…]"

Art. 5º. Extingue o cargo de diretor de Departamento de Borracharia – DEP/BORRA e acrescenta o cargo de coordenador de Borracharia – COORD/BORRA, noquadro de cargos comissionados da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo – SINSPU, alterando a alínea "e" e "f", do inciso I, do § 2º. do Artigo 60º,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passa a viger com a seguinte redação.

"Art. 60º. [...]

[...]

§ 2º. [...]

[...]

I – […];

e) 11 (onze) cargos de Coordenador(a).

f) 0 (seis) cargos de Diretor(a) de Departamento;

[…]"

Art. 6º. Altera a nomenclatura da subseção CXXIV e altera o artigo 192º e seus incisos,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO CXXIV

Coordenadoria de Borracharia – COORD/BORRA

Art. 192º. A Coordenadoria de Borracharia compete:

I – Coordenar, executar e orientar os trabalhos de borracharia, como trocar pneus e remendar câmara de ar;

II – vulcanizar câmaras de ar;

III – verificar as condições de conservação dos pneus dos veículos que compõem a frota municipal;

IV – calibrar pneus;

V – orientar os servidores que o auxiliam na execução de suas atribuições típicos;

VI – manter limpo e arrumado o local de trabalho;

VII – desmontar, montar, reparar e substituir os diversos tipos de pneus e câmaras de ar de veículos, máquinas e equipamentos;

VIII – retirar e recolocar pneus nos respectivos veículos;

IX – reparar os diversos tipos de pneus e câmaras de ar usadas em veículos, máquinas e equipamentos;

X – executar pequenos serviços na roda de veículos e máquinas pesadas, com o objetivo de prolongar o uso da mesma;

XI – zelar e conservar sob sua guarda, todos os materiais, máquinas e equipamentos existentes em sua área de serviço;

XII – controlar o estoque de remendos e afins;

XIII – manter controle diário de atendimento, sob a orientação e supervisão das Gerências de Frotas e a Secretaria Adjunta de Transporte;

XIV – atender emergências devido ao dano ocorrido no pneu, em a; consertar pneus; realizar manutenção e conservação dos pneus; avaliar e organizar os pneus;

XV – Receber notificação (por telefone) do local onde o carro/máquina ficou parado;

XVI – Solicitar veículo da Prefeitura para atender a emergências;

XVII – Ir até o local com veículo disponibilizado pela Prefeitura;

XVIII – Analisar o estrago ocorrido no pneu;

XIX – Realizar o procedimento de retirada do pneu;

XX – Conduzir o pneu até o local onde serão realizados os reparos;

XXI – Levar o pneu consertado ou substituto ao local da emergência e colocá-lo;

XXII – Detectar o dano ocorrido no pneu;

XXIII – Analisar e selecionar, de acordo com o dano e especificações do pneu, os procedimentos para realizar o reparo;

XXIV – Selecionar material para realizar o reparo;

XXV – supervisionar, controlar e remover, recuperar e colocar pneus, câmaras de ar e outros artefatos de borracha utilizados em veículos, e em caso de furo: (tais atividades pertencem a um só item):

a) Localizar o furo;

b) Retirar objeto perfurante;

c) Aplicar cimento vulcanizante;

d) Fixar manchão e remendo com rolete;

e) Introduzir refil de vedação no furo;

f) Examinar se o procedimento foi realizado com sucesso;

g) Reparos em câmara de ar: (tais atividades pertencem a um só item) Inflar câmera de ar com válvula. Mergulhar em caixa de água. Localizar vazamento. Secar e lixar com estéril ao redor do furo. Passar cola e fixar borracha de vedação. Resfriar e verificar se o procedimento ocorreu com sucesso; **h)** Realizar rodízios nos pneus; **i)** Calibrar os pneus; **j)** Controlar os serviços realizados e serviços a serem feitos; **k)** Avaliar o estado do pneu; **l)** Separar os pneus a serem consertados; **m)** Recapeados e inutilizados; **n)** Levar os pneus inutilizados para o depósito; **o)** Organizar os pneus a serem consertados e os aptos para o uso; **p)** Controlar e marcar a entrada, saída e baixa dos pneus; **XXVI –** Limpar e manter em ordem os pneus e equipamentos utilizados; **XXVII –** Solicitar leilão quando houver acúmulo de pneus inutilizados;

XXVIII – supervisionar todo o serviço executado pelos auxiliares orientando-os na execução de suas tarefas;

XXIX – executar e supervisionar a substituição e manutenção de dispositivos guamecidos com borracha em automóveis, caminhões e outras viaturas;

XXX – orientar e executar a aplicação de remendos com borracha de ligação e cola;

XXXI – auxiliar e orientar na limpeza e organização do setor;

XXXII – supervisionar todo o serviço executado pelos auxiliares orientando-os na execução de suas tarefas;

XXXIII – executar outras tarefas afins".

Art. 7º. Com a extinção do órgão da Secretaria Adjunta de Administração e Padronização passa a ser mencionado a Gerência de Pesquisa de Mercado e altera o inciso XIX, do artigo 138º,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 138º. […]

[…]

XIX - identificar as necessidades e promover o desenvolvimento de estudos de padronização de layout; e estudos visando à padronização de material permanente e de equipamentos de uso geral, em conjunto com a Gerência de Pesquisa de Mercado e o Núcleo de Apoio de Comissão da Licitação - NACOL;

[…]."

Art. 8º. Com a extinção do órgão da Secretaria Adjunta de Administração e Padronização passa a ser mencionado a Gerência de Pesquisa de Mercado e altera o inciso III, do artigo 196º,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 196º. […]

[…]

III - Oferecer subsídios a Gerência de Pesquisa de Mercado quanto às especificações necessárias à compra de gêneros alimentícios e de utensílios e equipamentos, e verificar seu atendimento quanto às especificações e entrega;

[…]."

Art. 9º. Com a extinção do órgão da Secretaria Adjunta de Administração e Padronização passa a ser mencionado a Gerência de Pesquisa de Mercado e altera o parágrafo único, do artigo 243º,da lei municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243º. […]

[…]

Parágrafo Único. O Núcleo de Apoio a Comissão Permanente de Licitação será coordenado pela Gerência de Pesquisa de Mercado, e terá entre as suas atribuições, os seguintes objetivos:

[…]".

Art. 10º. Retifica a redação do artigo 7º, da Lei Municipal n. 1221, de 28 de março de 2022, que alterou parcialmente a Lei Municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista que foi extinto o cargo de assessor jurídico e foi citado a outra alínea, passando a viger com a seguinte redação:

"Art. 7º. Revoga a alínea "c", do inciso I, do artigo 63º, da Lei Municipal n. 1.067, de 30 de dezembro de 2020, extinguindo o quantitative do cargo de assessor jurídico comissionado."

Art. 11º. A despesa decorrente desta Lei será atendida por conta das dotações orçamentárias específicas.

Art. 12º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.310, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.310, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ALTERANDO A LEI 1191/2021 LOA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar conforme art. 41, Inciso I da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2022, no valor de **R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)**, para a seguinte programação orçamentária:

Código Reduzido	**358**	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	005	Gabinete do Secretário e Dependentes
Função	08	Assistência Social
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2045	Manutenção da Secretaria Mun. De Assistência Social e Habitação
Elemento Despesa	33.90.14.00	Diárias Civil
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	2.000,00	Dois Mil Reais

Código Reduzido	**17**	
Órgão	02	Gabinete do Prefeito
Unidade	001	Gabinete do Secretário e Dependências
Função	04	Administração
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0002	Gestão + Eficiente
Projeto Atividade	2003	Folha de Pagto e Encargos – Gabinete do Pref
Elemento Despesa	31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	8.000,00	Vinte e Quatro Mil e Setecentos e Quinze Reais e Trinta e Três Centavos

Art. 2°. Para cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior terá como recursos resultantes da anulação total ou parcial de dotações

do orçamento vigente, nos termos artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 conforme discriminado abaixo:

Código Reduzido	**323**	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2106	Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Elemento Despesa	33.90.14.00	Diárias Civil
Fonte de Recursos	1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	**2.000,00**	**Dois mil reais.**

Código Reduzido	**202**	
Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	001	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub Função	305	Vigilância Epidemiológica
Programa	0004	Custeio da Ações de Saúde Pública do Município
Projeto Atividade	2048	Manutenção – Vigilância em Saúde
Elemento Despesa	33.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	**500,00**	**Quinhentos Reais**
Código Reduzido	**204**	
Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	001	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub Função	305	Vigilância Epidemiológica
Programa	0004	Custeio da Ações de Saúde Pública do Município
Projeto Atividade	2048	Manutenção – Vigilância em Saúde
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	**460,74**	Quatrocentos e Sessenta Reais e Setenta e Quatro Centavos.

Código Reduzido	**208**	
Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	002	Gabinete do Secretário e dependências
Função	10	Saúde
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0004	Custeio da Ações de Saúde Pública do Município
Projeto Atividade	2046	Manutenção – Gestão SUS
Elemento Despesa	33.90.14.00	Diárias - Civil
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	**3.414,45**	**Três Mil Quatrocentos e Quatorze Reais e Quarenta e Cinco Centavos.**

Código Reduzido	**209**	
Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	002	Gabinete do Secretário e dependências
Função	10	Saúde
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0004	Custeio da Ações de Saúde Pública do Município
Projeto Atividade	2046	Manutenção – Gestão SUS
Elemento Despesa	33.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	2.624,81	Dois mil Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Oitenta e Um Centavos.

Código Reduzido	**210**	
Órgão	05	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	002	Gabinete do Secretário e dependências
Função	10	Saúde
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0004	Custeio da Ações de Saúde Pública do Município
Projeto Atividade	2046	Manutenção – Gestão SUS
Elemento Despesa	33.90.33.00	Passagens de Despesas com Locomoção
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	1.000,00	Um Mil Reais

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 1129/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2022, Lei nº 1156/2021 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1191/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.309, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.309, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERANDO A LEI 1191/2021 LOA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial conforme art. 41, Inciso II da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2022, no valor de **R$ 531,96 (Quinhentos e Trinta e Um Reais e Noventa e Seis Centavos),** para a seguinte programação orçamentária:

Código Reduzido	Novo	
Órgão	04	Secretaria M. De Educação. Esporte/L,TUR. E CULT.
Unidade	002	Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura
Função	13	Cultura
Sub Função	392	Difusão Cultural
Programa	0010	Promovendo Cultura e Turismo
Projeto Atividade	2224	Devolução Convenio 434/2018
Elemento Despesa	3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
Fonte de Recursos	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento

Valor R$	531,96	Quinhentos e Trinta e Um Reais e Noventa e Seis Centavos

Art. 2°. Para cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior no valor de **R$ 531,96** (Quinhentos e Trinta e Um Reais e Noventa e Seis Centavos) terá como recursos resultantes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente, nos termos artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 conforme discriminado abaixo:

Código Reduzido	81	
Órgão	04	Secretaria M. De Educação. Esporte/L,TUR. E CULT.
Unidade	002	Secretaria Adjunta de Turismo e Cultura
Função	13	Cultura
Sub Função	392	Difusão Cultural
Programa	0010	Promovendo Cultura e Turismo
Projeto Atividade	2156	Canabrava Multicultural
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	531,96	Quinhentos e Trinta e Um Reais e Noventa e Seis Centavos

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 1129/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2021, Lei nº 1156/2021 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1191/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de Novembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.308, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.308, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ALTERANDO A LEI 1191/2021 LOA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar conforme art. 41, Inciso I da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2022, no valor de **R$ 83.000,00(Oitenta e três mil reais)**, para a seguinte programação orçamentária:

Código Reduzido	46	
Órgão	03	Secretaria M. de Administração Planejamento e Finanças.
Unidade	001	Gabinete do Secretário e dependências.
Função	04	Administração
Sub Função	122	Administração geral
Programa	0002	Gestão + Eficiente
Projeto Atividade	2010	Manutenção – Secretaria de Administração
Elemento Despesa	33.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	R$ 80.000,00	Oitenta mil reais

Código Reduzido	39	
Órgão	03	Secretaria M. de Administração Planejamento e Finanças.
Unidade	001	Gabinete do Secretário e dependências.
Função	04	Administração
Sub Função	122	Administração geral
Programa	0002	Gestão + Eficiente
Projeto Atividade	1019	Equipamentos e Material Permanente
Elemento Despesa	40.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	R$ 3.000,00	Oitenta mil reais

Art. 2°. Para cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior terá como recursos resultantes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente, nos termos artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 conforme discriminado abaixo:

Código Reduzido	40	
Órgão	03	Secretaria M. De Adm. Planej. E Finanças
Unidade	001	Gabinete do Secretário e Dependências
Função	04	Administração
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0002	Gestão + Eficiente
Projeto Atividade	1041	Construção e Implantação do paço Municipal
Elemento Despesa	44.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	R$ 83.000,00	Oitenta e três mil reais

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 1129/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2022, Lei nº 1156/2021 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1191/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.307, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.307, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CAPITULO X DA LEI MUNICIPAL N. 1.156/2021 DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. **O CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**, da Lei n. 1156/2021 passará a ter a seguinte redação:

Art. 29º. A transferência de recursos para órgãos de outros entes federados somente será realizada em decorrência de lei.

Art. 30º. A transferência de recursos para entidades públicas municipais somente será realizada quando houver previsão orçamentária específica.

Art. 31º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 32º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 33º. Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar n. 101/2000, com vistas ao cumprimento dos resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 1º. É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de desembolso.

§ 2º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar n. 101/2000.

§ 3º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2022 e de janeiro de 2023, o Poder Executivo deverá proceder a apresentação demonstrando e avaliando o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública preferencialmente na sede da Câmara Municipal, incluindo a prestação de contas da Receita e Despesas efetivamente realizadas no mesmo período.

Art. 34º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do Art. 182 da Constituição federal, observado o disposto no Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000.

Art. 35º. Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais se apresentarem defasado na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Art. 36º. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receia e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 37º. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 38º. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2021, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2022, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 39º. Os anexos de prioridades e metas estabelecidas a aprovadas na LDO, nos termos do art. 4º desta lei, deverão ser atualizados na data de elaboração da lei orçamentária para manter a compatibilidade entre as peças orçamentárias.

Art. 40. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente de no mínimo 0,50 % (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 41. Fica autorizada a atualização dos anexos do PPA 2022 a 2025.

Art. 42. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos após 01 de Janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Novembro de 2022**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.306, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.306, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CAPITULO X DA LEI MUNICIPAL N. 1.238/2022 DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal em exercício de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. O CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS, da Lei n. 1238/2022 passará a ter a seguinte redação:

Art. 29º. A transferência de recursos para órgãos de outros entes federados somente será realizada em decorrência de lei.

Art. 30º. A transferência de recursos para entidades públicas municipais somente será realizada quando houver previsão orçamentária específica.

Art. 31º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 32º. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2022, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2023, não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 33º. Os anexos de prioridades e metas estabelecidas a aprovadas na LDO, nos termos do art. 4º desta lei, deverão ser atualizados na data de elaboração da lei orçamentária para manter a compatibilidade entre as peças orçamentárias.

Art. 34º. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente de no mínimo 0,50 % (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 35º. Fica autorizada a atualização dos anexos do PPA 2023 a 2025.

Art. 36º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos após 1º de Janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2022**.**

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.305, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.305, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"ALTERA PARCIALMENTE A LEI MUNICIPAL 621/2014 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, PARA O REENQUADRAMENTO E UNIFICAÇÃO DOS CARGOS DE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E FISCAL AMBIENTAL, E ALTERA OS DEMAIS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei tem como objetivo o reenquadramento e a unificação dos cargos de Agente de Fiscalização Sanitária e Fiscal Ambiental para o melhoramento do plano de cargos, carreiras e salários dos servidores do quadro da saúde de provimento efetivo do município de Canabrava do Norte – MT.

Art. 2º. O cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Fiscal Ambiental, ambos em provimento efetivo, descritos no quadro pessoal deste município de Canabrava do Norte - MT e regulamentado pela Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014 (PCCS Saúde) e pela Lei Municipal n. 672, de 30 de maio de 2016 (PCCS Geral) serão unificados e passam a receber a nomenclatura única de Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA.

Art. 3º. Altera o inciso II, do artigo 9º, da Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014, com o objetivo de criar o cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA e unificar os cargos de Agente de Fiscalização Sanitária e Fiscal Ambiental, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. A Carreira dos Profissionais da Saúde é constituída de 10 (dez) cargos:

[...]

II – Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA;

[...]"

Art. 4º. Altera o inciso II, ao artigo 10º, da Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014, com o objetivo de estabelecer as atribuições do cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 10º.** As atribuições de cada um dos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde são assim descritas:

[...]

II - **Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA:** Executar a fiscalização sanitária em estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços, de ensino, de armazenagem, de saúde, em reservatórios e sistemas de abastecimento de água, entre outros. Executar serviços de profilaxia e política sanitária sistemática; inspecionar estabelecimentos onde sejam fabricados ou manuseados alimentos para verificar as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração adequada para alimentos perecíveis, suprimento de água para lavagem de utensílios, gabinetes sanitários e condições de asseio e saúde dos funcionários; inspecionar estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações, alimentos fornecidos aos alunos, condições de ventilação e sanitários; fazer inspeções rotineiras nos açougues e matadouros; fiscalizar os locais de matança verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza e refrigeração convenientes ao produto e derivados; zelar pela obediência à legislação sanitária; reprimir matanças clandestinas, adotando as medidas que se fizerem necessárias; apreender carnes e derivados que estejam à venda sem a necessária inspeção; fiscalizar locais que prestam serviços à saúde ou manuseiem insumos relacionados a ela; revisar e lavrar autos de infração e aplicar multas em decorrência da violação à legislação pertinente; investigar medidas para melhorar as condições sanitárias consideradas insatisfatórias; identificar problemas e apresentar soluções às autoridades competentes; participar do desenvolvimento de programas sanitários; participar na organização de comunidades e realizar atividades educativas e de saneamento; vistoriar os estabelecimentos de venda de produtos; proceder e acompanhar processos administrativos; instruir autorizações e licenças na respectiva área de atuação; dirigir veículos da municipalidade, mediante autorização da autoridade administrativa, para cumprimento de suas atribuições específicas; executar atividades para cumprir convênios firmados com outros Entes e órgãos; cadastrar, licenciar, inspecionar, autuar, coletar amostras e apreender produtos nos estabelecimentos e áreas de fiscalização de sua competência; Fiscalizar as atividades, sistemas e processos produtivos, acompanhar e monitorar as atividades efetivas ou potencialmente poluidores, causadoras de degradação ou promotoras de distúrbios, além das utilizadoras de bens naturais; Observar e fazer respeitar a correta aplicação da legislação ambiental vigente; fiscalizar os prestadores de serviços, os demais agentes econômicos, o poder público e a população em geral no que diz respeito às alterações ambientais, conforme o caso, decorrentes de seus atos; revisar e lavrar autos de infração e aplicar multas em decorrência da violação à legislação ambiental vigente; requisitar, aos entes públicos ou privados, sempre que entender necessário, os documentos pertinentes às atividades de controle, regulação e fiscalização; programar e supervisionar a execução das atividades de controle, regulação e fiscalização na área ambiental; analisar e dar parecer nos processos administrativos relativos às atividades de controle, regulação e fiscalização na área ambiental; apresentar propostas de aprimoramento e modificação dos procedimentos de controle, regulação e fiscalização na área ambiental; apresentar propostas de adequação, aprimoramento e modificação da legislação ambiental do Município; verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes; proceder a inspeção e apuração

das irregularidades e infrações através do processo competente; instruir sobre o estudo ambiental e a documentação necessária à solicitação de licença de regularização ambiental; emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos sobre matéria ambiental; executar outras tarefas correlatas.

[...]"

Art. 5º. Fica criado a Superintendência de Fiscalização Sanitária e Ambiental - SUFISA, órgão municipal vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura, com a finalidade de:

I – Executar ações da política municipal de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições municipais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pelo município;

II – Executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pelo município;

III – Fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV – Exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pelo município;

V – Promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas;

VI – Promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

Art. 6º. Compete ao órgão proceder à implementação e a execução do que rege o Código Sanitário Municipal e Código Ambiental, devendo:

I – Coordenar o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária;

II – Fomentar e realizar estudos e pesquisas no âmbito de suas atribuições;

III – Administrar e arrecadar a taxa de fiscalização de vigilância sanitária;

IV – Manter sistema de informação contínuo e permanente para integrar suas atividades com as demais ações de saúde, com prioridade às ações de vigilância epidemiológica e assistência ambulatorial e hospitalar;

V – Monitorar e auditar os órgãos e entidades municipais que integram o Sistema municipal de Vigilância Sanitária, incluindo-se os laboratórios oficiais de controle de qualidade em saúde;

VI – Coordenar e executar o controle da qualidade de bens e produtos, por meio de análises previstas na legislação sanitária, ou de programas especiais de monitoramento da qualidade em saúde;

VII – Fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

VIII – Autuar e aplicar as penalidades previstas em lei;

IX – Monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde, podendo para tanto:

a) Requisitar, quando julgar necessário, informações sobre produção, insumos, matérias-primas, vendas e quaisquer outros dados, em poder de pessoas de direito público ou privado que se dediquem às atividades de produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços previstos neste inciso, mantendo o sigilo legal quando for o caso;

b) Proceder ao exame de estoques, papéis e escritas de quaisquer empresas ou pessoas de direito público ou privado que se dediquem às atividades de produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços previstos neste inciso, mantendo o sigilo legal quando for o caso;

X – Exercer o poder de polícia ambiental;

XI – Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições Municipais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente;

XII – Executar as ações supletivas de competência da municipal, de conformidade com a legislação ambiental vigente.

Art. 7º. O órgão deverá prestar conta dos recursos oriundos de fiscalização ou recursos para aplicação em fiscalização ambiental e sanitária da conta única do órgão.

Art. 8º. Os recursos de material permanente, uso, consumo e veículos destinados a este órgão ou a fiscalização serão de responsabilidade do órgão, vinculado o seu controle, a Secretaria Municipal Adjunta de Transporte – SAT.

Art. 9º. Será responsabilidade de este órgão atestar o recebimento de produtos, serviços bem como a qualidade dos produtos e serviços realizados ou adquiridos a este órgão.

Art. 10º. As regulamentações do órgão poderão ser apresentadas por servidores efetivos da área ao prefeito que definirá por decreto.

Art. 11º. O órgão será administrado por 1 (um) Superintende, no qual deverá ser nomeado pelo prefeito municipal.

Art. 12º. Altera parcialmente a tabela do Anexo I – perfis profissional e ocupacional, da Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014, com o objetivo de alterar a nomenclatura do cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e o perfil profissional de fiscal sanitário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I **PERFIS PROFISSIONAL E OCUPACIONAL**	
Cargo	**Perfil Profissional**

[…]	[...]
Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA	**. Fiscal Sanitário e Ambiental**
[...]	[...]

Art. 13º. Altera o Anexo III – tabela de vencimento dos servidores públicos municipais, do Grupo Ocupacional IV – Serviços de Fiscalização, Cargo: Fiscal Sanitário, Fiscal Ambiental e Fiscal de Obras e Posturas, da Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014, que passa a vigora com a redação dada pela seguinte tabela abaixo:

"ANEXO III - TABELA DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

[...]

Grupo Ocupacional IV – Serviços de Fiscalização

Cargo: Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA.

Classe	**A**	**B**	**C**	**D**	
	Ens. Médio	**Ensino Médio + 200h curso**	**Ensino Superior**	**Especialização**	
Nivel	**Vencimento**	**Vencimento**	**Vencimento**	**Vencimento**	**coef.**
1	2.870,00	3.062,57	3.268,06	2.870,00	1,00
2	3.042,20	3.246,32	3.464,14	3.042,20	1,06
3	3.214,40	3.430,08	3.660,23	3.214,40	1,12
4	3.386,60	3.613,83	3.856,31	3.386,60	1,18
5	3.558,80	3.797,59	4.052,39	3.558,80	1,24
6	3.731,00	3.981,34	4.248,48	3.731,00	1,30
7	3.903,20	4.165,10	4.444,56	3.903,20	1,36
8	4.075,40	4.348,85	4.640,65	4.075,40	1,42
9	4.247,60	4.532,60	4.836,73	4.247,60	1.48

[...]

Art. 14º. Ficam, desde já, atualizado o anexo constante na Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014, de modo a recepcionar as alterações trazida nesta Lei.

Parágrafo único. Na medida em que os reenquadramentos forem ocorrendo, os dispositivos relativos ao cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Fiscal Ambiental, deverão ser modificados, para constar tão somente o cargo de Agente de Fiscalização Sanitária e Ambiental – AFISA.

Art. 15º. As normas e os dispositivos contidos na Lei Municipal n. 621, de 31 de outubro de 2014, permanecerão em vigor, naquilo que não contrariarem a presente Lei, revogando os dispositivos conflitantes.

Art. 16º. As despesas com pessoal e demais encargos objetos desta presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e subsequentes, consignadas ao respectivo órgão de lotação administrativa do servidor.

Art. 17º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2022.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.304, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.304, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO, CRIA GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE NATUREZA ESPECIAL PARA MOTORISTAS DO MUNICÍPIO, QUE EXERÇAM SUAS FUNÇÕES NO TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

Art. 1º. Mantida a jornada de trabalho fixada na Lei Municipal n. 615/2014, é instituído um horário especial de trabalho para os Motoristas do Município, que exerçam suas funções no transporte escolar, a seguir descrito.

I – De segunda-feira à sexta-feira, total de 06 (seis) horas diárias de trabalho, conforme estabelecido abaixo:

LINHA	**ROTA**	**SAÍDA**	**CHEGADA**	**RETORNO**	**CHEGADA**
01	Faz. Rio Preto / Canabrava do Norte	10h00min	12h50min	17h00min	20h10min
02	Setor Uirapuru / Canabrava do Norte	10h00min	12h50min	17h00min	20h00min
03	Setor Tapirapé / Canabrava do Norte	10h40min	12h50min	17h00min	19h40min
04	Daniel Pelegrini / Luizinho (BR-158) / Canabrava do Norte	10h40min	12h50min	17h00min	19h10min
05	Setor Jandaia / Canabrava do Norte	10h40min	12h50min	17h00min	18h40min
06	Setor Tabajara / Canabrava do Norte	11h00min	12h50min	17h00min	18h50min
07	Setor Ilha / Canabrava do Norte	11h20min	12h50min	17h00min	18h50min
08	Setor Rubi Esmeralda / Canabrava do Norte	10h00min	12h50min	17h00min	20h10min
09	Setor Furna / Primavera do Fontoura	04h40min	07h25min	11h30min	14h15min
10	Setor Furninha / Primavera do Fontoura	05h00min	07h25min	11h30min	13h45min
11	Setor Tatuibi / Primavera do Fontoura	05h00min	07h25min	11h30min	13h45min

12	Setor Corgão / Vila União / Primavera do Fontoura	05h40min	07h25min	11h30min	13h15min

II – Aos sábados, total de 04 (quatro) horas, conforme estabelecido abaixo e/ou conforme convocação do Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura:

TURNO	CHEGADA	SAÍDA
Matutino	07h30min	11h30min
Vespertino	13h00min	17h00min
Noturno	17h30min	21h30min

III – Aos domingos e feriados, conforme convocação do Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura.

§ 1º. O horário especial estabelecido no presente artigo terá aplicação nos períodos letivos do ano escolar, ficando o servidor, nos demais dias, subordinado ao horário normal de Motorista do Município.

§ 2º. As linhas e as rotas do transporte escolar, mencionadas no inciso I, deste artigo, podem sofrer alterações, exclusão e acréscimos, bem como, os seus horários, por ato administrativo expedido pelo chefe do poder executivo e/ou pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura.

Art. 2º. A jornada de trabalho especialmente estabelecida para os servidores de que trata esta lei, na forma e condições por ela especificadas, será de 06 (seis) horas por dia e 34 (trinta e quatro) horas semanais, podendo por eventual necessidade de serviço, ser ampliada, sem caracterizar excesso, até o limite legal de 08 (oito) horas por dia e 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único. A jornada de trabalho que resultar excedente ao limite legal, previsto nas especificações do cargo de motorista, será considerado extraordinário, na forma da Lei.

Art. 3º. É criada a gratificação pelo exercício de atividade por horário especial de trabalho, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão de referência do município (salário base) a ser atribuída ao Motorista do Quadro de Servidores do Município, enquanto lotado na Secretaria Municipal da Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e designado para exercer suas funções no serviço de transporte escolar.

§ 1º. Esta gratificação somente será atribuída quando o Motorista estiver no exercício da função a ela atinente.

§ 2º. Durante as férias escolares, o motorista não perceberá a gratificação proporcionalmente aos meses de seu exercício no ano letivo, considerado como mês a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 4º. A gratificação por horário especial de trabalho, de que trata esta Lei somente será incluída no cálculo da remuneração mensal e da Gratificação Natalina, não sendo devido no período de férias anuais do servidor.

Art. 5o. É criada a gratificação pelo exercício de atividade de natureza especial, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento básico do motorista, a ser atribuída ao Motorista do Quadro de Servidores do Município, que exercerem suas funções no serviço de transporte escolar, na zona rural, com saída e retorno à cidade.

§ 1o. Motoristas que exercerem suas funções no serviço de transporte escolar, na zona rural, com saída e retorno ao lugar habitutal de sua moradia, na zona rural, perceberá a gratificação correspondente à 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico.

§ 2o. Motoristas que exercerem suas funções no serviço de transporte escolar, com a necessidade de permanecer à disposição na zona rural, com hospedagem em local diverso da sua moradia habitual, perceberá a gratificação correspondente à 100% (cem por cento) do vencimento básico.

§ 3o. Esta gratificação somente será atribuída quando o Motorista estiver no efetivo exercício da função a ela atinente, e durante os afastamentos que o regime jurídico considera como de efetivo exercício.

Art. 6º. Fica criado um Sistema de contrapeso, aos valores acrescidos a titulo das gratificações acima estabelecidos, vinculado ao desempenho eficiente e zelo no uso dos ônibus escolares sob suas responsabilidades, atrelados aos dias letivos, efetivamente trabalhados, sem contratempos e atrasos, nas idas e vindas, dos respectivos alunos, da seguinte forma:

I – Gratificação pelo exercício de atividade por horário especial de trabalho, fixada em 70% (setenta por cento) do vencimento básico (classe “A”, nível “I”), devendo ser realizado a seguinte operação matemática para chegar ao valor final correspondente dessa graiticação:

a) Valor da remuneração de 70% (setenta por cento) do vencimento básico (classe “A”, nível “I”) **dividido (÷)** pelo número de dias letivos, no período compreendido **vezes (x)** o número de dias efetivamente trabalhado, sem falta, contratempo (ônibus danificados) e atrasos, em que os alunos foram e chegaram aos seus destinos, no horário marcado;

II – Gratificação pelo exercício de atividade de natureza especial, que exercerem suas funções no serviço de transporte escolar, na zona rural, com saída e retorno à cidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento básico do motorist (classe “A”, nível “I”), devendo ser realizado a seguinte operação matemática para chegar ao valor final correspondente dessa graiticação:

a) Valor da remuneração de 30% (trinta por cento) do vencimento básico (classe “A”, nível “I”) **dividido (÷)** pelo número de dias letivos, no período compreendido **vezes (x)** o número de dias efetivamente trabalhado, sem falta, contratempo (ônibus danificados) e atrasos, em que os alunos foram e chegaram aos seus destinos, no horário marcado;

III – Gratificação pelo exercício de atividade de natureza especial, que exercerem suas funções no serviço de transporte escolar, na zona rural, com saída e retorno ao lugar habitutal de sua moradia, na zona rural, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do motorist (classe “A”, nível “I”)**,** devendo ser realizado a seguinte operação matemática para chegar ao valor final correspondente dessa graiticação:

a) Valor da remuneração de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico (classe “A”, nível “I”) **dividido (÷)** pelo número de dias letivos, no período compreendido **vezes (x)** o número de dias efetivamente trabalhado, sem falta, contratempo (ônibus danificados) e atrasos, em que os alunos foram e chegaram aos seus destinos, no horário marcado;

IV – Gratificação pelo exercício de atividade de natureza especial, que exercerem suas funções no serviço de transporte escolar, na zona rural, com a necessidade de permanecer à disposição na zona rural, com hospedagem em local diverso da sua moradia habitual, correspondente a 100% (cem por cento) do vencimento básico do motorist (classe “A”, nível “I”), devendo ser realizado a seguinte operação matemática para chegar ao valor final correspondente dessa graiticação:

a) Valor da remuneração de 100% (cem por cento) do vencimento básico (classe “A”, nível “I”) **dividido (÷)** pelo número de dias letivos, no período compreendido **vezes (x)** o número de dias efetivamente trabalhado, sem falta, contratempo (ônibus danificados) e atrasos, em que os alunos foram e chegaram aos seus destinos, no horário marcado;

Art. 7º. A despesa decorrente desta Lei será atendida por conta das dotações orçamentarias próprias. **Art. 8o**. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
LEI N. 1.303, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

LEI N. 1.303, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ALTERANDO A LEI 1191/2021 LOA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar conforme art. 41, Inciso I da Lei 4320/64 ao orçamento financeiro do exercício de 2022, no valor de **R$ 129.016,10 (Cento e Vinte e Nove Mil e Dezesseis Reais e Dez Centavos)**, para a seguinte programação orçamentária:

Código Reduzido	303	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2085	Manutenção dos Benefícios Eventuais
Elemento Despesa	33.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte de Recursos	1.661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	3.000,00	Três Mil Reais

Código Reduzido	309	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2103	Manutenção Proteção Social Básica
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	23.740,00	Vinte e Três Mil e Setecentos e Quarenta Reais

Código Reduzido	340	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	002	Fundo Mun. Dos Direitos da Criança - Adolescente.
Função	08	Assistência Social
Sub Função	243	Assistência a Criança ao Idoso
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2039	Folha de Pagamento e Encargos – Conselho Tutelar
Elemento Despesa	31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	5.008,36	Cinco Mil e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos

Código Reduzido	349	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	002	Fundo Mun. Dos Direitos da Criança - Adolescente.
Função	08	Assistência Social
Sub Função	243	Assistência a Criança ao Idoso
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2109	Manutenção Com Conselho Tutelar
Elemento Despesa	33.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	4.000,00	Quatro Mil Reais

Código Reduzido	351	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	002	Fundo Mun. Dos Direitos da Criança - Adolescente.
Função	08	Assistência Social
Sub Função	243	Assistência a Criança ao Idoso
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2109	Manutenção com Conselho Tutelar
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	17.986,36	Dezessete Mil e Novecentos e Oitenta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos

Código Reduzido	355	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	005	Gabinete do Secretario e Dependências
Função	08	Assistência Social
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2038	Folha de Pagto e Encargos – Secr.Mun.de Hab. Trab E
Elemento Despesa	31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos

Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	53.532,02	Cinquenta e Três Mil e Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Dois Centavos

Código Reduzido	356	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	005	Gabinete do Secretario e Dependências
Função	08	Assistência Social
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2038	Folha de Pagto e Encargos – Secr.Mun.de Hab. Trab E
Elemento Despesa	31.90.13.00	Obrigações Patronais
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	5.380,99	Cinco Mil e Trezentos e Oitenta Reais e Noventa e Nove Centavos

Código Reduzido	357	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	005	Gabinete do Secretario e Dependências
Função	08	Assistência Social
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2038	Folha de Pagto e Encargos – Secr.Mun.de Hab. Trab E
Elemento Despesa	33.90.93.00	Indenizações e Restituições
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	7.368,37	Sete Mil e Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Sete Centavos

Código Reduzido	362	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	005	Gabinete do Secretario e Dependentes
Função	08	Assistência Social
Sub Função	122	Administração Geral
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2045	Manutenção da Secretaria Mun.De Habilitação, Trabalho
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	9.000,00	Nove Mil Reais

Art. 2°. Para cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior terá como recursos resultantes da anulação total ou parcial de dotações do orçamento vigente, nos termos artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 conforme discriminado abaixo:

Código Reduzido	305	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2103	Manutenção Proteção Social Basica
Elemento Despesa	31.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte de Recursos	1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	63.000,00	Sessenta e Três Mil Reais

Código Reduzido	306	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2103	Manutenção Proteção Social Básica
Elemento Despesa	31.90.13.00	Obrigações Patronais
Fonte de Recursos	1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	17.291,10	Dezessete Mil e Duzentos e Noventa e Um Reais e Dez Centavos

Código Reduzido	310	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2103	Manutenção Proteção Social Básica
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	34.422,00	Trinta e Quatro Mil e Quatrocentos e Vinte e Dois Reais

Código Reduzido	316	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2104	Manutenção Com a Gestão SUAS
Elemento Despesa	44.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recursos	1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	6.833,00	Seis Mil e Oitocentos e Trinta e Três Reais

Código Reduzido	327	
Órgão	08	Secretaria M. de Assistência Social e Habitação
Unidade	001	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	0013	Atenção a Família da Criança ao Idoso
Projeto Atividade	2106	Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Elemento Despesa	33.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Detalhamento	000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	7.470,00	Sete mil, quatrocentos e setenta reais.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 1129/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2022, Lei nº 1156/2021 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 1191/2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 07 de novembro de 2022.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/MT, torna público o CANCELAMENTO da ATA DEREGISTRO DE PREÇO N.º 080/2022, pertencentes ao Processo Administrativo n.º 00000304/2022, Pregão Eletrônico n.º 033/2022, cujo objeto é O Registro De Preços para possível e eventual aquisição de peças e componentes para manutenção e reparo de condicionadores de ar, para atender a demanda das Secretarias Municipais. O cancelamento da Ata de registro de preços se deve ao fato de que a empresa **A P BRITO MADUREITA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.029.999/0001-34foi sancionada pelo município.

Canabrava do Norte-MT, 04 de novembro de 2022.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 –26 DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇAO FINAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 4.095, do Diário Oficial dos Municípios no dia 25 de Outubro de 2022,

Onde se lê:, PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	0.000	42.000
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	0.000	30.000
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

,TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO E DISTRITO**, Leia Se:** PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA - PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	95.170	137.170
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	97.170	127.170
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	79.170	117.170
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

,TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO, Passando a vigorar com a seguinte redação.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 –26

Divulgação da Classificaçao Final

MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES, presidente da **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 298/2021 de 29 de Abril de 2022**. **Torna Público** o resultado final de aprovados, classificados e reprovados do concurso público edital 001/2022. Conforme anexo publicado na página www.amm.org.br e no site www.assepublica.com.br

Canabrava do Norte/MT, 24 de outubro de 2022.

MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES

Presidente da Comissão AGENTE ADMINISTRATIVO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	570	ALINE MURIEL DA SILVA SOARES	10.000	8.000	18.000	15.000	51.000	51.000
Aprovada	1112	RENATA TAVARES BARROS	8.000	8.000	9.000	18.000	43.000	43.000
Reprovado	1206	LEYLANE DA SILVA LIMA	16.000	4.000	15.000	18.000	53.000	53.000
Reprovado	991	VANIA MARIA DAMASCENO	10.000	8.000	21.000	12.000	51.000	51.000
Reprovado	698	WAGNER TORRES DA SILVA	10.000	10.000	15.000	9.000	44.000	44.000
Reprovado	737	GECILENE BEZERRA ALVES	12.000	4.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	852	CALITA FERNANDA DIAS DA SILVA	8.000	12.000	9.000	9.000	38.000	38.000
Reprovado	550	ARIELLY PEREIRA BARROS DA SILVA	6.000	4.000	9.000	18.000	37.000	37.000
Reprovado	1138	SOFIA LIMA PARENTE	6.000	10.000	9.000	12.000	37.000	37.000
Reprovado	624	NURIA ANGÉLICA NUNES DOS ANJOS	10.000	2.000	9.000	15.000	36.000	36.000
Reprovado	992	JUCERLEI BONATTO	4.000	6.000	9.000	15.000	34.000	34.000
Reprovado	645	SANDREANE LIMA ABREU	8.000	8.000	9.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1168	ADRIANA DA COSTA SILVA DE SOUZA	6.000	6.000	9.000	12.000	33.000	33.000
Reprovado	1049	TEREZINHA DIAS DOS SANTOS	8.000	4.000	3.000	18.000	33.000	33.000
Reprovado	524	ADRIA AGAPTO DOS SANTOS	6.000	4.000	12.000	9.000	31.000	31.000
Reprovado	1194	ALDECI BARBOSA ALLVES	8.000	6.000	6.000	9.000	29.000	29.000
Reprovado	1028	ANA TAYLA PEREIRA DA SILVA	8.000	6.000	3.000	12.000	29.000	29.000
Reprovado	1001	MARIA HELENA SILVA	8.000	6.000	3.000	12.000	29.000	29.000
Reprovado	641	JULIANA GONÇALVES RIBEIRO	8.000	4.000	6.000	9.000	27.000	27.000
Reprovado	1616	DIONYS PEREIRA DOS SANTOS	6.000	8.000	9.000	3.000	26.000	26.000
Reprovado	986	DALVA MARIA DA COSTA MOREIRA	4.000	6.000	9.000	6.000	25.000	25.000
Reprovado	1107	ERONILDE SOARES	4.000	6.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1203	TAMILLA PEREIRA DA SILVA	2.000	6.000	3.000	12.000	23.000	23.000
Reprovado	1146	TALIANE PEREIRA DA SILVA	2.000	4.000	3.000	12.000	21.000	21.000
Ausente	884	LUDMYLLA FERREIRA MARQUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	812	LAURIANE REIS BASTOS CHARUPA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	828	FERNANDA CABRAL RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1200	ROSLAINE DIAS RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	858	CAROLINE BARBOSA LIMA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1237	EURIELLY ALVES DIAS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	525	SOLANGE SILVA MACIEL	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	822	KETULY RAFAELA COSTA DE MATES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	856	GABRIEL SERRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	816	ANA LIA SILVA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	609	BLENDA CAROLINA OLIVEIRA COSTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1240	NYLESSA TENÓRIO DE AMORIM	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1560	LUCAS RAFAEL PEREIRA	10.000	14.000	15.000	21.000	60.000	60.000
Classificada	1448	SAMUA TAUANE GONÇALVES	16.000	8.000	18.000	18.000	60.000	60.000
Classificado	1494	MATHEUS ALVES DE SOUZA	10.000	6.000	18.000	18.000	52.000	52.000
Classificada	1433	GLEICIA PERES DE ARAUJO MULLER	8.000	6.000	15.000	21.000	50.000	50.000
Classificada	915	ANA JÚLIA VIEIRA DE JESUS	14.000	8.000	9.000	18.000	49.000	49.000
Classificada	1258	ELZIANE MARIA DE OLIVEIRA	8.000	6.000	15.000	18.000	47.000	47.000
Reprovado	676	MAILINY ALVES DA CRUZ	8.000	8.000	18.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	968	LUCIENE MENDES DE SOUZA	12.000	10.000	12.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	993	GLEICY BRITO DOS SANTOS	12.000	6.000	6.000	12.000	36.000	36.000
Reprovado	505	PATRICIA FERREIRA DA SILVA GREGORIO	8.000	6.000	9.000	12.000	35.000	35.000
Reprovado	1114	ANNY KAROLLYNY BIRINO CESAR	8.000	6.000	6.000	15.000	35.000	35.000
Reprovado	1090	VALDIMIRIA PEDROSA MULLER	8.000	4.000	6.000	15.000	33.000	33.000
Reprovado	869	VEREDIANA SOUZA MOTA	2.000	12.000	6.000	12.000	32.000	32.000
Reprovado	1210	RENECILDA FARIAS CORREIA	4.000	10.000	6.000	12.000	32.000	32.000
Reprovado	1243	RERIKA POLIANA SOUZA MELO BARBOSA	6.000	10.000	9.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	646	EMERSON SILVA DE JESUS	2.000	6.000	6.000	15.000	29.000	29.000
Reprovado	1601	MAISA ARAUJO MULLER	2.000	6.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Ausente	825	ELSON MARQUÊS DE MORAES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	628	RUTH SOUZA DE CARVALHO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	819	GUTIERRE SANTOS BARRETO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	751	MARA KELVY FRANCO ANDRADE	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	823	JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS	12.000	14.000	36.000	62.000	83.000	145.000
Aprovado	523	JOSEI DOS SANTOS NASCIMENTO	14.000	14.000	39.000	67.000	75.000	142.000
Aprovado	526	JOSEILTON DOS SANTOS NASCIMENTO	6.000	12.000	30.000	48.000	90.000	138.000
Reprovado	1014	JEAN MACIEL DE FARIA	6.000	12.000	33.000	51.000	49.000	100.000
Reprovado	1122	SHAUL FELIPE SOARES DA CUNHA	10.000	14.000	27.000	51.000	0.000	51.000
Reprovado	731	MARCIO DE JESUS LIMA SANTOS	16.000	6.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	748	EDIMAR BARBOSA DE OLIVEIRA	8.000	12.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1397	MARIA APARECIDA DA SILVA	10.000	6.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	533	JUSTINO DUART CORDEIRO	4.000	8.000	24.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	865	ROMILDO ALVES DA SILVA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Ausente	508	GLEIZER DIVINO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1256	GEAZY ALVES LACERDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	531	WALISSON MARCELO DA SILVA FERNANDES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1124	PEDRO HENRIQUE ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	709	DENISMAR GONÇALVES DINIZ	6.000	8.000	39.000	53.000	100.000	153.000
Reprovado	637	IVANOR DE ALMEIDA VIEIRA	6.000	14.000	15.000	35.000	0.000	35.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1422	WELDO PEREIRA LUZ	18.000	12.000	36.000	66.000	81.000	147.000
Reprovado	1430	ROSINEIDE RODRIGUES DOS SANTOS	8.000	6.000	27.000	41.000	0.000	41.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / NUTRIÇÃO ESCOLAR

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1588	ALINE MIRANDA DE SOUZA	14.000	10.000	9.000	18.000	51.000	51.000
Aprovada	1577	FERNANDA ALVES DE SOUSA	14.000	10.000	9.000	15.000	48.000	48.000
Reprovado	1457	PATRICIA DE SOUZA FERREIRA	12.000	10.000	12.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	1552	JANETE PEREIRA DA SILVA	8.000	10.000	6.000	15.000	39.000	39.000
Reprovado	1568	MIDIAM BATISTA DE JESUS	6.000	4.000	9.000	18.000	37.000	37.000
Reprovado	1449	MARIA MISLÂNEA ALMEIDA MALTA	8.000	8.000	9.000	12.000	37.000	37.000
Reprovado	1618	VERONICE FERREIRA DA SILVA	2.000	6.000	6.000	21.000	35.000	35.000
Reprovado	1556	KATILENY DA SILVA BARBOSA	6.000	8.000	9.000	12.000	35.000	35.000
Reprovado	1475	VANESSA DA SILVA GLÓRIA	6.000	10.000	9.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1282	MARILENE SILVA FALCAO	6.000	6.000	6.000	15.000	33.000	33.000
Reprovado	1287	MAURILENE CRISPIM DE OLIVEIRA	8.000	6.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1341	ADRIANA DE BRITO FERREIRA	2.000	4.000	9.000	12.000	27.000	27.000
Reprovado	1563	PATRICIA ALMEIDA BATISTA	4.000	6.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1571	RAIMUNDA VEIGA DE OLIVEIRA SILVA	2.000	2.000	18.000	0.000	22.000	22.000
Reprovado	1584	RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA	8.000	2.000	3.000	9.000	22.000	22.000
Reprovado	1356	CLEUSENI SOUZA DA SILVA	4.000	6.000	3.000	9.000	22.000	22.000
Reprovado	1278	CLEIDE APARECIDA SIQUEIRA DIAS	4.000	4.000	0.000	9.000	17.000	17.000
Ausente	1582	ILDA COELHO LIMA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1302	ANDREIA ALVES MALTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1277	ADRIANA ALVES NALTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / VIGILANTE - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1604	ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA	10.000	6.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	1626	LIOMAR MORTEIRO DE OLIVEIRA	4.000	6.000	12.000	18.000	40.000	40.000
Reprovado	1408	WILLY DUART DE SOUSA	10.000	8.000	6.000	0.000	24.000	24.000
Reprovado	1379	PABIO GONCALVES DINIZ	2.000	4.000	6.000	9.000	21.000	21.000
Reprovado	1621	LUEBETY DE JESUS GLORIA OLIVEIRA	10.000	8.000	0.000	3.000	21.000	21.000
Ausente	1312	FRANCISCO LIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1389	LUCAS RAMOS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / VIGILANTE - Sede do Município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1576	DYONES BARREIRA SANTOS	10.000	8.000	12.000	15.000	45.000	45.000
Aprovado	1573	ANTONIO JUNIO PERBUARES SILVEIRA	6.000	6.000	15.000	15.000	42.000	42.000

Reprovado	1518	ADÃO DA SILVA BARBOSA	10.000	12.000	15.000	9.000	46.000	46.000
Reprovado	1502	PATRÍCIA DA COSTA CARVALHO GOMES	2.000	10.000	21.000	12.000	45.000	45.000
Reprovado	1318	DAVID VIEIRA MIRANDA	6.000	8.000	6.000	18.000	38.000	38.000
Reprovado	1489	ELIZAMAR GONÇALVES DA SILVA	10.000	4.000	12.000	12.000	38.000	38.000
Reprovado	1297	RONILSON RODRIGUES VASCONCELOS	10.000	8.000	9.000	9.000	36.000	36.000
Reprovado	1464	JOSE APARECIDO FERNANDES LINHARES	8.000	8.000	6.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	1300	VITOR HUGO MONTEL BARRETO	10.000	4.000	12.000	6.000	32.000	32.000
Reprovado	1325	MARIA BERNADETE VIANA NUNES	6.000	6.000	9.000	9.000	30.000	30.000
Reprovado	926	JOHNY ALVES MENDES	8.000	4.000	9.000	9.000	30.000	30.000
Reprovado	1310	MAKSOM MIKAEL LEANDRO DE OLIVEIRA	6.000	6.000	3.000	12.000	27.000	27.000
Reprovado	1516	VALMIRENE FERREIRA DE ALMEIDA	8.000	6.000	3.000	9.000	26.000	26.000
Reprovado	1614	SIMONE PORTO AGUIAR	10.000	4.000	0.000	12.000	26.000	26.000
Ausente	1585	MIRIAM DAMIÃO TAVARES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1352	JUNIOR FERREIRA NOLETO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1527	MARIA REGINA DE AQUINO SILVA	4.000	6.000	18.000	18.000	46.000	46.000
Reprovado	653	VANIA VICENTE DE SOUSA	6.000	8.000	12.000	9.000	35.000	35.000
Reprovado	1291	LILIAM ALVES MENDES	6.000	4.000	6.000	6.000	22.000	22.000
Ausente	1550	ANGELICA GUIMARAES DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1429	PRISCILA DA SILVA MANZANO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1630	ANGELICA DE SOUSA PEDROSA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO DE SERVIÇOS DA SAÚDE LIMPEZA PREDIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovada	1533	CLEIANE DE SOUZA RODRIGUES ARAUJO	8.000	12.000	12.000	32.000	32.000
Aprovado	465	ZEZITO ALVES DA SILVA	8.000	10.000	8.000	26.000	26.000
Aprovada	1270	LUDIMILLA CORDEIRO RODRIGUES	6.000	6.000	10.000	22.000	22.000
Ausente	1569	PATRÍCIA CANTUÁRIO DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ASSISTENTE SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1196	CARLA REJANE DIAS NASCIMENTO	14.000	10.000	39.000	63.000	0.500	63.500
Classificada	626	MARIA TELIANE DE AMORIM COSTA	8.000	10.000	42.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	1020	JOSIANE PEREIRA DA SILVA	6.000	6.000	42.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	655	MARCELA PEREIRA ALVES	6.000	12.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	815	HYANNY TAVERNY CARVALHO	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	1067	LUSIRENE ANTONIO MESSIAS MIRANDA	6.000	10.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	682	GALDIA NUBIA RIBEIRO	4.000	12.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	760	ALINE SOARES DA SILVA	4.000	12.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	1065	BELICE AGUIAR DA SILVA	10.000	12.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	772	DEBORA REGINA DUARTE SANTOS	10.000	8.000	27.000	45.000	0.000	45.000
Reprovado	657	ALINY DE BRITRO FERREIRA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.000	43.000
Reprovado	718	VALNICE COSTA FIGUEIRA	6.000	8.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	831	CACILDA MEDEIROS DA SILVA	4.000	6.000	18.000	28.000	0.000	28.000
Ausente	871	REVELINO CARDOSO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	1072	LUCIENE COELHO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	583	SIMONE APARECIDA DE QUEIROZ	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	713	ANA PAULA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	647	ALYNE NAYARA ARAUJO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	538	ROSENIL DA CONCEIÇÃO SILVA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	582	JOANA DARK AGUIAR DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	685	ANDREIA ARRUDA AMERICO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1018	ROSILVA DE SOUZA BARBOSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1444	JOSIANE SOBRALINO TORRES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	497	ERICA RODRIGUES COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	607	ANALIA RAQUEL CALIXTO MOURA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	860	DEBORA REJANE NASCIEMNTO ADORNO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1311	FABÍOLA GONÇALVES LOIOLA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1372	MARIA EDUARDA LANGUIDEY PEREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1628	ELIDA LIMA DA SILVA	8.000	8.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	1498	LILIANE MARIA SANTOS DE SOUZA	6.000	10.000	9.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	1558	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	0.000	8.000	3.000	15.000	26.000	26.000
Ausente	1526	VIVIANNE TAVARES DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1335	RENATA ALVES DOS REIS	10.000	8.000	6.000	12.000	36.000	36.000
Ausente	1268	JOSE VALTINO SALDANHA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1401	KALITA RANDARA SOUZA NASCIMENTO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Reprovado	1508	SOLENY NASCIMENTO MIRANDA SILVA	8.000	6.000	4.000	18.000	18.000
Reprovado	1320	JOAO BATISTA COELHO ALVES	2.000	6.000	6.000	14.000	14.000
Reprovado	1534	ELIZEU FELIS DE LIMA	2.000	2.000	4.000	8.000	8.000
Ausente	1520	TATIANA VALERIA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1454	MAYRA DOS SANTOS GOMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

BIBLIOTECARIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1002	MARIA SOCORRO ABREU DE LIMA	10.000	6.000	30.000	46.000	0.000	46.000
Ausente	754	ANA LAURA MENDONÇA FONSECA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

COPEIRA/ FAXINEIRA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovada	1635	FRANCISCA GEOVANA LINS AGUIAR	10.000	14.000	8.000	32.000	32.000
Aprovada	1553	DAMIANA RIBEIRO DE SOUSA	8.000	10.000	12.000	30.000	30.000
Aprovada	1279	MARQUILENE DA SILVA SANTOS	8.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Reprovado	1286	CINTIA DIAS DA SILVA	12.000	2.000	10.000	24.000	24.000
Reprovado	1627	MARCIA DE JESUS GLORIA OLIVEIRA	8.000	2.000	10.000	20.000	20.000
Reprovado	1570	LEULANDIA BRITO DOS SANTOS	8.000	2.000	8.000	18.000	18.000
Reprovado	1290	POLIANA FERREIRA DE SOUSA	6.000	6.000	2.000	14.000	14.000
Ausente	1427	CLADENICY FERREIRA DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ELETRICISTA DE REDE ELÉTRICO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1564	GILCIMAR LIMA COIMBRA	6.000	10.000	16.000	32.000	86.500	118.500

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	584	CHRISTYANI GIACOMELLI DE ARAUJO	14.000	10.000	42.000	66.000	0.500	66.500
Aprovado	1473	NIEWTON MENDES DE SOUZA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Aprovado	527	MARLON SILVA DE SOUSA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	976	PATRYCIA ABADIA DA SILVA	16.000	8.000	39.000	63.000	0.000	63.000
Classificada	1157	LEILA CARVALHO TORRES	16.000	16.000	30.000	62.000	0.500	62.500
Classificada	961	POLINE DA SILVA OLIVEIRA	16.000	12.000	33.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	775	LUNA RIBEIRO SILVA AGUIAR	12.000	6.000	39.000	57.000	0.000	57.000
Classificada	521	PAULA NERYS DA LUZ	8.000	10.000	36.000	54.000	0.500	54.500
Classificada	1432	CLAUDIA APARECIDA GODOY ROCHA	12.000	12.000	30.000	54.000	0.500	54.500
Classificado	1187	DANILO MARTINS LIMA	12.000	12.000	30.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	649	GESSICA HELENA FERNANDES COSTA	6.000	8.000	39.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	830	MARILDA GOMES DO PRADO LOPES	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	798	MIRAILDES COSTA TAVARES	10.000	10.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificado	729	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	8.000	12.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	724	VIVIAN CRISTINA GRUBLER	6.000	12.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	693	RAQUEL RIBEIRO DE ARAUJO COSTA	12.000	14.000	27.000	53.000	0.000	53.000
Reprovado	853	RENATO MENDES FERNANDES	12.000	12.000	27.000	51.000	0.000	51.000
Reprovado	1387	KENYA BATISTA DINIZ	12.000	10.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	842	EMERSSON NUNES LIMA	12.000	12.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	1185	CASSIA LUZ MOURA	10.000	10.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	643	IZABELLA MENEZES DE ASSIS AZEVEDO PAMPLONA	8.000	12.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	826	MARIA APARECIDA DA SILVA GLIER	12.000	10.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	484	MARIANA ISABEL FEITOZA DE FRANÇA	12.000	10.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	475	LETICIA MOREIRA LEMES FERREIRA	10.000	12.000	24.000	46.000	0.500	46.500

Reprovado	750	MARCILENE CRISPIN DE OLIVEIRA SILVA	10.000	10.000	24.000	44.000	0.500	44.500
Reprovado	1075	ATELIANNE VERUSCA DIAS CAMPOS DA SILVA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.000	43.000
Reprovado	749	DARLA CARINE GRUBLER	4.000	8.000	30.000	42.000	0.500	42.500
Reprovado	1598	GEISA GONÇALVES DE OLIVEIRA	10.000	8.000	24.000	42.000	0.000	42.000
Reprovado	1331	MEIDER MANUEL LEISTER PEREIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1186	LORRANA DE SOUSA GAMA MELO	6.000	14.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	472	LARA TAVERNY BARBOSA	8.000	12.000	18.000	38.000	0.500	38.500
Reprovado	714	ADEILMA MILHOMEM PEREIRA MARINHO	10.000	10.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	557	WARLIS BRAGA MASCARENHAS	6.000	10.000	21.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	789	VERONICA DOS SANTOS SILVA FRANÇA	12.000	6.000	18.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	466	ROSILENE SILVA DOS SANTOS	8.000	10.000	18.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	1082	JOSIENE FERREIRA BEZERRA OLIVEIRA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Reprovado	882	LEIDIANE MORAIS FERREIRA	4.000	6.000	24.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	778	FABIULA FURQUIM WEIS	8.000	14.000	12.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	1127	DINAELZA RIBEIRO DA ROCHA	10.000	8.000	15.000	33.000	0.000	33.000
Reprovado	942	GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS	8.000	12.000	12.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	923	ABIAS DA CONCEIÇÃO BARBOSA BECKMAN	8.000	4.000	18.000	30.000	0.000	30.000
Reprovado	804	MARINA BORGES BARBOSA NETA	12.000	4.000	12.000	28.000	0.000	28.000
Reprovado	757	LUCIMAR BARROS LUZ	8.000	8.000	12.000	28.000	0.000	28.000
Ausente	623	SANDRA RODRIGUES DE MORAES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	573	FERNANDA DA COSTA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	615	ELANDIA CHAVES CAETANO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	933	JOSUE SABINO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1269	VANESSA BANASZEWSKI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1348	LAISE FARIAS MOTA AZEVEDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1539	POLIANA COSTA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1032	DANIELA SOUSA DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1381	HERMANO HENRIQUE LOPES SANTANA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	834	EDIÁLIDA MORAES ODA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1288	EDUARDO ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1344	KEILA ALMEIDA DA ROCHA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1345	JACONIAS FRANCISCO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	476	MARIA SELMA ALMEIDA DO NASCIMENTO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	739	MARINALVA CAMPOS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	763	MARTA DOLORES TAVARES GRANDIZOLLI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1580	DIVINA ABADIA BATISTA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1248	MÁRCIA MARIA LOPES FELICIANO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1524	GISELE APARECIDA ANDRADE MOYA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	850	ANA CAROLINY PINHEIRO MONTELO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1128	VANESSA SOARES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1083	CLEIDE APARECIDA DOS SANTOS DORCA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1641	EDIVANY GOMES DE LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	846	RAQUEL MENDES LUZ E SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1605	ROMÁRIO PEREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	569	JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1566	CRISLAINE AGOSTINHO CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1640	GILMAR PEEIRA RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1205	ALINE BORGES DE ARAGÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	565	JESSIKA KEROLIN DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	597	QUESIA DE ALMEIDA SOL AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	556	JÉSSICA VAZ DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1132	TIAGO SILVA PERES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	629	JANAINA FRANCO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	627	ANA JULIA WEGNER FELIX	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1066	LEOCIR RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	562	KAROLAYNE PIRES DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1458	DEYZE PINHEIRO AMADOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	667	FABIO LOPES CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1313	MARCELE JERÔNIMO SANTANA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	498	FLAVIO CASTILHO BUSNELLO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	613	PRISCILA DIAS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	618	ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1323	NATASHA ASSUNÇÃO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1064	MILENA BRITO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	579	ANDRESSA APARECIDA PEREIRA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	1587	JOSEFA SUENNYA DOS SANTOS GONCALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	519	LISANDRA SOUZA GOMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	558	TAINARA CLAUDIA GOLDBECK CAVALHEIRO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	537	EDIVANIA DE ALMEIDA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	780	LETÍCIA FERREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	971	EMANUEL PINTO GOES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ENFERMEIRO – PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Reprovada	943	EDIMARA DA SILVA NOVAIS	14.000	10.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Ausente	1145	JULIANE DA SILVA BORGES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ENGENHEIRO CIVIL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	1021	LUIZ PAULO MOURA COSTA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500
Classificada	930	GLAUCE DE CASTRO E SILVA COSTA	8.000	8.000	30.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	507	WYTLLER VIEIRA LIMA	14.000	8.000	15.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	784	ANDERSON DE OLIVEIRA TRINDADE	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	675	MAYARA PRISCILA ALVES MOREIRA	6.000	10.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	560	JOSEMI DE SOUZA RAMOS	6.000	6.000	12.000	24.000	0.000	24.000
Ausente	1530	FRANCISLEY FREITAS DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	855	ANTONIO BARBOSA DA CONCEIÇÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	577	IRINEU XAVIER DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	735	FERNANDO ALENCAR LARIOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	622	LUAN MARCOLINO DA SILVA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1366	DAVI CARDOSO DE ANDRADE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	970	GABRIEL TIZO FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

FARMACEUTICO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	810	ANA PAULA WILHELMS NAUMANN VASCONCELLOS	10.000	10.000	36.000	56.000	0.500	56.500
Ausente	639	BRUNO TIAGO PESSOA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1197	JOEDILSON DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	704	DÉBORAJH PAULINO CARLOS DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1110	SANDY OLIVEIRA ARAGAO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

FISCAL AMBIENTAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovado	1391	DANIEL DIVINO LOZEIRO PEREIRA SILVA	10.000	8.000	10.000	28.000	28.000
Reprovado	1439	DARLENE PEREIRA RODRIGUES	2.000	4.000	10.000	16.000	16.000
Ausente	1642	VENCERLINA NOGUEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1417	KAIQUE TAVARES DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1111	JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS	8.000	2.000	9.000	9.000	28.000	28.000

FISCAL DE TRIBUTOS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1153	JOSIDELMA DE SOUZA RAMOS QUEIROZ	10.000	8.000	27.000	21.000	66.000	66.000
Classificado	663	JOAO VICTOR MARIANO MEDEIROS	14.000	12.000	15.000	18.000	59.000	59.000
Classificado	674	GILMAR NOLETO SOARES	12.000	6.000	15.000	24.000	57.000	57.000
Ausente	726	JOSE CARLOS DE HOLANDA MAGALHAES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	563	ALINE DE CAMARGO OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	844	JOHN WILLAMYS DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1171	HUMBERTO PEREIRA SALES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

Ausente	717	WANESSA PEREIRA ARAUJO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	695	DHYORDAN OLEGARIO ALMEIDA MARTINS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

LEITURISTA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1105	TEREZINHA SOARES MARIANO	6.000	6.000	9.000	12.000	33.000	33.000

MÉDICO VETERINÁRIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	696	NEILANE DENISE DIAS TESTONI	16.000	12.000	51.000	79.000	0.000	79.000
Classificada	1369	LORENA ROSA DE JESUS	14.000	12.000	48.000	74.000	0.000	74.000
Classificada	1259	HIRES PEREIRA DOURADO	10.000	12.000	48.000	70.000	0.000	70.000
Classificada	1307	ELLEN KELLY PINHEIRO DOS SANTOS	14.000	8.000	45.000	67.000	0.000	67.000
Classificada	552	AMANDA CRISTINA MARINHO CORREA BENTO	10.000	10.000	36.000	56.000	0.500	56.500
Reprovado	662	RONALLDY RAMOS RESENDE	4.000	12.000	39.000	55.000	0.000	55.000
Ausente	836	ROGÉRIO ANTONIO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	680	JONATHAS DOS SANTOS ARRUDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	877	JOÃO PAULO MENDES FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1150	DÉBORA CRISTINA DE SOUZA PINTO SARAIVA TAQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	594	LARISSA OLIVEIRA GAWENDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	650	JOÃO NÉLSON DOS SANTOS MORAIS NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1347	MATHEUS GABRIEL ALVES CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1343	LEANDRO VIEIRA BATISTA	6.000	14.000	30.000	50.000	78.000	128.000

MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1606	GERCI BORGES NETO	8.000	6.000	30.000	44.000	78.000	122.000
Reprovado	1567	VALDEISO DIAS DA SILVA	6.000	6.000	27.000	39.000	0.000	39.000
Reprovado	761	NILVALDO SOARES DA SILVA	8.000	12.000	15.000	35.000	0.000	35.000

NUTRICIONISTA - EDUCACAO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	987	NATALIA MOLINA SCHNEIDER	10.000	12.000	51.000	73.000	0.500	73.500
Classificada	658	NATALIA RIBEIRO DE CARVALHO	10.000	14.000	48.000	72.000	0.500	72.500
Classificada	795	VERONICA MARCIA ALVES DE OLIVEIRA	12.000	6.000	48.000	66.000	0.000	66.000
Classificada	1123	DEMILDA FERREIRA BEZERRA	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	700	MARISY FEITOZA LUZ	4.000	6.000	39.000	49.000	0.500	49.500

NUTRICIONISTA - SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	544	LUCAS HENRIQUE COSTA VIANA	14.000	10.000	45.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	988	LETICIA SANTOS LIMA	6.000	14.000	36.000	56.000	0.000	56.000
Ausente	892	ELIETY SALES LEMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1190	SUZANE VITORIA FREITAS MORAIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	606	SEBASTIÃO FERREIRA DE SENA NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	776	EMILLY MARIA BORGES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1451	FERNANDA EDUARDA DIAS OSTERMANN	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ODONTOLOGO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1562	ALEXIA LAUANY OLIVEIRA FONTES	14.000	8.000	42.000	64.000	0.000	64.000
Classificada	470	SCHELDA ROCHA ARAUJO	12.000	12.000	36.000	60.000	0.000	60.000
Classificada	744	ANGELA MARIA SILVA BORGES	10.000	12.000	36.000	58.000	0.000	58.000

Classificada	1088	ADRYELLE KAROLINE DE SOUZA SILVA	6.000	6.000	39.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1199	LEIA RIBEIRO ANDRADE	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	797	KAROLINE CARVALHO SPANHOLI	8.000	12.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	1179	JHESSICA PEREIRA DE SOUZA	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	1120	ANDREIA FERREIRA LUZ	8.000	4.000	33.000	45.000	0.000	45.000
Reprovado	520	ROSANGELA SOUZA DA SILVA	12.000	8.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	1164	MARDEN TRINDADE SILVA	6.000	6.000	15.000	27.000	0.000	27.000
Ausente	1403	WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1013	LUCIANO GALDINO MENDES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1192	KLEBER SILVA DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1076	ALINE QUESIA LINHARES DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1151	THAINARA SILVEIRA DE FRANÇA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1363	GABRIELLI PEREIRA WAGNER	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	962	ANDRIELY MIRANDA DE MORAIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	839	PATRÍCIA FERNANDES DE ARAÚJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

OPERADOR DE ETA (ESTAÇÃO DE TRAMENTO DE ÁGUA)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	755	ESLAINE DIAS FRANCO	6.000	8.000	12.000	15.000	41.000	41.000
Reprovado	840	PAMELLA CESAR RODRIGUES	12.000	8.000	21.000	12.000	53.000	53.000
Reprovado	1231	MATHEUS MICAEL ARANTES PEREIRA	8.000	10.000	18.000	9.000	45.000	45.000
Reprovado	1589	ISAQUE SILVA TRINDADE	8.000	10.000	12.000	12.000	42.000	42.000
Reprovado	1115	JOSÉ FRANCINALDO DOS SANTOS	12.000	6.000	18.000	6.000	42.000	42.000
Reprovado	1044	RAEL COELHO GOMES	4.000	4.000	15.000	15.000	38.000	38.000
Reprovado	1100	GIOVANA TELES GOULART	10.000	4.000	15.000	9.000	38.000	38.000
Reprovado	1441	ELAINE AGUIAR PASSOS	8.000	2.000	18.000	9.000	37.000	37.000
Reprovado	1005	EVANDERSON THALES RODRIGUES GONCALVES	6.000	10.000	12.000	9.000	37.000	37.000
Reprovado	974	GINOELCIO ALVES REGE	4.000	8.000	15.000	9.000	36.000	36.000
Reprovado	694	ROOSMABELY C DE ARAÚJO MOREIRA	8.000	8.000	12.000	6.000	34.000	34.000
Reprovado	679	WANDERSON MARTINS DOS SANTOS	8.000	8.000	6.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	543	RODRIGO MENDES FE	2.000	8.000	15.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1159	LUCAS RAFAEL CAUS GREGOSKI	8.000	2.000	12.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	947	DANIEL DIAS DOS REIS	4.000	8.000	12.000	9.000	33.000	33.000
Reprovado	1133	MARCOS ALECRIM DE JESUS	6.000	6.000	15.000	6.000	33.000	33.000
Reprovado	1639	SEBASTIAO SIQUEIRA DA CRUZ	6.000	4.000	15.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	1646	CHARLES FREITAS GUIMARÃES	4.000	6.000	12.000	9.000	31.000	31.000
Reprovado	868	EMANUEL GONÇALVES DE MACEDO	10.000	4.000	6.000	9.000	29.000	29.000
Reprovado	824	FERNANDA MARTINS SOUSA	12.000	4.000	6.000	6.000	28.000	28.000
Reprovado	630	VILSON WEVERTON DIAS TESTONI	6.000	6.000	9.000	3.000	24.000	24.000
Reprovado	863	GISELLE LUZ BRITO	8.000	2.000	12.000	0.000	22.000	22.000
Ausente	548	ELIANE MARIA SILVA OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1632	JAIRO PRIMO DE RESENDE	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	916	RAIMUNDA VIANA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1011	ELISIANE CARINA DA VEIGA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1139	PABLIO RIBEIRO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	600	GLASIANE SILVA RIBEIRO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	901	LUCIANO ALVES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

OPERADOR DE ETA (ESTAÇÃO DE TRAMENTO DE ÁGUA) – PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1091	SARA VIEIRA DE SOUSA	8.000	14.000	12.000	9.000	43.000	43.000

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	Média final
Reprovado	1414	JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	12.000	8.000	27.000	47.000	47.000
Reprovado	1070	ELÇO JOSE SIQUEIRA DIAS	8.000	10.000	24.000	42.000	42.000
Reprovado	1113	HIGOR FERREIRA LIMA	2.000	10.000	27.000	39.000	39.000

ORIENTADOR SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1594	EVA SANDRA LIMA SANTOS	12.000	6.000	18.000	27.000	63.000	63.000
Ausente	1648	SILMA GOMES DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final

Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	95.170	137.170
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	97.170	127.170
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	79.170	117.170
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM CIENCIAS DA NATUREZA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1198	TAYNA FERNANDES NUNES	12.000	12.000	39.000	63.000	0.000	63.000
Classificado	1156	MARCELINO BENVINDO DE SOUZA	8.000	10.000	42.000	60.000	1.000	61.000
Classificada	1117	VANESSA ALVES MARTINS	6.000	12.000	42.000	60.000	0.000	60.000
Classificado	1497	MARCUS ALEKSÂNDER SOARES BONFIM	10.000	8.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1050	GRACIELE ALVES DE OLIVEIRA	6.000	8.000	36.000	50.000	0.000	50.000
Reprovado	769	TELMA DOS SANTOS TENÓRIO DE AMORIM	10.000	12.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	1501	DÁLIA CARVALHO DE OLIVEIRA BUENO	10.000	4.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	768	ANA LÚCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	12.000	10.000	21.000	43.000	0.000	43.000
Ausente	701	JANAINA DA SILVA FORTIRER	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	1207	WALLACE ALVES BARROSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	677	EDINALDO TRINDADE GONÇALVES DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	897	JOSÉ NILTON DE ARAÚJO GONÇALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1234	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1411	JOANICE COSTA AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	596	CÉLIA DA SILVA LEÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	998	JOÃO CARDOSO NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	814	WANDERSON LOPES DOS SANTOS FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM CIENCIAS HUMANAS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	514	ELIETE MACHADO DA SILVA	14.000	8.000	48.000	70.000	0.000	70.000
Classificado	1052	VILSON RIBEIRO MAGALHÃES	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	1092	PATIELE VIEIRA ROCHA	12.000	10.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificado	1361	RAFAEL GOMES AMORIM	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Classificada	965	ANABIA ARANTES FERREIRA	8.000	6.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1108	JHONY NEVES DE SOUZA	14.000	10.000	21.000	45.000	0.500	45.500
Reprovado	1238	JOSÉ MARQUES VIEIRA DA HORA	2.000	8.000	24.000	34.000	0.500	34.500
Reprovado	1094	ELBA CASSIA DO NASCIMENTO SILVA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Ausente	721	JEFERSON MACHADO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1257	ARIELLA FERREIRA RODRIGUES ROCHA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	719	ELIAS MARCOS DONADIA JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM LINGUAGEM

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	773	FABIO MAIA DE SOUZA	16.000	10.000	60.000	86.000	0.500	86.500
Classificada	827	CIPRIANA PEREIRA DOURADO LIMA	16.000	12.000	51.000	79.000	0.000	79.000
Classificada	482	EMANOELLA DOS SANTOS COSTA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	1079	VANESSA DIAS DE MELO	12.000	10.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	578	EUNICE DOS SANTOS SOUSA	14.000	10.000	36.000	60.000	1.000	61.000
Classificada	1148	VANDA JOAQUIM RODRIGUES	6.000	10.000	33.000	49.000	0.500	49.500
Reprovado	857	ELIENE PARENTE DE SOUZA CARDOSO	16.000	12.000	27.000	55.000	0.500	55.500
Reprovado	1253	GISELE NAIARA DE OLIVEIRA SILVA	6.000	10.000	27.000	43.000	0.500	43.500
Reprovado	1045	JERONIMO DE FARIA TELES VARGAS	8.000	10.000	24.000	42.000	0.000	42.000
Ausente	1143	MARCOS TEODORO DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	633	IZALIA MORAIS DE AGUIRRE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	619	CHARLES SOUSA SOBRINHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM MATEMATICA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	654	DÁRIO RABÊLO	16.000	16.000	33.000	65.000	0.000	65.000
Classificado	1040	HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA NETO	10.000	12.000	33.000	55.000	0.500	55.500
Classificado	559	GERALDO RIBEIRO DOS REIS	6.000	10.000	30.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	1531	MARIA JOANA ALVES PEREIRA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.500	43.500
Reprovado	1617	JOSÉ MILTON CASTRO NEVES	2.000	8.000	27.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	1055	GEFER SANDRO FERREIRA DE BRITO	8.000	10.000	18.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	664	ERIENE LOPES BREDIZA MARQUES	6.000	10.000	9.000	25.000	0.500	25.500
Ausente	1392	EVÂNIA GARCIA DE OLIVEIRA ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1007	RAQUEL BRAGA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	736	DANIEL FERREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	980	ANDRIA GUIMARÃES DA SILVA	14.000	12.000	48.000	74.000	0.500	74.500
Aprovada	1047	JESUSLEIA DE SOUZA NASCIMENTO	12.000	8.000	54.000	74.000	0.000	74.000
Aprovada	1095	LUCIA MARIA PEREIRA RÊGO	14.000	14.000	42.000	70.000	0.500	70.500
Aprovada	1189	LUCIANA ALVES DE FREITAS	12.000	12.000	45.000	69.000	0.500	69.500
Aprovada	944	CECÍLIA SOUZA DA SILVA LIMA	8.000	10.000	51.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	1637	GEILZA TRINDADE VALVERDE	14.000	10.000	45.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	925	SAMILLA RIBEIRO DE SOUSA	10.000	10.000	48.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	985	REGINALVA RIBEIRO DE SOUSA ROCHA	14.000	12.000	42.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	796	MARIA EUSELIA VIEIRA DA SILVA	12.000	14.000	42.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	895	DALVA GOMES DA LUZ	12.000	10.000	45.000	67.000	0.500	67.500
Classificada	964	ELIZANE DIAS ARÚJO BARROS	10.000	14.000	42.000	66.000	0.000	66.000
Classificada	1012	ALESSANDRA ALVES DA ROCHA	10.000	10.000	45.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	612	ALINE PRIAMO MACHADO	8.000	12.000	45.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	500	GISLAINE SOUZA DA CRUZ DE CARVALHO	16.000	10.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	625	IOLANDA ALVES DE ALMEIDA COUTINHO SILVA	12.000	10.000	42.000	64.000	0.500	64.500
Classificada	950	ALICE ALVES LIMA SANTOS	12.000	10.000	42.000	64.000	0.000	64.000
Classificada	1195	SUNAMARA SOUSA FEITOSA DE MORAES	10.000	10.000	42.000	62.000	0.500	62.500
Classificada	464	GISLAINE TRINDADE VALVERDE METKE	6.000	8.000	48.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	1041	APARECIDA COSTA DE JESUS	10.000	10.000	42.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	1170	DIANARY SOUSA FRANÇA	12.000	14.000	36.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	912	ROSALINA ALVES BARRETO	12.000	10.000	39.000	61.000	0.500	61.500
Classificada	1024	MARIA DE JESUS SANTOS NASCIMENTO	10.000	12.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	549	RIZIA ROSA SILVA	10.000	12.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	1493	CARME LUCIA BUENO DE SOUZA	10.000	8.000	42.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	821	MARIA DO SANTO HONORATO CAMPOS MOREIRA	12.000	12.000	36.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	1033	OSETHE BARBOSA SANTOS BARROS	10.000	10.000	39.000	59.000	0.000	59.000
Classificada	1037	ZELIA CRISTINA ADORNO DE SOUSA	8.000	12.000	39.000	59.000	0.000	59.000
Classificada	1063	ELZY EVANGELINA DE CARVALHO SANTOS	10.000	6.000	42.000	58.000	0.500	58.500
Classificada	733	CRISTIANA SOUSA DE JESUS RIBEIRO	6.000	10.000	42.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1647	DEIZINERE DA VEIGA FERREIRA	12.000	10.000	36.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1152	SORAIA FREITAS LUZ	10.000	8.000	39.000	57.000	0.500	57.500
Classificada	953	VERONICA SALUSTIANA BEZERRA	8.000	10.000	39.000	57.000	0.000	57.000
Classificada	589	IVA ADORNO MASCARENHAS DE OLIVEIRA	14.000	8.000	33.000	55.000	0.000	55.000
Classificada	576	GABRIELA SILVA SANTOS	12.000	10.000	33.000	55.000	0.000	55.000
Classificada	580	PRISCILA FERNADA RAMOS DUTRA	8.000	10.000	36.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	958	JAQUELINE GUERRA REGES	8.000	10.000	36.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	1165	STEPHANNY RITA ALVES DE MELO RODRIGUES	10.000	14.000	30.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	1009	DANYELA MARTINS TRINDADE	10.000	10.000	33.000	53.000	0.500	53.500
Classificado	1512	SAMUEL PEREIRA DA SILVA	6.000	8.000	39.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	899	CARLA FARIAS AGUIAR	10.000	10.000	33.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	1048	VALDIRENE SOUZA SILVA	8.000	8.000	36.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	546	MÔNICA URCINO AQUINO DE LAVOR	8.000	8.000	36.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	631	POLIANNY LIBERAL DA COSTA	12.000	10.000	30.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	610	KELMA DE SOUZA MACIEL	10.000	12.000	30.000	52.000	0.000	52.000
Classificada	545	MARIA IVETE LOPES DOS SANTOS	6.000	6.000	39.000	51.000	0.000	51.000

Classificada	790	JACIRLENE PEREIRA SANTOS NASCIMENTO	8.000	10.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1586	SELMA MARTINS PEREIRA MASCHIO	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	616	KARIELI LEITE DA CRUZ	10.000	10.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	766	LINDINALVA ABREU SANTOS	8.000	12.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	879	JOSELITA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	8.000	8.000	33.000	49.000	0.500	49.500
Classificada	886	LUCIANA ALVES GONÇALVES SOUSA	8.000	8.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Classificada	595	KEILA LUIZA DOS SANTOS RIBEIRO	6.000	10.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Classificada	1142	AMANDA KAROLINE CARVALHO SANTOS	10.000	8.000	30.000	48.000	0.500	48.500
Classificada	1096	FABIANA DOS SANTOS PEREIRA	8.000	6.000	33.000	47.000	0.000	47.000
Classificado	1042	CHERGLEN JOSEFA DOS SANTOS FREITAS	6.000	10.000	30.000	46.000	0.500	46.500
Classificada	1053	LILIANE SILVA SOUZA LOZEIRO	6.000	8.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1525	LUCINHA LINS LUCENA DA SILVA	10.000	4.000	42.000	56.000	0.000	56.000
Reprovado	859	SOLANGE FERREIRA DA SILVA	8.000	14.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	540	AQUECIA LIMA DA SILVA	8.000	4.000	36.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	1084	MARIA E. R. MALTA	14.000	10.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	918	SAMARA RODRIGUES FERNANDES	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	945	SELMA RAMOS E SOUSA TAVARES	10.000	4.000	27.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1062	LUCIANA SILVA DE SOUZA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1167	REJANIA APARECIDA CAMARGO PEREIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	891	NILCELYRUFINO DA SILVA OLIVEIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	690	ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA COSTA	8.000	8.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	1575	SILVANIA COSTA PORTO	6.000	10.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	1056	ERMENICE SOUZA DA SILVA	10.000	8.000	21.000	39.000	0.500	39.500
Reprovado	847	MISLAINE FERREIRA DA SILVA	8.000	10.000	21.000	39.000	0.000	39.000
Reprovado	1130	MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA	8.000	6.000	24.000	38.000	0.500	38.500
Reprovado	1593	LUCIANE CHAGAS ALVES	8.000	6.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	782	ROSILVAN NOLETO MORAES	10.000	10.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	983	EVANILDES MENDES GONÇALVES	4.000	12.000	21.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	936	MARIA GENY RODRIGUES BRITO	2.000	10.000	24.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	881	IVA URCINO DE LAVOR	10.000	14.000	12.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	777	CARLOS FERREIRA MARINHO	10.000	4.000	21.000	35.000	0.500	35.500
Reprovado	805	ROSIMERI APARECIDA DE OLIVEIRA	10.000	10.000	15.000	35.000	0.500	35.500
Reprovado	890	GESILENE TATTIANE SOUZA DA CRUZ	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	959	ROSEMAR ALVES CORREIA	6.000	6.000	21.000	33.000	0.000	33.000
Reprovado	793	AMANDA RAIELY SANTOS DE ABREU	6.000	6.000	18.000	30.000	0.500	30.500
Reprovado	1208	MARIA JOAQUINA COELHO DOS SANTOS	4.000	8.000	18.000	30.000	0.000	30.000
Reprovado	770	CLEIMOM FERREIRA DE SOUZA	6.000	8.000	15.000	29.000	0.500	29.500
Ausente	697	MARIÂNTONI CARVALHO DE ALMEIDA MARTINS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1599	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	512	CLEIA FELISMINA DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1073	REJANE ALVES ARAÚJO ESPANHOL.	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	946	JOAO PAULO COELHO DE MATOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	955	ODILENE HONORATO CAMPOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	875	HELTON NEY DA CRUZ DIAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1426	MARIA DOMINGAS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	532	SUELLEN APARECIDA VIANA RIBEIRO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	587	PATRICIA PÁBULA COELHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	843	NATHANIA OLIVEIRA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1384	EDNA OLIVEIRA DE SIQUEIRA KLIPEL	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1260	GRACIELY VIEIRA DILLEMBURG	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1365	JUNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	604	JAQUELINE CRISTINA DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	672	FABÍOLA DA SILVA AGUIAR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1591	NEURIMAR DA SILVA MEDEIROS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1162	WILTON SANTOS DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	671	MARIA APARECIDA EDUARDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	948	LIVIA MARIA SANTOS PRIMO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1136	MARIA SANTANA LIMA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	811	EDINEIA ESTELITA RIBEIRO NEVES CAVALCANTE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1043	VALDINETE GONÇALVES DOS SANTOS MARQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1177	ALINE APARECIDA LACERDA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	743	FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1590	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1101	GLEICE KELLY SOUSA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1299	JOCILEIA QUADROS MORONI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	756	ALYNE MITIE SASAZIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	896	JOELMA DA SILVA MOTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	720	CLAUDINEI DA SILVA LARA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	522	DAIANE LETICIA DA SILVA ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	758	PRISCILLA CRISTINA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1523	JACIMEIRE GUIMARÃES SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	689	WESLEY ANDERSON RIBEIRO OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	728	EZEQUIAS DA SILVA JORGE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	602	CRISTIELLI JORGE LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	902	LAILA RAISSA PEREIRA MORAIS DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	792	CRISTINA CORREIA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1140	TÂNIA LOPES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	781	DÉBORA DE SOUSA RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1180	HORTÊNCIA BARBOSA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	656	ROSELE DOS SANTOS ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1176	EDUARDA AGUIAR DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	747	TALLYNE EDUARDA DE SOUZA FIGUEREDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA - PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1428	PATRÍCIA DA SILVA MANZANO	16.000	6.000	48.000	70.000	0.500	70.500
Classificado	1281	SANDI EVANGELISTA CORREA	8.000	10.000	39.000	57.000	0.500	57.500
Classificada	1537	JESSIKA FERREIRA DA SILVA	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	1301	HAYLA LUDMILA BONATTO RAMOS	6.000	8.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1597	SERGIA DE MELO ROCHA	8.000	6.000	27.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1280	JANEIDE ALVES TENORIO	6.000	14.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1380	BEATRIZ LIMA NASCIMENTO	8.000	10.000	18.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	1607	ANTÔNIA PEREIRA VIRGOLINO	6.000	6.000	15.000	27.000	0.000	27.000
Ausente	1503	VALDRIANA SOUZA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1370	MAYARA SENA MATOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1400	EDUARDO DA SILVA GOMES MIRANDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - ASSISTENCIA SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Reprovado	614	PAMELLA VALESKA RODRIGUES DIAS	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	599	CLAUDIA LORRANE BARCELOS DA SILVA	16.000	10.000	15.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	862	EDNANDA LIMA ABREU	8.000	6.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	1416	PATRICIA DE SOUSA WANDERLEY	6.000	10.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Ausente	753	JUSCIMARA ALVES DE CARVALHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	554	FABRICIO ANTONIO DUARTE FIGUEIREDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - EDUCAÇÃO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	703	MARIA APARECIDA DOS PRAZERES BISPO	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	741	EVANG JAFLETY RIOS ROSA	10.000	12.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	1085	DAMIANA PEREIRA DE LIMA CONSTANTINO	10.000	6.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Ausente	1246	OLACIR BRITO DE AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	462	CAMILA GOMES COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	957	ADRIANA NEIVA DE REZENDE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1252	LILIAN MACHADO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1424	WILDSON CARDOSO ASSUNÇÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1360	VANESSA OLIVEIRA DOS REIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	518	NIUARA MARQUES DOMINGOS	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Reprovado	990	CATIANE MARTINOTTO COSTA	8.000	6.000	21.000	35.000	0.000	35.000

Ausente	678	CLEBERSON FRANZIN DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	539	VIVIANE DE SOUZA MORAES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	706	BRENO FERREIRA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1265	MAYURI FERREIRA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

RECEPCIONISTA - Distrito de Primavera

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1275	RACKELL FERREIRA DE OLIVEIRA	14.000	4.000	9.000	18.000	45.000	45.000
Reprovado	1388	MARIA LÚCIA PEREIRA DA MOTA	8.000	8.000	3.000	3.000	22.000	22.000
Ausente	634	GRACILENE SILVA ALVES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

RECEPCIONISTA - Sede do município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1334	MARIA SOCORRO MOREIRA DA SILVA	6.000	6.000	12.000	15.000	39.000	39.000
Reprovado	1528	PAULINA NERES DE SOUZA	8.000	6.000	18.000	12.000	44.000	44.000
Reprovado	1460	JEANDRA VIEIRA DA SILVA	6.000	8.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1336	EILANE GAMA MONTEL	8.000	4.000	6.000	9.000	27.000	27.000
Reprovado	1611	NAYARA ALVES REGIS	6.000	4.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1572	RAIANE ALVES REGIS	2.000	8.000	6.000	6.000	22.000	22.000

TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1463	RAYANE PEREIRA DUARTE	10.000	8.000	12.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1399	ANGÉLICA CARDOSO DA SILVA	8.000	4.000	18.000	12.000	42.000	42.000
Reprovado	1476	MARCIA OLIVEIRA DA SILVA	8.000	4.000	9.000	15.000	36.000	36.000
Reprovado	1367	SILVANA MARIA FRANCISCA DE ARRUDA	8.000	2.000	15.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1272	THAYNARA TELES FERREIRA	4.000	2.000	15.000	12.000	33.000	33.000

TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - Sede do Município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1514	ANDRESSA LAIS RODRIGUES GONCALVES	10.000	8.000	12.000	18.000	48.000	48.000
Classificada	1496	ALESSANDRA MATIAS DA SILVA MACHADO	8.000	8.000	12.000	18.000	46.000	46.000
Classificado	1633	LEONARDO TEOFILO NASCIMENTO	10.000	6.000	9.000	21.000	46.000	46.000
Classificada	1574	RENATA DIAS DOS SANTOS	6.000	6.000	18.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1634	LILIAN DIAS DA SILVA	10.000	6.000	21.000	9.000	46.000	46.000
Reprovado	652	ANDREIA MARIOT	8.000	4.000	18.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1333	KARINE MARQUES MENDES	10.000	8.000	3.000	12.000	33.000	33.000
Reprovado	1419	NATALINA CARDOSO DA SILVA	6.000	8.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1609	IRANILDES FERREIRA DE SOUSA	6.000	2.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Reprovado	1608	ROSILAINE SOUZA PESSOA	4.000	4.000	12.000	3.000	23.000	23.000
Ausente	1340	AGNALDO RODRIGUES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

TECNICO EM ENFERMAGEM - Distrito de primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1350	GRACIELI STEIGER	8.000	4.000	33.000	45.000	45.000
Reprovado	566	TATIANA LUCAS DE ALMEIDA OLIVEIRA	6.000	4.000	27.000	37.000	37.000

TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	669	ROGÉRIO MIRANDA ALVES JUNIOR	12.000	8.000	39.000	59.000	59.000
Aprovado	1129	ESTEFHANY GUEDES LIMA	8.000	6.000	42.000	56.000	56.000
Aprovado	900	CRISTIANE DE SOUZA SILVA	8.000	6.000	39.000	53.000	53.000
Aprovado	1483	ANDRESSA RODRIGUES CASTRO FERREIRA	8.000	8.000	36.000	52.000	52.000
Classificada	617	HENISLENE PEREIRA BARROS PANTALEAO	8.000	6.000	33.000	47.000	47.000
Classificada	893	RENATA TEIXEIRA DA SILVA	6.000	8.000	30.000	44.000	44.000
Reprovado	832	JOSE PEREIRA DE MORAIS FILHO	12.000	8.000	27.000	47.000	47.000
Reprovado	1118	INGRID FERNANDES SANTOS	12.000	10.000	24.000	46.000	46.000
Reprovado	878	ROSANGELA DIAS CAVALCANTE OLIVEIRA	10.000	8.000	27.000	45.000	45.000
Reprovado	994	ROGISLAINE APRECIDA MENDES	8.000	8.000	27.000	43.000	43.000
Reprovado	829	ALINE APARECIDA DA CRUZ LEITE	8.000	8.000	27.000	43.000	43.000
Reprovado	528	LUCIANA DORTA AZEVEDO	4.000	6.000	33.000	43.000	43.000
Reprovado	1623	CLEONICE PEREIRA LUZ	8.000	4.000	30.000	42.000	42.000
Reprovado	1026	CLECY BARBOSA AGUIAR	8.000	6.000	27.000	41.000	41.000

Reprovado	503	DANNYELLEN BRIZOLLA BRITO	8.000	6.000	27.000	41.000	41.000
Reprovado	734	CRISTIANE PEREIRA DA SILVA BARROS	8.000	4.000	27.000	39.000	39.000
Reprovado	1509	VANUSA DE ABREU MARINHO OLIVEIRA	8.000	4.000	27.000	39.000	39.000
Reprovado	1540	MARIA VÂNIA FERREIRA LIMA	10.000	6.000	21.000	37.000	37.000
Reprovado	513	LUCIANA OLIVEIRA DA CRUZ	10.000	6.000	21.000	37.000	37.000
Reprovado	939	CLAUDENIR SOUZA DA SILVA	4.000	8.000	24.000	36.000	36.000
Reprovado	1376	REGILENE VIEIRA RODRIGUES	8.000	10.000	18.000	36.000	36.000
Reprovado	802	LUCIMAR ANTONIA CAIXETA	0.000	8.000	27.000	35.000	35.000
Reprovado	636	MARIA DA CRUZ MARINHO	8.000	2.000	24.000	34.000	34.000
Reprovado	1016	DEOCLECELINA JANUARIO DE MATOS	8.000	4.000	21.000	33.000	33.000
Reprovado	888	VALDINEIA DA SILVA CARVALHO	4.000	4.000	24.000	32.000	32.000
Reprovado	975	LORENA DA CRUZ SANTANA	10.000	2.000	18.000	30.000	30.000
Reprovado	1374	ALTAMIRO JOSE DE OLIVEIRA PANTALEÃO	4.000	4.000	21.000	29.000	29.000
Reprovado	1093	JÉSSICA MASSAI RIBEIRO	8.000	2.000	15.000	25.000	25.000
Reprovado	688	MARIA DIVINA RODRIGUES LIMA	4.000	6.000	9.000	19.000	19.000
Ausente	1099	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	564	CARLOS LUÍS RAMOS SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	949	MACERLI GONÇALVES PRIMO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1163	TATIENE MENDES SARAIVA BEZERRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1000	GENILSON ROBERTO DA GUIA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	919	EDINALVA BRITO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1069	ELIZA GARCIA DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1019	WOLNEY SOARES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	973	FRANCISMARA PINTO TRINDADE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	642	ANTONIA MARIA FERREIRA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1445	PATRÍCIA DE JESUS NUNES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1204	RICARDO PEREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1425	DAIANE DA COSTA CARVALHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 –26 DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇAO FINAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 4.095, do Diário Oficial dos Municípios no dia 25 de Outubro de 2022,

Onde se lê:, PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	0.000	42.000
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	0.000	30.000
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

,TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO E DISTRITO**, Leia Se:** PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA - PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	95.170	137.170
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	97.170	127.170
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	79.170	117.170
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000

Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

,TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO, Passando a vigorar com a seguinte redação.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 –26

Divulgação da Classificaçao Final

MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES, presidente da **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 298/2021 de 29 de Abril de 2022**. **Torna Público** o resultado final de aprovados, classificados e reprovados do concurso público edital 001/2022. Conforme anexo publicado na página www.amm.org.br e no site www.assepublica.com.br

Canabrava do Norte/MT, 24 de outubro de 2022.

MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES

Presidente da Comissão AGENTE ADMINISTRATIVO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	570	ALINE MURIEL DA SILVA SOARES	10.000	8.000	18.000	15.000	51.000	51.000
Aprovada	1112	RENATA TAVARES BARROS	8.000	8.000	9.000	18.000	43.000	43.000
Reprovado	1206	LEYLANE DA SILVA LIMA	16.000	4.000	15.000	18.000	53.000	53.000
Reprovado	991	VANIA MARIA DAMASCENO	10.000	8.000	21.000	12.000	51.000	51.000
Reprovado	698	WAGNER TORRES DA SILVA	10.000	10.000	15.000	9.000	44.000	44.000
Reprovado	737	GECILENE BEZERRA ALVES	12.000	4.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	852	CALITA FERNANDA DIAS DA SILVA	8.000	12.000	9.000	9.000	38.000	38.000
Reprovado	550	ARIELLY PEREIRA BARROS DA SILVA	6.000	4.000	9.000	18.000	37.000	37.000
Reprovado	1138	SOFIA LIMA PARENTE	6.000	10.000	9.000	12.000	37.000	37.000
Reprovado	624	NURIA ANGÉLICA NUNES DOS ANJOS	10.000	2.000	9.000	15.000	36.000	36.000
Reprovado	992	JUCERLEI BONATTO	4.000	6.000	9.000	15.000	34.000	34.000
Reprovado	645	SANDREANE LIMA ABREU	8.000	8.000	9.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1168	ADRIANA DA COSTA SILVA DE SOUZA	6.000	6.000	9.000	12.000	33.000	33.000
Reprovado	1049	TEREZINHA DIAS DOS SANTOS	8.000	4.000	3.000	18.000	33.000	33.000
Reprovado	524	ADRIA AGAPTO DOS SANTOS	6.000	4.000	12.000	9.000	31.000	31.000
Reprovado	1194	ALDECI BARBOSA ALLVES	8.000	6.000	6.000	9.000	29.000	29.000
Reprovado	1028	ANA TAYLA PEREIRA DA SILVA	8.000	6.000	3.000	12.000	29.000	29.000
Reprovado	1001	MARIA HELENA SILVA	8.000	6.000	3.000	12.000	29.000	29.000
Reprovado	641	JULIANA GONÇALVES RIBEIRO	8.000	4.000	6.000	9.000	27.000	27.000
Reprovado	1616	DIONYS PEREIRA DOS SANTOS	6.000	8.000	9.000	3.000	26.000	26.000
Reprovado	986	DALVA MARIA DA COSTA MOREIRA	4.000	6.000	9.000	6.000	25.000	25.000
Reprovado	1107	ERONILDE SOARES	4.000	6.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1203	TAMILLA PEREIRA DA SILVA	2.000	6.000	3.000	12.000	23.000	23.000
Reprovado	1146	TALIANE PEREIRA DA SILVA	2.000	4.000	3.000	12.000	21.000	21.000
Ausente	884	LUDMYLLA FERREIRA MARQUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	812	LAURIANE REIS BASTOS CHARUPA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	828	FERNANDA CABRAL RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1200	ROSLAINE DIAS RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	858	CAROLINE BARBOSA LIMA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1237	EURIELLY ALVES DIAS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	525	SOLANGE SILVA MACIEL	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	822	KETULY RAFAELA COSTA DE MATES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	856	GABRIEL SERRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	816	ANA LIA SILVA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	609	BLENDA CAROLINA OLIVEIRA COSTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1240	NYLESSA TENÓRIO DE AMORIM	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1560	LUCAS RAFAEL PEREIRA	10.000	14.000	15.000	21.000	60.000	60.000
Classificada	1448	SAMUA TAUANE GONÇALVES	16.000	8.000	18.000	18.000	60.000	60.000
Classificado	1494	MATHEUS ALVES DE SOUZA	10.000	6.000	18.000	18.000	52.000	52.000
Classificada	1433	GLEICIA PERES DE ARAUJO MULLER	8.000	6.000	15.000	21.000	50.000	50.000
Classificada	915	ANA JÚLIA VIEIRA DE JESUS	14.000	8.000	9.000	18.000	49.000	49.000
Classificada	1258	ELZIANE MARIA DE OLIVEIRA	8.000	6.000	15.000	18.000	47.000	47.000
Reprovado	676	MAILINY ALVES DA CRUZ	8.000	8.000	18.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	968	LUCIENE MENDES DE SOUZA	12.000	10.000	12.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	993	GLEICY BRITO DOS SANTOS	12.000	6.000	6.000	12.000	36.000	36.000

Reprovado	505	PATRICIA FERREIRA DA SILVA GREGORIO	8.000	6.000	9.000	12.000	35.000	35.000
Reprovado	1114	ANNY KAROLLYNY BIRINO CESAR	8.000	6.000	6.000	15.000	35.000	35.000
Reprovado	1090	VALDIMIRIA PEDROSA MULLER	8.000	4.000	6.000	15.000	33.000	33.000
Reprovado	869	VEREDIANA SOUZA MOTA	2.000	12.000	6.000	12.000	32.000	32.000
Reprovado	1210	RENECILDA FARIAS CORREIA	4.000	10.000	6.000	12.000	32.000	32.000
Reprovado	1243	RERIKA POLIANA SOUZA MELO BARBOSA	6.000	10.000	9.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	646	EMERSON SILVA DE JESUS	2.000	6.000	6.000	15.000	29.000	29.000
Reprovado	1601	MAISA ARAUJO MULLER	2.000	6.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Ausente	825	ELSON MARQUÊS DE MORAES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	628	RUTH SOUZA DE CARVALHO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	819	GUTIERRE SANTOS BARRETO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	751	MARA KELVY FRANCO ANDRADE	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	823	JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS	12.000	14.000	36.000	62.000	83.000	145.000
Aprovado	523	JOSEI DOS SANTOS NASCIMENTO	14.000	14.000	39.000	67.000	75.000	142.000
Aprovado	526	JOSEILTON DOS SANTOS NASCIMENTO	6.000	12.000	30.000	48.000	90.000	138.000
Reprovado	1014	JEAN MACIEL DE FARIA	6.000	12.000	33.000	51.000	49.000	100.000
Reprovado	1122	SHAUL FELIPE SOARES DA CUNHA	10.000	14.000	27.000	51.000	0.000	51.000
Reprovado	731	MARCIO DE JESUS LIMA SANTOS	16.000	6.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	748	EDIMAR BARBOSA DE OLIVEIRA	8.000	12.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1397	MARIA APARECIDA DA SILVA	10.000	6.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	533	JUSTINO DUART CORDEIRO	4.000	8.000	24.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	865	ROMILDO ALVES DA SILVA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Ausente	508	GLEIZER DIVINO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1256	GEAZY ALVES LACERDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	531	WALISSON MARCELO DA SILVA FERNANDES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1124	PEDRO HENRIQUE ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	709	DENISMAR GONÇALVES DINIZ	6.000	8.000	39.000	53.000	100.000	153.000
Reprovado	637	IVANOR DE ALMEIDA VIEIRA	6.000	14.000	15.000	35.000	0.000	35.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1422	WELDO PEREIRA LUZ	18.000	12.000	36.000	66.000	81.000	147.000
Reprovado	1430	ROSINEIDE RODRIGUES DOS SANTOS	8.000	6.000	27.000	41.000	0.000	41.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / NUTRIÇÃO ESCOLAR

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1588	ALINE MIRANDA DE SOUZA	14.000	10.000	9.000	18.000	51.000	51.000
Aprovada	1577	FERNANDA ALVES DE SOUSA	14.000	10.000	9.000	15.000	48.000	48.000
Reprovado	1457	PATRICIA DE SOUZA FERREIRA	12.000	10.000	12.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	1552	JANETE PEREIRA DA SILVA	8.000	10.000	6.000	15.000	39.000	39.000
Reprovado	1568	MIDIAM BATISTA DE JESUS	6.000	4.000	9.000	18.000	37.000	37.000
Reprovado	1449	MARIA MISLÂNEA ALMEIDA MALTA	8.000	8.000	9.000	12.000	37.000	37.000
Reprovado	1618	VERONICE FERREIRA DA SILVA	2.000	6.000	6.000	21.000	35.000	35.000
Reprovado	1556	KATILENY DA SILVA BARBOSA	6.000	8.000	9.000	12.000	35.000	35.000
Reprovado	1475	VANESSA DA SILVA GLÓRIA	6.000	10.000	9.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1282	MARILENE SILVA FALCAO	6.000	6.000	6.000	15.000	33.000	33.000
Reprovado	1287	MAURILENE CRISPIM DE OLIVEIRA	8.000	6.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1341	ADRIANA DE BRITO FERREIRA	2.000	4.000	9.000	12.000	27.000	27.000
Reprovado	1563	PATRICIA ALMEIDA BATISTA	4.000	6.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1571	RAIMUNDA VEIGA DE OLIVEIRA SILVA	2.000	2.000	18.000	0.000	22.000	22.000
Reprovado	1584	RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA	8.000	2.000	3.000	9.000	22.000	22.000
Reprovado	1356	CLEUSENI SOUZA DA SILVA	4.000	6.000	3.000	9.000	22.000	22.000
Reprovado	1278	CLEIDE APARECIDA SIQUEIRA DIAS	4.000	4.000	0.000	9.000	17.000	17.000
Ausente	1582	ILDA COELHO LIMA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1302	ANDREIA ALVES MALTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1277	ADRIANA ALVES NALTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / VIGILANTE - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1604	ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA	10.000	6.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	1626	LIOMAR MORTEIRO DE OLIVEIRA	4.000	6.000	12.000	18.000	40.000	40.000
Reprovado	1408	WILLY DUART DE SOUSA	10.000	8.000	6.000	0.000	24.000	24.000
Reprovado	1379	PABIO GONCALVES DINIZ	2.000	4.000	6.000	9.000	21.000	21.000
Reprovado	1621	LUEBETY DE JESUS GLORIA OLIVEIRA	10.000	8.000	0.000	3.000	21.000	21.000
Ausente	1312	FRANCISCO LIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1389	LUCAS RAMOS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / VIGILANTE - Sede do Município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1576	DYONES BARREIRA SANTOS	10.000	8.000	12.000	15.000	45.000	45.000
Aprovado	1573	ANTONIO JUNIO PERBUARES SILVEIRA	6.000	6.000	15.000	15.000	42.000	42.000
Reprovado	1518	ADÃO DA SILVA BARBOSA	10.000	12.000	15.000	9.000	46.000	46.000
Reprovado	1502	PATRÍCIA DA COSTA CARVALHO GOMES	2.000	10.000	21.000	12.000	45.000	45.000
Reprovado	1318	DAVID VIEIRA MIRANDA	6.000	8.000	6.000	18.000	38.000	38.000
Reprovado	1489	ELIZAMAR GONÇALVES DA SILVA	10.000	4.000	12.000	12.000	38.000	38.000
Reprovado	1297	RONILSON RODRIGUES VASCONCELOS	10.000	8.000	9.000	9.000	36.000	36.000
Reprovado	1464	JOSE APARECIDO FERNANDES LINHARES	8.000	8.000	6.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	1300	VITOR HUGO MONTEL BARRETO	10.000	4.000	12.000	6.000	32.000	32.000
Reprovado	1325	MARIA BERNADETE VIANA NUNES	6.000	6.000	9.000	9.000	30.000	30.000
Reprovado	926	JOHNY ALVES MENDES	8.000	4.000	9.000	9.000	30.000	30.000
Reprovado	1310	MAKSOM MIKAEL LEANDRO DE OLIVEIRA	6.000	6.000	3.000	12.000	27.000	27.000
Reprovado	1516	VALMIRENE FERREIRA DE ALMEIDA	8.000	6.000	3.000	9.000	26.000	26.000
Reprovado	1614	SIMONE PORTO AGUIAR	10.000	4.000	0.000	12.000	26.000	26.000
Ausente	1585	MIRIAM DAMIÃO TAVARES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1352	JUNIOR FERREIRA NOLETO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1527	MARIA REGINA DE AQUINO SILVA	4.000	6.000	18.000	18.000	46.000	46.000
Reprovado	653	VANIA VICENTE DE SOUSA	6.000	8.000	12.000	9.000	35.000	35.000
Reprovado	1291	LILIAM ALVES MENDES	6.000	4.000	6.000	6.000	22.000	22.000
Ausente	1550	ANGELICA GUIMARAES DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1429	PRISCILA DA SILVA MANZANO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1630	ANGELICA DE SOUSA PEDROSA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO DE SERVIÇOS DA SAÚDE LIMPEZA PREDIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovada	1533	CLEIANE DE SOUZA RODRIGUES ARAUJO	8.000	12.000	12.000	32.000	32.000
Aprovado	465	ZEZITO ALVES DA SILVA	8.000	10.000	8.000	26.000	26.000
Aprovada	1270	LUDIMILLA CORDEIRO RODRIGUES	6.000	6.000	10.000	22.000	22.000
Ausente	1569	PATRÍCIA CANTUÁRIO DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ASSISTENTE SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1196	CARLA REJANE DIAS NASCIMENTO	14.000	10.000	39.000	63.000	0.500	63.500
Classificada	626	MARIA TELIANE DE AMORIM COSTA	8.000	10.000	42.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	1020	JOSIANE PEREIRA DA SILVA	6.000	6.000	42.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	655	MARCELA PEREIRA ALVES	6.000	12.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	815	HYANNY TAVERNY CARVALHO	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	1067	LUSIRENE ANTONIO MESSIAS MIRANDA	6.000	10.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	682	GALDIA NUBIA RIBEIRO	4.000	12.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	760	ALINE SOARES DA SILVA	4.000	12.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	1065	BELICE AGUIAR DA SILVA	10.000	12.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	772	DEBORA REGINA DUARTE SANTOS	10.000	8.000	27.000	45.000	0.000	45.000
Reprovado	657	ALINY DE BRITRO FERREIRA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.000	43.000
Reprovado	718	VALNICE COSTA FIGUEIRA	6.000	8.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	831	CACILDA MEDEIROS DA SILVA	4.000	6.000	18.000	28.000	0.000	28.000
Ausente	871	REVELINO CARDOSO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	1072	LUCIENE COELHO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	583	SIMONE APARECIDA DE QUEIROZ	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	713	ANA PAULA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500

Ausente	647	ALYNE NAYARA ARAUJO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	538	ROSENIL DA CONCEIÇÃO SILVA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	582	JOANA DARK AGUIAR DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	685	ANDREIA ARRUDA AMERICO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1018	ROSILVA DE SOUZA BARBOSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1444	JOSIANE SOBRALINO TORRES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	497	ERICA RODRIGUES COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	607	ANALIA RAQUEL CALIXTO MOURA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	860	DEBORA REJANE NASCIEMNTO ADORNO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1311	FABÍOLA GONÇALVES LOIOLA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1372	MARIA EDUARDA LANGUIDEY PEREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1628	ELIDA LIMA DA SILVA	8.000	8.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	1498	LILIANE MARIA SANTOS DE SOUZA	6.000	10.000	9.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	1558	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	0.000	8.000	3.000	15.000	26.000	26.000
Ausente	1526	VIVIANNE TAVARES DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1335	RENATA ALVES DOS REIS	10.000	8.000	6.000	12.000	36.000	36.000
Ausente	1268	JOSE VALTINO SALDANHA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1401	KALITA RANDARA SOUZA NASCIMENTO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Reprovado	1508	SOLENY NASCIMENTO MIRANDA SILVA	8.000	6.000	4.000	18.000	18.000
Reprovado	1320	JOAO BATISTA COELHO ALVES	2.000	6.000	6.000	14.000	14.000
Reprovado	1534	ELIZEU FELIS DE LIMA	2.000	2.000	4.000	8.000	8.000
Ausente	1520	TATIANA VALERIA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1454	MAYRA DOS SANTOS GOMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

BIBLIOTECARIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1002	MARIA SOCORRO ABREU DE LIMA	10.000	6.000	30.000	46.000	0.000	46.000
Ausente	754	ANA LAURA MENDONÇA FONSECA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

COPEIRA/ FAXINEIRA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovada	1635	FRANCISCA GEOVANA LINS AGUIAR	10.000	14.000	8.000	32.000	32.000
Aprovada	1553	DAMIANA RIBEIRO DE SOUSA	8.000	10.000	12.000	30.000	30.000
Aprovada	1279	MARQUILENE DA SILVA SANTOS	8.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Reprovado	1286	CINTIA DIAS DA SILVA	12.000	2.000	10.000	24.000	24.000
Reprovado	1627	MARCIA DE JESUS GLORIA OLIVEIRA	8.000	2.000	10.000	20.000	20.000
Reprovado	1570	LEULANDIA BRITO DOS SANTOS	8.000	2.000	8.000	18.000	18.000
Reprovado	1290	POLIANA FERREIRA DE SOUSA	6.000	6.000	2.000	14.000	14.000
Ausente	1427	CLADENICY FERREIRA DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ELETRICISTA DE REDE ELÉTRICO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1564	GILCIMAR LIMA COIMBRA	6.000	10.000	16.000	32.000	86.500	118.500

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	584	CHRISTYANI GIACOMELLI DE ARAUJO	14.000	10.000	42.000	66.000	0.500	66.500
Aprovado	1473	NIEWTON MENDES DE SOUZA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Aprovado	527	MARLON SILVA DE SOUSA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	976	PATRYCIA ABADIA DA SILVA	16.000	8.000	39.000	63.000	0.000	63.000
Classificada	1157	LEILA CARVALHO TORRES	16.000	16.000	30.000	62.000	0.500	62.500
Classificada	961	POLINE DA SILVA OLIVEIRA	16.000	12.000	33.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	775	LUNA RIBEIRO SILVA AGUIAR	12.000	6.000	39.000	57.000	0.000	57.000

Classificada	521	PAULA NERYS DA LUZ	8.000	10.000	36.000	54.000	0.500	54.500
Classificada	1432	CLAUDIA APARECIDA GODOY ROCHA	12.000	12.000	30.000	54.000	0.500	54.500
Classificado	1187	DANILO MARTINS LIMA	12.000	12.000	30.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	649	GESSICA HELENA FERNANDES COSTA	6.000	8.000	39.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	830	MARILDA GOMES DO PRADO LOPES	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	798	MIRAILDES COSTA TAVARES	10.000	10.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificado	729	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	8.000	12.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	724	VIVIAN CRISTINA GRUBLER	6.000	12.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	693	RAQUEL RIBEIRO DE ARAUJO COSTA	12.000	14.000	27.000	53.000	0.000	53.000
Reprovado	853	RENATO MENDES FERNANDES	12.000	12.000	27.000	51.000	0.000	51.000
Reprovado	1387	KENYA BATISTA DINIZ	12.000	10.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	842	EMERSSON NUNES LIMA	12.000	12.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	1185	CASSIA LUZ MOURA	10.000	10.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	643	IZABELLA MENEZES DE ASSIS AZEVEDO PAMPLONA	8.000	12.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	826	MARIA APARECIDA DA SILVA GLIER	12.000	10.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	484	MARIANA ISABEL FEITOZA DE FRANÇA	12.000	10.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	475	LETICIA MOREIRA LEMES FERREIRA	10.000	12.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	750	MARCILENE CRISPIN DE OLIVEIRA SILVA	10.000	10.000	24.000	44.000	0.500	44.500
Reprovado	1075	ATELIANNE VERUSCA DIAS CAMPOS DA SILVA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.000	43.000
Reprovado	749	DARLA CARINE GRUBLER	4.000	8.000	30.000	42.000	0.500	42.500
Reprovado	1598	GEISA GONÇALVES DE OLIVEIRA	10.000	8.000	24.000	42.000	0.000	42.000
Reprovado	1331	MEIDER MANUEL LEISTER PEREIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1186	LORRANA DE SOUSA GAMA MELO	6.000	14.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	472	LARA TAVERNY BARBOSA	8.000	12.000	18.000	38.000	0.500	38.500
Reprovado	714	ADEILMA MILHOMEM PEREIRA MARINHO	10.000	10.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	557	WARLIS BRAGA MASCARENHAS	6.000	10.000	21.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	789	VERONICA DOS SANTOS SILVA FRANÇA	12.000	6.000	18.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	466	ROSILENE SILVA DOS SANTOS	8.000	10.000	18.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	1082	JOSIENE FERREIRA BEZERRA OLIVEIRA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Reprovado	882	LEIDIANE MORAIS FERREIRA	4.000	6.000	24.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	778	FABIULA FURQUIM WEIS	8.000	14.000	12.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	1127	DINAELZA RIBEIRO DA ROCHA	10.000	8.000	15.000	33.000	0.000	33.000
Reprovado	942	GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS	8.000	12.000	12.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	923	ABIAS DA CONCEIÇÃO BARBOSA BECKMAN	8.000	4.000	18.000	30.000	0.000	30.000
Reprovado	804	MARINA BORGES BARBOSA NETA	12.000	4.000	12.000	28.000	0.000	28.000
Reprovado	757	LUCIMAR BARROS LUZ	8.000	8.000	12.000	28.000	0.000	28.000
Ausente	623	SANDRA RODRIGUES DE MORAES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	573	FERNANDA DA COSTA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	615	ELANDIA CHAVES CAETANO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	933	JOSUE SABINO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1269	VANESSA BANASZEWSKI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1348	LAISE FARIAS MOTA AZEVEDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1539	POLIANA COSTA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1032	DANIELA SOUSA DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1381	HERMANO HENRIQUE LOPES SANTANA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	834	EDIÁLIDA MORAES ODA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1288	EDUARDO ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1344	KEILA ALMEIDA DA ROCHA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1345	JACONIAS FRANCISCO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	476	MARIA SELMA ALMEIDA DO NASCIMENTO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	739	MARINALVA CAMPOS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	763	MARTA DOLORES TAVARES GRANDIZOLLI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1580	DIVINA ABADIA BATISTA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1248	MÁRCIA MARIA LOPES FELICIANO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1524	GISELE APARECIDA ANDRADE MOYA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	850	ANA CAROLINY PINHEIRO MONTELO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1128	VANESSA SOARES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1083	CLEIDE APARECIDA DOS SANTOS DORCA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1641	EDIVANY GOMES DE LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	846	RAQUEL MENDES LUZ E SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1605	ROMÁRIO PEREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	569	JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1566	CRISLAINE AGOSTINHO CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1640	GILMAR PEEIRA RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1205	ALINE BORGES DE ARAGÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	565	JESSIKA KEROLIN DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	597	QUESIA DE ALMEIDA SOL AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	556	JÉSSICA VAZ DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1132	TIAGO SILVA PERES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	629	JANAINA FRANCO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	627	ANA JULIA WEGNER FELIX	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1066	LEOCIR RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	562	KAROLAYNE PIRES DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1458	DEYZE PINHEIRO AMADOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	667	FABIO LOPES CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1313	MARCELE JERÔNIMO SANTANA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	498	FLAVIO CASTILHO BUSNELLO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	613	PRISCILA DIAS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	618	ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1323	NATASHA ASSUNÇÃO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1064	MILENA BRITO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	579	ANDRESSA APARECIDA PEREIRA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1587	JOSEFA SUENNYA DOS SANTOS GONCALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	519	LISANDRA SOUZA GOMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	558	TAINARA CLAUDIA GOLDBECK CAVALHEIRO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	537	EDIVANIA DE ALMEIDA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	780	LETÍCIA FERREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	971	EMANUEL PINTO GOES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ENFERMEIRO – PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Reprovada	943	EDIMARA DA SILVA NOVAIS	14.000	10.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Ausente	1145	JULIANE DA SILVA BORGES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ENGENHEIRO CIVIL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	1021	LUIZ PAULO MOURA COSTA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500
Classificada	930	GLAUCE DE CASTRO E SILVA COSTA	8.000	8.000	30.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	507	WYTLLER VIEIRA LIMA	14.000	8.000	15.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	784	ANDERSON DE OLIVEIRA TRINDADE	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	675	MAYARA PRISCILA ALVES MOREIRA	6.000	10.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	560	JOSEMI DE SOUZA RAMOS	6.000	6.000	12.000	24.000	0.000	24.000
Ausente	1530	FRANCISLEY FREITAS DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	855	ANTONIO BARBOSA DA CONCEIÇÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	577	IRINEU XAVIER DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	735	FERNANDO ALENCAR LARIOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	622	LUAN MARCOLINO DA SILVA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1366	DAVI CARDOSO DE ANDRADE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	970	GABRIEL TIZO FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

FARMACEUTICO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	810	ANA PAULA WILHELMS NAUMANN VASCONCELLOS	10.000	10.000	36.000	56.000	0.500	56.500
Ausente	639	BRUNO TIAGO PESSOA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1197	JOEDILSON DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	704	DÉBORAJH PAULINO CARLOS DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1110	SANDY OLIVEIRA ARAGAO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

FISCAL AMBIENTAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovado	1391	DANIEL DIVINO LOZEIRO PEREIRA SILVA	10.000	8.000	10.000	28.000	28.000
Reprovado	1439	DARLENE PEREIRA RODRIGUES	2.000	4.000	10.000	16.000	16.000
Ausente	1642	VENCERLINA NOGUEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1417	KAIQUE TAVARES DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1111	JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS	8.000	2.000	9.000	9.000	28.000	28.000

FISCAL DE TRIBUTOS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1153	JOSIDELMA DE SOUZA RAMOS QUEIROZ	10.000	8.000	27.000	21.000	66.000	66.000
Classificado	663	JOAO VICTOR MARIANO MEDEIROS	14.000	12.000	15.000	18.000	59.000	59.000
Classificado	674	GILMAR NOLETO SOARES	12.000	6.000	15.000	24.000	57.000	57.000
Ausente	726	JOSE CARLOS DE HOLANDA MAGALHÃES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	563	ALINE DE CAMARGO OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	844	JOHN WILLAMYS DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1171	HUMBERTO PEREIRA SALES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	717	WANESSA PEREIRA ARAUJO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	695	DHYORDAN OLEGARIO ALMEIDA MARTINS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

LEITURISTA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1105	TEREZINHA SOARES MARIANO	6.000	6.000	9.000	12.000	33.000	33.000

MÉDICO VETERINÁRIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	696	NEILANE DENISE DIAS TESTONI	16.000	12.000	51.000	79.000	0.000	79.000
Classificada	1369	LORENA ROSA DE JESUS	14.000	12.000	48.000	74.000	0.000	74.000
Classificada	1259	HIRES PEREIRA DOURADO	10.000	12.000	48.000	70.000	0.000	70.000
Classificada	1307	ELLEN KELLY PINHEIRO DOS SANTOS	14.000	8.000	45.000	67.000	0.000	67.000
Classificada	552	AMANDA CRISTINA MARINHO CORREA BENTO	10.000	10.000	36.000	56.000	0.500	56.500
Reprovado	662	RONALLDY RAMOS RESENDE	4.000	12.000	39.000	55.000	0.000	55.000
Ausente	836	ROGÉRIO ANTONIO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	680	JONATHAS DOS SANTOS ARRUDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	877	JOÃO PAULO MENDES FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1150	DÉBORA CRISTINA DE SOUZA PINTO SARAIVA TAQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	594	LARISSA OLIVEIRA GAWENDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	650	JOÃO NÉLSON DOS SANTOS MORAIS NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1347	MATHEUS GABRIEL ALVES CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1343	LEANDRO VIEIRA BATISTA	6.000	14.000	30.000	50.000	78.000	128.000

MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1606	GERCI BORGES NETO	8.000	6.000	30.000	44.000	78.000	122.000
Reprovado	1567	VALDEISO DIAS DA SILVA	6.000	6.000	27.000	39.000	0.000	39.000
Reprovado	761	NILVALDO SOARES DA SILVA	8.000	12.000	15.000	35.000	0.000	35.000

NUTRICIONISTA - EDUCACAO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	987	NATALIA MOLINA SCHNEIDER	10.000	12.000	51.000	73.000	0.500	73.500
Classificada	658	NATALIA RIBEIRO DE CARVALHO	10.000	14.000	48.000	72.000	0.500	72.500
Classificada	795	VERONICA MARCIA ALVES DE OLIVEIRA	12.000	6.000	48.000	66.000	0.000	66.000
Classificada	1123	DEMILDA FERREIRA BEZERRA	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	700	MARISY FEITOZA LUZ	4.000	6.000	39.000	49.000	0.500	49.500

NUTRICIONISTA - SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	544	LUCAS HENRIQUE COSTA VIANA	14.000	10.000	45.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	988	LETICIA SANTOS LIMA	6.000	14.000	36.000	56.000	0.000	56.000
Ausente	892	ELIETY SALES LEMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	1190	SUZANE VITORIA FREITAS MORAIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	606	SEBASTIÃO FERREIRA DE SENA NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	776	EMILLY MARIA BORGES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1451	FERNANDA EDUARDA DIAS OSTERMANN	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ODONTOLOGO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1562	ALEXIA LAUANY OLIVEIRA FONTES	14.000	8.000	42.000	64.000	0.000	64.000
Classificada	470	SCHELDA ROCHA ARAUJO	12.000	12.000	36.000	60.000	0.000	60.000
Classificada	744	ANGELA MARIA SILVA BORGES	10.000	12.000	36.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1088	ADRYELLE KAROLINE DE SOUZA SILVA	6.000	6.000	39.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1199	LEIA RIBEIRO ANDRADE	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	797	KAROLINE CARVALHO SPANHOLI	8.000	12.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	1179	JHESSICA PEREIRA DE SOUZA	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	1120	ANDREIA FERREIRA LUZ	8.000	4.000	33.000	45.000	0.000	45.000
Reprovado	520	ROSANGELA SOUZA DA SILVA	12.000	8.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	1164	MARDEN TRINDADE SILVA	6.000	6.000	15.000	27.000	0.000	27.000
Ausente	1403	WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1013	LUCIANO GALDINO MENDES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1192	KLEBER SILVA DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1076	ALINE QUESIA LINHARES DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1151	THAINARA SILVEIRA DE FRANÇA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1363	GABRIELLI PEREIRA WAGNER	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	962	ANDRIELY MIRANDA DE MORAIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	839	PATRÍCIA FERNANDES DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

OPERADOR DE ETA (ESTAÇÃO DE TRAMENTO DE ÁGUA)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	755	ESLAINE DIAS FRANCO	6.000	8.000	12.000	15.000	41.000	41.000
Reprovado	840	PAMELLA CESAR RODRIGUES	12.000	8.000	21.000	12.000	53.000	53.000
Reprovado	1231	MATHEUS MICAEL ARANTES PEREIRA	8.000	10.000	18.000	9.000	45.000	45.000
Reprovado	1589	ISAQUE SILVA TRINDADE	8.000	10.000	12.000	12.000	42.000	42.000
Reprovado	1115	JOSÉ FRANCINALDO DOS SANTOS	12.000	6.000	18.000	6.000	42.000	42.000
Reprovado	1044	RAEL COELHO GOMES	4.000	4.000	15.000	15.000	38.000	38.000
Reprovado	1100	GIOVANA TELES GOULART	10.000	4.000	15.000	9.000	38.000	38.000
Reprovado	1441	ELAINE AGUIAR PASSOS	8.000	2.000	18.000	9.000	37.000	37.000
Reprovado	1005	EVANDERSON THALES RODRIGUES GONCALVES	6.000	10.000	12.000	9.000	37.000	37.000
Reprovado	974	GINOELCIO ALVES REGE	4.000	8.000	15.000	9.000	36.000	36.000
Reprovado	694	ROOSMABELY C DE ARAÚJO MOREIRA	8.000	8.000	12.000	6.000	34.000	34.000
Reprovado	679	WANDERSON MARTINS DOS SANTOS	8.000	8.000	6.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	543	RODRIGO MENDES FE	2.000	8.000	15.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1159	LUCAS RAFAEL CAUS GREGOSKI	8.000	2.000	12.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	947	DANIEL DIAS DOS REIS	4.000	8.000	12.000	9.000	33.000	33.000
Reprovado	1133	MARCOS ALECRIM DE JESUS	6.000	6.000	15.000	6.000	33.000	33.000
Reprovado	1639	SEBASTIAO SIQUEIRA DA CRUZ	6.000	4.000	15.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	1646	CHARLES FREITAS GUIMARÃES	4.000	6.000	12.000	9.000	31.000	31.000
Reprovado	868	EMANUEL GONÇALVES DE MACEDO	10.000	4.000	6.000	9.000	29.000	29.000
Reprovado	824	FERNANDA MARTINS SOUSA	12.000	4.000	6.000	6.000	28.000	28.000
Reprovado	630	VILSON WEVERTON DIAS TESTONI	6.000	6.000	9.000	3.000	24.000	24.000
Reprovado	863	GISELLE LUZ BRITO	8.000	2.000	12.000	0.000	22.000	22.000
Ausente	548	ELIANE MARIA SILVA OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1632	JAIRO PRIMO DE RESENDE	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	916	RAIMUNDA VIANA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1011	ELISIANE CARINA DA VEIGA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1139	PABLIO RIBEIRO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	600	GLASIANE SILVA RIBEIRO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	901	LUCIANO ALVES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

OPERADOR DE ETA (ESTAÇÃO DE TRAMENTO DE ÁGUA) – PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1091	SARA VIEIRA DE SOUSA	8.000	14.000	12.000	9.000	43.000	43.000

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	Média final
Reprovado	1414	JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	12.000	8.000	27.000	47.000	47.000
Reprovado	1070	ELÇO JOSE SIQUEIRA DIAS	8.000	10.000	24.000	42.000	42.000
Reprovado	1113	HIGOR FERREIRA LIMA	2.000	10.000	27.000	39.000	39.000

ORIENTADOR SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1594	EVA SANDRA LIMA SANTOS	12.000	6.000	18.000	27.000	63.000	63.000
Ausente	1648	SILMA GOMES DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	95.170	137.170
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	97.170	127.170
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	79.170	117.170
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM CIENCIAS DA NATUREZA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1198	TAYNA FERNANDES NUNES	12.000	12.000	39.000	63.000	0.000	63.000
Classificado	1156	MARCELINO BENVINDO DE SOUZA	8.000	10.000	42.000	60.000	1.000	61.000
Classificada	1117	VANESSA ALVES MARTINS	6.000	12.000	42.000	60.000	0.000	60.000
Classificado	1497	MARCUS ALEKSÂNDER SOARES BONFIM	10.000	8.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1050	GRACIELE ALVES DE OLIVEIRA	6.000	8.000	36.000	50.000	0.000	50.000
Reprovado	769	TELMA DOS SANTOS TENÓRIO DE AMORIM	10.000	12.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	1501	DÁLIA CARVALHO DE OLIVEIRA BUENO	10.000	4.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	768	ANA LÚCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	12.000	10.000	21.000	43.000	0.000	43.000
Ausente	701	JANAINA DA SILVA FORTIRER	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	1207	WALLACE ALVES BARROSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	677	EDINALDO TRINDADE GONÇALVES DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	897	JOSÉ NILTON DE ARAÚJO GONÇALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1234	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1411	JOANICE COSTA AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	596	CÉLIA DA SILVA LEÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	998	JOÃO CARDOSO NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	814	WANDERSON LOPES DOS SANTOS FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM CIENCIAS HUMANAS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	514	ELIETE MACHADO DA SILVA	14.000	8.000	48.000	70.000	0.000	70.000
Classificado	1052	VILSON RIBEIRO MAGALHÃES	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	1092	PATIELE VIEIRA ROCHA	12.000	10.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificado	1361	RAFAEL GOMES AMORIM	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Classificada	965	ANABIA ARANTES FERREIRA	8.000	6.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1108	JHONY NEVES DE SOUZA	14.000	10.000	21.000	45.000	0.500	45.500
Reprovado	1238	JOSÉ MARQUES VIEIRA DA HORA	2.000	8.000	24.000	34.000	0.500	34.500
Reprovado	1094	ELBA CASSIA DO NASCIMENTO SILVA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Ausente	721	JEFERSON MACHADO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1257	ARIELLA FERREIRA RODRIGUES ROCHA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	719	ELIAS MARCOS DONADIA JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM LINGUAGEM

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final

Aprovado	773	FABIO MAIA DE SOUZA	16.000	10.000	60.000	86.000	0.500	86.500
Classificada	827	CIPRIANA PEREIRA DOURADO LIMA	16.000	12.000	51.000	79.000	0.000	79.000
Classificada	482	EMANOELLA DOS SANTOS COSTA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	1079	VANESSA DIAS DE MELO	12.000	10.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	578	EUNICE DOS SANTOS SOUSA	14.000	10.000	36.000	60.000	1.000	61.000
Classificada	1148	VANDA JOAQUIM RODRIGUES	6.000	10.000	33.000	49.000	0.500	49.500
Reprovado	857	ELIENE PARENTE DE SOUZA CARDOSO	16.000	12.000	27.000	55.000	0.500	55.500
Reprovado	1253	GISELE NAIARA DE OLIVEIRA SILVA	6.000	10.000	27.000	43.000	0.500	43.500
Reprovado	1045	JERONIMO DE FARIA TELES VARGAS	8.000	10.000	24.000	42.000	0.000	42.000
Ausente	1143	MARCOS TEODORO DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	633	IZALIA MORAIS DE AGUIRRE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	619	CHARLES SOUSA SOBRINHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM MATEMATICA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	654	DÁRIO RABÊLO	16.000	16.000	33.000	65.000	0.000	65.000
Classificado	1040	HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA NETO	10.000	12.000	33.000	55.000	0.500	55.500
Classificado	559	GERALDO RIBEIRO DOS REIS	6.000	10.000	30.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	1531	MARIA JOANA ALVES PEREIRA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.500	43.500
Reprovado	1617	JOSÉ MILTON CASTRO NEVES	2.000	8.000	27.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	1055	GEFER SANDRO FERREIRA DE BRITO	8.000	10.000	18.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	664	ERIENE LOPES BREDIZA MARQUES	6.000	10.000	9.000	25.000	0.500	25.500
Ausente	1392	EVÂNIA GARCIA DE OLIVEIRA ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1007	RAQUEL BRAGA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	736	DANIEL FERREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	980	ANDRIA GUIMARÃES DA SILVA	14.000	12.000	48.000	74.000	0.500	74.500
Aprovada	1047	JESUSLEIA DE SOUZA NASCIMENTO	12.000	8.000	54.000	74.000	0.000	74.000
Aprovada	1095	LUCIA MARIA PEREIRA RÊGO	14.000	14.000	42.000	70.000	0.500	70.500
Aprovada	1189	LUCIANA ALVES DE FREITAS	12.000	12.000	45.000	69.000	0.500	69.500
Aprovada	944	CECÍLIA SOUZA DA SILVA LIMA	8.000	10.000	51.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	1637	GEILZA TRINDADE VALVERDE	14.000	10.000	45.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	925	SAMILLA RIBEIRO DE SOUSA	10.000	10.000	48.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	985	REGINALVA RIBEIRO DE SOUSA ROCHA	14.000	12.000	42.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	796	MARIA EUSELIA VIEIRA DA SILVA	12.000	14.000	42.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	895	DALVA GOMES DA LUZ	12.000	10.000	45.000	67.000	0.500	67.500
Classificada	964	ELIZANE DIAS ARÚJO BARROS	10.000	14.000	42.000	66.000	0.000	66.000
Classificada	1012	ALESSANDRA ALVES DA ROCHA	10.000	10.000	45.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	612	ALINE PRIAMO MACHADO	8.000	12.000	45.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	500	GISLAINE SOUZA DA CRUZ DE CARVALHO	16.000	10.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	625	IOLANDA ALVES DE ALMEIDA COUTINHO SILVA	12.000	10.000	42.000	64.000	0.500	64.500
Classificada	950	ALICE ALVES LIMA SANTOS	12.000	10.000	42.000	64.000	0.000	64.000
Classificada	1195	SUNAMARA SOUSA FEITOSA DE MORAES	10.000	10.000	42.000	62.000	0.500	62.500
Classificada	464	GISLAINE TRINDADE VALVERDE METKE	6.000	8.000	48.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	1041	APARECIDA COSTA DE JESUS	10.000	10.000	42.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	1170	DIANARY SOUSA FRANÇA	12.000	14.000	36.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	912	ROSALINA ALVES BARRETO	12.000	10.000	39.000	61.000	0.500	61.500
Classificada	1024	MARIA DE JESUS SANTOS NASCIMENTO	10.000	12.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	549	RIZIA ROSA SILVA	10.000	12.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	1493	CARME LUCIA BUENO DE SOUZA	10.000	8.000	42.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	821	MARIA DO SANTO HONORATO CAMPOS MOREIRA	12.000	12.000	36.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	1033	OSETHE BARBOSA SANTOS BARROS	10.000	10.000	39.000	59.000	0.000	59.000
Classificada	1037	ZELIA CRISTINA ADORNO DE SOUSA	8.000	12.000	39.000	59.000	0.000	59.000
Classificada	1063	ELZY EVANGELINA DE CARVALHO SANTOS	10.000	6.000	42.000	58.000	0.500	58.500
Classificada	733	CRISTIANA SOUSA DE JESUS RIBEIRO	6.000	10.000	42.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1647	DEIZINERE DA VEIGA FERREIRA	12.000	10.000	36.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1152	SORAIA FREITAS LUZ	10.000	8.000	39.000	57.000	0.500	57.500
Classificada	953	VERONICA SALUSTIANA BEZERRA	8.000	10.000	39.000	57.000	0.000	57.000

Classificada	589	IVA ADORNO MASCARENHAS DE OLIVEIRA	14.000	8.000	33.000	55.000	0.000	55.000
Classificada	576	GABRIELA SILVA SANTOS	12.000	10.000	33.000	55.000	0.000	55.000
Classificada	580	PRISCILA FERNADA RAMOS DUTRA	8.000	10.000	36.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	958	JAQUELINE GUERRA REGES	8.000	10.000	36.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	1165	STEPHANNY RITA ALVES DE MELO RODRIGUES	10.000	14.000	30.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	1009	DANYELA MARTINS TRINDADE	10.000	10.000	33.000	53.000	0.500	53.500
Classificado	1512	SAMUEL PEREIRA DA SILVA	6.000	8.000	39.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	899	CARLA FARIAS AGUIAR	10.000	10.000	33.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	1048	VALDIRENE SOUZA SILVA	8.000	8.000	36.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	546	MÔNICA URCINO AQUINO DE LAVOR	8.000	8.000	36.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	631	POLIANNY LIBERAL DA COSTA	12.000	10.000	30.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	610	KELMA DE SOUZA MACIEL	10.000	12.000	30.000	52.000	0.000	52.000
Classificada	545	MARIA IVETE LOPES DOS SANTOS	6.000	6.000	39.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	790	JACIRLENE PEREIRA SANTOS NASCIMENTO	8.000	10.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1586	SELMA MARTINS PEREIRA MASCHIO	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	616	KARIELI LEITE DA CRUZ	10.000	10.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	766	LINDINALVA ABREU SANTOS	8.000	12.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	879	JOSELITA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	8.000	8.000	33.000	49.000	0.500	49.500
Classificada	886	LUCIANA ALVES GONÇALVES SOUSA	8.000	8.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Classificada	595	KEILA LUIZA DOS SANTOS RIBEIRO	6.000	10.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Classificada	1142	AMANDA KAROLINE CARVALHO SANTOS	10.000	8.000	30.000	48.000	0.500	48.500
Classificada	1096	FABIANA DOS SANTOS PEREIRA	8.000	6.000	33.000	47.000	0.000	47.000
Classificado	1042	CHERGLEN JOSEFA DOS SANTOS FREITAS	6.000	10.000	30.000	46.000	0.500	46.500
Classificada	1053	LILIANE SILVA SOUZA LOZEIRO	6.000	8.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1525	LUCINHA LINS LUCENA DA SILVA	10.000	4.000	42.000	56.000	0.000	56.000
Reprovado	859	SOLANGE FERREIRA DA SILVA	8.000	14.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	540	AQUECIA LIMA DA SILVA	8.000	4.000	36.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	1084	MARIA E. R. MALTA	14.000	10.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	918	SAMARA RODRIGUES FERNANDES	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	945	SELMA RAMOS E SOUSA TAVARES	10.000	4.000	27.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1062	LUCIANA SILVA DE SOUZA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1167	REJANIA APARECIDA CAMARGO PEREIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	891	NILCELYRUFINO DA SILVA OLIVEIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	690	ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA COSTA	8.000	8.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	1575	SILVANIA COSTA PORTO	6.000	10.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	1056	ERMENICE SOUZA DA SILVA	10.000	8.000	21.000	39.000	0.500	39.500
Reprovado	847	MISLAINE FERREIRA DA SILVA	8.000	10.000	21.000	39.000	0.000	39.000
Reprovado	1130	MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA	8.000	6.000	24.000	38.000	0.500	38.500
Reprovado	1593	LUCIANE CHAGAS ALVES	8.000	6.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	782	ROSILVAN NOLETO MORAES	10.000	10.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	983	EVANILDES MENDES GONÇALVES	4.000	12.000	21.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	936	MARIA GENY RODRIGUES BRITO	2.000	10.000	24.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	881	IVA URCINO DE LAVOR	10.000	14.000	12.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	777	CARLOS FERREIRA MARINHO	10.000	4.000	21.000	35.000	0.500	35.500
Reprovado	805	ROSIMERI APARECIDA DE OLIVEIRA	10.000	10.000	15.000	35.000	0.500	35.500
Reprovado	890	GESILENE TATTIANE SOUZA DA CRUZ	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	959	ROSEMAR ALVES CORREIA	6.000	6.000	21.000	33.000	0.000	33.000
Reprovado	793	AMANDA RAIELY SANTOS DE ABREU	6.000	6.000	18.000	30.000	0.500	30.500
Reprovado	1208	MARIA JOAQUINA COELHO DOS SANTOS	4.000	8.000	18.000	30.000	0.000	30.000
Reprovado	770	CLEIMOM FERREIRA DE SOUZA	6.000	8.000	15.000	29.000	0.500	29.500
Ausente	697	MARIÂNTONI CARVALHO DE ALMEIDA MARTINS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1599	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	512	CLEIA FELISMINA DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1073	REJANE ALVES ARAÚJO ESPANHOL.	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	946	JOAO PAULO COELHO DE MATOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	955	ODILENE HONORATO CAMPOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	875	HELTON NEY DA CRUZ DIAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1426	MARIA DOMINGAS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	532	SUELLEN APARECIDA VIANA RIBEIRO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	587	PATRICIA PÁBULA COELHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	843	NATHANIA OLIVEIRA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1384	EDNA OLIVEIRA DE SIQUEIRA KLIPEL	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1260	GRACIELY VIEIRA DILLEMBURG	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1365	JUNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	604	JAQUELINE CRISTINA DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	672	FABÍOLA DA SILVA AGUIAR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1591	NEURIMAR DA SILVA MEDEIROS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1162	WILTON SANTOS DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	671	MARIA APARECIDA EDUARDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	948	LIVIA MARIA SANTOS PRIMO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	1136	MARIA SANTANA LIMA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	811	EDINEIA ESTELITA RIBEIRO NEVES CAVALCANTE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1043	VALDINETE GONÇALVES DOS SANTOS MARQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1177	ALINE APARECIDA LACERDA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	743	FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1590	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1101	GLEICE KELLY SOUSA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1299	JOCILEIA QUADROS MORONI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	756	ALYNE MITIE SASAZIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	896	JOELMA DA SILVA MOTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	720	CLAUDINEI DA SILVA LARA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	522	DAIANE LETICIA DA SILVA ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	758	PRISCILLA CRISTINA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1523	JACIMEIRE GUIMARÃES SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	689	WESLEY ANDERSON RIBEIRO OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	728	EZEQUIAS DA SILVA JORGE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	602	CRISTIELLI JORGE LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	902	LAILA RAISSA PEREIRA MORAIS DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	792	CRISTINA CORREIA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1140	TÂNIA LOPES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	781	DÉBORA DE SOUSA RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1180	HORTÊNCIA BARBOSA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	656	ROSELE DOS SANTOS ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1176	EDUARDA AGUIAR DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	747	TALLYNE EDUARDA DE SOUZA FIGUEREDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA - PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	N° INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Posição	N° INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1428	PATRÍCIA DA SILVA MANZANO	16.000	6.000	48.000	70.000	0.500	70.500
Classificado	1281	SANDI EVANGELISTA CORREA	8.000	10.000	39.000	57.000	0.500	57.500
Classificada	1537	JESSIKA FERREIRA DA SILVA	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	1301	HAYLA LUDMILA BONATTO RAMOS	6.000	8.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1597	SERGIA DE MELO ROCHA	8.000	6.000	27.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1280	JANEIDE ALVES TENORIO	6.000	14.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1380	BEATRIZ LIMA NASCIMENTO	8.000	10.000	18.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	1607	ANTÔNIA PEREIRA VIRGOLINO	6.000	6.000	15.000	27.000	0.000	27.000
Ausente	1503	VALDRIANA SOUZA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1370	MAYARA SENA MATOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1400	EDUARDO DA SILVA GOMES MIRANDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - ASSISTENCIA SOCIAL

Posição	N° INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Reprovado	614	PAMELLA VALESKA RODRIGUES DIAS	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	599	CLAUDIA LORRANE BARCELOS DA SILVA	16.000	10.000	15.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	862	EDNANDA LIMA ABREU	8.000	6.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	1416	PATRICIA DE SOUSA WANDERLEY	6.000	10.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Ausente	753	JUSCIMARA ALVES DE CARVALHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	554	FABRICIO ANTONIO DUARTE FIGUEIREDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - EDUCAÇÃO

Posição	N° INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	703	MARIA APARECIDA DOS PRAZERES BISPO	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	741	EVANG JAFLETY RIOS ROSA	10.000	12.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	1085	DAMIANA PEREIRA DE LIMA CONSTANTINO	10.000	6.000	18.000	34.000	0.500	34.500

Ausente	1246	OLACIR BRITO DE AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	462	CAMILA GOMES COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	957	ADRIANA NEIVA DE REZENDE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1252	LILIAN MACHADO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1424	WILDSON CARDOSO ASSUNÇÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1360	VANESSA OLIVEIRA DOS REIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	518	NIUARA MARQUES DOMINGOS	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Reprovado	990	CATIANE MARTINOTTO COSTA	8.000	6.000	21.000	35.000	0.000	35.000
Ausente	678	CLEBERSON FRANZIN DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	539	VIVIANE DE SOUZA MORAES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	706	BRENO FERREIRA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1265	MAYURI FERREIRA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

RECEPCIONISTA - Distrito de Primavera

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1275	RACKELL FERREIRA DE OLIVEIRA	14.000	4.000	9.000	18.000	45.000	45.000
Reprovado	1388	MARIA LÚCIA PEREIRA DA MOTA	8.000	8.000	3.000	3.000	22.000	22.000
Ausente	634	GRACILENE SILVA ALVES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

RECEPCIONISTA - Sede do município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1334	MARIA SOCORRO MOREIRA DA SILVA	6.000	6.000	12.000	15.000	39.000	39.000
Reprovado	1528	PAULINA NERES DE SOUZA	8.000	6.000	18.000	12.000	44.000	44.000
Reprovado	1460	JEANDRA VIEIRA DA SILVA	6.000	8.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1336	EILANE GAMA MONTEL	8.000	4.000	6.000	9.000	27.000	27.000
Reprovado	1611	NAYARA ALVES REGIS	6.000	4.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1572	RAIANE ALVES REGIS	2.000	8.000	6.000	6.000	22.000	22.000

TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1463	RAYANE PEREIRA DUARTE	10.000	8.000	12.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1399	ANGÉLICA CARDOSO DA SILVA	8.000	4.000	18.000	12.000	42.000	42.000
Reprovado	1476	MARCIA OLIVEIRA DA SILVA	8.000	4.000	9.000	15.000	36.000	36.000
Reprovado	1367	SILVANA MARIA FRANCISCA DE ARRUDA	8.000	2.000	15.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1272	THAYNARA TELES FERREIRA	4.000	2.000	15.000	12.000	33.000	33.000

TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - Sede do Município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1514	ANDRESSA LAIS RODRIGUES GONCALVES	10.000	8.000	12.000	18.000	48.000	48.000
Classificada	1496	ALESSANDRA MATIAS DA SILVA MACHADO	8.000	8.000	12.000	18.000	46.000	46.000
Classificado	1633	LEONARDO TEOFILO NASCIMENTO	10.000	6.000	9.000	21.000	46.000	46.000
Classificada	1574	RENATA DIAS DOS SANTOS	6.000	6.000	18.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1634	LILIAN DIAS DA SILVA	10.000	6.000	21.000	9.000	46.000	46.000
Reprovado	652	ANDREIA MARIOT	8.000	4.000	18.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1333	KARINE MARQUES MENDES	10.000	8.000	3.000	12.000	33.000	33.000
Reprovado	1419	NATALINA CARDOSO DA SILVA	6.000	8.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1609	IRANILDES FERREIRA DE SOUSA	6.000	2.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Reprovado	1608	ROSILAINE SOUZA PESSOA	4.000	4.000	12.000	3.000	23.000	23.000
Ausente	1340	AGNALDO RODRIGUES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

TECNICO EM ENFERMAGEM - Distrito de primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1350	GRACIELI STEIGER	8.000	4.000	33.000	45.000	45.000
Reprovado	566	TATIANA LUCAS DE ALMEIDA OLIVEIRA	6.000	4.000	27.000	37.000	37.000

TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	669	ROGÉRIO MIRANDA ALVES JUNIOR	12.000	8.000	39.000	59.000	59.000

Aprovado	1129	ESTEFHANY GUEDES LIMA	8.000	6.000	42.000	56.000	56.000
Aprovado	900	CRISTIANE DE SOUZA SILVA	8.000	6.000	39.000	53.000	53.000
Aprovado	1483	ANDRESSA RODRIGUES CASTRO FERREIRA	8.000	8.000	36.000	52.000	52.000
Classificada	617	HENISLENE PEREIRA BARROS PANTALEAO	8.000	6.000	33.000	47.000	47.000
Classificada	893	RENATA TEIXEIRA DA SILVA	6.000	8.000	30.000	44.000	44.000
Reprovado	832	JOSE PEREIRA DE MORAIS FILHO	12.000	8.000	27.000	47.000	47.000
Reprovado	1118	INGRID FERNANDES SANTOS	12.000	10.000	24.000	46.000	46.000
Reprovado	878	ROSANGELA DIAS CAVALCANTE OLIVEIRA	10.000	8.000	27.000	45.000	45.000
Reprovado	994	ROGISLAINE APRECIDA MENDES	8.000	8.000	27.000	43.000	43.000
Reprovado	829	ALINE APARECIDA DA CRUZ LEITE	8.000	8.000	27.000	43.000	43.000
Reprovado	528	LUCIANA DORTA AZEVEDO	4.000	6.000	33.000	43.000	43.000
Reprovado	1623	CLEONICE PEREIRA LUZ	8.000	4.000	30.000	42.000	42.000
Reprovado	1026	CLECY BARBOSA AGUIAR	8.000	6.000	27.000	41.000	41.000
Reprovado	503	DANNYELLEN BRIZOLLA BRITO	8.000	6.000	27.000	41.000	41.000
Reprovado	734	CRISTIANE PEREIRA DA SILVA BARROS	8.000	4.000	27.000	39.000	39.000
Reprovado	1509	VANUSA DE ABREU MARINHO OLIVEIRA	8.000	4.000	27.000	39.000	39.000
Reprovado	1540	MARIA VÂNIA FERREIRA LIMA	10.000	6.000	21.000	37.000	37.000
Reprovado	513	LUCIANA OLIVEIRA DA CRUZ	10.000	6.000	21.000	37.000	37.000
Reprovado	939	CLAUDENIR SOUZA DA SILVA	4.000	8.000	24.000	36.000	36.000
Reprovado	1376	REGILENE VIEIRA RODRIGUES	8.000	10.000	18.000	36.000	36.000
Reprovado	802	LUCIMAR ANTONIA CAIXETA	0.000	8.000	27.000	35.000	35.000
Reprovado	636	MARIA DA CRUZ MARINHO	8.000	2.000	24.000	34.000	34.000
Reprovado	1016	DEOCLECELINA JANUARIO DE MATOS	8.000	4.000	21.000	33.000	33.000
Reprovado	888	VALDINEIA DA SILVA CARVALHO	4.000	4.000	24.000	32.000	32.000
Reprovado	975	LORENA DA CRUZ SANTANA	10.000	2.000	18.000	30.000	30.000
Reprovado	1374	ALTAMIRO JOSE DE OLIVEIRA PANTALEÃO	4.000	4.000	21.000	29.000	29.000
Reprovado	1093	JÉSSICA MASSAI RIBEIRO	8.000	2.000	15.000	25.000	25.000
Reprovado	688	MARIA DIVINA RODRIGUES LIMA	4.000	6.000	9.000	19.000	19.000
Ausente	1099	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	564	CARLOS LUÍS RAMOS SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	949	MACERLI GONÇALVES PRIMO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1163	TATIENE MENDES SARAIVA BEZERRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1000	GENILSON ROBERTO DA GUIA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	919	EDINALVA BRITO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1069	ELIZA GARCIA DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1019	WOLNEY SOARES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	973	FRANCISMARA PINTO TRINDADE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	642	ANTONIA MARIA FERREIRA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1445	PATRÍCIA DE JESUS NUNES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1204	RICARDO PEREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1425	DAIANE DA COSTA CARVALHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00003956/2022

Devido a necessidade de melhorar a descrição dos itens do termo de referência do Pregão Eletrônico 081/2022, que possui inconsistência em suas especificações, A Comissão de Pregão, neste ato representado por seu Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 052/2022, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO da licitação conduzida sob a rubrica “Pregão Eletrônico nº 081/2022”, cujo objeto visa o Registro de Preços para possível e eventual Contratação de empresa para a prestação de serviços de confecção de materiais gráficos: banners, blocos, convites, faixas, formulários, folders, panfletos, entre outros, destinados a atender às necessidades das secretarias deste município, para revisão e retificação das Descrições dos seus itens do Termo de Referência, sendo que a nova data de abertura do certame e a minuta revisada do Edital serão veiculadas nos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Após regularizada a situação, o Aviso de Licitação e Edital Retificados serão republicados COM UMA NOVA DATA para REABERTURA do certame, através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Informações: https://www.canabravadonorte.mt.gov.br/; https://www.licitanet.com.br/ E-mail: licitacao@canabravadonorte.org.

Canabrava do Norte-MT, 07 de novembro de 2022.

IRANIZO MATOS RODRIGUES

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DO DECRETO N. 1.048, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DO **DECRETO N. 1.048, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.**

Na edição nº. 4.103, do Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de novembro de 2022,

Onde se lê:, PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	0.000	42.000
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	0.000	30.000
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

,TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO E DISTRITO**, Leia Se:** PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA - PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	95.170	137.170
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	97.170	127.170
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	79.170	117.170
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

,TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO, Passando a vigorar com a seguinte redação.

DECRETO N. 1.048, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

ANEXO ÚNICO

AGENTE ADMINISTRATIVO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	570	ALINE MURIEL DA SILVA SOARES	10.000	8.000	18.000	15.000	51.000	51.000
Aprovada	1112	RENATA TAVARES BARROS	8.000	8.000	9.000	18.000	43.000	43.000
Reprovado	1206	LEYLANE DA SILVA LIMA	16.000	4.000	15.000	18.000	53.000	53.000
Reprovado	991	VANIA MARIA DAMASCENO	10.000	8.000	21.000	12.000	51.000	51.000
Reprovado	698	WAGNER TORRES DA SILVA	10.000	10.000	15.000	9.000	44.000	44.000
Reprovado	737	GECILENE BEZERRA ALVES	12.000	4.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	852	CALITA FERNANDA DIAS DA SILVA	8.000	12.000	9.000	9.000	38.000	38.000
Reprovado	550	ARIELLY PEREIRA BARROS DA SILVA	6.000	4.000	9.000	18.000	37.000	37.000
Reprovado	1138	SOFIA LIMA PARENTE	6.000	10.000	9.000	12.000	37.000	37.000
Reprovado	624	NURIA ANGÉLICA NUNES DOS ANJOS	10.000	2.000	9.000	15.000	36.000	36.000
Reprovado	992	JUCERLEI BONATTO	4.000	6.000	9.000	15.000	34.000	34.000
Reprovado	645	SANDREANE LIMA ABREU	8.000	8.000	9.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1168	ADRIANA DA COSTA SILVA DE SOUZA	6.000	6.000	9.000	12.000	33.000	33.000
Reprovado	1049	TEREZINHA DIAS DOS SANTOS	8.000	4.000	3.000	18.000	33.000	33.000
Reprovado	524	ADRIA AGAPTO DOS SANTOS	6.000	4.000	12.000	9.000	31.000	31.000
Reprovado	1194	ALDECI BARBOSA ALLVES	8.000	6.000	6.000	9.000	29.000	29.000
Reprovado	1028	ANA TAYLA PEREIRA DA SILVA	8.000	6.000	3.000	12.000	29.000	29.000
Reprovado	1001	MARIA HELENA SILVA	8.000	6.000	3.000	12.000	29.000	29.000
Reprovado	641	JULIANA GONÇALVES RIBEIRO	8.000	4.000	6.000	9.000	27.000	27.000
Reprovado	1616	DIONYS PEREIRA DOS SANTOS	6.000	8.000	9.000	3.000	26.000	26.000
Reprovado	986	DALVA MARIA DA COSTA MOREIRA	4.000	6.000	9.000	6.000	25.000	25.000
Reprovado	1107	ERONILDE SOARES	4.000	6.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1203	TAMILLA PEREIRA DA SILVA	2.000	6.000	3.000	12.000	23.000	23.000
Reprovado	1146	TALIANE PEREIRA DA SILVA	2.000	4.000	3.000	12.000	21.000	21.000
Ausente	884	LUDMYLLA FERREIRA MARQUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	812	LAURIANE REIS BASTOS CHARUPA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	828	FERNANDA CABRAL RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1200	ROSLAINE DIAS RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

Ausente	858	CAROLINE BARBOSA LIMA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1237	EURIELLY ALVES DIAS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	525	SOLANGE SILVA MACIEL	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	822	KETULY RAFAELA COSTA DE MATES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	856	GABRIEL SERRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	816	ANA LIA SILVA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	609	BLENDA CAROLINA OLIVEIRA COSTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1240	NYLESSA TENÓRIO DE AMORIM	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1560	LUCAS RAFAEL PEREIRA	10.000	14.000	15.000	21.000	60.000	60.000
Classificada	1448	SAMUA TAUANE GONÇALVES	16.000	8.000	18.000	18.000	60.000	60.000
Classificado	1494	MATHEUS ALVES DE SOUZA	10.000	6.000	18.000	18.000	52.000	52.000
Classificada	1433	GLEICIA PERES DE ARAUJO MULLER	8.000	6.000	15.000	21.000	50.000	50.000
Classificada	915	ANA JÚLIA VIEIRA DE JESUS	14.000	8.000	9.000	18.000	49.000	49.000
Classificada	1258	ELZIANE MARIA DE OLIVEIRA	8.000	6.000	15.000	18.000	47.000	47.000
Reprovado	676	MAILINY ALVES DA CRUZ	8.000	8.000	18.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	968	LUCIENE MENDES DE SOUZA	12.000	10.000	12.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	993	GLEICY BRITO DOS SANTOS	12.000	6.000	6.000	12.000	36.000	36.000
Reprovado	505	PATRICIA FERREIRA DA SILVA GREGORIO	8.000	6.000	9.000	12.000	35.000	35.000
Reprovado	1114	ANNY KAROLLYNY BIRINO CESAR	8.000	6.000	6.000	15.000	35.000	35.000
Reprovado	1090	VALDIMIRIA PEDROSA MULLER	8.000	4.000	6.000	15.000	33.000	33.000
Reprovado	869	VEREDIANA SOUZA MOTA	2.000	12.000	6.000	12.000	32.000	32.000
Reprovado	1210	RENECILDA FARIAS CORREIA	4.000	10.000	6.000	12.000	32.000	32.000
Reprovado	1243	RERIKA POLIANA SOUZA MELO BARBOSA	6.000	10.000	9.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	646	EMERSON SILVA DE JESUS	2.000	6.000	6.000	15.000	29.000	29.000
Reprovado	1601	MAISA ARAUJO MULLER	2.000	6.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Ausente	825	ELSON MARQUÊS DE MORAES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	628	RUTH SOUZA DE CARVALHO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	819	GUTIERRE SANTOS BARRETO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	751	MARA KELVY FRANCO ANDRADE	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	823	JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS	12.000	14.000	36.000	62.000	83.000	145.000
Aprovado	523	JOSEI DOS SANTOS NASCIMENTO	14.000	14.000	39.000	67.000	75.000	142.000
Aprovado	526	JOSEILTON DOS SANTOS NASCIMENTO	6.000	12.000	30.000	48.000	90.000	138.000
Reprovado	1014	JEAN MACIEL DE FARIA	6.000	12.000	33.000	51.000	49.000	100.000
Reprovado	1122	SHAUL FELIPE SOARES DA CUNHA	10.000	14.000	27.000	51.000	0.000	51.000
Reprovado	731	MARCIO DE JESUS LIMA SANTOS	16.000	6.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	748	EDIMAR BARBOSA DE OLIVEIRA	8.000	12.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1397	MARIA APARECIDA DA SILVA	10.000	6.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	533	JUSTINO DUART CORDEIRO	4.000	8.000	24.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	865	ROMILDO ALVES DA SILVA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Ausente	508	GLEIZER DIVINO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1256	GEAZY ALVES LACERDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	531	WALISSON MARCELO DA SILVA FERNANDES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1124	PEDRO HENRIQUE ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

AGENTE DE TRANSPORTE DE SAUDE - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	709	DENISMAR GONÇALVES DINIZ	6.000	8.000	39.000	53.000	100.000	153.000
Reprovado	637	IVANOR DE ALMEIDA VIEIRA	6.000	14.000	15.000	35.000	0.000	35.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1422	WELDO PEREIRA LUZ	18.000	12.000	36.000	66.000	81.000	147.000
Reprovado	1430	ROSINEIDE RODRIGUES DOS SANTOS	8.000	6.000	27.000	41.000	0.000	41.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / NUTRIÇÃO ESCOLAR

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1588	ALINE MIRANDA DE SOUZA	14.000	10.000	9.000	18.000	51.000	51.000
Aprovada	1577	FERNANDA ALVES DE SOUSA	14.000	10.000	9.000	15.000	48.000	48.000

Reprovado	1457	PATRICIA DE SOUZA FERREIRA	12.000	10.000	12.000	12.000	46.000	46.000
Reprovado	1552	JANETE PEREIRA DA SILVA	8.000	10.000	6.000	15.000	39.000	39.000
Reprovado	1568	MIDIAM BATISTA DE JESUS	6.000	4.000	9.000	18.000	37.000	37.000
Reprovado	1449	MARIA MISLÂNEA ALMEIDA MALTA	8.000	8.000	9.000	12.000	37.000	37.000
Reprovado	1618	VERONICE FERREIRA DA SILVA	2.000	6.000	6.000	21.000	35.000	35.000
Reprovado	1556	KATILENY DA SILVA BARBOSA	6.000	8.000	9.000	12.000	35.000	35.000
Reprovado	1475	VANESSA DA SILVA GLÓRIA	6.000	10.000	9.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1282	MARILENE SILVA FALCAO	6.000	6.000	6.000	15.000	33.000	33.000
Reprovado	1287	MAURILENE CRISPIM DE OLIVEIRA	8.000	6.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1341	ADRIANA DE BRITO FERREIRA	2.000	4.000	9.000	12.000	27.000	27.000
Reprovado	1563	PATRICIA ALMEIDA BATISTA	4.000	6.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1571	RAIMUNDA VEIGA DE OLIVEIRA SILVA	2.000	2.000	18.000	0.000	22.000	22.000
Reprovado	1584	RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA	8.000	2.000	3.000	9.000	22.000	22.000
Reprovado	1356	CLEUSENI SOUZA DA SILVA	4.000	6.000	3.000	9.000	22.000	22.000
Reprovado	1278	CLEIDE APARECIDA SIQUEIRA DIAS	4.000	4.000	0.000	9.000	17.000	17.000
Ausente	1582	ILDA COELHO LIMA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1302	ANDREIA ALVES MALTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1277	ADRIANA ALVES NALTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / VIGILANTE - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1604	ROGÉRIO LUIZ DE SOUZA	10.000	6.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	1626	LIOMAR MORTEIRO DE OLIVEIRA	4.000	6.000	12.000	18.000	40.000	40.000
Reprovado	1408	WILLY DUART DE SOUSA	10.000	8.000	6.000	0.000	24.000	24.000
Reprovado	1379	PABIO GONCALVES DINIZ	2.000	4.000	6.000	9.000	21.000	21.000
Reprovado	1621	LUEBETY DE JESUS GLORIA OLIVEIRA	10.000	8.000	0.000	3.000	21.000	21.000
Ausente	1312	FRANCISCO LIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1389	LUCAS RAMOS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / VIGILANTE - Sede do Município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	1576	DYONES BARREIRA SANTOS	10.000	8.000	12.000	15.000	45.000	45.000
Aprovado	1573	ANTONIO JUNIO PERBUARES SILVEIRA	6.000	6.000	15.000	15.000	42.000	42.000
Reprovado	1518	ADÃO DA SILVA BARBOSA	10.000	12.000	15.000	9.000	46.000	46.000
Reprovado	1502	PATRÍCIA DA COSTA CARVALHO GOMES	2.000	10.000	21.000	12.000	45.000	45.000
Reprovado	1318	DAVID VIEIRA MIRANDA	6.000	8.000	6.000	18.000	38.000	38.000
Reprovado	1489	ELIZAMAR GONÇALVES DA SILVA	10.000	4.000	12.000	12.000	38.000	38.000
Reprovado	1297	RONILSON RODRIGUES VASCONCELOS	10.000	8.000	9.000	9.000	36.000	36.000
Reprovado	1464	JOSE APARECIDO FERNANDES LINHARES	8.000	8.000	6.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	1300	VITOR HUGO MONTEL BARRETO	10.000	4.000	12.000	6.000	32.000	32.000
Reprovado	1325	MARIA BERNADETE VIANA NUNES	6.000	6.000	9.000	9.000	30.000	30.000
Reprovado	926	JOHNY ALVES MENDES	8.000	4.000	9.000	9.000	30.000	30.000
Reprovado	1310	MAKSOM MIKAEL LEANDRO DE OLIVEIRA	6.000	6.000	3.000	12.000	27.000	27.000
Reprovado	1516	VALMIRENE FERREIRA DE ALMEIDA	8.000	6.000	3.000	9.000	26.000	26.000
Reprovado	1614	SIMONE PORTO AGUIAR	10.000	4.000	0.000	12.000	26.000	26.000
Ausente	1585	MIRIAM DAMIÃO TAVARES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1352	JUNIOR FERREIRA NOLETO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1527	MARIA REGINA DE AQUINO SILVA	4.000	6.000	18.000	18.000	46.000	46.000
Reprovado	653	VANIA VICENTE DE SOUSA	6.000	8.000	12.000	9.000	35.000	35.000
Reprovado	1291	LILIAM ALVES MENDES	6.000	4.000	6.000	6.000	22.000	22.000
Ausente	1550	ANGELICA GUIMARAES DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1429	PRISCILA DA SILVA MANZANO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1630	ANGELICA DE SOUSA PEDROSA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

APOIO DE SERVIÇOS DA SAÚDE LIMPEZA PREDIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovada	1533	CLEIANE DE SOUZA RODRIGUES ARAUJO	8.000	12.000	12.000	32.000	32.000
Aprovado	465	ZEZITO ALVES DA SILVA	8.000	10.000	8.000	26.000	26.000
Aprovada	1270	LUDIMILLA CORDEIRO RODRIGUES	6.000	6.000	10.000	22.000	22.000
Ausente	1569	PATRÍCIA CANTUÁRIO DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ASSISTENTE SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final

Aprovada	1196	CARLA REJANE DIAS NASCIMENTO	14.000	10.000	39.000	63.000	0.500	63.500
Classificada	626	MARIA TELIANE DE AMORIM COSTA	8.000	10.000	42.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	1020	JOSIANE PEREIRA DA SILVA	6.000	6.000	42.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	655	MARCELA PEREIRA ALVES	6.000	12.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	815	HYANNY TAVERNY CARVALHO	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	1067	LUSIRENE ANTONIO MESSIAS MIRANDA	6.000	10.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	682	GALDIA NUBIA RIBEIRO	4.000	12.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	760	ALINE SOARES DA SILVA	4.000	12.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	1065	BELICE AGUIAR DA SILVA	10.000	12.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	772	DEBORA REGINA DUARTE SANTOS	10.000	8.000	27.000	45.000	0.000	45.000
Reprovado	657	ALINY DE BRITRO FERREIRA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.000	43.000
Reprovado	718	VALNICE COSTA FIGUEIRA	6.000	8.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	831	CACILDA MEDEIROS DA SILVA	4.000	6.000	18.000	28.000	0.000	28.000
Ausente	871	REVELINO CARDOSO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	1072	LUCIENE COELHO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	583	SIMONE APARECIDA DE QUEIROZ	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	713	ANA PAULA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	647	ALYNE NAYARA ARAUJO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	538	ROSENIL DA CONCEIÇÃO SILVA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	582	JOANA DARK AGUIAR DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	685	ANDREIA ARRUDA AMERICO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1018	ROSILVA DE SOUZA BARBOSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1444	JOSIANE SOBRALINO TORRES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	497	ERICA RODRIGUES COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	607	ANALIA RAQUEL CALIXTO MOURA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	860	DEBORA REJANE NASCIEMNTO ADORNO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1311	FABÍOLA GONÇALVES LOIOLA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1372	MARIA EDUARDA LANGUIDEY PEREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1628	ELIDA LIMA DA SILVA	8.000	8.000	9.000	15.000	40.000	40.000
Reprovado	1498	LILIANE MARIA SANTOS DE SOUZA	6.000	10.000	9.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	1558	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	0.000	8.000	3.000	15.000	26.000	26.000
Ausente	1526	VIVIANNE TAVARES DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1335	RENATA ALVES DOS REIS	10.000	8.000	6.000	12.000	36.000	36.000
Ausente	1268	JOSE VALTINO SALDANHA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1401	KALITA RANDARA SOUZA NASCIMENTO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Reprovado	1508	SOLENY NASCIMENTO MIRANDA SILVA	8.000	6.000	4.000	18.000	18.000
Reprovado	1320	JOAO BATISTA COELHO ALVES	2.000	6.000	6.000	14.000	14.000
Reprovado	1534	ELIZEU FELIS DE LIMA	2.000	2.000	4.000	8.000	8.000
Ausente	1520	TATIANA VALERIA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1454	MAYRA DOS SANTOS GOMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

BIBLIOTECARIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1002	MARIA SOCORRO ABREU DE LIMA	10.000	6.000	30.000	46.000	0.000	46.000
Ausente	754	ANA LAURA MENDONÇA FONSECA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

COPEIRA/ FAXINEIRA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovada	1635	FRANCISCA GEOVANA LINS AGUIAR	10.000	14.000	8.000	32.000	32.000
Aprovada	1553	DAMIANA RIBEIRO DE SOUSA	8.000	10.000	12.000	30.000	30.000
Aprovada	1279	MARQUILENE DA SILVA SANTOS	8.000	6.000	12.000	26.000	26.000

Reprovado	1286	CINTIA DIAS DA SILVA	12.000	2.000	10.000	24.000	24.000
Reprovado	1627	MARCIA DE JESUS GLORIA OLIVEIRA	8.000	2.000	10.000	20.000	20.000
Reprovado	1570	LEULANDIA BRITO DOS SANTOS	8.000	2.000	8.000	18.000	18.000
Reprovado	1290	POLIANA FERREIRA DE SOUSA	6.000	6.000	2.000	14.000	14.000
Ausente	1427	CLADENICY FERREIRA DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

ELETRICISTA DE REDE ELÉTRICO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1564	GILCIMAR LIMA COIMBRA	6.000	10.000	16.000	32.000	86.500	118.500

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	584	CHRISTYANI GIACOMELLI DE ARAUJO	14.000	10.000	42.000	66.000	0.500	66.500
Aprovado	1473	NIEWTON MENDES DE SOUZA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Aprovado	527	MARLON SILVA DE SOUSA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	976	PATRYCIA ABADIA DA SILVA	16.000	8.000	39.000	63.000	0.000	63.000
Classificada	1157	LEILA CARVALHO TORRES	16.000	16.000	30.000	62.000	0.500	62.500
Classificada	961	POLINE DA SILVA OLIVEIRA	16.000	12.000	33.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	775	LUNA RIBEIRO SILVA AGUIAR	12.000	6.000	39.000	57.000	0.000	57.000
Classificada	521	PAULA NERYS DA LUZ	8.000	10.000	36.000	54.000	0.500	54.500
Classificada	1432	CLAUDIA APARECIDA GODOY ROCHA	12.000	12.000	30.000	54.000	0.500	54.500
Classificado	1187	DANILO MARTINS LIMA	12.000	12.000	30.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	649	GESSICA HELENA FERNANDES COSTA	6.000	8.000	39.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	830	MARILDA GOMES DO PRADO LOPES	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	798	MIRAILDES COSTA TAVARES	10.000	10.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificado	729	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	8.000	12.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	724	VIVIAN CRISTINA GRUBLER	6.000	12.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	693	RAQUEL RIBEIRO DE ARAUJO COSTA	12.000	14.000	27.000	53.000	0.000	53.000
Reprovado	853	RENATO MENDES FERNANDES	12.000	12.000	27.000	51.000	0.000	51.000
Reprovado	1387	KENYA BATISTA DINIZ	12.000	10.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	842	EMERSSON NUNES LIMA	12.000	12.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	1185	CASSIA LUZ MOURA	10.000	10.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	643	IZABELLA MENEZES DE ASSIS AZEVEDO PAMPLONA	8.000	12.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	826	MARIA APARECIDA DA SILVA GLIER	12.000	10.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	484	MARIANA ISABEL FEITOZA DE FRANÇA	12.000	10.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	475	LETICIA MOREIRA LEMES FERREIRA	10.000	12.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	750	MARCILENE CRISPIN DE OLIVEIRA SILVA	10.000	10.000	24.000	44.000	0.500	44.500
Reprovado	1075	ATELIANNE VERUSCA DIAS CAMPOS DA SILVA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.000	43.000
Reprovado	749	DARLA CARINE GRUBLER	4.000	8.000	30.000	42.000	0.500	42.500
Reprovado	1598	GEISA GONÇALVES DE OLIVEIRA	10.000	8.000	24.000	42.000	0.000	42.000
Reprovado	1331	MEIDER MANUEL LEISTER PEREIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1186	LORRANA DE SOUSA GAMA MELO	6.000	14.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	472	LARA TAVERNY BARBOSA	8.000	12.000	18.000	38.000	0.500	38.500
Reprovado	714	ADEILMA MILHOMEM PEREIRA MARINHO	10.000	10.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	557	WARLIS BRAGA MASCARENHAS	6.000	10.000	21.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	789	VERONICA DOS SANTOS SILVA FRANÇA	12.000	6.000	18.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	466	ROSILENE SILVA DOS SANTOS	8.000	10.000	18.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	1082	JOSIENE FERREIRA BEZERRA OLIVEIRA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Reprovado	882	LEIDIANE MORAIS FERREIRA	4.000	6.000	24.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	778	FABIULA FURQUIM WEIS	8.000	14.000	12.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	1127	DINAELZA RIBEIRO DA ROCHA	10.000	8.000	15.000	33.000	0.000	33.000
Reprovado	942	GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS	8.000	12.000	12.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	923	ABIAS DA CONCEIÇÃO BARBOSA BECKMAN	8.000	4.000	18.000	30.000	0.000	30.000
Reprovado	804	MARINA BORGES BARBOSA NETA	12.000	4.000	12.000	28.000	0.000	28.000
Reprovado	757	LUCIMAR BARROS LUZ	8.000	8.000	12.000	28.000	0.000	28.000
Ausente	623	SANDRA RODRIGUES DE MORAES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	573	FERNANDA DA COSTA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	615	ELANDIA CHAVES CAETANO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	933	JOSUE SABINO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1269	VANESSA BANASZEWSKI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1348	LAISE FARIAS MOTA AZEVEDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1539	POLIANA COSTA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1032	DANIELA SOUSA DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1381	HERMANO HENRIQUE LOPES SANTANA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	834	EDIÁLIDA MORAES ODA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1288	EDUARDO ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1344	KEILA ALMEIDA DA ROCHA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1345	JACONIAS FRANCISCO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

Ausente	476	MARIA SELMA ALMEIDA DO NASCIMENTO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	739	MARINALVA CAMPOS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	763	MARTA DOLORES TAVARES GRANDIZOLLI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1580	DIVINA ABADIA BATISTA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1248	MÁRCIA MARIA LOPES FELICIANO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1524	GISELE APARECIDA ANDRADE MOYA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	850	ANA CAROLINY PINHEIRO MONTELO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1128	VANESSA SOARES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1083	CLEIDE APARECIDA DOS SANTOS DORCA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1641	EDIVANY GOMES DE LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	846	RAQUEL MENDES LUZ E SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1605	ROMÁRIO PEREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	569	JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1566	CRISLAINE AGOSTINHO CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1640	GILMAR PEEIRA RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1205	ALINE BORGES DE ARAGÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	565	JESSIKA KEROLIN DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	597	QUESIA DE ALMEIDA SOL AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	556	JÉSSICA VAZ DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1132	TIAGO SILVA PERES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	629	JANAINA FRANCO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	627	ANA JULIA WEGNER FELIX	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1066	LEOCIR RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	562	KAROLAYNE PIRES DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1458	DEYZE PINHEIRO AMADOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	667	FABIO LOPES CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1313	MARCELE JERÔNIMO SANTANA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	498	FLAVIO CASTILHO BUSNELLO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	613	PRISCILA DIAS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	618	ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1323	NATASHA ASSUNÇÃO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1064	MILENA BRITO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	579	ANDRESSA APARECIDA PEREIRA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1587	JOSEFA SUENNYA DOS SANTOS GONCALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	519	LISANDRA SOUZA GOMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	558	TAINARA CLAUDIA GOLDBECK CAVALHEIRO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	537	EDIVANIA DE ALMEIDA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	780	LETÍCIA FERREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	971	EMANUEL PINTO GOES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ENFERMEIRO – PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Reprovada	943	EDIMARA DA SILVA NOVAIS	14.000	10.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Ausente	1145	JULIANE DA SILVA BORGES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ENGENHEIRO CIVIL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	1021	LUIZ PAULO MOURA COSTA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500
Classificada	930	GLAUCE DE CASTRO E SILVA COSTA	8.000	8.000	30.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	507	WYTLLER VIEIRA LIMA	14.000	8.000	15.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	784	ANDERSON DE OLIVEIRA TRINDADE	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	675	MAYARA PRISCILA ALVES MOREIRA	6.000	10.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	560	JOSEMI DE SOUZA RAMOS	6.000	6.000	12.000	24.000	0.000	24.000
Ausente	1530	FRANCISLEY FREITAS DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	855	ANTONIO BARBOSA DA CONCEIÇÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	577	IRINEU XAVIER DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	735	FERNANDO ALENCAR LARIOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	622	LUAN MARCOLINO DA SILVA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1366	DAVI CARDOSO DE ANDRADE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	970	GABRIEL TIZO FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

FARMACEUTICO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	810	ANA PAULA WILHELMS NAUMANN VASCONCELLOS	10.000	10.000	36.000	56.000	0.500	56.500
Ausente	639	BRUNO TIAGO PESSOA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1197	JOEDILSON DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	704	DÉBORAJH PAULINO CARLOS DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1110	SANDY OLIVEIRA ARAGAO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

FISCAL AMBIENTAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	Média final
Aprovado	1391	DANIEL DIVINO LOZEIRO PEREIRA SILVA	10.000	8.000	10.000	28.000	28.000
Reprovado	1439	DARLENE PEREIRA RODRIGUES	2.000	4.000	10.000	16.000	16.000
Ausente	1642	VENCERLINA NOGUEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1417	KAIQUE TAVARES DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1111	JOCELENE APARECIDA TAVARES DIAS	8.000	2.000	9.000	9.000	28.000	28.000

FISCAL DE TRIBUTOS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1153	JOSIDELMA DE SOUZA RAMOS QUEIROZ	10.000	8.000	27.000	21.000	66.000	66.000
Classificado	663	JOAO VICTOR MARIANO MEDEIROS	14.000	12.000	15.000	18.000	59.000	59.000
Classificado	674	GILMAR NOLETO SOARES	12.000	6.000	15.000	24.000	57.000	57.000
Ausente	726	JOSE CARLOS DE HOLANDA MAGALHAES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	563	ALINE DE CAMARGO OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	844	JOHN WILLAMYS DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1171	HUMBERTO PEREIRA SALES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	717	WANESSA PEREIRA ARAUJO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	695	DHYORDAN OLEGARIO ALMEIDA MARTINS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

LEITURISTA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1105	TEREZINHA SOARES MARIANO	6.000	6.000	9.000	12.000	33.000	33.000

MÉDICO VETERINÁRIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	696	NEILANE DENISE DIAS TESTONI	16.000	12.000	51.000	79.000	0.000	79.000
Classificada	1369	LORENA ROSA DE JESUS	14.000	12.000	48.000	74.000	0.000	74.000
Classificada	1259	HIRES PEREIRA DOURADO	10.000	12.000	48.000	70.000	0.000	70.000
Classificada	1307	ELLEN KELLY PINHEIRO DOS SANTOS	14.000	8.000	45.000	67.000	0.000	67.000
Classificada	552	AMANDA CRISTINA MARINHO CORREA BENTO	10.000	10.000	36.000	56.000	0.500	56.500
Reprovado	662	RONALLDY RAMOS RESENDE	4.000	12.000	39.000	55.000	0.000	55.000
Ausente	836	ROGÉRIO ANTONIO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	680	JONATHAS DOS SANTOS ARRUDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	877	JOÃO PAULO MENDES FERREIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1150	DÉBORA CRISTINA DE SOUZA PINTO SARAIVA TAQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	594	LARISSA OLIVEIRA GAWENDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	650	JOÃO NÉLSON DOS SANTOS MORAIS NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1347	MATHEUS GABRIEL ALVES CARDOSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1343	LEANDRO VIEIRA BATISTA	6.000	14.000	30.000	50.000	78.000	128.000

MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	PROVA PRÁTICA	Média final
Aprovado	1606	GERCI BORGES NETO	8.000	6.000	30.000	44.000	78.000	122.000
Reprovado	1567	VALDEISO DIAS DA SILVA	6.000	6.000	27.000	39.000	0.000	39.000

Reprovado	761	NILVALDO SOARES DA SILVA	8.000	12.000	15.000	35.000	0.000	35.000

NUTRICIONISTA - EDUCACAO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	987	NATALIA MOLINA SCHNEIDER	10.000	12.000	51.000	73.000	0.500	73.500
Classificada	658	NATALIA RIBEIRO DE CARVALHO	10.000	14.000	48.000	72.000	0.500	72.500
Classificada	795	VERONICA MARCIA ALVES DE OLIVEIRA	12.000	6.000	48.000	66.000	0.000	66.000
Classificada	1123	DEMILDA FERREIRA BEZERRA	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	700	MARISY FEITOZA LUZ	4.000	6.000	39.000	49.000	0.500	49.500

NUTRICIONISTA - SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	544	LUCAS HENRIQUE COSTA VIANA	14.000	10.000	45.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	988	LETICIA SANTOS LIMA	6.000	14.000	36.000	56.000	0.000	56.000
Ausente	892	ELIETY SALES LEMES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1190	SUZANE VITORIA FREITAS MORAIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	606	SEBASTIÃO FERREIRA DE SENA NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	776	EMILLY MARIA BORGES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1451	FERNANDA EDUARDA DIAS OSTERMANN	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

ODONTOLOGO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1562	ALEXIA LAUANY OLIVEIRA FONTES	14.000	8.000	42.000	64.000	0.000	64.000
Classificada	470	SCHELDA ROCHA ARAUJO	12.000	12.000	36.000	60.000	0.000	60.000
Classificada	744	ANGELA MARIA SILVA BORGES	10.000	12.000	36.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1088	ADRYELLE KAROLINE DE SOUZA SILVA	6.000	6.000	39.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1199	LEIA RIBEIRO ANDRADE	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	797	KAROLINE CARVALHO SPANHOLI	8.000	12.000	27.000	47.000	0.000	47.000
Reprovado	1179	JHESSICA PEREIRA DE SOUZA	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	1120	ANDREIA FERREIRA LUZ	8.000	4.000	33.000	45.000	0.000	45.000
Reprovado	520	ROSANGELA SOUZA DA SILVA	12.000	8.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	1164	MARDEN TRINDADE SILVA	6.000	6.000	15.000	27.000	0.000	27.000
Ausente	1403	WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1013	LUCIANO GALDINO MENDES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1192	KLEBER SILVA DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1076	ALINE QUESIA LINHARES DE FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1151	THAINARA SILVEIRA DE FRANÇA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1363	GABRIELLI PEREIRA WAGNER	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	962	ANDRIELY MIRANDA DE MORAIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	839	PATRÍCIA FERNANDES DE ARAÚJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

OPERADOR DE ETA (ESTAÇÃO DE TRAMENTO DE ÁGUA)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	755	ESLAINE DIAS FRANCO	6.000	8.000	12.000	15.000	41.000	41.000
Reprovado	840	PAMELLA CESAR RODRIGUES	12.000	8.000	21.000	12.000	53.000	53.000
Reprovado	1231	MATHEUS MICAEL ARANTES PEREIRA	8.000	10.000	18.000	9.000	45.000	45.000
Reprovado	1589	ISAQUE SILVA TRINDADE	8.000	10.000	12.000	12.000	42.000	42.000
Reprovado	1115	JOSÉ FRANCINALDO DOS SANTOS	12.000	6.000	18.000	6.000	42.000	42.000
Reprovado	1044	RAEL COELHO GOMES	4.000	4.000	15.000	15.000	38.000	38.000
Reprovado	1100	GIOVANA TELES GOULART	10.000	4.000	15.000	9.000	38.000	38.000
Reprovado	1441	ELAINE AGUIAR PASSOS	8.000	2.000	18.000	9.000	37.000	37.000
Reprovado	1005	EVANDERSON THALES RODRIGUES GONCALVES	6.000	10.000	12.000	9.000	37.000	37.000
Reprovado	974	GINOELCIO ALVES REGE	4.000	8.000	15.000	9.000	36.000	36.000
Reprovado	694	ROOSMABELY C DE ARAÚJO MOREIRA	8.000	8.000	12.000	6.000	34.000	34.000
Reprovado	679	WANDERSON MARTINS DOS SANTOS	8.000	8.000	6.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	543	RODRIGO MENDES FE	2.000	8.000	15.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1159	LUCAS RAFAEL CAUS GREGOSKI	8.000	2.000	12.000	12.000	34.000	34.000
Reprovado	947	DANIEL DIAS DOS REIS	4.000	8.000	12.000	9.000	33.000	33.000

Reprovado	1133	MARCOS ALECRIM DE JESUS	6.000	6.000	15.000	6.000	33.000	33.000
Reprovado	1639	SEBASTIAO SIQUEIRA DA CRUZ	6.000	4.000	15.000	6.000	31.000	31.000
Reprovado	1646	CHARLES FREITAS GUIMARÃES	4.000	6.000	12.000	9.000	31.000	31.000
Reprovado	868	EMANUEL GONÇALVES DE MACEDO	10.000	4.000	6.000	9.000	29.000	29.000
Reprovado	824	FERNANDA MARTINS SOUSA	12.000	4.000	6.000	6.000	28.000	28.000
Reprovado	630	VILSON WEVERTON DIAS TESTONI	6.000	6.000	9.000	3.000	24.000	24.000
Reprovado	863	GISELLE LUZ BRITO	8.000	2.000	12.000	0.000	22.000	22.000
Ausente	548	ELIANE MARIA SILVA OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1632	JAIRO PRIMO DE RESENDE	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	916	RAIMUNDA VIANA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1011	ELISIANE CARINA DA VEIGA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1139	PABLIO RIBEIRO DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	600	GLASIANE SILVA RIBEIRO	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	901	LUCIANO ALVES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

OPERADOR DE ETA (ESTAÇÃO DE TRAMENTO DE ÁGUA) – PESSOAS COM DEFICIENCIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1091	SARA VIEIRA DE SOUSA	8.000	14.000	12.000	9.000	43.000	43.000

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	Prova teórica	Média final
Reprovado	1414	JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	12.000	8.000	27.000	47.000	47.000
Reprovado	1070	ELÇO JOSE SIQUEIRA DIAS	8.000	10.000	24.000	42.000	42.000
Reprovado	1113	HIGOR FERREIRA LIMA	2.000	10.000	27.000	39.000	39.000

ORIENTADOR SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1594	EVA SANDRA LIMA SANTOS	12.000	6.000	18.000	27.000	63.000	63.000
Ausente	1648	SILMA GOMES DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

PEDREIRO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Língua Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Prova teórica	PROVA PRATICA	Média final
Aprovado	1409	EDVALDO ALVES DOS SANTOS	12.000	16.000	14.000	42.000	95.170	137.170
Classificado	885	CELSON SOUSA DA SILVA	6.000	10.000	14.000	30.000	97.170	127.170
Classificado	684	GEYMISON LACERDA SILVA DIAS	12.000	16.000	10.000	38.000	79.170	117.170
Reprovado	870	BRUNO PAULINO ANDRADE	6.000	14.000	16.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	783	ELIAS BARBOSA DOS SANTOS	6.000	10.000	16.000	32.000	0.000	32.000
Reprovado	1610	VALDEIR SOARES DOS SANTOS	2.000	8.000	6.000	16.000	0.000	16.000
Reprovado	661	DEURIVAN PEREIRA MORAES	4.000	2.000	6.000	12.000	0.000	12.000
Ausente	1161	JUNIOR ANTÔNIO CRUZ DE BRITO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	681	GILVANDE ALVES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	665	JERVESON VIEIRA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM CIENCIAS DA NATUREZA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1198	TAYNA FERNANDES NUNES	12.000	12.000	39.000	63.000	0.000	63.000
Classificado	1156	MARCELINO BENVINDO DE SOUZA	8.000	10.000	42.000	60.000	1.000	61.000
Classificada	1117	VANESSA ALVES MARTINS	6.000	12.000	42.000	60.000	0.000	60.000
Classificado	1497	MARCUS ALEKSÂNDER SOARES BONFIM	10.000	8.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1050	GRACIELE ALVES DE OLIVEIRA	6.000	8.000	36.000	50.000	0.000	50.000
Reprovado	769	TELMA DOS SANTOS TENÓRIO DE AMORIM	10.000	12.000	24.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	1501	DÁLIA CARVALHO DE OLIVEIRA BUENO	10.000	4.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	768	ANA LÚCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	12.000	10.000	21.000	43.000	0.000	43.000
Ausente	701	JANAINA DA SILVA FORTIRER	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	1207	WALLACE ALVES BARROSO	0.000	0.000	0.000	Ausente	1.000	1.000
Ausente	677	EDINALDO TRINDADE GONÇALVES DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	897	JOSÉ NILTON DE ARAÚJO GONÇALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1234	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1411	JOANICE COSTA AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	596	CÉLIA DA SILVA LEÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	998	JOÃO CARDOSO NETO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	814	WANDERSON LOPES DOS SANTOS FREITAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM CIENCIAS HUMANAS

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	514	ELIETE MACHADO DA SILVA	14.000	8.000	48.000	70.000	0.000	70.000
Classificado	1052	VILSON RIBEIRO MAGALHÃES	14.000	12.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	1092	PATIELE VIEIRA ROCHA	12.000	10.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificado	1361	RAFAEL GOMES AMORIM	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Classificada	965	ANABIA ARANTES FERREIRA	8.000	6.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1108	JHONY NEVES DE SOUZA	14.000	10.000	21.000	45.000	0.500	45.500
Reprovado	1238	JOSÉ MARQUES VIEIRA DA HORA	2.000	8.000	24.000	34.000	0.500	34.500
Reprovado	1094	ELBA CASSIA DO NASCIMENTO SILVA	8.000	8.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Ausente	721	JEFERSON MACHADO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1257	ARIELLA FERREIRA RODRIGUES ROCHA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	719	ELIAS MARCOS DONADIA JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM LINGUAGEM

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	773	FABIO MAIA DE SOUZA	16.000	10.000	60.000	86.000	0.500	86.500
Classificada	827	CIPRIANA PEREIRA DOURADO LIMA	16.000	12.000	51.000	79.000	0.000	79.000
Classificada	482	EMANOELLA DOS SANTOS COSTA	14.000	12.000	39.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	1079	VANESSA DIAS DE MELO	12.000	10.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	578	EUNICE DOS SANTOS SOUSA	14.000	10.000	36.000	60.000	1.000	61.000
Classificada	1148	VANDA JOAQUIM RODRIGUES	6.000	10.000	33.000	49.000	0.500	49.500
Reprovado	857	ELIENE PARENTE DE SOUZA CARDOSO	16.000	12.000	27.000	55.000	0.500	55.500
Reprovado	1253	GISELE NAIARA DE OLIVEIRA SILVA	6.000	10.000	27.000	43.000	0.500	43.500
Reprovado	1045	JERONIMO DE FARIA TELES VARGAS	8.000	10.000	24.000	42.000	0.000	42.000
Ausente	1143	MARCOS TEODORO DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	633	IZALIA MORAIS DE AGUIRRE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	619	CHARLES SOUSA SOBRINHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM MATEMATICA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	654	DÁRIO RABÊLO	16.000	16.000	33.000	65.000	0.000	65.000
Classificado	1040	HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA NETO	10.000	12.000	33.000	55.000	0.500	55.500
Classificado	559	GERALDO RIBEIRO DOS REIS	6.000	10.000	30.000	46.000	0.500	46.500
Reprovado	1531	MARIA JOANA ALVES PEREIRA	8.000	8.000	27.000	43.000	0.500	43.500
Reprovado	1617	JOSÉ MILTON CASTRO NEVES	2.000	8.000	27.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	1055	GEFER SANDRO FERREIRA DE BRITO	8.000	10.000	18.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	664	ERIENE LOPES BREDIZA MARQUES	6.000	10.000	9.000	25.000	0.500	25.500
Ausente	1392	EVÂNIA GARCIA DE OLIVEIRA ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1007	RAQUEL BRAGA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	736	DANIEL FERREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	980	ANDRIA GUIMARÃES DA SILVA	14.000	12.000	48.000	74.000	0.500	74.500
Aprovada	1047	JESUSLEIA DE SOUZA NASCIMENTO	12.000	8.000	54.000	74.000	0.000	74.000
Aprovada	1095	LUCIA MARIA PEREIRA RÊGO	14.000	14.000	42.000	70.000	0.500	70.500
Aprovada	1189	LUCIANA ALVES DE FREITAS	12.000	12.000	45.000	69.000	0.500	69.500
Aprovada	944	CECÍLIA SOUZA DA SILVA LIMA	8.000	10.000	51.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	1637	GEILZA TRINDADE VALVERDE	14.000	10.000	45.000	69.000	0.000	69.000
Classificada	925	SAMILLA RIBEIRO DE SOUSA	10.000	10.000	48.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	985	REGINALVA RIBEIRO DE SOUSA ROCHA	14.000	12.000	42.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	796	MARIA EUSELIA VIEIRA DA SILVA	12.000	14.000	42.000	68.000	0.500	68.500
Classificada	895	DALVA GOMES DA LUZ	12.000	10.000	45.000	67.000	0.500	67.500
Classificada	964	ELIZANE DIAS ARÚJO BARROS	10.000	14.000	42.000	66.000	0.000	66.000
Classificada	1012	ALESSANDRA ALVES DA ROCHA	10.000	10.000	45.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	612	ALINE PRIAMO MACHADO	8.000	12.000	45.000	65.000	0.500	65.500
Classificada	500	GISLAINE SOUZA DA CRUZ DE CARVALHO	16.000	10.000	39.000	65.000	0.000	65.000
Classificada	625	IOLANDA ALVES DE ALMEIDA COUTINHO SILVA	12.000	10.000	42.000	64.000	0.500	64.500
Classificada	950	ALICE ALVES LIMA SANTOS	12.000	10.000	42.000	64.000	0.000	64.000

Classificada	1195	SUNAMARA SOUSA FEITOSA DE MORAES	10.000	10.000	42.000	62.000	0.500	62.500
Classificada	464	GISLAINE TRINDADE VALVERDE METKE	6.000	8.000	48.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	1041	APARECIDA COSTA DE JESUS	10.000	10.000	42.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	1170	DIANARY SOUSA FRANÇA	12.000	14.000	36.000	62.000	0.000	62.000
Classificada	912	ROSALINA ALVES BARRETO	12.000	10.000	39.000	61.000	0.500	61.500
Classificada	1024	MARIA DE JESUS SANTOS NASCIMENTO	10.000	12.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	549	RIZIA ROSA SILVA	10.000	12.000	39.000	61.000	0.000	61.000
Classificada	1493	CARME LUCIA BUENO DE SOUZA	10.000	8.000	42.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	821	MARIA DO SANTO HONORATO CAMPOS MOREIRA	12.000	12.000	36.000	60.000	0.500	60.500
Classificada	1033	OSETHE BARBOSA SANTOS BARROS	10.000	10.000	39.000	59.000	0.000	59.000
Classificada	1037	ZELIA CRISTINA ADORNO DE SOUSA	8.000	12.000	39.000	59.000	0.000	59.000
Classificada	1063	ELZY EVANGELINA DE CARVALHO SANTOS	10.000	6.000	42.000	58.000	0.500	58.500
Classificada	733	CRISTIANA SOUSA DE JESUS RIBEIRO	6.000	10.000	42.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1647	DEIZINERE DA VEIGA FERREIRA	12.000	10.000	36.000	58.000	0.000	58.000
Classificada	1152	SORAIA FREITAS LUZ	10.000	8.000	39.000	57.000	0.500	57.500
Classificada	953	VERONICA SALUSTIANA BEZERRA	8.000	10.000	39.000	57.000	0.000	57.000
Classificada	589	IVA ADORNO MASCARENHAS DE OLIVEIRA	14.000	8.000	33.000	55.000	0.000	55.000
Classificada	576	GABRIELA SILVA SANTOS	12.000	10.000	33.000	55.000	0.000	55.000
Classificada	580	PRISCILA FERNADA RAMOS DUTRA	8.000	10.000	36.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	958	JAQUELINE GUERRA REGES	8.000	10.000	36.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	1165	STEPHANNY RITA ALVES DE MELO RODRIGUES	10.000	14.000	30.000	54.000	0.000	54.000
Classificada	1009	DANYELA MARTINS TRINDADE	10.000	10.000	33.000	53.000	0.500	53.500
Classificado	1512	SAMUEL PEREIRA DA SILVA	6.000	8.000	39.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	899	CARLA FARIAS AGUIAR	10.000	10.000	33.000	53.000	0.000	53.000
Classificada	1048	VALDIRENE SOUZA SILVA	8.000	8.000	36.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	546	MÔNICA URCINO AQUINO DE LAVOR	8.000	8.000	36.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	631	POLIANNY LIBERAL DA COSTA	12.000	10.000	30.000	52.000	0.500	52.500
Classificada	610	KELMA DE SOUZA MACIEL	10.000	12.000	30.000	52.000	0.000	52.000
Classificada	545	MARIA IVETE LOPES DOS SANTOS	6.000	6.000	39.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	790	JACIRLENE PEREIRA SANTOS NASCIMENTO	8.000	10.000	33.000	51.000	0.000	51.000
Classificada	1586	SELMA MARTINS PEREIRA MASCHIO	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	616	KARIELI LEITE DA CRUZ	10.000	10.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	766	LINDINALVA ABREU SANTOS	8.000	12.000	30.000	50.000	0.000	50.000
Classificada	879	JOSELITA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	8.000	8.000	33.000	49.000	0.500	49.500
Classificada	886	LUCIANA ALVES GONÇALVES SOUSA	8.000	8.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Classificada	595	KEILA LUIZA DOS SANTOS RIBEIRO	6.000	10.000	33.000	49.000	0.000	49.000
Classificada	1142	AMANDA KAROLINE CARVALHO SANTOS	10.000	8.000	30.000	48.000	0.500	48.500
Classificada	1096	FABIANA DOS SANTOS PEREIRA	8.000	6.000	33.000	47.000	0.000	47.000
Classificado	1042	CHERGLEN JOSEFA DOS SANTOS FREITAS	6.000	10.000	30.000	46.000	0.500	46.500
Classificada	1053	LILIANE SILVA SOUZA LOZEIRO	6.000	8.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1525	LUCINHA LINS LUCENA DA SILVA	10.000	4.000	42.000	56.000	0.000	56.000
Reprovado	859	SOLANGE FERREIRA DA SILVA	8.000	14.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	540	AQUECIA LIMA DA SILVA	8.000	4.000	36.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	1084	MARIA E. R. MALTA	14.000	10.000	24.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	918	SAMARA RODRIGUES FERNANDES	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	945	SELMA RAMOS E SOUSA TAVARES	10.000	4.000	27.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1062	LUCIANA SILVA DE SOUZA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	1167	REJANIA APARECIDA CAMARGO PEREIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	891	NILCELYRUFINO DA SILVA OLIVEIRA	10.000	10.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	690	ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA COSTA	8.000	8.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	1575	SILVANIA COSTA PORTO	6.000	10.000	24.000	40.000	0.000	40.000
Reprovado	1056	ERMENICE SOUZA DA SILVA	10.000	8.000	21.000	39.000	0.500	39.500
Reprovado	847	MISLAINE FERREIRA DA SILVA	8.000	10.000	21.000	39.000	0.000	39.000
Reprovado	1130	MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA	8.000	6.000	24.000	38.000	0.500	38.500
Reprovado	1593	LUCIANE CHAGAS ALVES	8.000	6.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	782	ROSILVAN NOLETO MORAES	10.000	10.000	18.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	983	EVANILDES MENDES GONÇALVES	4.000	12.000	21.000	37.000	0.000	37.000
Reprovado	936	MARIA GENY RODRIGUES BRITO	2.000	10.000	24.000	36.000	0.500	36.500
Reprovado	881	IVA URCINO DE LAVOR	10.000	14.000	12.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	777	CARLOS FERREIRA MARINHO	10.000	4.000	21.000	35.000	0.500	35.500
Reprovado	805	ROSIMERI APARECIDA DE OLIVEIRA	10.000	10.000	15.000	35.000	0.500	35.500
Reprovado	890	GESILENE TATTIANE SOUZA DA CRUZ	8.000	8.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Reprovado	959	ROSEMAR ALVES CORREIA	6.000	6.000	21.000	33.000	0.000	33.000
Reprovado	793	AMANDA RAIELY SANTOS DE ABREU	6.000	6.000	18.000	30.000	0.500	30.500
Reprovado	1208	MARIA JOAQUINA COELHO DOS SANTOS	4.000	8.000	18.000	30.000	0.000	30.000
Reprovado	770	CLEIMOM FERREIRA DE SOUZA	6.000	8.000	15.000	29.000	0.500	29.500

Ausente	697	MARIÂNTONI CARVALHO DE ALMEIDA MARTINS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1599	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	512	CLEIA FELISMINA DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1073	REJANE ALVES ARAÚJO ESPANHOL.	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	946	JOAO PAULO COELHO DE MATOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	955	ODILENE HONORATO CAMPOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	875	HELTON NEY DA CRUZ DIAS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1426	MARIA DOMINGAS DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	532	SUELLEN APARECIDA VIANA RIBEIRO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	587	PATRICIA PÁBULA COELHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	843	NATHANIA OLIVEIRA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1384	EDNA OLIVEIRA DE SIQUEIRA KLIPEL	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1260	GRACIELY VIEIRA DILLEMBURG	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1365	JUNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	604	JAQUELINE CRISTINA DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	672	FABÍOLA DA SILVA AGUIAR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	1591	NEURIMAR DA SILVA MEDEIROS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1162	WILTON SANTOS DE SOUSA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	671	MARIA APARECIDA EDUARDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	948	LIVIA MARIA SANTOS PRIMO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1136	MARIA SANTANA LIMA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	811	EDINEIA ESTELITA RIBEIRO NEVES CAVALCANTE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1043	VALDINETE GONÇALVES DOS SANTOS MARQUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1177	ALINE APARECIDA LACERDA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	743	FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1590	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1101	GLEICE KELLY SOUSA DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1299	JOCILEIA QUADROS MORONI	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	756	ALYNE MITIE SASAZIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	896	JOELMA DA SILVA MOTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	720	CLAUDINEI DA SILVA LARA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	522	DAIANE LETICIA DA SILVA ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	758	PRISCILLA CRISTINA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1523	JACIMEIRE GUIMARÃES SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	689	WESLEY ANDERSON RIBEIRO OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	728	EZEQUIAS DA SILVA JORGE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	602	CRISTIELLI JORGE LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	902	LAILA RAISSA PEREIRA MORAIS DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	792	CRISTINA CORREIA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1140	TÂNIA LOPES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	781	DÉBORA DE SOUSA RODRIGUES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1180	HORTÊNCIA BARBOSA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	656	ROSELE DOS SANTOS ALVES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1176	EDUARDA AGUIAR DE OLIVEIRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	747	TALLYNE EDUARDA DE SOUZA FIGUEREDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PROFESSOR LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA –PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Posição	N° INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovado	515	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.000	16.000	33.000	59.000	0.500	59.500

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Posição	N° INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	1428	PATRÍCIA DA SILVA MANZANO	16.000	6.000	48.000	70.000	0.500	70.500
Classificado	1281	SANDI EVANGELISTA CORREA	8.000	10.000	39.000	57.000	0.500	57.500
Classificada	1537	JESSIKA FERREIRA DA SILVA	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Classificada	1301	HAYLA LUDMILA BONATTO RAMOS	6.000	8.000	30.000	44.000	0.000	44.000
Reprovado	1597	SERGIA DE MELO ROCHA	8.000	6.000	27.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1280	JANEIDE ALVES TENORIO	6.000	14.000	21.000	41.000	0.000	41.000
Reprovado	1380	BEATRIZ LIMA NASCIMENTO	8.000	10.000	18.000	36.000	0.000	36.000
Reprovado	1607	ANTÔNIA PEREIRA VIRGOLINO	6.000	6.000	15.000	27.000	0.000	27.000
Ausente	1503	VALDRIANA SOUZA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1370	MAYARA SENA MATOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1400	EDUARDO DA SILVA GOMES MIRANDA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - ASSISTENCIA SOCIAL

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Reprovado	614	PAMELLA VALESKA RODRIGUES DIAS	12.000	10.000	24.000	46.000	0.000	46.000
Reprovado	599	CLAUDIA LORRANE BARCELOS DA SILVA	16.000	10.000	15.000	41.000	0.500	41.500
Reprovado	862	EDNANDA LIMA ABREU	8.000	6.000	24.000	38.000	0.000	38.000
Reprovado	1416	PATRICIA DE SOUSA WANDERLEY	6.000	10.000	18.000	34.000	0.000	34.000
Ausente	753	JUSCIMARA ALVES DE CARVALHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	554	FABRICIO ANTONIO DUARTE FIGUEIREDO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - EDUCAÇÃO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	703	MARIA APARECIDA DOS PRAZERES BISPO	8.000	10.000	30.000	48.000	0.000	48.000
Reprovado	741	EVANG JAFLETY RIOS ROSA	10.000	12.000	27.000	49.000	0.000	49.000
Reprovado	1085	DAMIANA PEREIRA DE LIMA CONSTANTINO	10.000	6.000	18.000	34.000	0.500	34.500
Ausente	1246	OLACIR BRITO DE AMORIM	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	462	CAMILA GOMES COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	957	ADRIANA NEIVA DE REZENDE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1252	LILIAN MACHADO SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1424	WILDSON CARDOSO ASSUNÇÃO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1360	VANESSA OLIVEIRA DOS REIS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

PSICOLOGO - SAUDE

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TÍTULOS E CERTIFICADOS	Média final
Aprovada	518	NIUARA MARQUES DOMINGOS	10.000	10.000	30.000	50.000	0.500	50.500
Reprovado	990	CATIANE MARTINOTTO COSTA	8.000	6.000	21.000	35.000	0.000	35.000
Ausente	678	CLEBERSON FRANZIN DE SOUZA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.500	0.500
Ausente	539	VIVIANE DE SOUZA MORAES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	706	BRENO FERREIRA SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000
Ausente	1265	MAYURI FERREIRA LIMA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000	0.000

RECEPCIONISTA - Distrito de Primavera

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1275	RACKELL FERREIRA DE OLIVEIRA	14.000	4.000	9.000	18.000	45.000	45.000
Reprovado	1388	MARIA LÚCIA PEREIRA DA MOTA	8.000	8.000	3.000	3.000	22.000	22.000
Ausente	634	GRACILENE SILVA ALVES	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

RECEPCIONISTA - Sede do município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1334	MARIA SOCORRO MOREIRA DA SILVA	6.000	6.000	12.000	15.000	39.000	39.000
Reprovado	1528	PAULINA NERES DE SOUZA	8.000	6.000	18.000	12.000	44.000	44.000
Reprovado	1460	JEANDRA VIEIRA DA SILVA	6.000	8.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1336	EILANE GAMA MONTEL	8.000	4.000	6.000	9.000	27.000	27.000
Reprovado	1611	NAYARA ALVES REGIS	6.000	4.000	6.000	9.000	25.000	25.000
Reprovado	1572	RAIANE ALVES REGIS	2.000	8.000	6.000	6.000	22.000	22.000

TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - Distrito de Primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1463	RAYANE PEREIRA DUARTE	10.000	8.000	12.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1399	ANGÉLICA CARDOSO DA SILVA	8.000	4.000	18.000	12.000	42.000	42.000
Reprovado	1476	MARCIA OLIVEIRA DA SILVA	8.000	4.000	9.000	15.000	36.000	36.000
Reprovado	1367	SILVANA MARIA FRANCISCA DE ARRUDA	8.000	2.000	15.000	9.000	34.000	34.000
Reprovado	1272	THAYNARA TELES FERREIRA	4.000	2.000	15.000	12.000	33.000	33.000

TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL - Sede do Município

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Matemática	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovada	1514	ANDRESSA LAIS RODRIGUES GONCALVES	10.000	8.000	12.000	18.000	48.000	48.000
Classificada	1496	ALESSANDRA MATIAS DA SILVA MACHADO	8.000	8.000	12.000	18.000	46.000	46.000

Classificado	1633	LEONARDO TEOFILO NASCIMENTO	10.000	6.000	9.000	21.000	46.000	46.000
Classificada	1574	RENATA DIAS DOS SANTOS	6.000	6.000	18.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1634	LILIAN DIAS DA SILVA	10.000	6.000	21.000	9.000	46.000	46.000
Reprovado	652	ANDREIA MARIOT	8.000	4.000	18.000	15.000	45.000	45.000
Reprovado	1333	KARINE MARQUES MENDES	10.000	8.000	3.000	12.000	33.000	33.000
Reprovado	1419	NATALINA CARDOSO DA SILVA	6.000	8.000	9.000	9.000	32.000	32.000
Reprovado	1609	IRANILDES FERREIRA DE SOUSA	6.000	2.000	6.000	12.000	26.000	26.000
Reprovado	1608	ROSILAINE SOUZA PESSOA	4.000	4.000	12.000	3.000	23.000	23.000
Ausente	1340	AGNALDO RODRIGUES DA SILVA	0.000	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

TECNICO EM ENFERMAGEM - Distrito de primavera do Fontoura

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Reprovado	1350	GRACIELI STEIGER	8.000	4.000	33.000	45.000	45.000
Reprovado	566	TATIANA LUCAS DE ALMEIDA OLIVEIRA	6.000	4.000	27.000	37.000	37.000

TECNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNCIPIO

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
Aprovado	669	ROGÉRIO MIRANDA ALVES JUNIOR	12.000	8.000	39.000	59.000	59.000
Aprovado	1129	ESTEFHANY GUEDES LIMA	8.000	6.000	42.000	56.000	56.000
Aprovado	900	CRISTIANE DE SOUZA SILVA	8.000	6.000	39.000	53.000	53.000
Aprovado	1483	ANDRESSA RODRIGUES CASTRO FERREIRA	8.000	8.000	36.000	52.000	52.000
Classificada	617	HENISLENE PEREIRA BARROS PANTALEAO	8.000	6.000	33.000	47.000	47.000
Classificada	893	RENATA TEIXEIRA DA SILVA	6.000	8.000	30.000	44.000	44.000
Reprovado	832	JOSE PEREIRA DE MORAIS FILHO	12.000	8.000	27.000	47.000	47.000
Reprovado	1118	INGRID FERNANDES SANTOS	12.000	10.000	24.000	46.000	46.000
Reprovado	878	ROSANGELA DIAS CAVALCANTE OLIVEIRA	10.000	8.000	27.000	45.000	45.000
Reprovado	994	ROGISLAINE APRECIDA MENDES	8.000	8.000	27.000	43.000	43.000
Reprovado	829	ALINE APARECIDA DA CRUZ LEITE	8.000	8.000	27.000	43.000	43.000
Reprovado	528	LUCIANA DORTA AZEVEDO	4.000	6.000	33.000	43.000	43.000
Reprovado	1623	CLEONICE PEREIRA LUZ	8.000	4.000	30.000	42.000	42.000
Reprovado	1026	CLECY BARBOSA AGUIAR	8.000	6.000	27.000	41.000	41.000
Reprovado	503	DANNYELLEN BRIZOLLA BRITO	8.000	6.000	27.000	41.000	41.000
Reprovado	734	CRISTIANE PEREIRA DA SILVA BARROS	8.000	4.000	27.000	39.000	39.000
Reprovado	1509	VANUSA DE ABREU MARINHO OLIVEIRA	8.000	4.000	27.000	39.000	39.000
Reprovado	1540	MARIA VÂNIA FERREIRA LIMA	10.000	6.000	21.000	37.000	37.000
Reprovado	513	LUCIANA OLIVEIRA DA CRUZ	10.000	6.000	21.000	37.000	37.000
Reprovado	939	CLAUDENIR SOUZA DA SILVA	4.000	8.000	24.000	36.000	36.000
Reprovado	1376	REGILENE VIEIRA RODRIGUES	8.000	10.000	18.000	36.000	36.000
Reprovado	802	LUCIMAR ANTONIA CAIXETA	0.000	8.000	27.000	35.000	35.000
Reprovado	636	MARIA DA CRUZ MARINHO	8.000	2.000	24.000	34.000	34.000
Reprovado	1016	DEOCLECELINA JANUARIO DE MATOS	8.000	4.000	21.000	33.000	33.000
Reprovado	888	VALDINEIA DA SILVA CARVALHO	4.000	4.000	24.000	32.000	32.000
Reprovado	975	LORENA DA CRUZ SANTANA	10.000	2.000	18.000	30.000	30.000
Reprovado	1374	ALTAMIRO JOSE DE OLIVEIRA PANTALEÃO	4.000	4.000	21.000	29.000	29.000
Reprovado	1093	JÉSSICA MASSAI RIBEIRO	8.000	2.000	15.000	25.000	25.000
Reprovado	688	MARIA DIVINA RODRIGUES LIMA	4.000	6.000	9.000	19.000	19.000
Ausente	1099	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	564	CARLOS LUÍS RAMOS SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	949	MACERLI GONÇALVES PRIMO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1163	TATIENE MENDES SARAIVA BEZERRA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1000	GENILSON ROBERTO DA GUIA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	919	EDINALVA BRITO DOS SANTOS	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1069	ELIZA GARCIA DE ARAUJO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1019	WOLNEY SOARES DA COSTA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	973	FRANCISMARA PINTO TRINDADE	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	642	ANTONIA MARIA FERREIRA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1445	PATRÍCIA DE JESUS NUNES	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1204	RICARDO PEREIRA DA SILVA	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000
Ausente	1425	DAIANE DA COSTA CARVALHO	0.000	0.000	0.000	Ausente	0.000

TRIBUTOS
ANEXO - EDITAL N. 019/2022 - GERAFIT

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 001 - Centro - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577-1152 - E-mail: gabinete.cbn@gmail.com

Resumo de pagamentos por data de crédito e convênio
Data de crédito de: 01/10/2022 até: 31/10/2022

Convênio: **Banco do Brasil S.A. COBRANÇA COM REGISTRO**

Descrição da conta bancária: **1 010 3 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBU** **Nº da conta bancária:** **1.010** **Dígito da conta bancária:** **3**

Origem	Receita	Tributo	Valor do tributo	Juros	Multa	Correção	Desconto + Desc. acres.	Crédito gerado	Crédito usado (exceto por desistência)	Total
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	COLETA DE LIXO (102)	194,32	140,92	73,35	0,00	0,00	0,00	0,00	408,59
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (101)	1.124,15	813,49	240,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.177,74
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - NFSe	775,16	201,15	90,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066,84
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	ISS - NOTA FISCAL AVULSA (501)	19,67	15,45	1,97	0,00	0,00	0,00	0,00	37,09
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	LC 4/2017 - Capítulo III Seção I Art. 79 - Coleta de lixo	769,63	304,04	284,59	341,16	0,00	0,00	0,00	1.699,42
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	4.332,41	1.757,98	1.840,06	1.994,13	0,00	0,00	0,00	9.924,58
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	TAXA DE EXPEDIENTE (103)	13,10	11,46	2,49	0,00	0,00	0,00	0,00	27,05
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	TAXA DE FISCALIZACAO E FUNCIONAMENTO	27,20	15,65	5,44	0,00	0,00	0,00	0,00	48,29
AC	REFIS 2022 - LEI N. 1.242	TAXA DE FISCALIZACAO E FUNCIONAMENTO (301)	87,55	58,23	8,76	0,00	0,00	0,00	0,00	154,54
DA	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	LC 4/2017 - Capítulo III Seção I Art. 79 - Coleta de lixo	244,86	31,33	57,57	43,07	0,00	0,00	0,00	376,83
DA	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	1.833,56	212,51	426,08	296,95	0,00	0,00	0,00	2.769,10
DE	DEVOLUÇÃO DE ADIANTAMENTO (2000)	VALOR EM REAIS (2001)	45,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00
DE	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - NFS-e Avulsa	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - NFSe	64.967,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.967,73
DE	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - NFS-e Competência	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - NFSe	20.457,49	6,02	26,33	0,00	0,00	0,00	0,00	20.489,84
DE	ITBI (RURAL) - Imposto sobre a transmissão de bens imóveis	ITBI RURAL (1001)	27.041,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.041,80
DE	LC 4/2017 - Anexo II - Taxa de localização e funcionamento de estabelecimentos	LC 4/2017 - Anexo II - Tabela para cobrança da taxa de localização e funcionamento de estabelecimentos	452,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	452,76
DE	LC 4/2017 - Anexo VI - Taxa de fiscalização de licença para execução de obras arruamentos e loteamento	LC 4/2017 - Anexo VI - Aprovação de projetos	129,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129,36
DE	LC 4/2017 - Anexo VIII - Taxa de vigilância sanitária	LC 4/2017 - Anexo VIII - Tabela para cobrança da taxa de vigilância sanitária	32,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,34
DE	LC 4/2017 - Anexo XIII - Carta de habite-se	LC 4/2017 - Anexo XIII - Carta de habite-se	64,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,68
DE	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	LC 4/2017 - Capítulo III Seção I Art. 79 - Coleta de lixo	4,03	0,01	0,07	0,06	0,00	0,00	0,00	4,17

Emissão 07/11/2022 09:23:05 Página 1 de 2

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT
CNPJ 37.465.200/0001-20
Avenida Aurea Tavares de Amorim, 001 - Centro - Canabrava do Norte/MT
Telefone (66) 3577-1152 - E-mail: gabinete.cbn@gmail.com

Resumo de pagamentos por data de crédito e convênio
Data de crédito de: 01/10/2022 até: 31/10/2022

Convênio: Banco do Brasil S.A. COBRANÇA COM REGISTRO

Descrição da conta bancária: 1 010 3 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBU — **Nº da conta bancária:** 1.010 — **Dígito da conta bancária:** 3

Origem	Receita	Tributo	Valor do tributo	Juros	Multa	Correção	Desconto + Desc. acres.	Crédito gerado	Crédito usado (exceto por desistência)	Total
DE	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	LC 4/2017 - Seção I Subseção I Art 12 - IPTU Imposto Predial Territorial Urbano	12,74	0,02	0,21	0,20	0,00	0,00	0,00	13,17
DE	LC 4/2017 - Seção III Subseção III Art 64 - Imposto sobre transmissão intervivos de bens imóveis e de direitos reais	LC 4/2017 - Seção III Subseção III Art 64 - ITBI - Sobre o valor restante	1.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00
DE	RC - IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	33.922,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.922,96
DE	TAXAS DIVERSAS (700)	TAXAS DIVERSAS (701)	418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418,00
		Total do convênio:	158.270,50	3.568,26	3.057,55	2.675,57	0,00	0,00	0,00	167.571,88
		Total do período de 01/10/2022 até 31/10/2022:	158.270,50	3.568,26	3.057,55	2.675,57	0,00	0,00	0,00	167.571,88

Emissão 07/11/2022 09:23:05 — Página 2 de 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2022

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que no **Pregão Eletrônico nº 008/2022**, menor preço por lote foi declarada vencedora a empresa **SEMENTEK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, conforme ata da sessão.**

Canarana-MT, 07 de Novembro de 2022.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº827/2022

Portaria Nº827/2022

De 03 de novembro de 2022.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Enisio Melato** para exercer o cargo de **Coordenador de Aeródromo e Responsável AVSEC**, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n° 029/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Complementar nº 206/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 03 de novembro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº826/2022

Portaria Nº826/2022

De 01 de novembro de 2022.

Exonera Servidor de Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Enisio Melato** do cargo deAssessor de Controle de Obras, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n° 029/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Complementar nº 206/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de novembro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3354/2022

Decreto Nº 3354/2022

De 07 de novembro de 2022

"Aprova a Instrução Normativa n.º 008: SCE/2022 versão 001, que dispõe sobre Licença para Qualificação Profissional para o Curso de Mestrado e Doutorado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências."

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA: Art.1º Fica aprovada a Instrução Normativa, que segue anexo, como parte integrante deste Decreto:

Instrução Normativa Nº 08/2022 SCE/2022 versão 001, que dispõe sobre Licença para Qualificação Profissional para o Curso de Mestrado e Doutorado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências;

Art.2º Caberá a SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura o fiel cumprimento da presente Instrução Normativa, bem como suas alterações.

Art.3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/SEC/2022 Versão 001

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Data de Aprovação: 07/11/2022

Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº 3354/2022

Dispõe sobre Licença para Qualificação Profissional para o Curso de Mestrado e Doutorado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por finalidade definir critérios e estabelecer normas a serem observadas nos processos de solicitação de Licença para Qualificação Profissional, para o Curso de Mestrado e Doutorado, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º A presente Instrução abrange a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Departamento de Recursos Humanos, o Gabinete do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º A base legal que prevê a Licença para Qualificação Profissional é o Art. 50 e seguintes da Lei Complementar n° 174/2018, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reformulação da Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município.

Art. 4º A Licença para Qualificação Profissional dar-se-á de forma:

I - Integral para curso de Doutorado e Mestrado Acadêmico e Profissional, de acordo com o interesse do órgão;

II - Parcial por exigência do programa de Pós-Graduação, com declaração de concordância assinada pelo profissional.

Art. 5º A Licença para Qualificação Profissional dar-se-á através de publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Art. 6º A licença para a Qualificação Profissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, será concedida para os cursos de Mestrado e Doutorado, conforme as exigências da Lei, observando ainda:

I - Exercício efetivo de 03 (três) anos ininterruptos no cargo e aprovado no Estágio Probatório;

II - Disponibilidade orçamentária e financeira;

III - Curso correlacionado com a área de atuação em consonância com a Política Educacional e com o Projeto Político Pedagógico da Escola;

IV - Possuir, para fins de aposentadoria, o dobro do tempo da duração da licença;

V - Não ultrapassar 1/6 dos servidores de cada unidade administrativa de lotação do servidor;

VI - Não ter sido penalizado e não estar respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar ou criminal;

VII - Será concedida a Licença para Qualificação Profissional para Mestrado e/ou Doutorado para Professores e para Técnico Administrativo Educacional;

VIII - O Projeto de Pesquisa deverá ser desenvolvido na área da Educação Básica do Município de Canarana, Mato Grosso;

IX - Na área de atuação ou correlata profissionalização específica do cargo, em se tratando de Técnico Administrativo Educacional;

X - Apresentar Ata que comprove a apresentação do Projeto de Pesquisa ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

XI – Apresentar Declaração do Secretário Municipal de Educação que comprove a apresentação do projeto de Pesquisa à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XII - Não estar usufruindo nenhum tipo de afastamento ou licença por motivo de doença do servidor ou em pessoa da família, por motivo de afastamento do cônjuge, atividade política, da licença prêmio por assiduidade, licença para tratar de interesses particulares, desempenho do mandato classista, afastamento (cedido) para servir a outro órgão ou entidade;

XIII - Não estar desempenhando funções gratificadas e designadas;

XIV - Não estar em readaptação (desvio de função) ou licença saúde por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, de forma contínua ou não, nos últimos dois anos;

XV - Não estar em cumprimento de Estágio Probatório em um dos cargos de provimento, quando se tratar de dois vínculos legais;

§ 1º A licença para qualificação em nível de Mestrado ou Doutorado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura dar-se-á prioritariamente para os cursos oferecidos em território nacional.

§ 2º O CDCE deverá emitir o parecer fundamentado, explicitando em que termos o Projeto de Pesquisa do candidato a Mestrado ou Doutorado contribuirá com a Política Pública Educacional do Município e com o Projeto Político Pedagógico da Escola. No caso de Cursos de Mestrado Profissional que não exija Projeto de Pesquisa como requisito de ingresso, o servidor deverá apresentar ao CDCE um Pré-Projeto de Pesquisa, contendo: Justificativa, Tema, Metodologia, Objetivo Geral e Específicos.

§ 3º As concessões das Licenças para Qualificação Profissional terão como base o plano de cargos e salários dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 7º O processo de solicitação de Licença para Qualificação Profissional deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias do início da Licença.

Art. 8º São documentos obrigatórios para instrução do processo de solicitação de Licença para Qualificação Profissional:

I - Requerimento pelo servidor – formulário padrão;

II - Cópia do RG e CPF ou CNH;

III - Comprovante de residência;

IV - Declaração da Secretaria Municipal de Educação de que o servidor está em conformidade com o exigido nessa Instrução Normativa;

V – Cópia do Projeto de Pesquisa;

VI - Parecer favorável do chefe imediato;

VII - Termo de compromisso de apresentação do Diploma de Mestre ou Doutor e que assumirá seu cargo na unidade administrativa de lotação, por um período igual ao do afastamento, conforme disposto no Art.52 da Lei Complementar Nº 174/2018, de 04 de dezembro de 2018;

VIII - Comprovante de Matrícula ou declaração de matrícula do ingresso no curso de Mestrado ou Doutorado, expedido pela universidade;

IX - Matriz curricular das disciplinas do curso com créditos/carga horária;

X - Certidão Negativa de Registro Criminal da Justiça Estadual e Federal dos últimos cinco anos;

Art. 9º O afastamento para Qualificação Profissional, no Brasil ou no exterior, obedecerá aos seguintes prazos:

I - Mestrado: 24 (vinte e quatro) meses, no máximo;

II - Doutorado: 48 (quarenta e oito) meses, no máximo.

§ 1º O afastamento inicial para Mestrado será de 12 (doze) meses e para Doutorado, 24 (vinte e quatro) meses, cabendo prorrogação até o limite máximo, após análise de aproveitamento do curso, definido nos incisos I e II deste Artigo.

§ 2º A prorrogação de que trata o parágrafo 1º deverá ser solicitada mediante instrução de processo, 30 (trinta) dias antes do término do período inicial, e conter os seguintes documentos:

a) Requerimento solicitando a prorrogação;

b) Cópia do Ato Administrativo publicado no Diário Oficial;

c) Declaração de matrícula para o período seguinte;

d) Declaração do Programa de Pós-Graduação, com o cronograma das disciplinas apresentando o período e o horário a serem cursadas pelo mestrando ou doutorando;

e) Histórico parcial do curso;

f) Matriz Curricular do mestrado/doutorado;

g) Cópia dos documentos pessoais (RG, CPF ou CNH).

§ 3º Ao término do curso de Mestrado, realizado no Brasil, o profissional somente poderá solicitar licença para Doutorado, depois de transcorrido o período mínimo igual ao do seu afastamento e, no caso de curso feito no exterior, acrescenta-se a apresentação da convalidação/reconhecimento de seu título.

Art. 10. Ao término da licença o servidor deverá informar a data da defesa, no prazo de 15 (quinze) dias;

§ 1o - Após a defesa, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá o servidor entregar cópia da Ata de Defesa ou Diploma e um exemplar da dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado, em pen drive, formato PDF, contendo identificação do servidor e do Programa de Pós-Graduação;

§ 2o - Quanto ao reconhecimento do Diploma do curso realizado no exterior, o servidor deverá entregar à SEMEC a cópia do documento de reconhecimento/convalidação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 11. O Profissional da Educação Básica licenciado para Qualificação Profissional, para curso de Mestrado ou Doutorado, não poderá alterar a Área de Concentração do Curso sem a anuência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 12. A cessação da Licença para Qualificação Profissional dar-se-á nos seguintes casos:

I - ao término do mestrado ou doutorado ou quando o término destes ocorrer antes do final do prazo estabelecido;

II - em caso de desligamento do programa (reprovação, motivos pessoais e outros).

Parágrafo único. A Cessação deverá ser solicitada mediante instrução de processo, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento da unidade administrativa de lotação do servidor;

b) Requerimento informando a data da cessação;

c) Cópia dos documentos pessoais (RG, CPF ou CNH);

d) Cópia do Ato Administrativo publicado no Diário Oficial que concedeu a licença;

e) Ata de Defesa da dissertação do mestrado ou Tese de Doutorado, ou ainda, justificativa do motivo pela qual solicita a cessação, em casos específicos.

Art. 13. A suspensão da Licença para Qualificação Profissional dar-se-á nos casos de licença maternidade ou licença saúde, igual ou superior a 90 (noventa) dias, deverá ser solicitada via novo processo, instruído com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento expedido pela unidade administrativa de lotação do servidor;

b) Requerimento solicitando a suspensão;

c) Cópia dos documentos pessoais (RG, CPF ou CNH);

d) Cópia do Ato Administrativo publicado no Diário Oficial;

e) Cópia do laudo médico periciado ou Certidão de Nascimento da criança;

f) Cópia da matrícula e histórico escolar.

Parágrafo único. Quando do retorno à Qualificação Profissional o servidor deverá solicitar via instrução de processo, de acordo com o artigo 7º, incisos I, II, III e X e histórico escolar, com 30 (trinta) dias antes do término da Licença Saúde ou Maternidade.

Art. 14. O servidor só poderá ser afastado para qualificação profissional, para Mestrado ou Doutorado, se possuir para fins de aposentadoria, no mínimo 4 (quatro) anos ou 8 (oito) anos, respectivamente.

Art. 15. Os profissionais efetivos licenciados para qualificação profissional obrigam-se a prestar serviços na unidade administrativa de lotação do servidor quando de seu retorno, por um período igual ao do seu afastamento.

Parágrafo único. Ao Profissional da Educação Básica beneficiado pelo disposto nesta normativa não será concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 16. Nenhum profissional da educação poderá afastar-se de sua unidade administrativa de lotação, sem que previamente tenha sido homologada a autorização da Licença para Qualificação Profissional para Curso de Mestrado ou Doutorado, pelo chefe do executivo.

Art. 17. No caso do não cumprimento do disposto nos artigos 13 e 14, o servidor deverá ressarcir, aos cofres públicos, os valores referentes aos subsídios recebidos durante o período de licenciamento.

Art. 18. O profissional efetivo licenciado para qualificação profissional durante o período de gozo da licença ficará impedido de exercer outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput desse Artigo implicará no cancelamento da licença e instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário.

Art. 19. A não obtenção do título de Mestre ou Doutor, salvo em casos de justa causa, devidamente comprovados, acarretará em ressarcimento, aos

cofres públicos, dos subsídios pagos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura durante o afastamento.

Art. 20. Ao término da Licença, o profissional deverá apresentar-se, imediatamente, na unidade administrativa de lotação.

Parágrafo único. A promoção de classe do servidor, preenchidos os requisitos legais, está vinculada a apresentação da documentação de conclusão de curso, conforme o disposto no artigo 8º e seus incisos.

Art. 21. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura que emitirá parecer conclusivo.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

Eduardo Ferreira da Silva

Secretário Municipal de Educação e Cultura

REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

NOME DO SERVIDOR: _____ _____

Nº DA MATRÍCULA: _____ DATA DE ADMISSÃO: _____/_____/_____

CARGO: _____ TELEFONE: _____

SECRETARIA: EDUCAÇÃO E CULTURA

Venho requerer à Vossa Senhoria, _____ _____

_____

_____

_____

_____

_____

_____ Canarana-MT, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura do servidor

Avaliação do Gestor da Pasta:

_____ _____

( ) Deferido ( ) Indeferido

_____

Assinatura do Gestor

Avaliação do Prefeito Municipal:

_____

_____ _____

( ) Deferido ( ) Indeferido

_____

Assinatura do Prefeito Municipal

Canarana-MT, ____ de _____ de _____

CONCURSO PÚBLICO 001/2019EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 10/2022

Concurso Público 001/2019

Edital de Convocação N° 10/2022

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo decreto n°3038 de 17 de janeiro de 2020. Resolve:

TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
Estefanne de Alcantara Dias	Médico Clinico Geral	Edital 001/2019

A candidata convocada terá 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 07 de novembro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 583 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS, Secretario Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 128 § da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, na data 04 de Novembro de 2022, concede Licença para Tratamento de Saúde, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
4516	José Nivaldo Ribeiro	Fiscal de Tributos	Filha: Lara Viana Ribeiro	31/10/2022	01/11/2022	02 dias

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto nº 017/2022.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS MINI EXTRUSORA E DE PROTETORES DE ROÇAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/11/2022.

HORÁRIO: 08H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no sítio www.carlinda.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/ ou na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 07 de Novembro de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 044/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA MACHADO ALTA FLORESTA LTDA inscrita sob CNPJ nº **44.571.721/0001-27**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO PARCIAL DE 07 (sete) BUEIROS, SENDO ELES NAS SEGUINTES LOCALIDADES E CARACTERISTICAS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT:

LOTE 01: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA F - PONTE ANTAS, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°57' 35,43" S 55°40' 42,30"W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT.

LOTE 02: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 2,50X2,50 M, RAMAL JATOBÁ, PONTE BUTIÁ, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°19'35,45" S 55°52'51,31" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 03: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 2,50X2,50 M, ESTRADA F1, PONTE PALMEIRAS 1, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°44'54,94" S 55°37'28,45" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 04: EXECUÇÃO PARCIAL DE BSCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA F1, PONTE PALMEIRAS 2, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°44'12,58" S 55°37'9,22" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 05: EXECUÇÃO PARCIAL DE BSCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA F, PONTE SANGA D´AGUA, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°59' 05,13" S 55°40' 12,42" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 06: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 2,50X2,50 M, LINHA 13/1, PONTE SUCURI, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°50'55,48" S 55°40' 30,15" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 07: EXECUÇÃO PARCIAL DE BSCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA D1, PONTE BONTRAS (LONTRAS), ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°58' 11,66" S 55°41' 18,65" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT.

LOTE 04:

PRAZO DE EXECUÇÃO: até **12 de Dezembro de 2022.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: até **04 de Maio de 2023.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 582 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ALCEDINA DE SOUZA LELES** matricula nº 4415, cargo de Professora, na data 04 de novembro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 31 de outubro de 2022.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 044/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA MACHADO ALTA FLORESTA LTDA inscrita sob CNPJ nº **44.571.721/0001-27**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO PARCIAL DE 07 (sete) BUEIROS, SENDO ELES NAS SEGUINTES LOCALIDADES E CARACTERISTICAS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT:

LOTE 01: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA F - PONTE ANTAS, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°57' 35,43" S 55°40' 42,30"W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT.

LOTE 02: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 2,50X2,50 M, RAMAL JATOBÁ, PONTE BUTIÁ, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°19'35,45" S 55°52'51,31" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 03: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 2,50X2,50 M, ESTRADA F1, PONTE PALMEIRAS 1, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°44'54,94" S 55°37'28,45" W,

NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 04: EXECUÇÃO PARCIAL DE BSCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA F1, PONTE PALMEIRAS 2, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°44'12,58" S 55°37'9,22" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 05: EXECUÇÃO PARCIAL DE BSCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA F, PONTE SANGA D´AGUA, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°59' 05,13" S 55°40' 12,42" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 06: EXECUÇÃO PARCIAL DE BDCC DE CONCRETO 2,50X2,50 M, LINHA 13/1, PONTE SUCURI, ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°50'55,48" S 55°40' 30,15" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT. LOTE 07: EXECUÇÃO PARCIAL DE BSCC DE CONCRETO 3,00X3,00 M, ESTRADA D1, PONTE BONTRAS (LONTRAS), ZONA RURAL, COORDENADAS GEOGRÁFICAS 09°58' 11,66" S 55°41' 18,65" W, NO MUNÍCIPIO DE CARLINDA/MT.

LOTE 03:

PRAZO DE EXECUÇÃO: até **12 de Dezembro de 2022.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: até **04 de Maio de 2023.**

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO PP N° 49/2022

O Município de Castanheira, através de sua Pregoeira, torna público em conformidade com o artigo. 24, XI, da Lei 8.666/93, a convocação do licitante remanescente, na ordem de classificação, do Pregão Presencial nº 49/2022 que objetiva **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E CRECHE PARA O 2° SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2022, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** sendo a empresa **ALEXANDRE M. DIAS ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 14.218.371/0001-59**, cujo itens são, 1,5,10,12,17,26,51,52,55,60,69,71,74,75, totalizando o valor de **R$ 27. 413,68 (Vinte e sete mil, quatrocentos e treze reais e sessenta e oito centavos).**

Castanheira-MT, 07 de novembro de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

Portaria n° 106/2022

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO PP N° 49/2022

O Município de Castanheira, através de sua Pregoeira, torna público em conformidade com o artigo. 24, XI, da Lei 8.666/93, a convocação do licitante remanescente, na ordem de classificação, do Pregão Presencial nº 49/2022 que objetiva **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E CRECHE PARA O 2° SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2022, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** sendo a empresa **CARLOS ANTONIO PROCOPIO EIRELI ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 23.504.807/0001-67**, cujo itens são, 29,31,47,48,53,89,27,46,56,59,61,70, totalizando o valor de **R$ 47. 000,97(Quarenta e sete mil reais e noventa e sete centavos).**

Castanheira-MT, 07 de novembro de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

Portaria n° 106/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS RH

Portaria nº 481/GP/2022

Em, 07 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva Sr.ª **IVANEIA MOREIRA DA SILVA, vinculada na matricula 66**, portadora do RG nº 708197 e CPF nº 622.653.501-68, na função de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao **Período Letivo de 2011**, conformeautorização no processo 11284/2022, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/11/2022 e término em 06/12/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 07/12/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 07/11/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 07 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 482/GP/2022

Em, 07 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva Sr.ª **IVANEIA MOREIRA DA SILVA, vinculada na matricula 1630**, portadora do RG nº 708197 e CPF nº 622.653.501-68, na função de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao **Período Letivo de 2013**, conformeautorização no processo 11284/2022, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/11/2022 e término em 06/12/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 07/12/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 07/11/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 07 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS (MODALIDADE PCD) DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS (MODALIDADE PcD) DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

OSMAR FRONNER DE MELLO, Prefeito do Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS (MODALIDADE PcD) DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme segue :

001 - 001 - PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLAS URBANAS - ESCOLAS URBANAS		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**
1224	CLARICEGUEDES DO NASCIMENTO	21/08/1977
1209	CLEONICE RIBEIRO DO NASCIMENTO	02/07/1973
656	DANIELE SILVA ALMEIDA	14/02/1983
1344	ELAINE CARDOSO DA SILVA LANGNER	07/05/1982
913	ELISAMA TEREZINHA TURATTI	20/12/1974
415	ELIUDE DE ALMEIDA	02/11/1994
513	GILMAR SILVA DO NASCIMENTO	29/12/1978
69	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	17/09/1976
42	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1986
005 - 005 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS		
696	ALESSANDRO GOMES DE MELO	19/01/1987
725	MÁRCIO SILVA DO NASCIMENTO	06/09/1975
1282	MARCO AURELIO FERREIRA DE OLIVEIRA	27/08/2013
006 - 006 - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI - CMEI (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) E CRECHE IRMÃ MARIA BERTA		
364	EMANOEL DIEGO SANTANA MORAES NOLASCO	11/07/1989
409	JUSSAMAR SOARES DO NASCIMENTO	22/10/1986
468	LUCAS PADILHA PONTES	22/05/1993

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães/MT, 07 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

OSMAR FRONNER DE MELLO, Prefeito do Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme segue:

001 - 001 - PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLAS URBANAS - ESCOLAS URBANAS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**	**RESULTADO**
868	ADALICE SANCHEZ SABINO	12/06/1979	INDEFERIDO
641	ADALTO LEONEL KREUSCH TIEGS	12/07/1980	DEFERIDO
698	ADELAINE CATERINE DO VALE MORAIS	28/09/1982	DEFERIDO
467	ADILES FERREIRA DA SILVA	10/10/1972	DEFERIDO
986	ADINEIA APARECIDA MARTINS DA SILVA	16/03/1973	DEFERIDO
813	ADRIANA ALVES FAUSTO GAMA	31/07/1979	DEFERIDO
1181	ADRIANA CORVELO DA SILVA	03/09/1979	INDEFERIDO
517	ADRIANA MORAES DOS SANTOS	28/11/1987	DEFERIDO
31	ADRIANA PINHEIRO DA MATA	15/04/1980	DEFERIDO
61	ADRIANA RODRIGUES DE BARROS	11/05/1983	DEFERIDO
74	ADRIANO MELO AGUIAR	20/12/1977	DEFERIDO
1326	AKSA RAYENNE LEITE GOMES LINO	03/05/1994	DEFERIDO
600	ALINE CONCEIÇÃO DE MOURA	04/09/1990	DEFERIDO
648	ALINE LETICIA ALVES MENDES	29/08/1988	DEFERIDO
1102	ALINE PAULA BARLATI	13/11/1979	DEFERIDO
247	ALINE PIRES DE CARVALHO CRUZ	02/01/1995	DEFERIDO
301	ALINE PIRES MACIEL	18/08/1990	DEFERIDO
942	ALINE REGINA DOS REIS	17/03/1985	DEFERIDO
878	AMANDA DE JESUS RESENDE	14/10/1996	DEFERIDO
508	AMANDA PEDROSO OLIVEIRA DE SOUZA	06/03/1996	DEFERIDO
692	AMARILDO FERREIRA DE SOUZA	25/07/1988	DEFERIDO
779	ANA CAROLINA CORREIA DOS SANTOS	21/07/1997	DEFERIDO
1290	ANA CAROLINA SANTOS DE LORENA	26/08/1999	DEFERIDO
1048	ANA CLAUDIA CAMARGO COSTA	04/04/1995	DEFERIDO
666	ANA CLAUDIA RODRIGUES ALVES	21/05/1999	DEFERIDO
129	ANA PAULA LEMES	28/04/1990	DEFERIDO
1327	ANDRA SANTANA DA SILVA	12/11/1989	DEFERIDO
10	ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO	30/04/1973	INDEFERIDO
406	ANDREIA VILELA NEVES	26/02/1990	DEFERIDO
947	ANGELA MARA BRUGNAGO AYALA	12/10/1978	DEFERIDO
1250	ANGELA MARIA CAMARGO	21/04/1980	CANCELADO
1284	ANGELA MARIA CAMARGO	21/04/1980	DEFERIDO
1315	ANGELA MARIA EICKOFF	24/06/1978	INDEFERIDO
99	ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA	30/03/1971	DEFERIDO
674	ANGÉLICA CUNHA BARROS	02/12/1988	DEFERIDO
505	ANTONIETE PAULA PINTO DE FIGUEIREDO CARVALHO	19/04/1974	DEFERIDO
1275	ANTONINHA RODRIGUES DA ROSA	13/06/1985	DEFERIDO
822	ANTÔNIO SÉRGIO PENHA DE CARVALHO	15/01/1990	DEFERIDO
654	APARECIDA AMORIM SANTOS	26/04/1990	INDEFERIDO
1262	ARIADNY CRISTINA LOPES LIMA	14/11/1992	DEFERIDO
583	ARIADNY DA SILVA ARCAS	31/01/1989	DEFERIDO
1328	ARINETE DIAS DE CARVALHO	14/04/1986	DEFERIDO
1295	ATANILZA CAZUZA DA COSTA	15/01/1987	DEFERIDO
1384	BEATRIZ OLIVEIRA DE AMORIM	20/01/1995	DEFERIDO

154	BIANCA NELES SANTOS	11/01/1996	DEFERIDO
387	BRUNA TAUANE LEMES DE LIMA	25/11/1999	DEFERIDO
254	CAMILA HEMING	30/12/1998	DEFERIDO
181	CAMILE BERNARDO	21/04/1992	DEFERIDO
1279	CARMELUCIA SOARES DE SOUZA CARDOSO	08/12/1983	DEFERIDO
1272	CAROLINA DOS SANTOS SILVA	17/01/1996	DEFERIDO
14	CAROLINNE CHRISTINA DA SILVA	28/09/1993	DEFERIDO
253	CELIA MARIA QUEIROS DA SILVA	21/10/1978	DEFERIDO
222	CHARLES MULLER PEREIRA CARDOSO	02/02/1997	DEFERIDO
860	CINTIA ARAUJO SACRAMENTO	19/12/1993	DEFERIDO
1224	CLARICEGUEDES DO NASCIMENTO	21/08/1977	DEFERIDO
1086	CLÁUDIA RÉGIA ARAÚJO RODRIGUES	10/12/1969	DEFERIDO
4	CLAUDINEI DA SILVA LARA	28/02/1990	DEFERIDO
118	CLAUDINÉIA APARECIDA MORALES	24/05/1983	DEFERIDO
937	CLAUDINEIA PAULA DOS SANTOS	31/08/2001	INDEFERIDO
873	CLAUDINÉIA RODRIGUES PADILHA	20/08/1988	DEFERIDO
456	CLEIA FELISMINA DE OLIVEIRA	16/10/1974	DEFERIDO
1229	CLEIDIANE PRADO ALVES DA SILVA	16/09/1992	DEFERIDO
582	CLEIDIVANIA PINHEIRO DE LIMA FUZZETTI	11/07/1984	DEFERIDO
201	CLEMENTINA LEMES DE PÁDUA	14/06/1963	INDEFERIDO
245	CLEONICE DE OLIVEIRA	20/09/1978	DEFERIDO
1209	CLEONICE RIBEIRO DO NASCIMENTO	02/07/1973	DEFERIDO
1195	CREITIANE CATARINA DE SOUZA MONTEIRO	07/07/1990	DEFERIDO
405	CREUZA AMARAL IRALA DE ARRUDA	06/09/1974	DEFERIDO
1002	CRISTIANE DA SILVA SANTOS	03/08/1985	DEFERIDO
552	CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA	29/04/1987	DEFERIDO
1260	CRISTIANE DE PAULA AZEVEDO	01/09/1977	DEFERIDO
419	CRISTIANE DELGADO	15/11/1978	DEFERIDO
1118	CRISTINA DE SOUZA PRENÇA	25/04/1986	DEFERIDO
863	CRISTINA PAES DA SILVA CARMO BRITO	16/12/1972	DEFERIDO
843	DAIANE LETÍCIA DA SILVA ALVES	24/06/1991	DEFERIDO
708	DAIANE REIS SANTOS	05/09/1988	DEFERIDO
1217	DALCA DE SOUZA PEREIRA	14/08/1979	INDEFERIDO
932	DANIELA CHAVES RODRIGUES MORAES	27/02/1979	DEFERIDO
447	DANIELA PAIVA DIDONI	18/06/1992	DEFERIDO
656	DANIELE SILVA ALMEIDA	14/02/1983	DEFERIDO
1299	DANIELLY CRISTINA CIPRIANI COUTO PEREIRA	13/02/1992	DEFERIDO
422	DANIS CLEI FERREIRA DE ALMEIDA	28/02/1979	DEFERIDO
1022	DARCI MARTINS	27/12/1972	DEFERIDO
720	DÉBORA FERREIRA DA SILVA	20/06/1987	DEFERIDO
817	DHIULHIA TORQUATO DOS SANTOS	01/07/1994	DEFERIDO
383	DIANA CRISTINA SOARES FERREIRA DA SILVA	08/01/1985	DEFERIDO
784	DIANA XAVIER DE OLIVEIRA	01/07/1992	INDEFERIDO
264	DORANIL HERCULANA DA CONCEIÇÃO	07/11/1970	DEFERIDO
681	DYEINE LORRAYNE DIAS PAIXÃO FERREIRA	11/02/1994	DEFERIDO
523	EDIEL PEREIRA DE MACEDO	17/02/1979	DEFERIDO
361	EDILAINE ROSA DE LARA	16/01/1977	DEFERIDO
1106	EDILÉIA FÁTIMA DE PINHO	27/12/1987	DEFERIDO
1055	EDINEIA ESTELITA RIBEIRO NEVES CAVALCANTE	06/12/1981	DEFERIDO
879	EDIVANIA PEDRO DA COSTA	11/10/1995	DEFERIDO
1360	EDNA OLIVEIRA DE SIQUEIRA KLIPEL	01/02/1990	DEFERIDO
1341	EDY CARLO NOGUEIRA DE SOUZA	22/04/1986	DEFERIDO
166	ELAILZE FERNANDA SILVA CORRÊA CASTRAVECHI	14/01/1992	DEFERIDO
1344	ELAINE CARDOSO DA SILVA LANGNER	07/05/1982	DEFERIDO
920	ELAINE CILENE DE MAGALHÃES	06/07/1975	DEFERIDO
1358	ELAINE DA SILVA SOUSA COSTA	27/05/1969	DEFERIDO
516	ELAINE TAVARES DE SOUZA MACEDO	13/03/1978	DEFERIDO
809	ELAYNE BARBOSA DA SILVA	04/04/1983	DEFERIDO
579	ELIANA DE OLIVEIRA DA SILVA	12/05/1977	DEFERIDO
1372	ELIANE CORRÊA DE SOUZA ANDRADE	28/03/1979	DEFERIDO
1160	ELIANE SEVERINO COELHO	15/04/1975	INDEFERIDO
90	ELIARA APARECIDA DE JESUS GOMES LEITE	07/09/1987	DEFERIDO
1277	ELIETH SOUZA FONTES	11/08/1968	DEFERIDO
208	ELISAMA BARBOSA BARRO	09/05/1998	DEFERIDO
913	ELISAMA TEREZINHA TURATTI	20/12/1974	DEFERIDO
415	ELIUDE DE ALMEIDA	02/11/1994	DEFERIDO
634	ELIZA LAZAROTTO	10/03/1986	CANCELADO
1168	ELIZA LAZAROTTO	10/03/1986	DEFERIDO
735	ELIZABETE DA PAIXAO	20/08/1981	DEFERIDO
985	ELIZABETH CRISTINA SANTANA	30/01/1979	DEFERIDO
701	ELIZABETT SOUZA DE MORAES	20/03/1971	INDEFERIDO
935	ELIZANGELA GONZAGA ROSA	09/03/1978	DEFERIDO
427	ELIZETE GARCIA TOLEDO	21/06/1977	DEFERIDO
9	EMILZENE ETELVINO DE LIMA	06/05/1958	DEFERIDO
1256	EMYLLY DA SILVA MELLO	13/01/2000	DEFERIDO
159	ERNESTINA PEREIRA CARDOSO DE SOUZA	13/04/1970	DEFERIDO
537	ESTEFFANY SUELLEN BARROS SILVA	26/10/1994	INDEFERIDO
1340	ESTELA ALVES DE JESUS	31/12/1981	INDEFERIDO
515	EVANIL CANDIDA MORAES DA SILVA	29/08/1969	DEFERIDO
322	EVELLYN MARILAINE MASCARENHAS ALMEIDA	18/08/2000	DEFERIDO
18	EVERALDO OLIVEIRA DE SOUZA	17/12/1982	DEFERIDO
1362	FABIANA APARECIDA DOS SANTOS DIAS SILVA	28/01/1977	DEFERIDO
242	FABIANA DA SILVA LIRA	11/10/1995	DEFERIDO
1150	FABIANA OLIVEIRA DA SILVA	07/10/1983	DEFERIDO
323	FABIANA ZANCHETA GIGLIO	04/02/1972	DEFERIDO
550	FÁBIO DA SILVA FRAGOSO	10/06/1987	DEFERIDO
744	FABYANE DE CARVALHO RODRIGUES RIBEIRO	11/11/1988	INDEFERIDO
2	FLÁVIO DA CRUZ RODRIGUES	29/09/1989	DEFERIDO

234	FRANCIENE APARECIDA DIAS DA SILVA	16/09/1983	INDEFERIDO
204	FRANCISCA MARIA DA SILVA	03/05/1968	DEFERIDO
39	FREDERICO AMANCIO DE CARVALHO	05/03/1977	DEFERIDO
96	GABRIELA ALCANTARA DE ARAUJO	21/11/1997	DEFERIDO
1316	GABRIELLI GONÇALVES DA SILVA	05/07/1998	DEFERIDO
542	GEANNE PINHEIRO SILVA ALABI	18/01/1978	DEFERIDO
716	GEBERSON DOMINGUES NORO	16/11/1984	DEFERIDO
754	GEORGIA TAQUES DE FIGUEIREDO	21/02/1984	DEFERIDO
639	GESICA DE SOUZA	15/09/1993	DEFERIDO
766	GILBERTO MANICA RODRIGUES	31/08/1979	DEFERIDO
502	GILMAR SILVA DO NASCIMENTO	29/12/1978	CANCELADO
513	GILMAR SILVA DO NASCIMENTO	29/12/1978	DEFERIDO
212	GISELDA GONÇALVES DA COSTA	14/04/1983	CANCELADO
921	GISLAINE DA SILVA RIBEIRO PENA	05/05/1992	DEFERIDO
551	GIZELY PTRICIA NUNES MENDES	20/07/1978	INDEFERIDO
192	GLAUCIA APARECIDA DA SILVA LEVY	16/09/1992	DEFERIDO
758	GLECE DUARTE BRAGA MEDEIROS	03/12/1975	CANCELADO
758	GLECE DUARTE BRAGA MEDEIROS	03/12/1975	DEFERIDO
709	GLEISSE SILVA SANTOS	10/02/1990	DEFERIDO
57	GLEUSA APARECIDA JESUS CORTEZ	08/04/1981	DEFERIDO
421	GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA	23/10/1974	DEFERIDO
69	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	17/09/1976	DEFERIDO
218	GREICEMARA DA GUIA DE OLIVEIRA	17/03/1998	DEFERIDO
173	GUSTAVO SILVA SILVEIRA	21/12/1988	DEFERIDO
1377	HELIDIANE MENDES CRUZ	16/01/1984	INDEFERIDO
1000	HELLEN CRISTINA XAVIER MOREIRA	18/07/1975	DEFERIDO
1337	HELLEN YRIS SILVA	26/08/1986	DEFERIDO
1332	HUSTANY DE ARAÚJO CAMPESATO DOS SANTOS	29/04/1994	DEFERIDO
1242	ILSON FRANCISCO DE PAULO SILVA	30/10/1985	DEFERIDO
1196	ILVANA FRANCISCA DA SILVA	05/07/1975	DEFERIDO
556	IRANI SOARES MARTINS DE SOUZA	18/11/1982	INDEFERIDO
341	IRIS MARAISA ALEXANDRA DE CASSIS SILVA	05/09/1968	DEFERIDO
1033	ISLA FERREIRA BARBOSA	16/09/1995	DEFERIDO
662	ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA	16/04/1992	DEFERIDO
493	JAIME MARQUES FERREIRA JUNIOR	30/01/1989	DEFERIDO
240	JAKELINE ROSA DE OLIVEIRA	07/12/1987	DEFERIDO
924	JANAÍNA BISPO DE BARROS	06/02/1980	DEFERIDO
1381	JANAINA DE FREITAS CADIDÉ	15/01/1986	CANCELADO
1381	JANAINA DE FREITAS CADIDÉ	15/01/1986	CANCELADO
1381	JANAINA DE FREITAS CADIDÉ	15/01/1986	INDEFERIDO
85	JANE CLEIA DE OLIVEIRA PEREIRA	29/07/1990	DEFERIDO
474	JANETE MARCINA PINTO DE FIGUEIREDO	17/09/1970	DEFERIDO
353	JAQUELINE CAMPOS DE CARVALHO	27/10/1993	DEFERIDO
378	JAQUELINE CRISTINA DE SOUSA	15/03/1993	DEFERIDO
426	JAQUELINE DAMIANA CHAVES GOMES	27/09/1999	DEFERIDO
1061	JAQUELINE DE LIMA SANTOS	14/02/1984	DEFERIDO
787	JARLIE CARVALHO MARCELINO	24/06/1991	DEFERIDO
669	JEANE ALVES DE MELO	29/03/1975	DEFERIDO
1163	JEFERSON DOS SANTOS J	23/11/1997	INDEFERIDO
1223	JENIFFER CAROLINE DE SOUZA OLIVEIRA	05/02/1989	INDEFERIDO
768	JESSICA DE OLIVEIRA PEREIRA	09/11/1992	DEFERIDO
803	JESSICA FABRICIA SANTA	13/07/1993	DEFERIDO
833	JÉSSICA FALCONI GARCIA	23/12/1990	DEFERIDO
1141	JESSICA TUANE DA SILVA ARRUDA RAMOS GONÇALVES	05/12/1994	DEFERIDO
772	JOANA DARK ALMEIDA DE JESUS	10/02/1983	CANCELADO
286	JOCASTA ALVES DA SILVA CONCEIÇÃO	21/06/1988	DEFERIDO
1156	JOELMA APARECIDA DA COSTA	06/06/1975	DEFERIDO
1300	JOELY MARIA DE MAGALHAES	20/10/1976	DEFERIDO
877	JOICI PINHEIRO DA SILVA	29/09/1988	DEFERIDO
160	JONY WESLEY SANTOS SILVA	16/05/1990	DEFERIDO
1239	JOSE EDUARDO CHAGAS FERREIRA	10/10/1980	CANCELADO
760	JOSE LUCAS FRANÇA	25/04/1994	DEFERIDO
1373	JOSÉ ROBERTO PEREIRA LIMA	12/02/1970	DEFERIDO
28	JOSEVANIA GUIA DOS SANTOS	29/04/1984	DEFERIDO
104	JOSIANE LEMES DO NASCIMENTO RODRIGUES	28/12/1987	DEFERIDO
964	JOSIANE LIMA DOS SANTOS SILVA	01/07/1993	DEFERIDO
885	JOSIANE MARIA DA SILVA RODRIGUES	16/01/1988	DEFERIDO
1038	JUCIENE APARECIDAS DIAS GURAL MACIEL	12/07/1979	DEFERIDO
360	JUCILENE NEVES DE SOUZA	03/09/1990	DEFERIDO
893	JUCINÉIA ROSA DA SILVA	01/11/1983	INDEFERIDO
644	JULIANA PEREIRA DE SOUZA SANTOS	07/11/1989	INDEFERIDO
297	JULIANA CAVALCANTE DE ARAÚJO	17/02/1981	DEFERIDO
109	JULIANA SILVA BISPO	04/04/1988	DEFERIDO
742	JULIANE SOARES SANTOS DUARTE	12/11/1979	CANCELADO
759	JULIANE SOARES SANTOS DUARTE	12/11/1979	DEFERIDO
450	JULIENE SILVA SANTOS	14/03/1980	DEFERIDO
167	JÚLIO CÉSAR MARTINS DOS SANTOS	17/05/1990	DEFERIDO
1214	KAMILLA APARECIDA ADVERSI SILVA	31/03/1994	DEFERIDO
283	KARLA CRISTINE PEREIRA	19/05/1974	DEFERIDO
207	KAROLYNE ANDRESSA LIMA PARREIRA	07/01/1998	INDEFERIDO
1238	KATIELLY REGINA DA CRUZ QUEIROZ	17/05/1989	DEFERIDO
507	KEIRIELLY KRISSY BEZERRA DA SILVA	11/08/1990	DEFERIDO
164	KEITY DANIELE TEIXEIRA	14/12/1980	DEFERIDO
351	KELLE CARLOS MINOTT LAGES	13/12/1984	CANCELADO
363	KELLE CARLOS MINOTT LAGES	13/12/1984	DEFERIDO
210	KELLY CRISTINA TEIXEIRA AMORIM	25/06/1975	DEFERIDO
162	KELLY FATIMA HURTADO FERREIRA DE OLIVEIRA	09/06/1982	DEFERIDO
545	KELY CRISTINA ALVES DA CRUZ BOMDESPACHO	22/06/1984	DEFERIDO

889	KETELEN GONÇALINA OLIVEIRA DOS SANTOS	20/01/1995	INDEFERIDO
781	KEYLA CRISTINA DA COSTA SANTOS	03/12/1991	INDEFERIDO
481	KLEBER ARAÚJO DA CRUZ	23/01/1986	DEFERIDO
965	LARIZA APARECIDA PIMENTEL	23/03/1985	DEFERIDO
499	LARYSSA OLIVEIRA	14/06/2000	DEFERIDO
486	LAUDICEIA ROCHA AMENDOLA DE ALMEIDA	02/07/1977	DEFERIDO
961	LAURA MOTTA DO CARMO	07/12/1981	DEFERIDO
897	LEILA NERES DA SILVA CORREA	06/08/1986	DEFERIDO
818	LELIANE ANTONIA DE OLIVEIRA	10/09/1982	DEFERIDO
1253	LETÍCIA BENEDITA DE FREITAS MORAES	21/06/1995	DEFERIDO
331	LETÍCYA CAMPOS DE ALMEIDA MELO	17/06/1990	INDEFERIDO
753	LIAMARA DA SILVA TEIXEIRA	30/08/1980	DEFERIDO
1350	LILIAMAR ALVES DE SOUSA	19/05/1995	DEFERIDO
564	LINDA MEIRE ALVES NUNES	13/03/1985	DEFERIDO
627	LINDACI VIEIRA LIMA DE CARVALHO	23/07/1983	DEFERIDO
1182	LIVIA APARECIDA ROSA MARTINS	12/10/1988	INDEFERIDO
97	LORIETE MARQUES EVANGELISTA	29/06/1984	DEFERIDO
1050	LOURDES DE ALMEIDA FERREIRA DA SILVA	12/04/1981	DEFERIDO
845	LUANA PEREIRA LEITE	13/04/1988	DEFERIDO
876	LUANA SILVA MARCACINI	31/10/1992	DEFERIDO
1331	LUANNE GRAZIELA SIQUEIRA SOUZA	03/06/1978	DEFERIDO
811	LUCAS GUILHERME DELUQUI DE OLIVEIRA	15/02/1997	DEFERIDO
623	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	26/12/1966	DEFERIDO
1167	LUCIANA CAROLINE RESENDE DE SALES	16/03/2000	DEFERIDO
1285	LUCIANA CRISTINA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	06/10/1988	DEFERIDO
684	LUCIANA DA SILVA SOUZA	12/08/1983	INDEFERIDO
1059	LUCIANA MARIA DA SILVA	11/03/1984	DEFERIDO
350	LUCIANE DO PRADO	31/07/1977	DEFERIDO
544	LUCIANE MORAES DA SILVA	07/05/1990	DEFERIDO
870	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	29/08/1982	DEFERIDO
1371	LUCILENE ALVES DOS SANTOS	14/10/1986	DEFERIDO
1096	LUCIMARA LEITE DA SILVA	28/09/1984	DEFERIDO
567	LUCIMARA THAIS DE SOUZA VIDRAGO	26/04/1988	DEFERIDO
237	LUCINEIDE CONCEIÇÃO DOS REIS	06/02/1980	DEFERIDO
1136	LUDINETE MARTINS DE ASSIS	21/08/1961	CANCELADO
1136	LUDINETE MARTINS DE ASSIS	21/08/1961	INDEFERIDO
711	LUIZ HAMILTON ZARK REIS	20/10/1980	DEFERIDO
372	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	24/09/2003	INDEFERIDO
895	LUZINETE PEREIRA MARTINS DA SILVA	26/05/1965	DEFERIDO
226	LUZINETE ROSA DE OLIVEIRA SANTOS	04/09/1981	INDEFERIDO
613	MACILIA TAMIRES PRAXEDES DA SILVA	23/04/1987	DEFERIDO
871	MARCELO DANIEL DA SILVA	07/02/1972	DEFERIDO
1318	MARCIA BARBOSA DE SOUZA	11/11/1983	DEFERIDO
261	MÁRCIA CONCEIÇÃO DE SOUZA DE JESUS	20/11/1978	DEFERIDO
95	MÁRCIA COSTA BARRETO	09/01/1973	DEFERIDO
584	MARCIA LEITE DA COSTA GOMES	02/09/1975	DEFERIDO
926	MÁRCIA SANTANA DO NASCIMENTO	20/12/1984	INDEFERIDO
420	MARCIELY MIRANDA DA CONCEICAO	24/08/1990	DEFERIDO
260	MARCILENE PEREIRA DE MATOS	02/07/1976	DEFERIDO
653	MARIA ALICE DE AQUINO	10/03/1966	INDEFERIDO
566	MARIA APARECIDA DA SILVA	10/03/1977	DEFERIDO
55	MARIA APARECIDA DE SOUZA	27/11/1975	DEFERIDO
853	MARIA APARECIDA SOUSA LIMA	15/08/1985	DEFERIDO
723	MARIA AURENICE GALDINO PEREIRA ROSA	11/07/1983	DEFERIDO
1257	MARIA CICERA GOMES DOS SANTOS	01/05/1989	DEFERIDO
300	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA PORTELA	20/01/1955	CANCELADO
483	MARIA DOMINGAS DA SILVA	01/05/1980	DEFERIDO
1115	MARIA LUCIA RUFINO DUARTE	30/09/1979	INDEFERIDO
241	MARIA MIRIAN DE FREITAS	29/07/1961	DEFERIDO
141	MARIA OZANA DE ARRUDA DANTAS	27/07/1968	DEFERIDO
391	MARIA PAULA ALMEIDA CARREIRA	17/09/1999	DEFERIDO
652	MARICREIDE GOMES DE CAMPOS	02/09/1983	DEFERIDO
712	MARILDES DE SOUZA CHAVES	26/09/1986	DEFERIDO
302	MARILZA GOMES DE CAMPOS	07/08/1989	DEFERIDO
773	MARILZA RODRIGUES SILVA	21/11/1975	CANCELADO
773	MARILZA RODRIGUES SILVA	21/11/1975	DEFERIDO
278	MARILZA SILVA CAMPOS	12/04/1977	DEFERIDO
21	MARINALVA ROSANA DA SILVA	29/05/1984	DEFERIDO
330	MARISSELMA REGINA DE OIVEIRA	13/04/1975	INDEFERIDO
1342	MARLEI ERMENEGIDIO SIQUEIRA CARDOSO	17/03/1976	DEFERIDO
1288	MARLEIDE MOUSINHO DA SILVA BENI	09/09/1987	DEFERIDO
710	MARLENE NEY	02/07/1980	DEFERIDO
133	MARLÍ DIAS DA COSTA	28/04/1984	DEFERIDO
1067	MARLICE CRISTINA DE MIRANDA	07/06/1979	DEFERIDO
1130	MERCIA CARVALHO TEIXEIRA	29/09/1976	DEFERIDO
739	MERIELLE RODRIGUES DE MELO	05/06/1980	DEFERIDO
574	MICHELI DE ARAÚJO GOUVÊIA	03/07/1986	DEFERIDO
800	MICHELLE OLIVEIRA DOS SANTOS RAMIREZ	28/03/1989	DEFERIDO
367	MIRELLE BENITES VIEIRA	20/05/1998	DEFERIDO
1123	MIRIAN MARTINS DE OLIVEIRA CARVALHO	14/07/1978	DEFERIDO
1210	MIRINALVA ALEXANDRE BORGES DE MIRANDA	24/11/1969	DEFERIDO
82	MOISES FRANCISCO DA SILVA	23/03/1981	DEFERIDO
263	MYCHELLY LIGYA DE OLIVEIRA NASCIMENTO	17/06/1985	DEFERIDO
524	MZAEL CARLOS AMORIM DA SILVA	08/10/1978	INDEFERIDO
91	NAIANA ALVES MARTINS	18/01/1989	DEFERIDO
122	NATANIA ALVES MARTINS	17/01/1996	DEFERIDO
52	NATYLA DAYANA DIAS CARNEIRO SATURNINO	29/11/1994	DEFERIDO
948	NAYARA CAROLINE ANDERLE	01/08/1991	DEFERIDO

862	NAYARA RODRIGUES GODOIS PERON	07/10/1987	DEFERIDO
953	NELCILEIDE ALMEIDA DE SOUZA	06/08/1980	DEFERIDO
1146	NELIA LEMES DA SILVA	04/02/1969	DEFERIDO
971	NEREIDE LEITE DE PAULA RODRIGUES DOS SANTOS	14/04/1962	DEFERIDO
686	NEULIANE ALVES DA SILVA	03/09/1991	DEFERIDO
83	NEURACI RITA DE SOUZA	06/04/1969	DEFERIDO
1369	NEUZA MARIA GABRIEL DE JESUS	03/10/1981	DEFERIDO
1314	NILCELIA CRISTINA FERREIRA SILVA	21/06/1995	DEFERIDO
1305	NILZA GABRIEL DE JESUS	01/07/1986	DEFERIDO
290	NUBBIA PEREIRA DE MELO	11/05/1995	DEFERIDO
540	ONESIELLI ARRUDA SILVA	08/08/1990	DEFERIDO
1380	OSANIR PEREIRA VICENTINI NEGRINI	26/06/1979	DEFERIDO
665	PAMELA CRISTINA CADZERSKI DA SILVA	02/05/1992	DEFERIDO
972	PATRICIA KELLY FIGUEIREDO DA SILVA	21/04/1981	DEFERIDO
339	PATRICIA PINHO DE ALMEIDA	22/02/1982	DEFERIDO
593	RAFAELA SCRENCI DA COSTA RIBEIRO	16/03/1985	DEFERIDO
1367	RANDERSON DOS SANTOS LISBOA	22/07/1991	DEFERIDO
651	RAQUEL DE ARAUJO ROSA	06/02/1968	DEFERIDO
880	REGIANE GUGELMIN LIMA	28/12/1983	DEFERIDO
963	REGIANE MÁRCIA DA SILVA	24/11/1991	INDEFERIDO
989	REGINA APARECIDA DE ARAUJO AMORIM	30/07/1971	DEFERIDO
310	REGINA CAVALCANTE DA CRUZ	23/03/1981	DEFERIDO
460	REJANE DA SILVA GOMES	14/09/1991	DEFERIDO
1152	RENATA DE MORAES OILVEIRA	25/04/1990	DEFERIDO
1189	RENATA MONTEIRO FONTES	20/05/1980	CANCELADO
1189	RENATA MONTEIRO FONTES	20/05/1980	CANCELADO
1189	RENATA MONTEIRO FONTES	20/05/1980	CANCELADO
179	RHAYLLEN MIRIAN DOS SANTOS	13/07/1997	DEFERIDO
624	RHAYNARA GRIGRORIO DE ALMEIDA	30/01/2001	DEFERIDO
56	RITA DE CASSIA LEMES PRADO	03/06/1974	DEFERIDO
682	RONY CAIQUE ALMEIDA NEVES	27/02/1996	INDEFERIDO
737	ROSALINA DA SILVA	15/05/1982	DEFERIDO
755	ROSANA APARECIDA DAS CHAGAS	13/06/1981	DEFERIDO
1220	ROSANA FRANCISCA DE SOUZA	23/04/1987	DEFERIDO
1107	ROSANE ANDRADE DE OLIVEIRA	03/12/1974	DEFERIDO
500	ROSÂNGELA FIGUEIREDO MOREIRA DA SILVA	11/12/1977	DEFERIDO
815	ROSANGELA GOMES SILVA	05/02/1974	CANCELADO
815	ROSANGELA GOMES SILVA	05/02/1974	DEFERIDO
343	ROSÂNGELA NUNES DA SILVA	04/12/1992	INDEFERIDO
25	ROSANIA DOS SANTOS FERREIRA	03/02/1989	DEFERIDO
1312	ROSELANDIA SILVA COSTA	20/04/1979	DEFERIDO
586	ROSELI GASPARINI	06/01/1978	DEFERIDO
1227	ROSELY GONÇALVES	29/06/1971	DEFERIDO
344	ROSEMILDA DE MAGALHÃES MARTINS SILVA	04/10/1976	DEFERIDO
1297	ROSICLEI MARIANA DE FREITAS	22/08/1977	DEFERIDO
392	ROSILDA RIBEIRO	12/02/1990	DEFERIDO
1084	ROSILENE DA SILVA CAMPOS	15/11/1984	DEFERIDO
169	ROSILENE SOUZA DE MAGALHÃES	26/12/1989	DEFERIDO
214	ROSILMA RIBEIRO	12/02/1990	DEFERIDO
722	ROSINETE CÂNDIDO MORAES	23/09/1983	CANCELADO
722	ROSINETE CÂNDIDO MORAES	23/09/1983	DEFERIDO
606	RUTILENE LEAL DE LOURDES	26/09/1966	INDEFERIDO
1159	SABRINA DE CASTRO QUEIROZ	29/06/1995	DEFERIDO
42	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1986	DEFERIDO
1240	SEILA PAULA DE SOUZA	10/09/1973	DEFERIDO
346	SERGIO MURILLO MACEDO DE ARAUJO	22/12/1984	DEFERIDO
132	SERYANY PEREIRA BORGES	25/05/1992	DEFERIDO
88	SHIRLEI FRITZ DE OLIVEIRA VALADÃO	26/11/1987	DEFERIDO
1266	SHIRLEY REGINA DE SALES	15/06/1978	DEFERIDO
1236	SILAS DE OLIVEIRA SOUTO	01/06/1983	DEFERIDO
988	SILENE SANTOS ABADE DE AGUIAR GARCIA	13/08/1987	DEFERIDO
785	SILVANA GOMES VIANA	26/01/1976	DEFERIDO
152	SILVANIA MARQUES DA SILVA	26/07/1979	DEFERIDO
1261	SIMONE AUXILIADORA RODRIGUES DE PADUA	12/07/1983	DEFERIDO
1212	SIMONE CRISTINA RODRIGUES DE MORAES CORREA	20/08/1974	DEFERIDO
672	SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO	07/05/1986	DEFERIDO
844	SIMONE SOUZA BARBOSA	27/03/1984	DEFERIDO
347	SIMONE VIEIRA DE SOUZA NUNES	06/03/1989	DEFERIDO
1311	SIRLEI ANTUNES MAGALHÃES	23/01/1984	INDEFERIDO
729	SOELY ROSA DE LARA AMARAL	06/08/1974	DEFERIDO
1215	SOLANGE FERREIRA DA COSTA	07/03/1986	DEFERIDO
788	SONIA APARECIDA RODRIGUES	28/03/1970	DEFERIDO
1170	SORAIA LUIZA DA SILVA	24/02/1974	DEFERIDO
562	SORAIA MARQUES FERREIRA	30/10/1982	DEFERIDO
547	SUELI CARVALHO RICCI DA CRUZ	19/07/1988	DEFERIDO
480	SUELLEN APARECIDA VIANA RIBEIRO	13/05/1985	DEFERIDO
1269	SUELLEN ORMOND MORAES	17/09/1988	DEFERIDO
1364	SUYANNE RAMOS PEDROSO	21/10/1977	DEFERIDO
994	TACIANA DE CARVALHO MONTEIRO	30/08/1987	DEFERIDO
538	TÂNIA SILVA DE ANUNCIAÇÃO	31/08/1968	DEFERIDO
328	TATIANE ADELAIDE BUENO DE CAMPOS	16/12/1976	DEFERIDO
795	TATIANE FRANCISCA HURTADO	25/09/1989	DEFERIDO
123	TATIANE VIEIRA DA SILVA	03/07/1991	DEFERIDO
616	TEREZINHA LEITE DA SILVA	29/09/1978	DEFERIDO
581	TEREZINHA MOREIRA LEITE	02/11/1973	DEFERIDO
919	THAIS SILVA DO ESPIRITO SANTO SERTÃO	05/05/1992	DEFERIDO
829	THAISA FERNANDA MOREIRAS PEREIRA	20/02/1996	INDEFERIDO
1148	THAISA MARA DE OLIVEIRA	04/04/1985	DEFERIDO

642	THAIZA FERNANDA DE SOUZA	16/05/1983	DEFERIDO
80	THAMIRIS CRISTINA CARVALHO SILVA	04/02/1988	DEFERIDO
533	THIAGO ALBERTO DA SILVA	16/09/1988	DEFERIDO
294	THIARA ROBERTA ALVES CASSIANO	12/05/1985	CANCELADO
304	THIARA ROBERTA ALVES CASSIANO	12/05/1985	DEFERIDO
1321	VALDEMIR RODRIGUES FERNANDES	15/10/1976	DEFERIDO
190	VALDINEIDE SANTOS NOGUEIRA	13/01/1971	DEFERIDO
645	VANDA FREITAS HENRIQUE	29/04/1998	DEFERIDO
748	VANESSA APARECIDA HENRIQUE DELFORNO	09/02/1986	INDEFERIDO
221	VANESSA CRISTINE CAETANO ROSA	19/01/1988	DEFERIDO
945	VANESSA DE ASSIS MAGALHÃES	29/10/1996	DEFERIDO
960	VANESSA IRACEMA BONFA RIBEIRO DA SILVA	02/02/1986	DEFERIDO
139	VANILSA DELUQUE FREITAS	30/12/1986	DEFERIDO
1187	VERA LÚCIA DE CAMPOS	25/01/1971	DEFERIDO
867	VERÔNICA GOMES DE OLIVEIRA	19/10/1986	DEFERIDO
446	VIVIANE SOUSA DA SILVA	05/07/1996	DEFERIDO
1306	VIVIANNY MAWARA LINO CAMPOS	05/05/1976	DEFERIDO
163	WALDIANE DA SILVA COSTA	04/07/1988	DEFERIDO
923	WALQUIR QUEIROZ DE PAZ	16/04/1966	DEFERIDO
1320	WANDA CARDOSO DIAS	14/09/1979	DEFERIDO
459	WANDERLEI PEDROZO SOUZA	03/06/1986	DEFERIDO
81	WANDERLEIA DE SOUZA ROCHA	28/10/1965	INDEFERIDO
1124	WANDERLICE DE JESUS DE SOUZA	25/12/1971	DEFERIDO
655	WANDERSON RODRIGUES MIRANDA	13/01/1988	DEFERIDO
1092	WANIA CAROLINA DUTRA DE ALMEIDA PADILHA	15/11/1992	DEFERIDO
1246	WASHINGTON DIEGO DO CARMO	24/04/1990	DEFERIDO
1179	WEDER ROGÉRIO DA COSTA VIEIRA DIAS	19/06/1986	DEFERIDO
529	WEILA DOS SANTOS FERREIRA	19/06/1994	DEFERIDO
175	WELBER DUARTE DOS SANTOS	09/06/1997	DEFERIDO
875	WÉLLISON SANCHES CAMPOS PINTO	13/11/1991	DEFERIDO
1020	WILKER CARMO ASSUNÇÃO	13/03/1981	DEFERIDO
44	ZAINE DA SILVA XAVES	31/10/1986	DEFERIDO
79	ZELIA MARIA MARCHIOLI ZORZATI	04/07/1985	DEFERIDO
1324	ZENILDA CAVALCANTE DOS SANTOS	07/10/1977	DEFERIDO
1133	ZILDA SOARES DOS SANTOS	18/07/1974	DEFERIDO

002 - 002 - PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - POLO I - POLO I – PROF.ª IRENE FERREIRA, JJ, CÓRREGO DO CAMPO.

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
313	ALEXSANDER SALES DE AMECÊ	26/04/1996	DEFERIDO
285	ALINE APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA DIAS	03/09/1961	DEFERIDO
35	ANA KAROLYNE CANDIDO	17/05/1996	CANCELADO
35	ANA KAROLYNE CANDIDO	17/05/1996	DEFERIDO
11	ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO	30/04/1973	DEFERIDO
601	ANDRESSA KELY FIGUEIREDO DOS SANTOS	15/05/1997	DEFERIDO
191	ANGEL AUXILIADORA GREGORIO DA SILVA	24/05/1974	DEFERIDO
1281	ANTÔNIA APARECIDA SANTOS SILVA	13/06/1983	DEFERIDO
1094	ARIADNY CRISTINA LOPES LIMA	14/11/1992	CANCELADO
939	BRUNA DE OLIVEIRA ALVES	29/11/1988	DEFERIDO
203	CAROLINA SEGATO DE VECCHI	10/02/1981	DEFERIDO
1248	CLAUDIA APARECIDA ALMICCI DOURADO	28/06/1984	DEFERIDO
376	CLAUDIANE ALVES DE CARVALHO	14/03/1984	DEFERIDO
802	DARIANA ESTEFANIA MELO DA SILVA	10/11/1997	DEFERIDO
954	DAVI SOUSA SILVA	18/04/1986	DEFERIDO
230	DEDIANI SANTOS FREIRE	17/05/1994	DEFERIDO
78	DORACI MIO DE JESUS BORGES	04/12/1974	CANCELADO
98	DORACI MIO DE JESUS BORGES	04/12/1974	DEFERIDO
1291	ELIETE ONOFRE	21/12/1987	DEFERIDO
394	ELIZABET BATISTA DE ALMEIDA	21/10/1978	DEFERIDO
472	EMYLLY DA SILVA MELLO	13/01/2000	CANCELADO
472	EMYLLY DA SILVA MELLO	13/01/2000	CANCELADO
388	ESTER ANTONIO DA SILVA	17/08/1981	DEFERIDO
1375	ESTER MARTA DOS SANTOS	19/07/1985	DEFERIDO
901	HERBERT ALVES DE SOUZA BARBOSA	31/10/1991	INDEFERIDO
1346	HÉRCULES BISPO FREIRE JUNIOR	22/03/1988	INDEFERIDO
142	JESSICA MARIA DA SILVA	07/03/1995	INDEFERIDO
448	JOELMA VEIGA DA SILVA	10/01/1980	DEFERIDO
1126	JOSIANE SILVA DOS SANTOS	05/09/2011	DEFERIDO
1155	JULIANA DA COSTA MARQUES CAMPOS	24/06/1985	DEFERIDO
734	JULIANA FERNANDES GUIMARÃES ROCHA	04/05/1992	DEFERIDO
1366	LEIZE SANTOS DE ALMEIDA PEREIRA	18/02/2000	INDEFERIDO
694	LETIENE MACHADO CRUZ DE ALMEIDA	17/04/1976	DEFERIDO
149	LUCIA NAZARE MELONIO MORAIS	22/11/1966	DEFERIDO
841	MARCIA CERQUEIRA FERNANDES MUNIZ	06/07/1980	DEFERIDO
462	MARIA MARIANA BATISTA	09/03/1977	DEFERIDO
471	MARINA SANTANA DA SILVA	25/06/1967	DEFERIDO
1176	MARIVANI SPIRONELLO	08/09/1983	DEFERIDO
1165	NEUDA SOUZA CALDEIRA	10/04/1985	DEFERIDO
620	PAULA CARDOSO BORBOREMA CRUZ	07/10/1998	DEFERIDO
575	PAULO HENRIQUE ALVES DA COSTA	10/09/1985	DEFERIDO
150	RAIMUNDO DE SOUSA FILHO	19/09/1974	DEFERIDO
786	RENATA DOS SANTOS GUEDES	07/11/1996	DEFERIDO
568	RIVANILDO DE BARROS MELO	24/12/1975	DEFERIDO
325	ROSELAINE RODRIGUES DA CRUZ	30/09/1973	DEFERIDO
810	ROSINAURA SANTOS BARBOSA	11/11/1986	INDEFERIDO
495	SAMUEL SOUSA DE SANTANA	13/03/1992	DEFERIDO
1268	SUZYENE FERNANDA CRESQUI	21/06/1986	DEFERIDO
1097	VALQUIRIA CABRAL DA SILVA	23/04/1984	DEFERIDO
428	VALQUIRIA PATRICIA SILVEIRA DA SILVA	29/03/1992	DEFERIDO
369	VANESSA CRISTINA PINTO DO NASCIMENTO	29/04/1979	DEFERIDO
770	W ELIVELTON FARIA DA SILVA	18/08/1992	DEFERIDO

834	WAENE DE SOUZA SANTOS OLIVEIRA	10/07/1988	DEFERIDO

003 - 003 - PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - POLO II - POLO II – SANTA HELENA, CASCA III E ÁGUA BRANCA.

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
384	ANA CRISTINA FÉLIX DOS SANTOS ROCHA	23/03/1973	DEFERIDO
100	ELISE MARIA RODRIGUES FRANÇA	03/01/1980	DEFERIDO
604	JENEFFER ALVES DE ALMEIDA BRITO	03/02/1988	DEFERIDO
1349	JOSE EDUARDO CHAGAS FERREIRA	10/10/1980	DEFERIDO
20	JUCINETE TEREZINHA LEITE DA SILVA	11/08/1980	DEFERIDO
553	KELLY CRISTINA SILVA	19/03/1981	DEFERIDO
110	MARCIA GERACINA GONÇALVES DA CONCEIÇÃO	26/03/1975	DEFERIDO
949	MARIA AMELIA LARA DE MELLO	14/09/1985	DEFERIDO
336	NYARA LUZIA CORRÊA DA SILVA LIMA	04/08/1986	DEFERIDO
890	THAYSE KAROLINNE DA COSTA ARRUDA MIRANDA	09/09/1994	INDEFERIDO

004 - 004 - PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - POLO III - POLO III – PROF. JACONDINO BEZERRA, PROF. ELBA XAVIER, CRISTO REI

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
587	BEATRIZ JESUS DOS SANTOS	14/08/2000	DEFERIDO
417	BRUNA REGINA VITOR DAMASCENO	31/12/1999	DEFERIDO
1015	CAIQUE DOS SANTOS SILVA	15/10/1993	DEFERIDO
268	CARLA ANDRELINA PINHO DA SILVA	10/04/1999	DEFERIDO
590	CHRISTIANE LOPES DE SOUZA	25/03/1987	DEFERIDO
1303	CLOTILDE CLARA DA SILVA	27/05/1974	INDEFERIDO
705	CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES	06/08/1981	DEFERIDO
1313	DAYENE EUNICE DE MELLO	18/11/1982	INDEFERIDO
71	FRANCIANE PAES DA SILVA	09/03/1984	DEFERIDO
1091	GEYSIANE RIBEIRO DA COSTA	16/03/1983	DEFERIDO
1012	GISELDA GONÇALVES DA COSTA	14/04/1983	DEFERIDO
869	GIZELE APARECIDA SILVA MARTINS	13/02/1997	DEFERIDO
675	JOANA DARK JUREMA OLIVEIRA SILVA	16/06/1993	DEFERIDO
1208	JOCIANE RICARDA DE ARRUDA	10/05/1975	INDEFERIDO
454	JUCILENE PEDROSO FERREIRA	04/07/1986	DEFERIDO
1361	KLEDIR EVERSON DA SILVA CUNHA	12/01/1982	INDEFERIDO
469	LAERTE JOSE VIEIRA DE LIMA	05/02/1961	DEFERIDO
861	LEIDIANE MARIANO JESUS LEITE DA SILVA	14/10/1989	DEFERIDO
614	LORIETE MARQUES EVANGELISTA	29/06/1984	INDEFERIDO
680	LUCIANA DA SILVA SOUZA	12/08/1983	DEFERIDO
337	MANOELA CAROLINA DE PINHO SILVA	26/11/1993	DEFERIDO
670	MARIA JOSÉ DE JESUS SILVA	24/08/1981	DEFERIDO
774	SANDRA CLAUDIANA BARBOSA	25/08/1990	DEFERIDO
749	SORAIA DE FIGUEIREDO ARAÚJO	17/12/1965	DEFERIDO
898	THAYSE KAROLINNE DA COSTA ARRUDA MIRANDA	09/09/1994	INDEFERIDO
1	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	19/11/1993	DEFERIDO
554	WANIA NARDES ROSA	13/04/1982	DEFERIDO

005 - 005 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
275	ADRIANA DA SILVA LIRA	01/05/1999	DEFERIDO
631	ADRIANA PAULA DE LARA	18/02/1994	INDEFERIDO
732	ADRIANO DA SILVA BRASIL	20/09/1979	DEFERIDO
464	ADRIELLY ASSIS BARBOSA	08/10/1985	DEFERIDO
461	AGNALDO RODRIGUES DA SILVA	18/02/1978	DEFERIDO
696	ALESSANDRO GOMES DE MELO	19/01/1987	DEFERIDO
165	ALEX ALENCASTRO SÁ PEREIRA	21/06/1997	DEFERIDO
518	ALEX FERREIRA SOBRINHO	28/10/1987	CANCELADO
518	ALEX FERREIRA SOBRINHO	28/10/1987	DEFERIDO
832	AMANDA CRUZEIRO RODRIGUES	10/07/2004	DEFERIDO
1013	AMANDA FONTES MENEZES	13/09/2002	DEFERIDO
1021	ANA FLÁVIA LIMA DA COSTA	09/07/2002	DEFERIDO
354	ANA LYDIA FOESTCH RUBINI	30/04/2000	DEFERIDO
783	ANA PAULA DO NASCIMENTO WEISHEIMER	18/03/1979	DEFERIDO
747	ANDRÉ HENRIQUE CALAZANS PEREIRA	08/04/1999	DEFERIDO
1035	ANDRE LUIZ MONTEIRO BULHOES	20/06/1981	DEFERIDO
1088	ANDREIA PEREIRA CALIXTO	15/01/1983	DEFERIDO
933	ANDRESSA ISRAEL NASCIMENTO DA SILVA	08/04/2002	DEFERIDO
823	ANNE CAROLINY ROSA DA SILVA	25/05/1999	DEFERIDO
1144	ANNY ELLY TEODORO SANTOS	05/11/1993	INDEFERIDO
252	ANTHONNY DA SILVA PRATES	13/08/1983	DEFERIDO
233	ANTONIO DE SOUZA AMORIM	18/01/1974	DEFERIDO
618	ANTONIO DO NASCIMENTO PEREIRA DA COSTA	31/12/1996	DEFERIDO
243	APARECIDO REIS DE OLIVEIRA SANTIAGO	06/01/1988	DEFERIDO
1293	BRAYAN NASCIMENTO DE OLIVEIRA BARBOSIRES	25/04/1995	DEFERIDO
636	BRUNA ALMEIDA DA SILVA	12/03/1998	INDEFERIDO
561	BRUNO OLANDA SILVA	24/01/1992	DEFERIDO
77	CARLA KAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA	02/05/1992	INDEFERIDO
246	CARLA THAYSSA DE OLIVEIRA DIAS	10/11/1993	DEFERIDO
1006	CARLOS CESAR NOGUEIRA DE CAMPOS	01/02/1990	DEFERIDO
1345	CARLOS EDUARDO LOUBACK MARTINS MACHADO	16/10/1980	INDEFERIDO
205	CÁSSIO SANTOS DA SILVA	26/08/1994	DEFERIDO
565	CLAUDINEIA BATISTA DA SILVA RIBEIRO	09/11/1991	DEFERIDO
151	CLEIDENILZE SOARES DA SILVA	20/06/1986	INDEFERIDO
578	CLEISON CUIN ANDRADE	01/08/1997	DEFERIDO
396	DAISY SOUZA DA SILVA BARBOSA	23/01/1988	DEFERIDO
1003	DALILA OLINI DE ALMEIDA	01/03/1998	DEFERIDO
842	DARLENE ALAIDES DOS SANTOS RIBEIRO MARQUES	25/04/1988	DEFERIDO
147	DARLENE DIVINA SILVA DE CRUZ	18/05/1997	DEFERIDO
1308	DAVID DE LARA	28/11/1987	INDEFERIDO
236	DÉBORA EVELYM ALVES FERREIRA	22/10/1990	DEFERIDO
1193	DENISE MARTINS BONDESPACHO PINHEIRO	26/04/1982	DEFERIDO
771	DENISSON LUCAS DOS SANTOS	18/03/2001	INDEFERIDO
1206	DIEGO FIGUEIREDO DA SILVA NUNES	27/09/1986	DEFERIDO
1119	DIEGO TADANO PADILHA	20/03/1981	DEFERIDO

1352	DINER ROSA CARNEIRO	02/06/1999	DEFERIDO
1051	DJALMA LESSA GOMES DIAS	26/01/2000	DEFERIDO
250	DOUGLAS DA SILVA	04/02/1995	DEFERIDO
211	DOUGLAS GABRIEL FERREIRA SAMPAIO	20/02/2003	DEFERIDO
256	DUENIR DE SOUZA CRUZ	01/02/1987	DEFERIDO
425	EDVANIA LOPES ALMEIDA	13/01/1996	DEFERIDO
148	ELBA GISLAINE SOUZA RODRIGUES	05/08/1988	DEFERIDO
1143	ELIAS GERMANO DOS SANTOS	26/08/1981	DEFERIDO
763	ELIENAI CORREA DOS FEMININO	01/05/1986	INDEFERIDO
1363	EMANUELI APARECIDA MORAES ALVES	20/02/1995	DEFERIDO
543	EMILLY PEREIRA DE FIGUEIREDO	08/10/2000	DEFERIDO
715	EMILY ELIZABETH NASCIMENTO DOS SANTOS	25/01/1999	DEFERIDO
1273	ERISLANDIA PATRICIA SERRAO DE SOUZA	25/08/1982	DEFERIDO
907	EVELINE MARIA AMORIM BEZERRA	16/09/1987	DEFERIDO
498	EVELYN CAROLINE ALMEIDA REGINATTO	20/02/1986	DEFERIDO
400	EVERSON HILDO OJEDA DA SILVA	01/10/1990	DEFERIDO
726	EVILLYN FERNANDA FERREIRA DA SILVA	29/09/2005	INDEFERIDO
1355	FABIO PEREIRA MATOS	07/11/1989	INDEFERIDO
386	FABYOLLA CAROLINE DE AQUINO MEDEIROS	10/06/1994	DEFERIDO
255	FELIPE PAULINO DOS SANTOS	12/05/2002	DEFERIDO
585	FILIPE IZIDRO DUARTE	06/04/1995	INDEFERIDO
197	FLAVIO AUGUSTO FARO DE PINHO	13/02/1971	DEFERIDO
530	FRANCISCA MARTINS CLAUDINO	15/03/1980	DEFERIDO
484	GABRIELA ALBUQUERQUE ALMEIDA	09/06/1997	DEFERIDO
915	GABRIELA HILLARY FERREIRA DE GODOY OLIVEIRA	01/10/1999	DEFERIDO
435	GENILDO FRANCISCO DA SILVA	02/09/1972	DEFERIDO
368	GEOVANA SOUZA SANTOS	26/07/1997	INDEFERIDO
1083	GILBERTO MARQUES DOS SANTOS	22/01/1991	DEFERIDO
780	GILSON JOSE GOMES VIANA	28/08/1983	DEFERIDO
918	GIOVANA BUENO RIBEIRO	30/12/1998	DEFERIDO
488	GISELE APARECIDA DA SILVA	27/08/1987	INDEFERIDO
1027	GISELLE GREGORIO DA SILVA	18/12/1977	CANCELADO
1030	GISELLE GREGORIO DA SILVA	18/12/1977	DEFERIDO
107	GLEICIELE SANTANA DA SILVA	18/07/1988	DEFERIDO
852	GRAZIELA BRITO ARAUJO	08/09/2001	DEFERIDO
917	GUILHERME MARTINS DA SILVA	06/08/2003	INDEFERIDO
1351	GUSTAVO SIQUEIRA CARDOSO	27/07/2000	DEFERIDO
6	HAMILTON ARAUJO DOS SANTOS	17/06/1971	INDEFERIDO
532	HEIDY PEREIRA PINTO FALCADE	21/09/1988	DEFERIDO
293	HELEN CRISTINA DE MENEZES	09/03/1998	DEFERIDO
1339	HENDERSON ALBERTO DA CRUZ	09/09/1993	DEFERIDO
137	INGRYD ELIZABETE SERAFIM SILVA	13/02/1998	DEFERIDO
909	IVAN YURI BORRALHO ARAUJO DE ATAIDE	13/06/1998	DEFERIDO
358	IVANILDO CESAR NERES	17/11/1997	DEFERIDO
193	IZABEL APARECIDA DE PAULA DA SILVA	08/10/1979	DEFERIDO
349	JANAYNA CALANDRINE CONCEIÇAO	15/01/1975	INDEFERIDO
117	JESSICA CAROLINE DOS SANTOS	25/02/1992	DEFERIDO
1149	JESUILTON DE ARRUDA RAMOS SANTANA	28/02/1986	DEFERIDO
1255	JOAO FLÁVIO TEIXEIRA DE CARVALHO	18/10/1966	DEFERIDO
776	JOÃO MARCOS JACKSON DE CARVALHO	12/05/1990	INDEFERIDO
332	JOÃO OTAVIO RIBEIRO LARA	19/04/2000	DEFERIDO
514	JOÃO VITOR DE ARRUDA OLIVEIRA	10/06/2000	DEFERIDO
761	JOELSON PEREIRA DA SILVA	22/05/1978	DEFERIDO
329	JONAS PINHO DE LARA	24/01/1985	DEFERIDO
1379	JOSE PAULO DE MOURA PINTO	16/05/1967	CANCELADO
1379	JOSE PAULO DE MOURA PINTO	16/05/1967	DEFERIDO
912	JOSELIA PEDROSO DE SOUZA MIRANDA	10/03/1990	DEFERIDO
969	JOSENILDA MORAIS MAFRA	18/08/1980	DEFERIDO
1265	JOSIANE LEMES DO NASCIMENTO RODRIGUES	28/12/1987	INDEFERIDO
178	JOSIMAR FERNANDES DE ALMEIDA	16/09/1997	DEFERIDO
558	JULIE ANNE ARCANJO FARIAS	12/11/1988	DEFERIDO
357	JULIENE LEMES DA SILVA	14/04/1984	DEFERIDO
978	JULLIETTE GOMES DA SILVA	11/04/1989	DEFERIDO
1080	JULY RHAYANNY SANTOS TAQUES	13/03/2001	DEFERIDO
1140	KAREN FERNANDA DA COSTA GOMES	11/01/1999	DEFERIDO
806	KÁTIA SIMONE DE OLIVEIRA	19/02/1970	INDEFERIDO
1382	KAUANY PINHEIRO LEITE	22/08/1992	DEFERIDO
563	KEILA BONFIM AMORIM	30/04/1979	INDEFERIDO
157	KENIA ERIANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA	18/03/1993	CANCELADO
764	KENIA ERIANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA	18/03/1993	INDEFERIDO
1139	KEREM AMANDA ARAÚJO MOREIRA DA SILVA	31/01/2003	INDEFERIDO
630	KÉTURA FLORES DE FREITAS SILVEIRA	07/07/1988	DEFERIDO
395	LARISSA DO NASCIMENTO REIS SILVA	02/08/2002	DEFERIDO
1019	LAURA DA SILVA LIMA	05/06/1985	INDEFERIDO
750	LAURYANE DE JESUS JACINTO	01/02/1987	DEFERIDO
452	LEANDRO DA SILVA RODRIGUES	09/02/1999	INDEFERIDO
1296	LEICY RANNY MEDEIRO	24/01/1992	DEFERIDO
177	LEILA DE NAZARE CALANDRINE CONCEIÇAO	11/10/1979	DEFERIDO
740	LIANDRA ROSSETTI SILVERIO	12/03/1970	DEFERIDO
602	LOURIELEN BENEDITA DA SILVA OLIVEIRA	04/07/2000	DEFERIDO
667	LOURIMAR APARECIDA PINHEIRO DA SILVA SOUZA	12/10/1967	DEFERIDO
974	LUCAS DE SOUZA TOLARES	23/12/1996	DEFERIDO
1166	LUCAS SOUSA DA SILVA	25/06/1998	DEFERIDO
835	LUCIANA ALVES DE SOUZA	19/04/1973	CANCELADO
837	LUCIANA ALVES DE SOUZA	19/04/1973	INDEFERIDO
126	LUCINETE ROCHA REZENDE	20/11/1978	DEFERIDO
359	LUIZ FELIPE NUNES	17/11/1987	DEFERIDO
1153	MADALENA CORREA DE CAMPOS	08/01/1982	DEFERIDO

1243	MANOEL MESSIAS PONTES LIMA	19/12/1988	DEFERIDO
1173	MANOELA MARGARIDA TOMICHA GOMES	16/01/1994	DEFERIDO
1169	MARCIA APARECIDA ALMEIDA ALBERNAZ	11/05/1972	INDEFERIDO
718	MÁRCIO SILVA DO NASCIMENTO	06/09/1975	CANCELADO
725	MÁRCIO SILVA DO NASCIMENTO	06/09/1975	DEFERIDO
1282	MARCO AURELIO FERREIRA DE OLIVEIRA	27/08/2013	DEFERIDO
1287	MARIA DAS GRAÇAS COSTA DA CRUZ	17/10/1994	DEFERIDO
577	MARIA EDUARDA ALVES DA COSTA	03/02/2000	DEFERIDO
1374	MARIA EDUARDA DOS SANTOS FERNANDES	20/03/2004	DEFERIDO
1376	MARIA EMÍLIA G. FERREIRA	27/07/1981	INDEFERIDO
657	MARIA GABRIELA DE JESUS SILVA	30/11/2004	INDEFERIDO
1062	MARIANA SILVANO MARSHALL	06/12/1994	INDEFERIDO
1251	MARIANA SOUZA KNIPPELBER	09/03/1998	DEFERIDO
707	MARINA GOMES DA SILVA PARDINHO	25/01/1994	DEFERIDO
1325	MATEUS HENRIQUE VERICIMO DA SILVA	28/08/1997	CANCELADO
767	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	24/07/1997	DEFERIDO
1222	MATHEUS LUCAS DA CRUZ SOUZA	15/10/2002	DEFERIDO
1211	MAURÍCIO HENRIQUE DA SILVA MATOS	23/05/1998	DEFERIDO
826	MAYARA CUNHA TASSINARI	19/08/1989	DEFERIDO
728	MILENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO	07/03/2005	CANCELADO
736	MILENA FIGUEIREDO DO NASCIMENTO	07/03/2005	INDEFERIDO
130	MIRLENE FERREIRA DA SILVA CASTRO	09/01/1989	DEFERIDO
896	NARA ISABEL VALE DE PINHO	24/09/2002	INDEFERIDO
1192	NATHAN FIGUEIREDO SILVA	12/09/2000	DEFERIDO
125	NAYLENE MELONIO MORAIS	26/01/1994	DEFERIDO
588	NAYON EIKOW HORN MARTIN	19/03/2005	INDEFERIDO
180	ODENILZA MARTINS DE SOUZA	18/03/1973	DEFERIDO
182	PATRICIA PAZ DA COSTA	25/11/1993	DEFERIDO
108	PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE ASSIS	18/05/2005	DEFERIDO
140	PEDRO LUIS PEREIRA MOREIRA	22/01/1977	DEFERIDO
366	PRISCILA MACEDO DE OLIVEIRA	27/04/1988	DEFERIDO
1132	QUEVLLIN HELBERT MELO SILVA	20/04/1994	DEFERIDO
487	RAFAELI DA SILVA PINHO	19/04/2002	INDEFERIDO
814	RENAN VITÓRIO BARBOSA DA SILVA	02/08/2005	DEFERIDO
980	RITA DE CASSIA ROSA PEREIRA DOS SANTOS	08/10/1993	DEFERIDO
7	ROSIMERE FERNANDES FRANCO	19/04/1985	INDEFERIDO
678	SABINO BOMDESPACHO RODRIGUES	30/12/1986	INDEFERIDO
668	SABRINA DOS SANTOS DE FREITAS	03/12/1992	DEFERIDO
910	SAMARA DE SOUZA HOFMANN	08/02/1992	DEFERIDO
320	SAMARA GUARIN DE MENEZES	29/07/1995	INDEFERIDO
1233	SÂMEA MYCHELLA DE SOUZA SANT ANA	12/04/1991	DEFERIDO
1164	SAMILLA NERY PINHEIRO	20/08/1987	INDEFERIDO
643	SILVIA DA SILVA MARTINS OLIVEIRA	01/11/1982	DEFERIDO
991	TACIANA DE CARVALHO MONTEIRO	30/08/1987	INDEFERIDO
262	THABATA ANDRETTA EICKHOFF DE SOUZA	22/02/2000	DEFERIDO
131	THAIS MARTINS DOS SANTOS NOGUEIRA	16/03/1992	DEFERIDO
219	THALLYS AUGUSTO ALMEIDA DOS REIS	23/08/1997	DEFERIDO
589	THIAGO CONCEIÇÃO PINHEIRO DOS SANTOS	19/04/1983	DEFERIDO
231	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	23/11/1990	DEFERIDO
33	VALDECI SANTANA	15/12/1983	DEFERIDO
830	VALÉRIA PEREIRA CAMARGO	19/12/1993	INDEFERIDO
825	VERA LUCI DA SILVA LEMES	12/07/1992	DEFERIDO
64	VERA LUCIA ARAUJO DOS SANTOS	02/04/1976	INDEFERIDO
445	VICTOR HUGO GONÇALVES CAMPOS	10/02/1998	DEFERIDO
379	VINICIUS MAGALHÃES ARAÚJO	15/12/2004	DEFERIDO
1024	VIRLAINE ISABEL DE SOUZA ALVES	20/11/1997	DEFERIDO
610	VITOR CAMPOS GIACOMINI SCHMIDT	22/09/1989	CANCELADO
1116	WALMIR PERES RAMOS	09/06/1982	DEFERIDO
521	WANDERSON MESSIAS DE OLIVEIRA	18/06/1999	DEFERIDO
232	WELINTON JOAO DE MIRANDA BATISTA	08/02/2001	DEFERIDO
429	WESLLEN LEMES DA SILVA	07/04/2003	DEFERIDO
570	YASMIN FRANCINI PEREIRA PRADO	21/02/2001	DEFERIDO

006 - 006 - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI - CMEI (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) E CRECHE IRMÃ MARIA BERTA

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
854	ADRIANA DAS NEVES DE SOUZA	29/12/1983	DEFERIDO
1230	ADRIANA MORAES DOS SANTOS	28/11/1987	CANCELADO
789	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	11/12/1980	DEFERIDO
1117	ADRIANA SILVA SIQUEIRA	12/03/1992	DEFERIDO
1087	ALINE COSTA BASSO	10/07/1985	INDEFERIDO
1235	ALINE KETTYLIN DE OLIVEIRA GORGET	20/10/2001	INDEFERIDO
1007	ALZICLEIDE DO NASCIMENTO MORAES SANTOS	13/05/1982	INDEFERIDO
1090	AMANDA CAROLINA DA SILVA	10/10/1998	DEFERIDO
902	AMANDA CRISTINA BURGO DA SILVA	30/10/1997	DEFERIDO
284	AMANDA NASCIMENTO PEDRIEL	26/11/1997	DEFERIDO
650	ANA CLARISSA DA COSTA LECHENER	25/07/1997	DEFERIDO
592	ANA JÚLIA SILVA PEDROSO	19/10/1995	DEFERIDO
1005	ANA LUCIA SANGUINETE SIMÃO NOVAIS	28/11/1990	DEFERIDO
571	ANA PAULA SILVA PEDROSO	28/09/1994	DEFERIDO
1286	ANDRIELLE LEMES DA SILVA STRAICH	04/11/2000	INDEFERIDO
905	ANECI CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO LEMES DA SILVA	08/12/1976	DEFERIDO
145	AUCILENE ALVES DA CRUZ RODRIGUES	31/03/1987	DEFERIDO
316	BEATRIZ MARCELLA FERREIRA DA COSTA	06/10/2000	DEFERIDO
385	BRUNA SELENA SOUZA PANTEÃO	26/02/1998	INDEFERIDO
13	CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA	01/07/1969	INDEFERIDO
170	CLEIDE PEREIRA DE ALMEIDA	01/01/1985	INDEFERIDO
992	CLEIDENILZE SOARES DA SILVA	20/06/1986	DEFERIDO
144	CLEONICE LUZIA DE PAULA	02/07/1978	DEFERIDO
836	CREMILDA ROSA DE ALMEIDA	10/06/1985	DEFERIDO
1267	CRISTIANE GREISE DA SILVA FERREIRA	16/04/1982	DEFERIDO

187	DANIELLA FERNANDES VARGAS FERNANDES	02/04/1987	DEFERIDO
594	DANIELLE DE JESUS TEIXEIRA	17/08/2003	INDEFERIDO
1347	DARA LORRAYNE GONÇALVES DE MELO	25/10/1998	DEFERIDO
1334	DAYANE RIBEIRO DA SILVA	03/11/2003	DEFERIDO
1098	DÉBORA BARBOSA DIAS RAMOS	06/01/1986	DEFERIDO
251	DELICE OLIVEIRA TEIXEIRA	10/04/1955	DEFERIDO
314	DIOMARA GUARIN DE MENEZES	18/05/1993	DEFERIDO
580	EDIANE EMILIA DO PRADO ALVES	30/06/1988	DEFERIDO
638	EDINÉIA AMORIM DA SILVA	07/11/1984	DEFERIDO
1034	EDINEIA MARIA DE SOUZA VIEIRA	28/11/1991	DEFERIDO
434	ELAINE LINA DOS SANTOS	20/05/1983	DEFERIDO
637	ELEONORA PRATTS MEIRA CHAVES	29/06/1981	DEFERIDO
1162	ELIANE SEVERINO COELHO	15/04/1975	DEFERIDO
1204	ELIENE SAMPAIO DA SILVA FERREIRA	29/10/1973	DEFERIDO
89	ELINEZE MARQUES DOS SANTOS	06/08/1977	CANCELADO
113	ELINEZE MARQUES DOS SANTOS	06/08/1977	CANCELADO
127	ELINEZE MARQUES DOS SANTOS	06/08/1977	DEFERIDO
1009	ÉLIO FERREIRA BORGES NETO	13/03/1998	CANCELADO
1011	ÉLIO FERREIRA BORGES NETO	13/03/1998	INDEFERIDO
404	ELISAINE CAROLAINE NUNES DA SILVA	08/04/1997	DEFERIDO
407	ELVIS DA SILVA LANES	24/08/1993	DEFERIDO
364	EMANOEL DIEGO SANTANA MORAES NOLASCO	11/07/1989	DEFERIDO
478	EMANUELLE FREIRE GALVAO	26/06/1992	DEFERIDO
996	ENEDINA COSTA DE ALMEIDA	10/12/1978	DEFERIDO
267	ERICA BARBOSA MIRANDA	12/05/1999	DEFERIDO
625	EUDIRZA REGINA DA SILVA MORAES	21/05/1986	INDEFERIDO
65	EURICO PEDROZO FILHO	16/05/1979	DEFERIDO
1356	FABIO PEREIRA MATOS	07/11/1989	DEFERIDO
217	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	30/12/1986	DEFERIDO
859	FERNANDA DIAS DE SOUZA	29/06/1990	DEFERIDO
997	GABRIEL ANTONIO SILVA CANNAS VENTURA	10/03/2001	DEFERIDO
365	GABRIELA CASTRO RIOS DOS SANTOS	21/01/1999	DEFERIDO
1044	GABRIELA OLIVEIRA DOS REIS	18/04/1995	DEFERIDO
121	GABRIELA RODRIGUES FERREIRA	26/05/2002	INDEFERIDO
423	GEDIELLY DA SILVA XAVIER	04/12/2001	DEFERIDO
1202	GEOVANA DE SOUZA MAGALHÃES GRAUS	30/09/1998	DEFERIDO
128	GESSICA MARIA DE ALMEIDA	03/01/1994	DEFERIDO
934	GIOVANA BUENO RIBEIRO	30/12/1998	INDEFERIDO
371	GLEICE SATURNINA NUNES DE OLIVEIRA	03/04/1974	INDEFERIDO
1216	GREICILENE PIRES PINTO	16/07/1990	INDEFERIDO
925	GUILHERME MARTINS DA SILVA	06/08/2003	DEFERIDO
119	HENDLHEO PEREIRA ALMEIDA	01/03/1984	DEFERIDO
536	HERYNY KARYNY MOREIRA GUARIM	11/01/1999	DEFERIDO
1008	INÊS ROSA DE ALMEIDA DE FRANÇA	19/11/1984	DEFERIDO
906	IVAN YURI BORRALHO ARAUJO DE ATAIDE	13/06/1998	INDEFERIDO
186	JAMILLY DA SILVA ALVES	02/08/2004	DEFERIDO
1357	JANINE MOREIRA DE CARVALHO	16/03/1992	DEFERIDO
1258	JANINE SOUZA CASTRO	20/10/1991	DEFERIDO
430	JAQUELINE DE SOUZA	01/02/1989	DEFERIDO
777	JOANA DARK ALMEIDA DE JESUS	10/02/1983	DEFERIDO
527	JOEDILSON PONCE DA SILVA	16/11/1976	DEFERIDO
305	JOELINE ARRUDA DE OLIVEIRA	02/11/1979	DEFERIDO
797	JOELMA CLEMENTINA DA SILVA ALMEIDA	25/10/1984	INDEFERIDO
200	JONATHAN OLIVEIRA DA SILVA	09/01/1993	DEFERIDO
807	JONIELLE RODRIGUES FERNANDES	23/09/1995	INDEFERIDO
439	JOSÉ JUBERLANDIO PEREIRA	20/10/1979	INDEFERIDO
1310	JOSÉ LUAN SANTOS DA SILVA	11/07/2000	INDEFERIDO
1069	JOSIMEYRE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	25/03/1972	DEFERIDO
209	JÚLIA NAIARA SANTOS LEAL	10/01/1998	INDEFERIDO
409	JUSSAMAR SOARES DO NASCIMENTO	22/10/1986	DEFERIDO
265	KARINE PEREIRA DA COSTA	17/10/1995	DEFERIDO
1353	KELLY ANDRÉA SILVA NEVES	20/04/1974	DEFERIDO
967	KELLY CRISTINA ORTIZ LEMES	14/05/1995	DEFERIDO
309	KESYMARI RODRIGUES DA CRUZ	11/09/1997	DEFERIDO
335	LEANDRO DE ALMEIDA SILVA	19/06/1996	DEFERIDO
1147	LEIDIANE SANTOS E SILVA FRANCA	01/08/1998	DEFERIDO
661	LEIDIANE VIEIRA SÁ	20/06/1994	INDEFERIDO
617	LEILANE APARECIDA MOREIRA DA CRUZ	03/05/1983	DEFERIDO
904	LEIZIANE SANTOS E SILVA FRANÇA	09/06/2000	DEFERIDO
697	LENILZA FRANÇA DE FIGUEIREDO	09/03/1993	DEFERIDO
1249	LETÍCIA BENEDITA DE FREITAS MORAES	21/06/1995	INDEFERIDO
633	LETÍCIA ZUGAIR COSTA	15/03/2003	DEFERIDO
468	LUCAS PADILHA PONTES	22/05/1993	DEFERIDO
307	LUCENIL ALMEIDA ANUNCIAÇÃO	25/09/1970	DEFERIDO
318	LUCIANE BENEDITA LIMA DA	26/06/2002	INDEFERIDO
1386	LUIZ CARLOS PINHEIRO DE ALVARENGA JUNIOR	23/02/1991	DEFERIDO
946	LURITA SILVA DE SOUZA	16/06/1995	DEFERIDO
714	LUZIA DE FATIMA DA SILVA	21/03/1969	INDEFERIDO
899	LUZINETE PEREIRA MARTINS DA SILVA	26/05/1965	INDEFERIDO
227	LUZINETE ROSA DE OLIVEIRA SANTOS	04/09/1981	DEFERIDO
640	MAISE MIRANDA DA SILVA	15/03/1999	CANCELADO
1072	MARA IZZA FERREIRA LEOCADIO ROSA	03/03/1994	DEFERIDO
288	MARA LUISA DE PAULA CALDAS	13/04/1998	DEFERIDO
622	MARCELO DE JEZUS OLIVEIRA	27/10/1978	DEFERIDO
646	MARCIA CARNEIRO DA ROSA	07/08/1976	DEFERIDO
397	MARCIA GERACINA GONÇALVES DA CONCEIÇÃO	26/03/1975	CANCELADO
597	MARCIANI CORREIA CALDAS	31/03/1991	DEFERIDO
900	MARCIELE NEVES CALDAS	23/05/1989	DEFERIDO

457	MARIA ALCEDINA DE AMORIM	10/11/1976	DEFERIDO
663	MARIA BOMDESPACHO DA SILVA	15/03/1999	DEFERIDO
295	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA PORTELA	20/01/1955	INDEFERIDO
731	MARIA LUZIA DA SILVA NETA	31/07/1987	DEFERIDO
93	MARIANE APARECIDA BEZERRA DA SILVA	21/10/1987	DEFERIDO
408	MARINETE BARBOSA DA COSTA	22/11/1981	DEFERIDO
599	MARTA SOARES TOLEDO	25/02/1973	DEFERIDO
1329	MATEUS HENRIQUE VERICIMO DA SILVA	28/08/1997	CANCELADO
1333	MATEUS HENRIQUE VERICIMO DA SILVA	28/08/1997	CANCELADO
1335	MATEUS HENRIQUE VERICIMO DA SILVA	28/08/1997	DEFERIDO
995	MAURILENE LUANA NUNES DA SILVA	14/06/1991	DEFERIDO
619	MILENE BIANCA OLIVEIRA CAVALCANTE	30/12/1994	CANCELADO
687	MILENE BIANCA OLIVEIRA CAVALCANTE	30/12/1994	DEFERIDO
927	MIRIAN DE PINHO SILVA	25/05/1988	DEFERIDO
1270	NATALINA DE SOUZA RAMOS	24/10/1990	INDEFERIDO
327	NAYLANE DAVILA DOS SANTOS	11/09/1999	DEFERIDO
1237	NILZA JENNIFER ROSA DA CRUZ	04/12/1984	DEFERIDO
45	NIUARA MARQUES DOMINGOS	04/11/1992	DEFERIDO
769	NÍVEA MARIA MELO DE CARVALHO	29/07/2004	DEFERIDO
1161	OSMEIRE DE OLIVEIRA ROBLES	19/11/1965	DEFERIDO
280	OZENILDA SOARES DA SILVA	01/09/1983	DEFERIDO
292	PATRICIA ROSA WYCHOSKI CUSTODIO	21/10/1987	DEFERIDO
15	RAISSA FARIA DOS SANTOS	09/11/2001	DEFERIDO
449	REGINALDO ARCIOLI DE LIMA	14/02/1989	DEFERIDO
821	RITA MARIA RIBEIRO E MATOS CAMPOS	25/08/1982	DEFERIDO
1307	RONILENE NASCIMENTO VAZ	09/10/2001	DEFERIDO
3	ROSÂNGELA MARIA DOURADO	01/07/1984	INDEFERIDO
1180	ROSÂNGELA NUNES DA SILVA	04/12/1992	DEFERIDO
596	ROSELI GASPARINI	06/01/1978	CANCELADO
1142	ROSICLEI MARIANA DE FREITAS	22/08/1977	CANCELADO
94	ROSIMAIRE PINTO COELHO DE MORAES	12/09/1975	DEFERIDO
161	ROSIMEIRE MARIA DE OLIVEIRA	14/07/1968	DEFERIDO
76	SHARLIANNY ROBERTA OLIVEIRA DA SILVA	16/02/2004	INDEFERIDO
1280	SILVANA MENDES DA SILVA AQUINO	03/08/1986	INDEFERIDO
438	SIRLEI RODRIGUES PAIVA	04/01/1982	CANCELADO
438	SIRLEI RODRIGUES PAIVA	04/01/1982	CANCELADO
1157	SOFIA ALBERNAZ PIRES	26/09/2003	DEFERIDO
172	STEPHANNY YANKA DE ALMEIDA LOPES	15/11/1997	INDEFERIDO
1232	SUZANE MARYNARA DE OLIVEIRA PIRES	05/02/1997	DEFERIDO
693	TAMIRIS GUGELMIN	12/09/1989	DEFERIDO
649	TANIA DA CRUZ ALMEIDA	27/11/1984	INDEFERIDO
903	TARIELLI LEMES DA SILVA	17/07/1998	DEFERIDO
534	TATIANE MARTINS ASSIS	12/10/1988	DEFERIDO
1322	TERESA SOUSA RAMOS	08/05/1982	DEFERIDO
1252	TEREZINHA RODRIGUES DA COSTA	02/04/1979	DEFERIDO
1203	THAYS AUXILIADORA MEDEIROS OURIVES	20/08/1984	DEFERIDO
1336	THIAGO CARDOSO DE MATOS	12/11/1999	DEFERIDO
717	VÂNIA MARIA DOS SANTOS	16/02/1963	DEFERIDO
1131	VINÍCIUS DE SOUZA	10/03/1998	DEFERIDO
1076	VITOR ALEXANDRE GONCALVES FERREIRA	10/05/1997	DEFERIDO
289	VITOR CAMPOS GIACOMINI SCHIMIDT	22/09/1989	DEFERIDO
1089	WASTI GONÇALVES DE OLIVEIRA ROSA	09/03/1969	DEFERIDO
116	WELLINGTON DOS SANTOS ALMEIDA	06/04/1995	DEFERIDO
216	WICTOR ALEXANDRE GONÇALVES MOREIRA	14/02/2002	DEFERIDO
32	ZELI CORREA BATISTA	18/04/1979	INDEFERIDO

007 - 007 - NUTRICIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
103	ADSON FELIPE DO NASCIMENTO MELO	14/06/1998	INDEFERIDO
794	ALESSANDRA DE LIMA TOMAS	12/11/1990	DEFERIDO
174	ANA RUTH BATISTA DE SOUZA FERREIRA	15/10/1976	CANCELADO
174	ANA RUTH BATISTA DE SOUZA FERREIRA	15/10/1976	DEFERIDO
756	BARBARA CAROLINA HERANI LIMA	24/12/1997	DEFERIDO
338	CAROLINE PRADO ALMEIDA	07/06/1998	DEFERIDO
840	ELIANE CESAR DE ARRUDA	19/11/1982	INDEFERIDO
699	ELILMA MARIA FERRAZ	20/05/1998	DEFERIDO
489	ESTÉFANE SANTOS APOLIANO	23/09/1989	DEFERIDO
1302	FERNANDA CRISTINA FERREIRA CASTELO BRANCO	09/03/1988	DEFERIDO
765	HERAINE APARECIDA DE MIRANDA HERANI	09/09/1971	INDEFERIDO
1234	JÉSSICA CRISLAINE ALVES DA SILVA	25/05/1992	DEFERIDO
1231	KAMILLA DIAS PINHO	17/02/2000	DEFERIDO
375	LETICIA DA SILA KHOURI	17/09/1995	DEFERIDO
171	LETICIA SAYURI ADAMA COSTA	11/01/1995	DEFERIDO
390	LUCIANA LEITE DA CONCEIÇÃO	28/11/1981	INDEFERIDO
541	MARIANNY ESPÍRITO SANTO ROCHA	26/04/1995	DEFERIDO
824	NATHAN LUCAS FERREIRA DA SILVA	25/09/1997	DEFERIDO
1178	RAQUEL MARIA SANTOS	09/02/1979	DEFERIDO
401	RICARDO ALEXANDRE VALE MACIEL	29/08/1977	DEFERIDO
1078	ROSINEY MOREIRA GODOY DE CAMPOS SILVA	22/10/1979	DEFERIDO
102	SABRINA GODOY LEMOS	30/01/1998	DEFERIDO
223	STELLA FERREIRA SILVA	26/03/1998	DEFERIDO
984	THAYNARA DE ABREU MARTINS	29/05/1998	DEFERIDO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães/MT, 07 de novembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA CONTRATANTE representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALTAMIR KÜRTEN, CONTRATADA, RICARDO YOTZCHETZ JUNIOR,

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência da presente contratação, previsto na Cláusula Segunda, do Contrato nº 010/2021,

O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia 17 de fevereiro de 2023.

Cláudia - MT, 20 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 01310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, snºCentro, CLÁUDIA – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Srº. **ALTAMIR KURTEN,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado a empresa **GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.604.722/0001-13, estabelecida na Avenida Historiador Rubens De Mendonça, nº 2254, Ed. American Business, Center, Sala 04, bairro Bosque Da Saúde, cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.050-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Srº. **Gutto Martins Neves Bom Despacho** , portador do CIRG nº 14159791 SSP/MT e CIC nº 007.637.241-30, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA – MT, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2022,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA ENGENHARIA E ENSAIOS GEOTÉCNICOS PARA AS ESTRADAS CURUÁ, MAGALI, KENO 01 E KENO 06, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT,** sendo na oportunidade o registro dos itens mencionados abaixo:

Seq.	Código TCE	Itens	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	00060610	FORNECER OS ENSAIOS GEOTECNICOS DE SUBLEITO ACOMPANHADO DE ART, SENDO QUE A COLETA DO MATERIAL DO DEVERA SER REALIZADO AO LONGO DO EIXO DO PROJETO, COM ESPAÇEMTNO MAXIMO DE 100 A 100M, ATINGINDO UMA PROFUNDIDADE DE, NO MINIMO. 1,5 ABAIXO DO GREIDE DE PROJETO GEOMETRICO; APRESENTAR RESULTADOS DOS ENSAIOS. GRANULOMETRIA LIMITE DE LIQUIDEZ, LIMITE PLASTICIDADE, UMIDADE, DENSIDADE IN SITU, COMPACTAÇÃO, ISC E EXPANSAO, MEMORIAL DESCRITIVO E RELATORIO FOTORAFICO.	Un	1.000	R$ 225,00	R$ 225. 000,00
2	00070756	LEVANTAMENTO TOPOBATIMETRICO RIO OU CURSOS D'AGUA COM LARGURA MAXIMA DE 30M	Un	5	R$ 6. 500,00	R$ 32. 500,00
3	TCEMT0000206	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO CADASTRAL; DE ESTRADAS MUNICIPAIS E/OU VICINAIS LOCALIZADAS NO TERRITORIO MUNICIPAL E IMPLANTAÇÃO DE RN'S (500 EM 500 M) E PARES DE MARCOS (A CADA 5KM) AO LOGO DO TRECHO LEVANTADO EM DONFORMIDADE COM A NBR 13.333	QUILOMETRO	100	R$ 890,00	R$ 89. 000,00
4	314578-6	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	QUILOMETRO	475	R$ 1,95	R$ 926,25
5	355521-6	OS ENSAIOS PARA JAZIDA DEVERÃO SER FEITOS DA SEGUINTE MANEIRA, CONTENDO NO MINIMO 9 (NOVE) FUTOS: A MALHA DE FUROS ESPAÇADOS ENTRE 20 E 30M SOBRE TODA A AREDA DA JAZIDA A SER APROVEITADA	Un	5	R$ 2. 225,00	R$ 11. 125,00
6	216465-5	TRANSPORTE DE MATERIAS COLETADOS PARA OS ENSAIOS	KM RODADO	475	R$ 1,95	R$ 926,25
		Total:				R$ 359. 477,50

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 04/11/2022 até 04/11/2023.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CLÁUDIA não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2022 – REGISTRO DE PREÇOS,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- O pagamento dos serviços contratados será realizado, após a prestação dos serviços, em até 30 (trinta) dias, acompanhados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO do município.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato

administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante, que é parte integrante do Edital e desta Ata.

4.3. A empresa contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após o recebimento da solicitação expedida pela Secretaria interessada e **finalizar em até 120 (cento e vinte) dias.**

4.4. Ficará a cargo da contratada todas as despesas diretas ou indiretas para realização do serviço, incluindo a troca dos serviços que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.5. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.5. Os itens licitados deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato ou da ARP.

4.6. O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 -DO MUNICÍPIO:

5.1.1. Utilizar-se dos serviços observando o disposto na Ata de Registro de preços; 5.1.2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão; 5.1.3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Agendamentos ou requisições. 5.1.4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor "fiscal de contrato" designado por Portaria do senhor Prefeito.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1 - A empresa vencedora do certame (Detentora da Ata) obriga-se a: a) Atender as ordens de prestação dos serviços (requisições), prestando os serviços constantes de sua proposta em conformidade com as especificações estipuladas na cláusula I desta Ata, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura desta Ata de Registro de Preços; b) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta ata, sem prévia anuência do Município; c) Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; d) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor para o fornecimento do objeto deste edital; e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;

c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IPCA.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços será rescindida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 ou qualquer dos motivos elencados nos incisos I, II, IV, V, IX, X, XI, XII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços também poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.6. Por comum acordo entre as partes, desde que seja conveniente para Administração Pública.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A contratada reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 a 79, da Lei n° 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2022**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

14.1.1 A fiscalização ficará a cargo do servidor **Ivo Junior Faccin,** nomeado através de Portaria**.**

14.2 A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata: o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2022 – REGISTRO DE PREÇOS, bem como** a proposta da empresa **GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA – MT, 04 de Novembro de 2022.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA

GUTTO MARTINS NEVES BOM DESPACHO

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

NOME: TANIA BORGES ARAÚJO

CPF: 020.862.761-84

NOME: TAINA DE SOUZA

CPF: 056.371.481-63

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 101/2022/LIC/SEMAD

DATA: 31 de Outubro de 2022

SÚMULA: Nomeia a servidora **Edineia Valtrick**, como Fiscal de Contrato e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Secretário Municipal de Administração de Cláudia, Estado de Mato Grosso, DAVI SCHLEICHER , no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **Edineia Valtrick**, inscrito no CPF n° ***.578.711-**, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado;

CONTRATO:

Número/Ano	Contratado	Objeto
093/2018	**E.K. SERVICOS MEDICOS E PERICIAS LTDA**	**AVALIACAO REAVALIACAO E REVISAO COM EMISSAO DE PARECER TECNICO ESPECIALIZADO DOS SERVIDORES E SEGURADORES QUE ESTEJAM ATUALMENTE EM READAPTACAO PROFISSIONAL DESVIO DE FUNCAO E OU RECEBENDO BENEFICIO POR INCAPACIDADE- JUNTA MEDICA.**
094/2018	**E.K. SERVICOS MEDICOS E PERICIAS LTDA**	**AVALIACAO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE APRESENTAREM ATESTADO MEDICO TEMPORARIO-PERICIA MEDICA.**

Art.2° Nomeia a servidora **Tcherles Eliana Dellani**, inscrito no CPF n° ***.021.341-**, como

SUPLENTE**.**

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

31 de Outubro de 2022

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 102/2022/LIC/SEMAD

DATA: 31 de Outubro de 2022.

SÚMULA: Nomeia o servidor **Edson Domingos Catarino, como fiscal de Contratos** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, DAVI SCHLEICHER, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia o servidor **Edson Domingos Catarino** e inscrito no CPF n° ***.227.121-**, como FISCAL DE CONTRATO abaixo relacionado;

CONTRATO:

Número/Ano	Contratado	Objeto
034/2022	**C.T.T. CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME**	**Contratação de empresa para a prestação de Serviços de Transportes de pacientes, de Cláudia/MT para os municípios: Sinop/MT (Hospital Regional e Centro de Especialidades), Sorriso/MT (Hospital Regional, Consórcio Vale do Teles Pires e Clínica de Especialidades), Lucas do Rio Verde/MT (Hospital São Lucas), Nova Mutum/MT (Hospital Regional Hilda Strenger Ribeiro) e Cuiabá/MT (Centro de Especialidades)**

Art.2° Nomeia o servidor **Djalma Pereira De Sousa** e inscrito no CPF n° ***.292.033-**, como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

31 de Outubro de 2022

DAVI SCHLEICHER

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 088/2022

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO CONTRATANTE, ALTAMIR KURTEN, CONTRATADA empresa GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, ENGENHARIA E ENSAIOS GEOTÉCNICOS PARA AS ESTRADAS CURUÁ, MAGALI, KENO 01 E KENO 06, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT,O valor global do presente contrato é de R$ 359.477,50 (Trezentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)..O contrato terá validade da data de sua assinatura até 04/11/2023.CLÁUDIA – MT, 04 de Novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

4º BIMESTRE DO RREO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.417.120,00	57.235.757,40	11.686.695,02	20,42	46.280.449,84	80,86	10.955.307,56
RECEITAS CORRENTES	45.820.041,80	50.118.840,63	11.686.695,02	23,32	40.760.611,27	81,33	9.358.229,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.922.000,00	6.922.000,00	3.831.606,56	55,35	9.945.638,83	143,68	-3.023.638,83
Impostos	6.645.000,00	6.645.000,00	3.827.803,08	57,60	9.861.431,44	148,40	-3.216.431,44
Taxas	277.000,00	277.000,00	3.803,48	1,37	84.207,39	30,40	192.792,61
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.503.000,00	1.503.000,00	274.031,13	18,23	922.717,28	61,39	580.282,72
Contribuições Sociais	1.403.000,00	1.403.000,00	274.031,13	19,53	922.717,28	65,77	480.282,72
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	201.000,00	201.000,00	177.915,32	88,52	471.888,31	234,77	-270.888,31
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	201.000,00	201.000,00	177.915,32	88,52	471.888,31	234,77	-270.888,31
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	400.000,00	400.000,00	69.972,12	17,49	234.694,23	58,67	165.305,77
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	400.000,00	400.000,00	69.972,12	17,49	234.694,23	58,67	165.305,77
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.519.710,53	40.818.509,36	7.332.864,44	17,96	28.862.865,79	70,71	11.955.643,57
Transferências da União e de suas Entidades	17.310.904,88	20.709.703,71	3.061.588,66	14,78	13.525.923,63	65,31	7.183.780,08
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.208.805,65	16.108.805,65	3.448.904,28	21,41	12.019.775,23	74,62	4.089.030,42
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.000.000,00	4.000.000,00	822.371,50	20,56	3.317.166,93	82,93	682.833,07
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	274.331,27	274.331,27	305,45	0,11	322.806,83	117,67	-48.475,56
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.000,00	20.000,00		0,00	43.708,00	218,54	-23.708,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	254.331,27	254.331,27	305,45	0,12	279.098,83	109,74	-24.767,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							

Documento gerado em 02/11/2022 12:44:01

Página 1 de 34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.597.078,20	7.116.916,77		0,00	5.519.838,57	77,56	1.597.078,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.597.078,20	7.116.916,77		0,00	5.519.838,57	77,56	1.597.078,20
Transferências da União e de suas Entidades	1.597.078,20	1.597.078,20		0,00		0,00	1.597.078,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		5.519.838,57		0,00	5.519.838,57	100,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.382.880,00	2.382.880,00	449.140,23	18,85	1.525.391,88	64,01	857.488,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.800.000,00	59.618.637,40	12.135.835,25	20,36	47.805.841,72	80,19	11.812.795,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	49.800.000,00	59.618.637,40	12.135.835,25	20,36	47.805.841,72	80,19	11.812.795,68
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	49.800.000,00	59.618.637,40	12.135.835,25	20,36	47.805.841,72	80,19	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.567.223,26			3.567.223,26		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		3.567.223,26			3.567.223,26		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	48.252.774,41	61.715.907,24	10.325.931,93	44.245.555,23	17.470.352,01	11.018.451,29	42.942.904,04	18.773.003,20	40.569.499,71	
DESPESAS CORRENTES	40.216.500,24	49.830.594,78	9.920.746,81	41.228.175,54	8.602.419,24	10.509.241,16	40.241.383,79	9.589.210,99	37.967.925,36	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.742.070,00	17.675.721,61	3.963.762,60	14.739.929,47	2.935.792,14	3.990.442,32	14.681.120,76	2.994.600,85	14.596.869,30	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00		299,45	9.700,55		299,45	9.700,55	299,45	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.464.430,24	32.144.873,17	5.956.984,21	26.487.946,62	5.656.926,55	6.518.798,84	25.559.963,58	6.584.909,59	23.370.756,61	
DESPESAS DE CAPITAL	6.174.244,17	10.581.282,46	405.185,12	3.017.379,69	7.563.902,77	509.210,13	2.701.520,25	7.879.762,21	2.601.574,35	
INVESTIMENTOS	5.884.244,17	9.691.200,07	206.966,30	2.333.438,63	7.357.761,44	312.599,07	2.019.186,95	7.672.013,12	1.919.241,05	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	290.000,00	890.082,39	198.218,82	683.941,06	206.141,33	196.611,06	682.333,30	207.749,09	682.333,30	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.862.030,00	1.304.030,00			1.304.030,00			1.304.030,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.547.225,59	1.919.953,42	377.118,18	1.489.095,11	430.858,31	372.189,02	1.469.374,33	450.579,09	1.319.064,57	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.800.000,00	63.635.860,66	10.703.050,11	45.734.650,34	17.901.210,32	11.390.640,31	44.412.278,37	19.223.582,29	41.888.564,28	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	49.800.000,00	63.635.860,66	10.703.050,11	45.734.650,34	17.901.210,32	11.390.640,31	44.412.278,37	19.223.582,29	41.888.564,28	
SUPERÁVIT (XIII)				2.071.191,38			3.393.563,35		5.917.277,44	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	49.800.000,00	63.635.860,66	10.703.050,11	47.805.841,72		11.390.640,31	47.805.841,72		47.805.841,72	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2,382,880,00	2,382,880,00	449,140,23	18,85	1,525,391,88	64,01	857,488,12
RECEITAS CORRENTES	2,382,880,00	2,382,880,00	449,140,23	18,85	1,525,391,88	64,01	857,488,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2,382,880,00	2,382,880,00	449,140,23	18,85	1,525,391,88	64,01	857,488,12
Contribuições Sociais	2,382,880,00	2,382,880,00	449,140,23	18,85	1,525,391,88	64,01	857,488,12
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.547.225,59	1.919.953,42	377.118,18	1.489.095,11	430.858,31	372.189,02	1.469.374,33	450.579,09	1.319.064,57	
DESPESAS CORRENTES	1.547.225,59	1.919.953,42	377.118,18	1.489.095,11	430.858,31	372.189,02	1.469.374,33	450.579,09	1.319.064,57	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.547.225,59	1.919.953,42	377.118,18	1.489.095,11	430.858,31	372.189,02	1.469.374,33	450.579,09	1.319.064,57	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.252.774,41	61.715.907,24	10.325.931,93	44.245.555,23	96,74	17.470.352,01	11.018.451,29	42.942.904,04	96,69	18.773.003,20	
Legislativa	1.902.610,00	2.352.610,00	247.147,00	1.557.890,67	3,41	794.719,33	339.571,35	1.354.018,93	3,05	998.591,07	
Ação Legislativa	1.902.610,00	2.352.610,00	247.147,00	1.557.890,67	3,41	794.719,33	339.571,35	1.354.018,93	3,05	998.591,07	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	4.927.500,00	4.586.112,09	819.575,60	3.897.982,80	8,52	688.129,29	915.274,59	3.638.098,06	8,19	948.014,03	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	3.332.500,00	3.250.626,44	497.622,86	2.784.769,45	6,09	465.856,99	578.446,85	2.581.820,71	5,81	668.805,73	
Administração Financeira	1.470.000,00	1.217.785,65	302.097,60	1.023.948,39	2,24	193.837,26	316.972,60	967.012,39	2,18	250.773,26	
Controle Interno	125.000,00	117.700,00	19.855,14	89.264,96	0,20	28.435,04	19.855,14	89.264,96	0,20	28.435,04	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública		5.519.838,57				5.519.838,57				5.519.838,57	
Policiamento		5.519.838,57				5.519.838,57				5.519.838,57	
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	2.653.672,25	3.128.909,37	474.995,86	2.360.693,55	5,16	768.215,82	488.232,52	2.330.481,14	5,25	798.428,23	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	249.900,00	281.369,88	43.062,28	199.111,43	0,44	82.258,45	43.062,28	199.111,42	0,45	82.258,46	
Assistência Comunitária	2.138.772,25	2.497.939,49	354.095,95	1.890.017,35	4,13	607.922,14	360.095,95	1.859.804,95	4,19	638.134,54	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	265.000,00	349.600,00	77.837,63	271.564,77	0,59	78.035,23	85.074,29	271.564,77	0,61	78.035,23	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	2.424.850,00	2.484.850,00	441.667,68	1.563.490,46	3,42	921.359,54	391.393,44	1.508.948,48	3,40	975.901,52	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	2.424.850,00	2.484.850,00	441.667,68	1.563.490,46	3,42	921.359,54	391.393,44	1.508.948,48	3,40	975.901,52	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	9.134.320,37	13.693.074,77	2.302.815,64	9.325.780,08	20,39	4.367.294,69	2.236.612,84	8.993.490,26	20,25	4.699.584,51	
Atenção Básica	2.468.202,16	4.573.465,56	814.940,12	2.679.638,86	5,86	1.893.826,70	827.251,52	2.643.050,26	5,95	1.930.415,30	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.024.618,21	8.257.071,21	1.422.163,56	6.042.491,35	13,21	2.214.579,86	1.343.659,36	5.746.800,13	12,94	2.510.271,08	
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	106.500,00	5.070,80	74.159,16	0,16	32.340,84	5.070,80	74.159,16	0,17	32.340,84	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	461.500,00	746.038,00	60.641,16	529.480,71	1,16	216.547,29	60.631,16	529.480,71	1,19	216.557,29	
Alimentação e Nutrição	50.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções	30.000,00	0,00				0,00				0,00	
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	10.452.194,25	9.353.206,95	2.037.649,45	8.428.291,04	18,43	924.915,91	2.041.895,55	8.391.947,04	18,90	961.259,91	
Ensino Fundamental	4.819.005,76	4.884.531,09	1.135.544,18	4.199.016,53	9,18	685.514,56	1.137.490,09	4.195.316,53	9,45	689.214,56	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	2.267.436,63	545.610,00	24.621,60	510.894,21	1,12	34.715,79	17.017,60	503.290,21	1,13	42.319,79	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	2.217.892,46	2.721.942,46	629.092,78	2.674.263,29	5,85	47.679,17	638.656,95	2.649.223,29	5,97	72.719,17	
FU12 - Demais Subfunções	1.147.859,40	1.201.123,40	248.390,89	1.044.117,01	2,28	157.006,39	248.730,91	1.044.117,01	2,35	157.006,39	
Cultura	357.000,00	1.009.100,00	664.395,00	937.526,71	2,05	71.573,29	664.395,00	937.526,71	2,11	71.573,29	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	357.000,00	1.009.100,00	664.395,00	937.526,71	2,05	71.573,29	664.395,00	937.526,71	2,11	71.573,29	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	9.221.000,00	11.681.616,70	2.253.432,93	10.127.964,50	22,15	1.553.652,20	2.412.242,40	10.049.903,94	22,63	1.631.712,76	
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	15.000,00		13.273,00	0,03	1.727,00		13.273,00	0,03	1.727,00	
Serviços Urbanos	7.851.000,00	9.683.199,20	1.772.713,72	8.404.666,57	18,38	1.278.532,63	1.931.523,19	8.330.609,39	18,76	1.352.589,81	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	1.360.000,00	1.983.417,50	480.719,21	1.710.024,93	3,74	273.392,57	480.719,21	1.706.021,55	3,84	277.395,95	
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	722.500,00	715.284,59	224.720,80	628.951,28	1,38	86.333,31	224.720,80	628.951,28	1,42	86.333,31	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	722.500,00	715.284,59	224.720,80	628.951,28	1,38	86.333,31	224.720,80	628.951,28	1,42	86.333,31	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	860.000,00	641.488,00	168.486,65	612.644,40	1,34	28.843,60	168.627,65	612.644,40	1,38	28.843,60	
Preservação e Conservação Ambiental	255.000,00	0,00				0,00				0,00	
Controle Ambiental	165.000,00	0,00				0,00				0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos	50.000,00	0,00				0,00				0,00	
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	390.000,00	641.488,00	168.486,65	612.644,40	1,34	28.843,60	168.627,65	612.644,40	1,38	28.843,60	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	1.717.097,54	1.155.043,20	232.515,69	1.083.775,82	2,37	71.267,38	234.562,69	1.083.487,82	2,44	71.555,38	
Abastecimento											
Extensão Rural	1.062.097,54	211.000,00	96.633,53	190.865,56	0,42	20.134,44	98.968,53	190.865,56	0,43	20.134,44	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	655.000,00	944.043,20	135.882,16	892.910,26	1,95	51.132,94	135.594,16	892.622,26	2,01	51.420,94	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	403.000,00	1.609.900,00	167.836,16	1.517.369,36	3,32	92.530,64	472.636,16	1.517.369,36	3,42	92.530,64	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	403.000,00	1.609.900,00	167.836,16	1.517.369,36	3,32	92.530,64	472.636,16	1.517.369,36	3,42	92.530,64	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte		25.003,41		25.003,41	0,05	0,00		25.003,41	0,06	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário		25.003,41		25.003,41	0,05	0,00		25.003,41	0,06	0,00	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	667.000,00	1.148.757,20	92.474,65	1.091.950,64	2,39	56.806,56	167.739,51	974.190,89	2,19	174.566,31	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	667.000,00	1.148.757,20	92.474,65	1.091.950,64	2,39	56.806,56	167.739,51	974.190,89	2,19	174.566,31	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	948.000,00	1.307.082,39	198.218,82	1.086.240,51	2,38	220.841,88	260.546,79	896.842,32	2,02	410.240,07	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	450.000,00	905.082,39	198.218,82	684.240,51	1,50	220.841,88	196.611,06	682.632,75	1,54	222.449,64	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	498.000,00	402.000,00	0,00	402.000,00	0,88	0,00	63.935,73	214.209,57	0,48	187.790,43	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	1.862.030,00	1.304.030,00				1.304.030,00				1.304.030,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.547.225,59	1.919.953,42	377.118,18	1.489.095,11	3,26	430.858,31	372.189,02	1.469.374,33	3,31	450.579,09	
TOTAL (III) = (I + II)	49.800.000,00	63.635.860,66	10.703.050,11	45.734.650,34	100,00	17.901.210,32	11.390.640,31	44.412.278,37	100,00	19.223.582,29	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.547.225,59	1.919.953,42	377.118,18	1.489.095,11	3,26	430.858,31	372.189,02	1.469.374,33	3,31	450.579,09	
Legislativa	26.000,00	26.000,00	0,00	26.000,00	0,06	0,00	4.567,18	15.775,56	0,04	10.224,44	
Ação Legislativa	26.000,00	26.000,00	0,00	26.000,00	0,06	0,00	4.567,18	15.775,56	0,04	10.224,44	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	187.500,00	265.671,86	32.905,92	123.782,20	0,27	141.889,66	32.905,92	123.782,20	0,28	141.889,66	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	67.500,00	96.989,20	11.650,20	39.650,92	0,09	57.338,28	11.650,20	39.650,92	0,09	57.338,28	
Administração Financeira	105.000,00	153.682,66	21.255,72	77.991,83	0,17	75.690,83	21.255,72	77.991,83	0,18	75.690,83	
Controle Interno	15.000,00	15.000,00	0,00	6.139,45	0,01	8.860,55	0,00	6.139,45	0,01	8.860,55	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	115.100,00	124.038,42	20.857,50	90.941,05	0,20	33.097,37	20.857,50	90.941,05	0,20	33.097,37	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	100,00	100,00				100,00				100,00	
Assistência Comunitária	110.000,00	123.938,42	20.857,50	90.941,05	0,20	32.997,37	20.857,50	90.941,05	0,20	32.997,37	
FU08 - Administração Geral	5.000,00	0,00				0,00				0,00	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	104.200,00	265.700,00	68.552,95	254.497,03	0,56	11.202,97	68.552,95	254.497,03	0,57	11.202,97	
Atenção Básica	102.500,00	264.000,00	68.552,95	254.190,96	0,56	9.809,04	68.552,95	254.190,96	0,57	9.809,04	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	200,00	200,00				200,00				200,00	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	1.500,00	1.500,00		306,07	0,00	1.193,93		306,07	0,00	1.193,93	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/a)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/a)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	784.925,59	850.030,00	188.251,09	738.113,56	1,61	111.916,44	178.754,75	728.617,22	1,64	121.412,78	
Ensino Fundamental	438.795,59	465.900,00	102.799,57	377.309,76	0,82	88.590,24	102.799,57	377.309,76	0,85	88.590,24	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	166.130,00	102.130,00		79.183,06	0,17	22.946,94		79.183,06	0,18	22.946,94	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	180.000,00	282.000,00	85.451,52	281.620,74	0,62	379,26	75.955,18	272.124,40	0,61	9.875,60	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	3.000,00	0,00				0,00				0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	3.000,00	0,00				0,00				0,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	290.000,00	328.350,28	56.277,61	215.979,11	0,47	112.371,17	56.277,61	215.979,11	0,49	112.371,17	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	150.000,00	141.579,68	27.436,99	85.665,05	0,19	55.914,63	27.436,99	85.665,05	0,19	55.914,63	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral	140.000,00	186.770,60	28.840,62	130.314,06	0,28	56.456,54	28.840,62	130.314,06	0,29	56.456,54	
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	5.500,00	7.769,44	1.215,81	3.432,30	0,01	4.337,14	1.215,81	3.432,30	0,01	4.337,14	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	5.500,00	7.769,44	1.215,81	3.432,30	0,01	4.337,14	1.215,81	3.432,30	0,01	4.337,14	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	20.000,00	37.901,90	7.874,82	30.546,21	0,07	7.355,69	7.874,82	30.546,21	0,07	7.355,69	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	20.000,00	37.901,90	7.874,82	30.546,21	0,07	7.355,69	7.874,82	30.546,21	0,07	7.355,69	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	5.000,00	6.139,70	387,50	1.728,63	0,00	4.411,07	387,50	1.728,63	0,00	4.411,07	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	5.000,00	6.139,70	387,50	1.728,63	0,00	4.411,07	387,50	1.728,63	0,00	4.411,07	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	6.000,00	8.351,82	794,98	4.075,02	0,01	4.276,80	794,98	4.075,02	0,01	4.276,80	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	6.000,00	8.351,82	794,98	4.075,02	0,01	4.276,80	794,98	4.075,02	0,01	4.276,80	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2022
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	4,431,976.26	7,053,752.10	4,944,841.18	8,661,084.37	4,150,925.34	4,725,730.32	5,041,640.44	4,560,521.34	5,936,582.96	7,578,220.01	6,292,362.39	6,307,332.34	69,684,969.05	55,870,840.63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	594,467.61	613,294.58	541,474.98	2,491,715.74	580,419.49	1,104,376.66	1,362,612.61	928,657.23	1,306,862.50	831,103.78	1,465,815.03	2,365,791.53	14,186,591.74	6,922,000.00
IPTU	32,938.98	40,558.31	41,576.31	36,310.51	15,168.23	14,219.78	18,676.48	15,210.64	48,065.17	63,830.01	43,248.28	20,090.15	389,892.85	285,000.00
ISS	380,972.42	431,133.82	323,068.85	387,745.29	324,869.77	374,541.99	435,160.95	382,705.79	409,444.33	337,812.22	536,618.32	239,093.90	4,563,167.65	2,540,000.00
ITBI	175,652.31	29,800.00	124,611.47	2,007,344.94	170,151.56	612,117.09	795,496.14	436,487.28	839,768.18	246,242.74	762,038.48	1,991,085.02	8,190,795.21	3,000,000.00
IRRF	2,983.12	108,507.95	50,362.66	56,398.50	56,383.70	69,642.96	89,062.11	88,635.53	7,733.28	182,202.43	121,119.81	114,509.12	947,541.17	700,000.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,920.78	3,294.50	1,855.69	3,916.50	13,846.23	33,854.84	24,216.93	5,617.99	1,851.54	1,016.38	2,790.14	1,013.34	95,194.86	397,000.00
Contribuições				1,327,583.66	34,568.59	115,104.54	112,713.03	128,708.31	124,306.61	133,285.07	135,243.44	138,787.69	2,250,300.94	1,503,000.00
Receita Patrimonial	8,893.31	15,902.72	29,278.20	28,410.90	29,935.00	30,311.06	34,450.48	46,150.96	74,483.36	78,642.13	84,828.75	93,086.57	554,373.44	261,000.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	8,893.31	15,902.72	29,278.20	28,410.90	29,935.00	30,311.06	34,450.48	46,150.96	74,483.36	78,642.13	84,828.75	93,086.57	554,373.44	261,000.00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	21,554.60	18,216.48	17,839.36	22,043.08	17,946.60	21,373.67	37,224.10	23,689.70	28,301.43	36,186.61	46,783.14	23,188.98	314,347.75	400,000.00
Transferências Correntes	3,807,060.74	6,392,922.08	4,356,248.64	4,790,830.99	3,488,055.66	3,304,364.26	3,477,549.14	3,416,093.99	4,364,945.61	6,398,696.85	4,559,692.03	3,686,172.12	52,042,632.11	46,570,509.36
Cota-Parte do FPM	597,199.55	665,479.61	864,276.07	1,286,643.73	893,858.29	1,247,750.80	756,437.16	896,545.89	997,429.07	933,285.24	1,256,143.22	912,656.02	11,307,804.65	11,950,000.00
Cota-Parte do ICMS	1,295,915.31	1,740,317.36	1,531,286.84	1,420,752.48	1,238,915.93	1,134,465.04	1,408,704.09	1,093,732.76	1,502,865.24	1,329,554.59	1,310,158.54	1,351,992.93	16,458,661.11	13,560,000.00
Cota-Parte do IPVA	22,572.50	22,339.21	15,550.76	22,940.30	23,972.59	16,394.88	27,382.12	19,315.63	29,081.43	40,656.89	25,938.68	26,363.77	292,708.76	200,000.00
Cota-Parte do ITR	142,906.65	2,113,140.40	500,627.05	614,246.93	454,898.84	60,463.28	89,806.63	325,377.47	72,871.66	40,184.17	116,883.45	29,594.47	4,552,001.00	4,000,000.00
Transferências da LC nº 87/1996	40,994.01	40,994.01	40,994.01	40,994.01	40,065.65	40,065.65	40,065.65	40,065.65	40,065.65	40,065.65	40,065.65	40,065.65	484,501.24	
Transferências da LC nº 61/1989														30,000.00
Transferências do FUNDEB	377,287.64	482,012.62	429,019.16	409,637.98	386,946.47	399,642.29	426,760.11	369,600.40	485,025.53	426,820.63	401,267.13	421,104.37	5,015,124.33	4,000,000.00
Outras Transferências Correntes	1,230,185.08	1,328,638.87	974,494.75	995,615.56	449,397.89	405,582.32	728,393.38	671,356.19	1,237,607.03	3,587,929.68	1,409,235.36	913,394.91	13,931,831.02	12,830,509.36
Outras Receitas Correntes		13,416.24		500.00		150,200.13	17,091.08	17,221.15	37,683.45	100,305.57		305.45	336,723.07	274,331.27
DEDUÇÕES (II)	429,958.58	906,536.58	580,738.85	1,916,984.56	557,488.86	605,736.08	568,554.19	593,385.72	644,808.47	600,898.90	585,921.85	601,108.99	8,592,121.63	7,156,000.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência				1,327,583.66	34,568.59	115,104.54	112,713.03	128,708.31	124,306.61	133,285.07	135,243.44	138,787.69	2,250,300.94	1,403,000.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários					2,375.30	54.11			52.50				2,481.91	1,000.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	429,958.58	906,536.58	580,738.85	589,400.90	520,544.97	490,577.43	455,841.16	464,677.41	520,449.36	467,613.83	450,678.41	462,321.30	6,339,338.78	5,752,000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4,002,017.68	6,147,215.52	4,364,102.33	6,744,099.81	3,593,436.48	4,119,994.24	4,473,086.25	3,967,135.62	5,291,774.49	6,977,321.11	5,706,440.54	5,706,223.35	61,092,847.42	48,714,840.63
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)													0.00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4,002,017.68	6,147,215.52	4,364,102.33	6,744,099.81	3,593,436.48	4,119,994.24	4,473,086.25	3,967,135.62	5,291,774.49	6,977,321.11	5,706,440.54	5,706,223.35	61,092,847.42	48,714,840.63
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)													0.00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	4,002,017.68	6,147,215.52	4,364,102.33	6,744,099.81	3,593,436.48	4,119,994.24	4,473,086.25	3,967,135.62	5,291,774.49	6,977,321.11	5,706,440.54	5,706,223.35	61,092,847.42	48,714,840.63

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (**I**)	3.788.880,00	2.464.980,17
Receita de Contribuições dos Segurados	1.403.000,00	922.717,28
Ativo	1.401.000,00	922.119,89
Inativo	2.000,00	597,39
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	2.382.880,00	1.525.391,88
Ativo	2.382.880,00	1.525.391,88
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	1.000,00	2.481,91
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	2.481,91
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	2.000,00	14.389,10
Compensação Financeira entre os Regimes		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (**II**)		
Demais Receitas Correntes	2.000,00	14.389,10
RECEITAS DE CAPITAL (**III**)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (**IV**) = (**I** + **III** - **II**)	3.788.880,00	2.464.980,17

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios		268.206,74	268.206,74	261.249,53	
Aposentadorias					
Pensões por Morte		268.206,74	268.206,74	261.249,53	
Outras Despesas Previdenciárias	202.000,00	149.823,67	97.539,92	84.916,56	
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	202.000,00	149.823,67	97.539,92	84.916,56	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	202.000,00	418.030,41	365.746,66	346.166,09	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	3.586.880,00	2.046.949,76	2.099.233,51	2.118.814,08	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	169.834,45
Investimentos e Aplicações	17.623.944,42
Outros Bens e Direitos	1.419.736,69

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	115.351,58
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	76.671,85
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	490.173,51
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2022
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	50.118.840,63	40.760.611,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.922.000,00	9.945.638,83
IPTU	285.000,00	238.508,74
ISS	2.540.000,00	3.040.247,27
ITBI	3.000.000,00	5.853.386,49
IRRF	700.000,00	729.288,94
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	397.000,00	84.207,39
Contribuições	1.503.000,00	922.717,28
Receita Patrimonial	201.000,00	471.888,31
Aplicações Financeiras (II)	201.000,00	471.888,31
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	40.818.509,36	28.862.865,79
Cota-Parte do FPM	9.750.000,00	6.406.510,99
Cota-Parte do ICMS	10.848.000,00	8.303.409,01
Cota-Parte do IPVA	160.000,00	167.492,83
Cota-Parte do ITR	3.200.000,00	944.864,07
Transferências da LC 87/1996		320.525,20
Transferências da LC nº 61/1989	30.000,00	
Transferências do FUNDEB	4.000.000,00	3.317.166,93
Outras Transferências Correntes	12.830.509,36	9.402.896,76
Demais Receitas Correntes	674.331,27	557.501,06
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	674.331,27	557.501,06
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	49.917.840,63	40.288.722,96
RECEITAS DE CAPITAL (V)	7.116.916,77	5.519.838,57
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	7.116.916,77	5.519.838,57
Convênios	7.116.916,77	5.519.838,57
Outras Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	7.116.916,77	5.519.838,57
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	57.034.757,40	45.808.561,53

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2022					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	49.830.594,78	41.228.175,54	40.241.383,79	37.967.925,36	274.643,14	60.000,00	60.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	17.675.721,61	14.739.929,47	14.681.120,76	14.596.869,30	127.067,66		
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	10.000,00	299,45	299,45	299,45			
Outras Despesas Correntes	32.144.873,17	26.487.946,62	25.559.963,58	23.370.756,61	147.575,48	60.000,00	60.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	49.820.594,78	41.227.876,09	40.241.084,34	37.967.625,91	274.643,14	60.000,00	60.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	10.581.282,46	3.017.379,69	2.701.520,25	2.601.574,35		180.427,60	180.427,60
Investimentos	9.691.200,07	2.333.438,63	2.019.186,95	1.919.241,05		180.427,60	180.427,60
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)	890.082,39	683.941,06	682.333,30	682.333,30			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	9.691.200,07	2.333.438,63	2.019.186,95	1.919.241,05		180.427,60	180.427,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.304.030,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	60.815.824,85	43.561.314,72	42.260.271,29	39.886.866,96	274.643,14	240.427,60	240.427,60

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2022
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	5.406.623,83

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2022
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	467.068,44
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2022
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	5.873.692,27

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2021 (a)	Até o Bimestre 2022 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)		10.033.359,63
Disponibilidade de Caixa		10.033.359,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	10.406.813,67
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	137.926,34
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	235.527,70
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-10.033.359,63

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	10.033.359,63

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2022
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-137.926,34
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	10.171.285,97

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	9.704.217,53

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.567.223,26
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.567.223,26
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	183.618,50	229.250,38	274.643,14		138.225,74	89.295,20	409.840,99	240.427,60	240.427,60		258.708,59	396.934,33
PODER EXECUTIVO	183.598,50	229.250,38	274.643,14		138.205,74	89.295,20	409.840,99	240.427,60	240.427,60		258.708,59	396.914,33
PODER LEGISLATIVO	20,00				20,00							20,00
Câmara Municipal	20,00				20,00							20,00
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		99.995,45	97.864,06		2.131,39							2.131,39
TOTAL (III) = (I + II)	183.618,50	329.245,83	372.507,20		140.357,13	89.295,20	409.840,99	240.427,60	240.427,60		258.708,59	399.065,72

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2021 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2021 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		99.995,45	97.864,06		2.131,39							2.131,39
PODER EXECUTIVO		99.995,45	97.864,06		2.131,39							2.131,39
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	49.800.000,00
Previsão Atualizada	59.618.637,40
Receitas Realizadas	47.805.841,72
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.567.223,26
DESPESAS	
Dotação Inicial	49.800.000,00
Dotação Atualizada	63.635.860,66
Despesas Empenhadas	45.734.650,34
Despesas Liquidadas	44.412.278,37
Despesas Pagas	41.888.564,28
Superávit Orçamentário	3.393.563,35

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	45.734.650,34
Despesas Liquidadas	44.412.278,37

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	61.092.847,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	61.092.847,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	61.092.847,42

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	2.464.980,17
Despesas Previdenciárias Empenhadas	418.030,41
Despesas Previdenciárias Liquidadas	365.746,66
Despesas Previdenciárias Pagas	346.166,09
Resultado Previdenciário	2.099.233,51
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha		5.406.623,83	
Resultado Nominal - Acima da Linha		5.873.692,27	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 4º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	512.864,33	0,00	372.507,20	140.357,13
Poder Executivo	512.844,33	0,00	372.507,20	140.337,13
Poder Legislativo	20,00	0,00	0,00	20,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	499.136,19	0,00	240.427,60	258.708,59
Poder Executivo	499.136,19	0,00	240.427,60	258.708,59
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	1.012.000,52	0,00	612.934,80	399.065,72

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 4º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios

Notas Explicativas	Valores 31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

2º QUADRIMESTRE RGF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.286.138,35	1.391.983,50	1.411.638,72	3.651.211,57	1.663.600,00	1.712.347,09	1.848.291,96	1.928.057,70	1.919.505,10	1.993.666,28	2.038.463,98	2.054.652,79	22.899.657,04	
Pessoal Ativo	1.286.138,35	1.391.983,50	1.411.638,72	1.705.904,72	1.506.584,86	1.565.185,80	1.708.526,56	1.767.590,78	1.766.133,64	1.842.227,39	1.883.875,36	1.899.758,72	19.735.548,40	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.084.576,30	1.159.971,62	1.184.399,92	1.301.293,13	1.281.023,42	1.331.934,25	1.473.863,01	1.509.735,58	1.485.998,09	1.567.179,09	1.606.829,14	1.636.232,57	16.623.036,12	
Obrigações Patronais	201.562,05	232.011,88	227.238,80	404.611,59	225.561,44	233.251,55	234.663,55	257.855,20	280.135,55	275.048,30	277.046,22	263.526,15	3.112.512,28	
Pessoal Inativo e Pensionistas				1.945.306,85	157.015,14	147.161,29	139.765,40	160.466,92	153.371,46	151.438,89	154.588,62	154.894,07	3.164.108,64	
Aposentadorias, Reserva e Reformas				1.558.210,00	127.676,68	125.988,46	119.199,02	139.004,67	129.957,70	129.135,17	132.284,90	132.590,35	2.594.046,95	
Pensões				387.096,85	29.338,46	21.172,83	20.566,38	21.462,25	23.413,76	22.303,72	22.303,72	22.303,72	570.061,69	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		5.000,00			157.015,14	147.161,29	139.765,40	160.466,92	153.371,46	151.438,89	154.588,62	154.894,07	1.223.801,79	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		5.000,00											5.000,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados					157.015,14	147.161,29	139.765,40	160.466,92	153.371,46	151.438,89	154.588,62	154.894,07	1.218.801,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.286.138,35	1.386.983,50	1.411.638,72	3.651.211,57	1.506.584,86	1.565.185,80	1.708.526,56	1.767.590,78	1.766.133,64	1.842.227,39	1.883.875,36	1.899.758,72	21.675.855,25	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	61.092.847,42	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	61.092.847,42	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	21.675.855,25	35,48
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	32.990.137,61	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	31.340.630,73	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	29.691.123,85	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (**I**X) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (X**II**) (%)	
Excedente em 2021 (X**III**) = (X**II** - I**X**) (%)	
Redutor anual (X**IV**) = (0,10 x X**III**) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.863.001,08	2.826.143,66	2.623.581,91	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	2.863.001,08	2.826.143,66	2.623.581,91	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	1.624.172,16	2.826.143,66	2.623.581,91	
De Tributos	0,00	972.914,64	804.928,71	
De Contribuições Previdenciárias	1.624.172,16	18.272,05	18.272,05	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	1.592.846,48	1.558.270,66	
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	0,00	242.110,49	242.110,49	
Demais Dívidas Contratuais	1.238.828,92	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	5.928.749,01	9.257.281,99	10.033.359,63	
Disponibilidade de Caixa	5.928.749,01	9.257.281,99	10.033.359,63	
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.441.293,94	9.653.718,31	10.406.813,67	
(-) Restos a Pagar Processados	512.544,93	137.926,34	137.926,34	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	258.509,98	235.527,70	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.065.747,93	-6.431.138,33	-7.409.777,72	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.672.189,38	52.178.117,25	61.092.847,42	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	47.672.189,38	52.178.117,25	61.092.847,42	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	6,01	5,42	4,29	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-6,43	-12,33	-12,13	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	57.206.627,26	62.613.740,70	73.311.416,90	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	51.485.964,53	56.352.366,63	65.980.275,21	
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	
Passivo Atuarial	0,00	17.624.064,15	17.624.064,15	
RP Não-Processados	499.136,19	312.608,59	258.708,59	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Contratual de PPP				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2022
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	47.672.189,38	52.178.117,25	61.092.847,42	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)			0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	47.672.189,38	52.178.117,25	61.092.847,42	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	10.487.881,66			
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	9.439.093,49			
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	61.092.847,42	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	61.092.847,42	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	9.774.855,59	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	8.797.370,03	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.276.499,32	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	61.092.847,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	61.092.847,42
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	61.092.847,42

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cocalinho - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2022
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	21.675.855,25	35,48
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	32.990.137,61	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	31.340.630,73	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) - <%>	29.691.123,85	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-7.409.777,72	-12,13
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.440.426,43	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 953/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** a senhora, **AKEMY DE OLIVEIRA SANTOS**, portadora do CPF. n°. 063.456.001-80, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO, DAE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 13 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 13 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 17 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–DRH Nº _325/2022, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de Licença por motivo de doença em pessoa da família em favor da servidora "MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA".

Carlos Frederico Carvalho de Oliveira, Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 103º da Lei nº 2408/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos civis do Município de Colíder - MT.

Resolve,

Art. 1º Deferir o Benefício de **Licença por motivo de doença em pessoa da família** em favor da servidora Sra. MARINA APARECIDA DE OLIVEIRA, portadora da matricula nº 464, efetiva no cargo de COZINHEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Colíder, fundamentado no relatório social da Assistente Social do PIQ do Município, com início do dia 29/10/2022 e término em 04/11/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 29/10/2022, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS FREDERICO CARVALHO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

Portaria n°. 009/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICAÇÃO
LEI Nº. 3.259/2022

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 3.259/2022.

Súmula: "Autoriza o chefe do poder executivo municipal de Colíder/MT a alienar em favor da Empresa vencedora do Chamamento Público a ser realizado, mediante processo licitatório, área de matricula 27.342 do cartório de registros de imóvel de COLIDER/MT em perímetro urbano, a ser desmembrada em aproximadamente 175 lotes, para Programa Habitacional do Governo Federal – Casa Verde e Amarela e Programa Estadual – Ser Família Habitação realizado em parceria com a Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil/SA e dá outras providências"

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte lei:*

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar em favor da empresa vencedora do Chamamento Público a ser realizado, mediante processo licitatório, a área de matrícula nº 27.435, do bairro Gleba Cafezal, devidamente registrados no Registro de Imóveis do 1º Ofício desta Comarca, que será transformado em empreendimento imobiliário para a construção de aproximadamente 175 (cento e setenta e cinco) unidades habitacionais do Programa Casa Verde e Amarela do Governo Federal, ou outro que vier a substitui-lo, em projeto a ser aprovado por este município. A Matrícula do imóvel faz parte integrante desta lei, como ANEXO I.

§ 1º O empreendimento poderá ser edificado no âmbito do Programa Habitacional Associativo Imóvel na planta ou Apoio à produção, ou outro que vier a substituí-los, operacionalizado pelas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil S/A.

§ 2º Os compradores dos imóveis a serem construídos, poderão se enquadrar nos limites do Programa Casa Verde e Amarela nos termos das Leis Federais n°. 14.118 de 12 de janeiro de 2021 e n°. 12.424 de 16 de junho de 2011, ou na carta de crédito do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em conformidade com as resoluções emitidas pelo respectivo Conselho Curador, ou ainda em outros programas do SFH - Sistema Financeiro Habitacional, bem como do Programa Ser Família Habitação, nos termos da Lei Estadual nº 11.587 de 26 de novembro de 2021.

§ 3º A vencedora do certame, deverá oferecer para a contratação do empreendimento, a área resultante da licitação, nos termos do Art. 1º.do imóvel descrito no Anexo Único desta lei.

Artigo 2º - O imóvel urbano descrito no Art. 1º será doado a vencedora do certame ou a agente operador do programa, pelo município de Colíder/MT.

Artigo 3º - Fica, portanto, o Município de Colíder/MT, autorizado a celebrar contrato com a empresa vencedora do Chamamento Público, depois de realizado processo licitatório.

Artigo 4º - Os lotes urbanos após desmembrados, objeto desta Lei, terão destinação preferencialmente para moradia popular.

Artigo 5º - A empresa vencedora do chamamento público deverá cumprir integralmente os prazos e especificações previstas no edital que será publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei.

Parágrafo único. O computo do prazo para início das obras somente se dará a partir da apresentação das matrículas individualizadas pela municipalidade; o prazo para emissão do alvará de obras, apresentação de licença ambiental prévia e de instalação e aprovação do empreendimento junto a instituição financeira será de no máximo 90 (noventa) dias.

Artigo 6º - Fica ressalvada a hipótese de hipoteca ou alienação fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A, agentes financeiros que operam com os Programas Habitacionais Federais e/ou Estaduais e com o Sistema Financeiro Habitacional, garantia exigida para a efetivação do Programa Casa Verde e Amarela.

Artigo 7º - Ao empreendimento habitacional de que trata a presente lei, a título de incentivo, conceder-se-á:

I - Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, previstos na Lei Complementar Municipal, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta;

II - Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel à Adquirente, bem como para a primeira transmissão aos compradores dos imóveis, que fizerem a aquisição na planta ou quando o imóvel estiver pronto, com base na presente lei;

III - Isenção temporária do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano – sobre o imóvel onde o empreendimento habitacional será implantado;

IV - Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base na presente lei;

§ 1º As isenções temporárias previstas nos incisos I à IV abrangem o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender ao Programa especificado na presente lei.

§ 2º O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza –objeto da isenção de que trata o inciso I deste artigo, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

Artigo 8º - Fica autorizado ao poder público municipal realizar obras ou aporte financeiro, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas indicados no parágrafo primeiro do Art. 1º desta lei, nas áreas destinadas à construção das unidades habitacionais, entretanto não poderão ser incluídos no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

Artigo 9º - Os lotes urbanos destinados pelo município para realização do empreendimento, serão precedidos de avalição prévia realizada pelo município. Os valores venais atribuídos aos lotes entrarão como contrapartida do município ao empreendimento e consequentemente serão descontados dos valores finais das residências a serem financiados pelos mutuários.

Artigo 10º - No momento da distribuição das unidades habitacionais do programa Casa Verde e Amarela, serão utilizados prioritariamente os cadastros já realizados e contemplados pelo município.

Artigo 11º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar a doação com ônus do Projeto Arquitetônico do Empreendimento a ser realizado.

Artigo 12º - As despesas decorrentes dessa lei correrão por dotação orçamentárias próprias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2.022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 960/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **CLEIDE PRATES RIBEIRO**, Zeladora, portadora da matricula nº. 338, para atuar na Gerência dos Serviços de ASB no PSF Central, tendo gratificação especifica de 10% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 08 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 21 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 959/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 780/2022, que designou o servidor **MIQUEIAS DE OLIVEIRA**, Técnico Desportivo, portador da matricula nº. 435, a CEDÊNCIA, ao CENTRO DE FORMAÇÃO MIRIM DE COLÍDER, pela carga horaria de 12 horas semanais, ao CENTRO DE FORMAÇÃO MIRIM DE COLÍDER, com ônus para a Prefeitura Municipal de Colíder – MT, a partir de 21 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 21 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 958/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 351/2021, que designou o servidor **MIQUEIAS DE OLIVEIRA**, Técnico Desportivo, portador da matricula nº. 435, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, tendo gratificação de 25%, sobre o salário base, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 19 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICAÇÃO
LEI Nº. 3.260/2022.

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 3.260/2022.

Súmula: Institui a Campanha de Recuperação Fiscal 2022 do Município de Colider (Refis-Col 2022/2) e dá outras providências.

*O **Excelentíssimo Senhor HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte Lei:*

Artigo 1º - Fica instituída a Campanha de Recuperação Fiscal do Município de Colíder (REFIS-COL 2022/2), com o objetivo de promover a regularização dos créditos tributários das pessoas físicas e jurídicas inscritos na Dívida Ativa do Município, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2021, ajuizados ou a ajuizar, exclusivo os valores retidos, na forma e condições estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo Único – Fica garantido aos contribuintes as isenções constantes no Art. 52, da Lei nº. 1764/2005, que versa sobre o Código Tributário do Município.

Artigo 2º - A opção ao REFIS-COL 2022/2 sujeita o contribuinte:

I – ao imediato pagamento do débito consolidado, ou em caso de parcelamento, na forma e prazo que dispuser o regulamento, para efeito do disposto no § 4º do artigo 3º;

II - à submissão integral às normas e condições estabelecidas para a campanha;

III – à confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no parcelamento;

IV – à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

Artigo 3º - O ingresso na campanha REFIS-COL 2022/2 dar-se-á por opção do contribuinte, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, formalizada em termo próprio junto ao setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Colíder, nos prazos e forma estabelecidos nesta Lei e regulamentações.

§ 1º - a opção poderá ser formalizada entre o período de 20 de novembro à 20 de dezembro 2022, na forma estabelecida no parágrafo 4º e 5º deste artigo.

§ 2º - os débitos existentes em nome do contribuinte optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso na Campanha ora instituída.

§ 3º - a consolidação abrangerá todos os débitos tributários existentes em nome da pessoa física ou jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à multa de mora, juros moratórios e demais encargos determinados da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 4º - os débitos consolidados na forma deste parágrafo poderão ser parcelados, ficando assim estabelecidas as condições:

I – Pagamento em parcela única com desconto de 100% de desconto dos acréscimos moratórios (juros e multas), com vencimento em até 05 dias a contar da adesão;

II – Pagamento em até 6 (seis) parcelas com desconto de 80% (oitenta por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa);

III - Pagamento em até 12 (doze) parcelas com desconto de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa).

IV – Pagamento em até 18 parcelas com descontos de 50% (cinquenta por cento) sobre acréscimos moratórios (juros e multas);

V – Pagamento em até 24 parcelas com descontos de 40% (quarenta por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multas).

§ 5º O contribuinte que descumpriu o acordo firmado em refis anteriores poderá reparcelar sua dívida, devendo a primeira parcela totalizar no mínimo 30% do total de sua dívida.

§ 6º - os débitos consolidados superior a R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) na forma deste parágrafo poderão ser parcelados, ficando assim estabelecidas a condição:

I – Pagamento em parcela única com desconto de 100% de desconto dos acréscimos moratórios (juros e multas), com vencimento em até 05 dias a contar da adesão;

II – Pagamento em até 6 (seis) parcelas com desconto de 80% (oitenta por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa);

III - Pagamento em até 12 (doze) parcelas com desconto de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa).

IV - Pagamento a cima de 12 (doze) com desconto de 60% (sessenta por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa). As parcelas não poderão ser inferiores a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada e não superior à 48 (quarenta e oito) parcelas.

§ 7º - o valor mínimo para os boletos das parcelas mensais não poderá ser inferior a 02 (duas) UFCL (Unidade Fiscal do Município de Colíder).

§ 8º - a opção à REFIS-COL 2022/2 exclui qualquer outra forma de parcelamento do débito.

Artigo 4º - O débito será pago à vista ou em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis na data aposta nos respectivos boletos, cujos valores serão calculados pelo Setor de Tributação, na forma da Campanha ora instituída, sendo certo que, quando não pagos na forma e na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora e multa nos termos do Código Tributário Municipal.

Artigo 5º - O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos dos créditos parcelados na forma do artigo 3º determinará a imediata suspensão do parcelamento, bem como se for o caso, a imediata execução fiscal e inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito SCPC/SERASA.

Artigo 6º - O disposto nesta Lei, no tocante aos benefícios fiscais, se aplica a créditos tributários lançados de ofício ou não, decorrentes de infrações praticadas com dolo, ou simulação.

Parágrafo Único - Exclui-se da aplicação dessa lei as isenções ou imunidades concedidas ou reconhecidas em processos eivados de vícios como aos de falta de recolhimento do tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Artigo 7º - Os débitos que se encontrarem em fase judicial poderão usufruir dos benefícios desta Lei no que lhes for aplicável, cabendo ao devedor, concomitantemente, o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

Artigo 8º - Os benefícios contidos no artigo 3º desta Lei não alcançam:

I – os débitos cujos pagamentos tenham sido efetivados em data anterior à vigência desta Lei;

II – os pagamentos já efetuados em débitos parcelados, em data anterior à vigência desta Lei, sendo extensível somente ao saldo devedor;

Artigo 9º - O contribuinte será excluído da REFIS-COL mediante ato do Secretário Municipal de Fazenda e Administração ou Departamento de Tributação nas seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências contidas nesta Lei;

II – inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, relativamente ao débito consolidado;

III – constatação de débito abrangido pela REFIS-COL 2022/2, caracterizado por lançamento de ofício, não incluído na confissão a que se referem os artigos 2º e 3º desta Lei, salvo se integralmente recolhido no prazo de trinta dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial.

Parágrafo único – ao contribuinte que perder os benefícios concedidos nesta Lei, será exigido o imediato recolhimento do saldo remanescente de uma só vez ou parcelado, acrescidos dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados e com aplicação dos acréscimos moratórios previstos na legislação tributária municipal.

Artigo 10º – O Poder Executivo poderá editar e publicar os atos regulamentares que se fizerem necessários para a implantação e regulamentação desta Lei.

Artigo 11º – Fica autorizado o poder executivo a proceder a compensação de débitos nos termos da Lei.

Artigo 12º – Os benefícios contidos nesta Lei terão vigência na forma do artigo 3º desta Lei, desde que a opção seja formalizada até o dia 20 de dezembro de 2022.

Artigo 13º - Fica autorizado o ajustamento do montante da Dívida Ativa do Município informado na Contabilidade ao valor realmente apurado pelo Departamento de Tributação, após as exclusões por extinção previstas por esta Lei ou por processos Administrativos que verifiquem erros de lançamentos ao longo dos últimos exercícios.

Artigo 14º – Esta Lei entrará em vigor a partir da aprovação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2.022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 951/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **ANDREA MACIEL MARTINS**, Agente Administrativo, portadora da matricula nº. 1547, para atuar como responsável Técnico do Setor de Compras na Secretaria de Saúde, tendo gratificação especifica de 25% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 17 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 948/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **SILVANA MARIA FIRMINO FERREIRA**, Técnica em Enfermagem, portadora da matricula nº. 433, para atuar como Responsável Técnico pelo Sistema de Armazenamento de Imunos no PSF Central, tendo gratificação especifica de 20% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 947/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **REGIANE APARECIDA DE SOUZA**, Técnica em Enfermagem, portadora da matricula nº. 3446, para atuar co-

mo Responsável Técnico pelo Sistema de Armazenamento de Imunos no PSF Santa Clara, tendo gratificação especifica de 20% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 946/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **MARCIELI FAVERO FERNEDA**, Técnica em Enfermagem, portadora da matricula nº. 3099, para atuar como Responsável Técnico pelo sistema de Armazenamento de Imunos no PSF Perim, tendo gratificação especifica de 20% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 945/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **JULIANA SANTOS LINO**, Técnica em Enfermagem, portadora da matricula nº. 3458, para atuar como Responsável Técnico pelo Sistema de Armazenamento de Imunos no PSF Torre, tendo gratificação especifica de 20% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 944/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidor **JAIME PEREIRA LIMA**, Técnico em Enfermagem, portador da matricula nº. 3083, para atuar como responsável Técnico pelo Sistema de Armazenamento de Imunos no PSF Bom Jesus, tendo gratificação especifica de 20% sobre o valor base, lotadO na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 943/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º DESIGNAR a servidora **ANGELITA DOS SANTOS BRESSAN**, Técnica em Enfermagem, portadora da matricula nº. 2276, para atuar como Responsável Técnico pelo Sistema de Armazenamento de Imunos no PSF Sagrada Família, tendo gratificação especifica de 20% sobre o valor base, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICAÇÃO
LEI Nº. 3.261/2022.

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 3.261/2022.

Súmula: Denomina o Lago 3 na cidade de Colíder, de “Lago Lions Internacional”, e dá outras providências.

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte lei:*

Artigo 1º. O Lago 3 construído no perímetro urbano da cidade de Colíder, passa a ser denominado como “Lago Lions Internacional”.

Parágrafo único: No prazo de até 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, o Poder Executivo Municipal adotará as medidas administrativas visando a divulgação da denominação, inclusive mediante a afixação de placa no local.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2.022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 942/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR o setor de trabalho dos servidores relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de outubro de 2022:

NOME	MATRIC	LOTAÇÃO ANTIGA	LOTAÇÃO ATUAL	SETOR

Andreia Marim Escórcio	6832	Manutenção CMS-Centro Municipal de Saúde	Manutenção com Atenção Básica	PSF Central
Cleonice Ap. Mateus	6732	Manutenção CMS-Centro Municipal de Saúde	Manutenção CAPS-Saúde Mental em Ação	CAPS
Vera Lucia Dias da Silva	6735	Manutenção CAPS- Saúde Mental em Ação	Manutenção CEREST-Saúde Trabalhador com Excelência	CEREST

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 941/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, o servidor, **DENILSON DE ALMEIDA DE PAULA,** portador da matricula nº. 2345, do Departamento Manutenção PA – Pronto Atendimento para o Departamento Manutenção com Atenção Básica, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 13 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 940/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 183/2021, que designou a servidora **ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA**, Agente Administrativo, portadora da matricula nº. 415, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 06 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 06 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 10 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 939/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** a senhora, **ANDREIA MARIM ESCORCIO**, portadora do CPF. n°. 063.993.661-00, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO, DAE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 10 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 937/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora, **CRISTIANE DOS SANTOS PAULA,** portadora da matricula nº. 2465 da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda e Turismo, Setor Terminal Rodoviário, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 01 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 07 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 934/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - TRANSFERIR, a servidora, **ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA,** portadora da matricula nº. 415, da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Gabinete, Governo e Comunicação, setor Serviço Municipal de Trânsito, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 06 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 06 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 05 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 933/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER, Licença Para Tratamento de Interesse Particular, conforme Artigo 93, Inciso VII e Artigo 111, da Lei 2.408/2010, sem remuneração, a pedido, à servidora, **AGUIDA APARECIDA DA SILVA CAZELATO**, Agente Administrativo, portadora da matricula nº 2373, classe C, nível 04, lotada na Secretaria Municipal de Gabinete, Governo e Comunicação, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, durante o período de 03 de outubro de 2022 a 02 de outubro de 2023.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 05 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 932/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** o senhor, **CELSO ALFREDO SIMON**, portador do CPF. n°. 453.028.201-53, para exercer o cargo de **MOTORISTA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de outubro de 2022.

Registra-se, publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 03 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 928/2022

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR** a senhora, **CAMILA SOARES DA SILVA**, portadora do CPF. n°. 073.789.321-40, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO, DAE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 03 de outubro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2022 PROCESSO: 8376/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2022

PROCESSO: 8376/2022

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT**, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 18/GP de 07/02//2022 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 24, da Lei 8.666/93, realiza o processo de **DISPENSA de licitação nº** 08/2022, com OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM HOSPEDAGEM CONFORME CONVENIO SECEL 2024-2022.**

Colniza - MT, 07 de novembro de 2022.

MARCILENE DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 289/GP/2022

PORTARIA Nº289/GP/2022, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido, nos moldes do Art. 41 da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto do Servidor Público, o Servidor **Adriano Oliveira do Amaral,** matricula nº. 6780-1, efetivo no Cargo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.

Colniza/MT, em 07 de novembro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9969/2022

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, através de sua Pregoeira Oficial, faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. A presente licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE DIÁRIAS EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ/MT, PARA ATENDER PACIENTES REGULADOS PELO SUS EM TRATAMENTO MÉDICO NA CAPITAL, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **22 de novembro de 2022, às 08:00 (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital estará disponível no site www.colniza.mt.gov.br, este setor não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(66) 3571- 1000.**

Colniza - MT, 07 de novembro de 2022.

_____

MARCILENE DOS SANTOS

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 286/GP/2022

PORTARIA Nº286/GP/2022, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"CONSTITUI COMISSÃO DE EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR PARA AVALIÇÃO DAS FUNCIONALIDADES E REQUISITOS DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO ELETRONICO DE DOCUMENTOS (GED), EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERENCIA DO REFERIDO PROCESSO E DE ACORDO COM O ANEXO I DESTA PORTARIA".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de observância do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO ELETRONICO DE DOCUMENTOS (GED), que deverá atender no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades e requisitos contidos no termo de referência em conformidade com o ANEXO I desta portaria;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da demonstração prática da solução ofertada, esta comissão emitirá relatório técnico de **"ACEITE'** ou **'RECUSA"** eencaminhará ao pregoeiro responsável pelo referido processo.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de equipe técnica multidisciplinar para avaliação das funcionalidades e requisitos do software de gerenciamento eletrônico de documentos **(GED)**, composta pelos servidores:

I – Presidente da Comissão:

Paulo Henrique Andrade da Silva, matricula nº. 6698-1

Técnico em Informática.

Membros:

II – Renan Felippe Barbosa Oliveira, matricula nº. 8320-1

Diretor de Departamento

III – Silvia Renata Martinovski da conceição, matricula nº. 3238-1

Agente Administrativo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

Prova de Conceito (Preenchimento pela comissão)

Item	Descrição	Possui?	
Geral		**Sim**	**Não**
1.	A solução deverá ser totalmente WEB, com interface responsiva, para uso em diversos dispositivos, como computador, tablets e smartphones;		
2.	Deve possibilitar o uso de SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) não proprietário;		
3.	Deverá possibilitar ao usuário contactar o suporte técnico através da solução tecnológica, com possibilidade de descrever em texto e adicionar arquivos;		
Cadastros			
4.	O software deverá conter a funcionalidade para gestão de cadastros, conforme a necessidade diária de utilização do sistema e considerando as permissões dos usuários;		
5.	**Cadastro de Assuntos**		
6.	O software deverá conter uma sessão onde serão gerenciados os cadastros de assuntos do sistema. Cada registro de assunto deverá ser composto pelos seguintes campos: **I.** Ativo/Inativo – campo de seleção única "sim" ou "não", define se o assunto está ativo ou não; **II.** Descrição – campo alfanumérico para inserção do nome do assunto; **III.** Prazo (dias) – campo número para definir o prazo padrão do assunto (dias corridos ou úteis);		
7.	Deverá apresentar todos os assuntos cadastrados em forma de uma tabela, com opções de edição e exclusão destes registros. Bem como possuir botões de cadastro de um novo assunto e impressão da lista de assuntos		
8.	**Cadastro de Interessados**		
9.	O sistema deverá fornecer uma sessão onde será gerenciado o cadastro de interessados dos processos. Este cadastro pode ser feito para uma pessoa jurídica ou física e deverá conter os seguintes campos para um novo cadastro: **I. Nome** – campo alfanumérico para inserção do nome do interessado;		
	II. E-mail – campo alfanumérico para inserção do endereço de e-mail válido que receberá as notificações do sistema; **III. Telefone** – campo numérico no formato (DDD) XXXX-XXXX; **IV. Celular** – campo numérico no formato (DDD) XXXXX-XXXX; **V. Tipo** – campo de seleção em cascata que define se a pessoa é do tipo física ou jurídica; **Específicos para Pessoa Física:** **I. Data nascimento** – campo numérico no formato dd/mm/aaaa; **II. CPF –** campo numérico no formato 000.000.000-00; **III. Nacionalidade** – campo alfanumérico para inserção do país onde nasceu o interessado; **IV. Estado civil** – campo de seleção em cascata com a disponibilização das opções: solteiro(a), casado(a), separado(a), divorciado(a), viúvo(a); **Específicos para Pessoa Jurídica:** **I.** CNPJ – campo numérico no formato 00.000.000/0000-00; **II.** IE – campo numérico para inserção da inscrição estadual da empresa;		
10.	Além dessas informações, para o cadastro de interessados também contém a opção de informar seu endereço completo, seguindo os seguintes campos: **I. CEP** – campo numérico no formato 00000-000 para inserção do código postal do interessado. O sistema deve conter a opção de buscar o endereço automaticamente a partir do CEP informado; **II. Rua/Logradouro** – Campo alfanumérico; **III. Número** – campo numérico composto por 4 dígitos mínimos; **IV. Bairro** – campo alfanumérico; **V. UF** – campo de seleção em cascata. O sistema fornece a lista de estados em uma caixa de seleção já cadastrados no banco de dados como informação padrão; **VI. Cidade** – campo de seleção em cascata. O sistema deve filtrar as cidades quando o usuário selecionar a UF/ Estado oferecendo uma listagem de cidades cadastradas no banco de dados; **VII. Complemento** – campo alfanumérico onde é lançada qualquer informação adicional do endereço;		
11.	**Cadastro de Tipos de Documentos**		
12.	Deve possibilitar o gerenciamento de cadastro de tipos de documentos que serão anexados através de um painel que ofereça a lista de tipos de anexos já cadastrados, bem como opção de editá-los, exclui-los e também criar um novo;		
13.	O cadastro de um novo tipo de documento deve possuir no mínimo os campos abaixo: **I.** Descrição – campo alfanumérico para inserção do nome do tipo de documento; **II.** Caixa de marcação (alteração de vencimento) – campo caixa de marcação para informar que aquele tipo de anexo altera o vencimento do processo;		
14.	**Cadastro de Setores**		
15.	Deve possibilitar o gerenciamento de setores através de um painel gerencial onde pode-se visualizar informações como: **I.** Código; **II.** Nome; **III.** Usuários vinculados ao setor, listando o "nome", "e-mail", "ativo ou inativo", "último login", podendo também ao selecionar algum usuário, visualizar seu cadastro e permissões de setor dentro do sistema onde poderá "editar" ou "excluir as informações"; **IV.** Setor ativo ou inativo; **V.** Órgão; **VI.** Unidade; **VII.** Sigla; **VIII.** Setor pai;		
16.	Bem como possuir campo de pesquisa e as opções de exclusão, edição e criação de um novo setor;		
17.	O cadastro de um novo setor deve possuir no mínimo os campos abaixo: **I.** Setor pai – campo de seleção de setores já cadastrados, caso o setor seja um subsetor; **II.** Setor – campo texto para inserção do nome do setor; **III.** Ativo/inativo – campo de seleção única "sim" ou "não"; **IV.** Órgão – campo texto para inserção do nome do órgão a qual o setor pertence; **V.** Sigla – campo texto para inserção da sigla do setor; **VI.** Arquivamento automático – campo de caixa de seleção, para setores que ao receberem processos os arquivem automaticamente; **VII.** Disponível para trâmite – campo de caixa de seleção, indicando se o setor estará disponível ou não para trâmites; **VIII.** Externo/Publico – campo de seleção única "sim" ou "não", indicando se o setor ficará disponível para interessados externos do órgão/entidade;		
18.	**Cadastro de Locais de Arquivamento Físico**		
19.	Deve possuir cadastro para gerenciar locais físicos de arquivamento, com no mínimo 03(três) níveis, também deverá possibilitar a visão de cada local de arquivamento cadastrado em cada nível separadamente com as informações de: **I. Nome; II. Código; III. Data do cadastro; IV. Última alteração.**		
20.	**Tabela de Classificações CONARQ**		
21.	O software deve possuir tabela de cadastro com todas as classificações de documentos estipuladas pela CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos); Neste cadastro deverá possuir as seguintes informações: **I.** Código da classificação; **II.** Descrição ou titulo da classificação; **III.** Prazo de guarda da classificação, estipulando prazos na fases **corrente** e **intermediária;** **IV.** Destinação final da classificação; **V.** Observação sobre a classificação; Alem disso permitir busca destas informações e a exportação de arquivo nos formatos PDF ou XLS;		
22.	**Cadastro de Fluxograma de Arquivamento**		
23.	Possuir listagem com todos os assuntos de processos cadastrados para seleção, possibilitando a criação de um fluxograma sequencial de arquivamento indicando a ordem de setores que o processo deverá ser encaminhado desde sua criação até sua finalização e consequente arquivamento;		
24.	Dentro de cada fluxograma, o sistema deve possibilitar o sequenciamento em fases de processo de arquivamento.		
25.	Cada fase do fluxograma deve permitir que sejam cadastrados os requisitos da fase. Todas as informações inseridas nos campos dinâmicos cadastrados nas fases do fluxograma de arquivamento deverão compor o processo digital de arquivamento.		
26.	**Checklist de perguntas:** o sistema deve permitir que usuários responsáveis cadastrem uma lista de perguntas que serão respondidas naquela fase do processo. Cada pergunta deve ser composta pelos seguintes campos: **I. Ativa** – campo de seleção única "sim" ou "não", que definirá se a pergunta será mostrada ou não na fase do fluxograma; **II. Pergunta** – campo alfanumé-		

	rico para inserção da descrição da pergunta a ser realizada na fase correspondente; **III. Orientação** – campo alfanumérico onde será informado possíveis orientações da pergunta para o usuário; Cada pergunta deve conter a opção de resposta sendo: “Sim” ou “Não” e um campo de **“observação”** que é de preenchimento obrigatório caso o usuário responda “Não” à pergunta. Todas as respostas são armazenadas no banco de dados e ficam à disposição de usuário da próxima fase do processo.
27.	**Lista de tarefas:** o software deve permitir o cadastro de uma lista de tarefas que são realizadas naquele momento. O cadastro deverá possuir os seguintes campos:
	I. Ativa – campo de seleção única “sim” ou “não” que definirá se a tarefa será mostrada ou não na fase do fluxograma; **II. Tarefa** – campo alfanumérico para inserção do nome da tarefa; **Orientação** – campo alfanumérico para inserção de possíveis orientações da tarefa para o usuário;
28.	**Lista de campos:** a ferramenta deve permitir que o usuário responsável cadastre uma lista de campos que serão informados na fase correspondente do processo. O cadastro de campo deverá ser composto por: **I. Campo obrigatório** – campo de seleção única “sim” ou “não” que definirá se aquele campo será de preenchimento obrigatório ou não na fase correspondente; **II. Nome** – campo alfanumérico; **III. Descrição** – campo alfanumérico para inserção da descrição do campo que está sendo pedido; **IV. Tipo** – campo de seleção em cascata com os seguintes tipos de campos disponíveis: **"Texto"**, **“Caixa de texto”**, **“Número”**, **“Caixa de Seleção”**, **“Número”**, **“Data”**, **“Hora”**, **“E-mail”** e **“Arquivo”**. Nesta opção o sistema deverá oferecer opções conforme cada tipo selecionado: **a) Texto:** fornecer as opções de “CPF”, “CNPJ”, “Telefone”, “CEP” e “Nenhuma”; **b) Caixa de seleção:** abrir campo para adição das opções que posteriormente poderão ser selecionadas; **c) Número**: fornecer as opções de “Nenhuma” ou “Moeda”; **Arquivo**: fornecer campo de seleção em cascata, vinculado ao **cadastro de tipos de documentos**, possuindo também a opção de fazer *upload* de arquivo para servir como um modelo, possuir também as seguintes opções de seleções, se o preenchimento deste modelo é obrigatório e se a assinatura digital também se faz obrigatória;
29.	**Status de Processos de Arquivamento**
30.	O sistema deve possuir cadastro de status de processos e possibilitar o vínculo de cores aos status para melhor controle;
31.	Por padrão deve trazer cadastrados os status de processo "Em andamento” (abertura), "Com pendência" e "Arquivado";
32.	Possibilitar na criação de um novo cadastro ou na edição de um status existente, a configuração de que é status de arquivamento ou não;
Gestão de Usuários	
33.	A solução deve contar com módulo para gerenciamento de usuários e de grupos de usuários com as funcionalidades descritas abaixo;
34.	Deve mostrar todos os usuários em lista possibilitando uma visão geral com as seguintes informações: **I. Nome do usuário; II. E-mail do usuário; III. Grupo; IV. Ativo “sim” ou “não”; V. Último Login;**
	VI. Código do usuário;
35.	Neste mesmo painel gerencial deve possuir as opções: **I. Mostrar somente inativos ou mostrar todos; II. Opção para cadastrar novo usuário; III. Opção para editar usuários listados; IV. Opção para excluir usuários listados;** **Opção para criar cadastro no sistema de assinatura digital.**
36.	Possuir menu de cadastro de usuários possibilitando a inserção das seguintes informações: **I. Nome; II. E-mail** (possuir funcionalidade de recuperação de senha por e-mail); **III. Usuário; IV. Senha; V. Cargo.**
37.	Possibilitar a configuração no ato do cadastro de usuários: **I.** Permissão de quais setores/departamentos o usuário terá acesso; **II.** Perfil de usuário; **III.** Grupo do usuário; **IV.** Pasta destino para digitalização de arquivos, habilitando assim o usuário para realizar digitalizações.
38.	Possibilitar o cadastro de grupos de usuário, podendo estabelecer parâmetros, os quais os usuários que fizerem parte deverão herdar estas permissões;
39.	O cadastro deverá conter as seguintes parametrizações de permissões relacionados a ações: **I.** Trâmite de processos; **II.** Arquivamento de processos; **III.** Geração de relatórios;
40.	O cadastro deverá possibilitar a parametrização das permissões por módulos, bem como por ações, sendo possível dizer quais ações o usuário realizará, sendo elas **INSERIR, EDITAR** ou **EXCLUIR** informações nos módulos: **I.** Tipos de documentos; **II.** Assuntos; **III.** Fluxo de processos; **IV.** Protocolos; **V.** Interessados; **VI.** Processo público; **VII.** Alertas e notificações; **VIII.** Arquivamento físico;
41.	Possibilitar a gestão de grupos de usuário através de um painel gerencial, com a possibilidade de edição dos grupos, visualização da quantidade e quais são os usuários que fazem parte de cada grupo;
42.	Deve possibilitar aos usuários o gerenciamento de sua própria conta para que o mesmo possa fazer a edição de **nome, cargo, e-mail e senha** quando quiser, porém o sistema não deverá permitir a troca da informação de **login**;
Gestão de Documentos	
43.	Deve possibilitar a criação de novos processos em pelo menos 4 (quatro) fases:
44.	**Fase I - Informações do Documento**
45.	Possibilitar a inserção do **número do documento**;
46.	Possibilitar a inserção do **exercício do documento**;
47.	Possibilitar a marcação do processo como **sem restrição**, onde todos os usuários poderão visualizar o processo de arquivamento;
48.	Possibilitar a marcação do processo como **sigiloso**, onde somente usuários permitidos poderão visualizar o processo de arquivamento;
49.	Possibilitar a marcação de **sigilo para anexos**, onde somente o responsável pelo processo conseguirá visualizá-los, porém o processo poderá ser visualizado por todos;
50.	Possibilitar a marcação do processo para **restrição ao público (externo)**, fazendo com que o conteúdo não possa mais ser visto externamente. Essa marcação deverá ser permitida a qualquer tempo e durante todos os trâmites;
51.	Possibilitar a seleção do **tipo de origem** do processo podendo ser, de origem “interna”, “externa”, “e-mail” e “telefone”;
52.	Possibilitar a inserção de **data do processo** e **data de vencimento**;
53.	Possibilitar a **seleção do setor de origem**, conforme os setores que estão disponíveis para o usuário, também deverá dispor de um campo de busca, para facilitar a seleção;
54.	Possibilitar **busca detalhada do setor de origem** por “nome do setor”, “código”, “órgão” e “unidade”, sem a necessidade de sair da tela de criação de processo de arquivamento;
55.	Possibilitar a **criação de um novo setor de origem** com as mesmas informações solicitadas no menu de cadastro, sem a necessidade de sair da tela de criação de processo de arquivamento;
56.	Possibilitar a **seleção do interessado pelo documento**, também deverá dispor de um campo de busca, para facilitar a seleção;
57.	Possibilitar **busca detalhada do interessado** por “CPF/CNPJ”, “Nome” e “Código”, sem a necessidade de sair da tela de criação do processo de arquivamento;
58.	Possibilitar a **criação de um novo interessado** com as mesmas informações solicitadas no menu de cadastro, sem a necessidade de sair da tela de criação de processo de arquivamento;
59.	Possibilitar a **vinculação de outros processos como apensos**, bem como a criação de um novo apenso, sem a necessidade de sair da tela de criação do processo de arquivamento;
60.	Possibilitar o **preenchimento da descrição** do objeto do processo de arquivamento;
61.	**Fase II - Anexo de Documentos**
62.	Nesta fase a solução deve possibilitar a **adição/cadastro de vários documentos** ao processo de arquivamento;
63.	Possibilitar, ao adicionar um novo documento, o **anexo através de um diretório**, ou através de digitalização, permitindo arquivos nas extensões pdf, png, jpg, jpeg e gif;
64.	Possibilitar, ao adicionar um novo documento, a **utilização de um modelo de documento** com campos configurados para preenchimento;
65.	Deve automaticamente **fazer a contagem das páginas**, ao adicionar ou ao gerar um documento;
66.	Possibilitar, ao adicionar um novo documento, a **seleção do tipo de documento**, sendo possível também o cadastro de um novo tipo de documento, sem a necessidade de sair da tela de adição de documento;
67.	Possibilitar, ao adicionar um novo documento, a **seleção da classificação conforme tabela CONARQ**, sendo possível também o cadastro de uma nova subclasse, sem a necessidade de sair da tela de adição de documento;
68.	Possuir **painel gerencial** com opções de visualização do documento, edição e exclusão;
69.	**Fase III - Requisitos do Documento**
70.	Nesta fase a solução tecnológica deve solicitar ao usuário requisitos para abertura do processo de arquivamento, caso possua configurado no assunto, um fluxograma vinculado;
71.	**Fase IV - Encaminhamento**
72.	Nesta fase a solução tecnológica deve possibilitar o encaminhamento do processo para um ou mais setores de arquivamento;
73.	Possibilitar caso o processo possua um fluxograma vinculado, a visualização do setor de destino, bem como cada uma das fases que o processo percorrerá até seu destino;

74.	Possibilitar caso o processo não possua um fluxograma vinculado, o cadastro de um novo setor, com as mesmas informações solicitadas no menu de cadastro, sem a necessidade de sair da tela de encaminhamento de processo;
75.	Possibilitar o encaminhamento para um usuário individual do setor ou para todos os usuários do setor, caso seja encaminhado para usuário individual, somente este poderá movimentar o processo;
76.	Disponibilizar **após a criação, a geração de recibo, capa do processo, etiqueta, guia de envio, bem como a visualização do processo**;
77.	A solução deve permitir o arquivamento de forma automatizada, quando o processo possuir vínculo de fluxograma e o mesmo chegar ao fim definido por arquivamento;
78.	Possibilitar que o usuário arquive um processo de forma manual mediante justificativa;
79.	Possibilitar que o usuário desarquive um processo de forma manual.
80.	**Acesso Publico**
81.	O software deve permitir **abertura de processo de pedido de documentos pelo cidadão;**
82.	A abertura de processo realizada pelo cidadão constará em uma área separada no sistema (pré validação) e passará por validação de um servidor (pessoa) do órgão, e só então passará a constar na lista de processos em andamento.
83.	**Pesquisa de Processos**
84.	Possibilitar a **pesquisa** de processos detalhada, podendo filtrá-los por: **I.** Texto ou palavras – utilizando método de comparação da busca por "contém", "inicia" ou "são iguais" a palavra desejada; **II.** Intervalo de datas – podendo fazer a busca por intervalos de data de "criação", "tramite" ou "arquivamento"; **III.** Responsável pela criação do processo; **IV.** Interessado pelo processo; **V.** Ano de exercício do processo; **VI.** Número do processo; **VII.** Status do processo; **VIII.** Setor que criou o processo; **IX.** Setor que o processo se encontra; **X.** Assunto do processo.
85.	Ao trazer o resultado da pesquisa a solução deve listar todos os processos encontrados, possibilitando ao abri-lo, consultar as seguintes informações do processo: **I.** Informações gerais – número, assunto, interessado, setor de origem, setor atual, responsável pela criação, data de criação, data de vencimento e objeto; **II.** Documentos em anexo – pode-se visualizar cada arquivo anexado; **III.** Processos em anexo; **IV.** Tramites/ Movimentações – pode-se consultar os trâmites realizados no processo, bem como a informação de: **a)** Fase do trâmite; **b)** Data de vencimento; **c)** Data e hora de envio; **d)** Usuário de envio; **e)** Data e hora de recebimento; **f)** Usuário de recebimento; **g)** Parecer; **h)** Documentos necessários no próximo tramite; **i)** Tempo gasto em cada fase; **V.** Histórico de atividades – possibilitar a consulta de interações realizadas por usuários no processo; **VI.** Localização física – possibilitar a consulta do local onde o processo foi arquivado fisicamente;
86.	Possuir também atalho para edição do processo, conforme permissões concedidas ao usuário;
87.	Possibilitar a pesquisa de documentos que são **anexos** de processos, podendo filtrar por: **I.** Texto ou palavras; **II.** Intervalo de datas – data do "documento" ou "*upload*"; **III.** Intervalo de quantidade de páginas; **IV.** Tipo de documento;
	V. Ano de exercício do documento; **VI.** Número do documento;
88.	Ao trazer o resultado da pesquisa a solução deve listar os documentos encontrados com a informação de qual processo cada documento pertence, sendo possível abrir o cadastro com as informações do processo, como também, visualizar o documento;
89.	**Auditoria**
90.	A solução deve registrar toda interação de usuários com os processos cadastrados, criando um histórico de ações junto ao processo;
91.	Deve monitorar as seguintes integrações: **I.** Criação de processo; **II.** Atualização de informações do processo; **III.** Recebimento do processo; **IV.** Inserção de documentos anexos; **V.** Visualização do processo; **VI.** Arquivamento do processo;
92.	Deverá guardar em cada interação mencionada acima as seguintes informações: **I.** Data e hora que a ação foi executada; **II.** Usuário que executou a ação; **III.** IP endereço de rede do computador que foi usado para executar a ação; **IV.** Nome do computador/dispositivo utilizado para executar a ação.
93.	**Digitalização com OCR**
94.	A solução deve possibilitar a digitalização com tecnologia OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres);
95.	Quando selecionado a opção de anexar documentos por digitalização, a solução deve realizar as seguintes etapas: **I.** Detectar automaticamente o(s) scanner(s) disponível(eis) conectado(s) à máquina do usuário; **II.** Interagir para que se inicie a digitalização; **III.** Receber as imagens e possibilitando a visualização do documento digitalizado após seu término, para que o usuário defina por adicioná-lo ou excluí-lo;
96.	Após adicioná-lo, a solução deve realizar o processo de OCR nos arquivos digitalizados, efetuando o processo de indexação em banco de dados, vinculando-os ao processo, para posteriormente ser possível sua consulta.
97.	**Processo Digital**
98.	A solução deve possibilitar a visualização do processo digital, que por sua vez será composto por uma capa, conteúdo dos documentos anexados em ordem cronológica;
99.	Deverá disponibilizar o download do processo completo em formato PDF.
Relatórios	
100.	Relatório de **documentos** anexados por período, com gráfico por tipo de anexos de documento e suas quantidades, podendo aplicar filtros por tipo de documento, usuário e período; **I.** Possibilitar a visualização do relatório de maneira detalhada, onde é possível visualizar informações de cada documento individualmente, e também a visualização de cada documento em uma nova aba; **II.** Possibilitar a visualização do relatório de maneira resumida, somente com suas quantidades por tipo de anexo de documentos; **III.** Possibilitar a exportação da visualização de ambas as telas em formato XLS ou PDF;
Módulo de Assinatura Digital	
101.	Possibilitar a visualização de documentos nas etapas de: **I.** Pendente de assinatura; **II.** Finalizados; **III.** Cancelados; **IV.** Excluídos;
102.	Possibilitar o envio de alerta por e-mail para informar vencimento do certificado do signatário;
103.	Deve realizar de forma automática quando um documento no formato PDF for anexado, a conversão (no próprio sistema), caso não esteja no formato **PDF-A**. O Banco Central exige que os arquivos sejam enviados no formato PDF-A, pois possibilita uma visualização padronizada do documento, independente do dispositivo que seja utilizado para leitura.
104.	O PDF-A é um formato de arquivo otimizado para o arquivamento de documentos eletrônicos. É um subconjunto do formato PDF e tem suas características definidas pela norma ISO 19005-1:2005. Essa característica diminui o risco de problemas na leitura causados pelo uso de diferentes softwares para acessar o arquivo.
105.	Um elemento fundamental para alcançar este objetivo é a exigência de que documentos PDF/A devam ser 100% auto-contidos. Ou seja, todas as informações necessárias para mostrar o documento de forma consistente devem estar presentes no arquivo. Isso inclui, entre outras coisas, o conteúdo propriamente dito (texto, imagens e gráficos vetoriais), as fontes utilizadas e as informações de cor. Não é permitido que um documento PDF/A dependa de fontes externas (por exemplo, programas de tipografia e hiperlinks). As maiores vantagens da utilização do PDF-A são: **I.** INão é permitido utilizar áudio e vídeo; **II.** Não é permitido utilizar JavaScript ou executar arquivos; **III.** Todas as fontes devem estar integradas e não devem ter quaisquer restrições que possam causar problemas legais no futuro. Isto também se aplica a fontes PostScript padrão, como Times ou Helvetica. Espaços de cor especificados independentemente do dispositivo; **IV.** Não é permitido o uso de criptografia; **V.** É obrigatório o uso de metadados baseados em padrões.
106.	**Busca de Documentos**
107.	Possibilitar a busca de documentos através dos seguintes filtros: **I.** Por tipo de documento; **II.** Numero do documento;
	III. Exercício do documento; **IV.** Signatário do documento; **V.** Empresa;
108.	**Assinatura de Documentos**
109.	Possibilitar a seleção de múltiplos documentos e a assinatura em lote dos mesmos;
110.	Ao abrir um documento, deverá mostra-lo na mesma pagina, sem necessidade de abri-lo em outra aba do navegador ou fazer o *download* do arquivo, devendo oferecer as opções de assinar, baixar e excluir o documento;
111.	Possibilitar a visualização de detalhes do documento: **I.** Listagem de signatários **II.** Data de criação do documento; **III.** Tamanho; **IV.** Sigilo;
112.	Deverá solicitar a senha do certificado digital do signatário no ato da assinatura;
113.	Deverá enviar alerta por e-mail para o signatário quando um documento for direcionado para o mesmo assinar;
114.	Possibilitar a notificação via e-mail de forma manual para signatários que ainda não assinaram o documento;
115.	Possibilitar a configuração de notificações automáticas com controle de frequência para signatários que ainda não assinaram o documento;
116.	Possibilitar a finalização automática de documentos;
117.	Possibilitar a configuração de data limite para assinaturas;
118.	Deverá contar com histórico de eventos relacionados ao documento, contendo informações de **data e hora**, **usuário** e **ação realizada**;
119.	**Cadastro de Signatários**
120.	Possibilitar o cadastro de signatários contendo as seguintes informações: **I.** Nome; **II.** CPF; **III.** Data de Nascimento; **IV.** Cargo; **V.** E-mail;
121.	Possibilitar no cadastro de signatários a inserção de certificado do tipo A1 e sua senha;
122.	O sistema deve fornecer campos para cadastro de senha para acesso e senha do certificado, separadamente.
123.	Possibilitar a manutenção do cadastro de signatários listando-os e podendo editar o cadastro dos mesmos;
124.	Possibilitar o cadastro e manutenção de grupos de signatários e setando as seguintes informações:

	I. Nome do grupo;

II. Descrição; **III.** Tipo de documento que o grupo ficará responsável por assinar, sendo que caso o documento não possua signatários direcionados, o documento será direcionado ao grupo; **IV.** Empresa; **V.** Signatários;
Total:

Colniza/MT, em de de .

Nome: .....

Matrícula: .....

Nome: .....

Matrícula: .....

Nome: .....

Matrícula: .....

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2022

PROCESSO: 8377/2022

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT**, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 18 de07/02/2022 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, realiza o processo de **DISPENSA** de Licitação 09/2022, com OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ALIMENTAÇÃO CONFORME CONVENIO SECEL 2024-2022.**

Colniza - MT, 07 de novembro de 2022.

MARCILENE DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 288/GP/2022

PORTARIA Nº288/GP/2022, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar a pedido **Claudete Rodrigues Leite,** matricula nº. 8365-1, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão,vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25 /2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25 /2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8430/2022

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, através da sua Pregoeira Oficial faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. A presente licitação tem por objeto a**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ELÉTRICOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MOTORES ELETRICOS EM GERAL.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **23 de novembro de 2022, às 08:00 (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital estará disponível no site www.colniza.mt.gov.br. - **Menu edital web**, este setor não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 07 de novembro de 2022.

_____

MARCILENE DOS SANTOS

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 287/GP/2022

PORTARIA Nº287/GP/2022, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

RESOLVE:

ART. 1º - Demitir do quadro de Efetivos, a Servidora **Alcione da Mata Borges,** matricula nº. 6482-1, concursada no Cargo de Bacharel em Ciências Contábeis, 40 horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com o constante no Processo Administrativo Disciplinar nº. 003/2022, pela prática da infração disciplinar capitulada no inciso II** do art. 154 (abandono de Cargo) da Lei Municipal nº. 499/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 07 de novembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 07 de novembro de 2022.

_____
Elvira Mund da Costa
Sec. Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA MT

Oficio 001/2022 – Setor Licitação Colniza/MT em, 28 de outubro de 2022.

A Empresa Leila Alves Cordeiro Lusa ME.

Ilustríssima Senhora,

Em resposta ao documento que nos foi enviado via e-mail por Vossa Senhoria, informamos a decisão tomada em relação ao pedido de desistência do item “Monitor 15” Touch Screen PT”, o qual foi solicitado através do Pregão nº 006/2022.

De acordo com o solicitado por Vossa Empresa e comprovadamente mostrado através de Nota fiscal de compra acatamos o pedido de desistência do item em questão.

Informo que realizamos pesquisas de preços conforme documentos em anexo, comprovando o aumento do valor do item, em relação ao licitado.

A empresa ofertou no dia da licitação em 21 de julho de 2022 o valor de R$ 1.864,00 (um mil oitocentos e sessenta e quatro reais), e conforme nota fiscal apresentada o produto está nos dias de hoje com valor médio de custo de R$ 2.668,99 (dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos), em pesquisa de preços realizadas por este setor encontramos os seguintes valores:

SITE MAGAZINE LUIZA	R$ 2.859,00
SITE RW AUTOMOÇÃO	R$ 2.566,38
SITE KABUM	R$ 2.399,99
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS 22/11/21	R$ 2.881,82
SONIC INFORMATICA	R$ 3.850,00
MARIA CRISTINA MATTEI	R$ 3.830,00
MUNDO NET LTDA	R$ 4.612,00
FERRARI CELL	R$ 3.879,90

Considerando que os valores de site não servem para balizamento em licitação. Se fossemos balizar com todos os valores acima, teríamos uma média de R$ 3.359,77 (três mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), entretanto se utilizarmos apenas as cotações e portal de compras temos uma média de R$ 3.810,74 (três mil oitocentos e dez reais e setenta e quatro centavos).

Ambos os valores encontrados estão bem acima do valor licitado.

Considerando que a empresa solicitasse o reajuste de 25% permitido, ainda assim ficaria com valor defasado.

Desta forma conforme solicitado pela empresa, e de acordo com os documentos apresentados e juntados por este Setor, acatamos o pedido de desistência do item “Monitor 15” Touch Screen PT” solicitado pela Empresa Leila Alves Cordeiro Lusa – ME.

Considerando que também levamos em conta a boa-fé, antes o pedido de uma desistência do que o abandono ou a má execução do contrato durante sua vigência, sendo que essas ultimas podem causar danos bem maiores do que uma desistência.

Por todo o exposto e esclarecimentos, decidimos a luz do objeto licitado julgar procedente o pedido solicitado pela Empresa Leila Alves Cordeiro Lusa ME.

Sendo só para o momento, manifestamos votos de consideração e apreço.

Vânia Orben

Pregoeira Oficial

A Ilustríssima Senhora Representante Legal

Da Empresa Leila Alves Cordeiro Lusa ME.

CNPJ Nº 44.227.505/0001-69

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 069/2022

PORTARIA Nº 069/2022 DE 07/11/2022

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando que no dia 15 de novembro se comemora a Proclamação da República, tendo a Lei nº 662, de 06 de abril de 1949, declarado tal data como feriado nacional;

Considerando, portanto, as celebrações atinentes a este dia; e

Considerando, por fim, o Decreto nº 39, de 04 de novembro de 2022, do município de Comodoro, notadamente o seu art. 1º;

R E S O L V E **Art. 1º Determinar PONTO FACULTATIVO nas atividades da Câmara Municipal *NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022*, em decorrência do feriado nacional “Dia da Proclamação da República”.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO - **Presidente Biênio 2021/2022**

Registre-se e Publique-se.

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº.247/2022 ADM DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

UNIDADE	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JEANE LUZ COSTA CPF.: 015.310.281-01 MAT.: 13200	EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO CPF.: 392.726.720-15 MATRICULA.: 13755	SUELI FRANCISCA SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04 MATRICULA.: 554

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	260/2022	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	MANOEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS LTDA	04.876.443/0001-00	R$ 382.390,29
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS ORTOPÉDICOS E EQUIPAMENTOS (COM COMODATO DE CAIXA DE FRAGMENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 04/11/2022 a 04/11/2023		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Novembro 2022.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREVICON
ATA Nº 012/2022 - REUNIÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

ATA DE REUNIÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

ATA Nº 012/2022

Aos Sete dias do mês de NOVEMBRO de dois mil e vinte dois, às 14h00-min, nas dependências do Instituto de Previdência Social dos Servidores de Confresa (PREVICON), realizou-se a reunião dos Membros do Comitê de Investimento: **Jessyca Vilela Guimarães** (Presidente do Previcon), **Erineide da Silva Quintino** (Diretor Executivo), **Hudson Kennedy de Sousa Silva** (Presidente do Comitê de investimento), **Etevaldo Vasco Soares**, **Cristina Moreira Tavares** e **Janielle Pinheiro de Oliveira**. Fica definido pelo Comitê de Investimento, aplicar o valor de R$ 1.330.000,00 no Banco do Brasil e R$ 120.000,00 na Caixa Econômica Federal. Os valores será aplicados da seguinte forma:

1. FI CAIXA BRASIL IMA – B TP RF LP (CNPJ: 10.740.658/0001-93) - **R$ 24.000,00 2.**FI CAIXA BRASIL IRF – M 1 TP RF (CPNJ: 10.740.670/0001-06) - **R$ 60.000,00 3.** CAIXA BRASIL IND IBOV FI AÇOES (CNPJ:13.058.816/0001-49) - **R$ 36.000,00 4.** BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI (CNPJ: 13.077.418/0001-49) – **R$ 399.000,00 5.** BB MULTIMERCADO MACRO LP FIC FI(CNPJ:05.962.491/0001-75) - **R$ 266.000,00 6.** BB AÇOES DIV MIDCAPS FIC FI(CNPJ:14.213.331/0001-14**) – R$ 399.000,00 7.** BB PREV RF IMA – B TP FI (CNPJ: 07.442.078/0001-05) – **R$ 266.000,00**

Não havendo nada mais a tratar, eu, Janielle Pinheiro de Oliveira, lavrei o presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes. Confresa/MT, 07 de NOVEMBRO de 2022.

JESSYCA VILELA GUIMARÃES

ERINEIDE DA SILVA QUINTINO

HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA

CRISTINA MOREIRA TAVARES

ETEVALDO VASCO SOARES

JANIELLE PINHEIRO DE OLIVEIRA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 438/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Portaria 438/2022 de 07 de Novembro de 2022.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO O Oficio 1561/2022 SME de 03/11/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. JESSICA SANTOS COSTA brasileira, solteira, professora portadora do RG 633884650 SSP/SP, residente e domiciliada neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Educação/Secretaria.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam –se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 07 de Novembro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.260/2022

Aos 04 dias do mês de Novembro do ano de Dois Mil e Vinte e Dois, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 175/2022** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 047/2022** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 04/11/2022**, cujo objetivo é **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS ORTOPÉDICOS E EQUIPAMENTOS (COM COMODATO DE CAIXA DE FRAGMENTOS), PARA ATEN-**

DER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021, segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS ORTOPÉDICOS E EQUIPAMENTOS (COM COMODATO DE CAIXA DE FRAGMENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outro órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 04 de Novembro de **2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **MANOEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA**

CNPJ: 04.876.443/0001-00

ENDEREÇO: RUA GENERAL JOAO SEVERIANO DA FONSECA, N° 74, BAIRRO ARAES

CIDADE: CUIABÁ-MT CEP: 78005-600

TELEFONE: (65) 3621-5762 (65) 9998-27129 EMAIL: financeiromedsintese@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: ADVONSIR RODRIGUES PORTO

CPF: 709.823.508-30

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL, AG. 2764 – 2, C/C 18051 – 3.

ITENS: 01 AO 09, 11 AO 20, 24 AO 58.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALICATE DE PRESSAO - EM ACO INOX, COM MEDIDA DE 20 CM	UND	AIC	2	3.076,89	6.153,78
2	ARRUELA - EM ACO INOX LIGA 138, LISA, COM DIAMETRO DE 3,5 MM	UND	ORTOBIO	40	8,21	328,40
3	ARRUELA - EM ACO INOX LIGA 138, LISA, COM DIAMETRO DE 4,5 MM	UND	ORTOBIO	40	9,46	378,40
4	ARRUELA - EM ACO INOX LIGA 138, LISA, COM DIAMETRO DE 7 MM	UND	ORTOBIO	40	11,09	443,60
5	ARRUELA DA CAIXA DE 4,5MM	UND	ORTOBIO	40	8,90	356,00
6	ARRUELA DA CAIXA DE 7,5 MM	UND	ORTOBIO	40	8,35	334,00
7	BROCA CIRURGICA ORTOPEDICA 2,5 MM	UND	ORTOBIO	5	221,77	1.108,85
8	BROCA CIRURGICA ORTOPEDICA 3,5 MM	UND	ORTOBIO	5	247,18	1.235,90
9	BROCA CIRURGICA ORTOPEDICA 4,5 MM	UND	ORTOBIO	5	251,24	1.256,20
11	CIMENTO ORTOPEDICO SEM ANTIBIOTICO COD. SUS.: 07.02.03.138-0 SICAF.: 396065 COD. AGHU.: 503468.	UND	CIMTECH	5	141,10	705,50
12	DRENO DE SUCÇÃO PORTOVAC 4.8 MM	UND	DIHOL	50	135,67	6.783,50
13	EQUIPO DE 4 VIAS PARA ARTROSCOPIA - MAIOR DIAMETRO	UND	EXXOMED	25	65,46	1.636,50
14	FIO DE ACO P/CERCLAGEM - EM ACO AISI, COM DIAMETRO DE 0,9 MM	UND	IOL	20	154,23	3.084,60
15	FIO DE ACO P/CERCLAGEM - EM ACO NITINOL, COM DIAMETRO DE 1,0 MM	UND	IOL	20	144,38	2.887,60
16	FIO DE ACO P/CERCLAGEM - EM ACO AISIF 138, COM DIAMETRO DE 2,0 MM	UND	IOL	40	144,47	5.778,80
17	FIO DE KIRSCHINNER - DE ACO INOXIDAVEL, NO DIAMETRO DE 2,0MM, NO COMPRIMENTO DE 30CM, COM PONTA LISA	UND	ORTOBIO	400	13,20	5.280,00
18	FIO DE KIRSCHINNER - DE ACO INOXIDAVEL, NO DIAMETRO DE 1,0MM, NO COMPRIMENTO DE 30CM, COM PONTA LISA	UND	ORTOBIO	300	10,00	3.000,00
19	FIO DE KIRSCHINNER - DE ACO INOXIDAVEL, NO DIAMETRO DE 1,5MM, NO COMPRIMENTO DE 30CM, COM PONTA LISA	UND	ORTOBIO	100	10,00	1.000,00
20	FIXADOR EXTERNO LINEAR BARRA LISA 100 A 400 M E CONECTORES COM FURO CENTRAL OU BARRA. COD. SUS.: 07.02.03.040-6.	UND	SARTORI	10	1.958,73	19.587,30
24	PARAFUSO CORTICAL 3,5 MM COMPRIMENTO 10 MM A 60 MM COD. SUS 07.02.03.069-4	UND	ORTOBIO	300	20,93	6.279,00
25	PARAFUSO CORTICAL 3,5MM PARA PLACA RADIO TODAS AS MEDIDAS COD. SUS.: 07.02.03.069-4	KT	ORTOBIO	4	21,77	87,08
26	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM E COMPRIMENTO 14 A 60 MM COD. SUS.: 07.02.03.070-8	UND	ORTOBIO	300	21,82	6.546,00
27	PARAFUSO CORTICAL DE 2,7 MM - EM ACO INOXIDAVEL - 316L, COM DIAMETRO DE 2,7MM, (DIAMETRO DA CABECA 5MM), HEXAGON INT. 2,5MM, COM COMPRIMENTO DE 6 A 30MM (DE 2 EM 2MM)	UND	IOL	100	20,14	2.014,00
28	PARAFUSO DE BLOQUEIO COMPATIVEL COM PLACA VOLAR DE RADIO DISTAL 2,4 MM A 3,9 MM TODAS AS MEDIDAS.	KT	ORTOBIO	4	317,54	1.270,16
29	PARAFUSO DE INTERFERENCIA DE TITANIO DIAMETRO 7 E 9MM E COMPRIMENTOS 20MM E 30MM. COD. SUS.: 07.02.03.071-6	UND	ORTOBIO	10	440,40	4.404,00
30	PARAFUSO ESPONJOSO ROSCA LONGA 3,5MM	UND	ORTOBIO	6	38,23	229,38
31	PARAFUSO MALEOLAR 4,5MM E COMPRIMENTO DE 25 A 70MM COD. SUS.: 07.02.03.074-0	UND	ORTOBIO	400	24,56	9.824,00
32	PARAFUSOS BLOQUEADOS (TODAS AS MEDIDAS) COD. SUS.: 07.02.03.132-1.	KT	ORTOBIO	20	70,03	1.400,60

33	PARAFUSOS ESPONJOSO ROSCA LONGA 4,5 MM	UND	ORTOBIO	6	39,33	235,98
34	PERFURADOR - CONJUNTO PERFURADOR OSSEO CANULADO PNEUMATICO E SERRA OSSEA PNEUMATICA: COM AS CARACTERISTICAS MINIMAS A SEGUIR: PERFURADOR OSSEO CANULADO PNEUMATICO: TOTALMENTE AUTOCLAVAVEL, SENDO SUAS FUNCOES DE CONTROLE EFETUADAS POR VALVULA REGULADORA ISENTA DE LUBRIFICACAO E ALIMENTADA COM NITROGENIO PRESSURIZADO SECO, ATRAVES DE MANGUEIRA COM NO MINIMO 3 METROS. SUA FUNCAO DE TRABALHO DEVE PERMITIR NO MINIMO 7 A 8 KGF/CM². DEVE POSSUIR SISTEMA COM CABECOTE DE ENCAIXE RAPIDO, TORQUE DE TRABALHO ENTRE 4KGF/250RPM – FRESA INTRAMEDULAR/ ACETABULAR DEVE SER TOTALMENTE AUTOCLAVAVEL. SERRA OSSEA PNEUMATICA: TOTALMENTE AUTOCLAVAVEL, COM NO MINIMO 3 METROS DE COMPRIMENTO, SUPORTANDO ACIMA DE 15 KGF/CM² PARA SEGURANCA TANTO DO USUARIO COMO DO PACIENTE. VELOCIDADE QUE OPERA COM 16.000 CPM A UMA PRESSAO DE TRABALHO DE 7 A 8 KGF/CM MOVIMENTANDO-SE EM 4 DIFERENTES POSICOES, E DEMAIS EQUIPAMENTOS COMPLETOS.	UND	MACON	1	29. 732,50	29. 732,50
35	PINO IMPLANTAVEL ORTOPEDICO MATERIAL AÇO INOXIDAVEL, MODELO SCHANZ, DIAMETRO DE 2,0 A 5,0 COD. SUS.: 07.02.03.080-5	UND	ORTOBIO	10	30,17	301,70
36	PLACA 1/3 DE CANA TUBULAR - EM ACO INOX LIGA 138, COM O NUMERO DE FUROS DE 3,5 X 04 FUROS COD. SUS 07.02.03.083-0	UND	ORTOBIO	40	156,65	6. 266,00
37	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM 10 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.083-0	UND	ORTOBIO	6	160,13	960,78
38	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM 6 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS 07.02.03.083-0	UND	ORTOBIO	50	195,98	9. 799,00
39	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM 7 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS 07.02.03.083-0	UND	ORTOBIO	30	150,51	4. 515,30
40	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM 8 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS. 07.02.03.083-0	UND	ORTOBIO	10	205,46	2. 054,60
41	PLACA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA 10 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.090-2	UND	ORTOBIO	10	259,72	2. 597,20
42	PLACA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA 12 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.090-2	UND	ORTOBIO	20	264,88	5. 297,60
43	PLACA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA 16 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.090-2	UND	ORTOBIO	5	264,48	1. 322,40
44	PLACA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA 8 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.090-2	UND	ORTOBIO	20	231,74	4. 634,80
45	PLACA DE COMPRESSÃO ÓSSEA PARA RADIO DISTAL METALICA LINHA VOLFIX OU SUPERIOR QUALIDADE.	UND	ORTOBIO	5	2.660,67	13. 303,35
46	PLACA DE SUPORTE PLATEAU TIBIAL 4,5MM RETA MALEAVEL 6 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.094-5.	UND	ORTOBIO	5	304,21	1. 521,05
47	PLACA EM T PEQUENOS FRAGMENTOS EM AÇO AISIF 400 COM NUMERO DE FUROS 4 X 4 FUROS	UND	ORTOBIO	10	318,80	3. 188,00
48	PLACA EM T PEQUENOS FRAGMENTOS EM AÇO AISIF 400 COM NUMERO DE FUROS 5 X 3 FUROS	UND	ORTOBIO	10	288,00	2. 880,00
49	PLACA LARGA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5MM 10 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.091-0	UND	ORTOBIO	5	390,73	1. 953,65
50	PLACA LARGA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5MM 12 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.091-0	UND	ORTOBIO	5	324,45	1. 622,25
51	PLACA LARGA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5MM 14 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.091-0	UND	ORTOBIO	5	353,18	1. 765,90
52	PLACA LARGA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5MM 16 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.091-0	UND	ORTOBIO	5	353,18	1. 765,90
53	PLACA LARGA DE COMPRESSÃO DINAMICA 4,5MM 18 FUROS (INCLUI PARAFUSOS) COD. SUS.: 07.02.03.091-0	UND	ORTOBIO	1	390,73	390,73
54	PLACA ORTOPÉDICA, TITÂNIO, 4,5 X 5 MM, COM 10 FUROS, TIPO LISS, EM PONTE, C/ CURVATURA LADO DIREITO, COMPRESSÃO DINÂMICA, C/ PARAFUSOS AUTO-BLOQUEANTES, P/ FRATURA TIBIAL A FOCO FECHADO	UND	ORTOSINTESE	5	4.563,67	22. 818,35
55	PLACA ORTOPÉDICA, TITÂNIO, 4,5 X 5 MM, COM 12 FUROS, TIPO LISS, EM PONTE, C/ CURVATURA LADO DIREITO, COMPRESSÃO DINÂMICA, C/ PARAFUSOS AUTO-BLOQUEANTES, P/ FRATURA TIBIAL A FOCO FECHADO	UND	ORTOSINTESE	10,	5.001,67	50. 016,70
56	PLACA ORTOPÉDICA, TITÂNIO, 4,5 X 5 MM, COM 14 FUROS, TIPO LISS, EM PONTE, C/ CURVATURA LADO DIREITO, COMPRESSÃO DINÂMICA, C/ PARAFUSOS AUTO-BLOQUEANTES, P/ FRATURA TIBIAL A FOCO FECHADO	UND	ORTOSINTESE	10	5.001,67	50. 016,70
57	PLACA ORTOPÉDICA, TITÂNIO, 4,5 X 5 MM, COM 9 FUROS, TIPO LISS, EM PONTE, C/ CURVATURA LADO ESQUERDO, COMPRESSÃO DINÂMICA, C/ PARAFUSOS AUTO-BLOQUEANTES, P/ FRATURA TIBIAL A FOCO FECHADO	UND	ORTOSINTESE	10	4.563,67	45. 636,70
58	PLACA T RETA PARA FRATURA DE RADIO DISTAL 3 X 3.	UND	ORTOBIO	10	2.440,00	24. 400,00
					VALOR TOTAL	**R$ 382. 390,29**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo (a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo Primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo Segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

Parágrafo único – os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n°247/2022**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SAÚDE	JEANE LUZ COSTA CPF.: 015.310.281-01 MAT.: 13200	EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO CPF.: 392.726.720-15 MATRICULA.: 13755	SUELI FRANCISCA SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04 MATRICULA.: 554

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 047/2022** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa, 04 de Novembro de 2022.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MANOEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS LTDA

CNPJ N°04.876.443/0001-00

REPRESENTANTE LEGAL: ADVONSIR RODRIGUES PORTO

CPF N°709.823.508-30

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 042/2022 – PGM-CONF

Ilmo(a) Senhor(a)

Representante Legal Perante o Pregão Eletrônico n.º 02/2022

EUCLIDES LIMA DE ALENCAR

HM CIRÚRGICA LTDA

Av. JK, Edifício JK Bussines Center, 13º andar, Sul-I (ASCO I

Conjunto. 01 (041), Sala 1302, Bairro Centro, Plano Diretor Sul

Palmas – TO - CEP: 74.820-090 CNPJ: 30.981.531/0001-73

MUNICÍPIO DE CONFRESA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ: 37.464.716/0001-50, com sede na Avenida Centro Oeste, nº 286, Centro, Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Procurador-Geral Municipal, que ao final subscreve, nos termos do art. 182, do Código de Processo Civil, tendo em vista os fatos noticiados pela Secretaria Municipal de Saúde por meio do Ofício nº 130/HMC/2022 (anexo).

Considerando, os termos da Ata de Registro de Preço nº 17/2022, oriunda do Processo Licitatório nº 07/2022 – Pregão Eletrônico nº 02/2022, cujo objeto é Registro de preços visando "...aquisição de insumos hospitalares para abastecimento de estoque de medicamentos e insumos da farmácia do Hospital Municipal de Confresa", o qual esta empresa configura como uma das fornecedoras registradas;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos;

Considerando a cláusula 4ª do Termo de Referência, o qual estabelece o prazo de 10 (dez) dias úteis para entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo não foi cumprido, conforme consta as solicitações realizadas na **AF nº 2162/2022, datada de 22 de junho de 2022** e **AF nº 2833/2022**, **datada de 17 de agosto de 2022** e **AF 3211/2022 datada de 19 de setembro de 2022**, e os descumprimentos já estão provocando graves transtornos ao Município de Confresa – MT, uma vez que a mercadoria solicitada ainda não foi entregue e tratam de insumos necessários para o pronto atendimento dos pacientes da rede pública de saúde.

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preços nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa HM CIRÚRGICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.981.531/0001-73, situada na Av. JK, Edifício JK Bussines Center, 13º andar, Sul-I (ASCO I) Conjunto. 01 (041), Sala 1302, Bairro Centro, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 74.820-090, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo **Sr. Euclides Lima de Alencar**, portador do CPF nº 019.294.651-06, para que **cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis** com a efetiva entrega dos itens relacionados no Ofício nº 130/HMC/2022, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública, nos termo dos Decreto nº 160, de 18 de julho de 2022.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 17/2022 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Confresa–MT, no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Confresa-MT, em 07 de novembro de 2022.

Paulo César da Silva Avelar

Procurador-Geral do Município

Portaria nº 204/2019, de 10.06.2019

OAB-MT: 21.334/O

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 071/2022

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária na Ata **Nº 071/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: L.M. BORGES – PROMOÇÕES E EVENTOS, inscrito no CNPJ nº: 08.561.812/0001-18.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em Serviços de Locação e Instalaçao de Tendas, para atender a Demanda das Secretarias do Poder Executivo, Juntamente a Prefeitura Municipal de Confresa-MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, na Ata **Nº 071/2022.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária. **Processo Licitatório nº 048/2022** na modalidade **Pregão Presencial nº 013/2022.**

INSERIR

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNID.: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.238 - MANUTENÇÃO COM HOSPITAL MUNICIPAL (EMENDA – Nº36000422432202100)

COD. RED.: 940- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE.: 0600

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.0600

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 03 de Novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 233/2022, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

"APROVA O PARCELAMENTO URBANO DENOMINADO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais contida na Lei Federal nº 6.766/79, de 19 de dezembro de 1979 e na Lei Complementar Municipal nº 96/2014 e;

Considerando o requerimento da Agropecuária VE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.817.546/0001-14, proprietário de uma área remanescente descrita na Matrícula nº 341 do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte com área de 90,7280 ha, solicitando aprovação do "Loteamento Jardim Europa", situado na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso;

Considerando que o requerente é legítimo proprietário do imóvel onde será implantado o referido loteamento, conforme comprova a certidão da matrícula nº 341, do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT;

Considerando que o imóvel objeto remanescente da matrícula nº 341, do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte, com área de 907.280,00m², no qual será implantado o loteamento, encontra-se situado na Área Urbana da cidade de Confresa, instituída pela Lei Complementar Municipal nº 165, de 22 de dezembro de 2020.

Considerando que foram apresentados todos os documentos obrigatórios conforme exige a Lei Complementar Municipal n° 96/2014, de 09 de julho de 2014, entre outros:

I- Projetos técnicos devidamente aprovados, em poder da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAC; II- Cópia da matrícula do imóvel devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Alegre do Norte; III- Considerando, finalmente, o documento assinado e aprovado pelos responsáveis técnicos da Secretaria de Planejamento de Confresa, informando que após procedida análise técnica do processo em questão, foi constatado que foram atendidas todas as exigências técnicas e que os projetos, mapas, memoriais descritivos e as áreas públicas estão de acordo com a legislação em vigor. **Considerando** por fim o que estabelece o art. 30 da Lei Complementar nº 96/2014;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "Jardim Europa", constituído pelo imóvel lote de terras denominado remanescente da matrícula nº 341 do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte, no Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, com área de 907.280,00 m² (Novecentos e sete mil, duzentos e oitenta metros quadrados), em conformidade com a planta, memoriais descritivos e demais documentos arquivados no setor competente.

Art. 2° - Passa a constituir bens de domínio público, sem ônus para o município as seguintes áreas públicas:

I- Sistema Viário: 151.130,61m² (Cento e cinquenta e um mil, cento e trinta metros e sessenta e um centímetros quadrados) que correspondem a 26,33% (Vinte e seis inteiros e trinta e três centésimos por cento) da área total loteada; II- Áreas Verdes: 93.680,72 m² (Noventa e três mil, seiscentos e oitenta metros e setenta e dois centímetros quadrados) que correspondem a 10,58% (dez inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) da área total loteada; III- Áreas Institucionais: 45.931,77 m² (Quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e um metros e setenta e sete centímetros quadrados) que correspondem a 5,19% (cinco inteiros e dezenove centésimos por cento) da área total loteada. IV-Áreas de Lotes Urbanos: 512.933,18 m² (Quinhentos e doze mil, novecentos e trinta e três metros e dezoito centímetros quadrados) que correspondem a 57,90% (Cinquenta e sete inteiros e noventa centésimos por cento) da área total loteada.
Art. 3° - Fica estabelecida caução real oferecida como garantia da execução das obras e serviços de responsabilidade do loteador, que será objeto de registro conjuntamente com os lotes do referido loteamento, referente a 355 (Trezentos e cinquenta e cinco) lotes que representam 26,25% (Vinte e seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) assim especificados: I- Quadra 41: Lotes 01 ao 21; II- Quadra 42: Lotes 01 ao 32; III- Quadra

43: Lotes 01 ao 36. IV- Quadra 44: Lotes 01 ao 37. V- Quadra 45: Lotes 01 ao 38. VI- Quadra 46: Lotes 01 ao 42. VII- Quadra 47: Lotes 01 ao 42. VIII- Quadra 48: Lotes 01 ao 28. IX- Quadra 49: Lotes 01 ao 28. X- Quadra 57: Lotes 01 ao 51. § 1° O registro das áreas institucionais estabelecidas neste decreto será de inteira responsabilidade do loteador, assim como o fornecimento ao município de certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte comprobatório do mesmo, conjuntamente com o registro do loteamento. § 2° O empreendedor fica obrigado a apresentar na Secretaria Municipal de Planejamento a certidão que comprove o registro da área institucional, conforme parágrafo anterior, bem como da caução real estabelecida neste decreto, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), contados da publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação, conforme art. 18 da Lei nº 6.766/79 e o art. 33 da LCM nº 096/14. § 3º Poderá o loteador, por meio de análise prévia e aprovação do município, utilizar de outra modalidade de garantia sendo a garantia real ou fidejussória conforme estabelece o art. 37 da LCM nº 094/2016.

Art. 4º - Fica determinado a lavratura de termo de compromisso (anexo único) que fará parte integrante deste decreto após colhido a assinatura do empreendedor.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de novembro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE LOTEAMENTO N. 001-2022

Aos 04 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Confresa, na presença do Prefeito Municipal **Ronio Condão Barros Milhomem**, e o representante legal da Empresa **Agropecuária VE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.817.546/0001-14.

O Loteador acima identificado é proprietário de um imóvel localizado no perímetro urbano do município de Confresa, imóvel matriculado sob o nº 341 do CRI de Porto Alegre do Norte-MT, tendo solicitado à Prefeitura Municipal de Confresa, a aprovação de um Loteamento, com área total 907. 280,00 m² (Novecentos e sete mil, duzentos e oitenta metros quadrados), que recebeu a denominação de "**Loteamento Jardim Europa".** Por este TERMO o Loteador compromete-se, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal Complementar nº 096/2014 e Lei Federal nº 6.766, a dar fiel cumprimento às seguintes obrigações estabelecidas nas cláusulas a saber:

Cláusula Primeira: O Loteador compromete-se a transferir para o patrimônio municipal, sem qualquer ônus para os cofres públicos, as áreas indicadas no projeto como área verde, área institucional e sistema viário, conforme determinados pelo Decreto Municipal nº 233/2022.

Cláusula Segunda: A Loteadora compromete-se a executar, às próprias custas, no prazo de **04 (quatro) anos**, a contar da publicação do Decreto de aprovação do Loteamento, tudo de acordo com os projetos apresentados perante a Prefeitura Municipal, em estrita conformidade com o "cronograma físico financeiro", as seguintes obras de infra-estrutura:

2.1. Abertura de vias de circulação, com quadras e lotes devidamente demarcados;

2.2. Execução de Terraplanagem;

2.3. Implantação de galerias e obras complementares para escoamento de águas pluviais;

2.4. Implantação de rede de abastecimento de energia elétrica e rede de iluminação pública;

2.5. Execução de pavimentação asfáltica, meio-fio com sarjetas;

2.6. Execução da arborização das vias públicas;

2.7. Implantação das placas de nomenclatura das vias públicas.

2.8. Projeto de Passeio Público.

Cláusula Terceira: Para garantia da execução das obras de infra-estrutura de que trata a cláusula segunda, a Loteadora caucionará à Prefeitura Municipal de Confresa os imóveis descritos no art. 3º do Decreto nº 233/2022 todos do loteamento Jardim Europa em Confresa, os quais será objeto de escritura pública de caução mediante garantia hipotecária, podendo optar por outra conforme rito estabelecido no § 3º, art. 3º do Decreto nº 233/2022.

Cláusula Quarta: A Loteadora compromete-se a registrar o referido empreendimento no cartório competente bem como da caução descrita na cláusula anterior, no prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias sob pena de caducidade.

Estando assim justos e contratados, assinam o presente Termo na presença de duas testemunhas, maiores, capazes, aqui domiciliadas e residentes.

Confresa-MT, 04 de novembro de 2022.

RONIO CONDÃO B. MILHOMEM AGROPECUÁRIA VE LTDA

Prefeito Municipal Loteador

RONCLEBES CONDÃO PAULO CÉSAR DA S. AVELAR

Secretário de Planejamento Procurador-Geral do Município

Município de Confresa

ADALBERTO A. B. PAGIOLLI SANDRA GOMES DE ALMEIDA

Engenheiro Civil Assessora de Planejamento

Município de Confresa Município de Confresa

NOELI BARBOSA DE PAULA

Diretora de Regularização Fundiária

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1004/2022

O MUNICIPIO DE CONQUISTA DOESTE, através de seu pregoeiro, torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, CAMPANHAS/AÇÕES DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE, teve como vencedoras as seguintes empresas: JULYANA NATALLY TORQUATO EIRELI - ME, inscrito no CNPJ nº 21.193.034/0001-10, totalizando o valor de R$ 280.886,00 (duzentos e oitenta mil oitocentos e oitenta e seis reais) dos itens adjudicados; KAROLINE DE ARAUJO LEMOS 06232995180, inscrito no CNPJ nº 41.939.918/0001-88, totalizando o valor de R$ 759.235,59 (setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) dos itens adjudicados; e R. Z. DE SOUZA, inscrito no CNPJ 26.888.421/0001-94, totalizando o valor de R$ 130.870,00 (cento e trinta mil oitocentos e setenta reais0) dos itens adjudicados; A presente Ata tem validade de 12 meses e os serviços serão requisitados conforme demanda secretaria solicitante.

Conquista D'Oeste, 07 de novembro de 2022.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
ABERTURA DE PREGAO PRESENCIAL 044/2022 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1242/2022

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE através de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria no 112/2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA GLP P13 PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Credenciamento e Abertura: 29/11/2022 - Horário de Cuiabá as 08:00 horas

Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 e e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br. O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Conquista D'Oeste, 04 de novembro de 2022

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 048/2022 PROCESSO Nº 144/2022

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico- SRP nº 048/2022.

A empresa: J. A. RODRIGUES LEAL EIRELI CNPJ: 29.474.936/0001-36, foi vencedora da licitação do item: 1, 2, 3, 4, 5, 6. Com o valor global de R$ 2.342.340,00

Da homologação:

O Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

a) Processo Nr.: 144/2022

b) Licitação Nr.: 048/2022

c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

d) Data Homologação: 07/11/2022

e) Objeto da Licitação: "AQUISIÇÃO DE TUBOS E ADUELAS DE CONCRETO, PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS, E CANALIZAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT E SEUS DISTRITOS"

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 023/2022 - PROCESSO Nº 145/2022

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente Processo Licitatório.

a) Processo Nr: 145/2022

b) Licitação Nr: 023/2022

c) Modalidade: DISPENSA

d) Data Homologação: 07/11/2022

e) Objeto da Licitação: "CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA AUXILIAR NA REGULAMENTAÇÃO PARA MIGRAÇÃO DOS SERVIDORES ANTIGOS PARA REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -RPC".

EXTRATO DO CONTRATO 096/2022

De um lado a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.309/0001-67, situada à av. 20 de dezembro, nº 725 – bairro centro em Cotriguaçu-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal S.r. Olirio Oliveira Dos Santos, que doravante passa a ser identificado e chamado de "CONTRATANTE", e a pessoa jurídica DUAL CONSULTORIA LTDA CNPJ: 46.661.333/0001-62 endereçada Logradouro: Av. André Antônio Maggi, Número: 525, Complemento: Edif Helbor Dual Business sala 912, CEP: 78.048-847, Bairro/Distrito: Alvorada, Município: Cuiabá, Uf: MT, denominado "CONTRATADO".

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA AUXILIAR NA REGULAMENTAÇÃO PARA MIGRAÇÃO DOS SERVIDORES ANTIGOS PARA REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -RPC".

PROCESSO: 145/2022

VALOR: O presente contrato tem o valor global de R$: 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 07 de Novembro de 2022 até 07 de Maio de 2023, podendo ser prorrogado.

Cotriguaçu - MT, 07 de Novembro de 2022.

_____

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 051/2022 PROCESSO 149/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 051/2022 através da plataforma **COMPRASBR https://comprasbr.com.br/**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, DO TIPO VAN (MINIMO 15 LUGARES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis. A RETIFICAÇÃO se dá devido a mudança do horário de expediente conforme DECRETO 1.549/2022. Abertura do certame se dará: O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá à **Partir do dia 08 de novembro de 2022 às 11:00 horas, até o dia 24 de novembro de 2022 às 11:00 horas (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 24 de novembro de 2022 às11:15 horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br**ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**e **https://comprasbr.com.br/**.

Cotriguaçu-MT, 07 de novembro de 2022.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO 009/2022 - CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL - LAM

"A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ nº 37.465.309/0001-67, torna público que, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), concedeu a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) , processo nº 009/2022, para Empreendimento e/ou atividade" **Atividades de Clínica Médica (clínicas, consultórios e ambulatórios)" - CNAE (01/05/8630)**, localizado nas coordenadas Latitude 09º 54' 14' 19,81" S ; Longitude 58º 33' 50,17" W , localizado no município de Cotriguaçu-MT."

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 370/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 370/2022

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar DELCI CACIANO PONTES, matricula funcional 3041, com lotação na secretaria municipal de turismo e meio ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 369/2022

NOMEA GERENTE DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **MAURO FRANCISCO DE MOURA,** matricula funcional 3137**,** como **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE,** com lotação na secretaria municipal de Turismo, Meio Ambiente, cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 372/2022

EXONERA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar ZILDA XAVIER DOS SANTOS, matricula funcional n° 3090, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 374/2022

EXONERA ASSESSOR JURIDICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar JOÃO MATEUS FREITAS COSTA, matricula funcional 3040, com lotação no Gabinete do prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 07 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 371/2022

NOMEA SECRETÁRIO MUN. DE TURISMO, MEIO AMB, CULTURA, ESP. E LAZER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear DELCI CACIANO PONTES, matricula funcional 3147, como SECRETÁRIO MUN. DE TURISMO, MEIO AMB, CULTURA, ESP. E LAZER com lotação secretaria municipal de Turismo, Meio Ambiente, cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 368/2022

PORTARIA MUNICIPAL Nº 368/2022

NOMEIA COORDENADOR GERAL DE ESPORTES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear JOSUÉ FERREIRA DOS SANTOS, matricula funcional 3134, para exercer o cargo de COORDENADOR GERAL DE ESPORTES, com lotação na secretaria municipal de Turismo, Meio Ambiente, cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 367/2022

ALTERA PORTARIA 257/2022 QUE NOMEA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Alterar a portaria 257/2022 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação – CME, do biênio 2022/2024, com as seguintes alterações:

1. Representantes do Poder Municipal

Secretaria de Educação.

Titular: Antônia Aparecida Dantas da Silva

Suplente: Gustavo Zaninelo de Oliveira

2. Magistério Publico

Titular: Rogério Coimbra

Suplente: Zilda Gomes dos Reis

Art. 2º Os demais componentes do referido conselho permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 373/2022

NOMEA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear ZILDA XAVIER DOS SANTOS, matricula funcional n° 3143, como SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO com lotação na Secretaria municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de novembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, em cumprimento ao princípio da publicidade, comunica a todos interessados, que **REVOGOU** o processo licitatório de Pregão Presencial nº 024/2022, o fazendo com supedâneo no art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo que o procedimento revogatório encontra-se à disposição de todos os interessados.

Diamantino-MT,. 07 de Novembro de 2022.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, CNPJ nº 03.648. 540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, torna público, o resultado de procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022, tendo como objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, RECAPEAMENTO, MEIO FIO E SARJETA DE DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, PARA FINALIZAR O OBJETO DO CONVÊNIO MDR 851600/2017, qual não compareceu nenhum interessado no certame, sendo a presente licitação declarada DESERTA.

Diamantino-MT, 31 de Outubro de 2022.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 10/2022/CMS

Diamantino-MT, em 27 de Outubro de 2022

“Dispõe sob Atualização da Tabela SUS Municipal, homologado pelo Conselho Municipal de Saúde – CMS, para atendimento da demanda qualificada”.

Considerando a Lei nº 8.080, de 18 de Setembro de 1990, que Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a necessidade de contratação de serviços de saúde complementar aos serviços próprios;

Considerando que os entes federativos de autonomia para estabelecer valores da Tabela SUS federal, estadual e municipal, mediante análise de estrutura de oferta e dos custos de saúde no seu território;

Considerando a Portaria 1.606 de 11 de setembro de 2001 que trata da complementação da tabela SUS;

Considerando que o município de Diamantino vem praticando em compras de procedimentos e séricos valores muitas vezes acima dos praticados em torno do seu território, região e/ou estado; e

Considerando que tais valores não precedem de normatização específica;

Resolve:

Art. 1.º - Atualizar a Tabela SUS Municipal conforme anexo;

Art. 2.º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação e será fixada no local de costume.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino, 27 de Outubro de 2022.

Jacildo Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino – MT

Homologado a Resolução n.º 10 de 27 de Outubro de 2022, do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino – MT.

Marinêze de Araújo Meira

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino -MT

ANEXO I

ESPECIALIDADES MÉDICAS	VALOR TABELA SIGTAP	VALOR COMPLEMENTO MUNICÍPIO	VALOR TABELA SUS MUNICIPAL
CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA COM RAIO-X	R$ 10,00	R$ 110,00	R$ 120,00
CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA COM RAIO-X + PROCEDIMENTO GESSADO+ CURATIVO, SUTURA OU REDUÇÃO INCRUENTA	R$ 10,00	R$ 190,00	R$ 200,00
CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA + COLPOSCOPIA	R$ 10,00	R$ 110,00	R$ 120,00
CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM CARDIOLOGIA + ELETROCARDIOGRAMA	R$ 10,00	R$ 110,00	R$ 120,00
CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	R$ 10,00	R$ 110,00	R$ 120,00

ANEXO II

EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA	VALOR TABELA SIGTAP	VALOR COMPLEMENTO MUNICÍPIO	VALOR TABELA SUS MUNICIPAL
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R$ 37,95	R$ 62,05	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA GESTACIONAL COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA	R$ 24,20		R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DAS MAMAS COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES E ORGÃOS SUPERFICIAIS C/ DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA GINECOLÓGICA COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE VIAS URINÁRIAS COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA HÉRNIA COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA TRANSLUCÊNCIA NUCAL COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES E ORGÃOS SUPERFICIAIS	-	R$ 100,00	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA GINECOLÓGICA	R$ 24,20		R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA VIAS URINÁRIAS	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA DE HÉRNIA	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	R$ 24,20	R$ 75,80	R$ 100,00
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER PULSADO	R$ 39,60	R$ 80,40	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER PULSADO GEMELAR (CADA)	R$ 39,60	R$ 80,40	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA TRANSLUCÊNCIA NUCAL COM DOPPLER GEMELAR (CADA)	-	R$ 120,00	R$ 120,00
ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA COM DOPPLER	-	R$ 120,00	R$ 120,00

ANEXO III

EXAMES ESPECIALIZADOS	VALOR TABELA SIGTAP	VALOR COMPLEMENTO MUNICÍPIO	VALOR TABELA SUS MUNICIPAL
ENDOSCOPIA (COM SEDAÇÃO)	R$ 48,16	R$ 151,84	R$ 200,00
M.A.P.A 24 HORAS	R$ 10,07	R$ 149,93	R$ 160,00
HOLTER 24 HORAS	R$ 30,00	R$ 130,00	R$ 160,00
TESTE ERGOMÉTRICO	R$ 30,00	R$ 90,00	R$ 120,00
ECOCARDIOGRAFIA	R$ 67,86	R$ 82,14	R$ 150,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 011/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 011/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 011/2022, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA "MELHOR IDADE", LOCALIZADO NA RUA TIRADENTES, QUADRA 09, LOTES 21 E 23, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM ATENDIMENTO AO OBJETO DO CONVÊNIO Nº 020/2022, FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DA SINFRA/MT E O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, AMBOS PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL., PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇOS transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por

parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E:

HOMOLOGAR e **ADJUDICAR** a Empresa: ***GILSON JOSE DA SILVA TRANSPORTE,*** inscrita no**CNPJ: 02.276.813/0001-34,** no valor global de **R$ 447.351,44 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos)**,conforme convocação, em virtude da desistência da primeira colocado, destinado a atender a demanda da Secretaria de Assistência Social.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 07 de novembro de 2022.

VALDECIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 75, § 3º da Lei 14.133/21

O Município de Gaúcha do Norte MT, com vista a obter proposta adicionais em processo de contratação direta consignada nos incisos I e II do art. 75 da lei n. 14.133/21 e consoante regrado no Decreto Municipal 1.301 de 08/07/2022.

TORNA PÚBLICO:

I – Fica externado aos interessados que o Município de Gaúcha do Norte interessada em promover a, com vista a obter apresentação de propostas adicionais para citada contratação direta, CONVOCA potenciais empresas do ramo a apresentarem orçamentos de aquisição, que poderão ser apresentados fisicamente na sede da prefeitura municipal de Gaúcha do Norte ou de maneira digital no e-mail do setor de licitações licitacaogauchadonorte@gmail.com no prazo de três dias úteis conforme sugere a nova lei de licitações. Cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA DO TIPO DEMARCAÇÃO DE LOTES conforme descrito na tabela abaixo:**

Item	Descrição do Item	Quantidade
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TOPOGRAFIA DO TIPO DEMARCAÇÃO DE LOTES	50

III – De maneira concomitante, está sendo realizada pesquisa direta com ao menos 03 (três) fornecedores na forma da lei, sendo que ao final será analisada a proposta mais vantajosa, fazendo-se tudo constar dos autos.

IV – Como condição para formalização de futuro contrato, a proponente que apresentar o melhor orçamento deve comprovar sua regular habilitação, devendo apresentar ao Órgão após solicitação (i) contrato social; (ii) Certidão Conjunta expedida junto a SRF; (iii) Certidão de Regularidade Fiscal (FGTS) e (iii) Certidão Negativa de Débito Trabalhista

IV – Este aviso vai ser divulgado no site do Município de Gaúcha do Norte e publicado no DOM E DOC TCE-MT.

Gaúcha do Norte/MT, 07 de novembro de 2022.

ITAYANA ALVES DE CARVALHO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000160/2022

Modalidade Nr.: 00000064/2022

Classificação: Dispensa de licitação para compras e serviços

Data da Adjudicação: 07/11/22

Data da Homologação: 07/11/22

Objeto da licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE GARANTIA (10.000 KM) PARA O VEÍCULO CHEVROLET SPIN 1.8L AT LT7 PLACA: RRQ-9C28 ANO 2022/2023

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

42234923 - ZAHER E CIA LTDA

CNPJ: 03.264.868/0002-78

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
19220	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Detalhamento: SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - REVISÃO RELATIVA A QUILOMETRAGEM ATINGIDA, EM VEICULO OFICIAL	UNIDADE		1,0000	300,0000	300,00
35518	PEÇAS E ACESSORIOS DIVERSOS Detalhamento: PEÇAS E ACESSORIOS DIVERSOS	UNIDADE		1,0000	878,9800	878,98

Total Fornecedor: 1.178,9800

Total Geral: 1.178,9800

GAUCHA DO NORTE, Segunda-feira, 7 de Novembro de 2022

_____

CONTRATO Nº 082/2022

CONTRATO Nº 082/2022

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E EXTRA MAQUINAS S/A, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Voney Rodrigues Goulart**, solteiro, pecuarista, portador da Carteira de Identidade n. 2477543 SSP/GO e do CPF n. 402.603.301-59, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **EXTRA MAQUINAS S/A**, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 19.293.041/0002-22 estabelecida na **Av. Miguel Sutil, SALA: 02; Nº 4001, Bairro Areão, em Cuiabá-MT, CEP nº 78.010-500**, e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 162/2022**, e que se regerá pela **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°016/2022**, fundamentada no inciso II do art. 25, da Lei Federal Nº. 8.666/93, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contratação de empresa em prestação de serviços da autorizada a ser utilizada na MOTONIVELADORA MOD. GR 1803-BR MOTO NIVELADORA nas placas AAA-0859, AAA-0831 e AAA1535para atender a demanda da secretaria de Obrasdo município de Gaúcha do Norte-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado no art. 25, II §1 da Lei 8666/93, da Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 016/2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA.

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do serviço contratado.

3.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.3 – A prestação de serviços do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato responsável pela Secretaria de Obras deste município, com atribuições específicas bem como representante designado da Contratada;

3.4 - A fiscalização exercida na entrega não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

3.5 - Em caso de necessidade, o quantitativo estipulado poderá ser alterado de acordo com a normativa vigente e as necessidades verificadas pelo CONTRATANTE.

3.6 - O CONTRATANTE, por meio das áreas gestoras, estabelecerá os serviços a serem executados pelos profissionais e o supervisor da CONTRATADA, acompanhará o desempenho.

3.7 – A aquisição deverá estar de acordo com a qualidade, quantidade e periodicidade especificada nas solicitações, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.8 - No valor dos serviços licitados deverão estar incluídos todos os custos básicos tributários, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do serviço;

3.9 - O compromisso para a execução dos serviços só estará caracterizado após o recebimento da **ordem de fornecimento/serviço** ou instrumento equivalente e/ou da competente Nota de Empenho, que deverá conter obrigatoriamente: data, número do processo, número da Nota de Empenho, prazo que ficará a disposição da contratante, carimbo e assinatura do responsável;

3.10 -De acordo Com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.11 - Os serviços licitados rejeitado poderão ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

3.12 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.13 – O presente contrato terá sua vigência de **02 (três) meses após a assinatura do contrato**, prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

3.15 – **O serviço licitado será adquirido para utilização na MOTONIVELADORA MOD. GR 1803BR MOTO NIVELADORA nas placas AAA-0859, AAA-0831 e AAA1535, mediante a autorização por escrito**.

3.15 1. – A empresa terá o prazo de até 02 (dois) dias corridos, com tolerância e justificativa, excepcionalmente de no máximo 01 (um) dia corrido contados da data da ordem de fornecimento/**serviços do setor de compras do Munícipio para iniciar os procedimentos.**

3.16 – Os serviços/produtos licitados deverão estar de acordo com a qualidade especificada, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total R$ 27.140,63 (vinte e sete mil e cento e quarenta reais e sessenta e três centavos).

4.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pela Secretaria Município Obras *de Gaúcha do Norte-MT*.

4.3 - O pagamento se dará a contar da apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal(ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o decorrente ano nas dotações orçamentárias:

ORGAO: 09 UNIDADE: 001 PROJ/ATIV: 20042 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 COD RED: 338

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes a prestação de serviços do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução dos serviços do presente contrato;

d) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

e) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos serviços fornecidos que terão prazo de três meses de garantia nos serviços prestados.

f) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no a prestação de serviços, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes e do Decreto Municipal, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie dos serviços do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata dos serviços do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo **FISCAL DO CONTRATO**, responsável pela Secretaria Municipal de Obras, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** a seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.2.1 - O Órgão Gerenciador de Preços que originou este contrato mediante a realização **INEXIGIBILIDADE 016/2022,** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Obras.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2022,** em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 07 de novembro de 2022.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

Voney Rodrigues Goulart

CONTRATANTE

_____

EXTRA MAQUINAS S/A

CNPJ: 19.293.041/0002-22

CONTRATADA

_____

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1)_____
CPF:_____

2)_____
CPF:_____

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000159/2022

Modalidade Nr.: 00000063/2022

Classificação: Dispensa de licitação para compras e serviços

Data da Adjudicação: 07/11/22

Data da Homologação: 07/11/22

Objeto da licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE GARANTIA (20.000 KM) PARA O VEÍCULO CAMINHÃO FURGÃO 416 SPRINTER F42B UPI AMBULÂNCIA CHASSI: 8AC907643NE209199 PLACA: SDE-9F48

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

42235238 - TECAR CAMINHOES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 02.058.744/0001-92

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
19220	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Detalhamento: SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - REVISÃO RELATIVA A QUILOMETRAGEM ATINGIDA, EM VEICULO OFICIAL	UNIDADE		1,0000	900,0000	900,00
35518	PEÇAS E ACESSORIOS DIVERSOS Detalhamento: PEÇAS E ACESSORIOS DIVERSOS	UNIDADE		1,0000	2.450,0000	2.450,00

Total Fornecedor: 3.350,0000

Total Geral: 3.350,0000

GAUCHA DO NORTE, Segunda-feira, 7 de Novembro de 2022

_____

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2022

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 162/2022

O Poder Executivo Municipal de Gaúcha do Norte MT, torna público a Inexigência de Licitação nº. 016/2022 para contratação da empresa **EXTRA MAQUINAS S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.293.041/0002-22, com sede à Av. Miguel Sutil, SALA: 02; Nº 4001, Bairro Areão, em Cuiabá-MT, CEP nº 78.010-500, para contratação de empresaespecializadaemAssistência Técnica autorizada para as três **MOTONIVELADORA MOD. GR 1803BR MOTO NIVELADORA nas placas AAA-0859, AAA-0831 e AAA1535**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras com valor global de R$ 27.140,63 (vinte e sete mil e cento e quarenta reais e sessenta e três centavos) nos termos Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº. 8.883/94, de 08 de junho de 1994.

Gaúcha do Norte MT, 07 de novembro de 2022.

ITAYANA ALVES DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO N° 018/2022

EXTRATO DE CONTRATO

***CONTRATO* N° 018/2022**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: *M SHOW PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA*

CNPJ Nº 34.262.043/0001-67

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS** ARTÍSTICOS E PRODUÇÕES MUSICAIS PARA A REALIZAÇÃO DE SHOWS DO FESTIVAL CULTURAL 2022 DO MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO /MT.

VALOR: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

DATA: 07/11/2021

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

CONTRATO 03/2022

TOMADA DE PREÇO 02/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2022

OBJETO: **SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO MT, (PONTE SOBRE O CORREGO DO EIXO) CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO CONVÊNIO 906945/2020 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Fora realizado o Processo Licitatório 07/2022 de Tomada de Preço n° 02/2022, originando o Contrato 03/2022 com vigência de 1°/04/2022 à 1°/04/2023, cuja contratada foia empresa **POTENGI CONSTRUÇÕES LTDA,** localizada na rua San Remo, n° 17, bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.938/0001-19, neste ato representada pelo representante legal Sr. **ABERLADO ARCANJO DE NORONHA.**

Tendo em vista a solicitação da empresa na prorrogação do prazo de execução da obra que consta na clausula sétima do referido contrato: (O prazo para execução das obras e serviços será de 120 (cento e vinte) dias corridos). Tendo sua ordem de serviços expedida na data de: 23/06/2022, sendo valida até a data de 20/10/2022.

Tendo em vista a obra inacabada, esta entidade decide por prorrogar o prazo de execução da obra para mais 60 (sessenta) dias corridos, começando a vigorar a partir desta data 31/10/2022, tendo seu prazo até a data de 31/12/2022.

As demais cláusulas e condições do contrato original, permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo.

General Carneiro-MT, 31 de Outubro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO AQUINO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 080/2022

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Diretor do Departamento de Licitação, torna público que realizará licitação namodalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERSIANAS E PAPÉIS DE PAREDES COM A INSTALAÇÃO INCLUSA POR CONTA DA CONTRATADA EM LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme descrição no Anexo x do Edital, a sessão pública acontecerá na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga no dia **23 de novembro de 2022**. O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n.º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

Guiratinga/MT, 07 de novembro de 2022.

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do Departamento de Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AVISO DO RESULTADO - PP 075 - 2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2022

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GUIRATINGA,** conforme anexo X do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITENS: 03; 07; 09; 10; 17; 19; 22; 39; 44; 47 e 48 – STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITinscrito no **CNPJ** sob o nº **05.870.717/0001-08**, com o valor total de **R$ 67.582,00 (sessenta e sete mil e quinhentos e oitenta e dois reais).**

ITENS: 05; 15; 16; 27; 41; 42 e 46 – PAPEL ART LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **14.837.580/0001-80**, com o valor total de **R$ 61.704,05 (sessenta e um mil e setecentos e quatro reais e cinco centavos).**

ITENS: 04; 06; 08; 18; 21; 25; 29; 43 e 45 – OLMIR IORIS E CIA LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **70.429.956/0001-99**, com o valor total de **R$ 38.670,00 (trinta e oito mil e seiscentos e setenta reais).**

ITENS: 11; 12; 13; 14; 24; 28; 30; 31 e 32 – GSE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **47.358.557/0001-62**, com o valor total de **R$ 44.941,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e um reais).**

ITENS: 01; 02; 34; 35; 36 e 37 – JULIANO VEZENTIN COMERCIAL LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **08.694.780/0001-29**, com o valor total de **R$ 46.126,00 (quarenta e seis mil e cento e vinte e seis reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 259.023,05 (duzentos e cinquenta e nove mil e vinte e três reais e cinco centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 20; 23; 26; 33; 38 e 40.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 07 de novembro de 2022.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 075/2022

A Prefeitura Municipal de Guiratinga – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial em epígrafe, realizado na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Rotary Internacional, n° 944, Bairro Santa Maria Bertila, cujo o objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GUIRATINGA**, em face do qual sagrou-se vencedora(s) a(s) empresa(s) abaixo descrita(s), com os respectivos itens:

ITENS: 03; 07; 09; 10; 17; 19; 22; 39; 44; 47 e 48 – STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITinscrito no **CNPJ** sob o nº **05.870.717/0001-08**, com o valor total de **R$ 67.582,00 (sessenta e sete mil e quinhentos e oitenta e dois reais).**

ITENS: 05; 15; 16; 27; 41; 42 e 46 – PAPEL ART LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **14.837.580/0001-80**, com o valor total de **R$ 61.704,05 (sessenta e um mil e setecentos e quatro reais e cinco centavos).**

ITENS: 04; 06; 08; 18; 21; 25; 29; 43 e 45 – OLMIR IORIS E CIA LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **70.429.956/0001-99**, com o valor total de **R$ 38.670,00 (trinta e oito mil e seiscentos e setenta reais).**

ITENS: 11; 12; 13; 14; 24; 28; 30; 31 e 32 – GSE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **47.358.557/0001-62**, com o valor total de **R$ 44.941,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e um reais).**

ITENS: 01; 02; 34; 35; 36 e 37 – JULIANO VEZENTIN COMERCIAL LTDAinscrito no **CNPJ** sob o nº **08.694.780/0001-29**, com o valor total de **R$ 46.126,00 (quarenta e seis mil e cento e vinte e seis reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 259.023,05 (duzentos e cinquenta e nove mil e vinte e três reais e cinco centavos).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 20; 23; 26; 33; 38 e 40.

Os documentos encontram-se em sua totalidade a disposição dos interessados nos autos do referido procedimento licitatório na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Guiratinga-MT, Sito a Av. Rotary Internacional, n° 944, Bairro Santa Maria Bertila.

Guiratinga, 07 de novembro de 2022

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO 003/2022

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 003/2022 – Tipo Menor Preço por Item na plataforma https://portal.licitanet.com.br/, cujo Objeto é: **"**Registro de Preços para futura e eventual aquisição de caminhão 6x4 0km, chassi (plataforma)**".** Ocorrerá no dia: 22/11/2022. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇO: 09h31min do dia 22/11/2022. Certame será realizado no horário de Brasília. Edital Completo no site www.indiavai.mt.gov.br, pmindiavailicitacao@gmail.com. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 07 de novembro de 2022.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2022

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados pela Portaria n° 170/2022 de doze de julho do ano de dois mil e vinte e dois, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 040/2022**, instaurada para a **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados para planejamento, organização e execução de concurso público e processo seletivo público para o preenchimento de vagas no quadro de servidores do Município de Itanhangá – MT",** sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **VALE DO NOROESTE CONCURSOS E TREINAMENTO LTDA – ME – CNPJ: 32.575.899/0001-67** sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Itanhangá-MT, 07 de novembro de 2022.

TATIANE GONÇALVES DA SILVA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 243/2022

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 243/2022

Fica retificado a publicação da Portaria N° 243/2022, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVII | N° 4.095, na data de 25 de outubro de 2022, página 178.

ONDE SE-LÊ:

SÚMULA: "Concede férias aos servidores que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos Art. 80 da Lei Complementar Municipal 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

LEIA-SÊ:

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio aos servidores que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos Art. 125 da Lei Complementar Municipal 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, sua Licença Prêmio conforme segue:

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (CAMISETA, JAQUETA, SHORT), A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **22 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 15H00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 07 de novembro de 2022.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2022**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO POR M², COM FORNECIMENTO DE PROJETO,** cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **22 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 09H00 - Horário de Brasília/DF**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pregao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, em 07 de novembro de 2022.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 470, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 470, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Concede férias regulares ao servidor público que especifica, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder férias à servidora da educação abaixo nominada, em consonância ao período aquisitivo que menciona como segue:

MAT	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
563	HELIANY APARECIDA COSTA DE SOUZA	PROFESSOR	01/03/2021 A 28/03/2022	21/08/2022 A 04/09/2022	05/09/2022

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 21/08/2022.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 07 de novembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº007/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre autorização para a entrega de bens inservíveis ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, no uso das atribuições constantes do artigo 38, inciso VIII, Alínea "a", do Regimento Interno, propõe a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam declarados como inservíveis para a Câmara Municipal de Itiquira os bens móveis listados no Anexo II desta Resolução

Art. 2º. O Presidente da Câmara Municipal fica autorizado a repassar ao Poder Executivo Municipal os bens inservíveis da Câmara Municipal descritos no Anexo II desta Resolução, mediante termo de entrega.

Art. 3º. O Termo de Entrega – Anexo I e a Relação de bens inservíveis – Anexo II, integram a presente Resolução.

Art. 4º. Efetuada a devolução, será dado baixa nos registros patrimoniais desta Casa de Leis, com os registros necessários

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Itiquira-MT, 07 de novembro de 2022.

---------- **Alcides Anfilofio de Campos Ferreira** **Presidente**		---------- **Eufrázio Cabral da Costa** **1º Secretário**
	---------- **Enildo da Silva Paniago** **2º Secretário**	

PROCURADORIA JURIDICA
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SECRETARIA MUNICIPALDE EDUCAÇÃO - SME / CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –CME Nº 001/2022, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SECRETARIA MUNICIPALDE EDUCAÇÃO - SME / CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –CME Nº 001/2022, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a indicação de lista tríplice para o cargo de Diretor de Unidade Escolar que tenha acima de 500 alunos para o biênio 2023/2024, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITIQUIRA, no uso de suas atribuições legais e, exaradas no Art. 54-B da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 05 de novembro de 2019, que julgou, por meio da ADI 282-1, e declarou inconstitucional o Artigo 237, inciso IV da Constituição do Estado de Mato Grosso que versa sobre as eleições diretas (com a participação da comunidade escolar) para a escolha do cargo de Diretor Escolar;

CONSIDERANDO as orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/FUNDEB, dispostas na NOTA Nº 2/2022/CONSELHOSFUNDEB/CGINF/GAB/SEB/SEB-MEC;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1 de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, para as redes públicas de ensino;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Art. 14, § 1º inciso I, em que trata do provimento do cargo ou função do gestor escolar, de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar, dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.208, de 12 de setembro de 2021, que altera o art. 64, da Lei Municipal n.º 684;

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394/96 e a Lei Municipal Nº 684/2010, resolve:

Art. 1º A escolha do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar que tenha acima de 500 alunos será realizada com a efetiva participação da comunidade escolar de cada unidade de ensino, por intermédio de consulta, com vistas à formação de lista tríplice para o cargo, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que escolherá um nome para nomeação.

§1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de pessoas que compõem os seguintes segmentos:

I – pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade); II – alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 12 (doze) anos; III – membros do quadro docente lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino; IV – funcionários da unidade;

§2º A consulta será realizada quando houver no mínimo 04 inscrições efetivadas.

§3º Caso haja de 02 à 03 três candidatos inscritos, estes comporão automaticamente a lista tríplice, sendo dispensada a consulta.

§4º Caso não haja no mínimo 02 inscrições realizadas, dentro dos critérios legais, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o nome para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação.

§5º A Unidade Escolar que não possuir em seu quadro servidores que preencham os requisitos do art. 3 da Instrução Normativa N.º 001/2022, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o ocupante do cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação.

Art. 2º Será dividido o peso das indicações na seguinte proporcionalidade:

I – 50% (cinquenta por cento) para os membros do quadro docente lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino e dos funcionários da unidade; II – 50% (cinquenta por cento) para pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade) e alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 12 (doze) anos;

§1º O quantitativo total de indicações obtidos dentro de cada grupo mencionado nos incisos I e II o art. 2º, será calculado de forma separada, de modo que independentemente da quantidade de indicantes, dentro de cada um deles, a representação corresponde a 50% do resultado final.

a) o percentual de indicações obtido no grupo I representará 50% na aferição da média total; b) o percentual de indicações obtido no grupo II representará 50% na aferição da média total;

§2º Para aferição do resultado final não será considerado o total de indicações obtidas, mas o percentual calculado sob a forma descrita nos incisos I e II desse artigo, ou seja, com peso igualitário de 50% para cada grupo.

§3º Os 03 (três) indicados que obtiverem maior percentual de escolha formarão a lista tríplice, que será levada à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Poderá ocupar o cargo de Diretor de Unidade Escolar e participar da formação de lista tríplice, servidor de carreira que preencha os seguintes requisitos:

I – Efetivo e estável que ocupe cargo de provimento municipal no quadro de profissionais da Educação; II – Ser habilitado em Licenciatura Plena na área da educação; III – Estar apto a exercer plenamente a movimentação financeira bancária; IV – Comprometer-se a participar da formação continuada e permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação; V – Comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo, conforme disposto no art. 4º desta Instrução Normativa; VI – Não tenha sido penalizado, nos últimos cinco (05) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar; VII – não esteja nomeado para o cargo de Diretor a mais de quatro (4) anos consecutivos;

Art. 4º São atribuições do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar:

a) representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento; b) coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento vigentes; c) coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando os resultados da unidade mediante o cumprimento do currículo e do calendário escolar; d) manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação; e) dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas e adotadas pelos órgãos do sistema de ensino; f) submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar; g) divulgar, com fidedignidade, a comunidade escolar a movimentação financeira da escola; h) coordenar o processo de avaliação das ações administrativas, pedagógicas e técnico- administrativo-financeiras desenvolvidas na escola em consonância com os objetivos e metas da unidade escolar; i) apresentar, anualmente, à Secretaria de Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna institucional da escola definindo coletivamente as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas; j) cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, em especial o estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 5º Os servidores indicados à lista tríplice pela comunidade escolar, deverão ser aqueles que se encontram lotados na unidade escolar.

Art. 6º Após escolha da lista tríplice pela Comunidade escolar, antes da apreciação e escolha por parte do Chefe do Poder Executivo, deverão os indicados da lista apresentarem à comissão técnica o Plano de Trabalho Pedagógico a ser desenvolvido na unidade escolar.

Art. 7º A cada dois (02) anos, a Secretaria Municipal de Educação, promoverá a participação da comunidade escolar, para a indicação dos nomes ao cargo de diretor das respectivas escolas municipais.

Parágrafo Único. O não atingimento das metas estabelecidas pelo INEP em seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, bem como, a constatação de baixo índice de avaliação de alfabetização na pré-escola, ensejará em novo processo de escolha na unidade, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º Fica instituído que o coordenador pedagógico de cada unidade escolar será indicado pela Secretária Municipal de Educação, concomitantemente com o Diretor da Unidade Escolar.

Art. 9º O cargo de diretor de unidade escolar, trata-se de cargo comissionado de livre nomeação e exoneração.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Itiquira - MT, 04 de novembro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

PROCURADORIA JURIDICA
ESCALA CONSELHO TUTELAR DE ITIQUIRA/MT

COORDENADORA: Valdecleia Duran Alonso

PERÍODO: 01 a 30 novembro de 2022

DIAS DO MÊS		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
DIAS DA SEMANA		T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	T	Q	Q
MAT.	NOME COMPLETO																														
7900	ALCIONE GOMES MACHADO	T1	F	T1	T1	F	F	T1	F	T1	F	T1	F	F	T1	T1	F	T1	F	SA2		F	T1	T1	F	T1	F	F	T1	F	T1
		SA1	F	SA1	F	F	F	F	F	SA1	F	SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F			F	SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F	SA1
8683	DAVINA INACIO DA SILVA	F	T1	F	T1	F	F	T1	T1	F	T1	F	SA2		F	T1	T1	F	T1	F	F	T1	F	T1	T1	F	SA2		F	T1	F
		F	SA1	F	SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F			F	SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F	SA1	F	F			F	SA1	F
8696	ELISANGELA FARIAS CESAR ALVES OURIVES	F	T1	T1	F	SA2		F	T1	F	T1	T1	F	F	T1	F	T1	F	T1	F	F	T1	T1	F	T1	F	SA2		F	T1	T1
		F	SA1	F	F			F	SA1	F	SA1	F	F	F	F	F	SA1	F	SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F			F	SA1	F
7892	VALDECLEIA DURAN ALONSO	T1	F	T1	F	SA2		F	T1	T1	F	T1	F	F	T1	F	T1	T1	F	SA2		F	T1	F	T1	T1	F	F	T1	F	T1
		F	F	SA1	F			F	SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F	SA1	F	F			F	SA1	F	SA1	F	F	F	F	F	SA1
7895	ZIRLEI MORENO	T1	T1	F	T1	F	F	T1	F	T1	T1	F	SA2		F	T1	F	T1	T1	F	F	T1	F	T1	F	T1	F	F	T1	T1	F
		SA1	F	F	SA1	F	F	SA1	F	SA1	F	F			F	SA1	F	SA1	F	F	F	F	F	SA1	F	SA1	F	F	SA1	F	F

T1 – Jornada de trabalho 07:00hrs às 11:00hrs; 13:00hrs às 17:00hrs.

SA1 – Sobreaviso de 11:01hrs às 12:59hrs; 17:01hrs às 06:59hrs.

SA2 – Sobreaviso de 07:00hrs às 06:59hrs.

F – Folga.

VALDECLEIA DURAN ALONSO

Coordenadora do Conselho Tutelar – Região I

PROCURADORIA JURIDICA
ORIENTATIVO Nº 001/2022 QUE DISCIPLINA O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO/INDICAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ORIENTATIVO Nº 001/2022 QUE DISCIPLINA O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO/INDICAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação de Itiquira/MT, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos princípios da Instrução Normativa Nº 001/2022, que dispõe sobre a indicação de lista tríplice para o cargo de Diretor de Unidade Escolar que tenha acima de 500 alunos para o biênio 2023/2024, resolve disciplinar o processo de indicação de gestores na Rede Municipal de Ensino.

O processo de indicação realizar-se-á em todas as unidades escolares que atendam acima de 500 alunos, desde que atenda o estabelecido no artigo 1º da Instrução Normativa n. º 001/22.

Na escola/unidade que não houver lista tríplice caberá à Secretária Municipal de Educação tomar as providências cabíveis.

1 - DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO/INDICAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DE DIRETOR

A Instrução Normativa N. º 001/22 deverá ser divulgado à comunidade escolar e afixado em local de fácil visualização na unidade escolar. O Diretor da Unidade Escolar deverá realizar reunião específica para leitura desta Instrução Normativa, com respectivo registro em Ata, do dia **07/11/2022 à 10/11/22**, com todos os profissionais juntamente com o Conselho Deliberativo e também com a comunidade escolar.

1.1 - DOS CRITÉRIOS

Para participar do processo de composição/indicação da lista tríplice para o cargo de diretor o indicado deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ser servidor de carreira efetivo e estável que ocupe cargo de provimento municipal no quadro de profissionais da Educação;

II – ser habilitado em Licenciatura Plena na área da educação;

III – estar apto a exercer plenamente a movimentação financeira bancária;

IV – comprometer-se a participar da formação continuada e permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação;

V – comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo, conforme disposto no art. 4º da Instrução Normativa N. º 001/22;

VI – Não tenha sido penalizado, nos últimos cinco (05) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar;

VII – não esteja nomeado para o cargo de Diretor a mais de quatro (4) anos consecutivos.

1.2– DA JORNADA DE TRABALHO

I - Ao diretor indicado será atribuído o regime de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

II - O(a) diretor(a) indicado obriga-se a atender em todos os turnos da unidade escolar, podendo estabelecer cronograma de horários e períodos que deverá estar afixado em local de fácil consulta e visibilidade por todos.

2 – DA COMISSÃO DE INDICAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE DA UNIDADE ESCOLAR

2.1 – Haverá em cada unidade escolar que atendam acima de 500 alunos, uma Comissão de Indicação de Lista Tríplice, para conduzir o processo na unidade escolar, que será constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo Escolar, composta por 01(um) membro titular e respectivo suplente que não sejam membros do Conselho Deliberativo, dentre os seguintes segmentos:

2.1.1 - representante dos docentes;

2.1.2 - representante dos Pais;

2.1.3 - representante dos alunos que possuam 14 anos;

2.1.4 - representante dos funcionários da Unidade de Ensino.

2.2 – Deverá ser elaborada uma Portaria interna na Escola, com respectivo registro em Ata da composição da Comissão de Indicação da Lista Tríplice até às 17 horas do dia **10/11/2022** e afixada no mural, de fácil visualização da Comunidade Escolar.

2.3- O diretor da escola deverá colocar à disposição da Comissão de Indicação da Lista Tríplice os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

2.4 – Não poderá compor a Comissão Eleitoral:

I – Qualquer um dos(as) candidatos(as) a indicação, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – Componentes do Conselho Deliberativo Escolar;

III – O(a) servidor(a) em exercício no cargo de diretor(a).

3- DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE INDICAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE NA UNIDADE ESCOLAR

I - Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de composição/indicação da lista tríplice;

II - Divulgar amplamente as normas, os critérios, os calendários geral e específico da unidade escolar, relativos ao processo de composição/indicação, encaminhando-as à Secretaria Municipal de Educação;

III - Providenciar material necessário para viabilizar a escolha dos possíveis indicados à lista tríplice;

IV - Credenciar até no máximo quatro fiscais identificando-os através de crachás;

V - Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VI - Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes que comporão as mesas receptoras e escrutinadoras;

VII - Acondicionar todo o material referente ao processo de indicação da lista tríplice, bem como a listagem dos participantes do processo de escolha/indicação em envelope lacrado e assinado por todos os membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após esse prazo, proceder-se à incineração;

VIII - Convocar o Conselho Deliberativo Escolar, para se fazer presente, na Unidade Escolar, durante todo o processo de indicação da lista tríplice, bem como no ato da escrutinação;

IX - Divulgar o resultado final do processo de indicação da lista tríplice e enviar a ata de escrutinação à Secretaria Municipal de Educação;

X - Orientar toda a comunidade e servidores que participarão do processo de indicação, para trazerem um documento pessoal, para identificação.

4– DA CONSULTA PÚBLICA

4.1 - As inscrições deverão ser realizadas junto à Comissão de Instituição da Lista Tríplice da Unidade Escolar do dia **14/11/2022** até o dia **18/11/2022**. Após análise e aprovação, deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação.

4.2 - No ato da inscrição o (a) candidato (a) a indicação deverá apresentar os seguintes documentos:

a) termo de adimplência de prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar, durante o biênio da sua gestão, em nome do CDCE;

b) Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Estadual e Federal, caso seja positiva, apresentar a certidão acompanhada de certidão de objeto e pé para análise da comissão, sob pena de indeferimento da inscrição. Os documentos da Justiça Federal, Civil e Criminal poderão ser impressos Via Internet;

c) O Diretor em exercício garantirá o acesso ao(s) candidato(s) a indicação ao Projeto Político Pedagógico, o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e PDE Interativo, em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos, resultados da avaliação das metas propostas e executadas, inclusive pontuando as facilidades e as dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do(s) candidato(s);

d) cópia de documentos pessoais (RG, CPF, título eleitoral e comprovante da última eleição).

5 – DAS PROIBIÇÕES

5.1 – É vedado ao candidato à indicação e à comunidade escolar:

5.1.1- exposição de faixas e cartazes dentro da escola;

5.1.2 - distribuição de brindes de qualquer espécie, como objeto de propaganda ou aliciamento;

5.1.3 - distribuição de camisetas;

5.1.4 - espalhar nas dependências da unidade escolar, qualquer tipo de material de propaganda antes do dia da indicação da lista tríplice;

5.1.5 - veiculação de propaganda volante de qualquer espécie 24h antes do processo de indicação da lista tríplice;

5.1.6 - transporte de pessoal pelos candidatos a indicação, exceto nas escolas da zona rural e escolas atendidas pelo transporte escolar, onde o transporte será feito pelos ônibus do transporte escolar;

5.1.7 - realizar festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

5.1.8 - atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

5.1.9 - constranger, aliciar ou praticar atos contra estudantes, servidores ou ainda colocar servidor em disponibilidade, salvo decorrente de falta grave.

5.2 – Poderá ser afastado do processo de composição/indicação da lista tríplice, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à Comissão de Indicação da Unidade Escolar, o candidato que praticar qualquer dos atos do item 5 (cinco) desse Orientativo, ou permitir a outrem praticá-las em seu favor, sendo resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa do inscrito.

6 - DA INDICAÇÃO À LISTA TRÍPLICE

6.1 – Poderão participar da consulta com vistas à indicação da lista tríplice conforme o Artigo 3º da Instrução Normativa N. º 001/2022.

6.1.1A escolha do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar será realizada com a efetiva participação da comunidade escolar de cada unidade de ensino, por intermédio de consulta, com vistas à formação de lista tríplice para o cargo, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que escolherá um nome para nomeação.

§1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Normativa, o conjunto de pessoas que compõem os seguintes segmentos:

I – pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade);

II – alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 12 (doze) anos;

III – membros do quadro docente lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino;

IV – funcionários da unidade;

§2º A consulta será realizada quando houver no mínimo 04 inscrições efetivadas.

§3º Caso haja de 02 à 03 três candidatos inscritos, estes comporão automaticamente a lista tríplice, sendo dispensada a consulta.

§4º Caso não haja no mínimo 02 inscrições realizadas, dentro dos critérios legais, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o nome para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação.

§5º A Unidade Escolar que não possuir em seu quadro servidores que preencham os requisitos do art. 3 da Instrução Normativa N.º 001/2022, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o ocupante do cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação.

6.2 – Será dividido o peso das indicações na seguinte proporcionalidade:

I – 50% (cinquenta por cento) para os membros do quadro docente lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino e dos funcionários da unidade;

II – 50% (cinquenta por cento) para pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade) e alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 12 (doze) anos;

§1º O quantitativo total de indicações obtidos dentro de cada grupo mencionado nos incisos I e II do item 6.1.1, será calculado de forma separada, de modo que independentemente da quantidade de indicantes, dentro de cada um deles, a representação corresponde a 50% do resultado final.

a) o percentual de indicações obtido no grupo I representará 50% na aferição da média total;

b) o percentual de indicações obtido no grupo II representará 50% na aferição da média total;

§2º Para aferição do resultado final não será considerado o total de indicações obtidas, mas o percentual calculado sob a forma descrita nos incisos I e II do item 6.1.1, ou seja, com peso igualitário de 50% para cada grupo.

§3º Os 03 (três) indicados que obtiverem maior percentual de escolha formarão a lista tríplice, que será levada à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

6.2.1 – No ato da indicação, o participante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade e, em caso do aluno o registro de nascimento ou R.G.

6.2.2 – Não é permitido a participação no processo de escolha por meio de procuração.

6.2.3 – O processo será conduzido por mesas receptoras, designadas pela Comissão de Indicação da Lista Tríplice da Unidade Escolar.

6.2.4 – Poderão permanecer no recinto, destinado à mesa receptora, apenas seus membros e fiscais.

6.2.5 – A escola deverá disponibilizar uma urna específica para os membros da escola e outra para a comunidade escolar.

6.2.6 – Cada mesa receptora será composta no mínimo de 03 e no máximo de 05 membros e de 02 suplentes, escolhidos pela Comissão de Indicação da Unidade Escolar.

6.2.7 – Não podem integrar a mesa receptora os candidatos a indicação, seus cônjuges, parentes até o segundo grau e componentes do Conselho Deliberativo Escolar.

6.2.8 – A indicação deverá ser dada em identificação única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo Pre-

sidente da Comissão de Indicação da Lista Tríplice da Unidade Escolar e um mesário;

6.2.9 – O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

6.2.10 – Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata com o resultado do processo de indicação da lista tríplice esta deverá ser assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão de Indicação, que se reunirá com os demais membros para encaminhar à Secretaria Municipal de Educação o resultado.

7 – DO CRONOGRAMA PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE INDICAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE

Nº	Data	Evento
1	07/11/2022 à 10/11/2022	Afixar este orientativo para realização do processo indicação da lista tríplice nas unidades escolares e promover ampla divulgação junto à comunidade escolar.
2	10/11/2022	Instituir Comissão de Indicação da Unidade Escolar
3	11/11/2022	Entrega à Secretaria Municipal de Educação, dos nomes dos representantes da Comissão de Indicação da Unidade Escolar.
4	14/11 a 18/11/2022	Data de inscrições dos candidatos à direção das Unidades escolares, com a Comissão de Indicação.
5	21/11/2022	Afixar, na unidade escolar, a lista nominal dos candidatos à indicação a diretor da Unidade escolar.
6	30/11/2022	Realização da indicação à lista tríplice para diretores nas Escolas e Unidades Municipais.
7	02/12/2022	Enviar à Secretaria Municipal de Educação o resultado do processo de indicação e a composição da lista tríplice da Unidade Escolar.
8	09/12/2022	Devolutiva do Chefe do Poder Executivo Municipal do nome escolhido para nomeação do Diretor Escolar.
9	12 /12 a 16/12/2022	Divulgação do nome escolhido para nomeação do Diretor Escolar pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
10	02/01/2023	Nomeação do Diretor Escolar escolhido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Itiquira/MT, 04 de novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº 273, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA Nº 273, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a servidora **Dulcinea Barros Siqueira**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, cargo Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, referente ao quinquênio de 2011 a 2016, a partir de 03 de novembro de 2022 a 12 de dezembro de 2022, 39 (trinta e nove) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 03 de novembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA N.º 269, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA N.º 269, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR O CANCELAMENTO do ato de afastamento sem remuneração, a pedido do (a) Servidor (a) relacionado (a) abaixo, a partir de 01 de outubro de 2022, conforme segue:

LAIS AGNOLIN – Técnica em Enfermagem

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 24 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA N.º 272, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 272, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Efetuar o **CANCELAMENTO** do ato de afastamento sem remuneração, a pedido do (a) Servidor (a) **Rosalvo Oliveira Guimarães**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no cargo de Operador de Veículos e Máquinas / Motorista de Ônibus Escolar, a partir de 31 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 03 de novembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LEI Nº 2.129, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

LEI Nº 2.129, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

Dá a denominação de Antônio Vaz de Campos – Tunico ao Centro de Triagem, localizado no bairro Jardim Esmeralda.

A Prefeita Municipal de Jaciara/MT, Andréia Wagner, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Centro de Triagem, localizado no bairro Jardim Esmeralda, passa a denominar-se "ANTÔNIO VAZ DE CAMPOS – TUNICO", como justa homenagem dos Poderes Legislativo e Executivo de Jaciara, ao trabalho prestado em vida por este honroso Senhor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaciara/MT, em 03 de novembro de 2022.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Processo Administrativo nº 2368-01/2022– Pregão Eletrônico nº 025/2022

Despacho de anulação de processo Licitatório em razão da ausência de preço público para subsidiar o balizamento de preço e consequentemente ficou configurado que mais de 90% dos itens foi adjudicado com sobrepreço,em que pese, os valores adjudicados estão dentro do valor estimado no Termo de Referência.

O Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara - MT, LEOMAR RODRIGUES SOUZA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a as disposições constantes do artigo 15, Inciso V da Lei nº 8.666/93, art. 3º da Lei nº 10.520/2022, bem como dos artigos 4º e 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e resolução de Consulta nº 20/2016 – TCE-MT,que trata sobre as exigências para o balizamento de preço, de forma a assegurar que o poder público efetue contratações regulares, lícitas e econômicas.

RESOLVE:

ANULAR o Processo Administrativo nº 2368-01/2022, Pregão Eletrônico nº 025/2022, que tem por objeto: "**Registro de preço na contratação de empresa especializada para eventual aquisição de pneus, câmara de ar, protetores e serviços de recapagem."**

Inicialmente ressalta-se que a anulação está fundamentada no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93 c/c a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Embora, a fase de abertura de propostas e habilitação da referida licitação tenha ocorrido e estando o certame já homologado, foi identificado em analise procedimental por parte do Controle Interno que os valores estimados de cada item no termo de referencia foram realizados tendo por base apenas três cotações com fornecedores sendo dois locais e um regional, contrariando o que dispõe a Instrução Normativa SEGES/MT nº65/2021 e Resolução de Consulta nº 20/2016 TCE-MT, pois não foi observado a determinação de incluir no balizamento de preço os preços públicos.

Nos autos do processo em epigrafe sequer foi anexado o Mapa de Cotação sobre o balizamento.

Ao efetuar uma checagem nos valores de referencia ficou comprovado que noventa por cento dos itens estão com sobrepreço, e a situação se agrava ainda mais, visto que na abertura da licitação após a rodada de lances e negociação ainda assim os valores adjudicados ficaram acima do preço paga por entes públicos, a planilha juntada nos autos comprova diversas atas de registro de preço de outros município do Estado de Mato Grosso, alguns até com os mesmos fornecedores estão muito abaixo do adjudicado neste autos. Assim, não temos, a opção de convalidação, visto que a licitação já fora até adjudicada de forma que a anulação é medida que se impõe.

Vejamos o que dispõe os artigos 15, inciso V da Lei nº 8666/93:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

...

V - Balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Art. 3º, inciso II da Lei 10.520/2022:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

...

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 art. e 5º:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. § 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. § 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - Prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - Obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável. III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput. § 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

Com efeito, consta especificamente no ordenamento jurídico pátrio, há necessidade que o balizamento de preços seja realizado prioritariamente com preços público. Quando, em decorrência de algum fato atípico não for possível a utilização de preço público que seja justificado, com o fim de evitar contratações públicas com sobrepreço.

Eis o que se colhe da Resolução de consulta nº 20/2016 TCE-MT:

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 20/2016 – TP Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. 1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei. (grifei)

Ocorre que no caso em epigrafe, não houve nenhum fato atípico ou justificativa para formalização do valor de referencia ter sido apenas com três fornecedores.

Assim, tendo a administração detectado a irregularidade de natureza insanável, isso porque o processo já foi submetido a rodada de lances e ainda assim os valores adjudicados estão em sobrepreços, a anulação do certame é medida que se impõe.

Já é entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal que a Administração pública tem o poder de rever seus atos a qualquer tempo, in verbis:

“A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. ” (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963).

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” (STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969)

Em casos como esse deve-se recorrer à norma contida no art. 49 da Lei nº 8.666/93. Este dispositivo de lei fixa que “a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado”.

Assim, verificando a ocorrência de nulidade de caráter absoluto, outra alternativa não resta à administração senão a de determinar a anulação de todo o procedimento licitatório maculado. Caso não atue dessa forma, a administração estará sendo conivente com a ilegalidade.

E ainda, com fulcro no art. 49, § 3º, da Lei 8.666/93, dá-se ciência aos licitantes da anulação da presente licitação, para que, querendo, se possa exercer a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Publique-se.

Jaciara - MT, aos 07 de novembro de 2022.

LEOMAR RODRIGUES SOUZA

Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara- MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 038/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA/MT

Contratada: ALIANÇA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP

CNPJ/MF Nº 17.982.134/0001-58

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório N° 039/2022, Tomada de Preço Nº 002/2022.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE NAS COMUNIDADES DE VAQUEJADOR E RAIZAMA NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento, **cujo objetivo é a inserção de Fontes de recursos nº 17.0059007, nº 17.00.3110, na dotação orçamentária, código reduzido nº 521, conforme segue em abaixo:**

SECRETARIA	COD	DOTACAO	FONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	521	12.001.15.451.0016.1020-440905100	17.0059007
			17.00.3110

Jangada – MT, 10 de Outubro de 2022.

_____

MUNICÍPIO DE JANGADA/MT

Rogério De Oliveira Meira

CONTRATANTE

RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 092/2022, foi publicado na Edição do dia 04 de Novembro de 2022, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XVII, N° 4.102.

ONDE SE LÊ: 03 de Novembro de 2022.

LÊIA-SE: 25 de Outubro de 2022.

Jangada/MT, 07 de Novembro de 2022.

_____

Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a Abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço”, na modalidade Pregão Presencial Nº 014/2022, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto:Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitex e refeições para atender as necessidades das secretarias do municipio de Jangada – MT, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; ainda a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de Agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº 3.555/2000; Decreto Municipal Nº 022/2020, Decreto nº 7.892/2013, e Outras normas e regulamentos inerentes, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Recebimento e Abertura das Propostas: as 08h00m do dia 18/11/2022.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacao@jangada.mt.gov.br ou pelo SITE: www.jangada.mt.gov.br.

Jangada – MT, 07 de Novembro de 2022.

_____

Adilson Pereira Nunes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº. 06/2022/JAURU-MT

Dispõe sobre a instituição e nomeação de membros para compor a Comissão organizadora do processo seletivo para composição do quadro de diretor escolar nas escolas municipais, de acordo com a Lei Ordinária Nº 970/2022, no âmbito do município de Jauru-MT e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Jauru-MT, Senhora **Imaculada Conceição Fernandes Costa**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, e

Considerando, a necessidade de realizar o processo seletivo para composição do quadro de diretor escolar nas escolas municipais de acordo com a Lei Ordinária Nº 970/2022, que regulamenta a gestão democrática no município;

Resolve:

Art. 1º. Instituir a Comissão organizadora do processo seletivo para composição do quadro de diretor escolar nas escolas municipais, de acordo com a Lei Ordinária Nº 970/2022, no âmbito do município de Jauru-MT

Art. 2º. Designar os membros para compor a Comissão organizadora do processo seletivo para composição do quadro de diretor escolar das escolas municipais, de acordo com a Lei Ordinária Nº 970/2022, sendo assim constituída por:

I. **Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo** Titular: Beatriz Pavini Suplente: Josiana Aparecida Miranda II. **Conselho de Acompanhamento e Controle Social - CACS FUNDEB** Titular: Rosenilda dos Santos Lima Suplente**:** Erica Marques Simas III. **Conselho Municipal de Educação - CME**: Titular: Rosangela Cristiane Castilho e Suplente**:** Claudia Maria Rodrigues Teixeira IV. **Subsede do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público – SINTEP de Jauru-MT**: Titular: Célio Martins dos Santos Suplente: Ângela Cristina de Almeida **Art. 3º.** Cabe aos membros da Comissão Organizadora, em conformidade com a legislação vigente, conduzir, sistematizar, acompanhar e avaliar todas as etapas do processo da lei de Gestão Democrática.

Art. 4º. Esta Portaria entre vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jauru-MT, 04 de novembro de 2022.

Imaculada Conceição Fernandes Costa

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

EXTRATO DE ADITIVOS DE CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº016 /2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **CAMILA FERREIRA MOTA FERNANDES**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105//2022 Valor: R$ $ 4.242,70

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº015 /2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **NEIRIVAN MOREIRA FIGUEIREDO DE CARVALHO**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105//2022 Valor: R$ $ 4.242,70

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **KEILA PEREIRA DE OLIVEIRA**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105//2022 Valor: R$ $ 4.242,70

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **VINDILINA MARIA DE OLIVEIRA**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105//2022 Valor: R$ $ 4.242,70

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **NELSINA FERREIRA DE OLIVEIRA GOMES**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105//2022 Valor: R$ $ 4.242,70

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **MARIA JOSE FERREIRA DE CASTRO PAIXAO**

Objeto : O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0% (dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022.

Valor: R$ 1.813,53

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **MARILENE DE SOUZA ALMADA PEREIRA**

Objeto : O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0% (cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022.

Valor: R$ 1,813,53

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº005 2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **SILVANA VERÍSSIMO VIEIRA**

Objeto : O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0% (cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022.

Valor: R$$ 1,813,53

4ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **FERNANDA DE CARVALHO**

Objeto : O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0% (cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022.

Valor: R$$ 1,813,53

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **EDILAINE RIBEIRO DA SILVA**

Objeto : O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0% (cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022.

Valor: R$$ 1,813,53

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **AGDA APARECIDA DA SILVA**

Objeto : O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0% (dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022.

Valor: R$$ 1,813,53

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2021 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA DONATO**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022 Valor: R$ 4.242,70

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **SIDNEIA DA SILVA ROMERO**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105//2022 Valor: R$ 4.242,70

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2021 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **VANDERLEIA GUILHERME**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022 Valor: R$ 4.242,70

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **NÉRI CAETANA DE ALMEIDA**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022 Valor: R$ 4.242,70

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **INUBIA FERNANDA SANCHES**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5,0 %(dois por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022 Valor: R$ 4.242,70

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2022 – PROCESSO SELETIVO 001/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: **MARTA BARBOSA PRATES**

Objeto: O valor global para a realização do serviço, objeto do terceiro termo aditivo, terá um acréscimo no valor de 5 %(cinco por cento) em atendimento ao disposto no Decreto 105/2022 Valor: R$ 4.242,70

DECRETO Nº115/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ABAIXOS MENCIONADOS, APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 01/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando, a aprovação/classificação dos candidatos no processo seletivo simplificado de títulos, Edital 001/2022, conforme edital complementar 04//2022 de 13 de outubro de 2022 (resultado final e homologação), e cumpridas às exigências e formalidades legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear para o cargo de provimento em contrato por prazo determinado, os candidatos aprovados abaixo relacionados nos respectivos cargos a seguir:

CARGO: PROFESSOR – ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA – COMUNIDADE SÃO JOSÉ		
	NOME	**ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**
1	SIDNEIA DA SILVA ROMERO	2º
2	APARECIDA DO CARMO CARDOSO MACHADO	3º

Parágrafo Único – A nomeação e lotação dos servidores objeto deste Decreto consumar-se-á com a posse dos mesmos cumprida as disposições formais e legais que disciplinam a matéria, com especificidade para as que constam na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores do Município de Jauru e o edital do referido certame.

Artigo 2º - Para a elaboração do ato de posse os convocados deverão apresentar cópias dos seguintes documentos:

a) Comprovante de residência e telefone de contato;

b) Declaração de não acumulo de Cargo Público;

c) Declaração de bens;

d) Título de eleitor e comprovante de estar quites com a justiça eleitoral;

e) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se o candidato for do sexo masculino;

f) Cópia do RG e CPF;

g) Cópia da CNH – D ou E (cargo de Motorista)

h) Certidão de Nascimento ou Casamento;

i) Certidão de Nascimento e Cartão de vacina dos filhos;

j) PIS/PASEP;

k) Cópia da Carteira de Trabalho;

l) 02 fotos 3x4;

m) Cópias do Diploma de Graduação em Pedagogia (para os cargos de professor), e de graduação em Psicologia (para o cargo de Psicólogo)

n) Certidão negativa de antecedentes criminais, emitida pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato. (Original)

o) Diploma ou Certificado de Escolaridade com o devido registro no respectivo Conselho de Classe;

p) Documentos originais comprobatórios do currículo apresentando no ato da inscrição.

Realizado pelo médico:

r) Atestado médico de aptidão física (original)

s)Atestado médico de aptidão mental (original) e o

Candidato deve apresentar:

t) O resultado dos seguintes exames: (original)

- Urina tipo I;

- Hemograma completo;

- VDRL;

- Protoparasitológico.

Artigo 3º - O não comparecimento no prazo de **10 (dez) dias**, após a publicação deste Decreto, implicará na presunção de desistência dos classificados nomeados, podendo ser convocado (s) aqueles classificados imediatamente posterior (es), obedecida em qualquer caso a ordem de classificação.

Artigo 4º - Caberá aos órgãos competentes às providências pertinentes para o registro funcional dos servidores acima mencionado e demais procedimentos que ser fizerem necessários.

Artigo 5º - Este Decreto, entrará em vigor a partir da ciência do interessado ou na data de sua publicação, o que vier ocorrer primeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 07 de novembro de 2022.

VALCECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADIVITO

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO – CISOMT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A DEMANDA REPRIMIDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU/MT.

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2022 até 31 de dezembro de 2022

VALOR: R$ 45.340,00 (Quarenta e cinco e mil trezentos e quarenta reais).

1º ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 009/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: ETELVINO DE OLIVEIRA SANCORÉ.

OBJETO: PAGAMENTO DE AUXILIO MORADIA (BENEFICIOS EVENTUAIS).

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2022 até 30 de novembro 2022

VALOR: R$ 600,00 (seiscentos reais).

2º ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 009/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADO: ETELVINO DE OLIVEIRA SANCORÉ.

OBJETO: PAGAMENTO DE AUXILIO MORADIA (BENEFICIOS EVENTUAIS).

VIGÊNCIA: 01 de dezembro de 2022 até 01 de junho 2023

VALOR: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PUBLICO N°002/2022 - EDITAL COMPLEMENTAR N°005/2022

PROCESSO SELETIVO PUBLICO – 002/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 005/2022

A Prefeitura Municipal de Juara,Estado de Mato Grosso, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria 453/2022, TORNA PÚBLICO, **O GABARITO** Processo Seletivo Público 002/2022.

GABARITO PROCESSO SELETIVO

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS - ACE

PROVA 1- PORTUGUÊS / CONHECIMENTOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	B	B	D	B	B	D	B	D

PROVA 2 - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	D	A	B	D	C	A	A

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS

PROVA1- PORTUGUES, CONHECIMENTOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	B	B	D	B	B	D	B	D

PROVA 2 - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	C	C	C	A	D	C	B	D

Município de Juara, Estado do Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022.

Sirlene Hubner Membro da Comissão Processo Seletivo Publico 002/2022 Portaria 453/2021	Claudemir Volpato Membro da Comissão Processo Seletivo Público 002/2022. Portaria 453/2021

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2022 - EDITAL COMPLEMENTAR N°005/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 005/2022

A Prefeitura Municipal de Juara,Estado de Mato Grosso, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria 453/2021, TORNA PÚBLICO, **O GABARITO** Processo Seletivo Simplificado 001/2022.

GABARITO PROCESSO SELETIVO

FONOAUDIÓLOGO

PROVA1- PORTUGUES, CONHECIMENTOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	B	D	C	D	B	C	C	C

PROVA 2 - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

11	22	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	D	A	C	A	B	D	A

TERAPEUTA OCUPACIONAL

PROVA1- PORTUGUES, CONHECIMENTOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	B	D	C	D	B	C	C	C

PROVA 2 - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

11	22	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	D	D	A	A	C	B	A	A

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

PROVA 1- PORTUGUÊS / CONHECIMENTOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	B	B	D	B	B	D	B	D

PROVA 2 - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	A	D	A	C	C	B	C	B

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

PROVA 1- PORTUGUÊS / CONHECIMENTOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	B	B	D	B	B	D	B	D

PROVA 2 - CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	C	C	C	B	C	D	B

Município de Juara - MT, em 07 de novembro de 2022.

Sirlene Hubner Membro da Comissão Processo Seletivo Simplificado 001/2022 Portaria 453/2021	Claudemir Volpato Membro da Comissão Processo Seletivo Simplificado 001/2022. Portaria 453/2021

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DESPACHO DE CANCELAMENTO

Despacho de Cancelamento

Despacho de cancelamento de Processo Licitatório, por motivos administrativos internos.

Ref: Inexigibilidade nº 024/2022.

Considerando que o art. 49 da Lei 8666/93 estabelece que, a autoridade competente para à aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justifi-

car tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

Considerando que a Súmula 473 do STF, que assim dispõe: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

Considerando a ocorrência de erro de elaboração na formalização do processo em relação aos dados cadastrais do representante do município, do representante da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e também do demonstrativo cronograma de repasse, sendo tal erro insanável no presente processo.

Considerando a necessidade de elaborar novo processo com os dados corretos para posterior liberação do recursos para Projeto Pedagógico na **promoção de atividades de extensão no formato de eventos, oficinas e atividades desportivas no município de Juara-MT, a saber: o XVI SEVA, o IX CRAVA, o I Seminário de Pesquisa de Juara e o VI Intermestre,** a ser ofertado no Campus Universitário de Juara - UNEMAT, no município de Juara, Mato Grosso.

Resolve:

Cancelar o processo licitatório, que originou a licitação na modalidade inexigibilidade nº 024/2022, cancelando todos os efeitos anteriores.

Cumpra-se!

Juara/MT, 07 de novembro de 2022.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 040/2022, TORNA PÚBLICO que realizará às **07:30 HORAS DO DIA 23 DE NOVEMBRO 2022** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022**, do tipo **MENOR POR ITEM**, tendo por objeto "**AQUISIÇÃO DE MAQUINARIO (GRADE ARADORA INTEMEDIARIA COM CONTROLE REMOTO, E ENSILADEIRA COLHEDORA DE FORRAGEM), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO".** Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até **às 07:30 HORAS DO DIA 23 DE NOVEMBRO 2022.** O credenciamento **deverá ser efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitação@juscimeira.mt.gov.br nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1371 ou 1381.

JUSCIMEIRA/MT, 04 DE NOVEMBRO 2022.

DIVA MARIA SANTOS TRINDADE

Pregoeiro

TERMO DE ADESÃO Nº 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 114/2022

Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços N° 010/2022**,** processo licitatório modalidade Pregão Presencial n° 012/2022, Aderente: Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, Secretaria De Infra estrutura, por meio do ofício n° 089/2022/SECINF. de 28/10/2022, dá anuência à solicitação de Adesão ao Pregão Presencial n° 012/2022, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO, da Prefeitura Municipal de Jangada/MT, conforme oficio de autorização n° 0184/2022 – de 26 De Outubro 2022, e da empresa detentora da Ata Registro de Preços, conforme oficio de 18 De Outubro 2022, **PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA - ME,** detentora do **CNPJ nº 18.009.871/0001-31,** cujo objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO",** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referencia. Contratante na Ata de Registro de Preços N° 010/2022, Pregão Presencial nº 012/2022. O valor estimado a ser pago a contratada, durante toda a vigência do contrato, será de **R$ 1.221.542,82 (Hum Milhão, Duzentos Vinte Hum Mil, Quinhentos Quarenta Dois Reais, Oitenta Dois Centavos).**

Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada na Av. Joaquim Miguel dos Santos, N° 210, Bairro Cajus, Fone (66) 3412-1371 das 07:00m às 13:00m.

JUSCIMEIRA-MT, 04 DE NOVEMBRO 2022.

JOÃO PAULO BEZERRA SANTOS

Presidente CPL

ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

Referente execução do Contrato nº 008 de 01 de Novembro de 2022.

Objeto: **"Contratação de profissional de engenharia com registro em classe para supervisão, fiscalização, orientação técnica, Assessoria, Serviços técnicos, vistoria, avaliação, parecer técnico, medição e outras pertinentes ao cargo, em acompanhamento reforma na Câmara Municipal de Juscimeira-MT."**

Processo Administrativo nº 007/2022

Processo Licitatório: Dispensa nº 005/2022

Valor do Contrato: R$ 4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais).

À Otacílio Pereira de Assunção, inscrita no CPF: 022.421.731-38.

Pela presente ordem de serviços, autorizamos a pessoa jurídica Otacílio Pereira de Assunção iniciar os serviços na data de 07 de Novembro de 2022 conforme Contrato nº 008 de 01 de Novembro de 2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Juscimeira-MT e a pessoa física supracitada.

Juscimeira-MT, 07 de Novembro de 2022.

_____

Rosiel Ferreira de Oliveira

Presidente

Câmara Municipal de Juscimeira-MT

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2022

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2022

Referente à retomada de execução da obra de Reforma no Prédio da Câmara Municipal de Juscimeira-MT localizada na Rua Dois Irmãos, 383, Centro, Juscimeira-MT.

Processo Administrativo nº 006/2022

Processo Licitatório: Carta Convite nº 002/2022

Valor do Contrato: R$ 49.820,13 (Quarenta e nove mil oitocentos e vinte reais e treze centavos).

À Francisco Ferreira dos Santos Eireli-ME, inscrita no CNPJ:12.202478/0001-83 .

Pela presente ordem de serviços, autorizamos a pessoa jurídica Francisco Ferreira dos Santos Eireli-ME a retomar os serviços de execução da presente obra na data de 07 de Novembro de 2022 conforme Contrato nº 007 de 19 de Setembro de 2022, celebrado entre a Câmara Municipal de Juscimeira-MT e a empresa supracitada.

Juscimeira-MT, 07 de Novembro de 2022.

_____

Rosiel Ferreira de Oliveira

Presidente

Câmara Municipal de Juscimeira-MT

EXTRATO CONTRATO N° 090/2022

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Pantanal Gestão e Tecnologia Ltda - ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Para Operacionalização De Sistema Para Locação De Veículos, Maquinários e Equipamentos, Para Atender As Necessidades Das Secretarias Municipais Deste Município"

PRAZO: 12 (doze) Meses

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Pantanal Gestão e Tecnologia Ltda - ME - CNPJ: 18.009.871/0001-31

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem SUPRIMIR o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 001/2022, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Mão de Obra na Construção de ponte em madeira na fronteira do Município de Marcelândia/MT, Conforme Planilhas Orçamentária e Projetos constante na Dispensa de Licitação nº 001/2022.

CONTRATADA: M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 3.927,94

DATA ASSINATURA: 04/11/2022

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 021/2022 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

O Exmo. Senhor **Celso Luiz Padovani**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nos termos do Edital 001/2022 e homologado pelo Decreto de nº 045/2022 de 25 de abril de 2022, convoca pelo presente Edital os candidatos Classificados, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horária	Classificação
99	Marcia de Oliveira Camilo	Zeladora	40h	19ª Classificada
108	Fernanda da Costa Elias	Zeladora	40h	20ª Classificada

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 10 (dez) dias a contar desta data, 07 de novembro de 2022, para entrega de documentos e nomeação do referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 07 de novembro de 2022.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Alvaneu Navarro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

Documento de Identidade (original) e I (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Certidão de nascimento dos filhos (dependentes) (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico de Sanidade Física e Mental; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATOS ADITIVOS CONTRATO Nº 076/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2022

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem SUPRIMIR o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 076/2022, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de empresa especializada para execução de construção do Laboratório Municipal anexo ao Hospital Municipal Maria Zélia no Município de Marcelândia/MT, Conforme Planilhas Orçamentária e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 002/2022.

CONTRATADA: SARTORI ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 10.082,80

DATA ASSINATURA: 04/11/2022

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2022

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem ADITAR o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 076/2022, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de empresa especializada para execução de construção do Laboratório Municipal anexo ao Hospital Municipal Maria Zélia no Município de Marcelândia/MT, Conforme Planilhas Orçamentária e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 002/2022.

CONTRATADA: SARTORI ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA ADIÇÃO: R$ 56.900,47

DATA ASSINATURA: 04/11/2022

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 01/2022 ABERTURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 01/2022 ABERTURA O Município de Marcelândia, Estado do Mato Grosso, por meio da OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA, na forma prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e regida de acordo com Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006, Lei Complementar 011/2021 que regula o regime jurídico dos agentes de acordo com a Lei Municipal nº 1.099/2022 e Lei nº 840/2013, torna público o Edital nº. 01/2022 que dispõe sobre a abertura de inscrições do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS visando selecionar candidatos, para contratação por tempo indeterminado de funções. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO será regido pelas instruções a seguir:

1 – DAS FUNÇÕES

1.1 – As Funções a serem providas, os requisitos mínimos, a carga horária mínima, o salário base, as vagas, e a taxa de inscrição são os seguintes:

Funções	Vagas	Carga horária semanal	Salário Base	Requisitos Mínimos	Taxa de Inscrição
Agente Comunitário de Saúde-ESF-I – Setor Industrial	06	40	R$ 2. 424,00	Ensino Médio Completo e residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital e Conclusão do Curso Introdutório para Agente Comunitário de Saúde (ACS).	R$ 50,00
Agente Comunitário de Saúde-ESF-I – Setor Industrial Comunidade Santa Rita/Tupã	01	40	R$ 2. 424,00	Ensino Médio Completo e residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital e Conclusão do Curso Introdutório para Agente Comunitário de Saúde (ACS)	R$ 50,00
Agente Comunitário de Saúde-ESF-II – Vila Tupi	02	40	R$ 2. 424,00	Ensino Médio Completo e residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital e Conclusão do Curso Introdutório para Agente Comunitário de Saúde (ACS)	R$ 50,00
Agente Comunitário de Saúde-ESF-II – Comunidade Bom Jaguar	01	40	R$ 2. 424,00	Ensino Médio Completo e residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital e Conclusão do Curso Introdutório para Agente Comunitário de Saúde (ACS)	R$ 50,00
Agente Comunitário de Saúde-ESF-III – Vila Isabel	03	40	R$ 2. 424,00	Ensino Médio Completo e residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do Edital e Conclusão do Curso Introdutório para Agente Comunitário de Saúde (ACS)	R$ 50,00
Agente de Combate a Endemias – ACE – Sede do Município	07	40	R$ 2. 424,00	Ensino Médio Completo e Conclusão do Curso Introdutório para Agente Combate às Endemias (ACE)	R$ 50,00

1.2 - As atribuições e funções inerentes a cada função estão detalhadas no Anexo I.

1.3- Somente poderá ser admitida a contratação de candidato apenas com ensino fundamental caso não haja candidato inscrito que tenha o ensino médio completo, devendo ser comprovada a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos, conforme dispõe o §1º, do art. 6º da Lei 11.350/2006.

1.4- O Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital deste processo seletivo público. O candidato que não cumprir este requisito estará automaticamente eliminado do certame e não poderá ser nomeado/contratado ao cargo.

1.5 – As Áreas e Localidades do ESF estão detalhadas por endereço no Anexo III.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O Processo Seletivo Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pela empresa OMNI Concursos Públicos Ltda, bem como regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipal vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.

2.2 - O Processo Seletivo Público compreenderá a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de caráter classificatório eliminatório 2.3 -** As provas serão realizadas na cidade de Marcelândia- MT, por definição conjunta do Município de Marcelândia/MT e a empresa organizadora, OMNI Concursos Públicos Ltda**. 2.4 -** O edital completo e respectivas retificações serão publicadas no site www.omniconcursospublicos.com.br e www.marcelandia.mt.gov.br **2.5 -** Os meios oficiais de divulgação dos atos deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão, mural sede da Prefeitura, bem como nos sites, www.marcelandia.mt.gov.br e www.omniconcursospublicos.com.br e Jornal Oficial da AMM. **2.6 -** É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Público e a divulgação desses documentos através do site www.omniconcursospublicos.com.br e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 2.5**. **2.7 -** Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Mato Grosso.

3 – REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1 - São condições para ingresso em função pública: **3.1.1 -** Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72. **3.2 -** São requisitos para admissão **3.2.1 -** Ser aprovado neste Processo Seletivo Público; **3.2.2 -** Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos **3.2.3 -** Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições da função mediante confirmação de exame médico admissional; **3.2.4 -** Estar quite com o Serviço Militar, se do sexo masculino; **3.2.5 -** Estar no gozo dos direitos civis e políticos; **3.2.6 -** Atender as condições de escolaridade e requisitos da função;

3.2.7-Possuir habilitação profissional para o exercício das funções, quando for o caso;

3.2.8-atender as condições especiais, prescritas em lei ou decreto, para determinadas funções;

3.2.9 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental; **3.2.10 -** Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas “a”, “b” e “c”, inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários. **3.2.11 -** Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, empregos e funções, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória. **3.3 -** Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Item 1,** deste Edital são essenciais para contratação, devendo o candidato na ocasião da convocação, apresentar os documentos exigidos no Departamento de Recursos Humanos do Município de Marcelândia/MT. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga. **3.3.1.** Para fins de comprovação de residência para a área respectiva da comunidade em que for atuar, conforme item 1.4 deste edital, o candidato deverá apresentar, no momento da convocação, comprovante de residência em seu nome e, quando em nome de terceiro, incluindo declaração de próprio punho informando o local de residência desde a data de publicação do edital sob pena de eliminação do certame e não nomeação/contratação ao cargo, perdendo direito à vaga.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas pela internet, conforme item **4.2.** Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no item **4.2. 4.2 -** Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico www.omniconcursospublicos.com.br, a partir do dia **10/11/2022 á 30/11/2022** de que efetue o pagamento até o dia **01/12/2022** através de “Boleto Bancário” a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição. **4.2.1 -** A inscrição efetuada via internet somente será validada após a constatação do pagamento do **boleto bancário** referente à taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido pelo presente Edital. **4.2.2 -** Não serão considerados válidos pagamentos do boleto após o prazo do seu vencimento ou com valores divergentes. **4.2.3 -** A única forma de pagamento da taxa de inscrição é através do **boleto bancário**. **4.2.4 -** É de responsabilidade exclusiva do candidato, observar os dias e horários de funcionamento da rede bancária credenciada, para o pagamento da taxa de inscrição. **4.2.5 -** Não serão acatadas inscrições cujo pagamento do valor da inscrição tenha sido efetuado em desacordo com as opções oferecidas no ato do preenchimento da inscrição via internet, seja qual for o motivo alegado. **4.2.6 -** A **OMNI Concursos Públicos LTDA.** não se responsabiliza por inscrições via internet, não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilite a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora. **4.2.7 -** Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.omniconcursospublicos.com.br. Em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar a “Área do Candidato” de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail candidato@omniconcursospublicos.com.br ou através do telefone 44-3354-8435 de Segunda-Feira a Sexta-Feira das 14h às 17h.

4.10 - A partir do dia 05/12/2022 o candidato deverá conferir no site www.omniconcursospublicos.com.br, se foi deferido seu requerimento de inscrição.

4.11- Terão direito a isenção os Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) em conformidade com o Decreto nº 6.135/2007, que concede isenção para participantes com renda familiar de meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até três salários mínimos, sendo responsabilidade do contratado a aferição dos critérios para a concessão da isenção ao candidato; e a Lei Número 1.337/2020, ficará isento do pagamento da taxa de inscrição os eleitores convocados e nomeados , que tenham prestado serviço eleitoral,

4.12 - Para solicitar a isenção de pagamento, o candidato deverá efetuar a inscrição durante o período **de 10/11/2022 á 18/11/2022, conforme** os procedimentos estabelecidos a seguir:

4.13 - OS PEDIDOS DE ISENÇÃO SERÃO ENVIADOS DE FORMA ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO)

4.13.1 - Para a apresentação eletrônica dos documentos referente aos Pedidos de Isenção o candidato deve acessar a “Área do Candidato” a partir da página www.omniconcursospublicos utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em “Mais Informações” e em seguida no item “Pedido de Isenção”.

4.13.2 - Os documentos devem ser digitalizados em “frente e verso” no mesmo arquivo em formato PDF em formato que permita a sua perfeita identificação.

4.14- O candidato Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) deverá apresentar:

a) comprovar renda familiar de meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até três salários mínimos

4.15- A comprovação de serviço prestado à Justiça Eleitoral por no mínimo dois eventos (eleição, plesbicito ou referendo)

A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação de documento expedido pela justiça eleitoral, contendo o nome completo do eleitor , as funções desempenhadas , o turno e as datas das eleições.

4.16 - As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.

4.17- A declaração falsa implicará no cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo Público, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

4.18 - Exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para a Cargo;

4.19 - Declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação;

4.20 - Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

4.20.1 - Omitir informações;

4.20.2 - Fraudar e/ou falsificar documentação;

4.20.3 - Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou

4.20.4 - Entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto neste Edital.

4.21 - A empresa OMNI Concursos Públicos Ltda avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no site www.omniconcursospublicos.com.br no dia 21 de novembro de 2022.

4.22- O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o indeferimento da Isenção.

4.23 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar deste Processo de Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 01 de dezembro de 2022.

5– DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA

5.1 - Do total das vagas ofertadas, 5% (cinco por cento) será reservado para pessoas com deficiência, em cumprimento ao que assegura o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 9.508/18, observando-se a compatibilidade de condição especial do candidato com as atividades inerentes às atribuições da função para o qual concorre, no prazo de validade do presente Processo Seletivo Público. **5.2 -** Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. **5.3 -** Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ. **5.4 -** As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do Processo de Seleção Simplificada em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

5.5 - O candidato portador de deficiência deverá enviar, através da área do candidato no período de **10/11/2022 á 30/11/2022** especificando que deseja concorrer às vagas reservadas.

5.6 -OS PEDIDOS DE VAGAS RESERVADAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA SERÃO ENVIADOS DE FORMA ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO)

5.6.1 - Para a apresentação eletrônica dos documentos referente aos Pedidos de Vagas Reservadas o candidato deve acessar a "Área do Candidato" a partir da página www.omniconcursospublicos utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em "Mais Informações" e em seguida no item "PCD- Portador de Deficiência".

5.6.2 - Os documentos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF em formato que permita a sua perfeita identificação.

5.7 - Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento:

a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão, **b)** O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação dentro do prazo previsto para envio da documentação. **c)** O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá anexar solicitação

d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;

e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo. **f)** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de comprovação, certidão de nascimento ou atestado médico, dentro do prazo de envio dos documentos. **5.8 -** Aos **deficientes visuais** (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban. **5.9 -** Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24. **5.10 -** O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item **5.7** letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas". **5.11 -** Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Item e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas. **5.12 -** O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Item não poderão interpor recurso administrativo em favor de sua condição. **5.13 -** O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência. **5.14 -** Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pelo Município de Marcelândia/MT, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício da função Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral. **5.15 -** A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **6.7** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência. **5.16 -** Caberá recurso contra decisão proferida pela perícia Médica do Município de Marcelândia/ MT. **5.17 -** A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência. **5.18 -** O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo Público não será devolvido.

6 – DAS PROVAS

6.1 - A aplicação de provas do Processo Seletivo Público Edital nº. 01/2022 será constituída por: **6.1.1 - Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório e eliminatória. 6.1.2 -** A **Prova Objetiva** conterá 40 (quarenta) questões, com **04** opções de respostas **(a,b,c,d)** cada, com apenas uma opção correta, de acordo com a tabela abaixo:

FUNÇÕES	DISCIPLINA/CONTEÚDO	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Nível Médio	Língua Portuguesa	05	2,0	10
	Conhecimentos de Informática	05	2,0	10
	Saúde Pública	10	2,0	20
	Conhecimentos Específicos	20	3,0	60
	Total	**40**		**100**

6.1.3 - A Prova Objetiva será avaliada na escala de **0** (zero) a **100**(cem) pontos. **6.1.4 - Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver 50% ou mais de acertos. 6.2 -** A realização da **Prova Objetiva** terá duração de **03 (três) horas**, já incluído o tempo para distribuição e orientações sobre as provas e o preenchimento da Folha de Respostas. **6.3 -** O Conteúdo Programático para as **Provas Objetivas** será apresentado no **Anexo II. 6.4 -** Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade na prova, deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.

7– DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **11/12/2022** no Município de Marcelândia, em locais que serão divulgados na data de 08/12/2022**,** no site www.omniconcursospublicos.com.br, de acordo com a Tabela abaixo:

PERÍODO	CARGOS
8h00	Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias

7.1.1- Não havendo disponibilidade de locais para aplicação das provas objetivas no município de Marcelândia- MT, estas também poderão ser realizadas nas cidades vizinhas, cujas informações serão divulgadas oportunamente, sem que isso gere qualquer ônus à Municipalidade e, caberá ao candidato a inteira responsabilidade pela locomoção, dentre outras despesas. 7.1.3 - O candidato deverá comparecer ao local de realização das Provas, com antecedência, portando documento de identidade original, caneta transparente azul ou preta, **7.1.4 -** O candidato poderá ausentar-se do local de provas, depois de decorridos **01h (uma hora)** do início das mesmas e poderá levar o caderno de questões. **7.1.5 -** Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão retirar-se do local simultaneamente. **7.1.6 -** O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação. **7.1.7 -** É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade. **7.1.8 -** O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial (original), preferencialmente o usado na inscrição. **7.1.9 -** O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, CNH (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos. **7.1.10 -** Serão considerados documentos de identidade: Documento de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97). **7.1.11 -** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro documento que o identifique. Nesta ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio de ocorrências. **7.1.12 -** A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador. **7.2 -** O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **7.1.5, 7.1.6,7.1.7 e 7.1.8** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público. **7.2.1 -** Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado. **7.2.2 -** Será excluído deste Processo Seletivo Público o candidato que: **a)** Não apresentar documento de identificação exigida; **b)** Não devolver a folha de respostas assinada cedida para realização das provas; **c)** Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados; **d)** Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta; **e)** For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, durante a realização da prova. **f)** Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados; **g)** Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos; **h)** Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e/ou nas folhas de respostas; **i)** Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Público; **j)** Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público; **k)** Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com outros candidatos; **7.2.3 -** Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, deverá estar desligado e, em caso de aparelho telefone celular, deixar desligado ou retirar a bateria e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude. **7.2.4 -** É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação. **7.2.5 -** Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta. **7.2.6 -** Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados. **7.2.7 -** O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença. **7.2.8 -** O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, a folha de respostas e não poderá levar o caderno das questões antes do término do horário da mesma. **7.2.9 -** Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática. **7.3 -** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto

para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas. **7.3.1 -** A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade, não haverá segunda chamada por motivo de enfermidade que esteja acometido no dia da prova, e ainda será de responsabilidade o risco de transmissão de enfermidade aos demais. **7.3.2 -** Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio necessário. **7.3.3 -** Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Processo Seletivo Público. **7.3.4 -** No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação. **7.3.5 -** As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica. **7.3.6 -** As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta transparente de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do Processo Seletivo Público, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível. **7.3.7 -** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova. **7.3.8 -** Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do Processo Seletivo Público.

8. DO CURSO DE FORMAÇÃO INTRODUTÓRIA

8.1- O candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente Combate às Endemias deverá possuir o Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso de Formação Inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, e cujo conteúdo atenda às exigências previstas para o exercício legal do cargo.

8.2- O candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente Combate às Endemias que não possuir o Curso de Formação Inicial, poderá realizá-lo de forma gratuita através do site do Sistema único de Saúde – SUS, através dos links https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/cur... e https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=29.

8.3- Os aprovados nas funções públicas de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias deverão comprovar o que determina a Lei nº 11.350/06.

8.4- Os cursos de Formação Profissional não serão disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, **sendo de inteira responsabilidade do candidato a sua realização**, conforme item 8.2 deste edital.

8.5- O candidato que não possuir o Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso de Formação Inicial até a data da posse, será eliminado do Concurso Público, independentemente da classificação obtida.

8.6-Todas as despesas relativas à participação no Curso de Formação Inicial correrão às expensas do candidato.

9 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

9.1.1 - A publicação do resultado final do Processo Seletivo Público será feita em 02 (duas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, e a Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência. **9.2 -** Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que: **9.2.1 - Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos. (Quando a função exigir) 9.2.2 - Obtiver o maior número de pontos na Prova de Português. (Quando a função exigir) 9.2.3 - O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso. 9.3** - O Resultado Final do Processo Seletivo Público será publicado no site do Município de Marcelândia/MT e no site da empresa OMNI Concursos Públicos Ltda.

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias uteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:

a) Divulgação do edital de abertura.

b) Divulgação do indeferimento das inscrições.

c) Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva.

d) Divulgação da classificação Preliminar após Prova Objetiva e Prova de Títulos.

10.1.1 - Para a interposição de recurso, o candidato deverá obrigatoriamente acessar o site www.omniconcursospublicos.com.br realizar a consulta do andamento de sua inscrição informando seu login e senha, acessar o Formulário de Recurso que estará disponível apenas no período estabelecido em cada divulgação, preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.

10.1.1.1 - Para envio de recursos referente ao Gabarito Preliminar, será permitido 01 (um) recurso para cada questão de prova, sendo enviado de acordo com a numeração selecionada, com argumentação e fundamentação referente a respectiva questão, caso não for enviado de acordo o disposto neste item, será indeferido conforme item **10.2.**

10.1.2 - No formulário de recurso deverá constar obrigatoriamente a síntese das razões que motivaram a solicitação do recurso. Não serão aceitos recursos relativos à divulgação já questionada pelo candidato, ou relativo a assunto já divulgado anteriormente.

10.1.3 - Caso seja necessário o candidato poderá anexar documentos que auxilie na elaboração dos recursos, sendo obrigatório o anexo do comprovante de pagamento apenas no recurso contra a relação de candidatos.

10.1.4 - Antes de enviar o recurso para análise, o candidato deve fazer a revisão do texto que compõe a síntese das razões. Após o envio do recurso (protocolado), não será mais possível realizar alterações no conteúdo do mesmo.

10.2 - Serão INDEFERIDOS os recursos apresentados em desacordo com as especificações estabelecidas no Formulário de Recurso, bem como recursos que apresentem mais de uma questão por protocolo ou recursos que apresentem questões e/ou funções diferentes do selecionado no formulário. Também serão indeferidos os recursos enviados fora do período estabelecido nas divulgações ou recursos relativos a divulgações com período de recurso já encerrado, assim como os que forem encaminhados por outros meios que não seja o preenchimento do Formulário de Recurso disponibilizado no site (Não serão aceitos recursos enviados por meio de carta, correio, e-mail, suporte aos candidatos do site, fax, telefone, etc.).

10.3 - A empresa OMNI Concursos Públicos Ltda. e/ou Município de Marcelândia/MT não se responsabilizam por solicitações de recursos não recebidas por dificuldades de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação e acesso à internet, congestionamento das linhas de comunicação, bem como qualquer outro fator externo ao site da OMNI Concursos Públicos Ltda que impossibilite o correto envio do formulário de recurso.

10.4 - O Recurso recebido será encaminhado para a Banca Examinadora para análise e manifestação a propósito do arguido, não havendo ao candidato requerente direito de vista ou revisão pessoal da prova escrita.

10.4.1 - O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso. **10.4.2 -** O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo. **10.4.3 -** Na ocorrência do disposto nos itens **10.4.1 e 10.4.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior. **10.4.4 -** O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

10.4.5 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas aos candidatos através do site www.omniconcursospublicos.com.br por meio de consulta da inscrição do candidato informando seu login e senha, tendo como referência sempre o número de inscrição.

10.5 - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas. **10.5.1 -** O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, nas datas determinadas no Cronograma do Processo Seletivo Público, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site www.omniconcursospublicos.com.br na “Área do Candidato”, e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados. **10.6 -** A banca examinadora do Processo Seletivo Público constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11. DO CHAMAMENTO

11.1 - A convocação para contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade do Município de Marcelândia/MT **11.2 -** A simples aprovação no Processo Seletivo Público não gera direito à contratação, pois o Município de Marcelândia- MT convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário. **11.3 -** Caso o candidato convocado possua função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce sua função, para fins de averiguação de compatibilidade de horários. **11.4 -** No ato da admissão os candidatos classificados deverão apresentar a seguinte documentação:

1. Exames admissionais conforme Anexo IV;

2. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial conforme Anexo V;

3. Comprovação de nacionalidade brasileira;

4. Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;

5. Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

6. Quitação com as obrigações eleitorais;

7. Idade mínima de 18 anos;

8. Declaração de bens e fontes de renda;

9. Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

10. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;

11. Documentos pessoais;

12. Comprovante de Vacinação;

13. Comprovante de residência na área que irá atuar, quando for o caso;

14. Demais documentações exigidas para posse/contratação neste Edital.

11.5 - O Prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 30 (trinta) dias. **11.6 -** Caso haja necessidade, o Município de Marcelândia/MT poderá solicitar outros documentos complementares. **11.7 -** A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal. **11.8 -** Por ocasião da contratação, o candidato aprovado no Processo Seletivo Público fica sujeito ao Regime Estatutário e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a contratação à aprovação em exame médico admissional, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho da função, nos termos deste documento. **11.9**

- O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado. **11.10 -** O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo Público. **11.11 -** É de responsabilidade do candidato acompanhar os editais de para convocação a vaga, e manter os telefones atualizados junto ao Departamento de Recursos Humanos.

12– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 - Todas as informações referentes à realização do Processo Seletivo Público serão fornecidas pela empresa OMNI Concursos Públicos Ltda. **12.1.1 - O Processo Seletivo Público é valido para 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período. 12.2 -** A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Processo Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital. **12.3 –** O Município de Marcelândia/MT e a OMNI Concursos Públicos Ltda não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo Público. **12.4 -** A aprovação no Processo Seletivo Público assegura direito à contratação até o número de vagas previstas, e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do processo e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente. Isto vale dizer que a administração poderá contratar candidatos aprovados além das vagas previstas no item 1 obedecendo sempre à ordem de classificação final. **12.5 -** Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela empresa OMNI Concursos Públicos. **12.6 -** Também integram este Edital de Processo Seletivo Público os anexos: **Anexo I:** Atribuições das funções **Anexo II:** Conteúdo Programático. **Anexo III**: Área e Localidade do PSF. **Anexo IV:** Relação dos Exames Admissionais. **Anexo V:** Laudo Medico. **Anexo VI:** Cronograma. **12.7 -** Todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Público estarão disponíveis na Internet, no endereço www.omniconcursospublicos.com.br salvo por motivo de força maior. **12.8 -** Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final. Marcelândia, 07 de novembro de 2022. **Celso Luiz Padovani**

Prefeito Municipal

Denise Aparecida Siebert Molina

Presidente da Comissão

do Processo Seletivo Publico 001/2022

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

Além das citadas na Lei Municipal nº840/2013, as constantes na Lei Federal 11.350/2006 e alterações, as quais são:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ATRIBUIÇÕES): tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

§ 1º Para fins desta Lei, entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.

§ 2º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

§ 3º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;

II - o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

III - a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;

IV - a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

a) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;

b) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;

c) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;

d) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

e) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;

f) da pessoa em sofrimento psíquico;

g) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;

h) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;

i) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

j) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

V - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento:

a) de situações de risco à família;

b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;

c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

VI - o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

§ 4º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:

I - a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

II - a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

III - a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

IV - a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

V - a verificação antropométrica.

§ 5º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação:

I - a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico;

II - a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

III - a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;

IV - a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;

V - a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde;

VI - o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde;

VII - o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

§ 1º São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação:

I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica;

III - identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável;

IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

V - realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;

VI - cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;

VII - execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;

VIII - execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;

IX - registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;

X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

§ 2º É considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:

I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município;

III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;

V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

§ 3º O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.

ATRIBUIÇÕES INTEGRADAS: O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

I - na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II - no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III - (VETADO);

IV - na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;

V - na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA (comum aos dois cargos):

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Coesão e coerência textual. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Pontuação. Variação linguística.

SAÚDE PÚBLICA (comum aos dois cargos)

Legislações Federais de Saúde Pública: Lei Federal nº 8.080/1990. Portaria Federal nº 2.436/2017. Lei Federal nº 8.142/1990.Política Nacional de Atenção Básica. Atendimento individual e coletivo em relação à saúde pública e qualidade de vida. Prevenção de doenças: salubridade, vacinação, saneamento básico. Conhecimentos básicos: Raiva, Esquistossomose, Doença de Chagas, Dengue, Leishmaniose: Tegumentar e Visceral e Malária, COVID-19..Doenças contagiosas: agente etiológico, reservatório, hospedeiro, de modo de transmissão, sintomas e medidas de controle.

INFORMÁTICA

Conceitos Básicos de Sistemas de Informações. Sistemas Operacionais: Windows e Linux – conceitos, procedimentos práticos e características. Editores de textos e editores de planilha. Diferentes tipos de navegadores: Mozilla Firefox, Google Chrome e Internet Explorer. Utilização de e-mail via correio eletrônico: conhecer suas especificações Segurança dos dados e Proteção: vírus e conceitos. Hardware: componentes físicos. Software: conjunto de programas. Conceitos básicos de internet: navegação, sites de busca e segurança. Microsoft windows atual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)

Política Nacional de Atenção Básica: Programa Bolsa Família e Cadastro Único.Atribuições e Competências do Agente Comunitário de Saúde.Ferramentas de trabalho do Agente Comunitário de Saúde.O trabalho do Agente Comunitário de Saúde: visitas domiciliares; atualização de cadastro da família e de domicílio; conhecimento de território; noções de ética e cidadania; ações de educação em saúde na Estratégia de Saúde da Família; participação do Agente Comunitário de Saúde em atividades coletivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)

Sistema Único de Saúde – SUS: princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS. Promoção e proteção da saúde. Política Nacional de Atenção Básica. História e Evolução da Profissão de ACE. Atribuições do Agente de Combate a Endemias. Vigilância em Saúde.Conhecimentos Básicos: Raiva, Esquistossomose, Doença de Chagas, Dengue, Febre Amarela, Febre Maculosa, Influenza, Chikunguya, Zika Vírus, Leptospirose, Leishmaniose: Tegumentar e Visceral e Malária, COVID-19.Doenças contagiosas: agente etiológico, reservatório, hospedeiro, de modo de transmissão, sintomas e medidas de controle.

ANEXO III – ÁREA E LOCALIDADE DO PSF- ENDEREÇOS DE ABRANGÊNCIA DAS MICRO ÁREA

FUNÇÃO	***LOCALIDADE***
Agente Comunitário de Saúde - ACS	Área de abrangência da ESF-I Setor industrial.
	Área de abrangência da ESF-I Setor industrial COMUNIDADE SANTA RITA/TUPÃ.
	Área de abrangência da ESF-II Vila Tupi.
	Área de abrangência da ESF-II comunidade BOM JAGUAR.
	Área de abrangência da ESF-III Vila Isabel.
Agente de Combate à Endemias – ACE	Sede do Município

ANEXO IV – RELAÇÃO DE EXAMES DE SAÚDE ADMISSIONAIS

Para todos os cargos:

Hemograma completo;

Glicemia;

Colesterol total;

Triglicérides;

Ureia;

Tipagem Sanguínea;

Creatinina;

Gama GT;

Exame de Urina (EAS);

BAAR na Linfa;

Eletrocardiograma com laudo;

Raio X do Tórax – PA e Perfil com laudo;

Raio X de coluna total com laudo e avaliação de médico ortopedista;

Avaliação Postural Fisioterapêutica;

Avaliação Psicológica;

Avaliação Psiquiatra;

Atestado de acuidade visual, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista;

Eletroencefalograma com mapa e avaliação de médico neurologista;

Hepatite B e C;

- Os candidatos somente poderão agendar os exames acima citados, após a data da convocação.

- A Junta Médica Municipal não fornecerá nenhum dos exames ou pareceres especializados, sendo estes de total responsabilidade dos candidatos, que deverão providenciá-los por conta própria, inclusive o Laudo Médico Pericial Admissional que deverá ser elaborado por médico especialista em medicina do trabalho, conforme anexo abaixo, constante do edital, e entregue juntamente com toda a documentação exigida no setor de RH e Previlândia.

ANEXO V – MODELO LAUDO MÉDICO

EXAMES DE AUXÍLIO DIAGNÓSTICO

Exame	**Data**	**Resultado**	**Conclusão (Normal / Alterado)**
Hemograma completo	/ /		▫ ▫ N A
Glicemia	/ /		▫ ▫ N A
Colesterol total	/ /		▫ ▫ N A
Triglicérides	/ /		▫ ▫

			N A
Ureia	/ /		▫ ▫ N A
Tipagem Sanguínea	/ /		▫ ▫ N A
Creatinina	/ /		▫ ▫ N A
Gama GT	/ /		▫ ▫ N A
Exame de urina (EAS)	/ /		▫ ▫ N A
BAAR na Linfa	/ /		▫ ▫ N A
Eletrocardiograma com laudo	/ /		▫ ▫ N A
Raio X do Tórax – PA Perfil	/ /		▫ ▫ N A
Raio X de coluna total com laudo avaliação do médico ortopedista	/ /		▫ ▫ N A
Avaliação Postural Fisioterapêutica	/ /		▫

			▫ N A
Avaliação Psicológica	/ /		▫ ▫ N A
Avaliação Psiquiatra	/ /		▫ ▫ N A
Acuidade visual, ambos os olhos.	/ /		▫ ▫ N A
Eletroencefalograma com mapa e avaliação do médico especialista.	/ /		▫ ▫ N A
Hepatite B	/ /		▫ ▫ N A
Hepatite C	/ /		▫ ▫ N A
Observações:			

CONCLUSÃO	
( ) Apto	( ) Apto com restrições:_____
( ) Inapto Temporário	( ) Inapto definitivo
( ) Exame não concluido	
Empregado:	**Medico:**

ANEXO VI- CRONOGRAMA

MUNICIPIO DE MARCELÂNDIA- MT– PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2022

DATAS	**EVENTOS**
07/11/2022	Publicação do Edital do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
08/11/2022 a 09/11/ 2022	Período para impugnação do Edital.
10/11/2022 Á 30/11/ 2022	Período para realizar a inscrição via internet no site da organizadora, nos termos deste Edital.
10/11/2022 Á 30/11/ 2022	Período para realizar a inscrição na qualidade de Deficiente e Lactante, nos termos deste Edital.
10/11/2022 Á 18/11/ 2022	Período para realizar a solicitação de isenção da Taxa de Inscrição, nos termos deste Edital.
21/11/2022	Publicação das resultado de isenção da Taxa de Inscrição, nos Termos deste Edital.
01/12/2022	Pagamento da Taxa de Inscrição
05/12/2022	Publicação das inscrições homologadas (deferidas e indeferidas), inclusive às referentes à condição de Deficiente e Lactante.

06/12/2022 Á 07/12/2022	Prazo para recurso referente às inscrições homologadas (deferidas e indeferidas), inclusive às referentes à condição de Deficiente e Lactante.
08/12/2022	Divulgação do local para realização da Prova Escrita Objetiva
11/12/2022	**Realização da Prova Escrita Objetiva**
12/12/2022	Divulgação do gabarito preliminar da Prova Escrita Objetiva
13/12/2022 Á 14/12/2022	Prazo para recurso contra o gabarito preliminar
20/12/2022	Publicação da classificação preliminar da Prova Escrita Objetiva, Prova Prática e divulgação do gabarito oficial.
21/12/2022 Á 22/12/2022	Prazo para recurso contra a classificação preliminar
23/12/2022	Divulgação do Resultado da Classificação Final e respostas dos recursos/Homologação do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

- Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de Marcelândia/MT em acordo com a OMNI CONCURSOS PÚBLICOS LTDA.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2021

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na Cláusula Quarta e aditar o valor mencionado na Clausula Segunda do contrato administrativo nº 0139/2021, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software de sistema de nota fiscal eletrônica e malha fiscal, de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em atendimento ao Decreto Federal 10.540/2020, e nota técnica 019/2021 da CNM

CONTRATADA: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

VALOR DA ADIÇÃO: R$ 11.235,00

DATA ASSINATURA: 28/10/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2022

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo de execução mencionado na Cláusula Quarta e da vigência mencionado na Cláusula Quinta do Contrato de Execução de Obra nº 083/2022, que tem como o objeto o seguinte: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de quarto para repouso dos motoristas, da Secretaria de Saúde do Município de Marcelândia/MT, anexo ao Hospital Municipal Maria Zélia, Conforme Planilhas Orçamentária e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 006/2022.

CONTRATADA: SARTORI ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

DATA DE VIGÊNCIA: 31/01/2023

DATA DE EXECUÇÃO: 26/12/2022

DATA ASSINATURA: 26/10/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2022

OBJETO: O objeto do presente Termo de Apostilamento consiste na alteração dos valores das fontes de recursos, conforme 1º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 1832/2021 SEDUC. Valor a ser apostilado: R$ 38.429,19. Os valores por fonte de recursos passam a ser os seguintes:

07.001.12.361.0017.1153.44.90.51.00.00.00

Fonte: 1.5.71.000000 R$ 957.958,29

Fonte: 1.5.00.100100 R$ 5.190,17

A alteração dos valores justifica-se em função do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 1832/2021 SEDUC e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos através do Ofício nº 071/2022 de 04/10/2022.

DATA ASSINATURA: 04/11/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2022

OBJETO: O objeto do presente Termo de Apostilamento consiste na alteração da dotação orçamentária presente no contrato original, passando a valer as novas dotações com os valores abaixo:

05.001.26.782.0012.2031.33.90.30.00.00.00

Fonte de Recursos 1.5.00.000000: R$ 6.800,00

05.001.26.782.0012.2031.44.90.52.00.00.00

Fonte de Recursos 1.5.00.000000: R$ 43.000,00.

Tal alteração justifica-se pela solicitação da do Departamento de Contabilidade através do Ofício nº 008/2022. **DATA ASSINATURA:** 07/11/2022

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2022

OBJETO: O objeto do presente Termo de Apostilamento consiste na alteração da dotação orçamentária presente no contrato original, passando a valer a nova dotação com o valor abaixo:

11.001.11.333.0028.2091.3.90.39.00.00.00

Fonte de Recursos: 1.5.00.000000 – R$ 5.400,00

Tal alteração justifica-se pela solicitação da do Departamento de Contabilidade através do Ofício nº 009/2022. **DATA ASSINATURA:** 07/11/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4328 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
CLAUCIA SOARES DOS REIS	**497.035.529-00**	22	21º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA/MATUPÁ

O Município de Matupá, em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, torna público as seguintes licenças emitidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Matupá – SEMMA/Matupá.

Protocolo: 0649/2022; Nº da Licença: LO 018/2022; Razão Social: SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA; Atividade Licenciada: ARMAZÉNS GERAIS – EMISSÃO DE WARRANT, Validade: 07/11/2025.

Protocolo: 0652/2022; Nº da Licença: LO 019/2022; Razão Social: MATUPÁ AUTOCENTER; Atividade Licenciada: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, Validade: 07/11/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou **o** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM AS REVISÕES COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DOS ÔNIBUS ESCOLAR PLACA RRO3F68 – 01º REVISÃO, PLACA RAR9J96 – 04º REVISÃO E PLACA RAN3I54 – 05º REVISÃO EM ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE MATUPÁ, onde contratou-se a Empresa Macropecas Multimarcas Comercio de Caminhões e Ônibus Eireli devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07.838.209/0001-78 com um valor total de R$ 15.125,27. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de novembro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2021 DO MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA/ES

A Prefeitura Municipal de Matupá - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preço n° 063/2021 oriunda do Pregão Eletrônico n° 039/2021, do Município de João Neiva celebrada com a Empresa **PRINT SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA - CNPJ Sob n°** 15.549.061/0001-80, no valor total de R$ 78.109,15, cujo objetivo é "AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR RACK PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT", conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência**,** nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013. Matupá - MT, 07 de novembro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4330 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail* ***obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
MARIA IVANIR BORGES	**63867761191**	22	22º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2022 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2022 – PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022 da Prefeitura Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso torna público aos interessados o **EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 – PRIMEIRA RETIFICAÇÃO,** conforme abaixo discriminado:

1. RETIFICA-SE:

1.1. Onde se lia:

2.11.3 O local de realização da prova será divulgado em edital complementar até dia 01/12/2021, específico para esse fim.

1.2. Leia-se:

2.11.3 O local de realização da prova será divulgado em edital complementar até dia 01/12/2022, específico para esse fim.

1.3. Onde se lia:

Nível Superior Educação

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Professor de Pedagogia (Séries Iniciais e Educação Infantil) 30 horas Professor de Educação Fisica 30 horas Professor de Inglês ou Português com habilitação em Ingles 30 horas	*Língua Portuguesa com interpretação de texto*	*10*	30	1,00	30,00
	Conhecimentos Gerais	*10*			
	Conhecimentos Específicos	*05*			
	Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação	*05*			

1.4. Leia-se:

Nível Superior Educação

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Professor de Pedagogia (Séries Iniciais e Educação Infantil) 30 horas Professor de Educação Fisica 30 horas Professor de Português com habilitação em Ingles 30 horas	*Língua Portuguesa com interpretação de texto*	*10*	30	1,00	30,00
	Conhecimentos Gerais	*10*			
	Conhecimentos Específicos	*05*			
	Conhecimentos sobre Didática e Fundamentos da Educação	*05*			

1.5. Onde se Lia:

5.2.1. Para o cargo de professor se admitirá prova de títulos. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas.**	4
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	6
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	8
04	Experiência Profissional	Exercício da docência, comprovado através de: declaração de Tempo de Serviço emitida pela instituição onde trabalhou no Município de Matupá. Obs.: será considerada as declarações com o tempo de 01 (um) ano completo.	1 ponto por ano
05	Cursos Extracurriculares	Curso de Formação Continuada e Projetos, emitidos e chancelados pela SMED na área de atuação ou na área da Educação com a carga horária de no mínimo 20 horas, obtidos nos últimos 03 anos. Limite 03 pontos.	A cada 40 horas será considerado 0,5 pontos

5.2.2. Para o Cargo de Motorista de Transporte Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais e Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar e Manutenção e Limpezase admitirá prova de títulos. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Experiência Profissional	Exercício do Cargo e Função, comprovado através de: declaração de Tempo de Serviço emitida pela instituição onde trabalhou. Obs.: será considerada as declarações com o tempo de 01 (um) ano.	1 ponto por ano
02	Cursos Extracurriculares	Curso de Formação Continuada e Projetos, emitidos e chancelados pela SMED na área de atuação ou na área da Educação com a carga horária de no mínimo 04 horas, obtidos nos últimos 03 anos. Limite 03 pontos.	A cada 10 horas será considerado 0,5 pontos

1.6. Leia-se:

5.2.1. Para o cargo de professor se admitirá prova de títulos. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas.**	4
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	6
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	8
04	Experiência Profissional	Exercício da docência, comprovado através de: declaração de Tempo de Serviço emitida pela instituição onde trabalhou. Limite 10 pontos. Obs.: será considerada as declarações com o tempo de 01 (um) ano completo.	1 ponto por ano
05	Cursos Extracurriculares	Curso de Formação Continuada e Projetos na área de atuação ou na área da Educação com a carga horária de no mínimo 20 horas, obtidos nos últimos 03 anos. Limite 03 pontos.	A cada 40 horas será considerado 0,5 pontos

5.2.2. Para o Cargo de Motorista de Transporte Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais, Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar e Manutenção e Limpeza e Técnico Administrativo Educacional – Agente Administrativo Escolar e Auxiliar de Crechese admitirá prova de títulos. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Experiência Profissional	Exercício do Cargo e Função, comprovado através de: declaração de Tempo de Serviço emitida pela instituição onde trabalhou. Limite 10 pontos. Obs.: será considerada as declarações com o tempo de 01 (um) ano.	1 ponto por ano
02	Cursos Extracurriculares	Curso de Formação Continuada e Projetos na área de atuação ou na área da Educação com a carga horária de no mínimo 04 horas, obtidos nos últimos 03 anos. Limite 03 pontos.	A cada 10 horas será considerado 0,5 pontos

1.7. Onde se lia:

10.1.1 Período das inscrições: **de 21/11/2022 a 29 /12/2022.**

1.8. Leia-se:

10.1.1 Período das inscrições: **de 21/11/2022 a 29/11/2022.**

1.9. Onde se lia:

11. DOS CARGOS E DAS VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NÍVEL SUPERIOR

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						Normal	PCD	Total	
01	ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN	Objetiva	4.518,78	40h	01	-	01	Sede/ Município
02	ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN	Objetiva	4.518,78	40h	01	-	01	Sede/ Rural
03	NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo e registro no Conselho Regional de Nutrição – CRN	Objetiva	4.518,78	40h	CR	-	CR	Sede/ Município
04	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/ED. INFANTIL	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	09	-	09	Sede/ Município
05	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/ED. INFANTIL	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	CR	-	CR	Zona Rural
06	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/ED. INFANTIL	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	01	-	01	Indigena
07	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/SÉRIES INICIAIS	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	06	-	06	Sede/ Município
08	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/SÉRES INICIAIS	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	02	-	02	Zona Rural
09	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	Ensino Superior Completo na área e Registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	04	-	04	Sede/ Município
10	PROFESSOR DE INGLÊS OU PORTUGUÊS COM HABILITAÇÃO EM INGLES	Ensino Superior Completo em Português com Habilitação em Inglês	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	01		01	Sede/ Município
11	FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo na área e registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia - CREFONO	Objetiva	4.518,78	30h	02	-	02	Sede/ Município
12	BIOQUIMICO	Ensino Superior Completo na área e registro no conselho Regional de Farmaceutico Bioquimico - CRF	Objetiva	4.518,78	40h	CR	-	CR	Sede/ Município
13	PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo na área e registro no Conselho Regional de Psicologia - CRP	Objetiva	4.518,78	40h	02	-	02	Sede/ Município
14	FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo na área e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO	Objetiva	2.259,40	20h	CR		CR	Sede/ Município
15	MÉDICO VETERINARIO	Ensino Superior Completo e registro no Conselho Federal de Medicina Veterinaria - CFMV	Objetiva	4.518,78	40h	01	-	01	Sede/ Município
16	ODONTÓLOGO	Ensino Superior Completo na área e registro no Coselho Regional de Odontologia - CRO	Objetiva	4.956,75	40h	01		01	Sede/ Município

1.10. Leia-se:

11. DOS CARGOS E DAS VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NÍVEL SUPERIOR

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						Normal	PCD	Total	
01	ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN	Objetiva	4.518,78	40h	01	-	01	Sede/ Município
02	ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN	Objetiva	4.518,78	40h	01	-	01	Sede/ Rural
03	NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo e registro no Conselho Regional de Nutrição – CRN	Objetiva	4.518,78	40h	CR	-	CR	Sede/ Município
04	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/ED. INFANTIL	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	09	-	09	Sede/ Município
05	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/ED. INFANTIL	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	CR	-	CR	Zona Rural
06	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/ED. INFANTIL	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil	Objetiva +	2.946,94	30h	01	-	01	Indigena

			Títulos						
07	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/SÉRIES INICIAIS	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	06	-	06	Sede/ Município
08	PROFESSOR DE PEDAGOGIA/SÉRES INICIAIS	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	02	-	02	Zona Rural
09	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	Ensino Superior Completo na área e Registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	04	-	04	Sede/ Município
10	PROFESSOR DE PORTUGUÊS COM HABILITAÇÃO EM INGLES	Ensino Superior Completo em Português com Habilitação em Inglês	Objetiva + Títulos	2.946,94	30h	01		01	Sede/ Município
11	FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo na área e registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia - CREFONO	Objetiva	4.518,78	30h	02	-	02	Sede/ Município
12	BIOQUIMICO	Ensino Superior Completo na área e registro no conselho Regional de Farmaceutico Bioquimico - CRF	Objetiva	4.518,78	40h	CR	-	CR	Sede/ Município
13	PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo na área e registro no Conselho Regional de Psicologia - CRP	Objetiva	4.518,78	40h	02	-	02	Sede/ Município
14	FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo na área e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO	Objetiva	2.259,40	20h	CR		CR	Sede/ Município
15	MÉDICO VETERINARIO	Ensino Superior Completo e registro no Conselho Federal de Medicina Veterinaria - CFMV	Objetiva	4.518,78	40h	01	-	01	Sede/ Município
16	ODONTÓLOGO	Ensino Superior Completo na área e registro no Coselho Regional de Odontologia - CRO	Objetiva	4.956,75	40h	01		01	Sede/ Município

1.11. Onde se lia:

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						Normal	PCD	Total	
01	MANUTENÇÃO E LIMPEZA	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	06	-	06	Sede/ Município
02	MANUTENÇÃO E LIMPEZA	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	CR	-	CR	Zona Rural
03	NUTRIÇÃO ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	02	-	02	Sede/ Município
04	NUTRIÇÃO ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	CR	-	CR	Zona Rural
05	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo + Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Escolar.	Objetiva	2.304,10	40h	03	-	03	Sede/ Município
06	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo + Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Escolar.	Objetiva	2.304,10	40h	05	-	05	Zona Rural
07	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino Médio Completo + conhecimentos em Informática	Objetiva	1.421,67	40h	01	-	01	Sede/ Município
08	COZINHEIRO	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.280,91	40H	02	-	02	Sede/ Município
09	RECEPCIONISTA	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.280,91	40H	01		01	Sede/ Município

1.12. Leia-se:

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						Normal	PCD	Total	
01	MANUTENÇÃO E LIMPEZA	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	06	-	06	Sede/ Município
02	MANUTENÇÃO E LIMPEZA	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	CR	-	CR	Zona Rural
03	NUTRIÇÃO ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	02	-	02	Sede/ Município
04	NUTRIÇÃO ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.298,03	30h	CR	-	CR	Zona Rural
05	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo + Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Escolar.	Objetiva	2.304,10	40h	03	-	03	Sede/ Município
06	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	Ensino Fundamental Completo + Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Escolar.	Objetiva	2.304,10	40h	05	-	05	Zona Rural
07	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino Fundamental Completo + conhecimentos em Informática	Objetiva	1.421,67	40h	01	-	01	Sede/ Município
08	COZINHEIRO	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.280,91	40H	02	-	02	Sede/ Município
09	RECEPCIONISTA	Ensino Fundamental Completo	Objetiva	1.280,91	40H	01		01	Sede/ Município

1.13. Onde se lia:

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						Normal	PCD	Total	
01	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.216,59	40h	02	-	02	Sede/ Município
02	AUXILIAR DE SERVI-ÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.216,59	40h	23	-	23	Sede/ Município
03	AUXILIAR DE SERVI-ÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.216,59	40h	CR	-	CR	Zona Rural
04	OPERADOR DE MAQUI-NAS PESADAS 1	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação “D” Curso de Operador de Maquinas Pesadas	Objetiva	1.800,56	40h	01	-	01	Zona/ Rural
05	OPERADOR DE MAQUI-NAS PESADAS 2	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação “D” Curso de Operador de Maquinas Pesadas	Objetiva	4.397,11	40h	01	-	01	Zona Rural
06	MOTORISTA DE VEÍCU-LOS LEVES	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação no minimo de categoria “D”	Objetiva	2.153,37	40h	03	-	03	Sede/ Município
07	MOTORISTA DE VEÍCU-LOS PESADOS	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação no minimo de categoria “D”	Objetiva	2.153,37	40h	01	-	01	Sede/ Município
08	MOTORISTA DE VEÍCU-LOS PESADOS	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação no minimo de categoria “D”	Objetiva	2.153,37	40h	04	-	04	Zona Rural
09	TRATORISTA	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação “C”	Objetiva	1.800,56	40H	01	-	01	Zona Rural
10	TRATORISTA	Ensino Fundamental Completo +Carteira de Habilitação “C”	Objetiva	1.800,56	40H	03		03	Sede/ Município

1.14. Leia-se:

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração Inicial R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						Normal	PCD	Total	
01	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.216,59	40h	02	-	02	Sede/ Município
02	AUXILIAR DE SERVI-ÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.216,59	40h	23	-	23	Sede/ Município
03	AUXILIAR DE SERVI-ÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.216,59	40h	CR	-	CR	Zona Rural
04	OPERADOR DE MA-QUINAS PESADAS 1	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação “D” Curso de Operador de Maquinas Pesadas	Objetiva	1.800,56	40h	01	-	01	Zona/ Rural
05	OPERADOR DE MA-QUINAS PESADAS 2	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação “D” Curso de Operador de Maquinas Pesadas	Objetiva	4.397,11	40h	01	-	01	Zona Rural
06	MOTORISTA DE VEÍ-CULOS LEVES	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação no minimo de categoria “D”	Objetiva	2.153,37	40h	03	-	03	Sede/ Município
07	MOTORISTA DE VEÍ-CULOS PESADOS	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação no minimo de categoria “D”	Objetiva	2.153,37	40h	01	-	01	Sede/ Município
08	MOTORISTA DE VEÍ-CULOS PESADOS	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação no minimo de categoria “D”	Objetiva	2.153,37	40h	04	-	04	Zona Rural
09	TRATORISTA	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação “C”	Objetiva	1.800,56	40H	01	-	01	Zona Rural
10	TRATORISTA	Ensino Fundamental Incompleto +Carteira de Habilitação “C”	Objetiva	1.800,56	40H	03		03	Sede/ Município

1.15. Onde se lia:

Professor de Português com Habilitação em Inglês: 1. Fonologia 2. Fonemas e Letras 3. Encontros vocálicos: Ditongo, Tritongo, Hiato 4. Interpretação de Textos 5. Intertextualidade 6. Coesão e coerência 7. Sintaxe 8. Termos essenciais da oração: Sujeito e Predicado 9. Concordância verbal, Concordância nominal 10. Noções Gerais de Compreensão e Interpretação de Texto 11. Gêneros Textuais 12. Teorias e Práticas para o Ensino de Língua Portuguesa 13. Literatura 14. Quinhentismo 15. Romantismo 16. Realismo 17. Gêneros Literários 18. Gênero Épico ou Narrativo 19. Escolas Literário. 20. Sistema ortográfico vigente 21. Normas de pontuação. Verbos: tempo, modo, conjugação e vozes verbais. Colocação dos pronomes. 22. Figuras de linguagem.

1.16. Leia-se:

Professor de Ingês ou Português com Habilitação em Inglês: 1.Demonstrative pronouns; 2.Adjetives; 3.Verb to be - presente (Affirmative, interrogative, negative); 4.Verb to be - Past Tense (Affirmative, interrogative, negative); 5.Where; preposition in; near, far from; numbers 1-100. 6.Family tree; 7. How much, how many; 8.Containers Plural; 9.Prepositions: in, on, under, over, between, next to and behind; 10.Definite article: the; 11.Indefinite articles: a, na; 12.Present continuous: affirmative. 13.Object Pronouns- me, you, her, him, it, you, us, them; 14.Expressing feelings: love, hate, like, enjoy, dislike, appreciate. 15.Going to. 16.Simple past - regular verbs affirmative, negative, interrogative. 17.Superlative; 18.Verb Can (ability): affirmative, negative, interrogative. 19.text interpretation

1.17. Onde se lia:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULO (em duas vias)

NOME DO(A) CANDIDATO(A):

RG Nº CPF Nº

CARGO: Nº DA INSCRIÇÃO:

QUANTIDADE DE TITULOS APRESENTADOS: _____

Venho por meio do presente, em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2022, apresentar os documentos comprobatórios dos títulos.

Para os cargos de Professores:

Tabela de pontuação de títulos			Pontuação Máxima	Pontos Informados pelo Candidato	Pontuação Final deferida pela Comissão
1.	Certificado ou Diploma de Especialização igual ou superior a 360 horas.	4 pontos	4		
2.	Certificado ou Diploma de Mestrado	6 pontos	6		
3.	Certificado ou Diploma de Doutorado	8 pontos	8		
4	Experiência Profissional	1 ponto por ano	-		
5	Cursos Extracurriculares	A cada 40 horas será considerado 0,5 pontos	3		
4.	TOTAL				

Para os cargos de Motorista de Transporte Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais e Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar e Manutenção e Limpeza:

Tabela de pontuação de títulos			Pontuação Máxima	Pontos Informados pelo Candidato	Pontuação Final deferida pela Comissão
1.	Experiência Profissional	1 ponto por ano	-		
2.	Cursos Extracurriculares	A cada 10 horas será considerado 0,5 pontos	3		
4.	TOTAL				

Nestes termos

Peço deferimento.

, de de 2022.

Assinatura do(a) requerente

(Para uso exclusivo da Comissão do Processo Seletivo Simplificado) Deferimento: ( ) Sim ( ) Não Pontuação Atribuída: Motivo:

Matupá – MT, / /2022.

Assinatura dos membros da Comissão Julgadora:

Obs: Este formulário deverá ser preenchido em 2 (duas) vias 1.18. Leia-se: FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULO (em duas vias)

NOME DO(A) CANDIDATO(A):

RG Nº CPF Nº

CARGO: Nº DA INSCRIÇÃO:

QUANTIDADE DE TITULOS APRESENTADOS: _____

Venho por meio do presente, em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2022, apresentar os documentos comprobatórios dos títulos.

Para os cargos de Professores:

Tabela de pontuação de títulos			Pontuação Máxima	Pontos Informados pelo Candidato	Pontuação Final deferida pela Comissão
1.	Certificado ou Diploma de Especialização igual ou superior a 360 horas.	4 pontos	4		
2.	Certificado ou Diploma de Mestrado	6 pontos	6		
3.	Certificado ou Diploma de Doutorado	8 pontos	8		
4	Experiência Profissional	1 ponto por ano	10		
5	Cursos Extracurriculares	A cada 40 horas será considerado 0,5 pontos	3		
4.	TOTAL				

Para os cargos de Motorista de Transporte Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais, Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar e Manutenção e Limpeza e Técnico Administrativo Educacional – Agente Administrativo Escolar e Auxiliar de Creche:

Tabela de pontuação de títulos			Pontuação Máxima	Pontos Informados pelo Candidato	Pontuação Final deferida pela Comissão
1.	Experiência Profissional	1 ponto por ano	10		
2.	Cursos Extracurriculares	A cada 10 horas será considerado 0,5 pontos	3		
4.	TOTAL				

Nestes termos

Peço deferimento.

, de de 2022.

Assinatura do(a) requerente

(Para uso exclusivo da Comissão do Processo Seletivo Simplificado) Deferimento: ( ) Sim ( ) Não Pontuação Atribuída: Motivo:

Matupá – MT, / /2022.

Assinatura dos membros da Comissão Julgadora:

Obs: Este formulário deverá ser preenchido em 2 (duas) vias

Matupá – MT, 07 de novembro de 2022.

Francieli Fernanda Schmidt

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 004/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 111/2022

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, foi celebrado o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 111/2022**, tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C.B. COMERCIO DE CEREAIS LTDA**devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 36.122.274/0001-09 e Inscrição Estadual nº 13.800.378-5, com sede na Passarela PSA 03, nº 2314, Bairro ZC1-003, na Cidade de Matupá/MT, CEP: 78.525-000, Telefone (66) 9 9612-6256, neste ato representada pelo Senhor **CLAUDINEY BRESSAN**, portador do CPF nº 882.001.081-04 e RG nº 12517720 SSP/MT, doravante denominada **CONTRATADA,** conforme as cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 431/2022 encaminhada pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes;

01 – SUPORTE LEGAL

01.1 – Esta rescisão contratual UNILATERAL se fundamenta conforme as disposições da **Lei Federal n°. 8.666/93,** e suas alterações, mais especificamente no ***artigo 78, inciso XII e artigo 79, inciso I***, e nos termos da ***Cláusula 15*** do Contrato de **Prestação de Serviço nº 111/2022**.

02 – OBJETO DA RESCISÃO

02.1 – Constitui objeto desta rescisão o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES PIPAS (ÁREAS URBANA E RURAL) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E RUAS DO MUNÍCIPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência que e parte integrante do **Edital 060/2022** do respectivo **Pregão Presencial nº 026/2022.**

03 – RESCISÃO

03.1 – A rescisão do presente termo se baseia na cláusula ***15 - Rescisão*** do Contrato em mote que descreve as causas para rescisão contratual, dentre eles:

15.1.1.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo licitatório a que se refere o Contrato;

A Lei Federal 8.666/1993, e suas alterações, traz, respectivamente, em seu ***artigo 78, inciso XII,*** os motivos para a rescisão contratual e o ***79, inciso I,*** cita como poderá ser determinada:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Esta rescisão unilateral do contrato justifica-se, conforme C.I. 431/2022, haja vista o início do período chuvoso.

Diante do exposto, e em harmonia com as Leis Vigentes, a Prefeitura Municipal de Matupá, representada pela autoridade superior municipal, decidiu **rescindir** de forma **unilateral** o Contrato de Prestação de Serviço nº 111/2022, do **Pregão Presencial nº 026/2022.**

04 – DOMICÍLIO E FORO

04.1 – As partes elegem como domicilio legal, o Foro da Comarca de Matupá, para dirimir quaisquer litígios decorrentes desta Rescisão, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações posteriores, bem como as demais normas complementares.

Matupá/MT, 01 de novembro de 2022.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4331 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
DEBORA RODRIGUES SOARES	**03388305960**	22	23º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 059/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 23 de novembro de 2022 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site **www.bllcompras.org.br** o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET 20 MB FULL DUPLEX LINK DEDICADO EM ATENDIMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 23/11/2022 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0137/2022, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 07 de novembro de 2022.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 206/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 20.000 KM COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO ÔNIBUS EXECU-**

TIVO VOLARE W-L PLACA RRL8D40 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 053/2022.**

CONTRATADA: TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Valor/Global: O valor total estimado para esta contratação é de**R$ 2. 590,69 (Dois mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e nove centavos)**.

Assinatura: 07/11/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 699/2022

PORTARIA Nº 699 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - SUSPENDER,férias do servidor **BRUNO VILAS BOAS PANARO LEITE**, concedida através da portaria nº 664/2022**,** referente ao período aquisitivo de 06/10/2021 a 05/10/2022**,** lotado na Secretária de Fazenda, para gozo em data oportuna.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 07 de novembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 703/2022

PORTARIA Nº 703 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022. ***CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*** **O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições; RESOLVE Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor ADEMILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de** ***AUXILIAR DE ENFERMAGEM,*** **referente ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2020, conforme protocolo nº 4731/2022, para gozo a partir de 05/12/2022. Artigo 2º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor CARLOS ALBERTO PEREIRA, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de** ***MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 01/10/2018 a 30/09/2022, para gozo a partir de 05/12/2022 conforme protocolo nº 4685/2022.*** **Artigo 3º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para a servidora EDINA PEREIRA DOS SANTOS MORAIS, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de** ***AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,*** **referente ao período aquisitivo de 16/10/2020 a 15/10/2021, para gozo a partir de 05/12/2022, conforme protocolo nº 4703/2022. Artigo 4º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor GILSON DOS SANTOS FERREIRA, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de** ***MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 06/11/2019 a 05/11/2020, conforme protocolo nº 4671/2022, para gozo a partir de 05/12/2022.*** **Artigo 5º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor JOSE CARLOS TONINATO, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, no cargo de** ***AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,*** **referente ao período aquisitivo de 02/05/2018 a 01/05/2019, conforme protocolo nº 4692/2022, para gozo a partir de 01/12/2022. Artigo 6º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor LAERCIO ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de** ***TECNICO DE ENFERMAGEM,*** **referente ao período aquisitivo de 23/06/2020 a 24/06/2021, sendo 15 (quinze) dias para gozo a partir 05/12/2022 e 15 (quinze) dias para gozo a partir de 16/01/2023, conforme protocolo nº 4732/2022. Artigo 7º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor MARCIO JOSE RIGONI, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, no cargo de SECRETARIO DE INFRA-ESTRUTURA,** ***referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2022, sendo 10 (dez) dias para gozo a partir de 26/12/2022 e 20 (vinte) dias para gozo em data oportuna conforme protocolo nº 4721/2022.*** **Artigo 8º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor MAURO RODRIGUES DE JESUS, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, no cargo de** ***AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,*** **referente ao período aquisitivo de 07/10/2015 a 06/10/2016, conforme protocolo nº 4722/2022, para gozo a partir de 05/12/2022. Artigo 9º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor RAFAEL ALVES MOURA, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de** ***ENFERMEIRO, referente ao período aquisitivo de 03/01/2020 a 02/01/2021, conforme protocolo nº 4693/2022, para gozo a partir de 12/12/2022.*** **Artigo 10º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para a servidora** ***TACIANA BEATRIZ KREULICH BEZERRA,*** **lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** ***referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021, sendo 10 (dez) dias para gozo a partir 16/11/2022 e 20 (vinte) dias para gozo em data oportuna, conforme protocolo nº 4624/2022.*** **Artigo 11 - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para a servidora TATIANNE NATALINA GOMES FERREIRA,** ***lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de*** **AUXILIAR DE ENFERMAGEM, referente ao período aquisitivo de 04/08/2020 a 03/08/2021, conforme protocolo nº 4694/2022, para gozo a partir de 19/12/2022.**

Artigo 12 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. **Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 07 de novembro de 2022. JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/vl

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EDITAL

RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 74/2022 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Mirassol D' Oeste informa que procedeu a RETIFICAÇÃO DA DESCRIÇÃO DOS ITENS VENTILADOR PULMONAR E DESFIBRILADOR, REFERENTES AO EDITAL ACIMA EPIGRAFADO, designando nova data de abertura do certame **para o dia 21/11/22,** mantido o horário. O edital na íntegra com as retificações estará disponível no site do Município. M. D' Oeste, 08/11/22. Hector Alvares Bezerra - Prefeito.

RH
DECRETO DE CONVOCAÇÃO Nº 4.372/2022

DECRETO Nº 4.372 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, Estado de Mato Grosso, Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse Público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 4.213/2022, e o item 18, e o Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2020 de 17/02/2020 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal exclusivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocado para posse e entrada em exercício no respectivo cargo efetivo no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL, o candidato classificado dentro do número de vaga, conforme consta do Anexo único deste Decreto:

Artigo 2º - O candidato ora convocado na forma deste Decreto e conforme seu Anexo Único deverá comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito à Rua Antonio Tavares, nº 3310, em até 30 dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis com vistas aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Artigo 3º - Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar em cópias, xerox ou fotocópias autenticadas, toda documentação que comprove:

a) Foto 3x4 colorida atual;

b) Cópia: RG E CPF (original e cópia);

c) Cópia: Título de Eleitor (original e cópia);

d) Cópia: Comprovante das 2 ultimas votações (original e cópia) ou documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade;

e) Cópia: Cartão PIS/PASEP;

f) Cópia: da Carteira de Trabalho;

g) Cópia: Comprovante de residência (original e cópia);

h) Cópia: Comprovante de escolaridade (original e cópia) comprovando a exigência disposta no Anexo I do Edital de Abertura do Concurso Público 01/2020;

i) Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;

j) Cópia: Documentos do cônjuge; (RG e CPF)

k) Cópia: Certidão de nascimento de filhos;

l) Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos;

m) Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos ente 5 anos até 14 anos;

n) Declaração de não acumulo de Cargo (original e cópia);

o) Declaração de Bens e Comprovante;

p) Cópia: CNH;

q) Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (original e cópia);

r) Cópia: RG e CPF dos Pais;

s) Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (original e cópia);

t) Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

u) Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência especificas de determinados cargos;

v) Certidão de Nada Consta ou Negativa de Debito a nível federal;

w) Certidão de Antecedentes Criminais;

Artigo 4º - Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar os Exames Obrigatórios Para a Posse constantes no Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Publico 01/2020, bem como declaração constante no Anexo II deste Decreto:

1. Hemograma completo;

2. Glicemia em jejum;

3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L);

4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase);

5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista;

7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial;

8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista;

9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista;

10. Exame de urina tipo I (E.A.S);

11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina;

12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica);

13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos;

14. Colpo citologia Oncótica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos;

Artigo 5º - A Nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo Único: A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Artigo 7º - Revogam as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 07 de Novembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

ANEXO I DO DECRETO Nº 4.372 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

ARQUITETO URBANISTA	CLASSIFICAÇÃO
WESLEY MAGIO VIEIRA	1º COLOCADO (A)

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

ANEXO II DO DECRETO Nº 4.372 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DECLARAÇÃO DE SAÚDE

Eu, Doutor_____, CRM nº _____, atesto para os devidos fins que o Senhor _____

_____, candidato aprovado em Concurso Público para o cargo de _____, está apto e plenamente habilitado fisicamente para o desempenho de suas funções laborais conforme as atribuições do cargo abaixo descritas e exames de saúde elencados:

Atribuições do cargo: (Conforme Edital de Abertura do Concurso Público 001/2020).	Elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnica, metodologias, analisando dados e informações. Fiscalizar e executar obras e serviços, desenvolver estudos de viabilidade financeiros, econômicos e ambientais. Prestar serviços de consultoria e assessoramento, bem como estabelecer políticas de gestão da administração municipal.
Exames apresentados: (Obrigatório conforme Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Publico 001/2020).	1. Hemograma completo. 2. Glicemia em jejum. 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L). 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase). 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides). 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista. 7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial. 8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista. 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista. 10. Exame de urina tipo I (E.A.S). 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina. 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica). 13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 14. Colpo citologiaOncótica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

E para que surta os efeitos legais, firmo a presente Declaração de Saúde do candidato, em duas vias de igual teor e uma só forma.

_____de _____ de 2022.

_____

Assinatura e Carimbo do Declarante

HAB/pcm

RH
DECRETO DE CONVOCAÇÃO Nº 4.373/2022

DECRETO Nº 4.373 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, Estado de Mato Grosso, Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse Público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 4.213/2022, e o item 18, e o Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2020 de 17/02/2020 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal exclusivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocado para posse e entrada em exercício no respectivo cargo efetivo no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL, o candidato classificado dentro do número de vaga, conforme consta do Anexo único deste Decreto:

Artigo 2º - O candidato ora convocado na forma deste Decreto e conforme seu Anexo Único deverá comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito à Rua Antonio Tavares, nº 3310, em até 30 dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis com vistas aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Artigo 3º - Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar em cópias, xerox ou fotocópias autenticadas, toda documentação que comprove:

a) Foto 3x4 colorida atual;

b) Cópia: RG E CPF (original e cópia);

c) Cópia: Título de Eleitor (original e cópia);

d) Cópia: Comprovante das 2 ultimas votações (original e cópia) ou documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade;

e) Cópia: Cartão PIS/PASEP;

f) Cópia: da Carteira de Trabalho;

g) Cópia: Comprovante de residência (original e cópia);

h) Cópia: Comprovante de escolaridade (original e cópia) comprovando a exigência disposta no Anexo I do Edital de Abertura do Concurso Público 01/2020;

i) Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;

j) Cópia: Documentos do cônjuge; (RG e CPF)

k) Cópia: Certidão de nascimento de filhos;

l) Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos;

m) Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos ente 5 anos até 14 anos;

n) Declaração de não acumulo de Cargo (original e cópia);

o) Declaração de Bens e Comprovante;

p) Cópia: CNH;

q) Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (original e cópia);

r) Cópia: RG e CPF dos Pais;

s) Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (original e cópia);

t) Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

u) Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência especificas de determinados cargos;

v) Certidão de Nada Consta ou Negativa de Debito a nível federal;

w) Certidão de Antecedentes Criminais;

Artigo 4º - Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar os Exames Obrigatórios Para a Posse constantes no Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Publico 01/2020, bem como declaração constante no Anexo II deste Decreto:

1. Hemograma completo;

2. Glicemia em jejum;

3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L);

4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase);

5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista;

7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial;

8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista;

9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista;

10. Exame de urina tipo I (E.A.S);

11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina;

12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica);

13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos;

14. Colpo citologiaOncótica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos;

Artigo 5º - A Nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo Único: A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Artigo 7º - Revogam as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 07 de Novembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

ANEXO I DO DECRETO Nº 4.373 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

AGENTE ADMINISTRATIVO	CLASSIFICAÇÃO
VITOR HUGO MARTINS DE OLIVEIRA	7º COLOCADO (A)

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

ANEXO II DO DECRETO Nº 4.373 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DECLARAÇÃO DE SAÚDE

Eu, Doutor_____, CRM nº _____, atesto para os devidos fins que o Senhor _____

_____, candidato aprovado em Concurso Público para o cargo de _____, está apto e plenamente habilitado fisicamente para o desempenho de suas funções laborais conforme as atribuições do cargo abaixo descritas e exames de saúde elencados:

Atribuições do cargo: (Conforme Edital de Abertura do Concurso Público 001/2020).	Examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis e vantagens financeiras e descontos determinados por lei; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais; eventualmente realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; executar tarefas afins conforme as necessidades do Município ou determinação superior.
Exames apresentados: (Obrigatório conforme Anexo II do Edital de Abertura do Concurso Publico 001/2020).	1. Hemograma completo. 2. Glicemia em jejum. 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L). 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase). 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides). 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista. 7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial. 8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista. 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista. 10. Exame de urina tipo I (E.A.S). 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina. 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica). 13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 14. Colpo citologia Oncótica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos. 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

E para que surta os efeitos legais, firmo a presente Declaração de Saúde do candidato, em duas vias de igual teor e uma só forma.

_____de _____ de 2022.

_____

Assinatura e Carimbo do Declarante

HAB/pcm

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 700/2022

PORTARIA N. 700 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARA SERVIDORES QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretario de Administração do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa;

RESOLVE

Artigo 1º - C**onceder conversão de 90** (noventa)dias de **LICENÇA PRÊMIO** em pecúnia para a servidora **CELIA DO PRADO DE OLIVEIRA,** lotada na Secretaria Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período de 23/09/2017 a 22/07//2022, conforme protocolo 4709/2022.

Artigo 2º - Conceder conversão de 30 (trinta)dias de **LICENÇA PRÊMIO** em pecúnia para a servidora **MARA APARECIDA AMARANTE,** lotada na Secretaria Administração, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período de 10/06/2008 a 09/06//2013, conforme protocolo 4652/2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretario de Administração de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 07 de novembro de 2022.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 701/2022

PORTARIA Nº 701 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. **O Secretario de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, RESOLVE**

Artigo 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **ARTUR FERREIRA DOURADO,** lotado na Secretaria de Administração, no cargo de **VIGIA**, referente ao período de 21/12/2015 a 20/12/2020, conforme protocolo nº 4712/2022, para gozo a partir de 07/11/2022.

Artigo 2º - Conceder 10 (dez) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **ELVIS JAIR BENTO DA SILVA,** lotado na Secretaria de Administração, no cargo de **ODONTOLOGO**, referente ao período de 03/01/2017 a 02/01/2022, conforme protocolo nº 4702/2022, para gozo a partir de 07/12/2022.

Artigo 3º - Conceder 15 (quinze) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **ROSA MARIA DOS SANTOS GASPARINI,** lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, referente ao período de 03/07/2008 a 03/07/2013, conforme protocolo nº 4725/2022, para gozo a partir de 05/12/2022.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Secretario de Administração de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 07 de novembro de 2022. JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração

JKO/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 702/2022

PORTARIA Nº 702 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. O Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições; **RESOLVE Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor *GESSIMAR CHARLES DE BARROS,* bem como a conversão de 1/3 em abono pecuniário, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, no cargo de TECNICO AGRICOLA, referente ao período aquisitivo de 26/10/2021 a 25/10/2022, conforme protocolo nº 4701/2022, para gozo a partir de 14/11/2022.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 07 de novembro de 2022. JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Secretario de Administração e Planejamento

JKO/vl

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO P.P 45/2022

Pregão Presencial SRP Nº 45/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 325/2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 45/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PESSOAS NO PERÍMETRO URBANO, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES/MT.**Local: **Setor de Licitações**, Prefeitura Municipal de Nobres/MT. **Data Abertura**: 21/11/2022. **Hora Abertura**: 15h00min. **Informações Complementares**: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/.

Nobres, 07 de novembro de 2022.

Sra. Nadir da Silva

PREGOEIRA

PORTARIA Nº. 515/2022

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra**. Izaltina da Silva,** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora Izaltina da Silva, portadora do RG nº. 957142 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 630.683.031-68, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar do dia 05/11/2022 a 19/11/2022.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de novembro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 516/2022

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra**. Maria do Carmo Dias de Arruda,** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora Maria do Carmo Dias de Arruda, portadora do RG nº. 11065028 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 704.699.461-72, pelo período de 70 (setenta) dias, a contar do dia 28/10/2022 a 05/01/2022.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 03 de novembro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 514/2022

"Institui Comissão de Processo Administrativo para apurar possíveis irregularidades cometidas por servidor, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a abertura de Processo Administrativo e igualmente instituída a Comissãodo Processo Administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar a conduta da servidora Sra. B.S.D.S.

Parágrafo único: Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão instituída pelo *caput desta*

Presidente: Edson Friedrich

Secretário: *Elina Delfina Pereira Silva*

Membro: Marcel *Karlay Albues Santiago*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de novembro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.720/2022

"Altera a Lei Municipal n. º 1.472/2017, que Cria a Verba de Natureza Indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 3º da Lei Municipal n. º 1.472 de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. .....

a) R$ 10.000,00 (dez mil reais) para Prefeito;

b) R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para Subprefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Assessor Jurídico, Assessor Contábil e Controlador Interno."

Art. 3º. Os demais dispositivos da Lei Municipal n. º 1.472 de 19 de dezembro de 2017 permanecem inalterados.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, ficando dispensada a prestação de contas.

Art. 5°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, se necessário, no exercício financeiro de 2022, crédito especial para atendimento das despesas de que trata a presente Lei.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 04 de novembro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO P.E 47/2022

Pregão Eletrônico Nº 47/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 325/2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: objetivando para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PREDIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT.** Inicio de Recebimento das Propostas: 08/11/2022 a partir das 14h00min. Fim de Recebimento das Propostas: 21/11/2022 até as 8h40min. **Inicio da Disputa**: As 9h00min do dia 21/11/2022. **Local:** www.bll.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal www.bll.org.br, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 07 de novembro de 2022.

Nadir da Silva

Pregoeira

LEI MUNICIPAL Nº 1.721/2022

"*Dispõe sobre abertura de créditos na Lei Municipal n. 1.629/2021, que trata da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, e dá outras providencias*".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Por força desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares às dotações do Orçamento Municipal vigente, Lei Municipal n. 1.629/2021 – LOA/ 2022, que se tornarem insuficientes, até o limite de R$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais), 10% (dez por cento) da despesa inicialmente orçada, tendo como fonte os recursos dispostos no inciso III, do art. 43, da Lei Federal 4.320/64, e nos moldes do artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal realocar recursos orçamentários no âmbito da Administração Direta e Administração Indireta, a título de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários, desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

§ 1º. Será suplementado dotações orçamentárias no orçamento vigente nos valores abaixo relacionados, conforme segue:

I -

03 – Secretaria Municipal de Administração, Planej. E Gestão
001 - Gabinete do Secretário R$ 225.000,00

II -

04 - Secretaria Municipal de Finanças
001 – Gabinete do Secretário R$ 500.000,00

III -

05 - Secretaria Municipal de Educação
002 – Fundo Municipal de Educação R$ 1.000.000,00

IV -

06 – Secretaria Municipal de Saúde
002 – Fundo Municipal de Saúde R$ 2.000.000,00

V -

07 – Secretaria Municipal de Trab. Emp. Cidadania e Ass. Social
001 – Gabinete do Secretário R$ 250.000,00
002 – Fundo Municipal de Assistência Social R$ 125.000,00
TOTAL R$ 375.000,00

VI -

08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
001 – Gabinete do Secretário R$ 3.025.000,00

VII -

09 – Secretaria Mun. Desenvolv. Rural Meio Amb. e Mineração
001 - Gabinete do Secretário R$ 100.000,00

VIII -

10 - Secretaria Municipal de Fiscalização

001 - Gabinete do Secretário R$ 100.000,00

IX -

11 - Secretaria Municipal de Turismo
001 - Gabinete do Secretário R$ 350.000,00

X -

11 - Secretaria Municipal de Governo
001 - Gabinete do Secretário R$ 100.000,00

XI -

17 - Sub Prefeitura
001 – Gabinete do Secretário R$ 225.000,00

XII -

18 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
001 – Gabinete do Secretário R$ 100.000,00

Art. 2º. Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos com base mencionados no Art. 43, inciso III da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes da anulação total e ou parcial das respectivas dotações orçamentárias, observando critérios, como necessidade de efetuar ajustes orçamentários, para reforçar àquelas com saldos insuficientes na Lei do Orçamento.

Art. 3º. Fica também autorizado a inclusão da programação orçamentária de que trata esta Lei, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2022, especialmente em seu anexo de metas e prioridades, bem como no Plano Plurianual vigente para os exercícios 2022/2025.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 04 de novembro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 084 2022

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 084 2022*CONTRATO DE* AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, E DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE), ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, ATENDENDO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NOS TERMOS DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947 DE 16/07/2015 DO FNDEQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O AGRICULTOR WILSON DIAS DA SILVA, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01448/2021 CHAMADA PUBLICA/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Considerando a existência de interesse da Contratada de continuar com a execução contratual, bem como do Contratante;

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01448/2021 CHAMADA PUBLICA/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2021**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5658/2022 de aditivação de prazo ao contrato nº 084/2022 que autorizou termo aditivo de prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo nº 5658/2022 ao contrato nº 084/2022 decide celebrar este termo aditivo de prazo ao contrato referente ao objeto do presente AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, E DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE), ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, ATENDENDO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NOS TERMOS DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947 DE 16/07/2015 DO FNDEQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O AGRICULTOR WILSON DIAS DA SILVA, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01448/2021 CHAMADA PUBLICA/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR.

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir do termino da Vigência do contrato original a partir de 12/11/2022.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II da Lei 8.666/93 e Parecer Jurídico nº . 527/2022

DA PUBLICAÇÃO

4.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 84/2022, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

AGRICULTOR WILSON DIAS DA SILVA,

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 085 2022

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 085 2022*CONTRATO DE* AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, E DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE), ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, ATENDENDO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NOS TERMOS DO ART. 14

DA LEI Nº 11.947 DE 16/07/2015 DO FNDEQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EA COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES MATOGROSSENSES DE REGIÃO CASA DAS FOLHAS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01448/2021 CHAMADA PUBLICA/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Considerando a existência de interesse da Contratada de continuar com a execução contratual, bem como do Contratante;

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01448/2021 CHAMADA PUBLICA/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2021**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5659/2022 de aditivação de prazo ao contrato nº 085/2022 que autorizou termo aditivo de prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo nº 5659/2022 ao contrato nº 085/2022 decide celebrar este termo aditivo de prazo ao contrato referente ao objeto do presente AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, E DE SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE), ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, ATENDENDO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, NOS TERMOS DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947 DE 16/07/2015 DO FNDEQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES MATOGROSSENSES DE REGIÃO CASA DAS FOLHAS, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01448/2021 CHAMADA PUBLICA/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR.

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir do termino da Vigência do contrato original a partir de 12/11/2022.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II da Lei 8. 666/93 e Parecer Jurídico nº . 528/2022

DA PUBLICAÇÃO

4.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 85/2022, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES

MATOGROSSENSES DE REGIÃO CASA DAS FOLHAS

CNPJ/MF: 41.714.887/0001-67

15º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 043/2018

15º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 043/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT PARA O ANO LETIVO DE 2018, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 402/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº. 005/2017** Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5587/2022 de aditivação de prazo ao contrato nº 043/2018 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO MOTIVOO presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 5587/2022 de aditivação de valor alterando o valor do contrato nº 043/2018 decide celebrar este termo aditivo de valor referente ao objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços do Transporte Escolar no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT para o ano letivo de 2022 por quilometragem e veículo com a Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000 decide celebrar este termo aditivo de prazo

ROTA E VALOR

O preço, a quantidade e a especificação do serviço registrado neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM/ LOTE	ESPECIFICAÇÃO/ROTA	UND	QUANT km/dia.	PERIODO	Valor Unit p/km	KM A EXECUTAR	Valor Total
06 – Van	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TIPO VAN - ROTA (Aterrado, Teca, Volta do Bananal, E.E. Cassimiro de Pinho – Pirizal)	KM/ DIA	128,5	M/V	R$ 6,71	2.956	R$ 19. 834,76

Valor Total R$ 19.834,76 (Dezenove mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e seis Centavos)

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. e 65, I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 544/2022.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 043 2018 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT,28 de Outubro de 2022

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 065 2021

***2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO* CONTRATO 065 2021 *ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 12/2021 – REALIZADO PELO ÓRGÃO, PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT PARA ATENDER DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: FM SERVIÇOS COMBINADOS LTDA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2381/2021ADESÃO 12/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR.**

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2381 /2021ADESÃO 12/2021.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5272/2022 de aditivação de prazo ao contrato nº 65/2021 que autorizou termo aditivo de prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada no Processo Administrativo n. 5272/2022 de aditivação de prazo contrato nº 065/2021 de aditivo de prazo ao contrato referente ao objeto do presente ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº 024/2021 do Pregão Presencial (SRP) nº 12/2021 – realizado pelo órgão, Prefeitura Municipal de Poconé/MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT PARA ATENDER DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/M, PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIAS/UNIDADES DESTE MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT*TERMO DE REFERÊNCIA N° 135/2021 Processo Administrativo nº 2381/2021ADESÃO 12/2021 com a Empresa: FM SERVIÇOS COMBINADOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF:** 39.928.631/0001-00.

VIGENCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 04 (quatro) meses a partir do termino de vigencia do contrato original em 17/10/2022

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. e 65, I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 531/2022.

DAS RATIFICAÇÕES Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 065/21 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT,15 de Outubro de 2022

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA:

Empresa: FM SERVIÇOS COMBINADOS LTDA CNPJ/MF:

CNPJ 39.928.631/0001-00

2º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO 92 2022

2º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO 92 2022 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, REFORMA DOS PSFS URBANO E RURAL, CONSTRUÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS E REFORMA DE QUEBRA MOLAS, CONSTRUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIALE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, CONFORME CONDIÇÕES,, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1963/2022

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1963/2022**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5510/2022 de aditivação de valor ao contrato nº 092/2022 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo,

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas através do o Processo Administrativo nº 5510/2022 de aditivo de valor R$ 19. 399,34 (Dezenove Mil Trezentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta e Quatro Centavos) refere se a readequação de itens na planilha inicialmente licitada e contratada, alterando o valor original contrato 016/2022, nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa de engenharia PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, REFORMA DOS PSFS URBANO E RURAL, CONSTRUÇÃO DE FAIXAS ELEVADAS E REFORMA DE QUEBRA MOLAS, CONSTRUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, CONFORME CONDIÇÕES,, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO,Termo de Referencia 079/2022 **PREGÃOELETRÔNICO Nº 011/2022** - **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1963/2022** com a **EMPRESA ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06, com sede a **Rua Abdala de Almeida nº 136 Santa Isabel CEP 78.150-348 V. Grande-MT** firmam o termo aditivo de prazo

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto são as que seguem:

Razão Social:	Empresa ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06							
Endereço:	RUA abdala de Almeida 136 Santa Isabel CEP: 78150-348 VARZEA GRANDE MT							
Contatos:	**(65) 9648-7739*(65) 99807-7448 / (65) 99804-4842 e mail*** wgl.assessoria@hotmail.com ***abrconstrutoramt@gmail.com***							
Representante:	Bruna Molinari Cabral							
Razão Social	**CPF/ CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Ude**	**Marca**	**Qde**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
		6	CONSTRUÇÃO DE 02 FAIXAS ELEVADAS E REFORMA QUEBRA MOLAS NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DOS COCAIS COM SINALIZAÇÃO DA VIA (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	UN	SERVIÇOS	1	R$ 19. 399	R$ 19. 399,34
R$ R$ 19.399.34 (Dezenove Mil Trezentos e Noventa e Nove Reais e Trinta e Quatro Centavos								

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 534/2022

DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 092/2022, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 28 de Outubro de 2022.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA**:**

Empresa ABR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES EIRELI,

CNPJ sob o nº 30.264.677/0001-06,

1º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 100/2022

1º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 100/2022 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5591/2022 de aditivação de valor ao contrato nº 100/2022 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5592/2022 de aditivação ao contrato nº 100/2022 decide celebrar este termo aditivo de valor alterando o valor do contrato original referente ao objeto do presente contrato é a C**ontratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT** Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado **EMPRESAVARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA**pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº **07.163.699/0001-50**com sede **R DA GLORIA (LOT NUCLEO G AMP)132** COMPLEMENTO **QUADRA3 LOTE 9**CEP **78.141-054** BAIRRO/DISTRITO **GLORIA** MUNICÍPIO **VARZEA GRANDE** UF **MT**, .**CONTRATADA**, firmam o termo aditivo de valor

ROTA E VALOR

O preço, a quantidade e a especificação do serviço o neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Razão Social:	**EMPRESA VARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA** CNPJ nº **07.163.699/0001-50**
Endereço:	**R DA GLORIA (LOT NUCLEO G AMP)132 COMPLEMENTO QUADRA3 LOTE 9 CEP 78.141-054 BAIRRO/DISTRITO GLORIA MUNICÍPIO VARZEA GRANDE UF MT**
Contatos:	65 99296 - 8485 e mail: vglivra2017@gmail.com
Representante:	Agostinho Alves de Campos

Razão Social	Status	Item	Descrição	Un	Marca	Modelo	Qde	Vl. Unit.	Vl. Total
VARZEA GRANDE TRANSPORTES RODAVIARIA LTDA ME	07163699000150	1	ROTA 04 - CRISTAL, CAMPO ALEGRE DE BAIXO, NITÓ E RIQUINHO - **EE VEREADOR AMARÍLIO GOMES DA SILVA - DISTRITO RIBEIRÃO DOS COCAIS** ? ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	MERCEDES BENZ OU SIMILAR	1722 OU SIMILAR	9.235,00	R$ 6,71	R$ 61.966,85
		2	ROTA 01 - MONJOLO, SÃO MANOEL DO PARI, CAMPINAS, MORRO CORTADO, PEDRA PRETA, ASSENTAMENTO BURITI - EE **FREI EMILIANO MOONTEIRO - CAMPO ALEGRE DE CIMA** ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR DO ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	MERCEDES BENZ OU SIMILAR	1722 OU SIMILAR	7.452,00	R$ 6,71	R$ 50.002,92
		3	ROTA 01 - MONJOLO, SÃO MANOEL DO PARI, CAMPINAS, MORRO CORTADO, PEDRA PRETA, ASSENTAMENTO BURITI - EE **FREI EMILIANO MOONTEIRO - CAMPO ALEGRE DE CIMA** ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 ATÉ 44 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR DO ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	MERCEDES BENZ OU SIMILAR	1722 OU SIMILAR	8.942,00	R$ 6,71	R$ 60.000,82

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 543/2022

DA PUBLICAÇÃO

4.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 100/2022 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO

EMPRESAVARZEA GRANDE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

CNPJ nº **07.163.699/0001-50**

6º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 076 2020

6º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇONº 076 2020*ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 018/2020 REALIZADO PELA PREFEITURA DE SINOP DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT, SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2020 ADESÃO 010/2020 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2020 ADESÃO 010/2020.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5381/2022 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 076/2020 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo.

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes no processo Administrativo nº 5381/2022 de aditivação de valor e prazo ao contrato 076/2020 referente ao contrato de ***ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 018/2020 REALIZADO PELA PREFEITURA DE SINOP DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT, SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,* QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2020 ADESÃO 010/2020**com a **EMPRESA MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, 28.029.393/0001-85 Rua Benedito Monteiro (Lot. Centro), 250, Apto 301 Edif Maktub Bairro Centro Sul, município de Varzea Grande/MT CEP: 78110-39 firmam o termo aditivo de prazo e valor

DO CONTRATADO

3.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	*VALOR UNIT (R$)*	*VALOR TOTAL (R$)*
02	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTENCIAL LIQ.88 HP, CAÇAMBA CARREG.CAP.MIN. 1M³, CAÇAMBA RETRO CAP.MIN. 0,26 M³, INCLUINDO MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E COMBUSTIVEL.	MÊS	04	24.968,16	99.872,64
TOTAL(R$) 99.872,64 (Noventa e nove mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)					

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 04(quatro) meses a partir de 08/10/2022

DO FUNDAMENTO LEGAL

Considerando o Processo Administrativo nº 5381/2022 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 076/2020 que autorizou termo aditivo. Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 548/2022.

DA PUBLICAÇÃO

6.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 076/2020, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT 06 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESA MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME

CNPJ sob o nº, 28.029.393/0001-85

3º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 070/2021

3º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 070/2021CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: G. C. DE ALMEIDA LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021 SRP 12 (DOZE) MESES.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5577/2022 de aditivação de valor ao contrato nº 70/2021 que autorizou termo aditivo de prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 229/2022 de aditivação ao contrato nº 070/2021 decide celebrar este termo aditivo de valor alterando o valor do contrato original referente ao objeto do presente contrato é a C**ontratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT** Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado **EMPRESA G. C. DE ALMEIDA LTDA**pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 40.905.699/0001-53 , com sede na RODOVIA MT 060, número KM 14, LOTE 01 QUADRA02, bairro / distrito CENTRO, município NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT,CEP 78.170-000., firmam o termo aditivo de Prazo

- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço as especificações do objeto e as demais condições são as que seguem:

Razão Social:	**G. C. DE ALMEIDA LTDA pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 40.905.699/0001-53**
Endereço:	RODOVIA MT 060, número KM 14, LOTE 01 QUADRA02, bairro / distrito CENTRO, N.S. DO LIVRAMENTO - MT,CEP 78.170-000
Contatos:	65 99670 - 6370 e mail: gilsonalmeidalivramento@gmail.com
Representante:	**GILSON CESAR DE ALMEIDA**

Razão Social	Status	Item	Descrição	Un	Marca	Modelo	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
G.C. DE ALMEIDA LTDA	40905699000153	14	ROTA 09 - FAZENDA MANAIM, AGUA LIMPA, FAZENDA MONTE SIÃO, ÁGUA CLÁSSICA, CAPÃO RICO, BOCAINA E LAGINHA DE CIMA - EM HENRIQUETA RAINHA DE FRANÇA - COMUNIDADE LAGINHA DE CIMA ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	11.563,20	R$ 6,40	R$ 74.004,48

DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 547/2022

DA PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES

6.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 070/2021 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO

EMPRESAG. C. DE ALMEIDA LTDA

CNPJ nº 40.905.699/0001-53 ,

10º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 028 2021

10º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 028 2021CONTRATO DE *ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2020, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 017/2020, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, OBJETO DE "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTOGESTÃO INTEGRADA PARA O DEPARTAMENTO DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT,"* SENDO NA OPORTUNIDADE O REGISTRO DOS LOTES MENCIONADOS ABAIXO: PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT.QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA CENTRO AMERICA FROTAS LTDA, ADESÃO 005/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0888/2021AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5273/2022 de aditivação de valor e prazo o ao contrato nº 028/2021 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 450/2022

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas através do no Processo Administrativo nº 5273/2022 de aditivo de valor ao contrato 028/2021 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, ***Adesão à Ata de Registro de Preços 045/2020, proveniente do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 017/2020, realizado pelo órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTOGESTÃO INTEGRADA PARA O DEPARTAMENTO DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT,***, p sendo na oportunidade o registro dos lotes mencionados abaixo: para atender a frota do município de Nossa Senhora do Livramento/MT. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Adesão 005/2021 – Processo Administrativo Nº 0888/2021 com a empresa Empresa **CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGICA LTDA** –pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº Inscrita no CNPJ nº. 09.179.444/0001-00, sediada na Avenida Prainha (Lot Consul), Sala B Quadra 02 Lote 09 Bairro Alvorada, município de Cuiabá-MT, CEP: 78048-436, neste ato representada pelo Sr. Janio Correa da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 13903284 SESP/MT e CPF nº 965. 048.891-04, firmam o termo aditivo de valor.

DO CONTRATADO

3.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	SECRETARIA	FICHA	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR MENSAL	QTD/MES	VALOR
1	Sec. Adm	083	Sistema de Auto-Gestão Integrada de Frotas com controle de empenho e estrutura organizacional através de cartão magnético, POS em rede credenciada, Central de atendimento 0800, Diário de Bordo Online com trajeto de rota em Mapa, POS e sistema de gerenciamento para controle de tanques de combustíveis, melosas e galões com abastecimento off-line, Gestão de Manutenção preventiva e corretiva com rede credenciada e controle de empenho, **Rastreamento via GPRS** com cerca virtual, controle de condutor com IBUTON,Sistema de prestação de contas a órgãos reguladores como APLIC/TCE-MT.Aplicativo ANDROID/iOS.Sistema de locação de veículos maquina e equipamentos. Conforme descrito será cobrado o valor único por veículo, maquinário ou equipamento que houver a necessidade de gestão.	Veiculo	48	150,00	7.200,00	6	43. 200,00
2	Sec. Adm	083	Sistema de Auto-Gestão Integrada de Frotas com controle de empenho e estrutura organizacional através de cartão magnético, POS em rede credenciada, Central de atendimento 0800, Diário de Bordo Online com trajeto de rota em Mapa, POS e sistema de gerenciamento para controle de tanques de combustíveis, melosas e galões com abastecimento off-line, Gestão de Manutenção preventiva e corretiva com rede credenciada e controle de empenho, **Rastreamento SATELITAL** com cerca virtual, controle de condutor com IBUTON, Sistema de prestação de contas a órgãos reguladores como APLIC/TCE-MT. Aplicativo ANDROID/iOS. Sistema de locação de veículos maquina e equipamentos. Conforme descrito será cobrado o valor único por veículo, maquinário ou equipamento que houver a necessidade de gestão.–	Veiculo	7	230	1.610,00	6	9. 660,00
3	Sec. Obras	530	Sistema de fornecimento e orçamento de peças e acessórios em geral via Web ou cartão magnético, em rede credenciada.	UNID.	1	160.000,00		160.000,00	
4	Sec. Rural	421	Sistema de fornecimento e orçamento de peças e acessórios em geral via Web ou cartão magnético, em rede credenciada.	UNID.	1	50.000,00		50.000,00	
5	Sec. Adm	083	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	15.000,00		15.000,00	
6	Sec. Fin.	038	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	10.000,00		10.000,00	
7	Sec. Assist.	214	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	10.000,00		10.000,00	
8	Sec. Educação	515	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	30.000,00		30.000,00	
9	Sec. Educação	130	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	30.000,00		30.000,00	
10	Sec. Educação	175	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	30.000,00		30.000,00	
11	Sec. Educação	541	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	30.000,00		30.000,00	
12	Sec. Obras	383	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	200.000,00		200.000,00	

13	Sec. Rural	423	Sistema de manutenção preventiva/corretiva com prestadores serviços em geral, em rede credenciada.	UNID.	1	60.000,00	60.000,00
14	Sec. Obras	383	Sistema de locação de veículos, máquinas e equipamentos por meio de intermediação.	UNID.	1	68.0000,00	68.0000,00
TOTAL						745.860,00	

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir de 09/10/2022.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº533/2022

DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 028/2021 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 05 de outubro de 2022.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA:

Empresas **CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGICA LTDA**

CNPJ/MF sob o nº Inscrita no CNPJ nº. 09.179.444/0001-00

3º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO 015 2022

3º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO 015 2022 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA EM GERAL DE UNIDADES ESCOLARES, CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO E PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM BOMBA, ACESSÓRIOS ELÉTRICOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DE EDUCAÇÃO E DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT,*QUE* ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:FERNANDES E. EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4411/2021

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4411/2021**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5607/2022 de aditivação de valor ao contrato nº 015/2022 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo,

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas através do no Processo Administrativo da Secretaria Municipal de Educação e da Empresa no Processo Administrativo nº 5607/2022 e 5191/2022 de aditivo de valor R$ 35.224,62 (trinta e cinco mil duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois Centavos) refere se a readequação de itens na planilha inicialmente licitada e contratada, alterando o valor original contrato 015/2022, nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviço de **reforma em geral de unidades escolares**, **construção de quadra poliesportiva**, **construção de ponte de concreto** e **perfuração de poço tubular profundo com bomba, acessórios elétricos e licenciamento ambiental** para atender as Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, de Educação e de Obras e Infraestrutura d**o Município de Nossa Senhora do Livramento/MT,** Termo de Referência, 241/2021 anexo I do edital de *Pregão Eletronico* nº 023./2021 Processo Administrativo 4411/2021 com a **EMPRESA R. BARROS RIBEIRO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.127.109/0001-06, com sede a na Avenida Presidente Arthur Bernardes nº 1.184, cas 19 Bairro: Centro Sul município de Várzea Grande/MT CEP: 78.125-100 firmam o termo aditivo de valor.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto abaixo descrito

Razão Social:	R. Barros Ribeiro Eireli
Endereço:	Av Presidente Arthur Bernardes 1184 casa 19 Bairro Centro Sul municipio de Varzea Grande
Contatos:	e mail contato@frpocos.com.br telefone 65 99965 2963 65 99999-7957

Representante:	Raul Barros Ribeiro								
Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**UN**	**Marca**	**Modelo**	**Qdade**	**Vl. Unit.**	**Vl. Total**
R. BARROS RIBEIRO EIRELI	34127109000106	2	REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL VENCESLAU DA SILVA BARROS- COMUNIDADE QUILOMBO	UN	Própria	Próprio	1	R$ 35.224,62	R$ 35.224,62
R$ 35.224,62 (trinta e cinco mil duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois Centavo)									

CLÁUSULA TER

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 535/22022

DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 015/2022, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 28 de Outubro de 2022.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA**:**

EMPRESA R. BARROS RIBEIRO EIRELI,

CNPJ sob o nº 34.127.109/0001-06,

EDITAL 001/2022 PROCESSO SELETIVO PARA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR À FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA RETIFICAÇÃO 01

EDITAL 001/2022

PROCESSO SELETIVO PARA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR À FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA

RETIFICAÇÃO 01

Item	Descrição	Datas
01	Publicação do Edital de Abertura do Processo Seletivo	28/10/2022
02	Inscrição para Participação do Curso de Formação em Gestão Escolar na Secretaria Municipal de Educação	07 a 09/11/2022 das 08h00min às 17h00min
03	Realização do Curso de Formação em Gestão Escolar	10 a 12/11/2022
04	Inscrição para as Vagas de Funções Gratificadas de Diretor na Secretaria Municipal de Educação	14 a 18/11/2022 das 08h00min às 17h00min
05	Divulgação das Inscrições Deferidas e Indeferidas	22/11/2022
06	Interposição de Recursos quanto ao Indeferimento da Inscrição na Secretaria Municipal de Educação	23/11/2022 das 08h00min às 17h00min
07	Divulgação do Resultado da Análise da Interposição de Recursos quanto ao Indeferimento da Inscrição e Divulgação da Relação Final de Inscritos	25/11/2022
08	Realização da Prova Objetiva na Escola Municipal Professora Delia Galdina Duarte - Morro da Boa Vista	07/12/2022 das 08h00min às 11h00min
09	Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva	07/12/2022
10	Interposição de Recursos sobre Questões da Prova Objetiva na Secretaria Municipal de Educação	08/12/2022 das 08h00min às 17h00min
11	Divulgação do Parecer da Interposição de Recursos sobre Questões da Prova Objetiva e Resultado da Prova Objetiva	12/12/2022
12	Apresentação do Plano de Gestão à Comunidade Escolar	14/12/2022
13	Eleição para concorrer as vagas das Funções Gratificadas de Diretor	16/12/2022
14	Publicação do Resultado da Eleição das Funções Gratificadas de Diretor	20/12/2022

ONDE SE LÊ

LEIA - SE

Item	Descrição	Datas
01	Publicação do Edital de Abertura do Processo Seletivo	28/10/2022
02	Inscrição para Participação do Curso de Formação em Gestão Escolar na Secretaria Municipal de Educação	07 a 09/11/2022 das 08h00min às 15h00min
03	Realização do Curso de Formação em Gestão Escolar	16 e 17/11 - das 800hs às 1700hs 18/11 – das 800hs às 1200hs Local – Auditório da Secretaria de Educação
04	Inscrição para as Vagas de Funções Gratificadas de Diretor na Secretaria Municipal de Educação	21 a 22/11/2022 das 08h00min às 15h00min
05	Divulgação das Inscrições Deferidas e Indeferidas	22/11/2022
06	Interposição de Recursos quanto ao Indeferimento da Inscrição na Secretaria Municipal de Educação	23/11/2022 das 08h00min às 17h00min
07	Divulgação do Resultado da Análise da Interposição de Recursos quanto ao Indeferimento da Inscrição e Divulgação da Relação Final de Inscritos	25/11/2022
08	Realização da Prova Objetiva na Escola Municipal Professora Delia Galdina Duarte - Morro da Boa Vista	07/12/2022 das 08h00min às 11h00min
09	Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva	07/12/2022
10	Interposição de Recursos sobre Questões da Prova Objetiva na Secretaria Municipal de Educação	08/12/2022 das 08h00min às 17h00min
11	Divulgação do Parecer da Interposição de Recursos sobre Questões da Prova Objetiva e Resultado da Prova Objetiva	12/12/2022
12	Apresentação do Plano de Gestão à Comunidade Escolar	14/12/2022
13	Eleição para concorrer as vagas das Funções Gratificadas de Diretor	16/12/2022
14	Publicação do Resultado da Eleição das Funções Gratificadas de Diretor	20/12/2022

Nossa Senhora do Livramento, 07 de novembro de 2022.

Maria Auxiliadora da S. Cunha

Secretária Municipal de Educação | **Portaria 001/2022**

2º TERMO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 099 2022

2º TERMO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 099 2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE ENSINO PÚBLICO (ESTADUAL E MUNICIPAL), DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, POR QUILOMETRAGEM E VEÍCULO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: G. C. DE ALMEIDA LTDAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5589/2022 de aditivação de valor ao contrato nº 99/2022 que autorizou termo aditivo de prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 5589/2022 de aditivação de valor conforme nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93 ao contrato nº 99/2022 decide celebrar este termo aditivo de valor alterando o valor do contrato original objeto Contratual é a **contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades de locomoção dos alunos matriculados nas escolas de ensino público (Estadual e Municipal), do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT, por QUILOMETRAGEM E VEÍCULO**especificado Termo de Referência, 076/2021 anexo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1348/2021** do edital de *Pregão Eletronico* nº 007/2021 e Processo Administrativo 4206/2022.**EMPRESA G. C. DE ALMEIDA LTDA**pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 40.905. 699/0001-53

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto e as demais condições da empresa são as que seguem:

Razão Social:	**G. C. DE ALMEIDA LTDA pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 40.905.699/0001-53**
Endereço:	RODOVIA MT 060, número KM 14, LOTE 01 QUADRA02, bairro / distrito CENTRO, N.S. DO LIVRAMENTO - MT,CEP 78.170-000
Contatos:	65 99670 - 6370 e mail: gilsonalmeidalivramento@gmail.com
Representante:	**GILSON CESAR DE ALMEIDA**

Razão Social	Status	lote	Descrição	Un	Marca	Modelo	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
G. C. DE ALMEIDA LTDA G. C. ALMEIDA LTDA	40.905.699/0001-53	5	ROTA 03 - PASSAGEM DE CARRO, FAZENDA BOM RETIRO, MORRO CORTADO, CACHAÇARIA, BR 070, JOÃO DE DEUS, FAVAL - EE JOSÉ DE LIMA BARROS - DISTRITO FAVAL- MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	10.416,06	R$ 8,00	R$ 83. 328,48
		8	ROTA 23 ?SERRAGEM, CUMBARU, MUTUM, FAZENDA BOQUEIRÃO, FAZENDA BETÃO, RIO DOS PEIXES ? EM BENEDITO PEREIRA LEITE ? COMUNIDADE RIO DOS PEIXES ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	14.800	R$ 7,40	R$ 109. 520,00
		9	ROTA 24 - FAZENDA LAGE, LIMOEIRO, SANTANA, CHAPADÃO, PARATUDAL, FAZENDA SOUZA E RIO DOS PEIXES - EM BENEDITO PEREIRA LEITE - COMUNIDADE RIO DOS PEIXES ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	9.006	R$ 7,40	R$ 66,644,40
		10	ROTA 25 - CARRAPATINHO, FAZENDA SHOMMER, CACHOEIIRINHA, BURITI DO ATALHO, CHICO LEITE, BURITI GRANDE, RIO DOS PEIXES - EM BENEDITO PEREIRA LEITE - COMUNIDADE RIO DOS PEIXES ? MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA, DEVERÁ SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	9.862,40	R$ 7,40	R$ 72. 981,76
		11	ROTA 16 - CILADA, BRUMADO, SUCURI, BELA GRAMA, PARATUDAL, COXOS DE CIMA, LUA CHEIA - EM MANOEL SANTANA MONTEIRO - COMUNIDADE COXOS - MICRO ÔNIBUS URBANO/ RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNI-	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	7.408,88	R$ 7,40	R$ 54. 825,71

			MA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA. DEVERA SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.						
		15	ROTA 10 - FAZENDA TALISMÃ, CÓRREGO SECO, PEDRO PAULO, NEREU SANTOS, GONÇALO, TEREZINHA E RIO DOS PEIXES - EM BENEDITO PEREIRA LEITE - COMUNIDADE RIO DOS PEIXES - MICRO ÔNIBUS URBANO/RURAL PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 PASSAGEIROS SENTADOS. COM SEGURO DO VEÍCULO COM MOTORISTA. DEVERA SER INDICADA MARCA E MODELO. OS VEÍCULOS DEVERÃO TER VIABILIDADE DE USO A PARTIR D O ANO DE 2011. SISTEMA DE RASTREADOR, SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIRO E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS.	KM	Volkswagen/ Mercedes	Gran Micro S2/similar	10.092,60	R$ 7,40	R$ 74. 685,24
461.985,66 (Quatrocentos e Sessenta e Um Mil Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos										

DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 542/2022

DA PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao contrato 099/2022, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

EMPRESAG. C. DE ALMEIDA LTDA

CNPJ nº 40.905.699/0001-53 ,

ERRATA 1º TERMO ADITIVO REEQUILBRIO FINANCEIRO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2021

ERRATA 1º TERMO ADITIVO REEQUILBRIO FINANCEIROATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2021

1º TERMO ADITIVO DE REEQUILBRIO FINANCEIROATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2021 PARA A FUTURA E EVENTUAL –AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DE FORMA PARCELADA, COM RETIRADAS DE ACORDO A DEMANDA, EM ATENDIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:SOMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI EPPPREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVON°2393/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, e com a **EMPRESA SOMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI EPP**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.877.656.000/80, com sede a **AV ALZIRA SANTANA (RES S GONCALO) S/N** COMPLEMENTO **QUADRA17 LOTE 02** CEP **78.130-634** BAIRRO/DISTRITO **IKARAY** MUNICÍPIO **VARZEA GRANDE** UF **MT**neste ato representado pelo Senhor Edilson Rafael da Silva, portador da cédula de identidade 1357024-2 SESP/MT, inscrito no CPF nº 005.422.341-57, empresário residente e domiciliado Rua Sidonio Rondon de Morais (LOT Jardim Paula II) n 15 Q - 129 Bairro Canelas municipio de Varzea Grande MT CEP: 78. 135-154, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e em conformidade com as disposições a seguir

Considerando o Processo Administrativo nº3843/2022 de aditivação de termo aditivo de reequilibrio financeiro Ata de Registro de Preço nº 76/2021 que autorizou termo aditivo de reequilibrio financeiro, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

Resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo Reequilibrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preço nº 006/2022 presente Ata tem por objeto Registro de Preços para a Futura E Eventual – aquisição de materiais de expediente de forma parcelada, com retiradas de acordo a demanda, em atendimento das ações administrativas da Prefeitura municipal de Nossa Senhora do Livramento *de acordo com as especificações que constam descrita Termo de Referencia 142/2021 e* PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021 - Processo Administrativo n.**2393/2021**

CLAUSULA PRIMEIRA DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela empresa através do no Processo Administrativo nº 3843/2022 referente ao Termo Aditivo Reequilibrio Econômico Financeiro Ata de Registro de Preço 76/2021 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para a Futura E Eventual – aquisição de materiais de expediente de forma parcelada, com retiradas de acordo a demanda, em atendimento das ações administrativas da Prefeitura municipal de Nossa Senhora do Livramento *de acordo com as especificações que constam descrita Termo de Referencia 142/2021 e* PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021 - Processo Administrativo n.**2393/2021** com a **EMPRESA SOMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI EPP**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.877.656.000/80, com sede a **AV ALZIRA SANTANA (RES S GONCALO) S/N** COMPLEMENTO **QUADRA17 LOTE 02** CEP **78.130-634** BAIRRO/DISTRITO **IKARAY** MUNICÍPIO **VARZEA GRANDE** UF **MT.**

CLAUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE

2.1 Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre as partes em razão do aumento do valor registrado abaixo descriminado para o item o termo é lavrado para fazer constar o reequilíbrio econômico-financeiro.

Razão Social:	**EMPRESA SOMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.877.656.000/80**
Endereço:	**AV ALZIRA SANTANA (RES S GONCALO) S/N COMPLEMENTO QUADRA17 LOTE 02 CEP 78.130-634 BAIRRO/DISTRITO IKARAY MUNICÍPIO VARZEA GRANDE UF MT**
Contatos:	E mail: hedilsonrafael@hotmail.com 65 99243 - 4525 3686-1330
Representante:	Edilson Rafael da Silva,

Razão Social	CNPJ	Lote	Item	Descrição	Ude	Marca	Modelo	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N .N°2393/2021 HOMOLOGADO EM 8 de Dezembro de 2021 Vl. Unit.	VALOR UNITARIO REEQUILIBRIO FINANCIERO CONFORME PARECER JURIDICO 422/2022
SOMA COMERCIO E SERVICO EIRELI EPP	26.877.656.000/80	9	9	Apontador para lápis de material metálico formato chanfrado anatômico lamina em aço inox dimensões 24x14x10 mm	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$0,28	R$0,97
		10	10	ARQUIVO MALETA SANFONADA COM ALCA, FECHO COM CLIP PLASTICO E 31 DIVISÕES, TAMANHO OFICIO, CHAPA OPACA E MAIS ESPESSA. POSSUI SOLDA INTERNA DE ALTA RESISTÊNCIA. IMPRESSOS NÃO ADEREM AS DIVISÕES PLÁSTICAS INTERNAS. ACOMPANHA ÍNDICES COLORIDOS PERSONALIZÁVEIS PARA IDENTIFICAÇÃO. MATERIAL LEVE, ATÓXICO, BASTANTE RESISTENTE E 100% RECICLÁVEL. MEDIDAS: (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE) 390X260X130MM. PESO 1.250,0 G	UN	DAC	DAC	R$20,00	R$51,36
		12	12	ARQUIVO MORTO DE POLIPROPILENO, COR VERDE, 360 X 245 X 133 MM, EM POLIONDA - PACOTE 10 UNIDADES.	UN	ALAPLAST	ALAPLAST	R$2,65	R$6,11
		13	13	ARQUIVO MORTO 400CX30X185MM	UN	ALAPLAST	ALAPLAST	R$3,50	R$5,68
		14	14	BALAO Nº 07 - PACOTE COM 50 UNIDADE MATERIAL LATEX	PC	PIC PIC	PIC PIC	R$2,50	R$6,28
		16	16	BALÃO METALIZADO	PC	PIC PIC	PIC PIC	R$9,00	R$11,20
		17	17	BANDEJA ORGANIZADORA DE DOCUMENTOS EM 3 SECÕES EM ACRÍLICO FIXA DIMENSÕES 18X36,5X37,4 CRISTAL OU FUMÊ.	UN	WALEU	WALEU	R$16,00	R$69,45
		18	18	BATERIA ALCALINA 0.9V, PORTATIL, NÃO RECARREGAVEL	UN	MAXPRINT	MAXPRINT	R$6,50	R$11,68
		19	19	BATERIA ALCALINA 0.9V, PORTATIL RECARREGAVEL	UN	ELGIN	ELGIN	R$10,00	R$10,50
		20	20	BLINDER CLIPS METAL 32 MM - CX COM 12 UNIDADES	CX	LYKE	LYKE	R$2,50	R$15,05
		21	21	CLIPS METAL 41MM	CX	LYKE	LYKE	R$5,00	R$25,55
		22	22	BLINDER CLIPS METAL 51MM CX COM 12 UND	CX	LYKE	LYKE	R$7,00	R$17,38
		23	23	POST IT 38X51 100FL NEON 4 CORES	PC	LYKE	LYKE	R$3,00	R$4,59
		27	27	CADERNO CAPA DURA 10 MATERIAS COM 200 FOLHAS	UN	SAO DOMINGOS	SAO DOMINGOS	R$8,00	R$11,50
		30	30	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO E, COM ESPESSURA DE (0,7MM), NA COR AZUL, TAMPA ANTIASFIXIANTE	CX	BIC	BIC	R$25,00	R$27,45
		31	31	CANETA ESFEROGRAFICANA COR PRETA. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	BIC	BIC	R$25,00	R$27,45
		32	32	CANETA ESFEROGRÁFICA CORPO SEXTAVADA, PONTA MÉDIA (1.00MM),PONTA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA À BASE DE CORANTE ORGÂNICO E SOLVENTE NA COR VERMELHA. CAIXA COM 50 UNIDADES COM CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO. (CAIXA C/ 50 UNIDADES)	CX	BIC	BIC	R$25,00	R$25,40
		35	35	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA, SEXTAVADA, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO E, COM ESPESSURA DE (1,0MM), NA COR VERMELHA, TAMPA VENTILADA	CX	BIC	BIC	R$20,00	R$29,20
		37	37	CANETA - CORPO DE PLASTICO OPACO, PONTA FINA, PRETA, CANETA PARA GRAVAR EM CD.	UN	LYKE	LYKE	R$2,00	R$1,89

		39	39	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR AZUL, COM PONTA POROSA, DO TIPO RECARREGAVEL	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$2,50	R$4,60
		40	40	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR ENTINTAMENTO NA COR PRETA, COM PONTA PONTA POROSA, DO TIPO RECARREGAVEL	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$2,50	R$4,10
		41	41	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR VERMELHA, COM PONTA POROSA, DO TIPO RECARREGAVEL	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$2,50	R$4,00
		42	42	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR VERDE, COM PONTA POROSA, DO TIPO RECARREGAVEL	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$3,08	R$3,88
		43	43	CAPA PARA ENCADERNACAO - DE PLASTICO, NA COR TRANSPARENTE	UN	PLASTYLINE	PLASTYLINE	R$0,38	R$0,80
		45	45	CAPA - CONTRA - CAPA EM PVC, FORMATO A-4, MEDINDO (210 X 297)MM, PARA ENCADERNACAO, NA COR PRETA	UN	PLASTYLINE	PLASTYLINE	R$0,35	R$0,49
		48	48	CLIPE - ACO, TRANCADO, NIQUELADO, Nº 2	CX	CLIPS TOP	CLIPS TOP	R$1,35	R$2,23
		50	50	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 4/0	CX	CLIPS TOP	CLIPS TOP	R$1,20	R$6,33
		51	51	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 6/0	CX	CLIPS TOP	CLIPS TOP	R$0,50	R$2,70
		52	52	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 8/0	CX	CLIPS TOP	CLIPS TOP	R$0,60	R$3,20
		53	53	COLA - COLA COM GLITER A BASE DE PVA , GLITTER E CONSERVANTES, POTES PLASTICOS DE 23 GR CADA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES. COM CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO. MARCA BRASILEIRA	CX	PIRATININGA	PIRATININGA	R$4,80	R$6,75
		54	54	COLA - EM BASTAO COM 21GR, RAPIDA	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$0,50	R$2,00
		55	55	CORRETIVO - TIPO FRASCO,18ML,PARA QUALQUER TIPO DE ESCRITA	UN	FRAMA	FRAMA	R$0,65	R$2,15
		56	56	CRACHÁ COM CORDÃO DE SILICONE. CORDAO PARA CRACHA FEITO EM SILICONE TRANSPARENTE 80CM UNIDADES. DIMENSÕES: LARGURA - 10CM, ALTURA - 3CM E COMPRIMENTO - 10CM	UN	DAC	DAC	R$0,35	R$0,97
		57	57	MOLHA DEDO AQUA MAGIC 20G	UN	RADEX	RADEX	R$1,60	R$5,22
		59	59	ELASTICO - CONFECCIONADO EM ELASTICO LIGHT 30MM,COM 25M DE COMPRIMENTO.	PC	RED BOR	RED BOR	R$2,45	R$3,14
		60	60	ENVELOPE DE PAPELARIA - ENVELOPE, SACO, SEM IMPRESSAO, (240X340)MM, COM ABA, COR PARDA	UN	ACP	ACP	R$0,15	R$0,37
		61	61	ENVELOPE SACO OURO 24X34 CX COM 250	CX	FORONI	FORONI	R$0,30	R$0,85
		62	62	ENVELOPE SACO PARA CORRESPONDÊNCIA EM PAPEL OURO FORMATO 26X36MM-CX COM 250 UNIDADE	CX	FORONI	FORONI	R$27,00	R$88,90
		63	63	ENVELOPE - TIPO SACO,EM PAPEL KRAFT,80G/M2,MEDINDO 310,00X410,00MM,COM ABA,NA COR OURO	CX	FORONI	FORONI	R$45,00	R$0,46
		64	64	ENVELOPE - TIPO CD,EM PAPELAO,SEM IMPRESSAO,125,00X140,00MM,BRANCO	UN	FORONI	FORONI	R$0,06	R$0,34
		65	65	ESPIRAL - DE PLASTICO, (INCOLOR), COM 9MM	PC	PLASTYLINE	PLASTYLINE	R$9,00	R$8,08
		67	67	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 45MM	PC	PLASTYLINE	PLASTYLINE	R$28,00	R$27,45
		69	69	ESTILETE - CABO EM PLASTICO RIGIDO, EM LAMINA DE ACO CARBONADO, MEDINDO 9MM	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$1,10	R$1,55
		72	72	TOMADAS ELETRICAS - INSTALACAO EM EXTENSAO, COM POLOS TIPO 2P - 3 SAIDAS, COM FORMATO RETANGULAR, CAPACIDADE ELETRICA DA TOMADA DE 10A - 250V, UTILIZANDO-SE COMO ACESSORIOS PARAFUSOS PARA FIXACAO, FORMATO DOS POLOS UNIVERSAL, CONFORME ESPECIFICACAO NBR 6147	UN	ELGIN	ELGIN	R$14,00	R$35,29
		76	76	FITA ADESIVA LARGA EMBALADORA TRANSPARENTE - 48 MM X 40 M	UN	DELFIX	DELFIX	R$2,20	R$11,08
		78	78	FITA ISOLANTE - FITA DUPLA FACE GELATINOSA, VERDE VHB, 19MM X 3M	PC	ADELBRAS	ADELBRAS	R$2,50	R$5,98
		79	79	FITA ADESIVA - POLIPROPILENO, MEDINDO (50MMX50M), NA COR MARROM	UN	DELFIX	DELFIX	R$2,50	R$2,10
		80	80	GIZ DE CERA - FORMATO ANATOMICO, ANTIALERGICO, CORES SORTIDAS, PESO LIQUIDO 112G, COM ESFERAS ANTIDESLIZANTES E ALTA RESISTENCIA CONTRA QUEBRA. UNIDADE DE FORNECIMENTO CAIXA COM 12 UNIDADES.	UN	KOALA	KOALA	R$2,00	R$4,28
		81	81	GIZ DE CERA - FORMATO ANATOMICO, ANTIALERGICO, CORES SORTIDAS, PESO LIQUIDO 48G, COM ESFERAS ANTIDESLIZANTES E ALTA RESISTENCIA CONTRA QUEBRA. UNIDADE DE FORNECIMENTO CAIXA COM 12 UNIDADES.	UN	KOALA	KOALA	R$2,90	R$4,49
		83	83	GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO PISTOLA, COM CAPACIDADE PARA 100 GRAMPOS, COM VELOCIDADE PARA 90 GRAMPOS, MEDINDO (15 X 22)CM	UN	ROCAMA	ROCAMA	R$5,00	R$25,00
		85	85	GRAMPEADOR - PROFISSIONAL, EM METAL, GRAMPOS 23/6 A 23/13, COR VARIADA, 280 X 70 MM CAPACIDADE 100 FLS	UN	MASTERPRINT	MASTERPRINT	R$20,00	R$66,08
		86	86	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO COBREADO,23/13	CX	BRW	BRW	R$7,00	R$3,50

		87	87	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - DE ARAME DE ACO GALVANIZADO, MEDINDO 26/6	CX	BRW	BRW	R$3,50	R$6,68
		89	89	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,106/8	CX	CHAPARRAU	CHAPARRAU	R$5,00	R$14,32
		90	90	GRAMPO FIXA PAPEL - TIPO TRILHO PLASTICO ESTENDIDO INJETADO EM POLIESTIRENO (ROMEU E JULIETA), MEDINDO 30CM ABERTO E 11CM FECHADO (SENDO 11,30CM CADA HASTE, E ESPELHO DE 11CM), COM CAPACIDADE PARA ARQUIVAR ATE 600 FOLHAS DE 75G/M2, SOBREPOSTAS SIMULTANEAMENTE, EM POLIESTILENO NA COR BRANCA,PACOTE COM 50 UNIDADES. DELLO OU SIMILAR	CX	CARBRINK	CARBRINK	R$4,30	R$14,89
		91	91	GRAMPO FIXA PAPEL - TRILHO, METAL	CX	LYKE	LYKE	R$1,30	R$21,89
		92	92	GRAMPO FIXA PAPEL - TIPO TRILHO, DE PLASTICO	CX	CARBRINK	CARBRINK	R$0,18	R$19,95
		95	95	LIVRO ATA 100 FLS	UN	SAO DOMINGOS	SAO DOMINGOS	R$2,50	R$8,64
		96	96	LIVRO ATA - ATA -MO.IMESP N. 141, COM CAPA DURA, CONTENDO 200 FOLHAS, MEDINDO (210X300)MM, COM PAUTA	UN	SAO DOMINGOS	SAO DOMINGOS	R$6,50	R$16,29
		99	99	LIVRO PROTOCOLO C/ 50 FLS	UN	SAO DOMINGOS	SAO DOMINGOS	R$2,50	R$7,09
		115	115	PAPEL CARTAO DUPLEX - PESANDO 250G/M2, MEDINDO 50X70, UMIDADE CONFORME NORMA T412 ENTRE 7,0% A 11,0%,ETC., NAS CORES VARIADA	UN	VMP	VMP	R$1,00	R$2,43
		ONDE SE							
		126	126	PAPEL SULFITE A4 BRANCO ,GRAMATURA: 75 GRAMAS ,TAMANHO: 210 X 297 MM ,CAIXA COM 10 UNIDADES RESMA COM 500 FOLHAS	CX	COPIMAX	COPIMAX	R$16,00	R$190,00
		LEIA SE							
		126	126	PAPEL SULFITE A4 BRANCO ,GRAMATURA: 75 GRAMAS ,TAMANHO: 210 X 297 MM ,CAIXA COM 10 UNIDADES RESMA COM 500 FOLHAS	CX	COPIMAX	COPIMAX	R$16,00	R$19,00
		145	145	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO, COM CAPACIDADE DE CAPACIDADE MINIMA 100 FOLHAS 75G/M2, COM 4 VAZADORES, MARGINADOR PARA CENTRALIZACAO, NA COR PRETA	UN	CAVIA	CAVIA	R$304,00	R$138,40
		151	151	PINCEL - DE PELO DE PORCO, CHATO, CABO AMARELO EM PLASTICO, Nº 16.	UN	GOLLER	GOLLER	R$1,60	R$4,70
		152	152	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO RESISTENTE, USO PROFISSIONAL,BASTAO DE 7MM,TENSAO DE 220 VOLTS,COM POTENCIA ELETRICA DE 60 WATTS	UN	VMP	VMP	R$10,15	R$19,50
		154	154	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA),MEDINDO (45 X 60)CM, COM 0,2MM DE ESPESSURA, PACOTES COM 05 FOLHAS	UN	BRW	BRW	R$1,95	R$3,84
		155	155	PORTA OBJETOS - DE ACRILICO, PARA LAPIS,CANETA E CLIPS.	UN	WALEU	WALEU	R$8,65	R$10,86
		156	156	PORTA CARIMBOS ? PARA 12 CARIMBOS ? DE BOA QUALIDADE. FABRICADO EM POLIESTIRENO - CAPACIDADE: 12 CARIMBOS POSSUI PORTA LÁPIS NA PARTE SUPERIOR É MODULAR, PERMITINDO AUMENTAR SUA CAPACIDADE - COM MÓDULO ADICIONAL	UN	ACRINIL	ACRINIL	R$20,50	R$13,44
		158	158	PRANCHETA PORTATIL - EM ACRILICO,FORMATO OFICIO,COM PRENDEDOR DE POLIESTIRENO,TRANSPARENTE	UN	WALEU	WALEU	R$11,00	R$14,53
		159	159	PRANCHETA DE MADEIRA, TAMANHO OFÍCIO, COM TRAVA EM METAL. DESCRIÇÃO: - PRANCHETA OFÍCIO - MEDIDA: 22,9 X 34,7 X 0,3CM - COMPOSIÇÃO: MDF INDISPENSÁVEL PARA USO EM: - ESCRITÓRIOS - ESCOLAS	UN	CARBRINK	CARBRINK	R$4,80	R$6,30

CLAUSULA TERCEIRA DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do art. 37, XXI da CF/88, Artigo 65 inciso II, alinear “d” da Lei 8.666/93 e art 17 do Decreto Federal n. 7893/2013 e Parecer Jurídico nº . 422/2022

CLAUSULA QUARTA DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Ata de Registro de Preço 076/2021, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 12 de Agosto de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

EMPRESA SOMA COMERCIO E SERVIÇO EIRELI EPP

CNPJ sob o nº 26.877.656.000/80,

Representado pelo Senhor Edilson Rafael da Silva,

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2022

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 045/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 163/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES (MT).

OBJETO:**CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL, EMULSAO ASFALTICA RL-1C, PARA REPAROS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO (OPERACAO TAPA BURACO), EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** nas condições e especificações contidas no Termo de Referência.

CONTRATADA:**ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA**

CNPJ Nº: **07.489.111/0001-52**

VALOR TOTAL R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Emulsão asfáltica RL-1C	TON	04	R$ 4.400,00	R$ 16.600,00

FUNDAMENTAÇÃO: **Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.**

Nova Bandeirantes/MT, 07 de novembro de 2022.

_____

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA

Presidente da CPL (Portaria Nº 015/2022).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
EDITAL COMPLEMENTAR SELETIVO

EDITAL COMPLEMENTAR 002/2022

DIVULGAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2022

MARILZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia , Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 412, de 20 de setembro de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que **DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2022,** conforme abaixo discriminado

ANEXO - I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 002/2022

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO
	MEDICO VETERINARIO-130	
129	SABRINA LORRANA DOS SANTOS SILVA	RG 165.676.5
067	ANIKETILLIN PAULA DE SOUZA	RG 249.976.5-0
001	CRISTINA DA SILVA MENDES	RG 250.989.9-3
046	TAYNAH TORRES OLIVEIRA	RG 139.826.5-6
	MOTORISTA CATEGORIA D-65	
131	EDUARDO DA SILVA MARINHO	RG 206.474.1-7
111	WELLINTON FLORENTINO DE ARAUJO	RG 165.651.0-
070	JOSE AGARI MARQUES NETO	RG 4663132
003	WEVERTON MOREIRA FREITAS	RG 247.166.3-4
088	JONATHAN ALEXANDRE N. BOLANDINI	RG 247.166.6-
086	ROBERTO BOLANDINI	RG 086.844.2-1
087	GILMAR LOPES NASCIMENTO	RG 131.011.3-7
053	SILVONEY DE SOUZA PEREIRA	RG 001.155.33.0
091	ED PAULO NEVES DOS SANTOS	RG 214.495.3-8
093	JOSIMAR SANTOS CELESTINO	RG 164.044.8.3
	MOTORISTA ESCOLAR-66	
022	THIAGO PEREIRA GERALDINO	RG 267.142.2-
023	EDIVALDO MARTINS SANTANA	RG 132.616.8-
036	JAIME MANOEL DOS REIS	RG 108.902.0-
083	WALLISON JESUS DOS SANTOS	RG 2471703-7
072	EDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR	RG1840115-
041	ADSON MONTEIRO MACEDO	RG 1027273-9
028	DELCINO ARRUDA DOS SANTOS	RG 1877165-2
	PSICOLOGO-96	
065	OZANEA DA SILVA ARAUJO MARQUES	RG 1004407-8
050	DENISE RODRIGUES MIRANDA REIS	RG 2391821-7
069	ANDRESSA VALENSUELA LIMA	RG 219198.7-9
124	JENIFER BRUNA NASCIMENTONASCIMENTO DA COSTA	RG 278.810.0.8
	ENFERMEIRO-20	
106	PAMELA PINHEIRO MATOS DA MATA	RG2635956-1
121	KARINE STHEFANY GOMES DA SILVA	RG2471613-8
031	JOELMA DA SILVA FERREIRA	RG2146377-8
085	TALLITA LORRAYNE RODRIGUES DA MOTA	RG 2636880-3
078	MARIA LAURA ALVES CARNEIRO	RG 2754733-7
058	FERNANDO ALVES DOS SANTOS	RG 2749594-
052	STEFANY FERNANDES SILVA	RG 2099510-5
048	STHEFANY LORRAINY MARQUES DA SILVA	RG 2164337-7
026	ADRIANGELA PESSOA DA SILVA	RG 2882761-9
027	VANESSA KEMILLY DE SOUZA	RG 3017902-5
099	ANA PAULA PEREIRA	RG1570547-1

	CUIDADOR DO IDOSO-184	
020	SHAINAN OCOM GONÇALVES	RG 3585396-
114	ALINE CRISTINA DE SANTANA LIMA	RG 1856459-3
124	NILZA PERPETUA DE OLIVEIRA	RG1599701-4
080	ANDREIA PESSOA DOS SANTOS	RG 1382063-0
062	NICLEVIA FERREIRA DOS SANTOS	RG 38092514-X
060	CRISLAINE CARVALHO DOS SANTOS	RG 1877672-8
017	ELISANGELA FERREIRA DOS SANTOS	RG 1877714-7
018	HELAD DANAI DOS SANTOS	RG 2620008-2
037	BERENICE COIMBRA DOS SANTOS	RG 1763417-2
038	LAYZA SANTOS DIAS BORGES	RG2295998-0
	TECNICO DE ENFERMAGEM-086	
092	LIVIA REGINA DE OLIVEIRA LOPES	RG 113.803. 5-7
079	SUELY ARAUJO DA SILVA	RG 2895478-5
077	EDNA LOPES DE JESUS	RG 1753510-7
068	DINAIR SANTANA DOS SANTOS	RG 1619648-1
051	LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA	RG 172958-9
108	JAQUELINE GASPARINE DE OLIVEIRA	RG2699893-9
126	LIGIA LUMA NUNES GONÇALVES	RG 2888222-9
127	TANIA INGRYDISNUNES HUNGARO	RG 1634270-4
	PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA-179	
120	BRENNO LOPES DO NASCIMENTO	RG2812566-5
010	NUBIA NUNES DE OLIVEIRA	RG 1877596-9
107	NAILA MORGANA DE CAMPOS MASCARENHAS	RG 1523983-7
115	RAIANI CAROLINE FIGUEIREDO DE VALOR DA SILVA	RG 1952756.0
	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO-52	
109	JOSELENE DOS SANTOS	RG2059066-0
	FISIOTERAPEUTA-17	
119	NIVEA VALERIA CASTILHO DA SILVA	RG 1249597-2
098	GESIANY MENDES ARAUJO	RG1810496-7
	PROFESSOR DE PEDAGOGIA-77	
112	KATIA DA SILVA CARNEIRO	RG 102696-8
110	IVONETE GOMES DE SOUZA VENTURA	RG1324461-2
081	EDARDNA CARVALHO DE OLIVEIRA	RG 1479063-7
024	CARLA LUCIA DE LARA PINTO	RG 1127109-4
071	NEUSANGELA DE OLIVEIRA SOUZA	RG1877698-1
097	ELISAINE PAULA MARQUES GOUVEIA	RG1564810-9
	OPERADOR DE MOTONIVELADORA-68	
113	CRISTIANO BADER	RG1023191-3
064	CLEITON DO NASCIMENTO	RG212582-1
004	RONALDO NUNES GONCALVES	RG638347-1
	ASSISTENTE SOCIAL-19	
059	LUCIANA SOUZA DAS NEVES	RG1382025-7
019	DEYZE RAQUEL SOUZA DE PAULA BONFIM	RG2334251-0
095	CAMILA SANTOS CELESTINO	RG 1656603-3
130	RITA DE KASSIA FERRARI SOBRINHO	RG 2492933-6
	TECNOLOGO EM RAIO X-173	
042	LUIZ FERNANDO DE SOUZA SILVA	RG 2205449-
005	KESYA FERREIRA BRAGA	RG1662372-0
	TECNICO AGROPECUARIO-83	
002	CLEITON DE PAULA MARQUES	RG 2559856-2
103	ALBERONE MARTINS BARBOSA	RG 1662467-0
	TECNICO EM VIGILÂNCIA SANITARIA-88	
043	NELIMAR MARIA DIAS MARTINS	RG 0540384-7
056	MIGUIOMAR ALMEIDA DE SOUZA	RG 1627135-1
	OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLA-109	
009	JOSE EDUARDO LOPES GENUARIO MARCOS	RG 2295869-0
073	GILBERTO JOSE DA SILVA	RG 1699698-4
076	JOSE FERREIRA LIMA NETO	RG 1382097-4
	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA-183	
033	ATEMILSON MANOEL DA SILVA	RG 1272977-9
084	AVERALDO SILVA DO NASCIMENTO	RG 1877624-8
	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA-50	
125	LUZIA RODRIGUES DE BRITO	RG2514474-0
123	ROSENILDA MARIA PEREIRA DA SILVA	RG 1763409-
122	WESLEY MARTINS FRANÇA	RG2295656-5
116	ROSANGELA APARECIDA BATISTA MARTINS	RG1353362-2
117	MARIA DANIELE MOREIRA DE OLIVEIRA	RG 20050981198-4
118	MARIA CRISTINA MOREIRA DE SOUSA	RG 2007058614-9
089	CLEIDIANA DA SILVA SANTANA	RG 1616070-3
082	FABIOLA RODRIGUES SAMPAIO	RG2443656-9
075	MARCILENE LOPES DE ALMEIDA	RG 2136545-8
074	EDUARDO FOGAÇA MORENO	RG 2672470-7
045	KAIO DA SILVA FRANCO	RG3233335-8
066	GABRIELLY DE ARAUJO SOARES	RG 2751263-0
063	MIRIAN GOMES FERREIRA	RG 2160362-6
061	ELISELMA SOARES DOS SANTOS OLIVEIRA	RG1612501-
012	LUCIA BATISTA MARQUES	RG 2471633-2
094	KAIQUE SALES PEREIRA	RG 3377563-0
057	ELIANE NUNES DE PAULA	RG 2498313-6
055	MATEUS HENRIQUE ELEOTERIO ANCHIETA MELO	RG 2740381-5
054	ELIVANIA SILVA DE SANTANA	RG 2499594-0
049	ANDRIELE PEREIRA DA SILVA	RG 2461115-8
021	EDNEIA GOMES MARES	RG2128782-1
025	NEUZA FERREIRA DE JESUS DA MATA	RG1616174-2
090	KARINA LIMA PEREIRA	RG2045670-0
029	DAYANE CRISTIANE LOPES	RG 2489722-1
030	GEORGINA GONÇALVES DE SOUZA	RG 1656785-4
032	JOSE APARECIDO GOMES DE AMORIM	RG859306
034	DILEUZA APARECIDA DA COSTA	RG1003985
035	ROSENILDA ALMEIDA RIBEIRO	RG 1662387-8
039	CRISTINA ALVES PEREIRA	RG 2760331-8
040	JOAO BATISTA GOMES DE MESQUITA	RG 2164299-0
044	CLEONICE RITA DA SILVA	RG 1523924-1
047	RAIMUNDA CRISTINA DE SOUZA	RG 500129
010	NAYRA APARECIDA COSTA KALAF SILVA	RG 2099764-7
114	VALDECY BITENCOUT MIRANDA	RG 1241180-9
105	GEIDY CASSIANY SOUZA LIMA	RG 2672334-4
008	MARIA ESTHER MOREMONCHI	RG 2833330-6
013	JULIANA ALVES CARDOSO	RG 2525761-7
014	DDIANE QUEROGA DE ALMEIDA	RG 2797657-2
128	ALIANE GAUDENCIO DE SOUZA	RG 2295858-4
015	TAISLAINE NUNES DE PAULA	RG 3176520-3
011	DEYSIELLE GOMES DE JESUS	RG 3419263-8
007	TATIANA BITENCOUT MIRANDA	RG 2295961-0
006	SILVANA PEREIRA DOS SANTOS	RG 2295641-7
102	MARIA AP. DE FIGUEIREDO CASSIANO LOPES	RG 0989101-3
101	JEOVA CASSIANO LOPES JUNIOR	RG 4372203
100	LEONES FRANCISCO DE PAULA NETO FERREIRA	RG 2636801-3
096	ASUERES ALVES DE SOUZA	RG 1382069-9

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Brasilândia 07 de novembro de 2022

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE CONVENIOS
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2022

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT.

CONVENENTE: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA DOS MIGRANTES - CNPJ N°.08.974.365/0001-29.

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE CONVÊNIO TEM POR OBJETO ESTABELECER OS PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, AQUI DEFINIDO PARA O OBJETO, PARA TRANSFERÊNCIA À CONVENENTE, ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, AUTORIZADO CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 915/2022.

VIGÊNCIA: 07/11/2022 A 06/05/2023;

VALOR TOTAL: R$ 240.080,49 (DUZENTOS E QUARENTA MIL E OITENTA REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS).

DATA: 07/11/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 32/2022

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 32/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada no fornecimento de nitrogênio líquido para o Projeto de Incentivo ao melhoramento genético do rebanho bovino leiteiro, atendendo os pecuaristas assistido pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Nova Lacerda - MT.

Favorecida: NITROVALLE DISTRIBUIDORA DE NITROGENIO LIQUIDO EIRELI R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93, Lei Federal 13.979/2020, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 07 de novembro de 2022.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 071/2022

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 071/2022

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 071/2022.

ABERTURA: 22 de novembro de 2022 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de mercadorias para confecção de cestas básicas para concessão de beneficio sócio assistencial a ser prestado pelo CRAS, atendendo a Secretaria de Assistência Social.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 07 de novembro de 2022.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

PROCURADORIA JURÍDICA
ERRATA - PORTARIA Nº 189/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATOS Nº 047/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista erro material de digitação, corrige-se a data da portaria 189/2022, publicada em 23 de agosto de 2022 no diário AMM (Associação dos Municípios Mato-grossense).

Onde se Lê:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 22 de maio de 2022."

Lê-se:

"Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 22 de agosto de 2022."

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Lacerda, 07 de novembro de 2022

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO N°. 001/2021

1º ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO N°. 001/2021

EMENTA "PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CESSÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E O MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, OBJETIVANDO A CESSÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL COM ÔNUS PARA O CESSIONÁRIO

CONSIDERANDOOfício SMAP n.º 297/2022 do Município de Santo Afonso representado pelo Excelentíssimo prefeito Municipal Luís Fernando Ferreira Falcão cópia integrante desse instrumento;

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, com sede na Rua Tiradentes, n°. 329, na cidade de Nova Marilândia (MT), CEP 78.415-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n°37.464.989/0001-02, neste ato representado pelo prefeito Municipal **JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**,brasileiro, casado, portador do CPF/MF N.º 036.007.461-89 e RG N.º 2159203-9 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua dos Cravos, Lote 05, Quadra 024, Bairro Planalto, Município de Nova Marilândia – MT, CEP 78415000 , doravante denominado CEDENTE e de outro lado o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO** , com sede a Rua Pedro Alves Cabral, S/N cidade de Santo Afonso (MT), CEP 78.425.000, Estado de Mato Grosso, CNPJ de n.º 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO,** brasileiro, casado, CPF/MF de n.º 022.566.881-51 e RG de n.º 16049640 SSP/MT, residente e domiciliado a Rua Pedro Alvares Cabral s/n, centro, Município de Santo Afonso-MT doravante denominado CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente 1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de servidor público, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.0 - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do termo de cessão do servidor público municipal **RONALDO WANDERSON PEREIRA DE MELO**, titular do cargo efetivo de INSTRUTOR DE INCLUSÃO DIGITAL admitido sob a matrícula nº 291 CPF/MF de n.º 662.096.331-53 e RG de n.º 000976660 SSP/MS por mais 01 (um) ano a contar de 13/11/2022 até 12/11/2023;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.0 - O presente instrumento segue o disposto no Art. 181-A da Lei Municipal N.º 30/93 DE 24 de Maio de 1.993 alterada pela Lei Municipal **Nº 660/2013 de**08 de outubro de 2013 do Município de Nova Marilândia e Lei Municipal n.º 517 de 13 de setembro de 2022 do Município de Santo Afonso e previsão da cláusula quinta do Instrumento inaugural;

CLÁUSULA TERCEIRA — DA RATIFICAÇÃO

3.0 - Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inaugural, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA — DA PUBLICAÇÃO

4.0 – O poder executivo do Município de Nova Marilândia providenciará publicação do extrato do presente aditamento no Diário Oficial do Município, até o 5º dia útil do dia seguinte a de sua assinatura.

E por estarem de pleno acordo e ajustados, os partícipes assinam, o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, forma e validade, para que se produzam os efeitos legais;

NESTES TERMOS

Nova Marilândia - MT, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois).

_____

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

CEDENTE

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

_____

_____

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CESSIONÁRIO

PREFEITO DE SANTO AFONSO-MT

_____

_____

RONALDO WANDERSON PEREIRA DE MELO

INSTRUTOR DE INCLUSÃO DIGITAL

SERVIDOR CEDIDO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), APLICADO A FRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

Data Recebimento da Documentação: 16/11/2022, às 10h

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia.

Fundamento Legal: art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021.

NOVA MARILANDIA – MT, 08 DE NOVEMBRO DE 2022.

BRUNA C. P. DADALT

Agente de Contratação

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 044/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSERTO DE PLACA DO RAIO X MUNICIPAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIAPL DE SAÚDE DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Data Recebimento da Documentação: 16/11/2022, às 13h

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia.

Fundamento Legal: art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021.

NOVA MARILANDIA – MT, 08 DE NOVEMBRO DE 2022.

BRUNA C. P. DADALT

Agente de Contratação

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2022 SRP.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TVS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA-MT.**

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 29 DE NOVEMBRO DE 2022**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº 329, Centro – Nova Marilândia - MT, o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2022 SRP**, do tipo **Menor preço por item.** Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, 07h00min às 11h00min e das 12h30min às 16h30min, pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com, pelo site: www.novamarilandia.mt.gov.br ou através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilândia, 07 de novembro de 2022.

HYAN DE SOUZA SANTANA

PREGOEIRO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 042/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 042/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETRIAS DE SAÚDE, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO MBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

Data de Recebimento da Documentação: 16/11/2022 às 08h

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia.

Fundamento Legal: art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021.

NOVA MARILANDIA – MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

BRUNA C. P. DADALT

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

SECRETARIA DE FAZENDA

AO ILMO. SR. JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS

REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

DA FUNDAMENTAÇÃO

Com fulcro no código tributário nacional, na lei orgânica municipal, lei complementar municipal n.º 213/2001, Lei Municipal nº 661/2013, de 08 de outubro de 2013 e Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 vêm por meio desse relatar e para após decidir:

DO RELATÓRIO

1. Trata-se de pedido de dação em pagamento conforme Art. 1º da Lei Municipal n.º Nº 661/2013 de 08 de outubro de 2013 in verbis:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber em dação em pagamento, bens móveis e imóveis localizados no município de Nova Marilândia, para o fim de extinguir créditos tributários, conforme previsão do Código Tributário Nacional.

II. A requerente vem apresentar imóveis como forma de quitação de dívida tributária por meio de dação em pagamento;

CONSIDERANDO que o processo não se encontra apto para julgamento, venho decidir nos seguintes termos:

DA DECISÃO

III. Recebo o pedido de Dação em pagamento e desde já, abre-se vista ao setor tributário no sentido de expedir certidão de valor venal dos imóveis ou caso necessário avaliação prévia dos imóveis por comissão de avaliação devidamente constituída e submetida ao requerente para a sua

aceitação ou discordância conforme Art. 7º do Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

Art. 7º - Uma vez concluída a avaliação mencionada no artigo anterior, o devedor deverá se manifestar no prazo máximo preclusivo de cinco dias úteis e se não concordar deverá requerer reavaliação a autoridade superior que no caso é o prefeito municipal.

IV- Após juntada do documento do inc. I, deverá o pedido ser submetida ao Chefe do Poder executivo para manifestação com relação ao interesse público em adquirir os imóveis, conforme disposição do Art. 1º Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

(...) observados o interesse público, a conveniência administrativa (...)

V- Somente após a apresentação dos documentos supramencionados, o requerimento estará apto a ser decidido pela secretaria de fazenda do município, conforme disposição do Art. 1º Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

(...)a qual só se aperfeiçoará após a aceitação da Secretaria de Fazenda Municipal(...)

E Conforme disposição do Art. 5º da Lei Municipal n.º 661/2013 de 08 de outubro de 2013.

Art. 5º. Compete à Secretaria de Fazenda, o recebimento, o processamento e a decisão da dação em pagamento de bens móveis e imóveis, devendo proferir decisão escrita e devidamente justificada.

VI – Caso decisão favorável da dação em pagamento pela secretaria de fazenda do Município, a dívida tributária será quitada com a lavratura da escritura pública de transferência de bem imóvel por dação em pagamento onde as despesas de transferência serão suportadas pelo devedor conforme art. 9º do Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013.

Art. 9º - Deferido o requerimento, deverá ser lavrada, em quinze dias, a escritura de dação em pagamento se imóvel ou termo de dação em pagamento se for bem móvel, arcando o devedor com as despesas e tributos incidentes na operação;

(...)

Art. 10 - Após formalizado o registro da escritura ou se for o caso termo de dação em pagamento, será providenciada, concomitantemente, a extinção da obrigação tributária e a respectiva baixa na dívida ativa, nos limites do valor do bem imóvel ou móvel dado em pagamento pelo devedor.

VII. O processo deverá ser organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas pela autoridade preparadora;

VIII. Deverá ser dado ciência aos requerentes de todas as decisões por meio de seu advogado constituído com o envio de cópia do DECRETO MUNICIPAL N° 022 /2022 de25 (vinte e cinco) de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) e LEI MUNICIPAL Nº 661/2013 de 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Essa decisão deverá ser publicada no Jornal Oficial do Município;

Nestes Termos

NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 07 (sete) dias de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois)

_____

_____

VANESSA DA SILVA LEITE MULINARIO PANSINI

SECRETÁRIA DE FAZENDA DE NOVA MARILANDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

SECRETARIA DE FAZENDA

AO ILMO. SR. JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS

REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

DA FUNDAMENTAÇÃO

Com fulcro no código tributário nacional, na lei orgânica municipal, lei complementar municipal n.º 213/2001, Lei Municipal nº 661/2013, de 08 de outubro de 2013 e Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 vêm por meio desse relatar e para após decidir:

DO RELATÓRIO

1. Trata-se de pedido de dação em pagamento conforme Art. 1º da Lei Municipal n.º Nº 661/2013 de 08 de outubro de 2013 in verbis:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber em dação em pagamento, bens móveis e imóveis localizados no município de Nova Marilândia, para o fim de extinguir créditos tributários, conforme previsão do Código Tributário Nacional.

II. A requerente vem apresentar imóveis como forma de quitação de dívida tributária por meio de dação em pagamento;

CONSIDERANDO que o processo não se encontra apto para julgamento, venho decidir nos seguintes termos:

DA DECISÃO

I - Necessário constar do processo informação sobre a existência dos débitos tributários ou notificação expedida pelo município constando a dívida tributária conforme disposição do Inc. I do Art. 5º do Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

Art. 5º - Uma vez protocolado o requerimento mencionado no artigo 3º deste Decreto, deverão ser tomados as seguintes providências:

I - Os órgãos competentes informarão sobre a existência de débitos tributários relacionados ao devedor e se for o caso do imóvel oferecido.

II – Verifica-se que a procuração deverá constar como outorgantes, os proprietários dos imóveis, por se tratar de direito imobiliário, no caso do Sr. José aparecido dos Santos, deverá a procuração ser também outorgada por sua esposa uma vez que se trata de pessoa casada conforme consta no instrumento de procuração anexo;

III. Deverá constar no processo cópia de documentos pessoais dos proprietários solicitantes de dação em pagamento;

IV- No caso de Procuração por instrumento particular, a mesma deverá ter reconhecimento de firma pelos outorgantes;

V. Deverá constar no requerimento certidão de matricula atualizadas de ônus dos imóveis demonstrando a sua localização no Município de Nova Marilândia, seus proprietários e não haver dívidas hipotecárias nos bens imóveis disponibilizado por dação em pagamento conforme Art. 2º e Inc. I do Art. 3º do Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

§2º (...)

Art. 2º. Para efeitos desse Decreto, só serão admitidos móveis e imóveis comprovadamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou dívidas (...)

Art. 3º (...)

I- Requerimento por parte do devedor tributário, contendo, necessariamente, a indicação pormenorizada do crédito tributário objeto do pedido, bem como a localização, dimensões e confrontações do imóvel oferecido, juntamente com cópia autêntica do título de propriedade e certidão da matricula com expedição compreendida nos últimos 30 (trinta) dias se bem **imóvel.**

VI- Após juntada dos documentos pelo requerente, abre-se vista ao setor tributário no sentido de expedir certidão de valor venal dos imóveis ou caso necessário avaliação prévia dos imóveis por comissão de avaliação devidamente constituída e submetida ao requerente para a sua aceitação ou

discordância conforme Art. 7º do Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

Art. 7º - Uma vez concluída a avaliação mencionada no artigo anterior, o devedor deverá se manifestar no prazo máximo preclusivo de cinco dias úteis e se não concordar deverá requerer reavaliação a autoridade superior que no caso é o prefeito municipal.

VII- Deverá o pedido ser submetida ao Chefe do Poder executivo para manifestação com relação ao interesse público em adquirir os imóveis, conforme disposição do Art. 1º Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

(...) observados o interesse público, a conveniência administrativa (...)

VIII- Somente após a apresentação dos documentos supramencionados, o requerimento estará apto a ser decidido pela secretaria de fazenda do município, conforme disposição do Art. 1º Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013 in verbis:

(...)a qual só se aperfeiçoará após a aceitação da Secretaria de Fazenda Municipal(...)

E Conforme disposição do Art. 5º da Lei Municipal n.º 661/2013 de 08 de outubro de 2013.

Art. 5º. Compete à Secretaria de Fazenda, o recebimento, o processamento e a decisão da dação em pagamento de bens móveis e imóveis, devendo proferir decisão escrita e devidamente justificada.

IX – Caso decisão favorável da dação em pagamento pela secretaria de fazenda do Município, a dívida tributária será quitada com a lavratura da escritura pública de transferência de bem imóvel por dação em pagamento onde as despesas de transferência serão suportadas pelo devedor conforme art. 9º do Decreto Municipal n.º 014/2013 de 14 de outubro de 2013.

Art. 9º - Deferido o requerimento, deverá ser lavrada, em quinze dias, a escritura de dação em pagamento se imóvel ou termo de dação em pagamento se for bem móvel, arcando o devedor com as despesas e tributos incidentes na operação;

(...)

Art. 10 - Após formalizado o registro da escritura ou se for o caso termo de dação em pagamento, será providenciada, concomitantemente, a extinção da obrigação tributária e a respectiva baixa na dívida ativa, nos limites do valor do bem imóvel ou móvel dado em pagamento pelo devedor.

X. O processo deverá ser organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas pela autoridade preparadora;

XI. Deverá ser dado ciência ao ILMO. SR. **JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS** da presente decisão por meio de seu advogado constituído e com o envio de cópia do DECRETO MUNICIPAL N° 022 /2022 de25 (vinte e cinco) de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) e LEI MUNICIPAL Nº 661/2013 de 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Essa decisão deverá ser publicada no Jornal Oficial do Município;

Nestes Termos

NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 24 (vinte e quatro) dias de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois)

_____

VANESSA DA SILVA LEITE MULINARIO PANSINI

SECRETÁRIA DE FAZENDA DE NOVA MARILANDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através de seu Agente de Contratação, designada pela portaria 230/2022, torna público o processo de Dispensa nº 035/2022, para dar amplo conhecimento aos futuros interessados em participar do presente processo. Assim se cumpre o disposto no art. 75 paragrafo terceiro da Lei 14.133/2021, tendo como Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS LAUDOS PGR/PCMSO E LTCAT/LTIP, COM O ENVIO DOS EVENTOS DO SST AO ESOCIAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT,** a empresa **DYNAMICA TREINAMENTO DE SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA** com **CNPJ: 15.296.043/0001-33,** apresentou a menor proposta no Valor total de **R$ 16.000,00** (Dezesseis mil reais), com os termos no inciso II do artigo 75 da Lei Federal N°14.133/2021.

O processo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público e no site http://www.gp.srv.br/transparencia_novamaring/serv...

Nova Maringá - MT, 07 de novembro de 2022.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 011/2022 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA MONTE VERDE/MT.

RESOLUÇÃO Nº 011/2022

Dispõe sobre a alteração do Local da realização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/MT,** representando neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 708/2014 e seu regimento interno,

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar o local da realização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o **Tema Central: "Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade",** convocada na Resolução de nº009/2022.

Art. 2º - A VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no Plenário da Câmara Municipal dos Vereadores de Nova Monte Verde, no dia 25 de novembro de 2022 a partir das 07h00.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

03 de novembro de 2022, Nova Monte Verde/MT.

CARLA VANESSA GOZZI VACCARO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde-MT.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 320, DE 07 DE NOVEMBRO 2022 SÚMULA: NOMEIA FISCAIS ADMINISTRATIVOS PARA O CONTRATO DE PREÇOS Nº 116/2022.

PORTARIA N.º 320, De 07 de novembro 2022

SÚMULA: Nomeia fiscais Administrativos para o Contrato de Preços nº 116/2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo para o Contrato nº 116/2022 celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa: **MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMERCIO DE COMANHÕES E ÔNIBUS EIRELI.**

ADESÃO DE PREGÃO Nº 79/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9760/2022

OBJETO**:** ***AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES COM CAPACIDADE DE 54 ESTUDANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.***

VALOR: R$ **R$ 1.183.000,00**(um milhão, cento e oitenta e três mil reais).

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

FISCAL: CELSO ROBERTO ALVES

RG Nº: 0101215 SSP/MT

CPF Nº: 835.906.51-04

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 3881

SUPLENTE: LUCIMAR BARBOSA MARTINS

RG Nº: 333614835 SSP/MT

CPF Nº: 272.748.508-57

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA:1393

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde / MT, 07 de novembro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscais para o Contrato nº 116/2022 referente ao Processo Administrativo nº 9760/2022, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde / MT, 07 de novembro de 2022.

CELSO ROBERTO ALVES - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 321, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022. SÚMULA: CESSA A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DA SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. MARIA DE LOURDES DE JESUS DA COSTA.

PORTARIA Nº 321, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

SÚMULA: CESSA A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DA SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. **MARIA DE LOURDES DE JESUS DA COSTA.**

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o art. 150 da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 27 de outubro de 2022;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Cessar a licença para tratar de assuntos particulares da servidora pública efetiva, **Maria De Lourdes De Jesus Da Costa**, no cargo de merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de novembro de 2022.

.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Nova Monte Verde - MT, 07 de novembro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 012/2022 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA MONTE VERDE/MT.

RESOLUÇÃO Nº 012/2022

Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/MT,** representando neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 708/2014 e seu regimento interno,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear a Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT.

Parágrafo Único – A comissão ficará responsável por todo o Planejamento e Organização da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e terá a seguinte composição:

I - Carla Vanessa Gozzi Vaccaro – Presidente do CMDCA;

II – Ana Carolina Teixeira da Rocha – Membro do CMDCA;

III – Mariana Gomes Martins – Membro do CMDCA;

IV – Andreia Cristina Mendes – Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência;

Art. 2º - O Período da Comissão Organizadora perdurará até a conclusão final dos Trabalhos da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

04 de novembro de 2022, Nova Monte Verde/MT.

CARLA VANESSA GOZZI VACCARO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde-MT.

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 80/2022

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 80/2022

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 020/2022/PMNMV/GAB de 26 de Janeiro de 2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 80/2022, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **22/11/2022 às 09:00 horas** (Horário Oficial de Brasília) no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.**

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES e, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações – Licitações e também no site** www.bll.org.br.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 07 de Novembro de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 020/2022

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 202, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022. SÚMULA: ''DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

DECRETO Nº 202, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

SÚMULA: ''DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO que não haverá expediente no dia 15 de novembro de 2022, em decorrência do feriado nacional, por medida de economicidade compreende-se necessário a decretação de ponto facultativo.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado Ponto facultativo no dia 14 de novembro em decorrência do feriado nacional da Proclamação da República.

ARTIGO 2º - Os serviços públicos de urgência e emergência nas áreas de Saúde e Obras, bem como os órgãos e serviços que não admitem paralisação terão atendimento normal no dia referido no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de eventual necessidade de serviços, os servidores convocados não farão jus ao pagamento de horas extraordinárias, pois o período não significa férias ou feriado.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 07 de novembro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
"AVISO DE ADESÃO"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 082/2022 – ADESÃO A ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT

ÓRGÃO ADESO: Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 09/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2022

EMPRESA: AUTOCAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.137.068/0001-66, estabelecida na Av. Rio Grande do Sul, nº 154, Centro, Canarana-MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS TIPO SPIN 07 LUGARES. 50

ITEM ADESO: Item 01

VALOR GLOBAL: R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

DATA DA ATA: 15/04/2022

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

AUTORIZADO POR: oficio nº 355/GAB/PMTS/2022

Nova Nazaré-MT, 07 de novembro de 2022.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

GERONI BUENO DE CAMARGO

Secretário de Administração

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2022

Processo nº 083/2022

Dispensa de Licitação nº 031/2022

Ratifico o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no **Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021 alterado pelo Decreto Federal 10.922/2021** a favor da empresa **JULIA REHDER 06465686120**, devidamente inscrita no CNPJ nº 43.884.746/0001-18 com sede à Rua 7 nº 15 – Centro na cidade de Água Boa-MT, para execução de serviços de **aulas de ballet** ao custo unitário de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)** por mês perfazendo o valor total de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)**, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, face ao disposto no Artigo 72, § único da Lei nº. 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2022, na seguinte classificação: 3. 3.90.39 – outros serviços de terceiros pessoa juridica.

Publique-se.

Nova Nazaré-MT, 07 de novembro de 2022.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022

PREGÃO ELETRONICO nº. 003/2022

PROCESSO Nº. 073/2022

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441. 299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SOLUÇÃO COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ/MF nº 09.634.971/0001-68** estabelecida na cidade de Cuiabá à Rua/Av. General Mello, neste ato representada por **DINIZ FERNANDO PEREIRA**, português, **Carteira de Identidade estrangeira nº.W618661-J SE/DPMAF** e **CPF nº 518.893.748-49,** nas quantidades estimadas no **Item 1,2 e 3** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Eletronico Nº. 003/2022** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de cadeiras e mesas escolares para área Indígena do Município de Nova Nazaré, conforme termo de convenio nº 1321/2021 firmado entre o Município e a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletronico Nº. 003/2022, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no Processo nº 073/2022.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação detalhada do objeto	Valor Unit R$	Valor Total R$
01	441	Unid.	cadeira universitárias assento/encosto em tecido, espuma injetada anatômica, estrutura com porta livros; com prancheta fixa, Pintura Epóxi na cor preta. **MARCA/MODELO: MILAN/ESCOLAR.**	**313,60**	138.297,60
02	32	Unid.	cadeiras secretaria fixa em tecido espuma injetada anatômica; base 4 pés fixos. **MARCA/MODELO: MILAN/MILÃO.**	**240,00**	7.680,00
03	32	Unid.	mesas sem gavetas; 1,20x0,60x0,75 pés de metal em melamina texturizada. **MARCA/MODELO: MILAN/FOCUS.**	**368,00**	11.776,00

3.2 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO

3.2.1 - Os **moveis escolares** deverão estar de acordo com as especificações mínimas deste **Termo de Referência**, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.2.2 - Todas as despesas para o fornecimento do objeto deste processo serão por conta da contratada, tais como, impostos, fretes, transporte, carga, descarregamento na sede do município, etc.

3.2.3 – Os moveis escolares deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da autorização de fornecimento e emissão da nota de empenho;

3.2.4 - O transporte dos **moveis escolares** até sua entrega, conforme especificação acima, será de responsabilidade exclusiva do CONRTATADO, respondendo este por eventuais danos ou prejuízos causados ao Município de Nova Nazaré-MT ou a terceiros durante este transporte;

3.2.5 - A ***CONTRATADA*** poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante formalização de justificativa.

3.2.6 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a ***CONTRATANTE*** examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação dos prazos ou aplicação das sanções cabíveis

3.3 – Os móveis deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

3.4 - A Secretaria Municipal de Educação designará um responsável para o recebimento dos **moveis escolares**, Avaliação e conferência. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste documento, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado.

3.5 - Sendo o objeto entregue em desacordo com o especificado neste documento e na proposta da empresa vencedora este será rejeitado, obrigando-se a empresa a substituí-lo imediatamente, sob pena de ser aplicada penalidade.

3.6 - Constatada essa ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. No caso de recusa do objeto, a empresa contratada terá o prazo de **10 (dez) dias uteis** para providenciar a sua substituição, contados da comunicação escrita feita pelo responsável do recebimento de bens e Avaliação.

3.7 - A empresa contratada deverá prestar garantia em todos os itens do presente processo, assegurando a execução do contrato considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito a contratação.

3.8 - Ocorrerão por conta da contratada às despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários dos seus associados;

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **órgão Gerenciador é a** Secretaria Municipal de **Educação e Cultura**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22 do Decreto Federal 9.488/2018 nos limites permitidos, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(07/11/2022 até 07/11/2023)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 07 de novembro de 2022.

JOÃO TEODORO FILHO

CPF: 441.299.551-87

Prefeito Municipal

SOLUÇÃO COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

DINIZ FERNANDO PEREIRA

CPF nº 518.893.748-49

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2022

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público ***Registro de Preços para futura e eventual*** **contratação de empresa para prestação de serviços médicos clinico geral para atendimento das necessidades da UBS/ESF – Unidade Básica de Saúde/Estratégia Saúde da Família,** conforme especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **18/11/2022 às 08h30-min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07:30hr às 11:30hr e das 13:30hr às 17:30hr de segunda a quinta-feira e sexta feira das 07:00hr às 11:30hr, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 07 de novembro de 2022.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
RETIFICA-SE O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

RETIFICA-SE O **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000011/2022/PMNO, REF: AO PREGÃO ELETRONICO011/2022/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 176/2022/PMNO** PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO • ANO XVII | N° 4.098, QUE CIRCULOU DIA 28 DE OUTUBRO DE 2022.

ONDE SE LÊ:FORNECEDOR REGISTRADO:GRAFICA DOMINGOS SÁVIO LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 14.982.003/0001-82, R$ 5.716,80 (cinco mil setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos), **GRAFICA NOVA OLIMPIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.474.184/0001-48, R$ 160.044,86 (cento e sessenta mil quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25, R$ 4.996,00 (quatro mil e novecentos e noventa e seis reais), **HUGO EDUARDO AUGUSTO CHIARELLI,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.682.338/0001-18, R$ 71.881,40 (setenta e um mil oitocentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), **MARIA LUIZA P DE MATOS-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.573/0001-52, R$ 11.203,00 (onze mil e duzentos e três reais).

LEIA-SÊ:FORNECEDOR REGISTRADO:GRAFICA DOMINGOS SÁVIO LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 14.982.003/0001-82, R$ 5.716,80 (cinco mil setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos), **GRAFICA NOVA OLIMPIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.474.184/0001-48, R$ 160.044,86 (cento e sessenta mil quarenta e quatro reais e oitenta e seis centa-

vos), **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25, R$ 4.996,00 (quatro mil e novecentos e noventa e seis reais), **HUGO EDUARDO AUGUSTO CHIARELLI,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.682.338/0001-18, R$ 71.881,40 (setenta e um mil oitocentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), **MARIA LUIZA P DE MATOS-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.573/0001-52, R$ 11.203,00 (onze mil e duzentos e três reais), **COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES VARDASCA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 44.120.619/0001-05, R$ 11.707,00 (onze mil e setecentos e sete reais).

Nova Olímpia/MT, 07 de novembro de 2022.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT.

LICITAÇÃO
RETIFICA-SE A PORTARIA MUNICIPAL Nº 255 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO • ANO XVII | N° 4.097, QUE CIRCULOU DIA 27 DE OUTUBRO DE 2022.

QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu art.67;

R E S O L V E:

Designar os servidores para acompanhamento e fiscalização de contrato administrativo, oriundo Da Tomada de Preço nº 011/2022/PMNO, processo administrativo nº 176/2022/PMNO, cujo o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRAFICOS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

ONDE SE LÊ:GRAFICA DOMINGOS SÁVIO LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 14.982.003/0001-82, com sede na Rua Euclides Geraldo Medeiros ,487-S, Centro-Tangara da Serra-MT, CEP:78.3000-000, Telefone (65)3326-1302 ou (65) 99696-1302, , neste ato, representado pelo Sr. JOÃO BATISTA RIBEIRO ,brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de identidade RG nº 088.760 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 138.048.471-53 , residente e domiciliado na Rua José Florêncio Godrin, 476-S, Centro-Tangará da Serra-MT, CEP:78.300-000. **GRAFICA NOVA OLIMPIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.474.184/0001-48, com sede na Avenida Deputado Rene Barbour nº 627, Bairro Jd Ouro Verde, Nova Olímpia –MT , CEP:78.370-000, Telefone (65)3332-2633, neste ato, representada pela Senhora LEIDILANDIA OLIVEIRA DIAS, brasileira, comerciante, portadora da Cédula de identidade RG nº 1053743-0 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 781.705.081-34, residente e domiciliado na Rua Cuiabá, nº 266 E, Bairro Jd Ouro Verde, Nova Olímpia –MT, CEP:78.370-000. **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25, com sede Trav. Brasilia,30, Areão, Cuiabá-MT, CEP:78.010-245, telefone: (65) 3624-1715, neste ato representado pelo Senhor ECIR ROLIM BACANI, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de identidade RG nº 1995900-1 – SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.679.181-50, residente e domiciliado na Rua Brasília, nº 27, Bairro Areão, Cuiabá-MT, CEP: 78.010-265. **HUGO EDUARDO AUGUSTO CHIARELLI,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.682.338/0001-18, com sede na Av. Olacir Francisco de Moares, Jd Ouro Verde, Nova Olímpia-MT, CEP: 78.370-000, telefone: (65) 9966-25560, neste ato representado pelo Senhor HUGO EDUARDO AUGUSTO CHIARELLI, brasileiro, comerciante, portador da Célula de identidade RG nº2477766-8 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.994.541-38, residente e domiciliado na Av. Olacir Francisco de Moares, Jd Ouro Verde, Nova Olímpia-MT, CEP: 78.370-000. **MARIA LUIZA P DE MATOS-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.573/0001-52, com sede na Rua Professor Floriano Siqueira de Carvalho, Novo Terceiro, Cuiabá-MT, CEP: 78.028-301, telefone: (65)3625-1838, neste ato representado pelo Senhor LUIZ PÉRCIO DIAS DE MATOS, brasileiro, gerente, portador da Célula de identidade RG nº 086255-7 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 284.907.541-87, residente e domiciliado Rua Professor Floriano Siqueira de Carvalho, Novo Terceiro, Cuiabá-MT, CEP: 78.028-301.

LEIA-SÊ:GRAFICA DOMINGOS SÁVIO LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 14.982.003/0001-82, com sede na Rua Euclides Geraldo Medeiros ,487-S, Centro-Tangara da Serra-MT, CEP:78.3000-000, Telefone (65)3326-1302 ou (65) 99696-1302, , neste ato, representado pelo Sr. JOÃO BATISTA RIBEIRO ,brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de identidade RG nº 088.760 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 138.048.471-53 , residente e domiciliado na Rua José Florêncio Godrin, 476-S, Centro-Tangará da Serra-MT, CEP:78.300-000. **GRAFICA NOVA OLIMPIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.474.184/0001-48, com sede na Avenida Deputado Rene Barbour nº 627, Bairro Jd Ouro Verde, Nova Olímpia –MT , CEP:78.370-000, Telefone (65)3332-2633, neste ato, representada pela Senhora LEIDILANDIA OLIVEIRA DIAS, brasileira, comerciante, portadora da Cédula de identidade RG nº 1053743-0 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 781.705.081-34, residente e domiciliado na Rua Cuiabá, nº 266 E, Bairro Jd Ouro Verde, Nova Olímpia –MT, CEP:78.370-000. **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25, com sede Trav. Brasilia,30, Areão, Cuiabá-MT, CEP:78.010-245, telefone: (65) 3624-1715, neste ato representado pelo Senhor ECIR ROLIM BACANI, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de identidade RG nº 1995900-1 – SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.679.181-50, residente e domiciliado na Rua Brasília, nº 27, Bairro Areão, Cuiabá-MT, CEP: 78.010-265. **HUGO EDUARDO AUGUSTO CHIARELLI,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.682.338/0001-18, com sede na Av. Olacir Francisco de Moares, Jd Ouro Verde, Nova Olímpia-MT, CEP: 78.370-000, telefone: (65) 9966-25560, neste ato representado pelo Senhor HUGO EDUARDO AUGUSTO CHIARELLI, brasileiro, comerciante, portador da Célula de identidade RG nº2477766-8 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.994.541-38, residente e domiciliado na Av. Olacir Francisco de Moares, Jd Ouro Verde, Nova Olímpia-MT, CEP: 78.370-000. **MARIA LUIZA P DE MATOS-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.573/0001-52, com sede na Rua Professor Floriano Siqueira de Carvalho, Novo Terceiro, Cuiabá-MT, CEP: 78.028-301, telefone: (65)3625-1838, neste ato representado pelo Senhor LUIZ PÉRCIO DIAS DE MATOS, brasileiro, gerente, portador da Célula de identidade RG nº 086255-7 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 284.907.541-87, residente e domiciliado Rua Professor Floriano Siqueira de Carvalho, Novo Terceiro, Cuiabá-MT, CEP: 78.028-301. **COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES VARDASCA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.120.619/0001-05, com sede na Rua São Benedito, nº 747, Lixeira, Cuiabá-MT, CEP: 78.008-405, telefone: (65) 3358-6069 ou (65) 3358-6306, neste ato representado pelo Senhor ALCEU VIEIRA VARDASCA NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Célula de identidade RG nº 1976098-1 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.181.051-61, residente e domiciliado Rua Brasília nº 346, Res Kelly, casa 13, Areão, Cuiabá-MT, CEP: 78010-245.**

Brasília nº 346, Res Kelly, casa 13, Areão, Cuiabá-MT, CEP: 78010-245.

Art. 2º Ficam nomeados os servidores para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o município de Nova Olímpia – MT, e Empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia MT, os servidores abaixo relacionados:

TESTEMUNHAS E FISCAIS DE CONTRATO:

Luciana de Freitas Alves

CPF: 459.899.661-78

FISCAL

Gilmar Gomes dos Santos

CPF: 616.510.281-68

SUPLENTE

Michele Pereira da Silva Barbosa

CPF: 046.109.911-01

FISCAL

Robson da Silva Oliveira

CPF: 058.014.151-90

SUPLENTE

Thereza Thomazia Antunes Bezerra de Lima

CPF: 019.630.351-60

FISCAL

Márcia Andréia Segabinazi Scheffer

CPF: 830.243.101-00

SUPLENTE

Art.3º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 07 de novembro de 2022.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº021/2022/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 234/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRONICO SRP Nº. 021/2022/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE TUBOS DE CONCRETO, CONCRETO USINADO E PISO (PAVIESS) DESTINADO A PREFEITURA DE NOVA OLIMPIA/MT. **Início da Sessão da Disputa de Preços: 24/11/2022 09:00 (Horário de Brasília/DF) ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.LICITANET.COM.BR .** As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT,07 de novembro de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 235/2022

ARRECADAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 099 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE NÚCLEO ESTRATÉGICO PROVISÓRIO PARA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS FISCALIZATÓRIOS E DE ARRECADAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DA REDESIM, EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO IV DA ART. 72 DA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Núcleo Estratégico Provisório-"NEP", objetivando a Construção e Implementação dos Sistemas Fiscalizatórios e de Arrecadação do Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º O "NEP" ficara sob o comando programático da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços e será composta de forma articulada pelas áreas de Cadastro; Arrecadação e Fiscalização (ISSQN, IPTU, ITBI, TAXAS, ALVARAS e Convênios SEFAZ/ITR), preços públicos, fiscalização de obras de edificação residencial e ou comercial, fiscalização de membramento ou desmembramento de solo para fins urbano, fiscalização de posturas, fiscalização ambiental, fiscalização sanitária, execução e acompanhamentos dos processos de regularização fundiária urbana- REURB.

Art. 3º As unidades departamentais de serviços de engenharia, meio ambiente e vigilância sanitária, comporão de forma articulada com os Departamentos de Arrecadação, Cadastro e Fiscalização de toda a sistemática de planejamento e desenvolvimento das atividades correlatas.

Art. 4º Comporão diretamente o "NEP" todos os servidores públicos lotados nas áreas de fiscalização, fiscal, auditores fiscais, agentes de administração vinculados e as respectivas chefias dos Departamentos de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização.

Art. 5º Avaliação dos servidores em estágio probatório ficara doravante sob a responsabilidade das chefias dos departamentos de arrecadação e fiscalização em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 6º Ficará integrado no "NEP" a Sala do Empreendedor cujos servidores sob a tutela do Agente de Desenvolvimento Econômico coordenarão a implantação da REDESIM, objetivando o processo de desburocratização do registro, alteração e baixa de empresa, além da implantação do processo para pagamento de taxas e tributos em meio eletrônico.

Art. 7º A " REDESIM" é um sistema que tem por finalidade integrar os diversos processos legais que permeiam a vida de uma empresa envolvendo o seu registro, inscrição, alteração e baixa.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Planejamento ficara responsável por todo e qualquer processo de atualização cadastral imobiliária, atualização da Planta Genérica de Valores e atualização do Cadastro Mobiliário " CAMOB".

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n° 082 de 22 de setembro de 2022.

Nova Olímpia – MT, 07 de novembro de 2022.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria, na data supra

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº022/2022/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 235/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRONICO SRP Nº. 022/2022/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE CBUQ- CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE DESTINADO A PREFEITURA DE NOVA OLIMPIA/ MT. **Início da Sessão da Disputa de Preços: 25/11/2022 09:00 (Horário de Brasília/DF) ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.LICITANET.COM.BR.** As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT,07 de novembro de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 235/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: ENPROTEC ARQUITETURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI OBJETO: Contratação de Empresa para Execução da Obra de Reforma do Centro de Eventos Antenor Bezerra no Município de Nova Santa Helena/MT, Numa Dimensão Total de 565,50 Metros Quadrados.

TERMO ADITIVADO: Aditivo de Valor.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 04/11/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 5º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: INOVAMED HOSPITALAR LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA PÚBLICA, DE ACORDO COM O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA E A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME).

REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhado os preços dos itens de nº 15, 49, 50, 53 da Ata de Registro de Preços nº 018/2022, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando o novo preço a ser praticado e descrito a seguir: ITEM: 15 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,55; ITEM: 49 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 4,83; ITEM: 50 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,16; ITEM: 53 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,41.

Data de Assinatura: 07/11/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

PARTE CONTRATADA: EDVALDO GARCIA ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte e locação de espaço físico, com áreas de lazer e alimentação, para as crianças atendidas pelo SCFV, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Santa Helena/MT

VALOR: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 07/11/2022 até 31/12/2022

DATA DE ASSINATURA:07/11/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através da Presidente da Comissão Especial de Julgamento do Concurso de Projetos e demais membros, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Concurso de Projetos nº 001/2022, cujo objeto é a Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar Termo de Parceria para formação de vínculo de cooperação, visando a colaboração, fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria, onde sagrou-se vencedora a seguinte entidade:

INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS – INSTITUTO PAIAGUÁS, CNPJ: 10.870.028/0001-33.

Nova Santa Helena/MT, 07 de novembro de 2022.

EDINALVA NUNES

Presidente da Comissão

Publique-se

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 008/2022/SMECDL/NSH-MT

Dispõe sobre nomeação de membros da Comissão de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho *do Professor e demais Profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação de Nova Sana Helena.*

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE NOVA SANTA HELENA-MT no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor a Comissão que conduzirá o processo da atribuição de classes e/ ou aulas e da jornada/regime de trabalho para o ano letivo de 2023, considerando os seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer:

- Eunice Cabral Rúbio Campos (Titular)

- Leila Pimenta Zaneti (Suplente)

Representantes dos Professores Efetivos da Educação Básica Pública:

- Valcleci Kovalski Cebrian (Titular)

- Adriano Bortolin (Suplente)

Representantes dos Secretários Escolares da Educação Básica Pública:

- Jéssica Carvalho Barbosa (Titular)

- Cristiane Botelho de Souza (Suplente)

Representantes dos Servidores Efetivos da Educação Básica Pública:

- Patrícia Queiroz (Titular)

- Jucimeire Rocha Cruz (Suplente)

Representantes dos Presidentes dos Conselhos da Comunidade Escolar da Educação Básica Pública:

- Denise Patrícia da Silva (Titular)

- Lucimara Teixeira da Silva Vieira (Suplente)

Representantes dos Pais da Educação Básica Pública:

- Amanda Costa Brandão (Titular)

- *Graziely* Cristina De Oliveira Kolakowski (Suplente)

_____

Juliane Oscar de Souza Moura

Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Município de Nova Santa Helena

Port. 004/2021

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 348/2022

DATA:07 de novembro de 2022

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Contrato e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

Art. 1º. Nomear a servidora SUELEN ANDREIA DOLEYS PAULATTI, inscrito sob a matricula de nº 758 como Titular e a servidora **VALERIA ALMEIDA UBEDA COSTA**, inscrita sob a matricula de nº 863 como Suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato, conforme abaixo relacionado.

CONTRATO	**105/2022**
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, COM ÁREAS DE LAZER E ALIMENTAÇÃO, PARA AS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO SCFV, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA SANTA HELENA/MT.
EMPRESA:	EDVALDO GARCIA ME
CNPJ Nº:	05.958.303/0001-35

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro 2022.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 07/11/2022 a 07/12/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347/2022

DATA: 01 de novembro de 2022

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação em cargo comissionado e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª **LUANA CAROLINE DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF nº 703.691.881.01 e no RG nº 2.680.705-0 SSP/MT, para exercer o cargo de Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social, a partir dessa data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

01 de novembro de 2022.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 01/11/2022 a 01/12/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 346/2022

DATA:31 de outubro de 2022

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Ata de Registro de Preço e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administra-

ção Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **JANAINA VIEIRA DOS SANTOS WALTHER,** inscrita sob a matricula nº **322** como Titular e a servidora **MILENA BATISTA FOGAÇA SILVA**, inscrita sob a matricula de nº **1192,** como Suplente, para acompanhar e fiscalizar as Atas de Registro de Preço, conforme abaixo relacionada.

ATA	**124/2022**
OBJETO:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE CONSUMO PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE NOVA SANTA HELENA/MT.**
EMPRESA:	**MD COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS FARMACÊUTICOS LTDA**
CNPJ Nº:	**14.234.142/0001-28**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 31 de outubro 2022.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 31/10/2022 a 30/11/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 345/2022

DATA:27 de outubro de 2022

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Ata de Registro de Preço e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **JOHNNY LUIZ SUR,** inscrito sob a matricula nº **755** como Titular e a servidora **JANAINA MATHEUS DE NADAI**, inscrita sob a matricula de nº **322,** como Suplente, para acompanhar e fiscalizar as Atas de Registro de Preço, conforme abaixo relacionada.

ATA	**124/2022**
OBJETO:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT**
EMPRESA:	**ADENILSON ALVES DE OLIVEIRA 03912641170**
CNPJ Nº:	**17.983.276/0001-30**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 27 de outubro 2022.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 27/10/2022 a 27/11/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 344/2022

DATA: 25 de outubro de 2022

SÚMULA: Dispõe sobre afastamento para usufruir de licença para tratamento de Saúde e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO IV, SEÇÃO I, ART. 99 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

RESOLVE:

Art 1º. **CONCEDER** a Licença para Tratamento da Saúde ao servidor abaixo relacionado, relativo aos períodos que menciona, conforme resultado apresentado em perícia médica oficial:

SERVIDOR	MATRICULA	TIPO DE BENEFÍCIO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Augusto Raimundo Landin	**290**	**Auxilio Doença**	De: 20/10/2022 a 10/01/2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

25 de outubro de 2022.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 25/10/2022 a 25/11/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 341/2022

DATA: 24 de outubro de 2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES, ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO IV, SEÇÃO X, ART. 114 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor dos requerimentos dos servidores com a manifestação do interesse da conversão em pecúnia da Licença Prêmio por Assiduidade;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER na forma dos dispositivos legais supramencionados, a **"CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE"** aos servidores relacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Servidor	Mat.	Período Aquisitivo	Quantidade
FATIMA SABINO DOS SANTOS	538	De: 18/10/2017 a 17/10/2022	**60 dias**
JULIANA DA CRUZ LORCA BARIQUELO	746	De: 02/01/2014 a 01/01/2019	**70 dias**

Art. 2º. As Licenças Prêmios por Assiduidade, acima mencionadas serão lançadas em pecúnia na folha de outubro de 2022 e serão pagas juntamente com os demais proventos e descontos de direito dos servidores, supramencionados no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

24 de outubro de 2022.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/10/2022 a 24/11/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 340/2022

DATA:24 de outubro de 2022

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Contrato e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

Art. 1º. Nomear a servidora **SUELEN ANDREIA DOLEYS PAULATTI**, inscrito sob a matricula de nº **758** como Titular e a servidora **EVA NEIDE FERREIRA,** inscrita sob a matricula de nº **848** como Suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato, conforme abaixo relacionado.

CONTRATO	**104/2022**
OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Empresa Especializada em revitalização, confecção, locação, montagem, desmontagem e manutenção de Decoração Natalina, com fornecimento do material, para o Município de Nova Santa Helena/MT**
EMPRESA:	**DC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**
CNPJ Nº:	07.339.326/0001-97

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 24 de outubro 2022.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/10/2022 a 24/11/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 339/2022

DATA:21 de outubro de 2022

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Contrato e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

Art. 1º. Nomear a servidora **EUNICE CABRAL RUBIO CAMPOS**, inscrita sob a matricula de nº **541** como Titular e a servidora **LEILA PIMENTA ZANETI,** inscrita sob a matricula de nº **535** como Suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato, conforme abaixo relacionado.

CONTRATO	**103/2022**
OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na **Contratação de Empresa para aquisição de ônibus escolar para suprir a demanda da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do Município de Nova Santa Helena/MT**
EMPRESA:	**MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI**
CNPJ Nº:	07.838.209/0001-78

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 21 de outubro 2022.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 21/10/2022 a 21/11/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2022

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

CONTRATADO: ENPROTEC ARQUITETURA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI OBJETO: Contratação de Empresa para Execução da Obra de Reforma do Centro de Eventos Antenor Bezerra no Município de Nova Santa Helena/MT, Numa Dimensão Total de 565,50 Metros Quadrados.

TERMO ADITIVADO: Supressão de Valor.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 04/11/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

RH
DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2021

A Prefeitura de Nova Xavantina - MT informa a **Desistência** da candidata **LARA EVELYN SILVA,** convocada através do **20º edital de convocação**, referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 03/2021, do seguinte cargo;

CARGO:TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - TAE

Nova Xavantina - MT, 07 de Novembro de 2022.

Leandro César Esteves

Assistente Administrativo

RH
21º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2021

O Município de Nova Xavantina CONVOCA o (a) candidato (a) aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado 03/2021, para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital na Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da Prefeitura Municipal, apresentando documentação necessária para contratação, conforme anexo I..

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Ord.	Nome do Candidato (a)
03	JEFERSON RODRIGO CAMPANA

Informamos que os candidatos que não tiverem interesse em assumir compareçam na Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.

Será considerado desistente e perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Nova Xavantina-MT, 07 de Novembro de 2022.

JOÃO MACHADO NETO – JOÃO BANG

Prefeito Municipal

ANEXO - I DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

01 - CPF, RG e Titulo de Eleitor (original) e uma cópia de cada.

02 - Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e uma cópia.

03 – CPF (obrigatório), RG ou Certidão de Nascimento com o Cartão de Vacinação dos filhos menores/dependentes, (original), duas cópias e Declaração autorizando ou não o Município a cadastrar o(a) filho(a) como dependente, para fins de declaração de imposto de renda, e informando que ele(a) não será declarado como dependente de outra pessoa.

04 – Certificado de Reservista ou Dispensa de corporação **(se masculino)** original e uma cópia

05 – Uma foto 3 x 4 recente.

06 - Documento de Escolaridade exigida para o cargo (Certificado/Diploma **OU** Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar) uma cópia e original.

07 - Número de conta corrente/salário pessoal junto ao Banco do Bradesco S.A.

08 - Cópia de comprovante de endereço atualizado (uma cópia), anotar o número de telefone para contato e EMAIL.

09- Carteira de Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

10 - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a página onde consta a foto, a página com os dados pessoais e a página onde conste o registro do ultimo emprego, ou declaração informando o último emprego.

11- Carteira Nacional de Habilitação - CNH original e uma cópia (somente para o cargo de motorista).

12- Certidão de Quitação com a obrigação Eleitoral (Cartório Eleitoral) ou no endereço eletrônico: www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

13- Declaração de Bens com Valores que compõe o seu patrimônio.

14- Declaração de Bens com Valores do conjugue se for o caso.

15- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

16- Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço Público, no período de 05(cinco) anos, nas esferas federal, estadual e Municipal.

17-Certidão de Inexistência de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal;

18-Exame médico PRÉ-ADIMISSIONAL de aptidão Física e Mental, que correrão sob suas expensas (Não Podendo Ser Atestados Do SUS).

19–Certidão negativa cível junto ao Cartório Distribuidor da **Justiça Federal** do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao) **1ª REGIÃO**.

20 - Certidão **negativa cível 1º e 2º graus** junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Estadual do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias no endereço eletrônico;(http://sec.tjmt.jus.br/).

21- Número do PIS ou PASEP, caso não possua, fazer declaração autorizando a Prefeitura Municipal a efetuar o cadastro;

Observação:

A documentação deverá ser apresentada no prazo estabelecido, na ordem desta lista. Processos com documentação incompleta não serão aceitos pela Gerência de Gestão de Pessoas.

Telefones para contatos (66) 3438 2653-(66) 3438-3296 E-mail para contato rh@novaxavantina.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2022
PROCESSO LICITATÓRIO 039/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de medicina e segurança do trabalho, levantamento e elaboração de Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), Programa de Prevenção de Riscos Ambientas (PPRA) e Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO), visando atender todos os servidores da Prefeitura de Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público a contratação por dispensa de licitação da empresa **RD Engenharia e Transportadora Ltda. - ME,** no valor global de **R$ 17. 500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, tudo de acordo com o referido processo. **RATIFICO** a presente Dispensa de Licitação, em conformidade com o inciso II do Artigo 24 da lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal 9.412/18.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 07 de novembro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

FINANCAS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, de 07 de Novembro de 2022.Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratarde assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áfeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.Sujeito(s) Passivo(s)Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação eIntimação (ITR)

LUCIA VALENTE TREVISAN 248.629.488-04 1044/00020/2022

MARIO MARQUES DE TOLEDO 103.443.748-82 1044/00012/2022

MARIO MARQUES DE TOLEDO 103.443.748-82 1044/00013/2022

ROSILDO XAVIER DE ALMEIDA 078.866.831-53 1044/00041/2022

SEBASTIAO CANDIDO BRANDAO NETP 114.919.146-53 1044/00016/2022

SEBASTIAO CANDIDO BRANDAO NETP 114.919.146-53 1044/00017/2022

VALDECI COLOMBO 457.641.589-15 1044/00043/2022

VALDIVINO LAURENCIO MENDES 058.161.229-91 1044/00037/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITRNome: EMERSON DOS SANTOS Matrícula: 00003795Cargo: SECRETARIA DE FINANÇAS / 2202021 Assinatura

FINANCAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, de 07 de Novembro de 2022.Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratarde assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos doartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11. 250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária destemunicípio para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áfeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.Sujeito(s) Passivo(s)Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

EDEMBERGO KUNTZ DIAS (ESPÓLIO DE) 150.023.659-49 1044/00055/2022

AGUINALDO RODRIGUES CALDEIRA 201.466.807-82 1044/00057/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: EMERSON DOS SANTOS Matrícula: 00003795Cargo: SECRETARIA DE FINANÇAS / 2202021 Assinatura:

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 180/2022

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LUANA PERIRA DA SILVEIRA,** portadora da cédula de identidade Nº 2366414 SSP/MT e CPF N°. 047.126.031-27, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.201,75**(Um mil duzentos e um reais e setenta e cinco centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/11/2022 a 31/12/2022**

Novo Mundo/MT, 01 de novembro de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

FINANCAS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 07 de Novembro de 2022.Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratarde assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos doartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária destemunicípio para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áfeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.Sujeito(s) Passivo(s)Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação eIntimação (ITR)

ANTONIO MENDES DE SOUZA 810.136.711-04 1044/00019/2022

CHRISTIAN PEREIRA DOS SANTOS 031.104.381-00 1044/00023/2022

ERNANI SOUZA PEDRO 842.763.551-68 1044/00009/2022

ERNANI SOUZA PEDRO 842.763.551-68 1044/00010/2022

IDER DE ALMEIDA 075.098.046-04 1044/00027/2022

JANETE RIVA ZAMINHAN 853.964.511-49 1044/00029/2022

JOAO LUIZ SARDELI 437.112.271-04 1044/00051/2022

JONAS DA SILVA LIMA 312.952.828-87 1044/00011/2022

JOSE HUMBERTO DE ARAUJO 161.292.536-72 1044/00030/2022

JOSE MARCOS VIEIRA DE ALMEIDA 979.892.401-06 1044/00031/2022

KAMILA BROCH MENEGUETTI 873.073.321-91 1044/00039/2022

LUIS CLAUDIO RODRIGUES DA CUNHA 672.303.266-72 1044/00032/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: EMERSON DOS SANTOS Matrícula: 00003795Cargo: SECRETARIA DE FINANÇAS / 2202021 Assinatura

FINANCAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 07 de Novembro de 2022.Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratarde assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos doartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária destemunicípio para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áfeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.Sujeito(s) Passivo(s)Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR)

ODAIR FIRMINO DE PAULA 360.805.279-87 1044 /00052/2021

ALENCAR SILVEIRA BUENO 181.962.761-68 1044 /00121/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITRNome: EMERSON DOS SANTOS Matrícula: 00003795Cargo: SECRETARIA DE FINANÇAS / 2202021 Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE PRORROGAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

AVISO DE PRORROGAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua pregoeira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei n° 8.666/93 e, torna público para conhecimento dos interessados que fica prorrogada a data da abertura da licitação a cima supracitada para o dia 23 de Novembro, ás 09:00 horas (Horário de Brasília), no mesmo local. O mesmo encontra-se disponível no site: www.novosantoantonio.mt.gov.br.

Novo Santo Antônio-MT, 07 de Novembro de 2022.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2022

PROCESSO Nº: 066/2022

TIPO: Global

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT torna público para conhecimento dos interessados que a **Tomada de Preços nº. 04/2022**, cuja abertura ocorreu às 14h00min do dia **07 de Novembro de 2022**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMINHO DO SABER.**Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
F. A. E. SOARES - ME	01.851.632/ 0001-21	01	R$ 414. 013,78

VALOR TOTAL R$ 414.013,78 (Quatrocentos e Quatorze Mil e Treze Reais e Setenta e Oito Centavos).

A Ata Integral da Tomada de Preços da empresa acima citada se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio - MT.

Novo Santo Antônio - MT, 07 de Novembro de 2022**.**

HENRIQUE DE SOUSA CARDOSO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2022 - CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2022

EDITAL Nº. 014/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT, senhor Leonardo Faria Zampa no uso de suas atribuições estabelecidas pela Constituição Federal, Artigo 37 e pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Homologação e Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 002/2022 – Chamamento Público 002/2022 no Mural da Prefeitura Municipal, No site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br/ portal da transparência/legislação/decreto e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XVII, edição 4.037, páginas 494/495.

Convoca:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2022 – Chamamento Público 002/2022, para os cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, fones: (66) 3479-1158 no período de **08/11/2022 à 22/11/2022,** no horário de 07hs00min as 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min.

CONVOCADOS

NOME	CARGO
MARINA PEREZ DA SILVA	TÉCNICA EM ENFERMAGEM
VIVIANE DOS SANTOS SILVA	TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (**internet)** da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação

22 – Conta Corrente Banco do Brasil

23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH categoria “D” (Motorista)

Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado 002/2022.

Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, aos sete dias do mês de novembro de 2022.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Pref. Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 69/2022

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2022 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui o objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Prestação de Serviços de Horas Máquina de Esteira com Operador,** Peso Operacional mínimo de 12.886 kg e Com Capacidade de Lâmina de 2,7 M³ (Metros Cúbicos), **com recursos do FETHAB e recurso Próprio**, sendo as despesas mecânicas, deslocamento da máquina e Abastecimento por conta da contratada, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 21/11/2022. Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/1756. Paranatinga-MT, 07 de novembro de 2022. Devenilson da silva Pregoeiro Portaria 025/2020.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 357/2022 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N° 357/2022 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 – Promover o(a) servidor (a) **CLEIDIANE OLIVEIRA DA COSTA MARTINS VIEIRA –** AAE I - AG SERV GERAIS,**da**Classe B5 para B6;

2 – Promover o(a) servidor (a) **MARLENE BENEDITA DA SILVA NASCIMENTO –** AGENTE DE VIGILANCIA E FISCALIZACAO SANITARIA**,** daClasse C5 para C6;

3 – Promover o(a) servidor (a) **ANA REGINA GOMES COSTA MARQUES GUNSCH –** RECEPCIONISTA**, da**Classe C5 para C6;

4 – Promover o(a) servidor (a) **FRANCISCO EVANDRO TOMAZ DE AQUINO –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B5 para B6;

5 – Promover o(a) servidor (a) **JAMILSON FRANCISCO DE SOUZA –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B5 para B6;

6 – Promover o(a) servidor (a) **LAERTE CORREA DA SILVA –** AAE I - VIGIA**,** daClasse B5 para B6;

7 – Promover o(a) servidor (a) **NATANAEL SCHUENQUENER –** MOTORISTA VEICULO LEVE**, da**Classe C5 para C6;

8 – Promover o(a) servidor (a) **MICHELLE SALOMAO MOREIRA SILVA REIS** – FONOAUDIOLOGO, daClasse C5 para C6;

9 – Promover o(a) servidor (a) **CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA –** FISIOTERAPEUTA**,** daClasse C5 para C6;

10 – Promover o(a) servidor (a) **CLAUDECY BARRETO DOS SANTOS –** BORRACHEIRO**,** daClasse C5 para C6;

11 – Promover o(a) servidor (a) **LUCIMAR PEREIRA DA FE** AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, da**Classe C5 para C6;

12 – Promover o(a) servidor (a) **REJAINE MORENO MACIEL** AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, da**Classe C5 para C6;

13 – Promover o(a) servidor (a) **EDINETE CLEMENTINA DA SILVA** AUXILIAR EM SAUDE BUCAL**, da**Classe C5 para C6;

14 – Promover o(a) servidor (a) **EDNEIA MARIA DA SILVA** AUXILIAR EM SAUDE BUCAL**, da**Classe C5 para C6;

15 – Promover o(a) servidor (a) **ZELIA DE SOUZA –** AAE I - AG SERV GERAIS**, da**Classe B5 para B6;

16 – Promover o(a) servidor (a) **SIRLEI RODRIGUES GALDINO LIMA –** AAE I - AG SERV GERAIS**, da**Classe B5 para B6;

17 – Promover o(a) servidor (a) **MARIA APARECIDA MARQUES SOUZA –** AAE I - AG SERV GERAIS**, da**Classe B5 para B6;

18 – Promover o(a) servidor (a) **MARIA APARECIDA DE PAULA**

AAE I - AG SERV GERAIS**,** daClasse B5 para B6;

19 – Promover o(a) servidor (a) **MARGARIDA DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA,** AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, da**Classe C5 para C6;

20 – Promover o(a) servidor (a) **AGNALDO RONDON KOGAPI,** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

21 – Promover o(a) servidor (a) **DURVAL ALACUIAWA** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

22 – Promover o(a) servidor (a) **GENIVALDO GERONIMO POIURE,** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

23 – Promover o(a) servidor (a) **APOLONIO APIAGA** PROFESSOR C - 30 HRS, daClasse C5 para C6;

24 – Promover o(a) servidor (a) **OLIVIO WAOMORA –** PROFESSOR C - 30 HRS, daClasse C5 para C6;

25 – Promover o(a) servidor (a) **DENIVALDO PEREIRA DA SILVA** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

26 – Promover o(a) servidor (a) **HILARIA ANA SCHAEFER** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

27 – Promover o(a) servidor (a) **ASTERIA TEREZIA FLACH** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

28 – Promover o(a) servidor (a) **MARIA APARECIDA DA SILVA** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

29 – Promover o(a) servidor (a) **VALDIVA ROSA PINHEIRO** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

30 – Promover o(a) servidor (a) **MARCIANA VIEIRA DA ROCHA** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

31 – Promover o(a) servidor (a) **JOANA MOREIRA DE FARIA** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

32 – Promover o(a) servidor (a) **IVANETE OLIVEIRA SOARES DA SILVA –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

33 – Promover o(a) servidor (a) **CIRLEI ROESLER DE VARGAS** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

34 – Promover o(a) servidor (a) **IVANIA GOMES DE SOUZA SILVA** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

35 – Promover o(a) servidor (a) **ROSILENE GONCALVES BARBOSA DA SILVA –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

36 – Promover o(a) servidor (a) **ELIANE LESSIM SIMOES LEITE –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

37 – Promover o(a) servidor (a) **VERA LUCIA ALVES DA SILVA–** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

38 – Promover o(a) servidor (a) **MANUELA SARDA DANGUY LUSTOZA PACHECO–** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

39 – Promover o(a) servidor (a) **ROSANA FORGIARINI –** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

40 – Promover o(a) servidor (a) **SILVIA MARIA DE MORAIS CORTE PROFESSOR** C - 30 HRS**,** daClasse C5 para C6;

41 – Promover o(a) servidor (a) **CLAUDINES FREIRE PICOLI PROFESSOR** C - 30 HRS**,** daClasse C5 para C6;

42 – Promover o(a) servidor (a) **FRANCIANE LIMA CAVALCANTE TEZA –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

43 – Promover o(a) servidor (a) **LUZIA DE FATIMA CAMPOS RIBEIRO –** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

44 – Promover o(a) servidor (a) **CRISTINA BERALDI,** PROFESSOR C - 26 HRS**, da**Classe C5 para C6;

45 – Promover o(a) servidor (a) **ROSA MARIA PERUCHINI OLIVEIRA –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

46– Promover o(a) servidor (a) **VERA LUCIA GOMES BEZERRA CIRILO** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

47 – Promover o(a) servidor (a) **JULIETA GONCALVES DOS REIS** PROFESSOR C - 30 HRS**, da**Classe C5 para C6;

48 – Promover o(a) servidor (a) **LEILA RUTH DA SILVA ROSA,** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

49– Promover o(a) servidor (a) **JOANA DARC DA SILVA BORGES,** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

50 – Promover o(a) servidor (a) **VICENCIA PAULA FERREIRA DA SILVA –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

51 – Promover o(a) servidor (a) **NEUZA AZAMBUJA DOS SANTOS ROLIM –** PROFESSOR C - 30 HRS,**da**Classe C5 para C6;

52 – Promover o(a) servidor (a) **NIVERCI FRANCISCA DE LIMA –** AG SERVICOS GERAIS,**da**Classe C3 para C4;

53 – Promover o(a) servidor (a) **ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA SALAZAR-** ENFERMEIRO PADRAO, da classe C5 para C6;

54 – Promover o(a) servidor (a) **AMANDA COLTRE BERTECHINI**- ENFERMEIRO PADRAO, da classe C5 para C6;

55 – Promover o(a) servidor (a) **NADIA LOIOLA DOS SANTOS-** AG SERVICOS GERAISdaClasse C5 para C6;

56 – Promover o(a) servidor (a) **FATIMA EICKHOFF HAMMARSTROM,** ENFERMEIRO PADRAO**da**Classe C5 para C6;

57 – Promover o(a) servidor (a) **ROGERIO DIVINO DOS REIS SILVA,** MOTORISTA VEICULO PESADO**da**Classe C6 para C7;

58 – Promover o(a) servidor (a) **CLEIA LOIOLA DE SOUSA,** PROFESSOR C - 30 HRS**da**Classe C4 para C5;

59 – Promover o(a) servidor (a) **LEILA MINATTO GOMES,** PROFESSOR C - 30 HRS**da**Classe C5 para C6;

60 – Transferir o(a) servidor (a) **ALCIMAR RODRIGUES BATISTA OLIVEIRA,** VIGIA, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19 de outubro de 2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 19 de outubro de 2022.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 372 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 372 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais, e:

RESOLVE:

I - DESIGNAR a Servidora **ZÉLIA MOREIRA ORTIZ,**matricula n. 2271 ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Banco de Sangue e Laboratório, inscrita em seu conselho de classe sob número CRF/MT 562493 lotada na Secretaria Municipal de Saúde para acumular atribuições como Assistente Técnico Bioquímico/Farmacêutico para desempenhar atividades inerentes à sua especialidade no seu Departamento, podendo emitir pareceres, avaliações, resultados.

II – Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 01 de novembro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 371 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 371 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais, e:

RESOLVE:

I - – DESIGNAR a Servidora **LISLAINE FIDESKI,**matricula n. 7103 Enfermeira,inscrita em seu conselho de classe sob número 558.793 COREN-MT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para acumular atribuições concernente à Atenção Primária à Saúde de Paranatinga, sendo:

1. Supervisionar, executar, coordenar e avaliar atividades e ações relacionadas com o planejamento, monitoramento, controle, fiscalização e avaliação relativas aos Indicadores do Previne Brasil, que é o novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde;

2. Estimular, fomentar, acompanhar, participar e planejar da formação da educação permanente de trabalhadores em saúde necessários ao SUS no seu âmbito de gestão, contando com a colaboração e apoio, e orientações da CIES (Comissões de Integração Ensino-Serviço) da Regional de Saúde Sul Mato-grossense;

3. Executar, coordenar, avaliar e monitorar, planejar ações, metas e objetivos, para dar suporte aos Tutores Municipais e Tutores das Unidades de Saúde para a implementação e expansão do PlanificaSUS no município, que é um programa de Planificação da Atenção à Saúde, voltado para a organização e integração da Atenção Primária à Saúde (APS) e da Atenção Especializada (AE), que atendem os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);

4. Representar e defender os interesses do município e dos munícipes, podendo atuar representando a Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em conjunto com Diretor de Departamento de Atenção Básica, frente aos demais municípios do Estado, como Supervisora de Controle e Monitoramento dos Indicadores do Previne Brasil, Responsável Técnico de Educação Permanente em Saúde no Município de Paranatinga e Referência Técnica Municipal do PlanificaSUS.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 60/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Molejo, torno e solda, radiador e cardam para Manutenção dos Caminhões, Máquinas Pesadas, Ônibus e Micro-Ônibus, atendendo as necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 27/10/2022 até o dia 27/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

A A DA SILVA HAMMARSTRON - ME CNPJ: 33.101.826/0001-04
VALOR GLOBAL **R$**: 735.400,00 (setecentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
18	331790	SERVICO DE SOLDA GRANDE	UND	920	R$ 350,0000	322.000,00
20	491591	SERVICO DE SOLDA MINIMA	UND	940	R$ 35,0000	32.900,00
22	495156	SERVICO DE TORNO EM GERAL GRANDE	UND	760	R$ 400,0000	304.000,00
24	495158	SERVICO DE TORNO EM GERAL PEQUENO	UND	765	R$ 100,0000	76.500,00
AUTO MOLAS PIONEIRO LTDA - EPP CNPJ: 26.549.303/0001-51						
VALOR GLOBAL **R$**: 310.960,00 (trezentos e dez mil, novecentos e sessenta reais).						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
7	324142	SERVICO DE CUICA	UND	600	R$ 45,0000	27.000,00
10	324943	SERVICO DE GRAMPO	UND	630	R$ 20,0000	12.600,00
11	324114	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRO	UND	590	R$ 120,0000	70.800,00
19	331789	SERVICO DE SOLDA MEDIA	UND	920	R$ 218,0000	200.560,00
BRUNA BUENO DE PINHO - 06246640150 CNPJ: 42.534.436/0001-00						
VALOR GLOBAL **R$**: 148.320,00 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e vinte reais).						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
13	339034	SERVICO DE MOLEJO TRACAO	UND	830	R$ 78,0000	64.740,00
16	323971	SERVICO DE RADIADOR	UND	420	R$ 199,0000	83.580,00
JHONATAN MACHADO BORGES - ME CNPJ: 37.069.106/0001-51						
VALOR GLOBAL **R$**: 562.790,00 (quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa reais).						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	324057	SERVICO DE AMORTECEDOR	UND	425	R$ 35,0000	14.875,00
3	495155	SERVICO DE BARRA DE DIRECAO	UND	415	R$ 68,0000	28.220,00
4	495154	SERVICO DE CARDAN	UND	520	R$ 116,0000	60.320,00
6	495153	SERVICO DE CRUZETA	UND	490	R$ 65,0000	31.850,00
8	337196	SERVICO DE EMBREAGEM	UND	405	R$ 765,0000	309.825,00
15	326677	SERVICO DE OXIGENIO	UND	560	R$ 20,0000	11.200,00
17	324545	SERVICO DE RADIADOR CAMINHAO	UND	426	R$ 250,0000	106.500,00
POSTO DE MOLAS PARANATINGA LTDA - EPP CNPJ: 15.805.110/0001-06						
VALOR GLOBAL **R$**: 677.810,00 (seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e dez reais).						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
2	331786	SERVICO DE ARQUEAMENTO	UND	570	R$ 180,0000	102.600,00
5	324072	SERVICO DE CORTE E FURO	UND	620	R$ 7,5000	4.650,00
9	331785	SERVICO DE EMBUCHAMENTO	UND	550	R$ 500,0000	275.000,00
12	339036	SERVICO DE MOLEJO DO ESTABILIZADOR	UND	420	R$ 78,0000	32.760,00
14	331781	SERVICO DE MOLEJO TRASEIRO	UND	830	R$ 60,0000	49.800,00
21	331788	SERVICO DE SOLDA PEQUENA	UND	850	R$ 36,0000	30.600,00
23	495157	SERVICO DE TORNO EM GERAL MEDIO	UND	760	R$ 240,0000	182.400,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 27 de outubro de 2022.

OUVIDORIA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO E MODIFICATIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PLENA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO E MODIFICATIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PLENA

Processo: Contrato de Concorrência n. 01/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: ÁGUAS DE PARANATINGA S/A, CNPJ sob o n.º 20.978.996/0001-11

Objeto: promover a inclusão, no Contrato de Concessão (“CONTRATO” ou “CONTRATO DE CONCESSÃO”) dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário da Cidade de Paranatinga (“SERVIÇOS”), da AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO (“ARISMT”), inscrita no CNPJ do MF sob o nº 39.323.733/0001-00, consórcio público de direito público (associação pública), com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1731 - Centro Empresarial Paiaguás- Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-350; Promover a aplicação da REVISÃO TARIFÁRIA no percentual de 1,83% (um vírgula oitenta e três por cento), sobre a Tarifa Referencial de Água ,conforme memória de cálculo validada pelas PARTES e a INTERVENIENTE, conforme ANEXO ÚNICO do presente aditivo, a partir da assinatura do presente instrumento, observado o prazo de 30 dias de aviso prévio aos usuários, nos termos da Lei.

PARANATINGAPREV
PORTARIA N.º 019/2022

PORTARIA N.º 019/2022

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por idade ao servidor **Sr. Joel Dourado de França**.”*

A Diretora Executiva do PARANATINGA-PREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 01/2022 – PARANATINGA-PREV, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 23 de fevereiro de 2022, que concedeu o benefício de Aposentadoria por Idade, em favor do **Sr. Joel Dourado de França** conforme processo administrativo do **PARANATINGA-PREV n.º 2022.02.00002P,** a partir de **01/02/2022.**

Onde se Lê: “(...) portador da cédula de identidade **nº 255116 - SSP/MT (...)”**

Leia-se: “(...) portador da cédula de identidade **nº 0255116-0 SESP/MT (...)”**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a **01/02/2022**, revogados as disposições em contrário.

Paranatinga/MT, 07 de novembro de 2022.

MÁRCIA PEREIRA DE LIMA SHUENQUENER

Diretora Executiva do PARANATINGAPREV

Homologo

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT.

Dispensa de Licitação nº 71/2022.

RATIFICAÇÃO:

CONTRATADA: GILBERTO WEISS, **CNPJ:** 30.641.049/0001-94.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada visando a **Aquisição de Colchões para Educação Infantil**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT, com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Fundamento Legal: com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Valor da contratação: R$ 15.905,00 (Quinze mil novecentos e cinco reais).

Data da contratação: 07/11/2022.

Dispensa de Licitação nº 71/2022.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Educação e Cultura a Senhora **Rosangela Alves dos Santos** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT, 07 de Novembro de 2022.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 585/2022 - NOMEAÇÃO ALAN CAIK MORAES DOS SANTOS

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre NOMEAÇÃO como Servidor Publico Municipal, e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **como** Servidor Público Municipal o Senhor **Alan Caik Moraes dos Santos** para ocupar o cargo de Chefe do Departamento de Tributação para atuar na Secretaria Municipal de Finanças do Município de Pedra Preta – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 133/2022 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, Prefeita Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 170/2022/SMAS.

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022 realizada por meio do Decreto nº 089/2022 e 095/2022, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

ASSISTENTE SOCIAL –ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0006950	ALESSANDRA APARECIDA DO CARMO ARAÚJO	2º

PSICÓLOGO –ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0013630	CAMILA DOS SANTOS CUNHA	2º

Justificativa: A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita a contratação de um profissional em serviço social e um profissional em psicologia para compor a equipe técnica da Proteção Social Especial em nosso município. Tal demanda é justificada pela descrição de atendimento do processo judicial referente à Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de prestação de serviços à comunidade com a finalidade de promover atenção socioassistencial e acompanhamento a este publico. Importante destacar ainda que os serviços de Proteção Social Especial fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e têm como objetivo promover atenções socioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras questões sociais existentes em nosso município e que ainda não possuem equipe técnica de referência.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 226/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1323/2021 de 23 de dezembro de 2021 decreta:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.13.392.0011.2.127. REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

328 - 3.3.90.31.00.00 1 PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. 40.000,00

DESPORT. E OUTRAS

Total Suplementação: 40.000,00

Art. 2º Em consonância com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, §1º, III, para cobertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação das Seguintes Dotações:

Redução

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.13.392.0011.2.122. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

320 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

Total Redução: 40.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 07 de Novembro de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 588/2022 - FÉRIAS REGULARES IVANI LOPES DA SILVA

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **06/02/2021 à 06/02/2022.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **Ivani Lopes da Silva**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, a serem usufruídas no período de 23/11/2022 à 22/12/2022.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 582/2022 - FÉRIAS REGULARES RENATA DE OLIVEIRA

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **29/11/2020 à 29/11/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a **Renata de Oliveira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Enfermeira, a serem usufruídas no período de 07/11/2022 à 21/12/2022 e 08/01/2023 a 22/01/2023.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos à 07/11/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 583/2022 - FÉRIAS REGULARES MARIA JOSÉ DA COSTA RIBEIRO

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **21/09/2021 à 21/09/2022.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a **servidora Maria José da Costa Ribeiro**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Continua/Merendeira, a serem usufruídas no período de 14/11/2022 à 13/12/2022.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 584/2022 - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALAN CAIK MORAES DOS SANTOS

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, **e** dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor público municipal o Senhor **Alan Caik Moraes dos Santos,** ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, lotado na Secretaria Municipal de Finanças do Município de Pedra Preta – MT.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 587/2022 - FÉRIAS REGULARES MAURO MACEDO DA SILVA

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **02/04/2021 a 02/10/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **Mauro Macedo da Silva**, lotado na Secretária Municipal de Saúde, concursado como Técnico em Radiologia, a serem usufruídas no período de 14/11/2022 **a 03/12/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 004/2022

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 004/2022

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da sua Chefe do Departamento de Licitação, Instituída pela Portaria n° 203/2022, torna público que fará realizar o Credenciamento a seguir caracterizado:

Modalidade: Chamada Pública/Credenciamento nº **004/2022.**

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para contratação de Médicos Especialistas nas áreas de: Psiquiatria e Terapeuta Ocupacional.

A entrega do envelope contendo os documentos para o Credenciamento será do dia **09/09/2022 a 09/ 08/2023**, de segunda a sexta-feira no horário de expediente vigente.

3.2. O prazo de vigência do Credenciamento será por 12 (doze) meses,

Local de Entrega do Envelope com o Credenciamento: de 2ª a 6 ª feira, das **07h00min às 11h00min** e das **13h00min às 17h00min**, na**Prefeitura Municipal de Pedra Preta,** Estado de Mato Grosso**,** Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, Cep: 78.795-000, Bairro: Centro – **Setor de Licitações.**

O procedimento licitatório de Credenciamento obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br.

Pedra Preta - MT, 07 de Novembro de 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA

(Portaria 203/2022)

Chefe do Departamento de Licitação.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

O Município de Pedra Preta MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, por intermédio de sua **Chefe do Departamento de Licitação e Contratos a Sr.ª RITHYENE GOMES DA SILVA**, designada pela Portaria nº 203/2022 de 14 de Abril de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 124, de 6 de Agosto de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 08 de Agosto de 2019, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei n°999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, à Lei Federal n.º 8.666/93, Decreto Municipal nº 11/2021 , Decreto Municipal nº 246/2021 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo Pregoeiro(a) do Município Senhor **FERNANDO ARANTES CORREA DA COSTA**, para tanto nomeados Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 448/2022 de 01 de Setembro de 2022**,** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2022** na seguinte data:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):

Recebimento das propostas: **A partir da publicação**;

Do encerramento do recebimento das propostas**: 22 de Novembro de 2022 às 14h00min (Horário de Brasília - DF);**

Data de abertura das propostas**: 22 de Novembro de 2022 às 14h00min (Horário de Brasília - DF);**

Início da sessão de disputa de preços**: 22 de Novembro de 2022 às 14h00min (Horário de Brasília - DF);**

Todos os horários serão seguidos pelo Fuso Horário de BRASÍLIA - DF.

Site para Realização do Pregão: https:/www.licitanet.com.br

Respectivamente para o seguinte objeto**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de intermediação e gerenciamento de fornecimento de combustível, manutenção veicular e rastreamento veicular com implantação e operação de sistema informatizado de gestão de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital.** Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486-4400 Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 07 de Novembro de 2022.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

(Portaria 203/2022)

PORTARIA Nº 586/2022 - LICENÇA PRÊMIO LEANDRO NUNES DA SILVA

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de LICENÇA PRÊMIO protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **12/08/2010 a 12/08/2015.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO ao servidor **Leandro Nunes da Silva**, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **07/11/2022 à 05/02/2023.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos à 07/11/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA.

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 273/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 273/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **JOYCE PEREIRA RAMOS 02946725162.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 273/2021,** cujo objeto é a **"CREDENCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES FORMADOS E DE SERVIÇOS GERAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NA VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE.**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 273/2021:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE. 1.1. Contratação de serviços como instrutor em cursos profissionalizantes e recreativo, nos termos da Planilha de Serviços.

2. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

2.1. Este aditivo terá validade por **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

3.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 8.871,40 (Oito mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 01 de outubro de 2022.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 270/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 270/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **IGIONI SCHROEDER DA CONCEICAO 05946338188.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 270/2021,** cujo objeto é a **"CREDENCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES FORMADOS E DE SERVIÇOS GERAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NA VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE.**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 270/2021:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE. 1.1. Contratação de serviços como instrutor em cursos profissionalizantes e recreativo, nos termos da Planilha de Serviços.

2. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

2.1. Este aditivo terá validade por **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

3.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 4.435,70 (Quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 01 de outubro de 2022.

PORTARIA Nº 2076 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 2076 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LENILTON MARDINE NETO,** matrícula **Nº 8480 (fiscal titular) e AMANDA CAROLINE FARIAS DE SOUSA,** matrícula **Nº 8487 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Esporte, para atuarem como fiscais dos Contratos de nº **197 e 198/2022**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO 031/2022**, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120, RECEBIDO DO FUNDO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO – FUNDED/MT, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE PEIXOTO DE AZEVEDO, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 03 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 2077 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 2077 DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **JACSON MACIEL DA SILVA,** matrícula **Nº 8457 (fiscal titular) e ERICA PEREIRA SENA,** matrícula **Nº 7558 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Meio Ambiente, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **199/2022**, referente a contratação das empresas vencedoras do **PREGÃO 032/2022**, que tem como objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLANTAS PARA PAISAGISMO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 03 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 2152 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 2152 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CAROLINE RITA SAVEGNAGO,** matrícula **Nº 8743 (fiscal titular)** representante da Secretaria de Administração, para atuar como fiscal do Contrato nº **200/2022**, referente a contratação da empresa **R.B CONSULTORIA LTDA,** estabelecida na Avenida Curitiba, Nº 2734, Sala 203 – Centro, cidade de Sorriso - MT, CNPJ nº **32.584.569/0001-38**, referente a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2022**, contratada por esta Administração de acordo com as leis vigentes de contratações, que tem como objeto **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA VISANDO EXECUÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ESTATUTÁRIOS EM ÂMBITO MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 14 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM___/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 2188 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 2188 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição do Servidor **MESSIAS GOMES DE SOUSA**, **Matrícula: 7803.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **LUCIANE DE OLIVEIRA**,matrícula nº **8509 (fiscal titular)** representante da Secretaria de Saúde, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, a todos os contratos que antes eram fiscalizados pelo Servidor **Messias Gomes de Sousa,** acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, *com efeitos retroativos a 17/10/2022*, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 19 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM___/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 2189 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 2189 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição da Servidora **SULAMITA ORTEGA BIANCHI**, **Matrícula: 1725.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora **CLEIZE MARIA DE BARROS TAVARES**,matrícula nº **6884 (fiscal titular)** representante da Secretaria de Educação, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, a todos os contratos que antes eram fiscalizados pela Servidora **Sulamita Ortega Bianchi,** acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, *com efeitos retroativos a 17/10/2022*, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 19 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM___/___/___
Resp._____

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 329/2021

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 329/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **CLINICA MEDICA SD EIRELI.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 302/2021,** cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS".**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato de Fornecimento nº 329/2021:

1 – Fica alterada **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE.**

1.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 670.312,00 (Seiscentos e setenta mil, trezentos e doze reais).**

1.2. - Fica estabelecido o limite máximo dos itens **1,2,3,4** em **R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro mil Reais)**, como teto financeiro mensal para desembolso a ser pago por profissional contratado, cabendo ao Fiscal do Contrato o controle mensal da demanda e liquidação da despesa, conforme termo de referência. **1.2.1. –** Fica estabelecido o limite máximo do item **16** em**R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)**, como teto financeiro mensal para desembolso a ser pago por profissional contratado, cabendo ao Fiscal do Contrato o controle mensal da demanda e liquidação da despesa, conforme termo de referência.

1.2.2 - Caso a quantidade de procedimentos/atendimentos ultrapassar o limite financeiro mensal, poderá ser compensada/computada no mês que não atingir o limite mínimo de atendimentos, anexando-se o Relatório Nominal de Atendimento Detalhado, ao final do contrato ou na oportunidade de pagamento da última parcela deste, se houverem atendimentos ou procedimentos que ultrapassarem o limite financeiro mensal, este não será passível de pagamento, sendo considerado apenas para a série histórica e planejamento para as futuras contratações da especialidade.

2 – CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

2.1. Fica aditivado o prazo de vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir da data de seu vencimento em **01/12/2022**, e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3 - CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR.

3.1. O valor global deste aditivo é de **R$ 670.312,00 (Seiscentos e setenta mil, trezentos e doze reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 24 de outubro de 2022.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **HELIDA DOS SANTOS 01536180190.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 271/2021,** cujo objeto é a **"CREDENCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES FORMADOS E DE SERVIÇOS GERAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NA VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE.**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 271/2021:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE. 1.1. Contratação de serviços como instrutor em cursos profissionalizantes e recreativo, nos termos da Planilha de Serviços.

2. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

2.1. Este aditivo terá validade por **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

3.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 6.635,70 (Seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 01 de outubro de 2022.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 268/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 268/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ELVES SANTOS DE PINHO 02880439108.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 268/2021,** cujo objeto é a **"CREDENCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES FORMADOS E DE SERVIÇOS GERAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NA VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE.**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 268/2021:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE. 1.1. Contratação de serviços como instrutor em cursos profissionalizantes e recreativo, nos termos da Planilha de Serviços.

2. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

2.1. Este aditivo terá validade por **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

3.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 8.871,40 (Oito mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 01 de outubro de 2022.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2022

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO – COOPSERV´S.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 102/2022,** cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS".**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 102/2022:

1 – Fica alterado a **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:** Fica aditivado o prazo, contados a partir do final da vigência, expirando em **31/12/2022.**

2 - CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O VALOR TOTAL DESTE ADITIVO É DE R$ 831.237,50 (Oitocentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Peixoto de Azevedo-MT, 21 de outubro de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 197/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 197/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ARAGAO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120, RECEBIDO DO FUNDO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO – FUNDED/MT, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE PEIXOTO DE AZEVEDO, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA".**

1. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de **R$ 120.079,80 (Cento e vinte mil, setenta e nove reais e oitenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de outubro de 2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 198/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 198/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **GLOBE IMPORT E EXPORT EIRELI.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, CONFORME CONVÊNIO Nº 0854/2021, PROCESSO Nº 471120, RECEBIDO DO FUNDO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO – FUNDED/MT, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE PEIXOTO DE AZEVEDO, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA".**

1. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de **R$ 8.959,85 (Oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de outubro de 2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 199/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 199/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ALAMEDA PLANTAS COMÉRCIO DE MUDAS LTDA.**

O presente Contrato é para: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLANTAS PARA PAISAGISMO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO DA PREFEITURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total deste contrato é de **R$ 53.301,20 (cinquenta e três mil e trezentos e um reais e vinte centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de outubro de 2022

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 272/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 272/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **STUDIO TAURUS LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 272/2021,** cujo objeto é a **"CREDENCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES FORMADOS E DE SERVIÇOS GERAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NA VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE.**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 272/2021:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE. 1.1. Contratação de serviços como instrutor em cursos profissionalizantes e recreativo, nos termos da Planilha de Serviços.

2. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

2.1. Este aditivo terá validade por **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

3.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 4.435,70 (Quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 01 de outubro de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO N° 200/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 200/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **R.B CONSULTORIA LTDA.**

O presente Contrato é para: **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA VISANDO EXECUÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ESTATUTÁRIOS EM ÂMBITO MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO".**

1. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

1.1. O valor global deste Contrato é de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)** refere-se à prestação de serviço.

2. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. Este contrato terá vigência até **31/12/2022**, sendo o prazo para realização dos serviços 60 dias após a solicitação do serviço.

Peixoto de Azevedo-MT, 14 de outubro de 2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 201/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 201/2022

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **BETUNEL INDÚSTRIA E COMERCIO S/A.**

O presente Contrato é para: **"ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2022 ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 014/2022 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ-MT, CUJO OBJETO É "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE EMULSÕES ASFÁLTICA RC-1C-E / RL-1C, PEDRA BRITA E PEDRISCO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS".**

1. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA:

1.1. O presente Contrato terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

2. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS:

2.1. O valor estimado do presente contrato é de **R$ 306.900,00 (Trezentos e seis mil, e novecentos reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 27 de outubro de 2022

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 302/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 302/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **JADE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 302/2021,** cujo objeto é a **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 069/2021 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL 014/2021, CUJO OBJETO É "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato de Prestação de Serviços nº 302/2021:

1 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO.

1.1. Este aditivo terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de seu vencimento e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

2 - CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) MATERIAL(IS), o(s) quantitativo(s), marca(s), encontram-se relacionado(s) no presente Aditivo.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de outubro de 2022.

PORTARIA Nº 2190 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 2190 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição da Servidora **MARGARETE SOUZA GOMES CAVALLINI**, **Matrícula: 7957.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o servidor **JOSE CARLOS DOS SANTOS**,matrícula nº **5464 (fiscal titular)** representante da Secretaria de Educação, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, a todos os contratos que antes eram fiscalizados pela Servidora **Margarete Souza Gomes Cavallini,** acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, *com efeitos retroativos a 18/10/2022*, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 19 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM ___/___/___
Resp.____

PORTARIA Nº 2191 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 2191 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**,NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

Considerando o pedido de substituição da Servidora **JOSIRENE REGO FERNANDES**, **Matrícula: 5459.**

Considerando a necessidade da continuidade do serviço público, bem como o interesse público;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o servidor **JOSE CARLOS DOS SANTOS**,matrícula nº **5464 (fiscal titular)** representante da Secretaria de Educação, para atuar como fiscal, no âmbito da Administração Pública, a todos os contratos que antes eram fiscalizados pela Servidora **Josirene Rego Fernandes,** acompanhando a execução dos mesmos e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as clausulas do instrumento e disposições legais.

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 19 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PORTARIA Nº 2305 DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 2305 DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização de Contratos"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **CARLOS ROGERIO NERES DE SOUZA,** matrícula **Nº 8434 (fiscal titular) e ISAIAS REINALDO BEZERRA,** matrícula **Nº 1718, (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Obras, para atuarem como fiscais do Contrato de nº **201/2022**, referente a contratação da empresa: **BETUNEL INDÚSTRIA E COMERCIO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o n° 60.546.801/0031-02**, localizada na Rua rua N, Lote 39 a 43, Lote 129 a 133, quadra 7 parte B, Bairro Distrito Industrial, na cidade de Cuiabá – MT, CEP 78.098-400,referente ao **PREGÃO ADESÃO 024/2022**, que tem como objeto **"ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2022 ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 014/2022 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ-MT, CUJO OBJETO É "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE EMULSÕES ASFÁLTICA RC-1C-E / RL-1C, PEDRA BRITA E PEDRISCO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS".**

ART. 2º - Constituiatribuiçõesdo profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 27 de outubro de 2022.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 283/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 283/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **MAIKEL OSVALDO CLEMENTE EIRELI ME.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 283/2021,** cujo objeto é a **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/2021 ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER – MT CUJO OBJETO É "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGENS, MESÁRIOS, DIREÇÃO TÉCNICA E AUXILIARES PARA COMPETIÇÕES E CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM PROMOVIDAS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT".**

Pelo presente instrumento fica alterada a seguinte Cláusula do Contrato de Prestação de Serviços nº 283/2021:

1 – **CLÁUSULA SEGUNDA DA VIGÊNCIA.**

1.1. **Este** aditivo terá validade até **31/12/2022**, contados a partir da data de seu vencimento e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de outubro de 2022.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 274/2021

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 274/2021

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **DEBORA DOS SANTOS KIESSLER 03381449001.**

O presente instrumento é proveniente de termo aditivo ao **Contrato nº 274/2021,** cujo objeto é a **"CREDENCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES FORMADOS E DE SERVIÇOS GERAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NA VILA OLÍMPICA, ESTÁDIO MORADA DO OURO, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE.**

Pelo presente instrumento fica alterada as seguintes Cláusulas do Contrato nº 274/2021:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE. 1.1. Contratação de serviços como instrutor em cursos profissionalizantes e recreativo, nos termos da Planilha de Serviços.

2. CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

2.1. Este aditivo terá validade por **02 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e o fornecimento ocorrerá de acordo com a necessidade e conveniência do órgão requisitante.

3. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

3.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor bruto de **R$ 8.871,40 (Oito mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos).**

Peixoto de Azevedo-MT, 01 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE A SERVIDORA SRA. SOFIA CARDOSO DOS SANTOS

PORTARIA N.º 56/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a servidora **Sra. Sofia Cardoso dos Santos.***"*

O Prefeito do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 12, inciso III, alínea "*b*" da Lei Complementar Municipal nº 323 de 24 de agosto de 2004, c/c art. 40, § 1º, inciso III, alínea "*b*", §§ 3º e 17 da CF/88 com redação dada pela EC nº 41/2003,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade** a servidora Sra. **SOFIA CARDOSO DOS SANTOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 373 934 SSP/DF e inscrita no CPF sob o n.º 258.230.271-68, efetiva no cargo de Nutrição Escolar, com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, classificada no PCCS **Classe "B", Nível "6",** lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Ponte Branca - MT, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do IMPBRAN, n.º 2022.02.00006P, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Ponte Branca/MT, 07 de novembro de 2022.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
LEI MUNICIPAL Nº 814/22

LEI MUNICIPAL Nº814, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

"Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação verificado no exercício financeiro de 2022 e dá outras providências".

Sr. **Clenei Parreira da Silva,** Prefeito Municipal do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei e em conformidade com o Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, concomitante com o Artigo 167 da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar por **excesso de arrecadação** verificado no exercício financeiro de 2022, no valor de até **R$ 4.152.136,37** (Quatro Milhões Cento e Cinquenta e Dois Mil, Cento e Trinta e Seis Reais e Trinta e Sete Centavos) para reforço das dotações do Orçamento vigente.

Parágrafo Único - O crédito autorizado neste *Caput* será utilizado pela tendência do exercício e consequente a realização da receita por fonte de recursos, até limite autorizado conforme Anexo I deste Projeto (memória de cálculo).

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos previstos nos **Incisos II, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64**, **verificado a destinação e controle de fonte de recursos**.

Art. 3º Os recursos apontados acima serão utilizados para cobertura de dotações orçamentárias do orçamento vigente, as quais se encontram com insuficiência de saldo de dotações, abertos e regulamentado através de decretos emitidos pelo Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 003/FETHAB/2022 CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FETHAB

Edital Nº 003/FETHAB/2022

Edital de Convocação

Eu UIRES MACIEL PEREIRA, no uso de minhas atribuições de presidente do conselho municipal do FETHAB de PORTO ALEGRE DO NORTE, venho por meio deste CONVOCAR todos os membros titulares ou suplentes deste conselho (nomeados pela Portaria 0133/2022) para participar da Assembléia Extraordinária do Conselho Municipal do FETHAB, que acontecerá no próximo dia 10 de Novembro de 2022, às 14:00 horas, no Gabinete do Prefeito, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, sito na Avenida Sabino Brito, S/Nº , Centro, nesta cidade.

Pauta:

I- Prestação de Contas; I Quadrimestre

II- Apreciação das Contas; I Quadrimestre

III- Redação do Relatório de Prestação de Contas;

IV- Esclarecimentos sobre o envio das contas, se aprovadas, para o SINFRA;

V- Outros assuntos.

Conto com a presença do representante. Sendo o que tinha a tratar no momento, reitero meus protesto de estima e consideração.

Porto Alegre do Norte-MT, 26 de Outubro 2022

Atenciosamente,

_____

Uires Maciel Pereira

Presidente do Conselho Municipal do FETHAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA "LEO HENRIQUE E RENAN" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 de novembro de 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA - CNPJ 07.367.271/0001-29.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA "FABRICIO E FERNANDO" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 de novembro de 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA - CNPJ 07.367.271/0001-29.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO 2º ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, respectivamente nos dias 04 e 05 de novembro de 2022.

VIGÊNCIA: 24 DE OUTUBRO DE 2022.

VALIDADE: 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: L. B. DA SILVA-EIRELI CNPJ: 10.947.845/0001-42.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 24 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA "BRENO REIS E MARCOS VIOLA" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: DINIZ ENTRETENIMENTO LTDA - CNPJ14.241.577/0001-08.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA "LUCAS REIS E THACIO" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 DE NOVEMBRO DE 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: LR&T PRODUÇÕES E EVENTOS – CNPJ: 18.044.862/0001-81.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM O CANTOR "PEDRO VIOLEIRO" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 DE NOVEMBRO DE 2022

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: J.O. DE MELO ENTRETENIMENTO CNPJ: 05.659.496/0001-23

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA "GOIANO E PARANAENSE" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 04 DE NOVEMBRO DE 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: MPS PRODUÇÕES CNPJ: 27.997.837/0001-03.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 27/2022.

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Presencial Registro de Preço 27/2022**,** do objeto:**SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA E ELÉTRICA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.**

Em favor das empresas:

FABIO FRANCISCO FERREIRA ME. CNPJ: 18.226.056/0001-24. O VALOR TOTAL DE: R$ 378.600,00 (trezentos e setenta e oito mil e seiscentos reais). VARZEA GRANDE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 45.659.779/0001-90. O VALOR TOTAL DE: R$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais).

Porto Esperidião-MT, 03 de novembro de 2022 – MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – Prefeito.PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 27/2022.

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Presencial Registro de Preço 27/2022**,** do objeto:**SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA E ELÉTRICA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.**

Em favor das empresas:

FABIO FRANCISCO FERREIRA ME. CNPJ: 18.226.056/0001-24. O VALOR TOTAL DE: R$ 378.600,00 (trezentos e setenta e oito mil e seiscentos reais). VARZEA GRANDE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 45.659.779/0001-90. O VALOR TOTAL DE: R$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais).

Porto Esperidião-MT, 03 de novembro de 2022 – MARTINS DIAS DE OLIVEIRA – Prefeito.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM A DUPLA "MARCELO VIOLA E RICARDO" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA - CNPJ 07.367.271/0001-29.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SHOW COM O CANTOR "CESINHA MELO" PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO DENOMINADO II ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ, respectivamente no dia 05 de novembro de 2022.

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2022.

VALIDADE: 31 de dezembro de 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA - CNPJ 07.367.271/0001-29.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 01 de novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178/2022 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO - DOENÇA AO SERVIDOR SR. FABIO HATAMOTO MIRANDA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o benefício **AUXILIO - DOENÇA**, ao servidor **Sr. FABIO HATAMOTO MIRANDA,** efetivo no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças**,** com vencimentos integrais, no período de 02/09/2022 a 31/12/2022.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/09/2022.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de outubro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 029/2022.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, através de seu pregoeiro oficial nomeado pela portaria nº 090/2022, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO para Registros de Preço para futura e eventual contratação de empresa visando a aquisição de insumos e materiais laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Porto Estrela - MT, que **acontecerá no dia 23 de novembro de 2022, às 09:30h (horário de Brasília)** na plataforma ComprasBR, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, www.comprasbr.com ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente.

Porto Estrela – MT, 07 de novembro de 2022.

Hiago Carlos da Silva

Pregoeiro Oficial

Portaria Nº 090/2022

SAD
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e

Intimação (ITR)

ASSOC DOS PEQ PROD RURAIS DA COM DE ASSARIZAL

APROCAL III

05.129.281/0001-09 0101/00033/2022

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: SERGIO APARECIDO PAULINO Matrícula: 00001252

Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / 22021 Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

07/11/2022

22/11/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 179/2022 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO - DOENÇA AO SERVIDOR SR. ORLANDO PEREIRA DA SILVA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o benefício **AUXILIO - DOENÇA**, ao servidor **Sr. ORLANDO PEREIRA DA SILVA,** portador da CI/RG Nº. 229.866**,** efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇO PÚBLICO, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura**,** com vencimentos integrais, no período de 25/07/2022 a 31/12/2022.

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25/07/2022.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de outubro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180/2022 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA IVANILZA MAGALHÃES COSTA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2007 A 30/06/2012**, a servidora **MARIA IVANILZA MAGALHÃES COSTA** portadora da CI/RG nº.11737620 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0065, admitida em 30/06/1997,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Professor, com usufruto de 30 (trinta) dias no período de **04/11 a 03/12/2022.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 04 de novembro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA N°. 536/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA ANDRÉIA PATRICIA REZER DA SILVA

PORTARIA N°. 536/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Andréia Patricia Rezer da Silva** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Andreia Patricia Rezer da Silva,** nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "B", lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 17/02/2014 a 16/02/2019 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 542/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA MARIA APARECIDA DIAS RODRIGUES

PORTARIA N°. 542/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Maria Aparecida Dias Rodrigues** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Maria Aparecida Dias Rodrigues,** matrícula n° 792**,** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio de 11/07/2017 a 10/07/2022 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 548/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA MARIZÔNIA JOSÉ RODRIGUES

PORTARIA N°. 548/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Marizônia José Rodrigues** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Marizônia José Rodrigues** matrícula n° 127**,** nomeada no cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 18/02/2017 a 17/02/2022 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 556/2022 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA GICÉLIA DE OLIVEIRA SANTANA

PORTARIA Nº. 556/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias a servidora **Gicélia de Oliveira Santana** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias** a servidora **Gicélia de Oliveira Santana,** matrícula nº 1430,nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04/02/2021 a 03/02/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 557/2022 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MONICA DE SOUZA STAINER

PORTARIA Nº. 557/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias a servidora **Monica de Souza Stainer** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias** a servidora matrícula n° 1654 **Monica de Souza Stainer** nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 20/09/2021 a 19/09/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 537/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE AO SERVIDOR ROMULO ARANTES RAIMUNDO DE SOUZA

PORTARIA N°. 537/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie ao servidor **Romulo Arantes Raimundo de Souza** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie,** ao servidor **Romulo Arantes Raimundo de Souza,** nomeado no cargo efetivo de Enfermeiro lotado na Secretaria Municipal de Saúde referente ao quinquênio de **04/05/2015 a 03/05/2020** indenizadas no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 542/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA MARIA APARECIDA DIAS RODRIGUES

PORTARIA N°. 542/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Maria Aparecida Dias Rodrigues** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Maria Aparecida Dias Rodrigues,** matrícula n° 792**,** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio de 11/07/2017 a 10/07/2022 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 535/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA ELIZABETE MARTA KREBS LOPES

PORTARIA N°. 535/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Elizabete Marta Krebs Lopes** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Elizabete Marta Krebs Lopes,** matrícula n° 26**,** nomeada no cargo efetivo de Têcnico Administrativo Educacional Profissionalizado lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 11/03/2013 a 10/03/2018 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 558/2022

PORTARIA Nº. 558/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias a servidora **Ana Maria dos Santos Cagol** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora matrícula n° 135 **Ana Maria dos Santos Cagol** nomeada no cargo efetivo de Tecnico Administrativo Educacional Profissionalizada na Secretaria Municipal de Educação referente ao período aquisitivo de 01/03/2021 a 28/02/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 534/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA BRUNA RODRIGUES CASALI

PORTARIA N° 534/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Bruna Rodrigues Casali** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Bruna Rodrigues Casali,** matrícula n° 1177,nomeada no cargo efetivo de Agente Administrativo, exercendo a função especifica junto à Unidade Municipal de Serviços Conveniados – USC da SEFAZ lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao quinquênio de 10/06/2014 a 09/06/2019 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 547/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA RENATA EVELYN ANTONIASSI DO NASCIMENTO

PORTARIA N°. 547/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento,** matrícula n°122**,** nomeada no cargo efetivo de Têcnico Administrativo Educacional Profossionalizado lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 01/06/2016 a 31/05/2021 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 544/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE AO SERVIDOR PAULO SÉRGIO DE SOUZA

PORTARIA N°. 544/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie ao servidor **Paulo Sérgio de Souza** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** ao servidor **Paulo Sérgio de Souza,** matrícula n° 58**,** nomeado no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "D" lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 11/03/2013 a 10/03/2018 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 543/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA NEUZA APARECIDA DA SILVA

PORTARIA N°. 543/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Neuza Aparecida da Silva** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Neuza Aparecida da Silva,** matrícula n° 742**,** nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "E", lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 07/06/2015 a 06/06/2020 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 559/2022 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JANDIRA FERREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº. 559/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias a servidora **Jandira Ferreira dos Santos** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias de **Férias,** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora **Jandira Ferreira dos Santos**,matrícula n° 35, nomeada no cargo de Telefonista, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 16/07/2021 a 15/07/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 560/2022 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DÉBORA KREUTZFELDT ZEFERINO

PORTARIA Nº. 560/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias a servidora **Débora Kreutzfeldt Zeferino** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias de **Férias,** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora **Débora Kreutzfeldt Zeferino**,matrícula n°1116, nomeada no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretária Municipal de Agricultura, exercendo cargo de **Chefe de Departamento de Cidadania**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao período aquisitivo de 11/02/2021 a 10/02/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 546/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA ALEXIA POLIANA REZER DA SILVA

PORTARIA N°. 546/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial a servidora **Alexia Poliana Rezer da Silva** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Art. 56 da Lei n° 467/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial sendo convertida em Espécie a** servidora **Alexia Poliana Rezer da Silva,** matricula n° 1086**, nomeada**no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "B" lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 03/02/2014 a 02/02/2019para usufruir no mês **de Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 561/2022 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EDER DOS SANTOS BERNARDES

PORTARIA Nº. 561/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias ao servidor **Eder dos Santos Bernardes** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias de **Férias,** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** aoservidor **Eder dos Santos Bernardes** nomeado no cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/04/2021 a 01/04/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 562/2022 NOMEIA LUANA DA SILVA

PORTARIA Nº. 562/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Nomeia **Luana da Silva** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso II do Art. 13 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Luana da Silva**inscrito no CPF nº. 063.038.221-26 no cargo em comissão de **Assistente de Gabinete**, a partide de 01 de novembro de 2.022 lotado no Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de novembro de 2.022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 563/2022 NOMEIA KAROLYNE DAFNY DE LIMA MONTEIRO

PORTARIA Nº. 563/2022 De: 01 de Novembro de 2.022

*"Nomeia **Karolyne Dafny de Lima Monteiro** em cargo comissionado e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso II do Art. 13 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Karolyne Dafny de Lima Monteiro**inscrita no CPF n° 069.543.411-00 no cargo comissionado de **Encarregado da J.S.M.,** a partir de 01 de Novembro de 2022 lotada no Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 564/2022 NOMEIA KATHLEEN BASILIO

PORTARIA N° 564/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Nomeia **Kathleen Basilio** em cargo comissionado e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso II do Art. 13 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Kathleen Basilio**inscrita no CPF nº 038.194.981-84 no cargo comissionado de **Chefe do Setor de Engenharia** a partir de 01 de Novembro de 2022 lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em **01 de Novembro de 2022.**

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 545/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA MARINEZ REZER DA ROSA

PORTARIA N°. 545/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial a servidora **Marinez Rezer da Rosa** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Art. 56 da Lei n° 467/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial sendo convertida em Espécie a** servidora **Marinez Rezer da Rosa,** matricula n° 1002**, nomeada**no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "E" lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 01/04/2013 a 31/03/2018para usufruir no mês **de Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 533/2022 CONCEDE AFASTAMENTO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ÉRICA GONÇALVES DOS SANTOS

PORTARIA N°. 533/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Afastamento de Licença Maternidade à servidora **Érica Gonçalves dos Santos** e dá outras providências".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o artigo 126 da Lei Municipal n° 018 de 18/06/1991;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Afastamento de **Licença Maternidade** a servidora **Érica Gonçalves dos Santos**, matrícula n° 719, nomeada no cargo efetivo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 120 (cento e vinte dias) dando início ao benefício a partir do dia 01/11/2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 565/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPECIE AO SERVIDOR EMILSON CEZAR PEREIRA DA SILVA

PORTARIA N°. 565/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Especie ao servidor **Emilson Cezar Pereira da Silva** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) meses de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie,** ao servidor **Emilson Cezar Pereira da Silva**, matrícula n° 715**,** nomeado no cargo efetivo de Vigia lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao quinquênio de 04/05/2015 a 03/05/2020, para os meses de Novembro e Dezembro de 2022**.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 552/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA MARIA HELENA DA COSTA FERNANDES DE SOUZA

PORTARIA N°. 552/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Maria Helena da Costa Fernandes de Souza** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Maria Helena da Costa Fernandes de Souza,** matrícula n° 1250**,** nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "B", lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 01/10/2015 a 30/09/2020 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 551/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA NAIR CRISTINA FRANCISCO

PORTARIA N°. 551/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Nair Cristina Francisco** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Nair Cristina Francisco** nomeadano cargo comissionado de **Chefe de Seção de Apoio Administrativo** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao quinquênio de 10/02/2014 a 09/02/2019 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 539/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE AO SERVIDOR MILTON ANTONIO DE CASTRO

PORTARIA N°. 539/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie ao servidor **Milton Antonio de Castro** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** ao servidor **Milton Antonio de Castro**, matrícula n° 52, nomeado no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio de 10/07/2017 a 09/07/2022 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 540/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA ROZENEI ALMEIDA CAMPINAS

PORTARIA N°. 540/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Rozenei Almeida Campinas** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Rozenei Almeida Campinas,** matrícula n° 151**,** nomeada no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio de 01/03/2017 a 28/02/2022 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 553/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA CLAUDIA SERAPHIN MANO BOGO

PORTARIA N°. 553/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Claudia Seraphin Mano Bogo** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Claudia Seraphin Mano Bogo,** matrícula n° 1093**,** nomeada no cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 03/02/2014 a 02/02/2019 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 554/2022 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EMERSON CARVALHO REZER

PORTARIA Nº. 554/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias ao servidor **Emerson Carvalho Rezer** e dá outras providencias".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias** ao servidor **Emerson Carvalho Rezer**contratado no cargo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura referente ao período aquisitivo de 08/06/2021 a 07/06/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 550/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA FLÁVIA FERREIRA MUNIZ

PORTARIA N°. 550/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Flávia Ferreira Muniz** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Flávia Ferreira Muniz,** matrícula n° 386**,** nomeada no cargo efetivo de Professor lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 13/02/2016 a 12/02/2021 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 555/2022 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARLI OLIVEIRA DE SOUZA ROSA

PORTARIA Nº. 555/2022 De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Férias a servidora **Marli Oliveira de Souza Rosa** e dá outras providencias".*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/11/2022, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias** a servidora **Marli Oliveira de Souza Rosa**contratada no cargo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura referente ao período aquisitivo de 03/02/2021 a 02/02/2022.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 541/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE O SERVIDOR RODRIGO MARQUES DOMINGUES

PORTARIA N° 541/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie o servidor **Rodrigo Marques Domingues** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) meses de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** ao servidor **Rodrigo Marques Domingos** matrícula n° 717 nomeado no cargo de 250– Operador de Saneamento, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao quinquênio de 04/05/2015 a 03/05/2020 para usufruir nos meses de **Novembro e Dezembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 538/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE AO SERVIDOR ALENCAR RABUSKE NEUCKAMP

PORTARIA N°. 538/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie ao servidor **Alencar Rabuske Neuckamp** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** ao servidor **Alencar Rabuske Neuckamp** matrícula n° 467, nomeado no cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio de 10/07/2017 a 09/07/2022 para usufruir no mês de **Novembro de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 549/2022 CONCEDE LICENÇA ESPECIAL EM ESPÉCIE A SERVIDORA TEREZINHA APARECIDA DA SILVA CRUZ

PORTARIA N°. 549/2022

De: 01 de Novembro de 2022

*"Concede Licença Especial em Espécie a servidora **Terezinha Aparecida da Silva Cruz** e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Art. 56 da Lei n° 970/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) mês de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie** a servidora **Terezinha Aparecida da Silva Cruz,** matrícula n° 1110**,** nomeada no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "A", lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio de 07/02/2014 a 06/02/2019 para usufruir no mês de **Maio de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Novembro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO ELETRONICO N° 041/2022

LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2022

PREGÃO ELETRONICO N° 041/2022

REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2022

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT torna-se público aos interessados, que no PREGÃO ELETRONICO 041/2022, REGISTRO DE PREÇO 049/2022, tendo como Objeto **AQUISIÇÃO DE CARROCERIA DE MADEIRA**, que na sessão pública do Pregão em epígrafe, realizada no dia 05/10/2022, às 09h00min (horário de Brasília).

foi declarado DESERTO, pelo motivo: Ausencia de interessados.

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 07 de novembro de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º243/2022 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA PLANTA GENERICA DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso de sua atribuição que lhe confere conforme §2º, art. 19, da Lei Complementar Nº 60 de 26 de Outubro de 2010, resolve:

Art. 1º - Nomeia a **Comissão de Avaliação e Regularização da Planta Genérica do Município de Reserva do Cabaçal-MT.**

Paulo Castro da Silva Paulo Diniz da silva Pedro Paulino de Souza José Eduardo Moreno Souza da Paz Thierre Pereira dias Alecrim Pinheiro Alan Pereira Dias Sanaiotti Valdinei Martins de Souza Walasse Ramos Souza Wilson Leopoldino Negris Joedson Neiva Barbosa Juliana Gonsalves Negris Nilson Teixeira Maciel Laura Stefany Souza Ribeiro

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeito retroativo de 26 de outubro de 2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 26 de outubro de 2022.

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245 /2022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS.

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - CONCEDER, licença prêmio aos servidores relacionados, conforme o art. 226 da Lei Nº 60 de 26 de outubro de 2010.

I – Adilson Leopoldino Negris, portador do RG. 477062 SSP/MT e inscrito no CPF: 353.731.131-15, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 16/07/2013 à 15/07/2018, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Segmentos Econômicos e Ambientais.

II – Gustavo Ferreira da Silva, do RG. 20797575 SSP/MT e inscrito no CPF: 065.086.301-13, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 23/05/2014 à 22/05/2019, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Segmentos Econômicos e Ambientais.

III- Altamiro Jose da Rocha, do RG: 325168 SSP/MT e inscrito no CPF: 111.557.791-34, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 21/09/2017 à 20/09/2022, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Segmentos Econômicos e Ambientais.

IV- Amarildo Rodrigues Gomes, portador do RG: 1579601-9 SSP/MT, e inscrito no CPF: 938.576.911-15, 60 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 03/08/2015 à 03/08/2020, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Seguimentos Econômicos e Ambientais.

V- Fabiana dos Reis Farias, portadora do RG: 22127275 SSP/MT e inscrita no CPF: 050.164.561-60 , 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 06/03/2015 à 05/03/2020, à partir de 01/11/2022. Lotada na Secretaria Municipal de Seguimentos Econômicos e Ambientais.

VI- Joselda de Oliveira silva, portadora do RG: 565 704 SSP/MT e inscrita no CPF: 531.497.771-00, 30 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 27/03/2017 à 26/03/2022, a partir de 01/11/2022. Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

VII- Francisco de Paula Anacleto, portador do RG: 11505931 SSP/MT e inscrito no CPF: 965.439.811-72, 30 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 15/04/2017 à 14/04/2022, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

VIII - Marilene Francisca Lopes de Lima, portadora do RG: 17614155 SSP/MT e inscrita no CPF: 015.411.731-55, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 25/02/2016 à 24/02/2021, a partir de 03/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

IX - Wesley Ferreira dos Santos, portador do RG: 1463640-9 SSP/MT e inscrito no CPF: 019.621.291-01, 30 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 22/06/2015 à 21/06/2020, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

X- Brás Xavier, portador do RG: 402242 SSP/MT e inscrito no CPF: 536. 336.601-00, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 10/09/2015 à 09/06/2021, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Educação.

XI- Paulo Diniz da Silva, portador do RG: 871418 SSP/MT e inscrito no CPF: 572.193.201-59, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 31/08/2015 à 30/08/202, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria de Finanças.

XII- Jose Antônio Lucas, portador do RG: 565687 SSP/MT e inscrito no CPF: 460.847.111-20,90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 09/06/2008 à 08/06/2013, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

XIII- Carlos Patrício Neto, portador do RG: 10222111 e inscrito no CPF: 567.603.291-04 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 27/03/2007 à 26/03/2022, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

XIV- Ezequias Barbosa da Silva, portador do RG: 871436 SSP/MT e inscrito no CPF: 593.962.101-53,90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 19/02/2014 à 13/02/2019, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

XV- Ademilson Vulp Santana, portador do RG: 934269 SSP/MT e inscrito no CPF: 823.092.211-04, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 03/04/2007 á 02/04/2012, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

XVI- Gilson Ferreira da Cunha, portador do RG: 1790755-1 SSP/MT e inscrito no CPF: 019.410.231-93, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 22/05/2014 á 21/05/2019, a partir de 01/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

XVII -. Etiene Antônia Moreira, portadora do RG: 510465 SSP/MT e inscrita no CPF: 369.449.201-15, 37 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 02/04/2012 à 01/04/2017, a partir de 31/10/2022. Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

XVIII – Evanildo Venâncio Ferreira, portador do RG: 14541572 SSP/MT e inscrito no CPF: 019.560.711-21, 90 dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 09/04/2017 à 09/04/2022, a partir do dia 03/11/2022. Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal- MT, Estado de Mato Grosso, 01 de Novembro de 2022.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	***AQUISIÇÃO DE CASCALHO DE JAZIDA LEGALIZADA PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT***
Favorecidos:	***M F DOS SANTOS, CNPJ N.º 43.603.078/0001-03, Valor global do Contrato:*** *R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso V e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 014/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 014/2022, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 07 de Novembro de 2022

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 111/2022

CONTRATO 111/2022

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica: **L F V GOMES ENGENHARIA LTDA**

CPF OU CNPJ Nº: 37.554.960/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, LEVANTAMENTO, ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA APROVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA

VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES

ASSINAM: LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira MT e a pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 28/10/2022

SETOR DE LICITAÇÃO
ERRATA TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 076/2022

ERRATA TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 076/2022

O *Município de Ribeirão Cascalheira – MT,* por meio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, torna publico a presente "ERRATA" do contrato administrativo 58/2021, que tem por o objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRAS EM NOSSO MUNÍCIPIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, conforme a seguir:

Onde se lê: Primeiro Termo Aditivo

Leia-se: Segundo Termo Aditivo

Ribeirão Cascalheira-MT, 07 de Novembro de 2022

_____

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Cleide Aparecida de Souza Rosário

PORTARIA N° 140/2021 DATA: 03 DE MAIO DE 2021 "NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 140/2021

DATA: 03 DE MAIO DE 2021

"NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomeia o Senhor **RODRIGO DO CARMO DINIZ,** brasileiro, portador do RG nº 4529441 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 016922181-40, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal da obra na prestação de serviços de reforma e manutenção de pontes de madeira em nosso município, referente ao Processo Licitatório n.56/2021, Dispensa n°. 23/2021.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 03 DE MAIO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N°90/2020 DATA: 28 DE ABRIL DE 2020 "NOMEIA FISCAL DE OBRA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N°90/2020

DATA: 28 DE ABRIL DE 2020

"NOMEIA FISCAL DE OBRA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o Senhor **LUIZ FERNANDO FERREIRA ALVES,** brasileiro, portador do RG nº 4313115 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 032.591.421-42, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal de obra de reparo e manutenção da ponte sobre o Rio dos Patos, localizada na BR 080, sentido comunidade berrante, situada nesta urbe, referente ao processo Licitatório 22/2020, Dispensa n. 11/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 28 ABRIL DE 2020.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

Sistema de Registro de Preços

O Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe que tem por objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisições de materiais permanentes para atender as necessidades da secretaria de saúde, em nome dos vencedores abaixo discriminados: **OLMIR IORIS E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ: 70.429.956/0001-99, no valor global de R$ 33.**868,00** (trinta e três mil oitocentos e sessenta e oito reais), **ARAUJO CASTRO COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n. 36.136.393/0001-02, no valor global de R$ 5.978,00 (cinco mil novecentos e setenta e oito reais), **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME**, inscrito no CNPJ n. 22.228.679/0001-03, no valor global de R$ 6.610,00 (seis mil seiscentos e dez reais), **STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA**, inscrita no CNPJ n. 05. 870.717/0001-08, no valor de 776,00 (setecentos e setenta e seis reais), **SETEHOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ n. 38.285.172/0001-21, no valor global de R$ 15.267,50 (quinze mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), **PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ n. 29.700.587/0001-23, no valor global de R$ 2.959,98 (dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), **URSA COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ n. 26.628.908/0001-38, no valor global de R$ 6.090,00 (seis mil e noventa reais), **RETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ n. 12.313.826/0001-90, no valor de R$ 436,80 (quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), **STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA**, inscrito no CNPJ n. 08.710.871/0001-00, no valor global de R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais), **EDNA TODÃO GONÇALVES**, inscrita no CNPJ n. 46.961.564/0001-91, no valor global de R$ 19.879,90 (dezenove mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa centavos), **W S QUEIROZ INFORMÁTICA ME**, inscrito no CNPJ n. 15.244.105/0001-63, no valor global de R$ 1.280,00 (mil duzentos e oitenta reais), **REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA**, inscrito no CNPJ n. 65.149.197/0002-51, no valor global de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), **GO ATACADISTA LTDA**, inscrita no CNPJ n. 44.060.520/0001-65, no valor global de R$ 28.648,06 (vinte e oito mil seiscentos e quarenta e oito reais e seis centavos), **MR TECH INFORMÁTICA**, inscrita no CNPJ n. 48.000.136/0001-28, no valor global de R$ 28.068,00 (vinte e oito mil sessenta e oito reais) e **BRUMED COMÉRCIO ATACADISTA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS**, inscrita no CNPJ n. 31.770.650/0001-40, no valor global de R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais).

Ribeirão Cascalheira-MT, 07 de Novembro de 2022.

GUSTAVO TIAGO DE QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

LICITAÇÃO
ERRATA TERMO DE RATIFICAÇÃO DO CONTRATOADMINISTRATIVO 76/2022

ERRATA TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº076/2022

O Município de Ribeirão Cascalheira Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 24.772.113/0001-24, representado pela prefeita **LUZIA NUNES BRANDÃO**, brasileira, casada, residente e domiciliada neste município, vem a público divulgar a **ERRATA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2022,** que tem pôr o objetoCONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA QUALIFICADA E NECESSARIA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DE DIVISA E URBANIZAÇÃO NA CMEI ELISEUDOS SANTOS NETO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme a seguir:

Onde se lê: Primeiro Termo Aditivo de SUPRESÃO

Leia se: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E SUPRESSÃO

Maiores informações e esclarecimentos serão prestados no **Departamento de Licitações**, nesta Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira MT, situado à Avenida Padre João Bosco, n. 2.067, centro – Ribeirão Cascalheira - MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas pelo e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com.

RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT 22 de Setembro de 2022

LUZIA NUNES BRANDÃO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (TIPO EMULSÃO DE LAMA ASFÁLTICA) PARA CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃOZINHO/MT, CONFORME PLANO DE TRABALHO 66/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA – ESTRUTURA E LOGISTICA – SINFRA) E O MUNICIPIO DE RIBEIRÃOZINHO/MT. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua São João, s/nº, no dia 23/11/2022 às 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3415-1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 07 de novembro de 2022.

Thiago Barbosa Viana

Pregoeiro

TERMO DE INEXIGIBILIDADE 004/2022

O Município de Ribeirãozinho – MT torna público aos interessados que realizou processo de inexigibilidade para Aquisição de Central Educacional Pedagógica e de serviços de instalação e formação dos professores e acompanhamento pedagógico do projeto **em atendimento ao memorando da Secretaria Municipal de Educação**, sob a modalidade de INEXIGIBILIDADE N° 004/2022, cujos termos obedecem ao que segue:

Contratado: **POSITIVO TECNOLOGIA S.A**., inscrita no CNPJ n.º 81.243. 735/0001-48. Objeto: Contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da empresa POSITIVO TECNOLOGIA S.A., inscrita no CNPJ n.º 81. 243.735/0001-48, fornecimento e instalação de equipamentos do ramo de tecnologia e acessórios, bem como a prestação de serviços de formação dos profissionais que atuarão no projeto a ser desenvolvido nas escolas municipais.

Valor: **R$ 44.413,08 (Quarenta e quatro mil reais quatrocentos e treze reais e oito centavos).**

Fundamento legal: Art. 25, inciso I e II, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Justificativa: Conforme expõe a autoridade solicitante, o objetivo principal da utilização dos materiais que serão adquiridos é o desenvolvimento dos alunos da escola pública deste município, proporcionando aos alunos da educação infantil, uma nova maneira de utilização da tecnologia. A escolha da empresa Positivo foi devido à exclusividade de produção do das

centrais educativas e conjunto de blocos solicitados. Sendo Assim o pedido está justificado, atende ao interesse público, é conveniente e oportuno à municipalidade, atendendo ao caput do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e ao citado Princípio da Motivação, consagrado pela inteligência do art. 113 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos e ao disposto no inciso VII do Parágrafo Único do art. 2º da Lei Federal nº 9.784/99 (aplicável, in casu, pela via analógica).

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação Nº 04/2022 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: email:thiagovianapref@hotmail.com e 66(3415-1207).

Ribeirãozinho - MT, 07 de novembro de 2022.

Thiago Barbosa Viana

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE DISPENSA Nº 015/2022

Processo Administrativo: 043/2022

Dispensa: 015/2022 **Objeto:** Contratação de empresa para Aquisição de Medicamentos Hospitalares, para Suprir as necessidades da população do município, usuários do sistema público de saúde. **Base legal**: Art. 75, II DA LEI 14.133/2021. **Contratada**: Union Med Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA, **CNPJ: 35.615.794/0001-82 Valor**: **R$ 49.432,30 (quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta centavos).**

Ribeirãozinho/MT 07 de novembro de 2022.

Thiago Barbosa Viana

Presidente da C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
DESPACHO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº: 596/2021 - SEMOSP, DE 19/05/2021 (Licitação: TP nº 003/2021 - Contrato Administrativo nº 056/2021 - publicado em 07/07/2021 - J.O.E-AMM)

CONTRATADO: DESTAK CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 17.471.810/0001-29.

ASSUNTO: Quarto Termo Aditivo de prorrogação de prazo, ambos do contrato nº 056/2021, referente a contratação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais de mão de obra para pavimentação asfáltica com TSD na Avenida Dom Bosco, no Município de Rondolândia/MT, oriundo do Convênio nº 896155/2019/MDR/CAIXA.

O PREFEITO DE RONDOLANDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o teor do Ofício nº 42/2022, de 25 de outubro de 2022, protocolado pela empresa DESTAK CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 17.471.810/0001-29, ora contratada, no qual, solicitou aditivo de prorrogação de prazo, devido ao período chuvoso que está impedindo a execução dos serviços em conformidade com o cronograma normal apresentado pela Contratante, pelo prazo de 90 (noventa) dias no referido contrato administrativo nº 056/2021, cujo prazo de vigência é até 25/10/2022, conforme Cláusula Segunda do Segundo Termo Aditivo;

Considerando, a manifestação da Engenheira, Responsável Técnica do Município, onde opinou pela prorrogação por mais 90 (noventa) dias para que a contratada possa realizar uma reprogramação de seu cronograma físico e assim finalizar a execução da obra;

Considerando que há previsão na Cláusula Oitava do Contrato administrativo nº 056/2021, tanto quanto legalidade para que se proceda a sua prorrogação;

Destarte, em razão de interesse público, AUTORIZO, a celebração do Quarto Termo Aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº 056/2021, com fundamento na sub-cláusula 8.1/8.2 da Cláusula oitava c/c o inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

DETERMINO, por fim:

a) Informe a SEMFAZ para implantação no sistema da dilação do prazo contratual, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme solicitado pela empresa contratada, ou seja, de 26/10/2022 à 23/01/2023;

b) Encaminhe a Procuradoria para formalização do instrumento de prorrogação;

Rondolândia-MT, 25 de outubro de 2022.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2021-PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e DESTAK CONSTRUTORA EIRELI**,** CNPJ n. 17.471.810/0001-29

Proc. Adm. nº 936/2021

Objeto: Prorrogação de prazo do contrato nº 105/2021, que tem por objeto serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para a construção de uma praça pública do Município de Rondolândia/MT, oriundo do Convênio nº 884238/2019 – Ministério da Defesa Calha Norte/DPCN.

Licitação originária: TP nº. 006/2021

Proc. Adm. n. 936/2021 SEMOSP

Fundamentação: Despacho Administrativo de 21 de outubro, sub-cláusula 8.1/8.2 da clausula oitava do Contrato nº 105/2021-PMR c/c art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

Assunto: Prorrogação do prazo – 90 (noventa) dias - Vigência: 22/10/2022 a 19/01/2023.

Ass. 21/10/2022

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 068/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **VILLE DE FRANCE VEÍCULOS LTDA,** CNPJ n.º 07.539.157/0001-39

Objeto: Aquisição de veículo zero KM, em atendimento à Emenda Parlamentar 40610017/2021 e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rondolândia-MT.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 023/2022

Processo administrativo de nº. 607/2022 - SEMUSA.

Fundamentação: Lei nº 8666/93 e Lei 10.520/2002.

Assunto: Contrato matriz

Fonte recursos:

Órgão/Unidade: 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 05.02 - Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0116.2143 – Manutenção e encargos - programa atenção básica

Elemento de Despesa: 4.4.90.52-04800 – equipamentos e material permanente (186)

Subelemento de despesa: veículos diversos

Empenho nº. 02646/2022

Valor global: R$ **80.000,00**

Prazo: (12) doze – 19/10/2022 à 19/10/2023

Ass.: 19/10/2022.

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2021-PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e DESTAK CONSTRUTORA EIRELI**,** CNPJ n. 17.471.810/0001-29

Proc. Adm. nº 596/2021

Objeto: Prorrogação de prazo do contrato nº 056/2021, que tem por objeto serviços de engenharia com fornecimento de materiais de mão de obra para pavimentação asfáltica com TSD na Avenida Dom Bosco, no Município de Rondolândia, oriundo do Convênio nº 896155/2019/MDR/CAIXA

Licitação originária: TP nº. 003/2021

Proc. Adm. nº. 596/2021 SEMOSP

Fundamentação: Despacho Administrativo de 25 de outubro, sub-cláusula 8.1/8.2 da clausula oitava do Contrato nº 105/2021-PMR c/c art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

Assunto: Prorrogação do prazo – 90 (noventa) dias - Vigência: 26/10/2022 a 23/01/2023.

Ass. 26/10/2022

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 074/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **KIM LANNES SILVA CONCEIÇÃO 05399097184,** CNPJ n.º45.859.965/0001-72

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos para atender o Projeto de Gestão de Acervo e Revitalização das Bibliotecas de Rondolândia-MT conforme Termo de Convênio nº. 715/2022.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 016/2022

Processo administrativo de nº. 0457/2022 - SEMEC.

Fundamentação: Art. 23 § 1º. da Lei nº 8666/93.

Assunto: Contrato matriz

Valor global: R$ 9.555,00

Fonte recursos:

Órgão/Unidade: 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 04.02 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0114.2137 - Manutenção e Encargos com o Departamento de Cultura

Elemento de Despesa: 4.4.90.52-03500 - equipamentos e material permanente (456)

Subelemento de despesa: Aparelhos e Equipamentos de Comunicação

Empenho nº. 02733/2022

Valor global: R$ **9.555,00**

Prazo: (12) doze – 27/10/2022 à 27/10/2023

Ass.: 27/10/2022.

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 073/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **OLMIR IORIS & CIA LTDA,** CNPJ n.º 70.859.965/0001-72

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos para atender o Projeto de Gestão de Acervo e Revitalização das Bibliotecas de Rondolândia-MT conforme Termo de Convênio nº. 715/2022.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 016/2022

Processo administrativo de nº. 0457/2022 - SEMEC.

Fundamentação: Art. 23 § 1º. da Lei nº 8666/93.

Assunto: Contrato matriz

Valor global: R$ 24.480,00

Fonte recursos:

Órgão/Unidade: 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 04.01 – Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0114.2137 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Cultura

Elemento de Despesa: 4.4.90.52-00600 – equipamentos e material permanente (456)

Subelemento de despesa: Aparelhos e Equipamentos de Comunicação

Empenho nº. 02731/2022

Valor global: R$ **23.931,00**

Órgão/Unidade: 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 04.02 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0114.2137 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Cultura

Elemento de Despesa: 4.4.90.52-00600 – equipamentos e material permanente (108)

Subelemento de despesa: Aparelhos e Equipamentos de Comunicação

Empenho nº. 02732/2022

Valor global: R$ **1.089,00**

Prazo: (12) doze – 27/10/2022 à 27/10/2023

Ass.: 27/10/2022.

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 072/2022-PGM/PMR

Proc. Adm. nº. 573/2022

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA E ESTANTE MÁGICA LTDA; CNPJ: 20. 430.253/0001-02.

Objeto*: Contratação de empresa para prestação de serviço de confecção e produção de livros juntamente com os alunos das Escolas Municipais Joana Alves de Oliveira, Cora Coralina e Cantinho do Céu, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura*.

Licitação: Dispensa de Licitação nº 042/2022

Fundamentação: Art. 24, inciso I e II da Lei n. 8666/93.

Assunto: contrato matriz.

Valor Global: R$ 8.541,00

Fonte recursos:

Unid. Emitente : 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Unid. Orçamentária : 04.01 - Gestão de Educação

Programa de Trabalho : 12.361.0110.2129 - Manutenção das Escola Municipais (75)

Elemento de Despesa :3.3.90.39-06500 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento : Serviços de apoio ao ensino

Empenho : 02717 de 27/10/2022 - R$ 8.541,00

Prazo: 03 (três) meses - 27/10/2022 à 27/01/2023

Ass.: 27/10/2022.

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 071/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e *BH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP, CNPJ: 31.111.264/0001-46*

ObjetoContratação de empresa especializada para pavimentação com blocos sextavados, drenagem superficial e passeio público em diversas vias, Termo de Convênio nº 0295/2022/SIINFRA

Licitação: Tomada de Preço nº 004/2022 - SEMOPS

Fundamentação: Art. 22 da Lei n. 8.666/93.

Assunto: Contrato matriz

Processo administrativo de nº. 531/2022.

Valor global: R$ 2.045.162,93

Fonte recursos:

Órgão/Unidade : 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 06.01 - Gestão de Obras e Serviços Públicos

Programa de Trabalho : 15.451.0109.2180 – Pavimentação Asfáltica de Ruas e Avenidas (296)

Elemento de Despesa : 4.4.90.51-09100 - Obras e instalações

Subelemento de despesa : Obras em andamento

Empenho nº. 02715/2022 de 26/10/2022

Valor global: R$ 1.000.00,00

Órgão/Unidade : 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 06.01 - Gestão de Obras e Serviços Públicos

Programa de Trabalho : 15.451.0109.2180 – Pavimentação Asfáltica de Ruas e Avenidas (294)

Elemento de Despesa : 4.4.90.51-09100 - Obras e instalações

Subelemento de despesa : Obras em andamento

Empenho nº. 02716/2022 de 26/10/2022

Valor global: R$ 45.162,93

Prazo: 240 (duzentos e quarenta) dias - 26/10/2022 à 22/06/2023

Ass.: 26/10/2022.

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 044/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 122/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 044/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 664/2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a**Contratação de Clínica para Prestação de Serviços em Tratamento Especial de Reabilitação de Dependentes químicos para Adultos – do tipo Tratamento e Internação do Dependente Químico Voluntário, para Adulto, Tratamento Terapêutico com atendimento Psicológico Individual ou em Grupo (Voluntário), para atender as necessidades de Paciente da Unidade Básica de Saúde do Município de Rondolândia/MT.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cpl@rondolandia.mt.gov.br* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 07 de Novembro de 2022.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL

PROCURADORIA GERAL
DESPACHO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº: 936/2021 - SEMOSP, DE 22/09/2021 (Licitação: TP nº 006/2021 - Contrato Administrativo nº 105/2021 - publicado em 07/12/2021 - J.O.E-AMM)

CONTRATADO: DESTAK CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 17.471.810/0001-29.

ASSUNTO: Quarto Termo Aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº 105/2021, referente a contratação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mãos de obra para construção de uma praça pública, do Município de Rondolândia/MT, oriundo do Convênio nº 884238/2019 - Ministério da Defesa Calha Norte/DPCN.

O PREFEITO DE RONDOLANDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o teor do Ofício nº 43/2022, de 21 de outubro de 2022, protocolado pela empresa DESTAK CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 17.471.810/0001-29, ora contratada, no qual, solicitou aditivo de prorrogação de prazo, devido ao período chuvoso que está impedindo a execução dos serviços em conformidade com o cronograma normal apresentado pela Contratante, pelo prazo de 90 (noventa) dias no referido contrato administrativo nº 105/2021, cujo prazo de vigência é até 21/10/2022, conforme Cláusula Segunda do Segundo Termo Aditivo;

Considerando, a manifestação da Engenheira, Responsável Técnica do Município, onde opinou pela prorrogação por mais 90 (noventa) dias devido ao período chuvoso comprometer a execução da obra;

Considerando que há previsão na Cláusula Oitava do Contrato administrativo nº 105/2021, tanto quanto legalidade para que se proceda a sua prorrogação;

Destarte, em razão de interesse público, AUTORIZO, a celebração do Quarto Termo Aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº 105/2021, com fundamento na sub-cláusula 8.1/8.2 da Cláusula oitava c/c o inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

DETERMINO, por fim:

a) Informe a SEMFAZ para implantação no sistema da dilação do prazo contratual, pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme solicitado pela empresa contratada, ou seja, de 22/10/2022 à 19/01/2023;

b) Encaminhe a Procuradoria para formalização do instrumento de prorrogação;

Rondolândia-MT, 21 de outubro de 2022.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 066/2022-PGM/PMR

Proc. Adm. nº. 611/2022

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA E AVANTE INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E EVOLUÇÃO HUMANA LTDA; CNPJ: 44.448.585/0001-82.

Objeto*:* Contratação de empresa para prestação de serviço de Capacitação Pessoal para Congresso Mato-Grossense de Licitações Conforme a Nova Lei de Licitações (14.133/2021) e contratos nos dias 10 e 11 de outubro de 2022 em Cuiabá/MT, para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito.

Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 011/2022

Fundamentação: Art. 25, inciso II e seguintes da Lei n. 8666/93.

Assunto: contrato matriz.

Valor Global: R$ 5.649,00

Fonte recursos:

Unid. Emitente : 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Unid. Orçamentária : 02.01 - Gestão do gabinete do prefeito

Programa de Trabalho : 04.122.0101.2103 - Manutenção com o gabinete do prefeito

Elemento de Despesa :3.3.90.39-07900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento : Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional

Empenho : 02537 de 07/10/2022 - R$ 5.649,00

Prazo: 30 (trinta) dias - 07/10/2022 à 07/11/2022

Ass.: 07/10/2022.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 030- 2022- - CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES PARA A SERVIDORA GILCILENE BUSS

ATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº070/2011.

ASSUNTO: Concede Licença para tratar de assuntos particulares a servidora: GILCILENE BUSS*,* ocupante do Cargo efetivo de ***PROFESSORA CLASSE C NÍVEL IV,*** Matricula ***nº589.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

Considerando o requerimento 031, e fundamento no *caput* do Art. 106 LCM Nº 3/2007(RJU);

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença para tratar de assuntos particulares o(a) servidor(a) ***GILCILENE BUSS***, ocupante do Cargo efetivo de ***PROFESSORA CLASSE C NÍVEL IV***, Matricula nº 589 , com vigência a partir de 01/01/2023 até 31/12/2023.

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 07 de novembro de 2022.

Jose Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 070/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **IRACI MILER DE PAULA - ME,** CNPJ nº. 19.677.694/0001-24

Objeto: *Contratação de empresa para prestação de serviço de recargas para extintores de incêndios das Escolas Municipais Apoena Meirelles, Educação Infantil Cantinho do Céu, Cora Coralina e Joana Alves de Oliveira para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.*

Licitação: Dispensa de Licitação nº 043/2022 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Fundamentação: art. 24, I e II, da Lei n. 8.666/93.

Assunto: Contrato matriz

Processo administrativo de nº. 647/2022.

Fonte recursos:

Órgão/Unidade : 03.01 – Gestão das Finanças Municipais

Und. Emitente: 04.01 – Gestão da Educação

Programa de Trabalho : 12.361.0110.2129 – Manutenção das Escolas Municipais (75)

Elemento de Despesa : 3.3.90.39-03300 – Outros Serviços de Terceiros

Subelemento de despesa : Serviços técnicos profissionais (exceto engenharia)

Empenho nº. 2654/2022

Valor global: R$ **2.100,00**

Prazo: (03) Três meses – 20/10/2022 à 20/01/2023

Ass.: 20/10/2022.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 27/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 123/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 027/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 414/2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do ***MENOR PREÇO POR ITEM***, objetivando o **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE".**

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital;

Do encerramento do recebimento das propostas: 29/11/2022 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF);

Início da disputa: 29/11/2022, às 09:01 horas (Horário de Brasília - DF);

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

A integra deste edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br; maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 07 de Novembro de 2022.

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 067/2022-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO DE GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA, CNPJ n.º 09.179.444/0001-00

Objeto: *A*desão parcial da Ata de Registro de Preço de nº 129/2022 do Pregão Eletrônico de nº. 028/2022 da Prefeitura de Várzea Grande/MT, para Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa capacitada na prestação de serviços de administração, intermediação, gerenciamento e controle de frota com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia para pagamento por meio de cartão magnético ou micro processado (chip), nas redes de estabelecimentos credenciados pela contratada para fornecimento de combustível e aditivos, rastreio veicular, manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças de reposição, assessórios, socorro mecânico e transporte por guincho dos veículos, máquinas e equipamentos.

Modalidade: Adesão Parcial da Ata de Registro de Preço de nº 129/2022 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022, da Prefeitura do Município de Várzea Grande - MT

Fundamentação: Lei n. 8.666/93.

Assunto: Contrato matriz

Processo administrativo de nº. 575/2022.

Adesão de Ata nº. 02/2022

Fonte recursos:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 07.01 - Gestão da Secretaria Municipal da Assistência Social

Projeto Atividade: 2150 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Assistência Social

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2183 – Manutenção e Encargos com Programa Co-Financiamento

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 07.03 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente

Projeto Atividade: 2156 – Manutenção e Custeio do Conselho Tutelar

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 09.01 - Secretaria Municipal de Agricultura

Projeto Atividade: 2157 - Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Agricultura

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 01 - Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2128 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Educação

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 01 - Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2129 – Manutenção das Escolas Municipais (Salário Educação)

Elemento Despesa: 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão 06 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade: 01 - Gestão de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade: 2119 - Manutenção e Encargos da Sec. Municipal de Obras e Serviços Públicos

Elemento de Despesa - 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade – 02 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2143 – Manutenção e Encargos – Prog. de Atenção Básica (PAB FIXO E VARIÁVEL)

Elemento de Despesa – 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade - 01 - Gestão Saúde

Projeto Atividade: 2141 - Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Saúde

Elemento de Despesa - 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Órgão 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade - 02 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2144 - Manutenção e Encargos - Programa de Vigilância em Saúde

Elemento de Despesa - 3.3.90.30.00/3.3.90.39.00

Valor global: R$ 1.020.000,00

Prazo: (12) meses - 14/10/2022 à 14/10/2023

Ass.: 14/10/2022.

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO CONTRATO N.º 069/2022-PGM/PMR

Proc. Adm. nº. 650/2022

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA E ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP; CNPJ: 00.839.039/0001-05.

Objeto*:* Contratação de empresa para prestação de serviço de Capacitação Pessoal referente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para Administração Pública Municipal, nos dias 25 e 26 de outubro de 2022 em Cuiabá/MT.

Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 012/2022

Fundamentação: Art. 25, inciso II e seguintes da Lei n. 8666/93.

Assunto: contrato matriz.

Valor Global: R$ 2.550,00

Fonte recursos:

Unid. Emitente : 03.01 - Gestão das Finanças Municipais

Unid. Orçamentária : 02.01 - Gestão do gabinete do prefeito

Programa de Trabalho :04.122.0101.2.103 - Manutenção com o gabinete do prefeito

Elemento de Despesa :3.3.90.39-03300 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento : Serviços de técnicos profissionais (exceto engenharia)

Empenho : 02647 de 19/10/2022 - R$ 2.550,00

Prazo: 01 (um) mês - 19/10/2022 à 19/11/2022

Ass.: 19/10/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 108/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 108/2022**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO, LOCALIZADO NA LINHA 10, REGIÃO DA ESTIVA, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 1.006.024,83 (UM MILHÃO E SEIS MIL E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 03 de novembro de 2022.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 99/2022

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 22 (vinte e dois) de novembro de 2022, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Construção de cercamento e adequações de poços artesianos, localizados em: Comunidade Aldeinha, Comunidade Bajara, Comunidade Grota Seca, Comunidade Pinguela, Assentamento Banco da Terra Esperança, Comunidade Vila Bueno – Linha Seca, Reserva Indigena Tadarimana – Aldeia Divisa, Aldeia Pobojare, Reserva Indigena Tadarimana - Apido Paru, Assentamento Chico Mendes, Comunidade Naboreiro, Comunidade Vila Bueno – Baianos, Assentamento Dom Osório, Assentamento Olga Benário, Assentamento Cidade de Pedra, Assentamento Selva de Pedra, Comunidade Cascata e Assentamento Água da Serra, no município de Rondonópolis, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária anexo ao edital". Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das *13:00 às 17:00 horas* em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 07 de novembro de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2022.

O Município de Rondonópolis-MT, através da Pregoeira, torna público que realizará a licitação em epígrafepara **Contratação de empresa para prestar os serviços de tratamento de água, limpeza e manutenção das piscinas do CAPS Álcool e Drogas e Infantil, Ambulatório de Saúde Mental e do CERARO (Centro de Reabilitação Animal) mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos**.**Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico **bllcompras.com**, onde as propostas serão recebidas e processadas por meio eletrônico, bem como, no site **www.rondonopolis.mt.gov.br** menu: **Empresa**opção: **Licitações**, e na Prefeitura, Departamento de Compras, Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, das 12h00 às 18h00, telefone para contato (66) 3411-5739, **Abertura das Propostas: 22/11/2022 às 09h30 (horário de Brasília)** em sessão pública nos termos do Edital e seus anexos.

Rondonópolis-MT, 07 de novembro de 2022.

Adriana Portela de Oliveira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 061/2022

OBJETO: Contratação temporária de **Prestação de Serviços de Coveiro**, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

CONTRATADO: MARCOS NEGRINI CPF: 008.139.711-95 RG: 1305662-0 SSP/MT

PERÍODO: 03/11/2022 à 03/05/2023

VALOR: R$ 9.044,40 (nove mil e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Presidente CPL -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 043/2022

OBJETO: "Seleção de melhor proposta para aquisição de **01 (UM) MOTOR DE ÁGUA** para atender o DAE – Departamento de Agua e Esgoto do Município de Salto do Céu/MT", **do tipoMENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I do Edital de Pregão 037/2022**.

CONTRATADA: C.T.M. DE CARVALHO EIRELI CNPJ: 31.433.936/0001-30

PERÍODO: 13/07/2022 à 13/01/2023

VALOR: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Presidente CPL -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2022 – Este contrato tem por objeto a Este contrato tem por objeto a Execução de obras de **"Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Vias Públicas nas Ruas Colombia e Rua 13 de Dezembro; com extensão de 2.345,80 (m²)",** para execução de 62,71% dos serviços,no município de Salto do Céu – MT**, conforme** Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilha Orçamentária e demais anexos e Especificações Técnicas constantes da **Tomada de Preços nº 003/2022.** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE CONTRATO ao Contrato 030/2022, este estabelecido no Item 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: SOLOFORTE TECNOLOGIA EM PAVIMENTAÇÃO LTDA CNPJ: 05.633.850/0001-40.** Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Salto do Céu-MT, 31 de Outubro de 2022.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 193/2022 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 193/2022 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

Designar servidores para acompanhamento e fiscalização de Contratos da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr.º MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor; titular - **JOÃO CORDEIRO DE SOBRAL NETO – matricula 10506,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização de Contratos em beneficio ao Departamento de Cultura firmados pelo Município de Salto do Céu – MT, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, lazer. Cultura e Turismo.

Art. 2º - As atribuições aos Fiscais acima mencionados a eles competem:

a) Ler atentamente o termo de contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução (art. 67, § 1º);

b) verificar a necessidade ou não de requisitar apoio especializado de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações técnicas (art. 67, caput);

c) esclarecer dúvidas do preposto/ representante da Contratada que estiverem à sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

d) verificar a execução do contrato, proceder à sua medição e formalizar seu atesto na nota fiscal;

e) solucionar problemas que afetem a relação contratual, como chuvas, greves, fim de prazo contratual, entre outros;

f) notificar por escrito à contratada, caso a execução esteja em desconformidade com o contrato;

g) rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com o Contrato, inclusive o prazo previsto contratualmente.

Vale ressaltar que caso o fiscal seja omisso, ele estará cometendo uma infração disciplinar.

Art. 3º - Demais atribuições e funções serão apresentadas através de normativas instituídas pelo Controle Interno do Município de Salto do Céu – MT.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, 03 de Novembro de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
TERMO DE AVISO DE DESERÇÃO PROCESSO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/2022

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o **aviso de deserção** da licitação divulgada através do edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/2022**, tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NATALINOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.** Fica cancelado na integra por motivo de Deserção, sem interessados em participar do Certame. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min, pelo site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br (ícone licitação) e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 07 de novembro de 2022.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

PREGOEIRA OFICIAL.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 470/2022

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª. KAMILA COSTA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Srª. **KAMILA COSTA DA SILVA**, portadora do RG nº 27****5-4 SESP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 703.***.***-26, para exercer o Cargo em Comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, ENGLOBANDO TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AUDITORIA E IMPLANTAÇÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DO-**

ENÇAS DO TRABALHO, ORIENTAÇÕES E TREINAMENTOS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS, FICHA DE EPI, DECLARAÇÕES DE TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES, AUXILIO NO CUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO, COM SUPORTE TÉCNICO E JURÍDICO RELACIONADO Á ÁREA TRABALHISTA, NO QUE DIZ RESPEITO ÁS NORMAS DE SEGURAÇA DO TRABALHO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **21 de novembro de 2022,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 08 de outubro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, n° 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78.453-000, inscrita no CNPJ 04.205.596/0001-17, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento os interessados, **que realizará às 09H00min (Horário Oficial de Santa Rita do Trivelato – MT), do dia 23 de Novembro de 2022, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2022, pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA, NO CENTRO POLÍTICO - PAÇO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO EM ANEXO.**

O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, localizada no endereço acima mencionado, durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do e-mail: licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (65) 3529-6161ou através do e-mail: licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com.

Santa Rita do Trivelato – MT, 08 de Novembro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

JOYCE SUAELY AFONSO BARBOSA

Presidente C.P.L.

GABINETE DO PREFEITO
NONO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 055/2020

NONO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO 055/2020, REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 11.xxx.619/0001-xx, situada na Avenida Universitária, n° 960W, Apto 10, Parque das Emas, em Lucas do Rio Verde - MT, neste ato representada pela Sra. **JANAINA FERREIRA DOS SANTOS,** portador do RG n° 2033410-9, inscrito no CPF nº xxx.428.451-xx,denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato 055/2020, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 – O objeto do presente Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, conforme Tomada de Preços nº 005/2020.

1.2 - Tem como finalidade o presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1 – Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato, referente ao Contrato nº 055/2020 (Cláusula Sétima, Item 7.2), acima descrito, em mais 120 (cento e vinte) dias.

2.2. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de

03/11/2022 a 03/03/2023.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, § 1°, II e § 2º, da Lei nº 8.666/93, e se faz necessário para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

4.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Mutum - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de novembro de 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

JANAINA FERREIRA DOS SANTOS

CONTRATADA

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO ART. 48 A LEI MUNICIPAL N. 525, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.010, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º O inciso IV do art. 48 a Lei Municipal n.º 525, de 23 de dezembro de 2.010, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Terezinha/MT, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48......
.....

IV - das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 23,46% (vinte e três inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:

a) 14,00% (quatorze por cento) relativo ao custo normal, neste incluso a taxa de administração.

b) 9,46% (nove inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) relativo ao custo especial estabelecido em parcelas constantes pelos próximos 34 (trinta e quatro) anos.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MAIO/2022.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto à alteração do inciso IV do art. 48 da Lei Municipal n. 525, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 834/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 834/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferias por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Art. 1.º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

Art. 2º O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, tem como finalidade captar, gerenciar e aplicar recursos na proteção, conservação e promoção da qualidade ambiental, especialmente a execução de políticas públicas de Gestão Ambiental das atividades de impacto local.

Parágrafo Primeiro - Incluem nas finalidades do *caput* as metas da Agenda 21(vinte e um), bem como equipar o órgão municipal de meio ambiente incumbido da vigilância e promoção da qualidade ambiental

Parágrafo Segundo - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - dotações orçamentárias a ele destinadas;

II - créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III - produto de multas impostas por infração à Legislação Ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;

IV - produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;

V - doações de pessoas físicas e jurídicas;

VI - doações de entidades nacionais e internacionais;

VII - recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios, convênios contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista e fundações para promoção da qualidade ambiental;

VIII - preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou ados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

X - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XI - compensação financeira ambiental;

parcelas de compensação financeira estipulada no Artigo 20, parágrafo primeiro da Constituição Federal;

VI – recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

VII – arrecadação de taxas de licenciamento ambiental;

VIII – arrecadação de taxas de controle e fiscalização ambiental;

IX – transferência do Fundo Estadual de Meio Ambiente;

X – transferência do Fundo Nacional de Meio Ambiente;

XI – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

XII – recursos oriundos de condenações judiciais de empreendimentos sediados no município e/ ou que afete o território municipal, decorrentes de danos ocasionados ao meio ambiente;

XIII – outros recursos que por sua natureza possam ser destinados ao FMMA.

XIV - outras receitas eventuais.

XV - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

Parágrafo Terceiro -Os recursos financeiros previstos neste artigo serão depositados em instituições financeiras oficiais em conta correte denominada MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo Quarto - Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

CAPÍTULO II

Da Administração do Fundo

Art. 3.º - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 4.º - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do meio ambiente no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e suas contas submetidas à apreciação do Conselho e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO III

Da Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 5.º - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não-governamentais que visem:

a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;

b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;

c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;

d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;

e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente dentre eles aquisição de equipamentos, material permanente, material de consumo e de outros;

f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

II – contratação de serviços de terceiros para execução de planos, programas e projeto ambientais;

V – pagamento de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos ou privados cujo objetivo seja de interesse ambiental;

VI – outros de interesse e relevância ambiental.

Art. 6.º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

Art. 7.º - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 8.º – As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, segundo diretrizes emanadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 9º -O FMMA- Fundo Municipal de Meio Ambiente será vinculado ao órgão Ambiental – Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Industria e Meio Ambiente.

Art. 10.º - No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

Art. 11º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 836/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 836/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, O SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA/MT.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei, fundamentada no interesse local, resguardada a competência da União e do Estado, institui o Código Ambiental Municipal de Santa Terezinha/MT, que regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas na preservação, conservação, defesa, melhoria, controle e recuperação do meio ambiente, considerando o interesse local, o direito de todos à qualidade de vida e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecendo as bases normativas para a Política Municipal do Meio Ambiente.

§ 1º - A administração do uso dos recursos naturais do Município de Santa Terezinha/MT compreende, ainda, a observância das diretrizes norteadoras do disciplinamento do uso do solo e da ocupação territorial previstos na Lei Orgânica, e legislação correlata.

§ 2º- Para efeito de aplicação deste Código Ambiental Municipal considerar-se-ão os conceitos já adotados na legislação ambiental federal e estadual.

TÍTULO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A Política do Meio Ambiente do Município de Santa Terezinha/MT objetiva propiciar e manter o meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida em suas diferentes manifestações, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de promover sua proteção, conservação, controle, preservação e recuperação para a presente e as futuras gerações.

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º - Para elaboração, implementação e acompanhamento da Política Municipal de Meio Ambiente serão observados os seguintes princípios:

I - a prevalência do interesse público;

II- o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações;

III - a promoção do desenvolvimento integral do ser humano em equilíbrio com o meio ambiente;

IV - a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;

V - integração com as demais políticas e ações de governo em nível nacional, estadual, regional ou setorial;

VI - a integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não com as demais ações de governo;

VI - O desenvolvimento sustentável por meio da otimização e garantia da continuidade da utilização qualitativa e quantitativa dos recursos naturais;

VII - a função socioambiental da propriedade rural e urbana;

VIII - a garantia do acesso às informações relativas ao meio ambiente;

IX - garantir a participação popular na defesa do meio ambiente, bem como a prestação de informações relativas ao mesmo;

II. a melhoria contínua da qualidade ambiental;

VI. o uso racional dos recursos naturais;

VII. a educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade;

VIII. o incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;

IX. o estímulo à produção responsável;

X. a recuperação do dano ambiental;

XI. o uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente;

XII. o disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental;

XIII. o controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impactos;

XIV. a proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas;

X - Princípio da ubiquidade: as questões ambientais devem ser consideradas em todas as atividades, sejam individuais ou coletivas, bem como, nas políticas públicas e privadas, planos, programas, projetos, ações e normas do município;

XI - Princípio do poluidor pagador: a obrigação do poluidor/degradador de reparar integralmente o dano ambiental;

XII - Princípio do usuário pagador: visando o uso racional dos recursos naturais, caberá ao usuário, que se utiliza de tais recursos com fins econômicos, o pagamento da devida contribuição;

XIII - Princípio da prevenção: a obrigação de evitar o dano ambiental por meio da adoção de medidas preventivas e mitigadoras;

XIV - Princípio da precaução: havendo ameaça de danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente, a ausência de certeza científica absoluta não servirá de pretexto para o adiamento da adoção de medidas para prevenir a degradação ambiental;

XV - Princípio do protetor recebedor: o agente público ou privado que protege um bem natural em benefício da comunidade, fará jus à percepção de uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção ambiental prestado.

Capítulo II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecológico;

II - definir áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município;

III - adotar, nos Planos Municipais, diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção ambiental;

IV - realizar ações que promovam a redução dos níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo, conforme os critérios e padrões técnicos estabelecidos pelas normas vigentes;

V - estabelecer critérios, parâmetros e padrões da qualidade ambiental e normas concernentes ao uso e manejo de recursos ambientais, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas, respeitando os parâmetros mínimos exigidos em Lei Federal e Estadual;

VI - articular e integrar, quando necessário, as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades municipais, com aquelas desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

VII - articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;

VIII - incentivar e promover o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias orientadas para o uso racional e adequado de recursos ambientais;

IX - controlar as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

X - a proteção e recuperação de áreas degradadas;

XI - a fiscalização ambiental permanente visando à adoção de medidas corretivas e punitivas;

XII - identificar e caracterizar os ecossistemas do município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

XIII - estabelecer e manter espaços especialmente protegidos no território do município com o fito de promover a qualidade de vida e, a manutenção da biodiversidade, em conformidade com a legislação federal e estadual vigente;

XIV - garantir crescentes níveis de saúde ambiental da coletividade humana e dos indivíduos, por meio do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XV - promover a conservação, preservação da biodiversidade do município defendendo o patrimônio ambiental;

XVI - proteger o patrimônio natural abrangendo os seus aspectos artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeleológico, paisagístico, cultural, turístico e ecológico do município;

XVII - recuperar e proteger os cursos d`água, nascentes e demais mananciais hídricos, assim como a vegetação que protege suas margens;

XVIII - promover o zoneamento ambiental;

XIX - implementar e fomentar a educação ambiental.

CAPÍTULO III

DOS CONCEITOS NORTEADORES DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 5º. Para os efeitos desta lei entende por:

I. Meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II. Licenciamento ambiental: instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polícia ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória;

III. Patrimônio ambiental: o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal;

IV. Impacto ambiental: é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade.

V. Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações;

VI. Degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

VII. Infração administrativa: toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

VIII. Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

IX. Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

X. Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

XI. Parques Municipais: são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XII. Áreas de Preservação Permanente ou reservas ecológicas: são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesse local, definidas por lei federal.

XIII. Fauna: É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em:

a) Fauna Silvestre: São os animais nativos e autóctones em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;

b) Animais Nativos: são originários do país;

c) Animais Autóctones: são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;

d) Fauna Aquática: são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera.

XIV. Jardim Zoológico: é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente.

XV. Flora: conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema;

XVI. Árvore Imune de Corte: são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XVII. Arborização Pública: toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

XVIII. Poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente;

XIX. Nascente: ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água;

XX. Poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, à segurança e o bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei;

XXI. Vereda: caracteriza como formas ligeiramente deprimidas dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água.

CAPÍTULO IV

DO INTERESSE LOCAL

Art. 6º. Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I. o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II. a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

III. a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

IV. a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

V. a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

VI. a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar;

VII. o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequenos e médios impactos e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente;

VIII. a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

IX. o acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X. o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XI. a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

XII. a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XIII. monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação;

XIV. a criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros;

XV. a proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

XVI. o incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 7º. Ao Município de Santa Terezinha-MT e, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros, materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I. planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais;

II. definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais, conforme lei de zoneamento e ocupação do solo e Código de Obras do município;

III. elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente;

IV. planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;

V. elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;

VI. editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;

VII. exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;

VIII. definir áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais;

IX. identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico;

X. estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

XI. estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas;

XII. identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas;

TÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SIMMA

Capítulo I

DA ESTRUTURA

Art. 8º - O SIMMA, constitui-se de um conjunto de órgãos e entidades públicas os quais de maneira integrada atuam para a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 9º - Compõem o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA):

I - Órgão Executor: Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA);

III - Órgãos Setoriais: órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Estadual e Municipal ou a elas vinculados;

IV - Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA).

Parágrafo único. Os órgãos e entidades que compõem o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) atuarão de forma integrada.

Capítulo II

DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Art. 10º A Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente é órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, tendo, por competência, a gestão do Sistema Municipal de Meio Ambiental (SIMMA), o controle e a fiscalização das atividades por ela licenciadas e a imposição das sanções cabíveis em cada caso concreto.

Art. 11º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente:

I - participar do planejamento das políticas públicas do Município;

II - coordenar as ações dos órgãos integrantes do SIMMA;

III - Elaborar um Plano de Ação Ambiental, de forma a priorizar a implementação da política estabelecida neste código, com recursos próprios, expressos no orçamento do município;

IV - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população;

V - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais - ONG`s, para a execução coordenada e obtenção de financiamentos à implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais;

VI - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

VII - promover e apoiar a educação ambiental;

VIII - coordenar a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo CONSEMMA;

IX - propor a criação de espaços especialmente protegidos;

X - gerenciar as unidades de conservação municipal;

XI - elaborar e propor ao CONSEMMA a edição de normas que julgar necessárias à sua atuação e do Conselho, no controle, conservação e preservação do meio ambiente;

XII - desenvolver com a participação dos órgãos e entidades do SIMMA, o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE);

XIII - fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição de resíduos;

XIV - manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação no meio ambiente;

XV - promover as medidas administrativas e provocar a iniciativa dos órgãos legitimados para propor medidas judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do meio ambiente;

XVI - emitir pareceres técnicos quando solicitado pelo executivo municipal;

XVII - decidir sobre multas e outras penalidades impostas pela Secretaria;

XVIII - atuar, em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;

XIX - exigir o poder de polícia administrativa ambiental, no âmbito municipal, por meio de:

a) licenciamento ambiental das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente;

b) fiscalização e aplicação das penalidades por infração à legislação de proteção ambiental;

c) controle e monitoramento das atividades de exploração dos recursos minerais, hídricos, florestais e faunísticos;

XX - dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CONSEMMA;

XXI - elaborar e executar, direta ou indiretamente, projetos ambientais de interesse do Município;

XXII - garantir a manutenção das condições ambientais nas unidades de conservação e fragmentos florestais urbanos, sob sua responsabilidade, bem como nas áreas verdes;

XXIII - promover a sensibilização pública para a proteção do meio ambiente, criando os instrumentos necessários para a educação ambiental como processo permanente;

XXIV - garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e aos dados sobre as questões ambientais do Município;

XXV - celebrar convênios e/ou termos de cooperação técnica com qualquer organismo público ou privado, com o intuito de executar a Política Ambiental Municipal, que tenha por objeto ações de natureza ambiental.

Art. 12º Para a execução das competências previstas neste Código o município poderá exercê-la diretamente por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente ou firmar Consórcio Intermunicipal.

Art. 13 O cumprimento dos dispositivos deste Código Ambiental será exercido por agentes da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente isoladamente e/ou em conjunto com outros órgãos afins da Administração Pública Municipal, e do Consórcio Intermunicipal.

Art. 14 Lei específica criará os cargos e funções para o exercício das competências fixadas neste Código, nos termos da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Os atos administrativos decorrentes de controle, monitoramento e da administração serão praticados por servidores do quadro de pessoal do município de Santa Terezinha/MT ou do Consórcio Intermunicipal, designados para tais atividades;

§ 2º Os atos administrativos decorrentes da ação fiscalizadora serão praticados por servidores titulares de cargo efetivo do município de Santa Terezinha/MT ou do Consórcio Intermunicipal;

§ 3º A qualificação voltada às atividades de controle, monitoramento e fiscalização poderá ser objeto de convênios e acordos de cooperação com outros municípios, Consórcio Intermunicipal, SEMA, instituições sem fins lucrativos, e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO CONSULTIVO E DELIBERATIVO

Art. 15 O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA) é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade precípua de contribuir com a implementação da Política Municipal Ambiental.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Meio Ambiente será instituído por meio de lei específica.

Capítulo IV

DOS ÓRGÃOS SETORIAIS

Art. 16 São considerados Órgão Setoriais aqueles integrantes da Administração Pública Estadual e Municipal, ou a elas vinculados, cujas atividades estejam associados à preservação e conservação do meio ambiente.

Capítulo V

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 17 Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), como instrumento de custeio da Política Municipal de Meio Ambiente e do Sistema Municipal de Meio Ambiente, cuja finalidade precípua é financiar as políticas, planos, programas e projetos voltados aos objetivos desta lei.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Meio Ambiente será instituído por meio de lei específica.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL

Capítulo I

DOS INSTRUMENTOS

Art. 18 São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - As medidas diretivas que promovam a melhoria, conservação, preservação ou recuperação do meio ambiente;

II - Planejamento Ambiental;

III - Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE);

IV - Licenciamento Ambiental;

V - Controle e Monitoramento;

VI - Estabelecimento de parâmetros e padrões de qualidade ambiental;

VII - Sistema Municipal de Registro, Cadastro e Informações Ambientais;

VIII - Criação de espaços territoriais especialmente protegidos;

IX - Instrumentos Econômicos;

X - Educação Ambiental;

XI - Sanções.

§ 1º. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso VII e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I. órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II. pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III. todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.

§ 2º. Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos.

Art. 19 Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, para a perfeita consecução dos objetivos definidos neste Código.

Capítulo II

DAS MEDIDAS DIRETIVAS

Art. 20 O estabelecimento das normas disciplinadoras do meio ambiente, incluindo as de utilização e exploração de recursos naturais, atenderá, com o objetivo primordial o princípio da orientação preventiva na proteção ambiental, sem prejuízo da adoção de normas e medidas corretivas e de imputação de responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Capítulo III

DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Art. 21 O Planejamento Ambiental é o instrumento da Política Ambiental, que estabelece as diretrizes visando o desenvolvimento sustentável do Município, com vistas a preservar, conservar, controlar e recuperar o meio ambiente natural.

Parágrafo único. O planejamento é um processo dinâmico, participativo, descentralizado e lastreado na realidade socioeconômica e ambiental local que deve levar em conta as funções da zona rural e da zona urbana, resultando em um Plano de Ação Ambiental.posto

Art. 22 O Planejamento Ambiental deve:

I - elaborar o diagnóstico ambiental considerando:

a) as condições dos recursos ambientais e da qualidade ambiental, as fontes poluidoras e o uso e a ocupação do solo no território do Município;

b) as características locais e regionais de desenvolvimento socioeconômico;

c) o grau de degradação dos recursos naturais;

II - definir as metas anuais e plurianuais a serem atingidas para a qualidade da água, do ar, do parcelamento, uso e ocupação do solo e da cobertura vegetal;

III - determinar a capacidade de suporte dos ecossistemas, bem como o grau de saturação das zonas urbanas, indicando limites de absorção dos impactos provocados pela instalação de atividades produtivas e de obras de infraestrutura;

IV - adotar as microbacias como unidades físico-territoriais para planejamento e gestão ambiental, considerando-se na zona urbana, o ordenamento territorial;

V - promover a participação de toda a sociedade e todos os segmentos produtivos na sua elaboração e na sua aplicação.

Art. 23 Caberá à Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente a coordenação e a elaboração do Planejamento Ambiental, podendo estabelecer convênios com outras instituições e/ou órgãos para a sua elaboração.

Parágrafo único. O Planejamento Ambiental de que trata esta Seção deverá ser aprovado pelo CONSEMMA.

Capítulo IV

DO ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO – ZSEE

Art. 24 O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE) é o instrumento da Política Municipal de Meio Ambiente que organiza o território do município, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental com o fito de assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, e deve ser adotado na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

§ 1º O ZSEE será regulamentado por lei específica, integrado ao Plano Diretor do Município, e estabelecerá as Zonas de Proteção Ambiental, respeitados, em qualquer caso, os princípios, objetivos e as normas gerais consagrados neste Código.

§ 2º A lei do ZSEE estabelecerá os critérios de ocupação e/ou utilização do solo nas Zonas de Proteção Ambiental, Zona Residencial, Comercial, Industrial, entre outras.

§ 3º O ZSEE do município deverá gerar produtos e informações na escala de referência de 1:250.000 e maiores, conforme dispõe o Decreto Federal 6.288 de 06/12/2007.

§ 4º No processo de elaboração e implementação do ZSEE valorizar-se-á o conhecimento científico multidisciplinar e contará com ampla participação da sociedade.

Art. 25 O ZSEE tem por objetivo buscar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural permitindo o uso racional dos recursos naturais, assegurando a manutenção dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Art. 26 Compete ao Poder Público Municipal a elaboração e execução do ZSEE do Município, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá, mediante celebração de termo apropriado, elaborar e executar o ZSEE em articulação e cooperação com o Estado, cumprindo os requisitos estabelecidos na norma vigente.

Capítulo V

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 27 O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo que tem como objetivo disciplinar a localização, implantação, funcionamento e ampliação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, gerando informações que contribuam com a gestão ambiental.

§ 1º Sujeitam-se ao licenciamento ambiental, para o exercício das atividades descritas no caput, sem prejuízo de outras exigências legais, as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública.

§ 2º Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

§ 3º O Município de Santa Terezinha/MT realizará o licenciamento ambiental das atividades consideradas de pequeno e médio impacto, cujos efeitos restringem-se ao território municipal.

Art. 28 O órgão ambiental municipal poderá, excepcionalmente, exigir o cadastramento de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais, quando estas não estiverem sujeitas ao licenciamento ambiental, na forma do regulamento.

Art. 29 A Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente, no exercício de sua competência, poderá expedir as seguintes licenças, de caráter obrigatório:

I - Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

IV. Licença de Operação Provisória (LOP) -será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de

empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

V. Licença Especial (LE) – Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

Art. 30 O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

Art. 31 Para a obtenção de licença ambiental das atividades industriais e prestação de serviços, o interessado apresentará à Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente, informações sobre as características de seus produtos, matéria prima utilizada, processo industrial adotado e características, quantidade e destino final dos resíduos gerados, de acordo com a capacidade instalada.

Art. 32 O Município estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de até:

I - Licença Prévia: 4 (quatro) anos;

II - Licença de Instalação: 5 (cinco) anos;

III - Licença de Operação: 6 (seis) anos;

IV. Licença de Operação Provisória: máximo de 3 (três) anos.

V. Licença Especial: apenas pelo período de realização do evento.

§ 1º A Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente regulamentará os prazos de validade de cada tipo de atividade desenvolvida.

§ 2º A disciplina do licenciamento ambiental, que define os prazos de validade, o procedimento para renovação, a suspensão, nulidade da licença ambiental, e o rol de atividades a serem licenciadas, será realizada por decreto.

§ 3º Os responsáveis pelas atividades licenciadas são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição/degradação.

§ 2º. As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto, assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA - MT, deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º. Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 6º. No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º. Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º. Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º. A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19 da presente lei e do previsto no Decreto Estadual nº. 7.007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 10. Nos processos de licenciamento ambiental, não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do CONSEMA, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I. puder causar impacto direto em Unidade de Conservação;

II. estiver localizado na sua Zona de Amortecimento; ou

III. estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art. 33 A revisão da LO, independente do prazo de validade, ocorrerá sempre que:

I - a atividade colocar em risco a saúde ou a segurança da população, para além daquele normalmente considerado quando do licenciamento;

II - a continuidade da operação comprometer de maneira irremediável recursos ambientais não inerentes à própria atividade;

III - ocorrer descumprimento às condicionantes do licenciamento.

Art. 34 A renovação da LO deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

Parágrafo único. Os empreendimentos e atividades que possuam Sistema de Gestão Ambiental - SGA e tiverem fornecido ao órgão ambiental relatórios de auditoria periódicos, terão a LO renovada automática e precariamente, até manifestação definitiva do setor de licenciamento, quando requerida com antecedência mínima de 15 dias.

Art. 35 As licenças de operação de diferentes atividades desenvolvidas em um mesmo local, sob a responsabilidade de um único empreendedor, poderão ter sua renovação concedida mediante a emissão de uma única licença.

§ 1º A previsão do caput dependerá de realização de auditoria ambiental das diferentes atividades desenvolvidas e prévio requerimento do empreendedor.

§ 2º Caberá ao órgão ambiental avaliar a viabilidade técnica da concessão de licença única.

§ 3º A realização de auditoria não implicará, por parte do órgão ambiental estadual e perante terceiros, em certificação de qualidade.

Art. 36 Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de Instalação, emitida pelo órgão ambiental, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 37 Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental a suspensão, encerramento ou desativação das suas atividades.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º O órgão ambiental competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º Após a restauração ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

SEÇÃO I

Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV

Art. 38 O licenciamento ambiental de parcelamento, construção, ampliação e alvará de renovação ou funcionamento promovidos por entidades públicas ou privadas de significativa repercussão no ambiente e/ou na infraestrutura urbana deverão ser instruídos com Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).

Parágrafo único. O EIV será apreciado pelo órgão ambiental competente, ouvido o CONSEMMA.

Art. 39 Será exigida a apresentação de EIV/RIV para os seguintes empreendimentos ou atividades públicas ou privadas, para se obter licença ou autorização para parcelamento, construção, ampliação, alvará de renovação ou funcionamento:

I - aterros sanitários;

II - cemitérios;

II - postos de abastecimento e de serviços para veículos;

IV - depósitos de gás liquefeito;

V - hospitais e casas de saúde com 4.500,00m² (quatro mil e quinhentos metros quadrados) ou mais de área construída, excluídas as áreas de estacionamento e garagem;

VI - casas de culto e igrejas com capacidade para 300 (trezentas) pessoas ou mais;

VII - estabelecimentos de ensino com atendimento a 30 (trinta) alunos ou mais por período;

VIII - estabelecimentos de festas, shows e eventos, inclusive bares e restaurantes que promovam tais atividades com habitualidade, com área total ocupada pela atividade maior que 200,00m² (duzentos metros quadrados);

IX - atividades industriais que se situem numa distância de até 200,00m (duzentos metros) de áreas residenciais;

X - grandes loteamentos e grandes conjuntos habitacionais ou similares, acima de 500 (quinhentos) lotes e/ou unidades, ou 30 ha (trinta hectares) de área total, ou quando quaisquer de seus lados seja maior do que 1. 000m (mil metros) lineares;

XI - matadouros;

XII - empresas de reciclagem de lixo;

XIII - outras atividades consideradas como polo gerador de tráfego, conforme disposto no Plano Diretor;

XIV - intervenções e empreendimentos que constituam objeto de uma operação urbana consorciada;

XV - terminais rodoviários urbanos ou intermunicipais;

XVI - túneis, viadutos e vias expressas ou regionais.

Art. 40 O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I - adensamento populacional;

II - equipamentos urbanos e comunitários;

III - uso e ocupação do solo;

IV - valorização imobiliária;

V - geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI - ventilação, iluminação e ruídos;

VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

Art. 41 A elaboração do EIV/RIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, requeridas nos termos da legislação ambiental.

Parágrafo único. A apresentação do EIV/RIV poderá ser dispensada nos casos em que o empreendimento necessite de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental, desde que no mesmo esteja contemplado o devido Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança.

Capítulo VI

DO CONTROLE E MONITORAMENTO

Art. 42. Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, através de convênios, bem como de Consórcios Intermunicipais.

Art. 43. O cargo de Agente de Fiscalização Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º. Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente de Fiscalização Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização nesta Lei descritas.

§ 2º. A atividade de fiscalização e o treinamento dos Agentes de Fiscalização Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com Consórcios Intermunicipais, com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º. Os Agentes de Fiscalização Ambiental atuarão na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 44 O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais, com o objetivo de:

I - aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e aos padrões de emissão;

II - controlar o uso e a exploração de recursos ambientais;

III - avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;

IV - acompanhar o estágio populacional de espécies da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção e em extinção;

V - subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;

VI - acompanhar e avaliar a recuperação de ecossistemas ou áreas degradadas;

VII - subsidiar a tomada de decisão quanto à necessidade de auditoria ambiental.

Art. 45 São atribuições dos servidores municipais encarregados do controle e monitoramento ambiental:

I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III - proceder a inspeções e visitas de rotina;

IV - verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - lavrar auto de inspeção e termo de notificação.

§ 1°. No exercício das suas funções, os agentes terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 2º. O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com “Aviso de Recebimento”, que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 3º. Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente Ambiental.

Art. 46. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

Capítulo VII

DA QUALIDADE AMBIENTAL E PADRÕES DE EMISSÃO

Art. 47 Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos poderes públicos, Estadual e Federal, podendo o Município estabelecer padrões locais mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos Estadual e Federal, fundamentados em parecer encaminhado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente e aprovado pelo CONSEMMA.

§ 1º Os padrões de qualidade ambiental serão expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

§ 2º Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, as condições de normalidade do ar, das águas e do solo, entre outros.

Art. 48 Padrão de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

Art. 49 O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Capítulo VIII

DO SISTEMA MUNICIPAL DE REGISTRO, CADASTRO E INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 50 Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Cadastro Ambiental (SICA) com o propósito de possibilitar o acesso público aos dados e informações ambientais relativas ao uso dos recursos ambientais no território do Município.

Parágrafo único. Consiste num conjunto sistematizado de ações voltados à coleta, organização, gerenciamento e atualização permanente de informações ambientais, que poderão subsidiar a Política Ambiental Municipal e o uso de seus instrumentos com maior eficiência.

Art. 51 O Sistema Municipal de Informações e Cadastro Ambiental, integrado com os órgãos e entidades ambientais, será organizado, mantido e atualizado sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente para utilização, pelo Poder Público e pela sociedade, tendo como objetivos, entre outros:

I - coletar e sistematizar dados e informações de interesse ambiental;

II - Coligir de forma ordenada, sistêmica e interativa os registros e as informações dos órgãos, entidades, atividades, obras, infrações ambientais e congêneres, ocorridos no território municipal;

III - cadastrar e manter atualizadas as informações sobre órgãos, entidades e empresas, atuantes no município, de interesse para a qualidade ambiental;

IV - oferecer subsídios para atividade de monitoramento e fiscalização do uso e exploração de recursos ambientais;

V - avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;

VI - subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;

VII - gerar relatórios de qualidade ambiental;

VIII - colocar à disposição da população instrumento hábil para receber denúncias de infrações ao Código;

IX - manter permanentemente disponibilizada ao público, listagem da legislação aplicável ao município, assim como as demais leis municipais, estatuais e federais no âmbito de suas correlações;

X - estabelecer, indicadores ambientais

Art. 52 É obrigatório o cadastro e atualização periódica junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente de:

I - órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II - pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III - todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal e Estadual, implantados ou que venham a se implantar no Município.

§ 1º Todos os empreendimentos, obras e atividades licenciadas pelo Município estarão automaticamente cadastradas no SICA.

§ 2º Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos,

§ 3º O não cadastramento implicará no embargo da atividade.

Art. 53 A Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente fornecerá certidões, relatórios ou cópia dos dados e proporcionará consulta às informações de que dispõe, observados os direitos individuais e o sigilo industrial.

Capítulo IX

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 54 Compete ao Poder Público Municipal criar, definir, implantar e gerenciar os espaços territoriais especialmente protegidos, com a finalidade de resguardar atributos especiais da natureza, conciliando a proteção integral da fauna, flora e das belezas naturais com a utilização dessas áreas para objetivos educacionais, recreativos e científicos, cabendo ao Município sua delimitação quando não definidos em lei.

Parágrafo único. Os espaços territoriais especialmente protegidos possuem regime jurídico especial.

Art. 55 São espaços territoriais especialmente protegidos:

I - as áreas de preservação permanente;

II - as unidades de conservação;

III - zonas de proteção histórica, artística e cultural;

IV - as áreas verdes e espaços livres;

V - os fragmentos florestais urbanos;

VI - as ilhas, as cachoeiras, a orla fluvial e os afloramentos rochosos associados aos recursos hídricos;

VII - As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII - Outras áreas instituídas pela União, Estado e Município.

SEÇÃO I

Das Áreas de Preservação Permanente

Art. 56 As Áreas de Preservação Permanente (APP), cobertas ou não por vegetação nativa, cumprem papel relevante para a preservação e conservação dos mananciais hídricos, estabilidade geológica, fluxo gênico biodiversidade e proteção do solo.

Parágrafo único. A Área de Preservação Permanente e suas determinações estão definidas na legislação Federal e Estadual.

Art. 57 Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

SEÇÃO II

Das Áreas de Reserva Legal

Art. 58 Reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais, auxiliando a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, o abrigo e proteção de fauna e flora nativa.

Parágrafo único. A Área de Reserva Legal e suas determinações estão definidas na legislação Federal e Estadual.

SEÇÃO III

Do Sistema Municipal de Unidade de Conservação

Art. 59 Compreende-se por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais e relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público Municipal, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Art. 60 Para efeitos desta lei, entende-se por Sistema Municipal de Unidades de Conservação o conjunto de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público Municipal e classificadas em regulamento, podendo ser integrado ao Sistema Federal e Estadual.

§ 1º A classificação, características, objetivos e peculiaridades das Unidades Municipais de conservação serão estabelecidas em lei específica, obedecendo as normas Federais e Estaduais.

§ 2º O ato de criação de uma Unidade de Conservação Municipal deverá conter diretrizes para regulamentação fundiária, demarcação, plano de manejo e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno e estrutura de funcionamento, sendo vedadas quaisquer ações ou atividades que comprometam ou possam vir comprometer os atributos e características especialmente protegidos nessas áreas.

§ 3º As Unidades de Conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Art. 61 A criação das Unidades de Conservação no âmbito Municipal, obedecerá, dentre outros, os seguintes critérios:

I - A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnico-científicos, de consulta e audiência pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

II - As unidades de conservação a serem criadas deverão preferencialmente estar elencadas como áreas prioritárias para a conservação.

III - A ampliação da área de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecido no inciso I deste artigo.

IV - A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica, que deve ser precedida de estudos técnicos e de audiência pública.

SEÇÃO IV

Das Áreas Verdes

Art. 62 As Áreas Verdes são espaços territoriais urbanos constituídos por florestas ou demais formas de vegetação, primária ou plantada, com objetivos de melhoria da paisagem, recreação e turismo para fins educativos, bem como para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. As áreas verdes são de natureza inalienável e podem ser de domínio público ou privado.

Art. 63 Depende de prévia autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente, a utilização de áreas verdes e praças para a realização de espetáculos ou shows, comícios, feiras e demais atividades cívicas, religiosas ou esportivas que possam alterar ou prejudicar suas características.

Parágrafo único. O pedido de autorização deverá ser apresentado por pessoa física ou jurídica, que assinará um Termo de Responsabilidade por danos causados pelos participantes do evento, e, havendo possibilidade de danos de vulto, a autorização será negada, ou exigir-se-á depósito prévio de caução destinada a repará-los.

Art. 64 A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente definirá e o CONSEMMA aprovará que áreas verdes e de domínio particular poderão ser integradas aos espaços territoriais especialmente protegidos do Município de Santa Terezinha/MT.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal adotará as medidas necessárias para regularizar a posse dessas áreas, conforme dispuser legislação pertinente.

Art. 65 O Município não pode alienar, dar em comodato ou doar a particulares ou a entes públicos as áreas verdes, respeitadas as disposições da Lei de Parcelamento do Solo.

Art. 66 As áreas verdes e praças não podem sofrer alterações que descaracterizem suas finalidades principais que visem ao lazer e a saúde da população.

Art. 67 A poda de árvores existentes nas áreas verdes deverá ser realizada com base em técnica que não comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. Ato normativo específico regulamentará a atividade de poda.

Art. 68 O Poder Público Municipal poderá, por meio de instrumento legal, instituir proteção especial para conservação de uma determinada árvore, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de portasementes, a ela concedendo "declaração de imune de corte".

Art. 69 O Município poderá celebrar acordo de parceria com a iniciativa privada para manutenção de áreas verdes e de espaços públicos, ouvindo a Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente se os mesmos implicarem em veiculação de publicidade na área, por parte do patrocinador.

Art. 70 A Município poderá celebrar acordos de parceria com a comunidade para executar e manter áreas verdes e espaços públicos, desde que:

I - a comunidade esteja organizada em associação;

II - o projeto para a área seja desenvolvido ou aprovado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente

Art. 71 As pessoas físicas e jurídicas proprietárias de imóvel urbano poderão ter o seu Imposto Territorial Urbano reduzido até o limite de 20 (vinte) por cento do seu valor, caso promovam a plena conservação e manutenção das áreas verdes nele constantes.

Parágrafo único. As áreas de que trata este artigo terão redução do imposto de acordo com a dimensão da cobertura vegetal conservada, mediante análise do setor competente e autorização expressa do Poder Executivo, por meio de ato normativo específico.

Art. 72 A ausência de manutenção ou a não recuperação parcial ou total das áreas verdes, faculta ao Poder Executivo Municipal cancelar o benefício previsto no art. 71, cobrando os impostos retroativos à data de seu cadastramento, com caráter progressivo, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Capítulo X

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 73 Os instrumentos econômicos têm como objetivo incentivar práticas e uso dos recursos naturais que sejam ambientalmente, socialmente, economicamente e culturalmente sustentáveis, primando pelos princípios do poluidor pagador, usuário pagador e protetor recebedor.

Art. 74 O Município implementará, dentre outros, os seguintes Instrumentos Econômicos:

I - Incentivos Fiscais e Financeiros;

II - Linha de Crédito e Financiamento Específicos;

III - Depósitos Reembolsáveis;

IV - Pagamento por Serviços Ambientais;

V - Fomento de atividades que contribuam para a conservação da biodiversidade; e

VI - Certificações ou Selos Ambientais.

Parágrafo único. O Município deverá disponibilizar recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) ou de recursos oriundos de fontes nacionais e internacionais destinados especificamente para implementação dos Instrumentos Econômicos.

Capítulo XI

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 75 A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Art. 76 Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, bem como de natureza difusa, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 77 A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Parágrafo único. A educação ambiental será tema transversal obrigatório em toda rede municipal de ensino.

Art. 78 O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, deverá:

I - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não formal;

II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III - fornecer suporte técnico e conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltados para a questão ambiental;

IV - articular-se com organizações não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos;

V - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município;

VI - estimular comportamentos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas que protejam, preservem, defendam, conservem e recuperem o Meio Ambiente.

Art. 79 São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 80 São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização do acesso às informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a

defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre os diversos municípios do Estado, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e plurietnicidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

VII - o estímulo ao atendimento por parte da população à legislação ambiental vigente;

VIII - o melhoramento contínuo no tangente à limpeza pública e privada e conservação do município;

IX - a conscientização individual e coletiva para prevenção da poluição em todos os aspectos sociais, morais e físicos.

Art. 81. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades.

Art. 82. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I. campanhas de esclarecimento;

II. palestras;

III. debates;

IV. cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V. desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI. comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo.

VII. qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 83. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comercio e Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura;

Art. 84. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 85. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comercio e Meio Ambiente.

Art. 86. A Educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa sócio-ambiental em nível científico.

Art. 87. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

TÍTULO V

DO CONTROLE AMBIENTAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88. O controle das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impactos ambientais será realizado pelo órgão ambiental municipal competente, sem prejuízo das ações de competência do Estado e da União.

§ 1º O controle ambiental será realizado por todos os meios e formas legais permitidos, como o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e das atividades públicas e privadas.

§ 2º A Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comercio e Meio Ambiente poderá exigir que os responsáveis pelas fontes ou ações degradantes adotem medidas de segurança para evitar os riscos ou a efetiva poluição da água, do ar, do solo e do subsolo e para evitar outros efeitos indesejáveis ao bem-estar da comunidade e à preservação das espécies da fauna e da flora.

Art. 89. No exercício do controle preventivo, corretivo e repressivo das situações que causam ou possam causar impactos ambientais, cabe a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente:

I - efetuar vistorias e inspeções técnicas e fiscalização;

II - analisar, avaliar e emitir pareceres sobre o desempenho de atividades, empreendimentos, processos e equipamentos sujeitos a seu controle;

III - verificar a ocorrência de infrações, aplicando as penalidades previstas neste Código e na legislação pertinente;

IV - convocar pessoas físicas ou jurídicas para prestar esclarecimentos em local, dia e hora previamente fixados;

V - apurar denúncias e reclamações.

Art. 90. Os técnicos, os fiscais ambientais e as demais pessoas autorizadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE são agentes credenciados para o exercício do controle ambiental.

Art. 91. A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE deverá colocar à disposição dos agentes credenciados todas as informações solicitadas e promover os meios adequados à perfeita execução dos deveres funcionais dos agentes.

Parágrafo único. A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE poderá requisitar apoio policial para o exercício legal de suas atividades de fiscalização, quando houver impedimento para fazê-lo.

Art. 92. A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE poderá determinar ao responsável pelas fontes poluidoras o seu autocontrole por meio do monitoramento dos níveis e das concentrações de suas emissões e lançamentos de poluentes, sem ônus para o Município.

Art. 93. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência que visem evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave o iminente risco à saúde humana ou para o Patrimônio Ambiental.

Capítulo II

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 94. As ações do Município para gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos atenderão ao disposto na legislação federal pertinente, na Política Estadual de Recursos Hídricos e nas demais normas estaduais e municipais, com os seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público, limitado e de valor econômico;

II - o poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos;

III - a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do poder público, das comunidades e dos usuários;

IV - prioritariamente, a água será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;

V - a gestão municipal considerará a bacia hidrográfica como unidade de pesquisa, planejamento e gestão dos recursos hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deverá estar integrada com o planejamento urbano e rural do Município;

VII - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;

VIII - proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos superficiais e subterrâneos, com especial atenção para as áreas de nascentes, as áreas de várzeas, de igarapés e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;

IX - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem;

X - garantir o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos;

XI - garantir condições que impeçam a contaminação da água potável na rede de distribuição e realização periódica da análise da água;

XII - estimular a redução de consumo e o reuso, total ou parcial, das águas residuárias geradas nos processos industriais e nas atividades domésticas do Município e as águas pluviais coletadas pelos sistemas de drenagem dos estabelecimentos, respeitados os critérios seguros à saúde pública e ao meio ambiente.

Parágrafo único. O modelo de gestão das águas, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente, deverá ser informado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO e referendado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica da Região, quando houver.

Art. 95. A utilização da água far-se-á em observância aos critérios ambientais levando-se em conta seus usos preponderantes, garantindo-se sua perenidade, tanto no que refere ao aspecto qualitativo como ao quantitativo.

Parágrafo único. Os usos preponderantes e os critérios para a classificação de cursos d`água são aqueles definidos na legislação federal e estadual.

Art. 96 As águas somente poderão ser derivadas após a outorga da respectiva concessão, permissão ou autorização, pelos órgãos competentes da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d`água.

Art. 97 Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de uso múltiplo da água, respeitadas as demais competências.

Parágrafo único. Alterações nas condições da concessão, permissão, autorização e licenciamento podem implicar na sua revogação, sem prejuízo das sanções previstas neste Código ou legislação decorrente.

Art. 98. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais, por meio de estudos que possibilitem:

I - determinar o grau de vulnerabilidade de áreas com potencial de risco de contaminação;

II - identificar e avaliar quantitativamente e qualitativamente a exploração dos recursos hídricos;

III - obter subsídios para análise e aprovação de projetos de poços a serem perfurados;

IV - restringir e disciplinar o uso das águas subterrâneas em locais considerados críticos ou com indícios de exaustão, e que possam interferir no serviço público de abastecimento.

Art. 99. Deverão ser estudadas alternativas técnicas que visem o reaproveitamento das águas residuárias, de forma integral ou parcial, considerando preceitos estabelecidos pela legislação municipal vigente, ou na sua falta, seguindo os padrões estaduais e, na ausência desses, os federais.

Art. 100. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, conforme legislação vigente.

Art. 101. As atividades industriais e os depósitos de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos deverão ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes, e deverão estar localizados a uma distância mínima de 100 (cem) metros dos corpos d`água, em áreas urbanas, e 200 (duzentos) metros, em áreas rurais, respeitada a área de preservação permanente.

Art. 102. Os poços jorrantes e quaisquer perfurações de solo que coloquem a superfície do terreno em comunicação com aquíferos deverão ser equipados com dispositivos de segurança contra vandalismo, contaminação acidental ou voluntária e desperdícios, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. As perfurações desativadas deverão ser adequadamente tamponadas pelo proprietário do imóvel, sob pena de multa.

Art. 103. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d`água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 104. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual e municipal.

Art. 105. O ponto de lançamento de efluentes de empreendimentos ou atividades em cursos hídricos será obrigatoriamente situado a montante da captação de água do mesmo corpo d`água utilizado pelo agente de lançamento.

Parágrafo único. O somatório da emissão de efluentes não poderá ultrapassar os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 106. A diluição de efluentes de uma fonte poluidora por meio da importação intencional de águas não poluídas de qualquer natureza, estranhas ao processo produtivo da fonte poluidora, não será permitida para fins de atendimento a padrões de lançamento final em corpos d`água naturais.

Art. 107. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Parágrafo único. No caso de loteamento, condomínio, conjunto residencial, parcelamento do solo ou qualquer outra forma de incentivo à aglomeração de casas ou estabelecimentos, onde não houver sistema público de esgotamento sanitário, caberá ao responsável pelo empreendimento prover toda a infraestrutura necessária, incluindo o tratamento dos esgotos.

Art. 108. As diretrizes deste Código aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras instaladas neste Município, em águas, superficiais ou

subterrâneas, diretamente ou por meio de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

Art. 109. É obrigatório o cadastramento na Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente de toda a empresa e de técnicos que atuem com águas subterrâneas, para que possam prestar serviços dessa natureza no Município.

Capítulo III

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 110. As medidas referentes ao saneamento básico, essenciais à proteção do meio ambiente e à saúde pública, constituem obrigação do Poder Público, cabendo-lhe a elaboração da sua política municipal de saneamento e dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem no exercício da sua atividade cumprindo as determinações legais.

Art. 111. Os serviços de saneamento básico, tais como os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública, de drenagem, de coleta e de destinação final de resíduos sólidos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao monitoramento da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, observado o disposto nesta Lei, no seu regulamento e nas normas técnicas federais e estaduais correlatas.

Parágrafo único. A construção, reconstrução, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico deverão ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes e informados à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE.

Art. 112. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar contaminações de qualquer natureza.

Art. 113 Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos nas normas ambientais.

§ 1º Os órgãos e entidades a que se refere o caput estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

§ 2º Será garantido o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 114. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora.

§ 1º Quando não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão municipal competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, federais ou estaduais, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 115. Não é permitida a permanência de água estagnada nos terrenos urbanos, edificados ou não, bem como em pátios dos prédios situados no Município.

Capítulo IV

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 116 A utilização do solo, para quaisquer fins, far-se-á através da adoção de técnicas, processos e métodos que visem a sua conservação, recuperação e melhoria, observadas as características geofísicas, morfológicas, ambientais e sua função socioeconômica.

§ 1º A inobservância das disposições legais de uso e ocupação do solo caracterizará degradação ambiental, passíveis de sansão administrativa e/ou reparação do dano.

§ 2º As restrições aos empreendimentos e/ou atividades de qualquer natureza, que ofereçam risco efetivo ou potencial ao solo, serão disciplinados em norma específica, refletindo o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), a Lei de Uso e Ocupação do Solo, entre outros instrumentos normativos congêneres.

Art. 117. A proteção do solo no Município visa:

I - garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas na Lei Municipal de uso solo;

II - garantir a utilização do solo cultivável, através de adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III - priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas, proteção da margem fluvial e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV - priorizar o manejo e uso da matéria orgânica bem como a utilização de controle biológico de pragas;

V - aproveitamento adequado e conservação das águas em todas as suas formas;

VI - procedimentos para evitar assoreamento de cursos d`água e bacias de acumulação;

VII - adoção de medidas para evitar processos de desertificação.

Art. 119. O Município deverá elaborar o seu plano de gestão integrada dos resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

§ 1ºO município sempre que possível deverá optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Deverá ser incentivada a implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 3º O gerenciamento dos resíduos sólidos processar-se-ão em condições que não tragam prejuízo à saúde, ao bem-estar público e ao meio ambiente, observando-se as normas federais, estaduais e municipais.

Art. 120. Não é permitido depositar, dispor, descarregar, entulhar, infiltrar ou acumular, no solo, resíduos, em qualquer estado de matéria, que alterem as condições físicas, químicas ou biológicas do ambiente.

Art. 121. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§1º São consideradas atividades de minimização dos resíduos entre outras medidas:

I - a redução do volume total ou da quantidade de resíduos sólidos gerados;

II - a possibilidade de sua reutilização ou reciclagem; e

III - a redução da toxicidade dos resíduos perigosos.

§2º As empresas já existentes no Município na data de entrada em vigência deste Código deverão implantar programas de minimização da poluição.

§3º Caso a redução na fonte ou sua reciclagem não forem tecnicamente viáveis, os resíduos devem ser tratados ou dispostos de modo a não causar risco ou dano ao ambiente, atendidas as demais exigências desta Lei e de outras normas.

Art. 122. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos competentes ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 123. É obrigatória a disposição final em aterro para resíduos de serviços de saúde e industriais, ou sua incineração, em atividades licenciadas com esse fim, bem como, sua adequada triagem, coleta e transporte especial, em atendimento à legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Caberá ao responsável legal dos estabelecimentos industriais e de saúde, a responsabilidade pelo gerenciamento de seus resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública, sem prejuízo da responsabilidade civil, penal e administrativa de outros sujeitos envolvidos, em especial os transportadores e depositários finais.

Art. 124. Os grandes geradores de resíduos sólidos deverão dar destinação adequada aos seus resíduos sólidos produzidos, mantendo via original do contrato à disposição da fiscalização.

§ 1º É vedado aos grandes geradores à disposição dos resíduos nos locais próprios da coleta e resíduos domiciliares ou de serviços de saúde, bem como em qualquer área pública, incluindo passeios e sistema viário, sob pena de multa.

§ 2º No caso de descumprimento da norma estabelecida no parágrafo anterior, sem prejuízo da multa nele prevista, o grande gerador arcará com os custos e ônus decorrentes da coleta, transporte, tratamento e destinação final de seus resíduos, recolhendo perante o órgão público competente, os valores correspondentes.

§ 3º Os valores pagos pelo grande gerador para cobrir os custos e ônus mencionados no parágrafo anterior serão destinados a custear o serviço de limpeza urbana de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e serão depositadas na conta vinculada do órgão ambiental competente.

§ 4º São considerados grandes geradores, para efeitos desta lei:

I - os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2, pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em volume superior a 200 (duzentos) litros diários;

II - os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, dentre outros, geradores de resíduos sólidos inertes, tais como entulho, terra e materiais de construção, com massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas diários, considerada a média mensal de geração, sujeitos à obtenção de alvará de aprovação e/ou execução de edificação, reforma ou demolição;

III - os condomínios de edifícios não residenciais ou de uso misto, cuja soma dos resíduos sólidos, caracterizados como resíduos Classe 2, pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, gerados pelas unidades autônomas que os compõem, seja em volume médio diário igual ou superior a 1.000 (mil) litros;

Art. 125. A construção civil deverá empregar técnicas de construção que gerem menor volume de resíduos, sendo obrigatória a destinação final desses resíduos a aterros específicos, devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Cabe às empresas da construção civil a elaboração de planos de gerenciamento de resíduos da construção civil que privilegiem à reciclagem e a reutilização dos resíduos.

§ 2º O Poder Público Municipal incentivará a realização de estudos, projetos e atividades que proponham a reciclagem dos resíduos sólidos junto à iniciativa privada e às organizações da sociedade civil.

Art. 126. As pessoas físicas ou jurídicas que sejam prestadoras de serviços de coleta de resíduos sólidos da construção civil, desentupidoras (limpa-fossa), limpeza de galerias e de canais ficam obrigadas a cadastrar-se e licenciar-se na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE e no órgão ambiental competente.

Art. 127. É vedado, no território do Município:

I - a deposição do lixo em vias públicas, praças, terrenos baldios assim como em outras áreas não designadas para este fim pelo setor competente;

II - a queima e a deposição final de lixo a céu aberto;

III - o lançamento de lixo ou resíduos de qualquer natureza em água de superfície ou subterrânea, sistema de drenagem de águas pluviais e áreas erodidas.

Art. 128. As normas de postura referente ao uso do solo, deverá observar os princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes estabelecidas em normas correlatas e em conformidade com a Lei Municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Capítulo V

DOS RECURSOS MINERAIS

Art. 129. A extração de bens minerais sujeitos ao regime de licenciamento mineral será regulada, licenciada, fiscalizada e/ou monitorada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE, observada a legislação federal pertinente a esta atividade.

Art. 130. A extração e o beneficiamento de minerais só poderão ser realizados, no mínimo, mediante a apresentação do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Área Degradada, sem prejuízo de outros estudos ou projetos que serão definidos pelos órgãos ambientais competentes conforme o porte do empreendimento.

Parágrafo único. Quando as instalações facilitarem a formação de depósito de água, o explorador está obrigado a fazer o escoamento ou a aterrar as cavidades com material inerte, na medida em que for retirado o recurso mineral.

Art. 131. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de mineração, mesmo que temporariamente, terão que se cadastrar na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE.

Capítulo VI

DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 132. A paisagem urbana, patrimônio visual de uso comum da população é recurso de planejamento ambiental que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

Art. 133. Cabe à comunidade, em especial aos órgãos e às entidades da Administração Pública, zelar pela qualidade da paisagem urbana e promover as medidas adequadas para:

I - disciplinar e controlar os impactos ambientais que possam afetar a paisagem urbana;

II - ordenar a publicidade ao ar livre;

III - implantar e ordenar o mobiliário urbano;

IV - manter as condições de acessibilidade e visibilidade dos espaços livres e de áreas verdes;

V - recuperar as áreas degradadas.

Art. 134. Para fins desta Lei, entende-se por:

I - anúncios: quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis nos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais, indústrias, profissionais, empresas, produtos de quaisquer espécies, ideias, eventos, pessoas ou coisas;

II - paisagem urbana: a configuração resultante da interação entre os elementos naturais, edificados ou criados e o próprio ser humano, numa constante relação de escala, forma, função e movimento;

III - veículo de divulgação: são considerados veículos de divulgação ou simplesmente veículos qualquer equipamento de comunicação visual ou audiovisual utilizado para transmitir anúncio ao público;

IV - poluição visual: qualquer alteração de natureza visual que ocorra nos recursos paisagístico e cênico do meio ambiente natural ou criado;

V - mobiliário urbano: o conjunto dos equipamentos localizados em áreas públicas da cidade, tais como abrigos de pontos de ônibus, bancos e mesas de rua, telefones públicos, instalações sanitárias, caixas de correio, objetos de recreação.

Art. 135. Os instrumentos publicitários e a instalação de elementos de comunicação visual e do mobiliário urbano na área do Município só serão permitidos mediante autorização dos órgãos competentes e observadas as disposições pertinentes previstas na legislação específica, sujeitando-se os infratores às sanções e penalidades previstas nas normas.

Art. 136. Todo anúncio deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como deverá ser mantido em bom estado de conservação, no que tange a estabilidade, resistência dos materiais e aspecto visual, devendo atender às normas técnicas pertinentes, observando ainda as seguintes normas:

I - não prejudicar a sinalização de trânsito ou outro sinal de comunicação institucional, destinado à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação dos logradouros;

II - não provocar reflexo, brilho ou intensidade de luz que possa ocasionar ofuscamento, prejudicar a visão dos motoristas, interferir na operação ou sinalização de trânsito de veículos pedestres, quando com dispositivo elétrico ou com película de alta reflexividade.

Art. 126 Fica proibida a instalação de anúncios em:

I - torres ou postes de transmissão de energia elétrica;

II - nos dutos de gás e de abastecimento de água, hidrantes, torres d`água e outros similares;

III - nas árvores de qualquer porte;

IV - postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, conforme autorização específica, exceção feita ao mobiliário urbano nos pontos permitidos pela Prefeitura;

V - faixas ou placas acopladas à sinalização de trânsito;

VI - nos muros, paredes e empenas cegas de lotes públicos edificados ou não;

VII - leito dos rios e cursos d`água, reservatórios, lagos e represas, conforme legislação específica; e

VIII - obras públicas de arte, tais como pontes, passarelas, viadutos e túneis, ainda que de domínio estadual ou federal.

Art. 138. Caberá aos órgãos municipais competentes e entidades da Administração Pública, o controle das atividades e ações que possam causar impactos ambientais à paisagem urbana.

Capítulo VII

DA EMISSÃO DE RUÍDOS

Art. 139. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 140. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou que direta ou indiretamente sejam ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou, simplesmente, excedam os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos normas em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 141. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I - Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II - Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 142 Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 143. A autorização de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 144. Compete a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE:

I - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais previstas na legislação vigente;

III - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios;

IV - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;

V - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;

b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.

VI - autorizar, observada a legislação pertinente e a lei de uso e ocupação do solo, funcionamento de atividades que produzam ou possam vir a produzir ruídos.

Art. 145. São permitidos, desde que respeitados os limites estabelecidos na legislação federal, estadual e municipal e em normas da ABNT pertinentes, os ruídos que provenham:

I - de alto-falantes utilizados para a propaganda eleitoral durante a época estabelecida pela Justiça Eleitoral;

II - de alto-falantes e de sinos de igrejas ou templos e, bem assim, de instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de culto ou cerimônia religiosa, celebrados pelas respectivas denominações, realizadas em sua sede ou em recinto aberto;

III - de bandas de música em desfiles previamente autorizados nas praças e logradouros públicos;

IV - de sirenes ou aparelhos semelhantes que assinalem o início e o fim de jornada de trabalho ou de estudos, desde que funcionem apenas em zona apropriada e o sinal não se alongue por mais de 30 (trinta) segundos;

V - de máquinas e equipamentos usados na preparação ou conservação de logradouros públicos;

VI - de máquinas ou equipamentos de qualquer natureza utilizados em construções ou obras em geral;

VII - de sirenes e aparelhos semelhantes, quando usados em ambulâncias ou veículos de prestação de serviço urgente ou, ainda, quando empregados para alarme e advertência, limitado o seu uso ao mínimo necessário, observadas as disposições do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

VIII - de explosivos empregados em pedreiras, rochas e demolições;

IX - de alto-falantes em praças públicas ou outros locais permitidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE, durante o tríduo carnavalesco, e nos 15 (quinze) dias que o antecedem, desde que destinados exclusivamente a divulgar músicas carnavalescas sem propaganda comercial;

X - do exercício das atividades do Poder Público, nos casos em que a produção de ruídos seja inerente a essas atividades.

Capítulo VIII

DO AR

Art. 146. A qualidade do ar deverá ser mantida em conformidade com os padrões e normas de emissão definidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, e os estabelecidos pela legislação estadual e municipal.

Art. 147. Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente

V - integração dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar, numa única rede, de forma a manter um sistema adequado de informações;

VI - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VII - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Art. 148. Ficam vedadas:

I - a queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida, sem a autorização do órgão competente;

II - a emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelmann, em qualquer tipo de processo de combustão;

III - a emissão visível de poeiras, névoas e gases, fora dos padrões estabelecidos;

IV - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;

V - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;

VI - a transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 149. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental - EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 149. Decreto do Executivo Municipal estabelecerá os padrões de monitoramento e controle da qualidade do ar, observadas as normas federais, estaduais e municipais, em especial do disposto neste Código.

Capítulo IX

DA ATIVIDADE RURAL REFERENTE AO MEIO AMBIENTE

Art. 150. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequada de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas per-

tinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas.

Art. 151. É vedada em qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d`água, ou nascentes.

Art. 152. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 100 (cem) metros das habitações.

Art. 153 Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - a arborização junto às margens das estradas municipais;

II - a limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - as práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 154 O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural, a sensibilização ambiental dos agricultores, bem como o fortalecimento da educação ambiental na zona rural para preservação, conservação, recuperação e manejo do território.

Art. 155 As disposições deste capítulo não excluem a obrigatoriedade de cumprir as normas ambientais correlatas.

Capítulo X

DO USO DE AGROTÓXICOS

Art. 156 - É vedada a utilização indiscriminada de agrotóxicos, seus componentes e afins de qualquer espécie nas lavouras, salvo produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes.

§ 1º A comercialização de substâncias agrotóxicas, seus componentes e afins far-se-á mediante receituário agronômico.

§ 2º É proibida a aplicação ou pulverização de agrotóxicos, seus componentes e afins:

I - em toda a zona urbana do Município;

II - em todas as propriedades localizadas na zona rural, limítrofes ao perímetro das zonas urbanas e em uma faixa não inferior a 100m (cem metros) de distância em torno deste perímetro;

III - em área situada a uma distância mínima de 100m (cem metros) adjacente aos mananciais hídricos.

§ 3º Nas áreas de que trata o inciso I e II do parágrafo anterior será permitida a aplicação de agrotóxicos e biocidas nas lavouras de forma controlada, sob orientação de técnico devidamente habilitado em conselho de classe, com a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, desde que:

I - seja mantida uma distância mínima de segurança estabelecida por esse profissional, nunca inferior a 100 (cem) metros dos imóveis urbanos residenciais;

II - em área rural seja mantida uma distância mínima de 100 (cem) metros de imóvel rural com uso residencial (AGRO-VILAS/DISTRITO);

III - em área rural, a aplicação seja efetuada por aparelhos costais ou tratorizados de barra;

IV - em área urbana somente será permitido aplicação com uso de aparelhos costais ou tratorizados sem uso de barra, com jato manual;

V - sejam utilizados preferencialmente agrotóxicos de baixa toxicidade.

§ 4º Em todos os casos, as aplicações somente poderão ser feitas de acordo com orientações técnicas.

§ 5º Na aplicação deste artigo, considerar-se-á perímetro urbano, além das últimas ruas que circundam a cidade, as zonas rurais onde existem escolas, devendo ser respeitadas as distâncias constantes nos parágrafos e incisos anteriores.

Art. 157 A aviação agrícola, com fins de controle fitossanitário, será permitida mediante a observação dos seguintes parâmetros e requisitos:

I - aplicação de qualquer substância atóxica será permitida, devendo, porém ocorrer sob orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agronômico, respondendo solidariamente por eventuais danos causados o profissional responsável pela referida ART, a empresa de aplicação, o contratante do serviço e o proprietário da aeronave utilizada para tal fim;

II - é proibida aplicação por aviação, de agrotóxicos de classificação toxicológica I;

III - Agrotóxicos de classificação toxicológica II, III e IV poderão ser aplicados, mediante orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agronômico e desde que sejam supervisionados por técnico responsável, devendo ainda observar disposto na alínea "d" deste artigo;

IV - a aplicação de agrotóxicos de qualquer classificação só poderá ser feita na ausência de ventos e desde que a temperatura seja inferior a 30º C; e

V - a responsabilidade residual por quaisquer malefícios oriundos da aplicação de produtos por aviação, será da empresa aplicadora, não excluindo a responsabilidade solidária do contratante, do profissional responsável pela ART, e do proprietário da aeronave utilizada.

Capítulo XI

DA FLORA E FAUNA

Art. 158 A vegetação de porte arbóreo e as demais formas de vegetação natural ou aquelas de reconhecido interesse para o Município, são bens de interesse comum a todos, cabendo ao Poder Público e aos cidadãos a responsabilidade pela sua conservação.

§ 1º Depende de autorização da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE a poda, o transplante ou a supressão de espécimes arbóreos em áreas de domínio público ou privado, podendo ser exigida a reposição dos espécimes suprimidos.

§ 2º As exigências e providências para a poda, corte ou abate de vegetação de porte arbóreo serão estabelecidas por resolução do CONSEMMA.

Art. 159 Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivem naturalmente fora de cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são de interesse do Município, sendo vedada sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha, respeitada a legislação federal.

§ 1º Os responsáveis pelos empreendimentos serão obrigados a apresentar um plano de resgate e monitoramento dos animais, quando solicitarem licença para suas atividades.

§ 2º Qualquer espécie que venha colocar em risco a saúde e a integridade do ecossistema poderá ser controlada, mediante autorização dos órgãos competentes.

§ 3º Fica proibida a introdução de espécimes da fauna e flora silvestre ou exótica, bem como as modificações no ambiente sem autorização dos órgãos competentes.

Art. 160 Deverão ser incentivadas as pesquisas científicas sobre ecologia de populações de espécies da fauna silvestre regional e estimuladas as ações para a reintrodução de animais silvestres regionais em segmentos dos ecossistemas naturais existentes no Município, notadamente nas Unidades de Conservação.

Parágrafo único. A reintrodução só será permitida com autorização do órgão ambiental competente, após estudos sobre a capacidade de suporte do ecossistema e compatibilidade com as áreas urbanas.

Art. 161 O Poder Público Municipal, juntamente com a coletividade, promoverá a proteção da fauna local e vedará práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal deverá cooperar com os órgãos federal e estadual de meio ambiente, visando à efetiva proteção da fauna e flora dentro de seu território.

Capítulo XII

LOTEAMENTOS E CONSTRUÇÕES

Art. 162 A elaboração de normas urbanísticas deverá ser precedida por diretrizes ambientais emitidas pelo Sistema Municipal do Ambiente.

Parágrafo único. As diretrizes ambientais devem estabelecer os critérios necessários para garantir a conservação dos recursos naturais, bem como exigir medidas preventivas e mitigadoras da poluição, degradação e drenagem das águas.

Art. 163 As áreas verdes dos loteamentos, conjuntos residenciais ou outras formas de parcelamento do solo deverão atender as determinações constantes na legislação específica, devendo, ainda:

I - localizar-se nas áreas mais densamente povoadas de vegetação;

II - localizar-se de forma contígua às áreas de preservação permanente ou especialmente protegida, de que trata esta Lei, visando formar uma única massa vegetal;

III - ser averbadas no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 164 Serão estabelecidas restrições de uso nos seguintes casos:

I - várzeas;

II - morros e encostas de declividade variável associados a solos pouco profundos, exposição rochosa ou pedregosidade, e o seu entorno, definida de acordo com as condições locais;

III - entorno de parques, remanescentes de vegetação natural e de unidades de conservação; e

IV - áreas especificadas no Zoneamento Ambiental.

§ 1º A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE cadastrará as áreas com restrição de uso do Município.

§ 2º Na emissão das diretrizes ambientais para os projetos e empreendimentos localizados nas áreas descritas neste artigo serão determinados pelo CONSEMMA.

Art. 165 Todos os projetos de loteamentos, condomínios, conjuntos habitacionais de interesse social, distritos industriais e arruamentos deverão incluir o projeto de arborização urbana e o tratamento paisagístico das áreas verdes e de lazer, a ser submetido à aprovação da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE.

Parágrafo único. Os empreendimentos deverão ser entregues com a arborização de ruas e avenidas concluídas e áreas verdes e de lazer tratadas paisagisticamente.

Art. 166 Será obrigatória, nos projetos de edificações, residenciais, comerciais e industriais a apresentação de projeto de arborização da propriedade, observada as normas correlatas do uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. Quando se tratar de reformas e ampliações, deverá ser indicado a localização das árvores existentes, ficando ao proprietário do imóvel ou ao empreendedor a responsabilidade pela proteção das árvores ali já existentes.

Art. 167 Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE definir o Sistema de Áreas Verdes de cada empreendimento, em razão de remanescentes florestais e do seu estágio de regeneração ou degradação, de áreas de preservação permanente, de várzeas, de faixas de drenagem e das demais características físicas da circunvizinhança do loteamento.

Capítulo XIII

DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Art. 168 O Poder Público Municipal estabelecerá compromisso frente ao desafio das mudanças climáticas globais, dispondo sobre as condições para as adaptações necessárias aos impactos derivados das mudanças climáticas, bem como contribuir para reduzir ou estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera.

§ 1º As ações de âmbito municipal para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito nacional e estadual por entidades públicas e privadas;

§ 2º Os princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos, e orientações gerais sobre mudança climática serão objetos de Lei Municipal específica, observadas as normas correlatas federais e estaduais.

TÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Capítulo I

DAS INFRAÇÕES

Art. 169 Para os efeitos deste Código considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas ambientais previstas no ordenamento jurídico Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todas as pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Art. 170 Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pela autoridade competente.

Parágrafo único. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental fica obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

Art. 171 As condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas serão determinadas em legislação municipal específica, devendo até a sua publicação, ser aplicado às normas ambientais federais e estaduais.

Capítulo II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 172 A fiscalização das normas ambientais previstas neste Código, e outras no âmbito Federal, Estadual e Municipal, será exercida pelo órgão municipal competente, por meio de servidores designados para as atividades de fiscalização.

Art. 173 Aos servidores fiscais, no exercício de suas funções, é assegurado livre acesso e permanência nas dependências dos locais fiscalizados, podendo, quando necessário, requisitar força policial para garantir a realização e a segurança da ação fiscalizadora.

Art. 174 Aos fiscais ambientais compete:

I - efetuar vistorias, levantamentos e avaliações;

II - verificar a ocorrência da infração e lavrar o auto correspondente, fornecendo cópia ao autuado;

III - elaborar laudos ou relatórios técnicos;

IV - intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos em local e data previamente determinados;

V - prestar atendimentos a acidentes ambientais, encaminhando providências no sentido de sanar os problemas ambientais ocorridos;

VI - exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva.

Art. 175 A fiscalização e a aplicação de penalidades de que trata este Código e normas correlatas dar-se-ão por meio de:

I - auto de inspeção;

II - termo de notificação;

III - auto de infração;

IV - termo de interdição;

V - termo de embargo;

VI - termo de apreensão;

VII - termo de demolição.

Parágrafo único. Os termos e autos serão lavrados em duas vias destinadas:

I - a primeira, ao autuado;

II - a segunda, ao processo administrativo;

Art. 176 Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, sendo assegurado o direito de ampla defesa ao autuado, dele constando:

I - o nome da pessoa física ou jurídica autuada, o respectivo endereço e o documento que a identifique;

II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;

III - o fundamento legal da autuação;

IV - a penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição e, quando for o caso, o prazo para a correção da irregularidade;

V - nome, função e assinatura do autuante;

VI - prazo para recolhimento da multa ou para a apresentação da defesa administrativa.

§ 1º No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão, interdição e de suspensão de venda de produto, deverá constar no respectivo termo a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, estado de conservação em que se encontra o material e o local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 2º Os fiscais são responsáveis administrativa e criminalmente pelas declarações constantes do Auto de Infração que subscreverem.

§ 3º As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

§ 4º A penalidade de multa deverá ser aplicada após laudo técnico, nos casos em que a norma federal, estadual ou municipal assim estabelecer, sendo elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando, no mínimo, a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto.

Art. 177. O autuado tomará ciência da lavratura do auto de infração e dos demais atos processuais, das seguintes formas:

I - pessoalmente;

II - por seu representante legal;

III - por carta registrada com aviso de recebimento;

IV - por edital, se estiver o infrator autuado em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º Se o autuado, intimado pessoalmente, se recusar dar o seu ciente, essa circunstância será expressamente mencionada pelo agente encarregado da diligência, preferencialmente na presença de duas testemunhas, sendo-lhe enviado uma cópia do auto ou termo, por via postal com `Aviso de Recebimento`, que será anexado ao procedimento, ou ser intimado por edital.

§ 2º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 3º Quando o autuado for analfabeto, fisicamente incapacitado de assinar, recusar-se a assinar ou ausente, poderá o auto ser assinado "a rogo" na presença de duas testemunhas e do autuante, relatando a impossibilidade ou recusa da assinatura.

§ 4º Quando a intimação se der por Aviso de Recebimento - AR, o prazo será contado a partir da sua juntada ao processo.

§ 5º O edital a que se refere o inciso IV será publicado uma só vez, na imprensa oficial do Estado, considerando-se efetivada a intimação 5 (cinco) dias após a publicação.

§ 6º O edital será publicado também em jornal de circulação local.

Art. 178. O agente autuante descreverá de forma clara e inequívoca os fatos considerados para a classificação da infração, demonstrando a gravidade dos mesmos, os antecedentes e a situação econômica do infrator.

Art. 179. A fiscalização ambiental nas microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração que caracterize crime ambiental, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º A primeira visita será para fins de orientação, externalizada pela emissão de notificação.

Capítulo III

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 180 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão, destruição e inutilização do produto;

V - suspensão de venda e fabricação do produto;

VI - suspensão parcial ou total das atividades; e

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - demolição de obra;

IX - restritiva de direitos.

§ 1º O órgão ambiental poderá aplicar de forma acautelatória qualquer das sanções previstas neste artigo para evitar risco ou continuidade de dano ambiental.

§ 2º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

SEÇÃO I

Da Advertência

Art. 181 A penalidade de advertência será aplicada quando for constatada infração de menor gravidade, fixando-se quando for o caso, prazo para que a mesma seja sanada.

§ 1º Considera-se infração de natureza de menor gravidade a que não cause riscos de danos à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2ºNão caberá advertência no caso de desatendimento de notificação anterior ou embaraço à fiscalização.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 4º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

§ 5º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

§ 6º A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

§ 7º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

SEÇÃO II

Das Multas

Art. 182 Multa é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o autuado em decorrência da infração cometida.

I. nas infrações leves, 50 até 500 UPF;

II. nas infrações graves, 500 até 10.000 UPF;

III. nas infrações muito graves, 10.000 até 20.000 UPF;

IV. nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 UPF.

Art. 183 A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 184 O valor da multa de que trata esta Lei será corrigido, periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 50.000. 000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. Os valores de multa e forma de pagamento serão regulamentados por meio de ato normativo do Poder Público Municipal.

Art. 185 Na hipótese de atuações simultâneas feitas pelos agentes federados, em decorrência do mesmo fato, prevalecerá aquele que autuar primeiro.

Art. 186 A multa simples será aplicada para as infrações administrativas em que não couber advertência, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.

Parágrafo único. A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, na forma do regulamento.

I - O infrator que requerer a conversão será beneficiado com desconto de quarenta por cento do valor da multa consolidada, devendo aplicar os outros sessenta por cento na elaboração e execução de projetos visando a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

II - Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

III - O não cumprimento pelo agente beneficiado com a conversão de multa simples em trabalhos de conservação, melhoria ou recuperação da qualidade do meio ambiente, total ou parcial, implicará na suspensão do benefício concedido e na imediata cobrança da multa imposta.

Art. 187 A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo devendo constar no auto de infração o respectivo valor.

§ 1º O valor da multa dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Código, não podendo ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais) nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 2º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 3º Caso a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 4º A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta encerrará a contagem da multa diária a partir da data do protocolo do pedido.

§ 5º Lavrado o auto de infração, será aberto prazo de defesa nos termos estabelecidos nesta lei.

§ 6º Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 7º O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

Art. 188 As multas podem ter sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por Termo de Ajustamento de Conduta aprovado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental ou se regularizar de acordo com as normas ambientais.

Parágrafo único. A multa será reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado, monetariamente, quando:

I - a infração consistir irregularidade formal e esta for sanada;

II - nos empreendimentos e atividades licenciados, houver:

a) espontânea e imediata reparação do dano;

b) requerimento de laudo técnico de constatação de reparação do dano ambiental pelo órgão competente.

III - Quando do cumprimento integral das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta aprovado pela autoridade competente.

Art. 189 O recolhimento do valor da multa imposta será revertido em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

SEÇÃO III

Da Apreensão, Destruição e Inutilização

Art. 190 Serão apreendidos os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, apetrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza, objeto de infração administrativa ou utilizada na sua prática, lavrando-se os respectivos termos.

Parágrafo único. Os procedimentos relativos à apreensão obedecerão ao previsto na legislação em vigor.

Art. 191 Os produtos, subprodutos e instrumentos apreendidos pela fiscalização serão avaliados e posteriormente doados, vendidos, destruídos ou

inutilizados conforme decisão motivada da autoridade competente, revertendo os recursos arrecadados pela venda dos produtos ao FMMA, na forma do regulamento.

§ 1º A autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

§ 2º Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão ambiental e correrão às expensas do infrator.

§ 3º Os equipamentos e veículos de qualquer natureza são considerados instrumentos da infração quando adaptados ou alteradas suas características, quer temporária ou definitiva, para a prática da infração, ou ainda, quando utilizados de forma reiterada.

Art. 192 Os equipamentos e veículos de qualquer natureza apreendidos poderão ser confiados a fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo, quando serão restituídos ao proprietário, salvo quando os mesmos forem considerados instrumentos da infração.

SEÇÃO IV

Da Suspensão de Venda e Fabricação do Produto

Art. 193 A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Parágrafo único. A sanção do caput será aplicada de imediato, quando a venda ou fabricação do produto não estiver obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

SEÇÃO V

Suspensão Parcial Ou Total Das Atividades

Art. 194 A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

SEÇÃO VI

Do Embargo de Obra ou Atividade

Art. 195 O embargo de obra e/ou atividade e suas respectivas áreas tem por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde se verificou a prática do ilícito.

Art. 196 O descumprimento total ou parcial de embargo, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local objeto do embargo infringido;

II - cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização; e

III - aplicação de multa por descumprimento, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. A pedido do interessado, o órgão ambiental autuante emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.

Art. 197 A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade.

SEÇÃO VII

Da Demolição de Obra

Art. 198 A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental, após o contraditório e ampla defesa, quando:

I - verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental; ou

II - quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§ 1º A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do auto de infração.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração.

§ 3º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

SEÇÃO VIII

Das Penas Restritivas de Direito

Art. 199 As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão ou cancelamento de registro, cadastro, licença ou autorização;

II - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

III - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - proibição de contratar com a Administração Pública.

§ 1º A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I - até um ano para a sanção do inciso I do caput deste artigo;

II - até três anos para a sanção prevista nos incisos II, III e IV do caput deste artigo.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração, comprovada pelo autuado e devidamente atestada pelo órgão ambiental competente.

Art. 200 A sanção de suspensão ou cancelamento de registro, cadastro, licença ou autorização será aplicada nas seguintes hipóteses, mediante decisão motivada:

I - Suspensão:

a) Descumprimento injustificado do Termo de Ajustamento de Conduta;

b) Violação de normas legais;

c) Constatação, pelo órgão ambiental, de que as condicionantes não foram cumpridas de forma satisfatória;

II - Cancelamento:

a) omissão voluntária ou falsa descrição de informações relevantes;

b) superveniência de graves riscos ambientais ou à saúde;

c) dolo, simulação ou fraude na elaboração do projeto de Licenciamento Ambiental;

d) nos casos de superveniência de fatos modificativos ou impeditivos de direito.

§ 1º A inobservância dos prazos previstos para cumprimento das condicionantes implicará suspensão automática da licença emitida.

§ 2º A sanção de cancelamento prevista neste artigo deverá ser precedida de suspensão cautelar até o cumprimento do devido processo legal.

Art. 201 As penalidades previstas neste capítulo poderão ser objeto de regulamentação por meio de ato do Poder Executivo Municipal, ouvido o CONSEMMA.

SEÇÃO IX

Das Circunstâncias Agravantes e Atenuantes

Art. 202 Para imposição e gradação da penalidade, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

§ 1º Para a aplicação do disposto no inciso I, o órgão ou entidade ambiental estabelecerá de forma objetiva critérios complementares para o agravamento e atenuação das sanções administrativas.

§ 2º As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 203 São circunstâncias que atenuam a sanção:

I - ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

II - baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;

III - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;

IV - comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação ao perigo eminente de degradação ambiental;

V - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Art. 204 São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam a infração, a prática de ato infracional:

I - para obter vantagem pecuniária;

II - coagindo outrem para a execução material da infração;

III - afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;

IV - concorrendo para danos à propriedade alheia;

V - atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;

VI - atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;

VII - em período de defeso;

VIII - em domingos ou feriados;

IX - à noite;

X - em épocas de seca ou inundações;

XI - no interior do espaço territorial especialmente protegido;

XII - com o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XIII - mediante fraude ou abuso de confiança;

XIV - mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;

XV - no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

XVI - atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;

XVII - facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

Art. 205 Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a pena será aplicada em consideração à circunstância preponderante, entendendo-se como tal aquela que caracterize o conteúdo da vontade do autor e as consequências da conduta assumida.

SEÇÃO X

Reincidência

Art. 206 Constitui reincidência a prática de nova infração administrativa ambiental no período de cinco anos contados da decisão irrecorrível em processo administrativo anterior:

I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; ou

II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

Parágrafo único. No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração terá seu valor aumentado ao triplo e ao dobro, respectivamente.

SEÇÃO XI

Prescrição

Art. 207 Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§ 1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

§ 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

§ 3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

§ 4º A prescrição da pretensão punitiva da administração não elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

Art. 208 Interrompe-se a prescrição:

I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - pela decisão administrativa condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

Art. 209 Suspende-se a prescrição durante a vigência do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo infrator.

Capítulo IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 210 As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições da legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 211 O Processo Administrativo Ambiental desenvolver-se-á, ordinariamente, em duas instâncias, a começar pela instauração do procedimento contencioso e terminando com a decisão administrativa irrecorrível exarada no processo ou decurso de prazo para recurso.

Art. 212 A participação do autuado no Processo Administrativo Ambiental far-se-á, pessoalmente ou por seu representante legal, observado as regras constantes do artigo 176 deste Código.

Art. 213 A inobservância, por parte do servidor municipal, dos prazos destinados à instrução, movimentação e julgamento do processo, importa em responsabilidade funcional.

Art. 214 No recinto da repartição ambiental onde se encontrar o processo, dar-se-á carga a parte interessada ou a seu representante habilitado, durante a fluência dos prazos, independentemente de pedido escrito.

Art. 215 Quando da infração resultar dano ao meio ambiente, o autuado, independente das penalidades aplicáveis, será obrigado a reparar o dano.

§ 1º A correção da degradação ambiental de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de reparação, aprovado pelo órgão ambiental, exigindo-se, em sendo o caso, assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 2º A autoridade competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa administrativa suspensa será atualizado monetariamente e proporcional ao dano não reparado.

§ 4º A verificação do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental deverá ser realizada mediante laudo de constatação pelo órgão competente.

§ 5º Havendo recusa, ou interrupção sem justificativa técnica do infrator em reparar o dano, a autoridade administrativa encaminhará ao órgão competente, cópia do auto de infração acompanhado de laudo técnico caracterizando o dano ocorrido, para eventual propositura de ação civil visando sua reparação.

Art. 216 Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar o fato, imediatamente, ao conhecimento da autoridade policial.

Art. 217 A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do Auto, nem implica em confissão, nem sua recusa constitui agravante.

Art. 218 O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 219 O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 220 Considera-se iniciado o Processo Administrativo Ambiental, com a lavratura de qualquer dos termos ou autos, previsto neste Código, observados o rito e os prazos estabelecidos neste Código e normas correlatas.

Art. 221 O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da intimação, oferecer defesa contra o termo ou auto lavrado.

§ 1º A defesa deverá no mínimo mencionar:

I - autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar;

IV - os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem, anexando-as a defesa;

§ 2º A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

Art. 222 Finda a instrução processual, será emitida a decisão interlocutória, que tratará das atenuantes e agravamentos da pena, determinando a notificação do autuado, por meio de aviso de recebimento - AR ou outro meio que assegure a ciência do autuado, para que se manifeste em alegações finais no prazo de 10 dias.

Art. 223 Após a apresentação de defesa administrativa e alegações finais ou constatada a sua ausência, caberá à autoridade julgadora formar sua convicção mediante o exame das provas constantes dos autos, proferindo sua decisão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do termo final para apresentação de defesa, salvo se forem necessárias diligências probatórias ou informações complementares da autoridade autuante.

Parágrafo único. Fica facultado ao autuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

Art. 224 A decisão da autoridade julgadora não se vincula às sanções aplicadas pelo agente autuante, ou ao valor da multa, podendo, em decisão motivada, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Art. 225 Decorrido o prazo de apresentação das alegações finais, o processo será julgado, decisão administrativa terminativa será emitida e homologada pela autoridade competente.

Art. 226 Da decisão proferida no julgamento de autuações administrativas caberá pagamento da multa ou recurso para o CONSEMMA no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 1º O órgão ambiental responsável aplicará o desconto de trinta por cento sempre que o autuado efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 2º Efetuado o pagamento da multa, o comprovante deverá ser anexado aos autos, extinguindo o processo administrativo.

§ 3º As intimações de que trata este artigo se darão por meio de Aviso de Recebimento - AR ou outro meio que assegure a ciência do autuado.

§ 4º O recurso não será conhecido quando apresentado:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

Art. 227 A decisão de primeira e segunda instancia deverá conter no mínimo:

I - o relatório, que é uma síntese do processo;

II - a arguição das alegações de defesa;

III - os fundamentos de fato e de direito;

IV - a conclusão;

V - a ordem de intimação.

Art. 228 Os recursos interpostos na forma prevista do artigo anterior não terão efeito suspensivo.

§ 1º Na hipótese de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido do recorrente, conceder efeito suspensivo ao recurso.

§ 2º Quando se tratar de penalidade de multa, os recursos de que trata o artigo anterior terá efeito suspensivo quanto a esta penalidade.

Art. 229 Ao CONSEMMA caberá a interposição de apenas um recurso, cuja decisão é irrecorrível.

Art. 230 Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de trinta dias, a multa.

§ 1º O infrator deverá comprovar o pagamento da multa, com a juntada de uma via original da guia ao processo administrativo no prazo de cinco dias, contados do último dia do prazo para pagamento.

§ 2º Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido no caput a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo a autoridade competente para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 231 O município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 232 As atividades econômicas em funcionamento há mais de dois anos, a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, no prazo de 90 (noventa) dias, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas a legislação ambiental.

Art. 233 O cadastramento de que trata o art. 50 deste código, deverá ser feito em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 234 As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 235 Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Município de Santa Terezinha/MT - TCFA., cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido à Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras dos recursos naturais.

Parágrafo único. Lei específica irá normatizar os valores e cobrança da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

Art. 236 A Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio e Meio Ambiente expedirá as normas técnicas, padrões e critérios aprovados no Conselho Municipal do Meio Ambiente, destinadas a complementar esta Lei e seu regulamento.

Art. 237 Serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições constantes das legislações federal e estadual.

Art. 238 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 835/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 835/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferias por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no âmbito da Secretaria Municipal Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente o Conselho Municipal de Meio Ambiente – **CONSEMMA**;

Art. 2º - O Conselho é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

Art. 3º - Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente compete:

I – definir as áreas em que a ação do governo relativa à qualidade ambiental deva ser prioritária;

II – estabelecer diretrizes para a política municipal de meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção, conservação, preservação e melhoria do meio ambiente;

III – estabelecer normas técnicas e padrões de proteção e conservação da qualidade ambiental do município, observadas as legislações federal, estadual e municipal pertinentes;

IV – aprovar o seu regimento interno;

V – atuar conscientizando a sociedade para o desenvolvimento sustentável, promovendo educação ambiental, com ênfase na realidade local;

VI – propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

VII – compatibilizar planos, programas e projetos potencialmente modificadores do meio ambiente com as normas e padrões estabelecidos pela legislação ambiental vigente;

VIII – exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma e padrão estabelecido;

IX – acionar os órgãos competentes para localizar, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, visando ao controle das ações que interferem no meio ambiente;

X – opinar nos estudos sobre uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando o desenvolvimento sustentável do município;

XI – opinar sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal, para as atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XII – decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência, respeitadas as legislações federal e estadual;

XIII – aplicar penalidades, no âmbito de sua competência, observada a legislação vigente;

XIV – deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando á efetiva participação da comunidade nos processos de licenciamento para instalação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XV – propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de beleza cênica excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados á realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XVI – responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XVII – decidir, juntamente com o órgão técnico-administrativo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XVIII – acompanhar as reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA em assuntos de interesse do município.

Art. 4º O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável a instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente.

Art. 5º O Conselho será composto, observada a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada, pelos seguintes membros:

I – representantes do Poder Público:

a) um presidente, que é o titular da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente.

b) um representante da câmara de vereadores;

c) Dois representantes dos órgãos do Executivo Municipal, sendo um da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer e outro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

d) um representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município, tais como: EMPAER, SEMA, IBAMA, Instituto Chico Mendes, etc.

II – representante da Sociedade Civil:

a) Dois representantes dos setores organizados da sociedade comercial empregadores e ou prestadores de serviço, tais como: associações do comércio, da indústria, clubes de serviço e sindicatos;

b) Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, com residência e atuação profissional no Município de Santa Terezinha;

c) Um representante de entidade civil criada para defesa dos interesses dos moradores, com atuação no município;

d) um representante de organizações não governamentais criadas para defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no município;

Art. 6º - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou qualquer ausência.

Art. 7º - A função dos membros do Conselho é considerada serviço de relevante valor social.

Art. 8º - Os membros do Conselho tomarão posse em reunião convocada e presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente.

Art. 9º - As sessões do Conselho serão públicas e os atos deverão ser divulgados por meio da imprensa local ou através de fixação de ata em mural público.

Art. 10 - O mandato dos membros do Conselho a que se refere o inciso II, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por mais um mandato.

Art. 11 - Os órgãos ou entidades mencionados no art. 5º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho.

Art. 12 - O Conselho reunir-se-á com a presença da maioria dos membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos presentes, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Art. 13 - O não comparecimento de conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante doze meses, implica na exclusão do membro do conselho.

Art. 14 - O conselho poderá instituir, se necessário, seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 15 - No prazo de 60 (sessenta) dias após a sua instalação, o Conselho elaborará o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por decreto municipal também no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 16 - A instalação do Conselho e a composição dos seus membros deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 839/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 839/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação até o limite de R$ 95.911,81 (noventa e cinco mil, novecentos e onze reais e oitenta e um centavos), na Lei Orçamentária Anual nº 799/21 de 22 de dezembro de 2021, para o exercício de 2022, para a despesa:

Orgão	04	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade	002	Pre Escola e Creche Municipal
Função	12	Educação
Sub Função	365	Educação Infantil
Programa	0004	Educação de Qualidade
Projeto Atividade	2.035	Manutenção do Transporte Escolar
Elemento de Despesa	3.3.90.39	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos	1.759	Recursos Vinculados a Fundos
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	95.911,81	Noventa e cinco mil e novecentos e onze reis e oitenta e um centavos

Art. 2º - Os créditos adicionais tratados na presente Lei serão incorporados no orçamento vigente, no projeto atividade, elemento de despesa, na respectiva unidade orçamentária, conforme disposto no art. 1º desta lei.

Art. 3º - A presente lei tem suporte legal no Artigo 41, inciso II, artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único – O Crédito Adicional aberto no artigo anterior será suplementado por excesso de arrecadação, conforme decreto executivo, conforme demonstrado no Anexo 10 DCASP.

Fonte de Recursos: 759 – Recursos Vinculados a Fundos (Fethab Seduc)		
Detalhamento da Fonte: 000000 - Sem código de Acompanhamento		
Descrição	**Memória**	**Valor R$**
Total do Valor Orçado em 2022	(A)	313.101,60
Arrecadado no período janeiro à setembro	(B)	396.760,06
Média da Arrecadação dos últimos 9 (nove) meses	C = (B/7)	44.084,45

Tendência da Arrecadação com base na média arrecadada para outubro a dezembro de 2022	D = (C x 3)	132.253,35
(+) Valor arrecadado (+) Tendência da arrecadação (-) Valor Orçado	E = (B+D-A)	215.911,81
(-) Valor de Excesso de Arrecadação aberto para o exercício de 2022 na fonte e detalhamento	F =	120.000,00
Total do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte 759 e detalhamento da fonte de recursos 0000000	**G = (E - F)**	**95.911,81**

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada até 30/09/2022 – Fonte e detalhe 759.0000000

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 840/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 840/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

AUTORIZA O EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Thiago Castellan Ribeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na Lei Orçamentária Anual nº 799/21 de 22 de dezembro de 2021, para o exercício de 2022, para a despesa:

Orgão	06	Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas
Unidade	002	Gabinete do Secretário
Função	15	Urbanismo
Sub Função	451	Infra Estrutura Urbana
Programa	12	Infra Estrutura Urbana e Rural
Projeto Atividade	1.080	Pavimentação Asfaltica e Drenagem Urbana e Distrital
Elemento de Despesa	4.4.90.51	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
Detalhamento	0000000	Sem código de acompanhamento
Valor R$	**200.000,00**	**Duzentos mil reais**

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial por excesso de arrecadação, a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os valores de Convênio do Governo Federal, minuta n.º 2021MDH00003056 no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização dos Anexos das Leis do Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentária Anual – LDO.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 838/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 838/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

DISPÕE SOBRE A MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PRÉ ESCOLAR PARA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MICHELLY LIMA DE ARAÚJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferias por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º passa a denominar-se ***"Centro Municipal de Educação Infantil Michelly Silva Lima de Araújo"***, a unidade escolar que hoje opera com a denominação de Escola Municipal Pré Escolar (creche).

Art. 2º A Escola referida no art. 1º será mantida por recursos previstos no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em rubrica própria para a Educação Infantil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 837/2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 837/2022

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.022.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E/OU EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferias por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei define os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em face aos atos administrativos praticados visando à análise das licenças ambientais de empreendimentos e atividades de impacto ambiental, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras em âmbito local.

Art. 2º Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, tendo como fato gerador a prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em face aos atos administrativos praticados visando à análise de licenças ambientais de empreendimentos e atividades

utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar impacto ambiental de âmbito local, em especial aquelas descritas na Resolução do CONSEMA nº.085/2014.

Parágrafo único A receita realizada em decorrência do disposto no *caput* constituirá o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e será destinada para fazer frente às despesas de custeio e investimentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como despesas de custeio e manutenção da prestação do serviço de análises de licenças ambientais de impacto de âmbito local pelo Município ou Consórcio Público.

Art. 3º Contribuinte é a pessoa natural ou jurídica que exerça as atividades elencadas como sujeitas ao licenciamento e controle ambiental.

Art. 4º Constitui fato gerador da TLAM, a utilização dos serviços públicos e o exercício do poder de polícia, constantes dos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 5º A TLAM terá por base de cálculo o valor da Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso - UPFMT e demais critérios e parâmetros definidos nos Anexos da presente norma e será convertida pelo padrão monetário vigente à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º Para lançamento e cobrança das taxas referentes às atividades arroladas na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014, será utilizada a classificação genérica resultante da conjugação do porte do empreendimento e potencial de poluição ambiental descritas nos Anexos I e II.

§ 2º Os empreendimentos serão classificados em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte tomando- se por referência as informações contidas no Anexo I.

§ 3º Nas atividades elencadas no Anexo III da presente Lei, a TLAM devida será calculada pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com a fórmula de cálculo apresentada no citado Anexo, sendo o valor obtido multiplicado pelo fator de correção de 1,0 (um inteiro) em se tratando da Licença Prévia – LP; de 1,50 (um inteiro e cinqüenta centésimos) para a Licença de Instalação; de 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos) para a Licença de Operação, Renovação de Licença de Operação e Licença de Operação Provisória.

Art. 6º Nos casos de renovação de Licença de Operação - LO, a TLAM será lançada e cobrada aplicando-se o fator de redução de 30% (trinta por cento) aos estabelecimentos e atividades que atendam pelo menos a um dos seguintes requisitos, desde que solicitado no requerimento padrão:

I - utilize resíduos para reciclagem ou para geração de energia;

II - reaproveite a água utilizada;

III- disponha de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental;

IV - desenvolva plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Relativamente ao disposto no *caput*, a comprovação de qualquer dos requisitos elencados será efetuada quando da realização de vistorias técnicas, cabendo ao empreendedor a manutenção da regularidade do aludido quesito, ensejando a emissão compulsória do lançamento da taxa residual ante a constatação de eventuais anomalias.

Art. 7º Ficam isentos do pagamento das taxas referenciadas na presente norma:

I- o microempreendedor individual, na forma do art. 4º, §3º da Lei Federal nº. 123/2006;

II - as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

III- o licenciamento ambiental para implantação de unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas;

IV- as atividades ou empreendimentos que comprovarem a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN na propriedade objeto do licenciamento, em percentual superiora 20% (vinte por cento) da área total, podendo incluir a área de reserva legal neste percentual.

Parágrafo único: A isenção estabelecida por este artigo incidirá também nos casos de ampliação, modificação ou revalidação, desde que fique demonstrada a continuidade da condição geradora.

Art. 8º Poderá ser cobrada taxas de expediente ou inerente à prestação de serviço público, exclusivamente por meio da UPFMT, conforme o Anexo IX.

SEÇÃO II

DO LICENCIAMENTO E DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS

Art. 9º Os critérios para cálculo dos custos de análise de processos de licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoril previstas na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014, seguirão os mesmos parâmetros estabelecidos no artigo 5º da presente Lei.

Art. 10 Caso a verificação das condições ambientais da atividade ou empreendimento sujeito a regularização e licenciamento ambiental exigir, a qualquer tempo, a realização de amostragens, de análises laboratoriais ou a adoção de medidas emergenciais para prevenção ou controle de efeitos nocivos a pessoas, ao meio ambiente ou ao patrimônio público ou de terceiros, caberá ao empreendedor arcar com os respectivos custos.

Art. 11 Os custos de análise para emissão de autorização ou licença ambiental para empreendimentos ou atividades agrossivilpastoris constantes na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014, terão os valores reduzidos:

I- em percentual de 30% (trinta por cento) no caso de redução de 30% (trinta por cento) a 39% (trinta e nove por cento) na taxa de aplicação de agrotóxicos;

II- em percentual de 40% (quarenta por cento) nos casos de redução de 40% (quarenta por cento) a 49% (quarenta e nove por cento) na taxa de aplicação de agrotóxicos;

III- em percentual de 50% (cinquenta por cento) no caso de redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais na taxa de aplicação de agrotóxicos;

IV - em percentual de 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que comprovarem que se adequaram a outras práticas que resultem em balanço ambiental positivo;

V- em percentual de 21% (vinte e um por cento) até o limite de 50% (cinquenta por cento), progressiva e proporcionalmente, para atividades ou empreendimentos que comprovarem a regularização da reserva legal acima do percentual mínimo exigido em lei.

§1º Para fazer *jus* às reduções a que se referem os incisos I a IV, o empreendedor deverá comprovar, por meio de Atestado do Ministério da Agricultura e Pecuária ou de seus órgãos vinculados, que aderiu e está cumprindo satisfatoriamente o Plano de Controle de Aplicação e Metas Progressivas de Redução da Taxa de Uso de Agrotóxicos, previsto em Resolução.

§ 2º A comprovação do requisito a que se refere o inciso V se dará por meio da apresentação de cópia do registro da Reserva Legal - RL do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR ativo ou da averbação da Reserva Legal à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis, quando for o caso.

SEÇÃO III

DO PARCELAMENTO

Art. 12. As taxas de licenciamento ambiental poderão ser parceladas, a pedido do interessado, da seguinte forma:

§ 1º. Para fazer *jus* ao parcelamento da taxa de licenciamento ambiental é obrigatório que o beneficiário do parcelamento esteja operando e requeira o licenciamento corretivo da atividade, solicitando a emissão das licenças prévia, de instalação e de operação no mesmo processo.

§ 2º. O parcelamento deve ser solicitado no requerimento padrão, no item 7, no campo da “Descrição da Atividade”.

§ 3º. O parcelamento poderá ser feito no máximo em 3 (três) parcelas:

I. A primeira parcela será referente ao valor da taxa da licença prévia;

II. A segunda parcela será referente ao valor da taxa de licença de Instalação;

III. A terceira parcela será referente ao valor da taxa de licença de Operação;

IV. O protocolo do processo de licenciamento ambiental somente será realizado após o pagamento da Licença Prévia e apresentação do respectivo comprovante;

V. A segunda parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença prévia a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão;

VI. A terceira parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença de instalação a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão.

§4º. As empresas que já se encontravam em funcionamento até o final do ano de 2015, e que se encontram em situação irregular será concedido prazo para regularização da seguinte forma:

I. A primeira parcela refere-se ao valor da taxa de licença prévia, deverá estar quitada e protocolizada até o início de 2021, considerando UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e- mail e/ou a retirar na secretaria do órgão;

II. A segunda parcela refere-se ao valor da taxa de licença prévia, deverá estar quitada e protocolizada até o dia 30 de junho de 2021, considerando UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão;

III. A terceira parcela refere-se ao valor da taxa de licença prévia, e deverá estar quitada e protocolizada até o dia 30 de junho de 2021, considerando UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão, devendo estar devidamente regularizado até o final de 2021;

§ 5º. O requerimento do interessado as parcelas poderão ser adiantadas tendo em vista que as respectivas licenças só serão emitidas após o pagamento da taxa a qual faz referência.

§ 6º. Em caso de inadimplência:

I. Não será emitida a respectiva licença, ficando o empreendimento sujeito as sanções legais.

II. Não será emitido novo boleto, em caso de vencimento do parcelamento, devendo ser pago o boleto original com juros e correções monetárias.

III. Após 90 (noventa) dias de inadimplência, segue-o rito do artigo 17 desta lei.

§7º. A atividade/empreendimento só poderá ser beneficiado pelo parcelamento das taxas de licenciamento ambiental uma única vez.

§8º. As renovações das licenças prévias, de instalação ou de operação não estão sujeitas ao parcelamento.

SEÇÃO IV

DO COMUNICADO DE ARMAZÉM E SILO

Art 13. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais não licenciados anteriormente ao Decreton°.1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 7,5 (sete e meia) UPFMT;

§ 2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 21,5 (vinte e uma e meia) UPFMT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 93 (noventa e três) UPFMT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 263,5 (duzentos e sessenta e três e meia) UPFMT;

§ 5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 417,5 (quatrocentos e dezessete e meia) UPFMT;

§ 6º. O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 10.242/2014.

Art. 14. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais que possuíam licença ambiental anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 2,5 (duas e meia) UPFMT;

§ 2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 6 (seis) UPFMT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 24 (vinte e quatro) UPFMT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 66,5 (sessenta e seis e meia) UPFMT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 105 (cento e cinco) UPFMT;

§6º. O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 10.242/2014.

CAPÍTULO II

DA MORA E DAS PENALIDADES

Art. 15 As infrações decorrentes da violação das regras inerentes a presente norma implica a incidência de acréscimos e cominações, conforme abaixo:

I - Infração referente às taxas de licenciamentos ou de autorizações lançadas e não quitadas:

a) juros demora, calculados nos termos do Art. 44 da Lei 7.098, de 30 de dezembro de 1998;

b) multa de mora de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos de inteiro por cento) ao dia, até o limite máximo de 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor devido, se o recolhimento for efetuado, espontaneamente pelo contribuinte, antes de ser cientificado de qualquer ato expedido pela Administração Pública para o cumprimento da obrigação principal;

c) multa sancionatória correspondente a 25% (vinte e cinco) por cento, aplicável sobre o valor da taxa devida, quando o pagamento for efetuado após o contribuinte ter sido notificado pelo órgão competente para o cumprimento da obrigação principal.

Parágrafo único. A multa prevista na alínea "c" do inciso I fica reduzida em 20% (vinte por cento), quando o sujeito passivo cumprir a obrigação espontaneamente, antes de ser cientificado de qualquer ato expedido pela Administração Pública para a exigência do cumprimento da mesma.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 As obrigações, pendências, informações, complementações, esclarecimentos e demais exigências impostas pelo órgão ambiental estadual deverão ser atendidas em até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, a critério do analista, mediante solicitação e justificativa.

Parágrafo único O não atendimento às exigências previstas no *caput*, no prazo definido pelo órgão ambiental, ensejará o indeferimento do requerimento.

Art. 17 Os projetos de licenciamento indeferidos pelo órgão ambiental serão arquivados, podendo os documentos ser desentranhados do processo administrativo, a pedido do requerente

§ 1º Não serão arquivados os projetos indeferidos quando o empreendimento estiver instalado ou em operação, devendo ser realizada notificação, autuação e embargo, com o objetivo de instar o empreendedor a regularizar a situação.

§ 2º As taxas utilizadas no processo de licenciamento arquivado poderão ser reaproveitadas, por uma única vez, desde que não tenha ocorrido a análise pelo órgão ambiental.

Art. 18 Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto, nos termos do regulamento, ao empreendedor que buscar a regularização ambiental do estabelecimento e/ou atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar do efetivo vigor, observado os termos do art. 15 desta lei.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, por ato próprio, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 20 Em obediência aos termos do art. 150, III, “c” da Constituição Federal, entrará em vigor esta lei, decorridos 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 21 A expedição do alvará de funcionamento e sua renovação na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, referente ao ano de 2021, fica condicionado a apresentação do protocolo do processo de licenciamento ambiental no órgão competente.

Art. 22 A partir de janeiro de 2023 a Prefeitura Municipal condicionará a expedição do alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação das Licenças de Implantação e Licença de Operação expedida pelo órgão competente.

Art. 23 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m²)	Investimento Total (em UPFMT)	Número de Empregados	Transportadora (Número de Veículos)
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até 1.000	Até 10	De 1 à 3
Pequeno	De 501 à 2.000	De 1.001 à 4.750	De 11 à 30	De 4 à 10
Médio	De 2.001 à 10.000	De 4.751 à 18.975	De 31 à 200	De 11 à 50

Grande	De 10.001 à 40.000	De 18.976 à 47.435	De 201 à 1000	De 51 à 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 47.435	Acima de 1000	Acima de 100

ANEXO II

UNIDADE DE REFERÊNCIA PARA COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA EM UPFMT

Porte do Empreendimento	**Mínimo**			**Pequeno**			**Médio**			**Grande**			**Excepcional**		
Nível de Poluição e/ou Degradação	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G
Licença Prévia (LP) e Renovação	0,5	1,5	2,5	3,5	7,5	14,5	21,5	31	50	64	70,5	90	102,5	127,5	161,5
Licença de Instalação (LI) e Renovação	4,5	5,5	6,5	12	20	33,5	47,5	66,5	105	133	146,5	184,5	210	259,5	382
Licença de Operação (LO), Licença de Operação Provisória (LOP) e Renovação	2,5	3,5	4,5	6	10	17	24	33,5	52,5	66,5	73	92,5	105	130	164

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

1. Obras Civis e infra-estrutura: 1.1. Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais:

Pr(UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total do terreno em hectare

Nº unid = número de unidades

1.2. Loteamentos para fins residenciais, comerciais, distritos industriais e zonas industriais:

Pr(UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total a ser loteada em hectare

ANEXO IV

ANÁLISE DE PROJETOS, PLANOS, VISTORIAS TÉCNICAS

A determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

1) Custo Total da Análise: CT = (ST + VT + CE + CA) x 0,50 **2)** Serviços Técnicos: ST = T x H x CH **3)** Vistoria Técnica: VT = (T x D x CD) + (V x R x CK) + Hv x Cv **4)** Consultoria Externa: CE = CC x H **5)** Custo Administrativo: CA = 0,05 x (ST + VT + CE)

Onde:

CT = Custo Total

ST = Serviços Técnicos

VT = Vistoria Técnica

CH = Custo da hora técnico (0,7 UPFMT/hora)

CD = Custos da diária (2 UPFMT/dia)

CK = Custo do quilometro rodado (0,02 UPFMT/km)

CC = Custo da hora consultoria (3 UPFMT/hora)

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

HV = Horas de vôo

CV = Custo da hora de vôo (UPFMT)

UPF = Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso.

ANEXO V

Nº do Item	**Discriminação**	**Total em UPFMT**
01	Emissão de certidões diversas ou de declaração de dispensa de licenciamento	0,50
02	Emissão de segunda via de licenças	0,50
03	Alteração Cadastral	0,50

Gabinete do prefeito, 04 de novembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 046/GP/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 046/GP/2022 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NOS DIAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

CONSIDERANDO o Decreto nº 002/GP/2022 de 04 de Janeiro de 2022, que dispõe sobre as datas comemorativas do ano de 2022, em especial o dia 15 de novembro – Terça Feira – Proclamação da República - feriado nacional.

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 67, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 14 de novembro de 2022 – Segunda Feira.

Parágrafo Único– O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria de Saúde - Hospital, Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer) e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em Santo Antônio de Leverger/MT, 07 de Novembro de 2022.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira PiresPrefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 1.392/2022

LEI Nº 1.392/2022

"ESTABELECE PRIORIDADE NO ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS ÁS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA."

A Prefeita do Município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, **Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º - Fica estabelecido, no Município de Santo Antônio de Leverger –MT, o atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados ás pessoas com Transtorno do Espectro Autista –TEA, conhecido também por autismo.

Parágrafo único – Para fins desta Lei, são considerados estabelecimentos privados: os supermercados, os bancos, as farmácias, os bares, os restaurantes, as lojas comerciais, as instituições de ensino, hospitais e demais estabelecimentos de uso público.

Art 2º - Os estabelecimentos públicos e privados deverão afixar, nas placas de atendimento prioritário e nas placas indicativas de vagas preferenciais de estacionamentos e garagens, o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista, conforme modelos do Anexo 1.

Parágrafo Único – onde houver placa de atendimento prioritário somente com palavras, sem símbolos, será incluído também a palavra "Autismo".

Art 3° - O Poder Executivo fornecerá carteira de prioridade ás pessoas com autismo para fins de comprovação do direito previsto no Art. 1°, desta Lei.

Art 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger, em 18 de Outubro de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SIMBOLO UNIVERSAL DO AUTISMO – APLICAÇÕES

A) ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

B) SÍMBOLO UNIVERSAL DO AUTISMO - APRESENTAÇÕES

AUTISMO AUTISMO

DESPACHO DA PREFEITA MUNICIPAL RESULTADO E RATIFICAÇÃO DO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PP 021/2022

DESPACHO DA PREFEITA MUNICIPAL RESULTADO E RATIFICAÇÃO DO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO O Município de Santo Antônio do Leverger - MT, Pessoa Jurídica de direito público, com sede na Avenida Santo Antônio, 245, Centro, CEP 78.180-000, devidamente inscrita no CGC/MFsob o n.º 03.507.555/0001-12, neste ato representado pela sua Prefeita Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais, em observância aos procedimentos estabelecidos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 – delibera o resultado do Recurso Administrativo, referente ao "PROCESSO ADMINISTRATIVO 088/2022 PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2022 – SRP", interposto pelas as empresas ATTHOS TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI E LOCADORA DE VEÍCULOS ZAPP LTDA, e no mérito, após submissão á Gestora Municipal juntamente com a Procuradoria Geral do Município, torna publica a decisão pelo o IMPROVIMENTO dos pedidos das empresas recorrentes. Ratifico a decisão da pregoeira oficial.As documentações inerente ao ato encontra se no auto processual.Santo Antônio de Leverger – MT, 01 de Novembro de 2022.Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DECRETO 057/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 057/2022, PUBLICADO EM 07/11/222, EDIÇÃO Nº 4.103 PÁG. 722, INFORMANDO QUE:

VIMOS POR MEIO DESTA, DIANTE DO ERRO MATERIAL CONSTANTE NO ART. DE 1º DO DECRETO Nº 57 DE 04 DE NOVEMBRO 2.022 RETIFICAR O REFERIDO DECRETO, FAZENDO CONSTAR A REDAÇÃO CORRETA.

ONDE SE LÊ:

"Artigo 1º. – Altera o disposto no artigo 1º do Decreto nº 057/2022 de 07 de novembro de 2.022, passando a vigorar com a seguinte redação:"

PASSA-SE A LER:

"Artigo 1º. – Altera o disposto no artigo 1º do Decreto nº 051/2022 de 07 de outubro de 2.022, passando a vigorar com a seguinte redação:"

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, 07 de novembro de 2.022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 408/2022

PORTARIA Nº. 408/2022.

DE: 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR ANTONIO PAULO MUSSCOPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES,

Prefeito Municipal em exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor do Atestado Médico expedido no dia 07/11/2022 em que atesta que a referido servidor encontra apto para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilita a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde do servidor que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidor público efetivo ANTONIO PAULO MUSSCOPP nos termos do Atestado Médico expedido em 07/11/2022, por prazo de 365 (trezentos e sessenta cinco) dias sendo o vencimento 07/11/2023.

Art. 2º - Fica o servidor readaptado, sem prejuízo de vencimento do servidor do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, devendo exercer sua função á disposição da Secretaria de Saúde.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, o servidor deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 02

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 02, 07 de novembro de 2022.

Dispõe sobre V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Santo Antônio do Leste – MT.

Considerando a necessidade de realização das Conferências Municipais do Município de Santo Antônio do Leste, conforme as orientações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 065/2002.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica Convocada a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob o tema: "Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade", a ser realizada no dia 11/11/2022, no CRAS Shalom, das 07:00 as 17:00 horas.

Artigo 2º - Para realização da V Conferência fica criada a Comissão de Organização composta por:

I – Terezinha Souza Silva;

II – Jasclon Souza Reis;

III – Maria Laura V. C. dos Santos Fornaza;

IV – Andreia Pereira Siqueira;

V – Wilsiany de Oliveira Celesque.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor retroagindo seus efeitos para 06/10/2022, onde foi definido sua realização.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de novembro de 2022.

Marta Rosana Custódio dos Santos Fornaza

Presidente do Conselho Municipal

Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE
PSS Nº 01/2022 - EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

EDITAL DE ABERTURA

Portaria publicada pela Unidade de Controle Interno (Marileiko Aparecida Miyke) em 18/10/2022 no Jornal da AMM, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 4.090, ANO XVII, Página 389-391. Republicação com alterações em 20/10/2022 – Edição 4.092 – Ano XVII – Páginas 338-340.

O **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT),** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Leis Municipais nº 583/2007 e 606/2008, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022, designada pela Portaria nº 1.062/2022, de 17/10/2022, publicada no Diário Oficial (Jornal da AMM) em 20/10/2022, disponível no *site* **https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/**, Edição nº 4.092 – ANO XVII – Páginas 338-340, faz saber que será realizado **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse Público do Município de São Félix do Araguaia - MT, visando à contratação de profissionais para desempenhar atividades no âmbito das diversas Secretarias do Executivo Municipal, tendo como entidade responsável pela operacionalização da seleção, a própria Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso.

1. DO OBJETO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. O Objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado, com a finalidade de Contratar Pessoal para Preencher os Cargos de acordo com o **ANEXO I**, em caráter temporário e excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para o atendimento de Serviços Essenciais de caráter inadiável, na forma da lei.

2. DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

2.1. Todos os resultados, prazos e avisos serão publicados no Diário Oficial do Município, através do *site* www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/, sendo considerada a publicação neste veículo para efeitos de contagem de prazos e, adicionalmente, no *site* da Prefeitura www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br e no Mural da Prefeitura, das Creches e das Escolas do Interior do Município, e Unidades de Saúde.

2.2. Todos os horários previstos neste Edital e nos Editais Complementares seguem o **Horário Oficial de Brasília**.

3. DOS CANDIDATOS E DAS VAGAS

3.1. Este Processo Seletivo Simplificado está aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, e a função, as vagas para cada função, a carga horária semanal, a lotação, a habilitação mínima exigida e a remuneração mensal estão descritas no **ANEXO I.**

3.2. No **ANEXO II** constam a DESCRIÇÃO, os REQUISITOS BÁSICOS e as ATRIBUIÇÕES das FUNÇÕES a serem ofertadas neste Processo Seletivo Simplificado.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão efetuadas em data, horário e local, definidos no Cronograma das Etapas do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do **ANEXO XXIII.**

4.2. Não será cobrada taxa de inscrição.

4.3. As inscrições serão presenciais, de acordo com o formulário do **ANEXO III.**

4.4. O Candidato deverá optar, no ato da inscrição, pelo local em que realizará a prova objetiva, sem possibilidade de alteração posterior.

4.5. O Candidato também deverá optar, no ato da inscrição, pelo local (lotação) onde prestará os serviços, sem possibilidade de alteração posterior.

4.6. O candidato poderá optar por fazer a prova em um local, optar por prestar serviços em outro local e fazer a inscrição em um local diferente dos dois primeiros.

4.7. Exemplificando o item anterior, um candidato poderá fazer a inscrição na Sede do Município, optar em realizar a prova objetiva no Distrito de Espigão do Leste (Escola Alberto Nunes da Silveira) e indicar que prestará os serviços na Escola de Pontinópolis.

4.8. As inscrições poderão ser feitas por meio de procuração pública ou particular, na forma do modelo do **ANEXO IV**.

4.9. O candidato deverá apresentar **cópia legível** de documento oficial de identidade e **cópia legível** do CPF, que serão retidos e anexados à Inscrição, não havendo necessidade de autenticá-los em cartório.

4.9.1. Se a inscrição for feita por procuração, deverão ser apresentadas cópias **legíveis** do RG e CPF do procurador e do candidato, além do instrumento da procuração, que serão retidos e anexados à inscrição, sendo desnecessários a autenticação dos documentos apresentados e o reconhecimento das assinaturas por cartório.

4.10. O candidato receberá, no ato da inscrição, o comprovante de inscrição.

4.11. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes neste edital, editais complementares e regulamento.

4.12. O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

4.13. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD):

4.13.1. Aos candidatos com deficiência (PcD) estão asseguradas 10% (dez por cento) das vagas das funções previstas neste Edital, desde que a função/perfil profissional pretendida seja compatível com a deficiência do candidato.

4.13.2. A oferta de vagas para as PcD está de acordo com a Lei Federal nº 7.853/1989 e sua regulamentação dada pelo Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações posteriores, com as Leis Federais nº 12.764/2012, 13.146/2015, com a Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com a Lei Complementar Estadual 114/2002, com as Leis Complementares Municipais nºs 86/2014 e 87/2014, Lei Orgânica Municipal e demais legislação aplicável, sendo que as referidas vagas estão discriminadas no **ANEXO I.**

4.13.3. Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, pessoa com deficiência (PcD) é "[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

4.13.4. Qualquer pessoa portadora de deficiência poderá inscrever-se em Processo Seletivo Simplificado para ingresso nas funções previstas neste Edital.

4.13.5. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, nos termos da legislação vigente.

4.13.6. O candidato portador de deficiência deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento da função.

4.13.7. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função para a qual pretende concorrer, conforme **ANEXO II** e demais exigências deste Edital.

4.13.8. A incompatibilidade das atribuições da função com a deficiência do candidato implicará na sua eliminação deste Processo Seletivo Simplificado.

4.13.9. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

4.13.10. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que dispuser, na oportunidade.

4.13.11. Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de deficiência deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

4.13.12. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem, no ato da inscrição, sua deficiência e as adaptações necessárias.

4.13.13. A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de deficiência que não a comunicarem no ato da inscrição.

4.13.14. Por ocasião da contratação dos candidatos classificados, a Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

4.13.15. As vagas destinadas aos candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência, se não providas por falta de candidatos ou pela reprovação no Processo Seletivo, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem classificatória.

4.13.15.1. Na classificação final, haverá duas listas, onde a PcD será listada na classificação específica dentro das vagas para PcD e também na classificação geral.

4.13.16. O candidato deficiente aprovado neste Processo Seletivo Simplificado deverá imprimir o **ANEXO IX** deste Edital, e entregá-lo preenchido e assinado pelo médico da área de sua deficiência, juntamente com os demais documentos previstos para os demais candidatos.

4.13.17. A apresentação do Laudo Médico – Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** não isenta o candidato de também apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), nos termos do **ANEXO X.**

4.13.18. Caso o candidato não apresente o laudo médico no ato da assinatura do contrato, implicará na eliminação do mesmo.

4.13.19. O candidato deficiente aprovado neste Processo Seletivo não poderá utilizar-se desta condição para justificar mudança de função, readaptação ou aposentadoria após sua contratação.

5. DAS PROVAS

5.1. As provas serão aplicadas em data, horário e local, definidos no Cronograma das Etapas do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do **ANEXO XXIII.**

5.2. O Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 será composto por prova teórica (objetiva), produção escrita (redação), prova de títulos, prova prática e avaliação psicológica:

5.2.1. Prova Teórica/objetiva:

5.2.1.1. Aplicada para todos os candidatos, que constará de 20 (vinte) **questões objetivas**, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) para cada questão, sendo que deverá ser marcada pelo candidato apenas uma alternativa;

5.2.1.2. O candidato deverá fazer a opção, no ato da inscrição, sobre o local em que fará as provas objetivas, que não poderá ser alterado posteriormente;

5.2.1.3. As provas objetivas serão compostas de conhecimentos básicos, gerais e/ou específicos, de acordo com o **ANEXO VII**;

5.2.1.4. A pontuação das questões da prova objetiva está disposta no **ANEXO VIII;**

5.2.1.5. O candidato que obtiver nota inferior a 2,00 (dois) na soma total dos pontos obtidos na prova teórica/objetiva será desclassificado; e

5.2.1.6. Não serão computados eventuais pontos na produção escrita/redação e/ou na prova de títulos e não participará da prova prática e da avaliação psicológica, o candidato que for desclassificado na prova teórica/objetiva.

5.2.2. Produção Escrita (Redação):

5.2.2.1. A ser aplicada ao candidato que concorra à função de:

5.2.2.1.1. Professor Nível Superior;

5.2.2.1.2. Professor Nível Médio;

5.2.2.1.3. Professor Auxiliar de Turma (Nível Médio);

5.2.2.1.4. Professor/Instrutor de Música (Nível Médio); e

5.2.2.1.5. Professor/Instrutor de Biblioteca Virtual (Nível Superior).

5.2.2.2. A nota da redação totaliza até 2 (dois) pontos, conforme critérios previstos no **ANEXO XX;** e

5.2.2.3. A redação é **classificatória**, cuja nota será somada à nota da prova teórica/objetiva, para compor a classificação final, desde que o candidato obtenha nota igual ou superior a 2 (dois) pontos na prova teórica/objetiva.

5.2.3. Prova de Títulos:

5.2.3.1. Facultada ao candidato cuja função à qual concorre exija formação superior completa, totalizando até 2 (dois) pontos, nos termos dos **ANEXOS V e VI:**

5.2.3.2. A prova de títulos é **classificatória**, cuja nota será somada à nota da prova teórica/objetiva, para compor a classificação final, desde que o candidato obtenha nota igual ou superior a 2 (dois) pontos na prova teórica/objetiva; e

5.2.3.3. Os títulos deverão ser entregues, por cópia legível, no ato da inscrição, sem possibilidade de entrega posterior.

5.2.4. Prova Prática:

5.2.4.1. A prova prática será **eliminatória**, não tendo pontuação, sendo que o candidato será avaliado pela Comissão Examinadora como **Apto** ou **Não Apto;**

5.2.4.2. A avaliação do candidato na prova prática dar-se-á nos termos do **ANEXO XXI;**

5.2.4.3. A prova prática será aplicada ao candidato que concorra às funções a seguir:

5.2.4.3.1. AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Ambulância - CNH D)

5.2.4.3.2. AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Transporte Escolar – CNH D);

5.2.4.3.3. AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Van - CNH D);

5.2.4.3.4. AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Veículos leves - CNH B);

5.2.4.3.5. AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Caminhão – Diversos – CNH D);

5.2.4.3.6. AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Trator de Pneu – CNH B);

5.2.4.3.7. AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Máquinas Pesadas – Patrol – CNH D);

5.2.4.3.8. AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Máquinas Pesadas – PC – CNH D); e

5.2.4.3.9. AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Máquinas Pesadas – Pá Carregadeira – CNH D).

5.2.5. Avaliação Psicológica:

5.2.5.1. A avaliação psicológica será **eliminatória**, sendo que o candidato será avaliado pela Comissão Examinadora/Psicólogo como **APTO** ou **INAPTO;**

5.2.5.2. A avaliação do candidato dar-se-á nos termos do **ANEXO XXII;**

5.2.5.3. A avaliação psicológica será aplicada ao candidato que concorra às funções a seguir:

5.2.5.3.1. Cuidador Social (Mãe do Lar);

5.2.5.3.2. Cuidador Social (Artesão); e

5.2.5.3.3. Educador Social.

5.3. Da realização das provas teóricas:

5.3.1. O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora do horário especificado, trazendo:

5.3.1.1. Caneta esferográfica azul ou preta;

5.3.1.2. Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição;

5.3.1.3. Documento de identidade original em condições que permitam a identificação, **com foto**, ou seja:

5.3.1.3.1. Carteira de identidade, sendo aceitas carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Institutos de Identificação;

5.3.1.3.2. Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação;

5.3.1.3.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

5.3.1.3.4. Certificado Militar;

5.3.1.3.5. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com foto, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro-CTB); ou

5.3.1.3.6. Passaporte.

5.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

5.3.3. O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

5.3.4. Será excluído da seleção o candidato que:

5.3.4.1. Apresentar-se após o horário estabelecido para a realização das provas;

5.3.4.2. Apresentar-se para a prova em outro local que não seja o previsto;

5.3.4.3. Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

5.3.4.4. Não apresentar um dos documentos de identificação exigidos nos termos deste Edital;

5.3.4.5. Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

5.3.4.6. For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

5.3.4.7. Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (*pagers*, celulares etc.);

5.3.4.8. Não devolver integralmente o material solicitado; ou

5.3.4.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

5.4. O candidato deverá assinalar com caneta esferográfica de tinta preta ou azul na prova, e transcrever para a folha de gabarito, que será o único documento válido para a correção da prova objetiva.

5.5. O preenchimento da folha de prova será de inteira responsabilidade do candidato.

5.6. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no caderno de prova, sendo consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital, tais como: dupla marcação e marcação rasurada ou emenda no gabarito.

5.7. O candidato não poderá se ausentar da sala antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do início da prova, sob pena de desclassificação sumária do certame;

5.8. Após os 30 (trinta) minutos de início da prova, o candidato poderá levar a prova consigo;

5.9. Ao final da prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o gabarito preenchido e assinado e, se for o caso, também deverá entregar a folha de redação preenchida e assinada, mesmo que estiver em branco.

5.10. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala de prova, obrigam-se a ficar até o final, sob pena de desclassificação no certame, devendo assinar a ata e aguardar que os fiscais de sala acondicionem o material (gabaritos, redações e outros) em envelope, que deverá ser lacrado na presença dos três últimos candidatos.

6. DOS RECURSOS

6.1. Os candidatos poderão interpor recurso junto à Comissão Organizadora e/ou Examinadora, no mesmo endereço do local das inscrições (**ANEXO XXI)**, ou por email, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir das respectivas publicações no Jornal Oficial do Município, disponível no *site* www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/, e a Comissão Organizadora e/ou Examinadora dará resposta em até 2 (dois) dias úteis, quanto:

6.1.1. Ao conteúdo do Edital de Abertura, nos termos do **ANEXO XIV**;

6.1.2. À homologação das inscrições, nos termos do **ANEXO XV;**

6.1.3. Ao gabarito das questões objetivas, na forma do **ANEXO XVI;**

6.1.4. À relação dos candidatos aprovados e classificados, nos termos do **ANEXO XVII;**

6.1.5. Ao resultado da prova prática, na forma do **ANEXO XVIII;**

6.1.6. Ao resultado/laudo da Avaliação Psicológica, na forma do **ANEXO XIX;**

6.1.7. Os recursos também podem ser apresentados por procurador, exigindo-se a apresentação dos mesmos documentos citados na inscrição efetuada por procurador;

6.1.8. Os recursos também poderão ser enviados por *email*, para prefeiturasfa2017@gmail.com:

6.1.8.1. Somente serão considerados os recursos por *email* postados até às 17h00min dos dias previstos para recursos no Anexo XIX;

6.1.8.2. Os recursos enviados por *email* deverão ser apresentados na forma dos Anexos XIV, XV, XVI, XVII ou XVIII, assinados, digitalizados e anexados ao *email,* além dos demais documentos exigidos para recurso presencial*;*

6.1.8.3. A Prefeitura não se responsabiliza se não conseguir abrir os documentos enviados por falha na comunicação ou por outras razões sobre as quais não tenha controle.

6.2. No caso de recurso em pendência na data da realização da prova, o candidato participará condicionalmente da seleção.

6.3. Os candidatos deverão entregar dois conjuntos de recursos (original e cópia), com especificação de nome, inscrição e função do candidato.

6.4. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, com devida comprovação e argumentação lógica e consistente.

6.5. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste edital e/ou fora do prazo não serão avaliados e/ou aceitos.

6.6. Se da análise de recurso resultar anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, e se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado divulgado de acordo com esse novo gabarito.

6.7. O candidato autoriza a publicação do conteúdo do seu recurso, bem como da resposta ao mesmo por parte da Comissão Organizadora e/ou Examinadora.

7. DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Será considerado **CLASSIFICADO** o candidato que obtiver a nota igual ou superior a **2,00 (dois) na soma total dos pontos obtidos na prova objetiva.**

7.2. O candidato que obtiver nota inferior a 2,00 (dois) na prova objetiva, estará automaticamente desclassificado, e não serão computados eventuais pontos da produção escrita (redação) e na prova de títulos, e não participará da prova prática e da avaliação psicológica.

7.3. A classificação dos candidatos dar-se-á em rigorosa ordem decrescente do total de pontos;

7.3.1. Em caso de **empate entre os candidatos** na classificação final, utilizar-se-á para desempate os seguintes critérios:

7.3.1.1. Com **idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos** completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada;

7.3.1.2. Persistindo o empate, dar-se-á preferência ao maior número de acertos na prova de **Português**;

7.3.1.3. Persistindo ainda o empate, que tiver **maior idade** considerando-se, caso necessário, o horário de nascimento.

7.4. Para a função de Professor Nível Superior (**SEDE) para a Creche, Pré-Escola e Anos Iniciais, haverá apenas uma lista, que conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham formação superior concluída em Licenciatura Plena em Pedagogia.**

7.5. Para a função de Professor/Instrutor da Biblioteca Virtual, haverá apenas uma lista, que conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham formação superior concluída em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Áreas Afins.

7.6. Para a Escola Alberto Nunes da Silveira (Sede), haverá 6 (seis) listas, e cada candidato concorrerá dentro de sua lista específica, conforme inscrição:

7.6.1. A primeira lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham habilitação superior concluída em Pedagogia;

7.6.2. A segunda lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham habilitação superior concluída em Matemática;

7.6.3. A terceira lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham habilitação superior concluída em Letras;

7.6.4. A quarta lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham habilitação superior concluída em Ciências;

7.6.5. A quinta lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham habilitação superior concluída em Geografia;

7.6.6. A sexta lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham formação em Nível Médio ou formação superior em outras áreas;

7.6.7. No processo de atribuição, a Escola convocará os professores classificados entre as 5 primeiras listas, conforme a necessidade, sendo que cada lista terá sua classificação independente das demais;

7.6.8. Somente após esgotadas todas as cinco primeiras listas, serão convocados os classificados na sexta lista.

7.7. Para a função de Professor nas escolas Luíza Lira de Amorim (Sede e Extensões), Pontinópolis (Sede e Extensões), Nova Suiá (Sede e Extensões) e Alberto Nunes da Silveira (Extensões Vale e Joatão), haverá 2 (duas) listas de inscritos:

7.7.1. A primeira lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor, que tenham formação superior concluída em Pedagogia ou Áreas Afins (Licenciatura Plena).

7.7.2. A segunda lista conterá os candidatos inscritos à função de Professor (Nível Médio ou Superior em outra área), que não se enquadrem na lista anterior.

7.7.3. Cada candidato concorrerá dentro de sua lista específica, conforme a inscrição, sendo que, para convocação dos aprovados/classificados, somente será iniciada a lista seguinte quando já esgotada a lista precedente.

7.8. Para a função de Professor Auxiliar de Turma, para uma mesma lotação, haverá apenas uma lista, independente se nível médio ou superior, sendo a remuneração correspondente ao nível médio.

8. DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de **12 (doze) meses, a contar da publicação do Decreto de Homologação do resultado final**, prorrogável por igual período, a critério da Administração e na forma da lei.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1. O Processo Seletivo Simplificado será homologado via Decreto do Executivo, que será publicado no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM).

10. DA CONVOCAÇÃO PARA FIRMAR CONTRATO TEMPORÁRIO

10.1. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, obedecida à classificação final, serão convocados por meio de Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município, via do site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/, de acordo com a necessidade da Administração.

10.2. O candidato aprovado e classificado que não se apresentar, ou se apresentar com documentação incompleta, no prazo estipulado no Edital de Convocação, perderá o direito à vaga, sendo considerado desistente do Processo Seletivo Simplificado.

10.3. A aprovação e a classificação definitiva geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. Por ocasião da contratação, serão **exigidos** do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado:

11.1.1. Cumprir todas as determinações do presente Edital;

11.1.2. Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

11.1.3. Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

11.1.4. Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

11.1.5. Original de documento oficial de identificação com fotografia;

11.1.6. Original do Cadastro Pessoa Física (CPF);

11.1.7. Original de Título de Eleitor;

11.1.8. Original do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

11.1.9. Original do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

11.1.10. Original de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

11.1.11. Original do CPF, Identidade, Cartão SUS e Certidão de Nascimento dos **filhos**, ou no mínimo a Certidão de Nascimento, caso ainda não tenham Identidade e CPF e, para recebimento de **salário-família**, apresentar também:

11.1.11.1. Caderneta de vacinação ou equivalente, dos dependentes de **até 6 anos de idade**; e

11.1.11.2. Comprovação de frequência escolar dos dependentes de **7 a 14 anos de idade**.

11.1.12. Original do RG, CPF, Título de Eleitor, Cartão SUS e Certidão da Nascimento/Casamento do **cônjuge ou convivente**;

11.1.13. Original do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou ainda em formulário extraído de site governamental;

11.1.14. Original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou arquivo impresso (em PDF) da Carteira de Trabalho Digital;

11.1.15. Original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em vigor, com categoria mínima prevista no **ANEXO I**;

11.1.16. Original de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

11.1.17. Original do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

11.1.18. Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

11.1.18.1. Original da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

11.1.18.2. Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

11.1.19. Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

11.1.19.1. Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

11.1.19.2. Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

11.1.20. Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

11.1.21. Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

11.1.22. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

11.1.23. Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

11.1.24. Documento que comprove conta corrente ou poupança, sendo:

11.1.24.1. Necessariamente no Banco do Brasil (Conta Corrente), para contratos a serem pagos com recursos do FUNDEB; e

11.1.24.2. Preferencialmente no Banco do Brasil, para os demais casos.

11.1.25. Apresentar Certidões Negativas Criminais de 1º e 2º graus das justiças estadual e federal, mantendo essa condição até o término do contrato ou seus eventuais aditivos, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

11.1.26. Para TODAS as funções previstas neste Edital, será obrigatório apresentar, no ato da contratação, a **Carteira de Vacinação,** indicando:

11.1.26.1. Estar imunizado contra a COVID-19, sendo que a recusa em apresentar tal documento implica na perda da vaga, ressalvados os casos com expressa recomendação médica, documentalmente comprovada; e

11.1.26.2. Estar imunizado contra outras doenças que sejam declaradas de emergência em saúde, quer seja pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde (MS), pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) ou pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo que a recusa em apresentar tal documento implica na perda da vaga, ressalvados os casos com expressa recomendação médica, documentalmente comprovada.

11.1.27. Para as funções de Motoristas de Ambulância, Operador de Trator de Pneus, Motorista de Caminhão ou veículos menores, e ainda para Operadores de Máquinas Pesadas (PC, Patrol e Pá Carregadeira), além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato, submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** nos termos de **ANEXO XXI,** que será aplicada por uma Comissão Examinadora a ser designada por Portaria.

11.1.28. Para as funções de **Motoristas que transportem escolares** ou que transportem o **público usuário da assistência social** (cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos), além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.28.1. Submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** nos termos de **ANEXO XXI**, que será aplicada por uma Comissão Examinadora a ser designada por Portaria;

11.1.28.2. No caso do **Motorista de Transporte Escolar**, apresentar comprovante de Curso para Condutores de Transporte Escolar, dentro da validade.

11.1.28.3. Nas rotas de transporte escolar, no retorno dos alunos para suas residências, o veículo deverá permanecer no ponto final.

11.1.29. Para a função de **Apoio Administrativo Escolar (Nutrição),** deverão ser apresentados, previamente à contratação, os seguintes exames:

11.1.29.1. Exame de fezes (coprocultura e coproparasitológico), com Avaliação de Resultado **Negativo**;

11.1.29.2. Exame de sangue (hemograma e VDRL), com Avaliação de Resultado **Não Reagente**;

11.1.29.3. Carteira de Saúde emitida pela Vigilância Sanitária ou Atestado médico sobre as condições de saúde com Avaliação de Resultado **Apto**; e

11.1.29.4. Cópia da Carteira de Vacinação.

11.2. Entre 90 (noventa) e 180 (cento e oitenta) dias de transcurso do contrato decorrente deste Processo Seletivo Simplificado, a critério da Administração, o contratado poderá ser submetido à **Avaliação de Desempenho Funcional,** de forma análoga aos servidores efetivos, sendo que:

11.2.1. Haverá rescisão contratual antecipada imediata, por iniciativa da Administração, com pagamento das verbas rescisórias proporcionais ao tempo trabalhado, caso o contratado obtenha média inferior a 70% (setenta por cento) na referida avaliação; e

11.2.2. Todo o contratado estará sujeito à Avaliação de Desempenho Funcional, independente de ser ou não seu primeiro vínculo contratual com o Município.

11.3. A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado fará divulgar, sempre que se fizer necessário, editais complementares e/ou avisos oficiais, através do Jornal Oficial dos Municípios e, adicionalmente, em outros meios, referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar tais publicações;

12.2. Será expressamente vedada a posterior substituição, inclusão ou complementação de qualquer documento exigido na inscrição;

12.3. A inscrição, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a total aceitação, por parte do Candidato, de todas as condições estabelecidas neste edital, editais complementares e regulamento;

12.4. Não haverá segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência;

12.5. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, falsificados ou inexatos determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes em qualquer época, além de sujeitar o candidato às penalidades cabíveis;

12.6. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da ficha de inscrição;

12.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e/ou Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

12.8. Os itens deste Edital e seus respectivos anexos poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento, circunstância que será mencionada em Edital Complementar o Aviso, a ser publicado no Diário Oficial do Município.

12.9. O vínculo do candidato contratado será o Regime Jurídico Administrativo Especial e o regime Previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

12.10. O candidato e, se for o caso, o seu procurador, autorizam que seu nome e demais dados contidos na Ficha de Inscrição sejam divulgados no Diário Oficial do Município e em outras mídias, autorizando igualmente que seus dados, ainda que ausente na prova, não aprovado, não classificado e/ou não convocado, façam parte de cadastro junto à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia (MT).

12.11. Os Anexos que compõem o edital são os seguintes:

12.11.1. ANEXO I – LOTAÇÃO, FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA SEMANAL, HABILITAÇÃO MÍNIMA, REMUNERAÇÃO E VAGAS;

12.11.2. ANEXO II – DESCRIÇÃO, REQUISITOS BÁSICOS E ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES;

12.11.3. ANEXO III – FORMULÁRIO DE FICHA DE INSCRIÇÃO;

12.11.4. ANEXO IV – FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO;

12.11.5. ANEXO V – PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS PARA NÍVEL SUPERIOR;

12.11.6. ANEXO VI – EXEMPLO DE COMO ATRIBUIR A PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS PARA NÍVEL SUPERIOR;

12.11.7. ANEXO VII – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO;

12.11.8. ANEXO VIII – CONTEÚDO E QUESTÕES DAS PROVAS;

12.11.9. ANEXO IX – LAUDO MÉDICO - PORTADOR DE DEFICIÊNCIA;

12.11.10. ANEXO X – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO);

12.11.11. ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS;

12.11.12. ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS PÚBLICOS;

12.11.13. ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES;

12.11.14. ANEXO XIV – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA;

12.11.15. ANEXO XV – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES;

12.11.16. ANEXO XVI – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS;

12.11.17. ANEXO XVII – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA A RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS;

12.11.18. ANEXO XVIII – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA;

12.11.19. ANEXO XIX – FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA;

12.11.20. ANEXO XX – PRODUÇÃO ESCRITA / REDAÇÃO – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO;

12.11.21. ANEXO XXI – PROVA PRÁTICA – CRITÉRIOS/ITENS PARA AVALIAÇÃO;

12.11.22. ANEXO XXII – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA – CRITÉRIOS/ITENS PARA AVALIAÇÃO; e

12.11.23. ANEXO XXIII – CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

São Félix do Araguaia (MT), em 7 de novembro de 2022.

THAYANE RAMOS BOTELHO

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022

Portaria nº 1.062/2022

De Acordo:

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO I

LOTAÇÃO, FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA SEMANAL, HABILITAÇÃO MÍNIMA, REMUNERAÇÃO E VAGAS

LOTAÇÃO	Função/Especialidade	Carga Horária Semanal	Habilitação Mínima Exigida (Para as profissões regulamentadas por legislação federal, exige-se também registro e regularidade no Conselho de Classe)	Vencimento Bruto Mensal R$	Número de vagas			
					Normal	Cadastro Reserva	PcD	Total
Para todas as Unidades da **Sede do Município** (Saúde, Assistência, DAE, etc) Exceto para a Secretaria de Educação e suas unidades	Agente de Administração Pública (Serviços Gerais) – Limpeza de Prédios Públicos	40	Ensino Fundamental	1.399,34	05	05	1	11
Para todas as Unidades da **Sede do Município** (Saúde, Assistência, DAE, etc) Exceto para a Secretaria de Educação e suas unidades	Guarda	40	Ensino Fundamental	1.212,00	02	02	...	04
Secretaria de Saúde (SEDE)	Agente de Combate às Endemias (ACE)	40	Ensino Médio e curso introdutório	2.424,00	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (Distrito de **Espigão do Leste** – PSF IV)	Agente de Combate às Endemias (ACE)	40	Ensino Médio e curso introdutório	2.424,00	02	02	...	04
Secretaria de Saúde (SEDE)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	02	02	...	04
Secretaria de Saúde (Distrito de **Espigão do Leste** – PSF IV)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	02	02	...	04
Secretaria de Saúde (**Bororós**)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (**Piscicultura**)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (**Serra do Magalhães**)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (**Gameleira/Azulona**)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (**Pontinópolis**)	Agente Comunitário de Saúde (ACS)	40	Ensino Médio, residir na área da comunidade em que atuar e curso introdutório	2.424,00	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (SEDE)	Enfermeiro	40	Graduação em Enfermagem	5.700,83	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (Distrito de **Espigão do Leste** - PSF IV)	Enfermeiro (Podendo trabalhar em regime de plantões noturnos e finais de semana)	40	Graduação em Enfermagem	5.700,83	02	01	...	03
Secretaria de Saúde (SEDE - PSF)	Médico PSF	40	Graduação em Medicina	15.978,81	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (Distrito de Espigão do Leste - PSF IV)	Médico PSF	40	Graduação em Medicina	15.978,81	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE – Agência Transfusional)	Médico Agência Transfusional	20	Graduação em Medicina	7.989,42	...	01	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE – Agência Transfusional)	Farmacêutico-Bioquímico (Podendo também trabalhar em regime de plantão)	30	Graduação em Farmácia	3.278,18	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (Espigão do Leste – Farmácia Básica)	Farmacêutico-Bioquímico	40	Graduação em Farmácia	4.370,90	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE - Laboratório)	Farmacêutico-Bioquímico	40	Graduação em Farmácia	4.370,90	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE – PSF)	Odontólogo	40	Graduação em Odontologia	7.411,08	01	...	...	01

Secretaria de Saúde (Distrito de Espigão do Leste)	Odontólogo	40	Graduação em Odontologia	7.411,08	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE)	Auxiliar em Saúde Bucal (ASB)	40	Ensino Fundamental, registro no Conselho e possuir curso específico de Auxiliar em Saúde Bucal	1.263,39	...	01	...	01
Secretaria de Saúde (Distrito de Espigão do Leste)	Auxiliar em Saúde Bucal (ASB)	40	Ensino Fundamental, registro no Conselho e possuir curso específico de Auxiliar em Saúde Bucal	1.263,39	01	...	...	01
Secretaria de **Saúde** (Espigão do Leste)	Assistente Social	30	Graduação em Serviço Social	3.648,51	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE)	Fisioterapeuta	30	Graduação em Fisioterapia	4.502,28	...	01	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE-CAPS)	Fonoaudiólogo	40	Graduação em Fonoaudiologia	4.070,39	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE-CAPS)	Artesão (Cuidador Social)	40	Ensino Médio, com experiência comprovada em artesanato; e Avaliação Psicológica	1.401,76	...	01	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE)	Fiscal Sanitário	40	Ensino Médio e habilitado com CNH vigente, categoria “A”	1.822,29	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (SEDE)	Técnico em Radiologia	40	Ensino Médio e Curso Técnico na área	1.915,48	...	01	...	01
Secretaria de Saúde (SEDE)	Técnico em Enfermagem	40	Ensino Médio e Curso Técnico na área	1.822,29	01	02	...	03
Secretaria de Saúde (Zona Rural – Trevo do Macaco)	Técnico em enfermagem	40	Ensino Médio e Curso Técnico na área	1.822,29	01	...	...	01
Secretaria de Saúde (Espigão do Leste)	Técnico em enfermagem	40	Ensino Médio e Curso Técnico na área	1.822,29	01	02	...	03
Secretaria de Saúde (Distrito de Espigão do Leste)	Agente Operacional (Motorista de Ambulância - Mínimo CNH “D”)	40	Ensino Fundamental, prova prática e curso de primeiros socorros	1.752,20	01	01	...	02
Secretaria de Saúde (SEDE)	Agente Operacional (Motorista de Ambulância - Mínimo CNH “D”)	40	Ensino Fundamental, prova prática e curso de primeiros socorros	1.752,20	...	01	...	01
Secretaria de Saúde (Pontinópoplis)	Agente Operacional (Motorista de Ambulância - Mínimo CNH “D”)	40	Ensino Fundamental, prova prática e curso de primeiros socorros	1.752,20	01	01	...	02
Para todas as Unidades da Sede do Município (Saúde, Assistência, DAE, Agricultura, SEMMA, etc) Exceto para a Secretaria de Educação e suas unidades	Agente Administrativo	40	Ensino Médio e experiência comprovada com utilização de Computador (Editor de Texto, Planilhas, Sistemas Educacionais/outros)	2.186,75	02	04	...	06
Secretaria de **Saúde** (SEDE) ou Secretaria de **Educação** (SEDE)	Nutricionista	40	Graduação em Nutrição	5.472,79	01	01	...	02
Secretaria de Educação (SEDE) – Todas as Unidades ligadas à Secretaria (Sede da Secretaria, Banda, Biblioteca, Museu, Centro Universitário, Creche e outros.	Técnico Administrativo Educacional	30	Ensino Médio e experiência comprovada com utilização de Computador (Editor de Texto, Planilhas, Sistemas Educacionais/outros)	1.589,73	...	02	...	02
Secretaria de Educação (SEDE – **Creches, Pré-Escola, outros**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Licenciatura em Pedagogia (Licenciatura Plena)	4.326,42	08	06	01	15
Secretaria de Educação (SEDE – **Creches, Pré-Escola, outros**)	Professor Auxiliar de Turma	30	Ensino Médio	2.884,28	05	03	01	09
Secretaria de Educação (Biblioteca Virtual)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Licenciatura em Pedagogia ou Áreas Afins (Licenciatura Plena)	4.326,42	02	01	...	03
Secretaria de Educação (SEDE) – Todas as Unidades ligadas à Secretaria (Sede da Secretaria, Banda, Biblioteca, Museu, Centro Universitário, Creche e outros.	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	06	04	01	11
Secretaria de Educação (SEDE) – Todas as Unidades ligadas à Secretaria (Sede da Secretaria, Banda, Biblioteca, Museu, Centro Universitário, Creche e outros.	Apoio Administrativo Escolar (VIGIA)	30	Ensino Fundamental	1.482,26	02	02	...	04
Secretaria de **Educação** (SEDE) ou Secretaria de **Assistência Social** (Sede)	Agente Operacional (motorista de transporte escolar ou transporte de idosos) – CNH “D”	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	**02**	03	...	05
Secretaria de Educação – Escola **Pontinópolis - Extensões**	Agente Operacional (motorista de transporte escolar – CNH “D”)	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	...	02	...	02
Secretaria de Educação – Escola **Pontinópolis - Extensões**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	04	...	05
Secretaria de Educação (EMEBC **Pontinópolis - Sede e Extensões**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	05	05	**01**	11
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretarias de **Saúde, Educação** e **Assistência Social** (SEDE ou a critério das Secretarias)	Psicólogo	40	Graduação em Psicologia	5.472,79	02	03	...	05
Secretarias de **Saúde (PSF-IV – Espigão do Leste)**	Psicólogo	40	Graduação em Psicologia	5.472,79	01	...	...	01
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor Auxiliar de Turma	30	Ensino Médio	2.884,28	02	02	...	04
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia	4.326,42	15	05	02	22

Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Matemática	4.326,42	02	01	...	03
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Letras	4.326,42	02	01	...	03
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Ciências	4.326,42	01	01	...	02
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Geografia	4.326,42	01	01	...	02
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Professor	30	Ensino Médio (Os candidatos classificados serão convocados somente quando encerrarem as listas de Pedagogia, Matemática, Letras, Ciências e Geografia)	2.884,28	...	02	...	02
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Técnico Administrativo Educacional	30	Ensino Médio e experiência comprovada com utilização de Computador (Editor de Texto, Planilhas, Sistemas Educacionais/outros)	1.589,73	02	02	...	04
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Apoio Administrativo Escolar (Vigia)	30	Ensino Fundamental	1.482,26	02	02	...	04
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	07	05	01	13
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão do Leste**)	Agente Operacional (motorista de transporte escolar – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	04	05	01	10
Secretaria de Educação (EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão** do Leste – Extensão **JOATÃO**)	Agente Operacional (motorista de transporte escolar – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	**--**	02	--	02
Secretaria de Educação (EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão** do Leste – Extensão **JOATÃO**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	--	--	01
Secretaria de Educação (EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão** do Leste – Extensão **JOATÃO**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	01	01	**...**	02
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão** do Leste – Extensão Fazenda **VALE**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	01	01	**...**	02
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB Alberto Nunes da Silveira - **Espigão** do Leste – Extensão Fazenda **VALE**)	Agente Operacional (motorista de transporte escolar – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	01	02	...	03
Secretaria de Educação (EMEB Alberto Nunes da Silveira – **Espigão** do Leste – Extensão **VALE**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	--	--	01
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá-Sede-Farandú**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	02	01	**...**	03
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá-Sede-Farandú**)	Técnico Administrativo Educacional	30	Ensino Médio e experiência comprovada com utilização de Computador (Editor de Texto, Planilhas, Sistemas Educacionais/outros)	1.589,73	01	01	...	02
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá-Sede-Farandú)**	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	...	01	...	01
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá-Sede-Farandú)**	Agente Operacional (motorista de transporte escolar – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	...	02	...	02
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá** - Extensão **RIO PRETO**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	...	01	**...**	01
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá** - Extensão **RIO PRETO**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	...	01	...	01
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá** - Extensão **Aldeia Nossa Sra Aparecida/Pedaré**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	...	...	01
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá** - Extensão **Aldeia Nossa Sra Aparecida/Pedaré**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	01	01	...	02
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá** - Extensão **Aldeia Indígena ETÊTSYMÃRÃ**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	...	...	01
Secretaria de Educação (EMEB **Nova Suiá** - Extensão **Aldeia Indígena ETÊTSYMÃRÃ**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	01	01	...	02
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	03	02	**...**	05
			Ensino Médio	2.884,28				

Secretaria de Educação (**Sede** da EMEB **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	...	01	...	01
Secretaria de Educação (EMEB **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim – Extensão **CARNAÚBA**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	01	01	**...**	02
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim - Extensão **CARNAÚBA**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	01	**...**	02
Secretaria de Educação (EMEB **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim – Sede ou Extensões)	Agente Operacional (motorista de transporte escolar – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** Curso para Condutores de Transporte Escolar **E** prova prática	1.752,20	**...**	02	...	02
Secretaria de Educação (Escola **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim – Extensão **SERRA DO MAGALHÃES**)	Professor	30	Habilitação superior concluída em Pedagogia ou áreas afins, Licenciatura Plena	4.326,42	...	01	...	01
			Ensino Médio	2.884,28				
Secretaria de Educação (EMEB **São Sebastião**, atual EMEB Luiza Lira de Amorim - Extensão **SERRA DOS MAGALHÃES**)	Apoio Administrativo Escolar (Limpeza/Nutrição)	30	Ensino Fundamental **E** Exames Laboratoriais indicados no Edital, quando for manipular alimentos	1.482,26	01	01	...	02
Para todas as Unidades da Sede do Município (Saúde, Assistência, Educação, etc)	Assistente Social	30	Graduação em Serviço Social	3.240,81	02	02	...	04
Secretaria de **Assistência** Social (SCFV) ou Secretaria de **Educação** (Banda)	Professor (Instrutor de Música)	25	Ensino Médio e experiência comprovada, de pelo menos 1 ano, em teoria e prática musical	2.403,57	01	01	...	02
Secretaria de Agricultura (SEDE ou nos Distritos, a critério da Secretaria)	Agente de Manutenção (Operador de Trator de Pneu - CNH "B" ou Superior)	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	02	02	...	04
Secretaria de **Agricultura,** Secretaria de **Meio Ambiente** e outros (SEDE ou a critério das Secretarias)	Agente de Administração Pública (Serviços Gerais)	40	Ensino Fundamental e experiência comprovada de pelo menos 1 ano em trabalhos braçais, roço, capina, jardinagem, plantio de mudas, manutenção de viveiros	1.399,34	01	02	...	03
Secretaria de Agricultura (SEDE ou a critério da Secretaria)	Médico Veterinário	40	Graduação em Medicina Veterinária	5.472,79	...	01	...	01
Secretaria de Agricultura (SEDE ou a critério da Secretaria)	Engenheiro Agrônomo	40	Graduação em Engenharia Agronômica	5.472,79	01	01	...	02
Secretaria de Agricultura (SEDE ou a critério da Secretaria)	Técnico em Agropecuária	40	Ensino Médio e Curso de Técnico em Agropecuária	1.915,48	...	01	...	01
Secretaria de Assistência Social (**Casa-Lar**)	Cuidador Social (Mãe do Lar), em regime de plantão	40	Nível Médio Completo e Avaliação Psicológica	1.401,76	03	01	...	04
Secretaria de Assistência Social (Serviço de convivência 06 a 14 anos)	Educador Social	40	Graduação em qualquer área e Avaliação Psicológica	2.018,08	01	01	...	02
Para todas as Unidades da Sede do Município (Saúde, Assistência, DAE, Agricultura, SEMMA, Educação, etc)	Agente Operacional (Motorista CNH Categoria "B" ou superior)	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	01	02	...	03
Secretaria de Obras (SEDE)	Agente de Manutenção (Ajudante de Pedreiro)	40	Ensino Fundamental	1.752,20	05	03	01	09
Secretaria de Obras (SEDE)	Agente de Manutenção (Pedreiro)	40	Ensino Fundamental	1.752,20	02	02	...	04
Secretaria de Obras (SEDE)	Agente de Manutenção (Carpinteiro)	40	Ensino Fundamental	1.752,20	01	01	...	02
Secretaria de Obras (SEDE)	Agente de Manutenção (Mecânico)	40	Ensino Fundamental	1.752,20	02	01	...	03
Secretaria de Obras (SEDE)	Agente Operacional (Motorista de Caminhão – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	03	02	...	05
Secretaria de Obras (SEDE)	Agente Operacional (Operador de Máquinas Pesadas/Patrol/PC/Pá Carregadeira – CNH "D")	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	02	03	...	05
Secretaria de Administração, Obras ou outras unidades	Engenheiro Civil	30	Graduação em Engenharia Civil	7.106,08	...	01	...	01
Secretaria de Administração ou outras unidades	Fiscal de Posturas	40	Ensino Médio e habilitado com CNH vigente, categoria "A"	1.596,23	...	01	...	01
Secretaria de Finanças / Tributos (SEDE)	Agente de Fiscalização e Arrecadação	40	Ensino Médio, com experiência em operação de computador (Editor de Textos, Planilhas, etc) e habilitado com CNH vigente, categoria "A"	1.822,29	**...**	02	...	02
Departamento de Água e Esgoto-DAE (SEDE)	Encanador	40	Ensino Fundamental	1.212,00	01	...	...	01
Departamento de Água e Esgoto-DAE (SEDE)	Operador do DAE	40	Ensino Fundamental	1.374,27	**...**	01	...	01
Secretaria de Obras (Distrito de Espigão do Leste)	Agente Operacional (Motorista de Caminhão do Lixo, Caçamba ou conforme necessidade – CNH "D" ou superior)	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	**01**	01	...	02
Secretaria de Obras (Distrito de Espigão do Leste)	Agente Operacional (Operador de Máquinas Pesadas – Patrol/PC/Pá Carregadeira – CNH "D" ou superior)	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	**02**	02	...	04
Secretaria de Obras (Distrito de Espigão do Leste)	Agente de Manutenção (Operador de Trator de	40	Ensino Fundamental **E** prova prática	1.752,20	**01**	...	...	01

	Pneu - CNH “B” ou Superior)							
Secretaria de Obras (Distrito de **Espigão** do Leste)	Agente de Manutenção (Mecânico)	40	Ensino Fundamental	1.752,20	**01**	01	...	02
Secretaria de Obras (Distrito de **Espigão** do Leste)	Agente de Manutenção (Auxiliar de Mecânico)	40	Ensino Fundamental	1.752,20	**01**	01	...	02
Para todas as Unidades do Distrito de **Espigão** do Leste (Saúde, Subprefeitura, etc) Exceto para a EMEB Alberto Nunes da Silveira e suas unidades	Agente Administrativo	40	Ensino Médio e experiência comprovada com utilização de Computador (Editor de Texto, Planilhas, Sistemas Educacionais/outros)	2.186,75	**...**	01	...	01
Subprefeitura de **Espigão** do Leste	Agente de Fiscalização e Arrecadação	40	Ensino Médio, com experiência em operação de computador (Editor de Textos, Planilhas, etc) e habilitado com CNH vigente, categoria “A”	1.822,29	**01**	01	...	02
Subprefeitura de **Espigão** do Leste (DAE)	Encanador	40	Ensino Fundamental	1.212,00	**02**	02	...	04
Subprefeitura de **Espigão** do Leste	Eletricista	40	Ensino Médio e experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos	1.596,23	**01**	...	...	01
Subprefeitura de **Espigão** do Leste	Agente de Administração Pública (Coveiro)	40	Ensino Fundamental	1.399,34	**01**	...	...	01
Para todas as Unidades do Distrito de **Espigão** do Leste (Saúde, Subprefeitura, etc) Exceto para a EMEB Alberto Nunes da Silveira e suas unidades	Agente de Administração Pública (Serviços Gerais) – Limpeza de Prédios Públicos	40	Ensino Fundamental	1.399,34	03	02	...	05
Para todas as Unidades do Distrito de **Espigão** do Leste (Saúde, Subprefeitura, etc) Exceto para a EMEB Alberto Nunes da Silveira e suas unidades	Guarda	40	Ensino Fundamental	1.212,00	03	03	...	06

==========

==========

ANEXO II

DESCRIÇÃO, REQUISITOS BÁSICOS E ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Serviços Gerais)**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível fundamental completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES*:*

I - executar serviços de limpeza em prédios municipais;

II - executar tarefas internas e externas de correspondência;

III – cozinhar e exercer atividades correlatas;

IV - exercer funções administrativas no auxílio das chefias imediatas; e

V - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE OPERACIONAL (Motorista)**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - Ensino Fundamental; e

II - Categoria “B”, “C”, “D” ou “E”, conforme o quadro de vagas do Anexo I.

ATRIBUIÇÕES:

I - dirigir veículos de pequeno, médio e grande porte;

II - operar máquinas leves e pesadas;

III - manter os veículos e máquinas sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso;

IV - detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso;

V – transportar materiais e pessoas; e

VI – executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - escolaridade de **nível médio completo** em instituição reconhecida pelo MEC; e

II - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.

ATRIBUIÇÕES:

I – pesquisas de vetores nas fases larvária e adulta;

II – eliminação de criadouros/depósitos positivos através de remoção, destruição, vedação, entre outras;

III – tratamento focal e borrifações com equipamentos portáteis;

IV – distribuição e recolhimento de coletores de fezes;

V – coleta de amostras de sangue de cães;

VI – registro das informações referentes às atividades executadas em formulários específicos;

VII – orientação à população com relação aos meios de evitar a proliferação de vetores;

VIII – encaminhamento aos serviços de saúde dos casos suspeitos de doenças endêmicas; e

IX – realizar outras atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - escolaridade de **nível médio completo** em instituição reconhecida pelo MEC;

II - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; e

III - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada.

ATRIBUIÇÕES:

I - realizar mapeamento de sua área;

II - cadastrar todas as famílias de sua micro área e atualizar, permanentemente, esse cadastro;

III - identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;

IV - identificar áreas de risco;

V - orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;

VI - realizar ações e atividades, no nível de sua competência, nas áreas prioritárias da Atenção Básica;

VII - realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;

VIII - estar sempre bem informado e informar, aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco;

IX - desenvolver ações de educação e vigilância com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;

X - promover a educação e a mobilização comunitárias, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;

XI - traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades, etc.;

XII - identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;

XIII – trabalhar com adstrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;

XIV - cumprir com as atribuições atualmente definidas para o ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue.

XV – realizar outras atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ENFERMEIRO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação superior em Enfermagem; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;

II - realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e nas disposições legais da profissão;

III - planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a Unidade de Saúde;

IV - executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida criança, adolescente, da mulher, do adulto e idoso;

V - no nível de sua competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária, o nível de sua competência;

VI - realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio;

VII - realizar as atividades, corretamente às atividades prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001;

VIII - aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;

IX - organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;

X - supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções; e

XI – executar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **FARMACÊUTICO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação em curso superior de Farmácia; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - avaliação farmacêutica do receituário;

II - guarda de medicamentos, drogas e matérias-primas e sua conservação:

III - registro de entorpecentes e psicotrópicos requisitados, receitados, fornecidos ou utilizados no aviamento das fórmulas manipuladas, conforme procedimentos exigidos pela vigilância sanitária.

IV - organização e atualização dos controles de produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de substâncias e medicamentos;

V - controle do estoque de medicamentos;

VI - colaborar na realização de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e toxicológicas;

VII - emitir parecer técnico a respeito de produtos e equipamentos utilizados na farmácia, principalmente fazer requisições de substâncias, medicamentos e materiais necessários à farmácia.

VIII - planejar e coordenar a execução da Assistência Farmacêutica no Município conforme a Política Nacional de Medicamentos - Portaria GM-3916/98;

IX - coordenar a elaboração da relação de Medicamentos padronizados pelo Serviço de Saúde do Município, assim como suas revisões periódicas;

X - análise do consumo e da distribuição dos medicamentos;

XI - elaboração e promoção dos instrumentos necessários, objetivando desempenho adequado das atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos pelas Unidades de Saúde;

XII - avaliação do custo do consumo dos medicamentos;

XIII - realização de supervisão técnico-administrativa em unidades da saúde do Município no tocante a medicamentos e sua utilização;

XIV - participar e assumir a responsabilidade pelos medicamentos de outros programas da Secretaria de Saúde;

XV - realização de treinamento e orientação aos profissionais da área;

XVI - orientação, coordenação e supervisão de trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;

XVII- emissão de pareceres sobre assuntos de sua competência;

XVIII - realização de estudos de fármaco-vigilância e procedimentos técnicos administrativos no tocante a medicamentos vencidos;

XIX - acompanhar a validade dos medicamentos e seus remanejamentos;

XX - auxiliar no desenvolvimento de ações em vigilância sanitária;

XXI - controlar e fornecer receituários especiais para médicos e Unidades Básicas de Saúde do município;

XXII - exercer a fiscalização profissional, sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

XXIII - manter fiscalização de farmácia quanto ao aspecto sanitário mantendo visitas periódicas para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente;

XXIV – executar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **BIOQUÍMICO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação em curso de nível superior em Bioquímica; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - elaborar e viabilizar normas para colheita, conservação e transporte de material de interesse clínico;

II - estabelecer rotinas microbiológicas, dentro dos padrões técnicos científicos vigentes, que permitam o isolamento e identificação dos principais agentes infecciosos de importância clínica, por gênero e, se possível, por espécie;

III - determinar a sensibilidade às drogas antimicrobianas;

IV - efetuar o controle de qualidade de suas atividades e dos processos de esterilização;

V - divulgar e por em prática normas de biossegurança;

VI - participar, junto com a comissão de Controle de Infecção Hospitalar, do rastreamento epidemiológico nos surtos de infecção hospitalar;

VII - fornecer, periodicamente, dados relacionados com a etiologia das infecções hospitalares e da resistência às drogas;

VIII - executar outras atividades afins de natureza não rotineira e de relevância em determinadas situações como, por exemplo, estudos microbiológicos de materiais inanimados, portadores, desinfetantes, etc.;

IX - dar suporte à vigilância epidemiológica no diagnóstico de Doenças de Notificação Compulsória; e

X – executar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **MÉDICO PSF e MÉDICO para Agência Transfusional**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação em curso superior de Medicina; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - realizar consultas clínicas aos usuários de sua área adjacente;

II - executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida criança, adolescente, adulto e idoso;

III - realizar consultas e procedimentos na UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA (USF) e, quando necessário, no domicílio;

IV - realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001;

V - aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;

VI - fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;

VII - realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;

VIII - encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento de referência e contra referência;

IX - realizar pequenas cirurgias ambulatórias;

X - indicar internação hospitalar;

XI - solicitar exames complementares;

XII - verificar e atestar óbitos; e

XIII - realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **FONOAUDIÓLOGO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - graduação de nível superior em Fonoaudiologia; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico;

II - elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nas informações médicas, nos resultados dos testes de avaliação fonoaudiológica e nas peculiaridades de cada caso;

III - desenvolver trabalhos de correção de distúrbios das palavras, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação de paciente;

IV - avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução de processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada;

V - promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais;

VI - elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvendo e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;

VII - participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;

VIII - participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviços ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área e atuação;

IX - participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;

X - utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) e coletiva;

XI - realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ASSISTENTE SOCIAL**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação de nível superior em Serviço Social; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - elaborar e acompanhar a implantação de projetos e programas sociais na comunidade, de interesse do SUS;

II - aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento e comportamento das pessoas, aplicando a técnica do serviço social, para possibilitar seu desenvolvimento e conseguir seu ajustamento no meio social;

III - promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, com vistas a assegurar o progresso coletivo e melhoria do comportamento individual;

IV - assistir ao trabalhador nos problemas inerentes à adaptação e readaptação ao ambiente de trabalho, orientando-o nas suas relações;

V - elaborar e participar de projetos de educação permanente, buscar assessoria técnica e sistematizar o trabalho desenvolvido, bem como estar atento sobre a possibilidade de investigações sobre temáticas relacionadas à saúde;

VI - efetivar assessoria aos movimentos sociais e/ou aos conselhos a fim de potencializar a participação dos sujeitos sociais, contribuindo no processo de democratização das políticas sociais, ampliando os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão das políticas de saúde, visando ao aprofundamento dos direitos conquistados.

VII - facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde municipal; e

VIII - executar outras atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - certificado de ensino médio completo; e

II - curso de Técnico em Enfermagem, com registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - participar das atividades de assistência básica, realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.);

II - realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;

III – participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

IV – Realizar outras atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - certificado de conclusão de ensino médio completo;

II - certificado de conclusão do Curso Técnico em Radiologia; e

III - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - realizar procedimentos para geração de imagens através de operação dos equipamentos específicos, em diversas especialidades, tais como radiologia convencional, ultrassonografia;

II – realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **FISCAL SANITÁRIO**

REQUISITOS BÁSICOS:

Ensino Médio completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja escolaridade seja a superior completa na área da saúde;

II - fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;

III - fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;

IV - fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;

V - fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;

VI - fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias;

VII - fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;

VIII - fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais;

IX - encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;

X - apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;

XI - efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;

XII - efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;

XIII - expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;

XIV - fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;

XV - exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública;

XVI – outras atividades complementares e afins, inerentes ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **NUTRICIONISTA**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação superior em Nutrição; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - acompanhar o tratamento dietoterápico de grupos específicos (diabéticos, hipertensos, obesos e gestantes);

II - proferir palestras educativas, direcionadas a grupos específicos da USF;

III - realização de visitas domiciliares;

IV - monitoramento dos estados de hipovitaminose A e anemia ferrotripa no município;

V - consolidar mensalmente os mapas do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN;

VI - incentivar a prática do aleitamento materno exclusivo junto às equipes da USF;

VII - coordenar os programas de alimentação, na sua área de competência;

VIII - realizar atendimento ambulatorial na rede hospitalar, nas creches e escolas do município;

IX - confeccionar cardápios e supervisionar a produção e distribuição de alimentos na rede hospitalar, nas escolas e nas creches municipais; e

X - realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **PSICÓLOGO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação superior em Psicologia; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Casse.

ATRIBUIÇÕES:

I - atendimento ambulatorial;

II - psicoterapia individual a crianças, adolescentes, adultos e idosos;

III - psicoterapia em grupos para os mesmos ciclos de vida;

IV - formar grupos temáticos para prevenção e acompanhamento com portadores de doenças crônico-degenerativas e/ou progressivas, bem como grupos de apoio e orientação a familiares;

V - participar de campanhas educativas junto a instituições de ensino e comunidade em geral;

VI - colaborar na elaboração de material de divulgação de campanhas educativas e de prevenção;

VII - capacitar as equipes para melhoria das relações interpessoais e otimização dos recursos humanos;

VIII - prestar assistência na elaboração e acompanhamento de projetos educativos, preventivos e sociais;

IX - atender os portadores de transtornos mentais, com aplicação de testes, entrevistas e outros recursos, para colaborar no diagnóstico, bem como no tratamento, visando a autoimagem, consciência corporal, orientação espacial e temporal, coordenação e sociabilização;

X - atender a portadores de necessidades específicas: diagnóstico, estimulação precoce, ludoterapia e consciência corporal;

XI - atendimento a dependentes químicos e familiares, individual ou em grupo, objetivando melhorar a autoconfiança e a relação familiar, a fim de propiciar o retorno à comunidade, de modo produtivo;

XII – realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo; e

XIII - para o profissional Psicólogo que for lotado na Secretaria de Educação, serão ainda exigidas as seguintes atribuições:

a) Apoio técnico e administrativo na avaliação, orientação e acompanhamento do rendimento escolar, avaliação e orientação nos processos cognitivos e comportamentais dos educandos e trabalhadores da educação.

b) Diagnósticos, avaliação, intervenção, prevenção e promoção de saúde com foco especial nos processos de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos no contexto escolar.

c) Intervenção no nível individual e do sistema, desenvolvimento, implementando e avaliando programas educacionais, de modo a promover ambientes de aprendizado humanizado, em que os educandos de diversas origens tenham a garantia de igual oportunidade e acesso a serviços educacionais e psicológicos afetivos que promovam o desenvolvimento saudável.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **FISIOTERAPEUTA**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação superior em Fisioterapia; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Casse.

ATRIBUIÇÕES:

I - realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, de provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade e de deficiência funcional dos órgãos afetados;

II - planejar e executar tratamento de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, lesões raquimedulares, de paralisias cerebrais e motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros;

III - atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente dos mesmos;

IV - ensinar aos pacientes os exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções do aparelho respiratório e cardiovascular, orientando e treinando-os em exercícios especiais, a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;

V - efetuar aplicações de ondas curtas, ultrassom, infravermelho, laser, micro-ondas, forno de bier, eletroterapia e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou terminar com a dor;

VI - aplicar massagem terapêutica;

VII - identificar fontes de recursos destinados ao financiamento de programas e projetos em sua área de atuação e propor medidas para captação destes recursos, bem como acompanhar e/ou participar da execução dos programas e projetos, supervisionando e controlando a aplicação dos recursos;

VIII - orientar servidores na sua área de atuação para procedimentos executados no âmbito de sua atuação, apurando os seus resultados e efetuando o lançamento para efeito de registro e cobrança do SUS ou de outros órgãos conveniados;

IX - elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, elaborando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;

X - participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

XI - participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos e científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município;

XII - realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ODONTÓLOGO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - formação em curso superior de Odontologia; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita;

II - realizar os procedimentos clínicos definidos na Política Nacional da Atenção Básica;

III - realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica, para a população adstrita;

IV - encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;

V - realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;

VI - realizar pequenas cirurgias ambulatórias;

VII - prescrever medicamentos e outras orientações, na conformidade dos diagnósticos efetuados;

VIII - emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;

IX - executar as ações de assistência integral, aliado à atuação clínica, à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com o planejamento local;

X - coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal;

XI - programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;

XII - capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;

XIII - supervisionar o trabalho desenvolvido pelo TSB (Técnico em Saúde Bucal) ou ASB (Auxiliar em Saúde Bucal); e

XIV - realizar demais atividades complementares e afins, relacionadas ao cargo.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível fundamental completo em instituição reconhecida pelo

MEC

Registro no Conselho de Classe

ATRIBUIÇÕES:

I - proceder à desinfecção e a esterilização de materiais e instrumentos utilizados;

II - sob supervisão do Cirurgião Dentista, ou THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como a evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental, etc.;

III - preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda,

etc.) necessários ao trabalho;

IV - instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de

procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos);

V - agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento;

VI - acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no

tocante à saúde bucal; e

VII - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR**

REQUISITOS BÁSICOS:

Ensino Fundamental Completo

ATRIBUIÇÕES:

Zelar pela conservação e limpeza da escola;

Solicitar, com a devida antecedência, o material necessário à manutenção da limpeza;

Executar a limpeza de todas as dependências, móveis, utensílios, equipamentos e pátios;

Responsabilizar-se pela conservação e uso adequado do material de limpeza;

Verificar diariamente as condições de ordem e higiene de todas as dependências da escola;

Atender as Leis específicas do Município para a categoria profissional, em especial as Leis Complementares nº 36/2003 e 58/2008; e

Cumprir as demais obrigações disciplinadas pelo Projeto Político Pedagógico da Escola/Creches.

No caso de **Apoio/Vigia**, observar também as atribuições abaixo:

I − Manter vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, centros de esportes, escolas, obras em execução e edifícios onde funcionam as repartições municipais;

II − percorrer sistematicamente as dependências de edifícios das Unidades da Secretaria de Educação e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente e observando pessoas que lhe pareçam suspeitas, para possibilitar a tomada de mediadas preventivas;

III − fiscalizar a entrada e saída de pessoas de edifícios municipais, prestando informações e efetuando encaminhamentos, examinando autorizações, para garantir a segurança do local;

IV − zelar pela segurança de materiais e veículos postos sob sua guarda;

V − controlar e orientar a circulação de veículos e pedestres nas áreas de estacionamento público municipal, para manter a ordem e evitar acidentes;

VI − vigiar materiais e equipamentos destinados a obras;

VII − praticar os atos necessários para impedir a invasão de edifícios públicos, áreas municipais de produção agrícola, inclusive solicitando a ajuda policial, quando necessário;

VIII − comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas;

IX − contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro;

X − zelar pela limpeza das áreas sob sua vigilância; e

XI − executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **PROFESSOR**

REQUISITOS BÁSICOS:

Ser habilitado em Pedagogia ou em área específica, Licenciatura Plena ou Curta; ou

Possuir Ensino Médio Completo com experiência comprovada na Educação.

ATRIBUIÇÕES:

I - Planejar, executar, avaliar e registrar os objetivos e as atividades do processo educativo, numa perspectiva coletiva e integradora, a partir do projeto político-pedagógico da escola;

II - Identificar, em conjunto com as pessoas envolvidas na ação pedagógica, educandos que apresentam dificuldades no processo educativo e, a partir disso, planejar e executar estudos contínuos de tal forma que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem e maior tempo de reflexão;

III - Discutir com educandos, funcionários, pais/mães ou responsáveis os procedimentos para o desenvolvimento do processo educativo;

Participar de todo o processo avaliativo da escola, respeitando o regimento escolar e prazos estabelecidos em cronograma;

IV - Participar dos momentos de formação que propiciem o aprimoramento de seu desempenho profissional;

V - Participar dos processos de eleição desencadeados na escola;

VI - Responsabilizar-se pela conservação de todos os espaços físicos, bem como de materiais existentes na escola e que são patrimônio de uso coletivo;

VII - Conhecer e cumprir os dispostos no Regimento da Escola;

VIII - Cumprir as demais atribuições disciplinadas no Projeto Político-Pedagógico da escola; e

IX - Atender as Leis específicas do Município para a categoria profissional, em especial as Leis Complementares nº 36/2003 e 58/2008.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA**

REQUISITOS BÁSICOS:

Possuir Ensino Médio com experiência na Educação Infantil.

ATRIBUIÇÕES:

I - Planejar, executar, avaliar e registrar os objetivos e as atividades do processo educativo, numa perspectiva coletiva e integradora, a partir do projeto político-pedagógico da escola;

II - Identificar, em conjunto com as pessoas envolvidas na ação pedagógica, educandos que apresentam dificuldades no processo educativo e, a partir disso, planejar e executar estudos contínuos de tal forma que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem e maior tempo de reflexão;

III - Discutir com funcionários, pais/mães ou responsáveis os procedimentos para o desenvolvimento do processo educativo.

IV - Participar de todo o processo avaliativo da escola, respeitando o regimento escolar e prazos estabelecidos em cronograma;

V - Participar dos momentos de formação na unidade que propiciem o aprimoramento de seu desempenho profissional;

VI - Responsabilizar-se pela conservação de todos os espaços físicos, bem como de materiais existentes na escola e que são patrimônio de uso coletivo;

VIII - Conhecer e cumprir os dispostos no Regimento da Escola;

IX - Cumprir as demais atribuições disciplinadas no Projeto Político-Pedagógico da unidade.

X - Atender as Leis específicas do Município para a categoria profissional.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **PROFESSOR/INSTRUTOR DE MÚSICA**

REQUISITOS BÁSICOS:

Possuir Ensino Médio Completo, com experiência comprovada em teoria e prática musical.

ATRIBUIÇÕES:

I - Planejar e ministrar aulas em disciplinas do currículo de 5ª a 8ª série do Ensino; Fundamental e do Ensino Médio, ou no instrumento/modalidade para a área de música;

II - Participar de estudos e pesquisas da sua área de atuação;

III - Participar da promoção e coordenação de reunião, encontros, seminários, cursos, eventos da área educacional e correlata;

IV - Supervisionar a utilização dos instrumentos musicais e do espaço utilizado para os ensaios e estudos;

V - Garantir a aprendizagem dos alunos tanto no quesito teoria quanto prática;

VI - Orientar os alunos no manuseio dos instrumentos levando–os a ter conhecimento suficiente para apresentação pública;

VII - Manter a ordem e a disciplina dos aprendizes durante as apresentações públicas em eventos ou outros;

VIII- E todas as atribuições inerentes ao cargo de maestro de uma banda de música, caso trabalhe na Banda Municipal, com experiência comprovada. Ministrar aulas de teoria musical e habilitação para Violão e outros instrumentos musicais; participar da elaboração do projetos específicos da área, zelar pela aprendizagem dos alunos; cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; executar e manter atualizados os registros relativos às suas atividades específicas, além de outras atividades correlatas e compatíveis com o cargo. Selecionar métodos e técnicas adequadas ao ensino de música. Ensinar teorias e práticas relativas à música. Utilizar técnicas, recursos e instrumentos pertinentes. Proceder avaliação de conhecimentos fundamentais de teoria musical e conhecimento dos instrumentos musicais. Orientar apresentações em coral, conjuntos orquestrais e de câmara. Integrar conjuntos vocais e instrumentais, quando necessário. Preparar material didático. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função e Atender Leis específicas do Município para a categoria profissional.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **PROFESSOR/INSTRUTOR DE BIBLIOTECA VIRTUAL**

REQUISITOS BÁSICOS:

Ser habilitado em Pedagogia ou em área específica, Licenciatura Plena ou Curta; ou

ATRIBUIÇÕES:

I - Planejar, executar, avaliar e registrar os objetivos e as atividades do processo educativo, numa perspectiva coletiva e integradora, a partir do projeto político-pedagógico da escola;

II - Identificar, em conjunto com as pessoas envolvidas na ação pedagógica, educandos que apresentam dificuldades no processo educativo e, a partir disso, planejar e executar estudos contínuos de tal forma que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem e maior tempo de reflexão;

III - Discutir com educandos, funcionários, pais/mães ou responsáveis os procedimentos para o desenvolvimento do processo educativo;

Participar de todo o processo avaliativo da escola, respeitando o regimento escolar e prazos estabelecidos em cronograma;

IV - Participar dos momentos de formação que propiciem o aprimoramento de seu desempenho profissional;

V - Participar dos processos de eleição desencadeados na escola;

VI - Responsabilizar-se pela conservação de todos os espaços físicos, bem como de materiais existentes na escola e que são patrimônio de uso coletivo;

VII - Conhecer e cumprir os dispostos no Regimento da Escola;

VIII - Cumprir as demais atribuições disciplinadas no Projeto Político-Pedagógico da escola; e

IX - Atender as Leis específicas do Município para a categoria profissional, em especial as Leis Complementares nº 36/2003 e 58/2008.

X – Acompanhar e orientar os alunos que utilizem o espaço da Biblioteca Virtual, tanto no aspecto pedagógico quanto na utilização dos equipamentos e computadores.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

REQUISITOS BÁSICOS:

Ensino Médio Completo

ATRIBUIÇÕES:

Organizar e manter atualizados a escrituração, documentação e arquivos escolares;

Garantir o fluxo de documentos e informações necessárias ao processo pedagógico e administrativo;

Assinar documentos junto com o diretor escolar;

Auxiliar a equipe diretiva nas ações e projetos que se desenvolverem no ambiente escolar;

Atender as Leis específicas do Município para a categoria profissional, em especial as Leis Complementares nº 36/2003 e 58/2008; e

Cumprir com todas as atribuições disciplinares dispostas no Projeto Político Pedagógico da Escola.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE ADMINISTRATIVO**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível médio completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - auxiliar nas áreas de secretariado, arquivo, manipulação de dados, protocolo, registro, classificação e expedição de correspondência, operar computador, atender telefone, recepcionar o público, controlar entrada e saída de materiais de consumo e executar tarefas internas e externas de correspondência; e

II – executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE DE MANUTENÇÃO**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível fundamental completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - operar e conservar máquinas e equipamentos;

II - executar serviços de mecânica e de auto-elétrica na frota municipal;

III - executar serviços de construção civil, inclusive reforma de prédios e pinturas.

IV - manter o ambiente de trabalho limpo e organizado; e

V - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **OPERADOR DO DAE**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível fundamental completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - operar manobras na distribuição de água e coleta de esgoto;

II - escavar valetas para assentamentos de tubos de rede e ligações de água e na rede de coleta de esgoto;

III - localizar e reparar defeitos nas instalações hidráulicas e na rede de esgoto;

IV - relacionar e controlar o material necessário ao serviço a executar;

V - auxiliar na correção de defeitos nas tubulações da rede de água e na Estação de Tratamento de Água (ETA);

V - auxiliar na correção de defeitos nas tubulações da rede de esgoto e na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE);

VII - manter limpa a área da ETA e ETE; e

VIII - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ELETRICISTA**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - Instrução: Ensino Médio Completo;

II - Curso Técnico de Eletricista; e

III - Experiência: Mínimo de 2 (dois) anos de experiência profissional.

ATRIBUIÇÕES:

I - instalar fiação elétrica, montar quadros de distribuição, caixa de fusível, tomada e interruptores, de acordo com plantas, esquemas, especificações técnicas e instruções recebidas; **II -** interpretar esquemas elétricos; **III -** testar a instalação elétrica, fazendo-a funcionar repetidas vezes para comprovar a exatidão do trabalho executado; **IV -** testar circuitos de instalações elétricas, utilizando aparelhos de precisão, para detectar as partes defeituosas; **V -** recuperar o funcionamento de fotocelulares e redes de telefonia; **VI -** reparar ou substituir unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais, soldas e materiais isolantes para manter as instalações elétricas em condições de funcionamento; **VII -** reparar ou substituir peças danificadas de aparelhos elétricos tais como ventiladores, geladeiras, entre outros; **VIII -** executar serviços de limpeza e reparo em geradores e motores; **IX -** construir e manter redes elétricas de baixa tensão de iluminação pública; **X -** ler desenhos e esquemas de circuitos elétricos; **XI -** substituir fusíveis, relés, bobinas, lâmpadas e demais equipamentos elétricos; **XII -** substituir ou instalar postes de iluminação pública de rede de baixa tensão; **XIII -** consertar e rebobinar dínamos, alternadores e motores em geral; **XIV -** instalar equipamentos de refrigeração de ambientes; **XV -** instalar, sob supervisão, fiação para possibilitar a instalação de microcomputadores; **XVI -** realizar serviços segundo normas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional; **XVII -** utilizar equipamento de proteção individual e coletiva; **XVIII -** zelar pela conservação, limpeza e pela guarda dos bens que lhe forem confiados; e **XIX -** executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **EDUCADOR SOCIAL**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - certificado de conclusão de curso de nível superior fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); e

II – registro e regularidade junto ao respectivo conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.

ATRIBUIÇÕES:

I - participar da elaboração do projeto de vida da criança e do adolescente;

II - acompanhar e apoiar o projeto profissional do jovem;

III - orientar a criança nos deveres educacionais, morais e cívicos;

IV - promover adequação do ambiente domiciliar e institucional;

V - abordar crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de risco social, para inserção familiar ou encaminhamento a ações, projetos e programas sociais;

VI - conceber e realizar projetos na área da educação, promovendo parcerias, trabalhando com interdependência com outros profissionais nas áreas de saúde, segurança e da integração no mercado de trabalho;

VII - definir estratégias de atendimento e de avaliação das crianças, adolescentes e adultos;

VIII - prevenir situações de crise vistoriando sistematicamente as instalações físicas e os materiais utilizados nas atividades;

IX - realizar a segurança preventiva e interventiva junto às crianças e adolescentes dentro e fora das unidades de medidas protetivas ou socioeducativas;

X - planejar e desenvolver a proposta pedagógica das ações, projetos e programas em que estiver vinculado;

XI - dinamizar projetos educativos extraescolares, promovendo a mediação entre a escola e as famílias;

XII - utilizar equipamento de proteção individual e coletiva;

XIII - zelar pela conservação e limpeza do local de trabalho e pela guarda dos bens que lhe forem confiados; e

XIV - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **CUIDADOR SOCIAL e ARTESÃO (Cuidador Social)**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível médio completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas;

II - desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários;

III - atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora;

IV - identificar as necessidades e demandas dos usuários;

V - apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;

VI - apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos;

VII - apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer;

VIII - apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas;

IX - desenvolver atividades recreativas e lúdicas;

X - potencializar a convivência familiar e comunitária;

XI - estabelecer e/ou potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;

XII - apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

XIII - contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência;

XIV - apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;

XV - contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar;

XVI - apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar;

XVII - participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.

XVIII - participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço; e

XIX - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ENCANADOR**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível fundamental completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - instalar e consertar redes de distribuição, adutoras, conexões, equipamentos hidráulicos, ligações domiciliares de agua e esgoto, válvulas e registros;

II - executar ligações domiciliares, aplicação de redes de consertos de ligações, tanto de agua como de esgoto;

III - efetuar mudanças de ligações, instalações e retiradas de hidrômetros de ligações domiciliares;

IV - relacionar e especificar tipos de quantidades de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado;

V- efetuar a manutenção e a limpeza dos instrumentos e equipamentos de uso diário e efetuar a instalação, conserto e manutenção de redes distribuidoras de agua e redes coletoras de esgoto;

VI - relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com os critérios da instituição;

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO**

REQUISITOS BÁSICOS:

Escolaridade de nível médio completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - operar terminais de computador, inserindo e extraindo informações e dados em meio magnético/eletrônico ou impresso, para orientação e esclarecimentos aos contribuintes, no âmbito de sua competência;

II - executar atividades relativas ao lançamento e arrecadação dos tributos mobiliários e imobiliários, mantendo atualizados os cadastros respectivos;

III - analisar, informar, despachar, emitir parecer e executar expedientes referentes a lançamentos, cobrança de tributos, certidões e outros documentos fiscais;

IV - executar atividades técnico-administrativas, apurando, emitindo, registrando, informando e lançando dados relativos às áreas de atuação do órgão;

V - participar do planejamento e da execução de programas de aperfeiçoamento e capacitação na sua área de atuação, propondo e opinando sobre o aprimoramento das rotinas de trabalho;

VI - elaborar relatórios dos procedimentos e rotinas de serviço dentro de sua área de atuação;

VII - executar tarefas de ordem orçamentária e financeira, colaborando com a sistematização de informações necessárias ao encerramento do exercício financeiro;

VIII - colaborar na prestação de informações contábeis aos órgãos de controle externo;

IX - prestar informações sobre a legislação tributária municipal, orientando os contribuintes sobre sua correta aplicação;

X - prestar apoio às atividades de fiscalização;

XI - exercer outras tarefas relacionadas ao seu campo de atuação, mediante designação de seus superiores;

XII - executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

XIII - exercer atividades de apoio à fiscalização e atividades relativas ao lançamento dos tributos mobiliários e imobiliários, mantendo atualizados os cadastros; e

XIV - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **FISCAL DE POSTURAS**

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Escolaridade de nível médio completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I - verificar a instalação e localização de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e objetos, de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto à observância de aspectos estéticos, de ordem e segurança pública;

II − inspecionar o funcionamento de feiras livres, verificando o cumprimento das normas relativas à localização, à instalação, ao horário e à organização;

III − verificar a regularidade da exibição e utilização de anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como a propaganda comercial afixada em muros, tapumes e vitrines ou em logradouros públicos;

IV − verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias;

V − verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, reforma ou demolição, bem como a carga e descarga de material na via pública;

VI − verificar o depósito na via pública, de resíduos de fábricas e oficinas, restos de material de construção, entulhos provenientes de reformas e demolições, resíduos de casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, objetivando a desobstrução da via pública;

VII − analisar e emitir parecer nos pedidos de demolição e habite-se;

VIII − autuar e apreender as mercadorias por irregularidades e guardá-las em depósitos públicos, devolvendo-as mediante o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento de multas;

IX – autuar e/ou apreender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos;

X − verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais;

XI − verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos;

XII − verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado;

XIII − fiscalizar os terrenos, pátios e quintais, para que sejam mantidos livres de mato, água estagnada e lixo;

XIV − fiscalizar as ligações de esgoto clandestinas, diretamente em rios, lagos, lagoas e mar;

XV − fiscalizar, intimar e autuar os proprietários ou arrendatários de terrenos situados em ruas dotadas de meio-fio, que não estejam devidamente murados e com a respectiva calçada construída;

XVI − verificar as violações às normas sobre poluição sonora: uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, alto-falantes, bandas de música, entre outras;

XVII − intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas aos transgressores das posturas municipais e da legislação urbanística;

XVIII − realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;

XIX − solicitar força policial para dar cumprimento às ordens superiores, quando necessário;

XX − emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; e

XXI − executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **MÉDICO VETERINÁRIO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - Diploma de curso de graduação de nível superior em Medicina Veterinária, fornecido por instituição de ensino superior, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); e

II - Registro e regularidade junto ao respectivo conselho de classe.

ATRIBUIÇÕES:

I- orientar e desenvolver programas que envolvam práticas concernentes à defesa sanitária animal e à aplicação de medidas de saúde pública no tocante as doenças transmissíveis ao homem;

II- exercer a clínica veterinária em todas as suas modalidades;

III- fazer inspeção, sob o ponto de vista sanitário e tecnológico, nos locais que se utilizem de produtos de origem animal;

IV- realizar outros trabalhos ligados à biologia geral, à zootecnia, à zoologia, bem como à bromatologia animal;

V- fazer cumprir as normas de padronização e classificação dos produtos de origem animal;

VI- participar da padronização de normas, métodos e técnicas de inquérito epidemiológico de zoonoses de interesse para a saúde humana, bem como inquéritos relativos às doenças de origem bacteriana ou virótica;

VII- participar do planejamento e execução de atividades dirigidas à erradicação de zoonoses;

VIII- promover medidas de controle contra a brucelose, tuberculose, febre aftosa e outras doenças;

IX- orientar e coordenar os serviços de política sanitária animal;

X- fazer exames, diagnósticos e aplicações de terapêutica médica e cirurgias veterinárias;

XI- atestar a sanidade de animais e de produtos de origem animal em suas fontes de produção ou de manipulação;

XII- realizar estudos de trabalhos científicos de patologia animal, em laboratórios ou outras instituições;

XIII- controlar as condições higiênicas de estabelecimentos que tratem e preparem alimentos de origem animal;

XIV- estudar as implicações econômicas das doenças dos animais;

XV- participar da execução de programas de extensão rural com vistas à utilização dos conhecimentos sobre patologia animal, obtidos pela pesquisa;

XVI- aplicar normas e padrões relacionados com a fiscalização e controle do ponto de vista sanitário dos animais em geral;

XVII- realizar premunição de animais;

XVIII- desenvolver trabalhos de laboratório e escritório, relativos aos diagnósticos de problemas zoosanitários;

XIX- verificar o controle de eficiência de produtos de uso médico veterinário;

XX- realizar trabalhos de escritório e de campo, relativos às campanhas de erradicação, controle e premunição das doenças dos animais;

XXI- emitir pareceres e laudos em matéria de sua especialidade;

XXII- orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;

XXIII- executar outras tarefas correlatas.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - Diploma de curso de graduação de nível superior em Engenharia Agronômica, fornecido por instituição de ensino superior, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); e

II - registro e regularidade junto ao respectivo conselho de classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima, efetuando estudos, experiências e analisando resultados obtidos, para melhorar a germinação de sementes, o crescimento de plantas, a adaptabilidade de cultivo e o rendimento das colheitas;

II - estudar os efeitos da rotatividade, drenagem irrigação, adubagem e condições climáticas sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando seus resultados nas fases da semeadura, cultivo e colheita, para determinar as técnicas de tratamento do solo e a exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima;

III - elaborar novos métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas de insetos, e/ou aprimorar os já existentes, baseando-se em experiências e pesquisas, para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento possível do cultivo;

III-A - orientar agricultores e outros trabalhadores agrícolas do Município sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, fornecendo indicações, épocas e sistemas de plantio, custo dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes, para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhoradas, de maior rendimento, qualidade e valor nutritivo;

IV - prestar assistência técnica aos servidores responsáveis pela manutenção e funcionamento do viveiro de mudas pertencente ao Município, fornecendo informações sobre novas tecnologias de plantio, auxiliando na resolução de problemas bem como, propor medidas visando o aumento de produtividade e qualidade das espécies desenvolvidas no viveiro;

V - emitir laudos técnicos sobre a derrubada e poda de árvores em vias públicas, praças, parques e jardins, dentre outros, a fim de garantir a preservação ambiental do Município e a segurança da população;

VI - vistoriar e emitir parecer sobre lavouras e hortas localizadas no Município a fim de verificar se a dosagem utilizada de agrotóxicos não é prejudicial ao ser humano;

VII - participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;

VIII - participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviços ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

IX - participar de grupos de trabalhos e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;

X - observar normas de segurança individual e coletiva;

XI - zelar pela conservação e limpeza do local de trabalho e pela guarda dos bens que lhe forem confiados; e

XII - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **ENGENHEIRO CIVIL**

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

I - Diploma de curso de graduação de nível superior em Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); e

II - registro e regularidade junto ao respectivo conselho de classe.

ATRIBUIÇÕES:

I – elaborar projetos de construções, preparando plantas e especificações da obra, indicando os tipos e qualidade dos materiais, equipamentos e mão de obra necessários, efetuando cálculos e orçamento aproximado dos custos, para apreciação do órgão competente;

II – elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo de obras e assegurar os padrões técnicos exigidos;

III – prestar assessoramento às obras públicas e manutenção de logradouros públicos;

IV – prestar assessoria e consultoria a todos os órgãos do Poder Executivo Municipal, sempre que for consultado; e

V – executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (GRAU MÉDIO)**

REQUISITOS BÁSICOS:

I - escolaridade de nível médio profissionalizante em instituição reconhecida pelo MEC; e

II - registro e regularidade junto ao respectivo conselho de classe.

ATRIBUIÇÕES:

I - executar trabalhos identificados com as áreas de agropecuária, agroecologia, executar tarefas correlatas à mesma função profissional de nível técnico;

II – orientar produtores rurais; e

II - executar demais atividades complementares e afins.

==========

FUNÇÃO PÚBLICA: **GUARDA**

REQUISITOS BÁSICOS:

Ensino fundamental completo em instituição reconhecida pelo MEC.

ATRIBUIÇÕES:

I − Manter vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução e edifícios onde funcionam as repartições municipais;

II − percorrer sistematicamente as dependências de edifícios da Prefeitura e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente e observando pessoas que lhe pareçam suspeitas, para possibilitar a tomada de mediadas preventivas;

III − fiscalizar a entrada e saída de pessoas de edifícios municipais, prestando informações e efetuando encaminhamentos, examinando autorizações, para garantir a segurança do local;

IV − zelar pela segurança de materiais e veículos postos sob sua guarda;

V − controlar e orientar a circulação de veículos e pedestres nas áreas de estacionamento público municipal, para manter a ordem e evitar acidentes;

VI − vigiar materiais e equipamentos destinados a obras;

VII − praticar os atos necessários para impedir a invasão de edifícios públicos, áreas municipais de produção agrícola, inclusive solicitando a ajuda policial, quando necessário;

VIII − comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas;

IX − contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro;

X − zelar pela limpeza das áreas sob sua vigilância; e

XI − executar demais atividades complementares e afins.

==========

==========

ANEXO III - FORMULÁRIO DE FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

NOME COMPLETO DO CANDIDATO: _____

DATA DA INSCRIÇÃO: _____/___/2022 NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

Endereço (Rua, nº, Bairro, Cidade, UF, CEP) _____

Telefones: ( )_____ ( )_____ RG: _____ _____ Sexo: M[ ] F[ ] Data Nasc.:____ /___ /_____

CPF: _____ Nacionalidade:_____ Estado Civil: _____ Email: _____

Candidato portador de deficiência (PD): SIM ( ) NÃO ( ) Se sim, descrever abaixo necessidade de algum tipo ou atendimento necessário (se for o caso).

_____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO: [ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

LOCAL ONDE EXERCERÁ A FUNÇÃO:

[ ]SEDE DO MUNICÍPIO [ ]SÃO SEBASTIÃO(SEDE) [ ] SÃO SEBASTIÃO(CARNAÚBA) [ ] SÃO SEBASTIÃO(SERRA MAGALHÃES)

[ ]PONTINÓPOLIS(SEDE) [ ]PONTINÓPOLIS(EXTENSÕES] [ ]NOVA SUIÁ(FARANDÚ) [ ]NOVA SUIÁ(PEDARÉ) [ ]NOVA SUIÁ(ETÊTSYMÃRÃ)

[ ]NOVA SUIÁ(RIO PRETO) [ ]BORORÓS [ ]PISCICULTURA [ ]SUBPREFEITURA DE ESPIGÃO DO LESTE [ ]GAMELEIRA/AZULONA **[ ]MÃE MARIA/ IMBÚ**

[ ]TREVO DE JESUS/MACACO [ ]ESPIGÃO(VALE) [ ]PONTINÓPOLIS(SEDE E EXTENSÕES) [ ]ESPIGÃO LESTE(SEDE) [ ]ESPIGÃO (JOATÃO)

FUNÇÃO:

Lotação na Secretaria de Saúde

[ ]AGENTE OPERACIONAL(MOTORISTA) [ ]AGENTE COMBATE ENDEMIAS [ ]AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE [ ]TÉCNICO ENFERMAGEM

[ ]ENFERMEIRO [ ]AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL [ ]MÉDICO PSF [ ]MÉDICO(AG TRANSFUSIONAL [ ]ODONTÓLOGO [ ]ARTESÃO

[ ]FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO [ ]TÉCNICO LABORATÓRIO [ ]TÉCNICO EM RADIOLOGIA [ ]AGENTE ADM PÚBLICA (Serv Gerais-PSF Espigão)

[ ]PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA [ ]FISIOTERAPEUTA **[ ]GUARDA [ ]FISCAL SANITÁRIO**

Lotação na Secretaria de Educação e Cultura

[ ]AGENTE OPERACIONAL(MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR) [ ]APOIO(VIGIA) [ ]APOIO(LIMPEZA/NUTRIÇÃO

[ ]TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL [ ]PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR

[ ]PROFESSOR NÍVEL MÉDIO [ ]PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA

Lotação na Secretaria de Obras (SEDE)

[ ] AGENTE DE MANUTENÇÃO (Mecânico) [ ] AGENTE DE MANUTENÇÃO (Ajudante de Pedreiro)

Lotação na Secretaria de Agricultura

[ ] AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE TRATOR PNEU) [ ] MÉDICO VETERINÁRIO [ ]AG ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA [ ]TÉCNICO AGROPECUÁRIA

[ ] ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Lotação na Secretaria de Assistência Social

[ ]EDUCADOR SOCIAL [ ]CUIDADOR SOCIAL [ ]AGENTE OPERACIONAL(Motorista) [ ]PROFESSOR/INSTRUTOR MÚSICA

Sub-Prefeitura de Espigão do Leste e outros

[ ] AGENTE OPERACIONAL (Motorista CNH “D” ou Superior) [ ] AGENTE OPERACIONAL (Operador Máquinas Pesadas-Patrola CNH “E”)

[ ]ENCANADOR [ ]AGENTE FISCALIZ ARRECADAÇÃO [ ]AGENTE ADMINISTRATIVO [ ]AGENTE OPERACIONAL (Operador Máq Pesadas)

[ ]AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEDE – Saúde, Assistência Social E OUTROS) [ ]ASSISTENTE SOCIAL (SEDE – Saúde, Educação e Assistência)

[ ]AGENTE ADMINISTRATIVO (SEDE – Saúde e Assistência Social)

[ ]PSICÓLOGO (SEDE-Educação, Saúde e Assistência Social)

[ ] AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-SERVIÇOS GERAIS (ESPIGÃO DO LESTE – Saúde e Subprefeitura)

[ ]NUTRICIONISTA (Saúde e Educação)

[ ] OUTRA FUNÇÃO e LOTAÇÃO: Descrever, conforme o Edital .....

OBSERVAÇÕES:

O abaixo assinado vem requerer à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, sua inscrição no Processo Seletivo para o cargo pretendido, declarando, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição e estando de acordo com o regulamento do Processo Seletivo. Declara, ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado, que aceita e atende a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-se, ainda, à sua devida comprovação, quando exigida, sob pena, de não o fazendo, tornar-se insubsistente sua inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. O candidato autoriza que seu nome e demais dados contidos na Ficha de Inscrição sejam divulgados no Diário Oficial do Município e em outras mídias, autorizando igualmente que seus dados, ainda que ausente na prova, aprovado ou não, classificado ou não, convocado ou não, façam parte de cadastro junto à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia (MT).

São Félix do Araguaia - MT, em _____ de _____ de 2022.

_____

Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO III - FORMULÁRIO DE FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022 - ENTREGAR ESTA VIA AO CANDIDATO

NOME COMPLETO DO CANDIDATO: _____

DATA DA INSCRIÇÃO: _____/____/2022 NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

Endereço (Rua, nº, Bairro, Cidade, UF, CEP) _____

Telefones: ( )_____ ( )_____ RG: _____ _____ Sexo: M[ ] F[ ] Data Nasc.:____ /___ /_____

CPF: _____ Nacionalidade:_____ Estado Civil: _____ Email: _____

Candidato portador de deficiência (PD): SIM ( ) NÃO ( ) Se sim, descrever abaixo necessidade de algum tipo ou atendimento necessário (se for o caso).

_____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO: [ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

LOCAL ONDE EXERCERÁ A FUNÇÃO:

[ ]SEDE DO MUNICÍPIO [ ]SÃO SEBASTIÃO(SEDE) [ ] SÃO SEBASTIÃO(CARNAÚBA) [ ] SÃO SEBASTIÃO(SERRA MAGALHÃES)

[ ]PONTINÓPOLIS(SEDE) [ ]PONTINÓPOLIS(EXTENSÕES] [ ]NOVA SUIÁ(FARANDÚ) [ ]NOVA SUIÁ(PEDARÉ) [ ]NOVA SUIÁ(ETÊTSYMÃRÃ)

[ ]NOVA SUIÁ(RIO PRETO) [ ]BORORÓS [ ]PISCICULTURA [ ]SUBPREFEITURA DE ESPIGÃO DO LESTE [ ]GAMELEIRA/AZULONA **[ ]MÃE MARIA/ IMBÚ**

[ ]TREVO DE JESUS/MACACO [ ]ESPIGÃO(VALE) [ ]PONTINÓPOLIS(SEDE E EXTENSÕES) [ ]ESPIGÃO LESTE(SEDE) [ ]ESPIGÃO (JOATÃO)

FUNÇÃO:

Lotação na Secretaria de Saúde

[ ]AGENTE OPERACIONAL(MOTORISTA) [ ]AGENTE COMBATE ENDEMIAS [ ]AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE [ ]TÉCNICO ENFERMAGEM

[ ]ENFERMEIRO [ ]AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL [ ]MÉDICO PSF [ ]MÉDICO(AG TRANSFUSIONAL [ ]ODONTÓLOGO [ ]ARTESÃO

[ ]FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO [ ]TÉCNICO LABORATÓRIO [ ]TÉCNICO EM RADIOLOGIA [ ]AGENTE ADM PÚBLICA (Serv Gerais-PSF Espigão)

[ ]PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA [ ]FISIOTERAPEUTA **[ ]GUARDA [ ]FISCAL SANITÁRIO**

Lotação na Secretaria de Educação e Cultura

[ ]AGENTE OPERACIONAL(MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR) [ ]APOIO(VIGIA) [ ]APOIO(LIMPEZA/NUTRIÇÃO

[ ]TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL [ ]PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR

[ ]PROFESSOR NÍVEL MÉDIO [ ]PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA

Lotação na Secretaria de Obras (SEDE)

[ ] AGENTE DE MANUTENÇÃO (Mecânico) [ ] AGENTE DE MANUTENÇÃO (Ajudante de Pedreiro)

Lotação na Secretaria de Agricultura

[ ] AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE TRATOR PNEU) [ ] MÉDICO VETERINÁRIO [ ]AG ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA [ ]TÉCNICO AGROPE-CUÁRIA

[ ] ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Lotação na Secretaria de Assistência Social

[ ]EDUCADOR SOCIAL [ ]CUIDADOR SOCIAL [ ]AGENTE OPERACIONAL(Motorista) [ ]PROFESSOR/INSTRUTOR MÚSICA

Sub-Prefeitura de Espigão do Leste e outros

[ ] AGENTE OPERACIONAL (Motorista CNH “D” ou Superior) [ ] AGENTE OPERACIONAL (Operador Máquinas Pesadas-Patrola CNH “E”)

[ ]ENCANADOR [ ]AGENTE FISCALIZ ARRECADAÇÃO [ ]AGENTE ADMINISTRATIVO [ ]AGENTE OPERACIONAL (Operador Máq Pesadas)

[ ]AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEDE – Saúde, Assistência Social E OUTROS) [ ]ASSISTENTE SOCIAL (SEDE – Saúde, Educação e Assistência)

[ ]AGENTE ADMINISTRATIVO (SEDE – Saúde e Assistência Social)

[ ]PSICÓLOGO (SEDE-Educação, Saúde e Assistência Social)

[ ] AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-SERVIÇOS GERAIS (ESPIGÃO DO LESTE – Saúde e Subprefeitura)

[ ]NUTRICIONISTA (Saúde e Educação)

[ ] OUTRA FUNÇÃO e LOTAÇÃO: Descrever, conforme o Edital .....

OBSERVAÇÕES:

O abaixo assinado vem requerer à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, sua inscrição no Processo Seletivo para o cargo pretendido, declarando, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição e estando de acordo com o regulamento do Processo Seletivo. Declara, ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado, que aceita e atende a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-se, ainda, à sua devida comprovação, quando exigida, sob pena, de não o fazendo, tornar-se insubsistente sua inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. O candidato autoriza que seu nome e demais dados contidos na Ficha de Inscrição sejam divulgados no Diário Oficial do Município e em outras mídias, autorizando igualmente que seus dados, ainda que ausente na prova, aprovado ou não, classificado ou não, convocado ou não, façam parte de cadastro junto à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia (MT).

São Félix do Araguaia - MT, em _____ de _____ de 2022.

_____

Assinatura do Candidato

SERVIDOR QUE RECEBEU A INSCRIÇÃO

NOME: _____ ASSINATURA: _____

==========

==========

OBS: Anexar também cópia de RG e CPF do(a) Procurador(a)

è **Não é necessário autenticar as cópias em cartório**

è **A Procuração pode ser particular e não há necessidade de reconhecer a assinatura do outorgante em cartório.**

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*)_____, (*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição e recursos do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT.

_____, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do(a) requerente

==========

==========

ANEXO V

FICHA DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS – FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR

Item	Títulos e Experiência Profissional	Valor do Título
I	Pós-graduação *Stricto Sensu* concluída, em qualquer área de atuação.	0,60
II	Pós-graduação *Lato Sensu* concluída, na área de conhecimento da função à qual concorre.	0,50
III	Cursos específicos para o cargo pleiteado, com carga horária mínima somada de 100h, efetuados a partir de 01/01/2020.	0,30
IV	Experiência Profissional mínima de 1 ano, no desempenho de atividades correlatas com as desenvolvidas na área de conhecimento, em instituição pública ou privada, comprovada através de declaração, carteira de trabalho, contrato de trabalho ou outro documento idôneo.	0,60
V	**TOTAL**	**2,00**

OBSERVAÇÕES:

1) A formação em Pós-Graduação deve ser comprovada com o Certificado e Histórico. 2) A carga horária dos cursos pode ser somada para atingir a pontuação desejada.

==========

==========

ANEXO VI

EXEMPLO DE COMO ATRIBUIR A PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS PARA NÍVEL SUPERIOR

EXEMPLO: Um candidato a determinada função que exija Nível Superior, apresentou os seguintes títulos/documentos **no ato da inscrição.**

1. Certificado e Histórico de Especialização (Pós-graduação *Lato Sensu)* na sua área de atuação; **2.** Três cursos específicos na área de atuação, sendo: 2.1. Um certificado de um curso de 30 horas efetuado em março de 2019; 2.2. Um certificado de um curso de 60 horas efetuado em junho de 2020; e 2. 3. Um certificado de um curso de 35 horas expedido em outubro de 2022. **3.** Experiência Profissional na área de atuação, sendo: 3.1. Cópia da Carteira de Trabalho constando admissão em 01/02/2018 e demissão em 18/08/2019; e 3.2. Cópia de Contrato de Trabalho constando vigência de 10/03/2019 até 15/12/2019.

Item	Títulos e Experiência Profissional	Valor do Título	Valor computado	Deferimento ou Indeferimento - OBS
I	Pós-graduação *Stricto Sensu* concluída, em qualquer área de atuação.	0,60	---	Não apresentou
II	Pós-graduação *Lato Sensu* concluída, na área de conhecimento da função à qual concorre.	0,50	0,50	**DEFERIDO.** Apresentou Certificado e Histórico
III	Cursos específicos para o cargo pleiteado, com carga horária mínima somada de 100h, efetuados a partir de 01/01/2020; ou uma segunda Pós-graduação *Lato Sensu* concluída, na área de conhecimento da função à qual concorre.	0,30	---	**INDEFERIDO.** Constam apenas 95 horas de cursos específicos, a partir de janeiro de 2020. Curso de 2019 não é computado.

IV	Experiência Profissional mínima de 1 ano, no desempenho de atividades correlatas com as desenvolvidas na área de conhecimento, em instituição pública ou privada, comprovada através de declaração, carteira de trabalho, contrato de trabalho ou outro documento idôneo.	0,60	0,60	**DEFERIDO.** A experiência ultrapassa 1 ano, sendo computada a pontuação
V	**TOTAL**	**2,00**	**1,10**	

==========

==========

ANEXO VII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo consistirão em:

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Língua portuguesa;

Raciocínio Lógico e/ou matemática com nível de escolaridade exigida neste edital.

História do Estado de Mato Grosso, Município de São Félix do Araguaia e atualidades;

LÍNGUA PORTUGUESA (Ensino Fundamental)

1. Interpretação de texto; 2. Sinônimo e antônimo; 3. Ortografia; 4. Divisão silábica; 5. Acentuação gráfica; 6. Pontuação; 7. fonética: letras, fonemas, sílabas, encontro vocálico (ditongo, tritongo, hiato), encontro consonantal, dígrafo; 8. Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção e interjeição; **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA E/OU RACIOCÍNIO LÓGICO (Ensino Fundamental)

1.Sistema de numeração: números naturais e numerais ordinais; 2. Operações aritméticas fundamentais: adição; **subtração; multiplicação; divisão; 3. Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; 4. Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa e tempo; 5.Estudo da proporcionalidade e regra de três;6. Porcentagem e juros simples; 7. Frações; 8. Números decimais; 9. Geometria; 10. Potenciação; 11. Equações e inequações de 1º Grau.**

HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ATUALIDADES (Ensino Fundamental)

História Política e Econômica de Mato Grosso 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

História do Município de são Félix do Araguaia - MT 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

Atualidades

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Língua portuguesa;

Raciocínio lógico e/ou matemática;

Atualidades, História de Mato Grosso e São Félix do Araguaia – MT;

Conhecimentos específicos.

LINGUA PORTUGUESA (Ensino Médio)

Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA E/OU RACIOCÍNIO LÓGICO (Ensino Médio)

Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ATUALIDADES (Ensino Médio)

História Política e Econômica de Mato Grosso 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7

Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

História do Município de São Félix do Araguaia - MT

1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

Atualidades.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Ensino Médio)

Técnico Administrativo Escolar e Agente Administrativo: Conhecimentos sobre arquivos e correlatos, acesso à internet e envio e recebimento de documentos via email, editor de texto, planilha eletrônica. Conceitos Gerais de Informática e Microinformática: hardware, noções de Sistemas Operacionais (Windows e Linux) e Office. Funcionalidades do Explorer, Painel de Controle e Impressoras, Navegadores da Internet.

Agente de Fiscalização e Arrecadação: Código Tributário Nacional. Lei Complementar 123/06 (Estatuto da Microempresa) e alterações posteriores. Código Tributário Municipal. Noções de Direito Tributário. Código de Posturas do Município. Conhecimentos sobre arquivos e correlatos, acesso à internet e envio e recebimento de documentos via email, editor de texto, planilha eletrônica. Conceitos Gerais de Informática e Microinformática: hardware, noções de Sistemas Operacionais (Windows e Linux) e Office. Funcionalidades do Explorer, Painel de Controle e Impressoras, Navegadores da Internet.

Professor Ensino Médio e Professor Auxiliar de Turma: Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 e Conhecimentos Referenciais Curriculares da Educação Infantil.

Técnico em Radiologia, Técnico em Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde (ACS), Agente de Combate às Endemias (ACE) e Artesão (Cuidador) - Legislação em Saúde Leis (8.080/1990, 8.142/1990) e da área de atuação.

Cuidador Social e Professor (Instrutor de Música) – Conhecimento sobre SUAS, NOB, Cadastramento Único, Programa Bolsa Família, Estatuto do Idoso, ECA, LOAS, LDB.

Fiscal Sanitário – Código Sanitário Municipal (Lei Municipal nº 465/2004)

Técnico em Agropecuária – Conhecimentos acerca da atividade agropecuária, como preparo do solo, plantio, colheita, conservação do solo, preservação do meio ambiente, criação e manejo de animais, piscicultura, apicultura, extrativismo, fruticultura, hortaliças, e demais assuntos correlatos.

Fiscal de Posturas e Eletricista – Lei Complementar Municipal nº 25/1999 e suas alterações posteriores.

ENSINO SUPERIOR

Língua portuguesa;

Raciocínio lógico e/ou matemática;

Atualidades, História de Mato Grosso e São Félix do Araguaia – MT; e

Conhecimento Específico (Legislação).

LINGUA PORTUGUESA (Nível Superior)

Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA E/OU RACIOCÍNIO LÓGICO (Nível Superior)

Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

HISTÓRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ATUALIDADES (Nível Superior)

História Política e Econômica de Mato Grosso 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

História do Município de são Félix do Araguaia - MT 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

Atualidades

CONHECIMENTO ESPECÍFICO-LEGISLAÇÃO (Nível Superior)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ASSISTÊNCIA/EDUCAÇÃO

ENFERMEIRO, MÉDICO, ODONTÓLOGO, NUTRICIONISTA, FONOAUDIÓLOGO, FISIOTERAPEUTA e FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO: Legislação em Saúde Leis (8.080/1990, 8.142/1990)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO e SAÚDE

EDUCADOR SOCIAL: Conhecimento sobre SUAS, NOB, Cadastramento Único, Programa Bolsa Família, Estatuto do Idoso, ECA, LOAS.

ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO:

Conhecimento sobre SUAS, NOB, Cadastramento Único, Programa Bolsa Família, Estatuto do Idoso, ECA, LOAS; Legislação em Saúde Leis (8.080/1990, 8.142/1990); Referência técnica para atuação do Psicólogo na educação básica, material elaborado em 2019, pelo Conselho Federal de Psicologia, disponível no *site* https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDUCADOR SOCIAL - Conhecimento sobre SUAS, NOB, Cadastramento Único, Programa Bolsa Família, Estatuto do Idoso, ECA, LOAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E OBRAS

ENGENHEIRO CIVIL - Leis Complementares Municipais nº 25/1999, nº 52/2007 e nº 95/2015; e suas alterações posteriores.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

MÉDICO VETERINÁRIO

Lei Municipal nº 465/2004 e Lei Municipal 744/2014

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Lei Federal nº 10.831/2003 (Agricultura Orgânica); Instrução Normativa do MAPA nº 46/2011 e alterações posteriores (Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção); e Lei Federal nº 7.802/1989 e alterações posteriores (Agrotóxicos).

==========

==========

ANEXO VIII

CONTEÚDO E QUESTÕES DAS PROVAS

As provas objetivas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no ANEXO VII do presente Edital, de acordo com cada nível de escolaridade, e com a quantidade de questões discriminadas a seguir:

MÉDICO, ENFERMEIRO, ODONTÓLOGO, FONOAUDIÓLOGO, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO, FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO, FISIOTERAPEUTA, ASSISTENTE SOCIAL, MÉDICO VETERINÁRIO, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO CIVIL E EDUCADOR SOCIAL.

São todas as funções de graduação superior, exceto Professor.

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	5	0,40	2,00
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Raciocínio Lógico e Matemática	5	0,40	2,00
Específico: Legislação	5	0,40	2,00
Pontuação máxima das questões da prova teórica/objetiva →			8,00
Pontuação máxima na prova de títulos →			2,00
TOTAL →			10,00

.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (Nível Superior)

PROFESSOR/INSTRUTOR DE BIBLIOTECA VIRTUAL (Nível Superior)

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	5	0,30	1,50
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Raciocínio Lógico e Matemática	5	0,30	1,50
Específico: Legislação (Lei 9.394/1996 – LDB) e outros	5	0,30	1,50
Pontuação máxima das questões da prova teórica/objetiva →			6,00
Pontuação máxima na prova de títulos →			2,00
Pontuação máxima na produção escrita (redação) →			2,00
TOTAL →			10,00

.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (Nível Médio);

PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA (Nível Médio); e

PROFESSOR/INSTRUTOR DE MÚSICA (Nível Médio – Educação e Assistência)

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	5	0,40	2,00
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00

Raciocínio Lógico e Matemática	5	0,40	2,00
Legislações (Lei 9.394/1996 – LDB)	5	0,40	2,00
Pontuação máxima das questões da prova teórica/objetiva →			8,00
Pontuação máxima na produção escrita (redação) →			2,00
TOTAL →			10,00

.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (*)

AGENTE ADMINISTRATIVO (*)

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO (**)

FISCAL DE POSTURAS (***)

ELETRICISTA (***)

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (****)

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	5	0,50	2,50
Língua Portuguesa	5	0,50	2,50
Raciocínio Lógico e Matemática	5	0,50	2,50
(*) Específico: Conhecimentos sobre arquivos e correlatos, acesso à internet e envio e recebimento de documentos via email, editor de texto, planilha eletrônica, e outros. (**) Específico: Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 64/2010-CTM) e normas relacionadas ao CTM. (***) Lei Complementar Municipal nº 25/1999 e suas alterações posteriores (****) Conhecimentos acerca da atividade agropecuária, como preparo do solo, plantio, colheita, conservação do solo, preservação do meio ambiente, criação e manejo de animais, piscicultura, apicultura, extrativismo, fruticultura, hortaliças, e demais assuntos correlatos.	5	0,50	2,50
TOTAL			10,00

.

.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)

FISCAL SANITÁRIO

CUIDADOR SOCIAL

ARTESÃO (Cuidador)

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	**5**	0,50	2,50
Língua Portuguesa	**5**	0,50	2,50
Raciocínio Lógico e Matemática	**5**	0,50	2,50
Legislações e outros da área de atuação	**5**	0,50	2,50
TOTAL			10,00

AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (Limpeza/Nutrição e Vigia)

AGENTE OPERACIONAL

AGENTE DE MANUTENÇÃO

ENCANADOR

OPERADOR DO DAE

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL (ASB)

GUARDA

Área de Estudo	Questões	Valor por Questão	Total por Área
História de MT, de SFA e Atualidades	6	0,50	3,00
Língua Portuguesa	7	0,50	3,50
Raciocínio Lógico e Matemática	7	0,50	3,50
TOTAL			10,00

==========

==========

ANEXO IX

LAUDO MÉDICO - PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

O candidato deverá entregar o original deste laudo, juntamente com os demais documentos, no ato da convocação, na Secretaria Municipal de Educação.

O (a) candidato (a)_____

Documento de identificação nº (RG):_____ CPF nº_____ foi submetido(a) nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de DEFICIÊNCIA em conformidade com a Legislação aplicável.

Observação:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Local e Data: _____

_____ _____

Assinatura, carimbo e CRM do Médico Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO X

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (ASO)

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO ( ) ADMISSIONAL ( ) PERIÓDICO EMPRESA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT** ATESTO QUE AOS ____/____/_____ Nome _____									
Estado Civil		Idade		Anos		Sexo			
Cargo/Função				Identidade - UF					
Naturalidade				Validade		___/___/_____			
Examinado de acordo com o disposto nos Subitens 7.3.2-a, 7.4.1, 7.4.2, da NR-7 Portaria nº 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, atesto que o(a) Senhor(a) acima mencionado(a) foi submetido(a) à avaliação clínica abrangendo anamnese ocupacional, exame físico e mental.									
RESULTADO: ( ) APTO(a) ( ) INAPTO(a) ( ) PARA EXERCER A FUNÇÃO ACIMA CITADA ( ) PARA DEMISSÃO ( ) PARA MUDANÇA DE FUNÇÃO ( ) NO EXAME PERIÓDICO ( ) PARA RETORNAR AO TRABALHO RISCOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE: DATA: ___/___/_____ _____ Assinatura dos Médicos/Junta Médica examinadora Carimbo/CRM _____ Assinatura do(a) Examinado(a)									

==========

==========

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, (Nacionalidade) _____, (Estado Civil) _____, (Profissão) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ (Órgão Emissor/UF) ____/_____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço: _____ _____ _____ Cidade de (Cidade-UF) _____-___,

DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS E EFEITOS LEGAIS QUE:

NÃO ACUMULO CARGO PÚBLICO ATUALMENTE E, A PARTIR DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, TAMBÉM NÃO PASSAREI A ACUMULAR CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DOS INCISOS XVI e XVII do art. 37 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Comprometo-me, durante a vigência do presente contrato ou de sua eventual prorrogação, a comunicar a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, acerca de qualquer posse, nomeação ou contratação com outra Instituição de natureza pública.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2023.

_____

NOME DO(A) CANDIDATO(A) CONVOCADO(A)

==========

==========

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, (Nacionalidade) _____, (Estado Civil) _____, (Profissão) _____**,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ (Órgão Emissor/UF) ____/_____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço: _____ _____ _____ Cidade de (Cidade-UF) _____-___,

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS E EFEITOS LEGAIS QUE, AO FIRMAR CONTRATO NA FUNÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022,

Passarei a ACUMULAR CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA, permitido nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Detenho outro Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública, **acumulável** e com **compatibilidade de horário**, nos termos da Constituição Federal, e conforme abaixo, com comprovação por documentação anexa firmada pelo Órgão/Instituição que já trabalho:

Nome do Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública que já detenho
Órgão Instituição
Esfera de Governo / Administração Direta ou Indireta / Outros Poderes
Horário de Trabalho

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2023.

_____

NOME DO(A) CANDIDATO(A) CONVOCADO(A)

==========

==========

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome: _____

Cargo*:* _____

[ ] POR DECLARAÇÃO PRESTADA À RECEITA FEDERAL, EM ANEXO

[ ] POR DECLARAÇÃO PARTICULAR ABAIXO:

Eu _____, (Nacionalidade) _____, (Estado Civil) _____, (Profissão) _____**,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ (Órgão Emissor/UF) ____/_____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço: _____ _____ _____ Cidade de (Cidade-UF) _____-___, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 8.429 de 12 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, com regulamentação no Município via do Decreto nº 44/2003, de 10 de novembro de 2003, **DECLARO** minha situação patrimonial atualizada, conforme abaixo:

[ ] NÃO POSSUO BENS E/OU VALORES

[ ] POSSUO OS BENS E/OU VALORES

[ ] ABAIXO DISCRIMINADOS:

[ ] CONSTANTES NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ANEXA

TIPO	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**
Imóvel	1 casa, etc, etc	R$ .....
Móvel	1 veículo marca ..., ano ..., modelo ...	R$ .....
Valores	Poupança/Conta Corrente no Banco	R$ ....
Semoventes	Gado, Cavalo, etc	R$ ...
Outros	.....	.....
	T O T A L → →	

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO, para que surta seus efeitos legais.

São Félix do Araguaia-MT, em _____ de _____ de 2023.

_____

NOME DO(A) CANDIDATO(A) CONVOCADO(A)

==========

==========

ANEXO XIV

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022 PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CPF: _____ RG: _____ SEXO: [ ] M [ ]F

EMAIL: _____ TELEFONES: _____

ITEM OU ITENS DO EDITAL QUE DESEJA CONTESTAR

ITEM DO EDITAL DE ABERTURA → _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O EDITAL DE ABERTURA, de forma fundamentada e sucinta.

ITEM DO EDITAL DE ABERTURA → _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O EDITAL DE ABERTURA, de forma fundamentada e sucinta.

(Local e data)

_ _

Assinatura do Requerente

==========

==========

ANEXO XV

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2022

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, de forma fundamentada e sucinta.

(Local e data)

_ _

Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO XVI

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS

APRESENTAR UM RECURSO PARA CADA QUESTÃO QUE DESEJA CONTESTAR ←

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2022

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

NÚMERO DA QUESTÃO QUE DESEJA CONTESTAR → _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS, em relação à questão indicada acima, de forma fundamentada e sucinta.

(Local e data)

_ _

Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO XVII

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

→ APRESENTAR UM RECURSO PARA CADA SITUAÇÃO QUE DESEJA CONTESTAR ←

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2022

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

RECURSO CONTRA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

[ ] Quanto à nota da Prova Objetiva

[ ] Quanto à nota da Produção Escrita/Redação

[ ] Quanto ao critério de desempate

[ ] Outros motivos (especificar)

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS, de forma fundamentada e sucinta.

....

.....

.....

.....

.....

.....

(Local e data)

_ _

Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO XVIII

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2023

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E REDAÇÃO:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

RECURSO CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA, de forma fundamentada e sucinta.

....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

(Local e data)

_ _

Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO XIX

FORMULÁRIO PARA RECURSO CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2022, PARA SELEÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____ DATA DA INSCRIÇÃO: ____/_____/2023

FUNÇÃO PARA A QUAL CONCORRE: _____

LOCAL ONDE PRETENDE EXERCER A FUNÇÃO: _____

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

[ ] SEDE DO MUNICÍPIO [ ] ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (ESPIGÃO DO LESTE)

RECURSO CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Descrever abaixo as razões do recurso CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, de forma fundamentada e sucinta.

....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

(Local e data)

_ _

Assinatura do Candidato

==========

==========

ANEXO XX

PRODUÇÃO ESCRITA / REDAÇÃO – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

FUNÇÕES: Professor (Nível Médio, Superior, Auxiliar de Turma, Instrutor de Música, Instrutor de Biblioteca Virtual)

1) A Produção Escrita é constituída de uma redação.	
2) A resposta à Produção Escrita deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.	
3) O candidato receberá nota zero na Produção Escrita em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.	
4) A Produção Escrita terá o valor de 2 (dois) pontos.	
5) Para efeito de avaliação da Produção Escrita serão considerados os seguintes elementos de avaliação:	

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO ESCRITA		
Critérios	**Elementos da Avaliação**	**Pontuação**
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	1,0 ponto
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	1,0 ponto
TOTAL DE PONTOS →		**2,0 pontos**
6) A partir da leitura de textos motivadores da sua profissão e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **OBS: O tema será indicado no caderno de prova, no espaço para a redação"**.		
7) Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.		
8) A Produção Escrita deverá ter a extensão mínima de 15 (quinze) e máxima de 30 (trinta) linhas para o texto. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida. O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na elaboração do texto.		

==========

==========

ANEXO XXI

PROVA PRÁTICA – CRITÉRIOS/ITENS PARA AVALIAÇÃO

FUNÇÕES:

I - AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Ambulância - CNH D); **II -** AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Transporte Escolar – CNH D); **III -** AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Van - CNH D); **IV -** AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Veículos leves - CNH B); **V -** AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Caminhão – Diversos – CNH D); **VI -** AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Trator de Pneu – CNH B); **VII -** AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Máquinas Pesadas – Patrol – CNH D); **VIII -** AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Máquinas Pesadas – PC – CNH D); e **IX -** AGENTE DE MANUTENÇÃO (Operador de Máquinas Pesadas – Pá Carregadeira – CNH D).

A prova prática constará em:

1. Exibir ao examinador a CNH original, na categoria indicada para a função, dentro do prazo de validade, sob **pena de eliminação.**

2. Verificar nível de óleo do motor, freios, hidráulico, reservatório de água, teste dos pneus, bateria, painel, além de outros itens, conforme o tipo de veículo ou máquina. **Desconhecer esses procedimentos implica na eliminação do candidato.**

3. Ligar o equipamento, efetuar as verificações necessárias e dirigir/conduzir até o local determinado, executando tarefas próprias da Máquina ou do veículo, de acordo com o caso apresentado pelo examinador técnico da área, com duração máxima de 15 (quinze) minutos.

3.1. O candidato que não conseguir ligar e movimentar o equipamento em, no máximo, 1 (um) minuto, será automaticamente **eliminado** do certame.

3.2. O candidato que não realizar a tarefa solicitada no prazo acima, será **eliminado** do certame.

4. O candidato deverá dirigir o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erro sou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem. **Não realizando a tarefa, será eliminado.**

5. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal), como também outras situações durante a realização do exame. **Não realizando a tarefa, será eliminado.**

6. Além das verificações acima, o **condutor de veículo escolar** deverá ter domínio das operações abaixo, sob pena de **eliminação** do certame:

6.1. Abrir e fechar a porta no embarque e desembarque dos estudantes;

6.2. Manusear a rampa móvel para embarque e desembarque de pessoas com deficiência; e

6.3. Verificar, em teste de simulação, se todos os estudantes estão com cinto de segurança após o embarque.

==========

==========

ANEXO XXII

CRITÉRIOS/ITENS PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

FUNÇÕES:

I - CUIDADOR SOCIAL (Mãe do Lar); II - CUIDADOR SOCIAL (Artesão); e III - EDUCADOR SOCIAL.

1. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA 1.1. A Avaliação Psicológica será aplicada às funções acima, desde que o candidato obtenha nota igual ou superior a 2 (dois) na prova teórica/objetiva. **1.2.** O candidato deverá se apresentar em local e horário previstos no **ANEXO XXIII,** portando documento de identificação com foto. **1.3.** A Avaliação Psicológica, para fins de seleção de candidatos, é um processo sistemático de levantamento e síntese de informações, com base em procedimentos científicos que permitam identificar aspectos psicológicos do candidato compatíveis com o desempenho das atividades e

perfil psicológico para desempenho da função pretendida. **1.4.** O Exame Psicológico será realizado por profissionais da área de psicologia, regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia (CRP), cujos laudos enunciarão as condições de habilitação dos candidatos. **1.5.** A Avaliação Psicológica será realizada conforme as normas em vigor do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e nela serão utilizados instrumentos definidos a partir dos perfis psicológicos ocupacionais, baseados nas atribuições e atividades das funções a serem exercidas. **1.6.** Os requisitos mínimos, em termos quantitativos, serão o nível médio, quando comparados à amostra da população em geral, no que se refere às características do perfil profissiográfico: **Ø** Atenção e concentração; **Ø** Raciocínio Geral: capacidade para resolver problemas novos, relacionar ideias, induzir conceitos abstratos e compreender implicações; **Ø** Velocidade de processamento: capacidade de manter a atenção e realizar atividades simples; **Ø** Controle e tolerância ao estresse; **Ø** Representação de si, dos outros e de relacionamentos de maneira realista, lógica e benigna; **Ø** Pensamento lógico, coerente e flexível; **Ø** Capacidade para perceber os fatos de modo objetivo e adequado, com poucas distorções subjetivas; **Ø** Controle e adequação das expressões emocionais; **Ø** Ausência de indicativos de depressão; **Ø** Interesse pelas pessoas; **Ø** Boa compreensão das situações; **Ø** Ausência de indicadores de transtornos mentais e comportamentais; e **Ø** Capacidade de comunicação verbal e escrita. **1.7.** Serão incluídos nos instrumentos de avaliação, técnicas capazes de aferir minimamente habilidades específicas para o exercício da função concorrida e características de personalidade, por meio de métodos e técnicas psicológicas que contemplem as atribuições e as responsabilidades das funções. Primar-se-á pela identificação das características psicológicas necessárias e a identificação de características restritivas e/ou impeditivas para o desempenho da função. Serão utilizados testes psicológicos, além de entrevistas individuais. **1.8.** As habilidades e aptidões específicas referem-se à capacidade potencial do indivíduo para realizar tipos específicos de atividades relativas à função concorrida. **1.9.** O resultado não terá nenhuma expressão numérica, sendo que o parecer constará como "**APTO**" ou "**INAPTO**" para a função. **1.9.1.** O candidato será considerado APTO ao atender as condições adequadas à função, conforme os critérios já referidos neste Edital. **1.9.2.** O candidato considerado INAPTO será eliminado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022. **1.9.3.** Ser considerado INAPTO na Avaliação Psicológica não significará necessariamente a existência de transtornos cognitivos e/ou comportamentais, evidenciando apenas que o candidato não atendeu, no momento da avaliação, aos requisitos exigidos para o exercício da função para a qual concorreu. **1.9.4.** O não comparecimento do candidato em qualquer das etapas da Avaliação Psicológica (Teste Psicológico, Dinâmica de Grupo e Entrevista Individual), no dia, local e horário previstos no **ANEXOS XXIII deste Edital, por qualquer que seja o motivo, caracteriza desistência, culminando com sua eliminação do certame. 1.9.5.** Verificado que o candidato não possui condições físicas ou emocionais para a realização da Avaliação Psicológica, de forma a colocar em risco tanto equipamentos utilizados quanto a integridade física das pessoas envolvidas, poderá ser determinada a imediata interrupção da avaliação. **1.9.6.** Será eliminado deste Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 o candidato que: **1.9.6.1.** Comportar-se de forma descortês para com qualquer dos profissionais da área de psicologia, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes. **1.9.6.2.** For surpreendido, em ato flagrante, utilizando-se de equipamentos não permitidos durante a realização do Exame Psicológico. **1.9.6.3.** Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, durante sua realização. **2. DA ENTREVISTA DEVOLUTIVA: 2.1.** A publicação do resultado da Avaliação Psicológica será feita por meio de relação nominal, por Edital, constando os candidatos APTOS e, para os candidatos considerados INAPTOS, o resultado será comunicado por *email* pessoal do candidato. **2.2.** Será facultado ao candidato que receber parecer INAPTO, e somente a este, conhecer o resultado da sua Avaliação Psicológica, mediante Entrevista Devolutiva. **2.3.** A Entrevista de Devolução tem por objetivo detalhar os resultados obtidos na Avaliação Psicológica, não se revestindo com caráter de reaplicação ou de reavaliação do Exame Psicológico. **2.4.** A Entrevista de Devolução será exclusivamente de caráter informativo, não sendo considerada como recurso. As informações técnicas relativas ao perfil só poderão ser discutidas com o psicólogo contratado pelo candidato. Caso o candidato compareça sozinho à sessão de conhecimento das razões, tais aspectos técnicos não serão discutidos, bem como não será permitido o acesso aos testes realizados. **2.5.** Na Entrevista de Devolução o candidato deverá comparecer no dia e horário agendados, onde será aguardado pelo período máximo de 15 (quinze) minutos (tolerância). **2.6.** O não comparecimento resultará no reconhecimento da desistência do candidato à Entrevista de Devolução, não mais podendo alegar desconhecimento ou interpor qualquer justificativa quanto ao eventual atraso à sessão, sendo vedado novo agendamento.

==========

==========

ANEXO XXIII - CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO				
ETAPA	**DIA**	**HORÁRIO (HRS)**	**LOCAL**	**OBSERVAÇÕES**
EDITAL DE ABERTURA	08/11/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	Os prazos contarão a partir da publicação no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/
RECURSOS CONTRA EDITAL DE ABERTURA	De 08/11/2022 a 09/11/2022	Das 13 às 17 horas	Sede da Secretaria de Educação; Subprefeitura de Espigão do Leste; Escola de Pontinópolis/Sede; ou Pelo *email* prefeituras-fa2017@gmail.com	Conforme Formulário ANEXO XIV
ENVIO AO APLIC	De 10/11/2022 a 10/11/2022	Das 12 às 18 horas	Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia	ETAPA INTERNA
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O EDITAL DE ABERTURA	De 11/11/2022 a 14/11/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
INSCRIÇÕES e ENTREGA DE TÍTULOS (No Ato da Inscrição)	De 23/11/2022 a 01/12/2022, exceto sábado e domingo	Das 14h00min às 19h00min	Sede da Prefeitura (Paço Municipal)	Apresentar cópia LEGÍVEL da Identidade e CPF Se for por procuração, apresentar cópia LEGÍVEL da Identidade e CPF do Candidato, do Procurador e do Instrumento de Procuração
		Das 08h00min às 12h00min	Escola Alberto Nunes da Silveira/ Sede – Espigão do Leste	
		Das 08h00min às 12h00min	Escola de Pontinópolis/Sede	
DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO HOMOLOGADA DOS CANDIDATOS INSCRITOS	06/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br;	Os prazos contarão a partir da publicação no Jornal da AMM, no

			e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	*site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/
RECURSOS CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	06/12/2022 a 07/12/2022	Das 08h00min às 13h00min	Sede da Prefeitura (Paço Municipal); Subprefeitura de Espigão do Leste; Escola de Pontinópolis/Sede; ou Pelo *email* prefeituras-fa2017@gmail.com	De acordo com o ANEXO XV
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA AS INSCRIÇÕES E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES; DIVULGAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS APÓS RECURSOS; DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS	08/12/2022 a 09/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	Os prazos contarão a partir da publicação no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/
REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS e REDAÇÃO	11/12/2022	Das 08:00 às 12:00 horas	Sede do Município (A ser definida em edital posterior) Escola Alberto Nunes da Silveira, no Distrito de Espigão do Leste (Baianos)	As provas objetivas serão aplicadas nos dois locais, em horário simultâneo.
GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	13/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	Os prazos contarão a partir da publicação no Jornal da AMM, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/
RECURSOS CONTRA O GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	13/12/2022 a 14/12/2022	Das 08h00min às 13h00min	Sede da Prefeitura (Paço Municipal); Subprefeitura de Espigão do Leste; Escola de Pontinópolis/Sede; ou Pelo *email* prefeituras-fa2017@gmail.com	De acordo com o ANEXO XVI
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS	16/12/2022 a 19/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS	21/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
RECURSOS CONTRA A RELAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS	21/12/2022 a 22/12/2022	Das 08h00min às 13h00min	Sede da Prefeitura (Paço Municipal); Subprefeitura de Espigão do Leste; Escola de Pontinópolis/Sede; ou Pelo *email* prefeituras-fa2017@gmail.com	De acordo com o ANEXO XVII
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA A RELAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS	28/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL PARA AS FUNÇÕES QUE TERÃO PROVA PRÁTICA ou AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, E RESULTADO DEFINITIVO PARA AS DEMAIS FUNÇÕES.	29/12/2022	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DIVULGAÇÃO DO LOCAL E HORÁRIO DE APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	10/01/2023	-----	A SER DEFINIDO	
APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	15/01/2023	Das 08h00min às 18h00min	A SER DEFINIDO	
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	17/01/2023	Tempo integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	17/01/2023 e 18/01/2023	Das 08h00min às 13h00min	Sede da Prefeitura (Paço Municipal); Subprefeitura de Espigão do Leste; Escola de Pontinópolis/Sede; ou Pelo *email* prefeituras-fa2017@gmail.com	De acordo com o ANEXO XVIII
RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	19/01/2023 e 20/01/2023	Tempo integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	25/01/2023	Tempo integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	25 a 26/01/2023	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
INÍCIO DAS CONVOCAÇÕES DOS APROVADOS e/ou CLASSIFICADOS	A partir da homologação, conforme necessidade da Administração	Tempo Integral	Mural; *Site* www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br; e *Site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/	
INÍCIO DAS CONTRATAÇÕES	A partir da homologação e convocações, conforme necessidade da Administração	Das 08h00min às 13h00min horas	Assessoria Geral de Recursos Humanos (RH), na Sede da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT	Apresentar **TODOS OS DOCUMENTOS** previstos no item 11 e seus subitens do Edital de Abertura e alterações nos Editais Complementares

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2022 ADESÃO Nº 023/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2022

ADESÃO Nº 023/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2022

Objeto: ADESÃO "CARONA" À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2021, RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/20212, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2021, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CNPJ 04.199.966/0001-50, OBJETIVANDO A

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA.

Empresa: JONATHAN SILVA LUZ - ME.

CNPJ: 30.709.546/0001-87.

Avenida Prefeito Valdemir Antônio da Silva, 58, Centro.

CEP: 78.674-000 – Novo Santo Antônio – Mato Grosso.

TEL.: (66) 98402-9167.

E-MAIL.: help_comercio@hotmail.com.

São Félix do Araguaia – MT, em 03 de novembro de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 038/2022

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 038/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2022.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de ***Pregão Presencial SRP nº. 038/2022****. O critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.* **OBJETO: PREGAO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, RECURSO PRÓPRIO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA EDITAL E DEMAIS ANEXOS INTEGRANTE DO PROCESSO.** Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as **09h00min do dia 23 de NOVEMBRO de 2022,** na Avenida Araguaia nº. 248, no Paço Municipal. A sessão terá início às 09h00min, (horário Oficial de Brasília-DF), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/**ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min às 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Sr. JEAN FLÁVIO.

São Félix do Araguaia – MT, em 07 de novembro de 2022.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial.

Port. nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº124/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº124/2021–CELEBRADO EM 03 DE NOVEMBRO DE 2021, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E ADAUTO DE ARAUJO FILHO,As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente termo aditivo consiste em:

1.1.2 Prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, em conformidade com a Cláusula Segunda do referido Contrato,de acordo com edital do processo seletivo 03/2021, que passará a ser até 03 de novembro de 2023.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

02.02-Prefeitura Municipal de São José do Povo

020208-Secretaria de Agricultura, Meio Amb. E Desenvolvimento Rural

20.606.9010.2043.0000-Manter as Atividades da Secretaria

31.90.11.00-Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

3.1 A publicação resumida deste instrumento será efetivada pelo município, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial da AMM/MT.

4. CLÁUSULA QUARTA – DEMAIS INFORMAÇÕES

4.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito, e, por estarem juntos e contratados, assinam as partes do presente, 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias do presente instrumento.

São José do Povo – MT, 01 de novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS (MODALIDADE PCD) DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS (MODALIDADE PcD) DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 513 de 17 de agosto de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados a **PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS (MODALIDADE PcD) DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme abaixo:

004 - 004 - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**
1508	JORGE LUIZ DE OLIVEIRA FILHO	27/12/1994
743	WESLEY CABRAL TEIXEIRA	28/02/1988
006 - 006 - ENGENHEIRO CIVIL - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1381	LUMA MACEDO MALLMANN GONÇALVES	20/04/1994
008 - 008 - MONITOR I - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
2033	MARLON EDUARDO PEREIRA BRITO	02/02/2000
013 - 013 - PROFESSOR (ÁREA DE ATUAÇÃO ZONA URBANA) - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
983	BRUNA FIORI	14/04/1993
538	DAMIANA FERNANDES COSTA	27/07/1984
15	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	17/09/1976
41	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1986
015 - 015 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
774	ANGELO MAXIMO DE ALMEIDA CAMPOS	04/11/1980
016 - 016 - PROCURADOR JURÍDICO - CAMARA MUNICIPAL - CÂMARA MUNICIPAL		
1773	KAREL CRUZ AMÉRICO	10/09/1991

017 - 017 - CONTROLADOR INTERNO - CÂMARA MUNICIPAL - CÂMARA MUNICIPAL		
174	JESSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	15/06/1984
018 - 018 - COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL - CÂMARA MUNICIPAL		
42	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1986

São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N° 022/2022.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO 2º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL REFERENTE AOS MESES DE MAIO A AGOSTO 2022.

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem a Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92;

Considerando a reunião com a Comissão Permanente de Planejamento e Gestão e de Orçamento e Finançasdo Conselho Municipal de Saúde que analisou e deliberou a aprovação na data de 31 de Outubro de 2022.

Considerando a artigo 36, parágrafo 5º da lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012

RESOLVE:

Art.1° Aprovar o **2º Relatório Quadrimestral referente aos meses de Maio a Agosto de 2022**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Rio Claro-MT, 07 de novembro de 2022.

GEDEÃO CARVALHO DA SILVA

Presidente do CMS

Homologo: **CLEIDE MARIA ANZIL**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 513 de 17 de agosto de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados a **PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme abaixo:

001 - 001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**NASC.**
1899	ADENILDA POLAS DE CAMPOS	21/01/1989
681	ADRIANA CASALI RODRIGUES	21/04/1996
507	ADRIANA PROCESSO OLLER	20/01/1973
912	ALESSANDRA NASCIMENTO TOMAZ	04/07/2003
760	ALICE DOS SANTOS CANUTO	06/09/1992
838	ALINE RAQUEL ALMEIDA	18/01/2000
1874	AMANDA KELLI DE PAULA NEUHAUS	30/03/2001
105	ANA CAROLINA DE JESUS NASCIMENTO	21/10/1996
2257	ANA GABRIELA BRUNO GARCIA	18/03/2001
435	ANA KARLA MARTINS SOUZA	14/08/1999
48	ANA KAROLINE DA SILVA JACINTO	23/11/1999
322	ANA PAULA FRANÇA CAMARGO	10/05/1993
920	ANDREIA AVELINA COSTA SOARES	31/01/1987
1532	ANDREIA REGINA BONINE	18/10/1982
550	ANDRIELLY CRISTINA RAMOS ORLANDO	27/08/1996
495	ANGELICA CRISTINA PIRES DE OLIVEIRA	20/02/1992
1403	APARECIDO DA SILVA	30/11/1981
718	APOLIANA DIAS CAETANO	20/01/1992
444	ASSISANE SOUSA DOS SANTOS	25/12/1988
1307	BÁRBARA DOS SANTOS TIMÓTEO	28/12/2003
591	BIANCA MAIA SANTOS	10/10/2005
87	BYATRIZ THALITA DOS SANTOS FREITAS	11/06/1998
1810	CAMILA ADRIANA QUAGLIO	11/04/2002
626	CAMILA DE PAULA FONTANA	24/02/2004
540	CARLA DA COSTA MARQUES	05/09/1982
726	CAROLINE NASCIMENTO DE ALMEIDA	25/04/2001
1536	CÁSSIA STEFANY SANTOS DOS SANTOS	14/11/2003
2252	CHIRLEI MAZUCHINI	20/06/1975
264	DAIANE FERREIRA DA SILVA	07/03/1997
8	DAIANE TELES DOS SANTOS	20/01/1991
351	DANIELE DE ARAUJO PAULO	10/06/1994
1544	DANIKELLY LOPES DO AMARAL CELESTINO	07/04/1996
1440	DANTIELI FERNANDA DA SILVA	28/06/1995
1298	DAYANNY SALVADEGO SCUDELER	25/09/1988
436	DÉBORA FERREIRA DA SILVA	20/06/1987
641	DEBORA VANESSA MULLER CHAVES	21/08/1995
1856	DEJALMA JUNIOR SATEL LEAL	23/09/2005
1990	DIENICA PEREIRA DOS SANTOS	04/08/1993
1422	ELENICE SOUZA ROCHA XAVIER	08/12/1992
79	ELISANGELA PATRICIA DOS SANTOS	07/12/1998
568	EMILY EDUARDA LINHAR VELOSO	02/02/1999
389	ERICK FERREIRA DA SILVA	15/02/2002
250	EUQUIMONY NATALIS NEVES	19/11/1995
56	FABIANA RIBEIRO SILVA	22/09/1984
1277	FERNANDA FRANCISCA GOUVEIA DOS SANTOS	21/01/2004
2146	FRANCIELI SANTANA GARCIA	03/10/1994
1669	FRANCISCA EDINALDA FREIRE	21/01/1983
1377	GABRIELLY ROCHA SANTOS	07/09/2003
1327	GABRIELY TAVARES FIALHO	10/12/2002

2197	GEOVANIA DE CARVALHO	17/04/2003
542	GISLAINE GOMES DA SILVA MIRANDA	04/10/1995
1743	GLEICIELI SILVA BARBOZA	14/05/2000
1521	HILDEVAM JÚNIOR LIMA SILVA	31/08/2004
350	IAGO ISAAC LIMA FISCHER	08/02/1998
877	IZADORA HELENA OLER GAROFOLO	19/11/2001
898	JACIRLEIDE GOMES DO NASCIMENTO	05/08/2000
859	JANDREIA ANDERSON ROSAS SANDIM	14/05/1996
813	JEFERSON LORRAN SILVA	23/02/2005
2	JÉSSICA CELIANI ARAÚJO SAIA	03/02/1991
1787	JESSICA MOREIRA DOS SANTOS	01/10/1989
948	JESSICA RODRIGUES COSTA	21/09/1990
970	JESSIKA SALES GOMES	20/06/1998
1141	JOAO VICTOR MOREIRA CARAO	18/10/1999
834	JOCIANE DE OLIVEIRA MOURAO	29/08/1997
314	JOILSON BENEDITO DA SILVA	01/05/1987
805	JORDIANA LIMA DA SILVA	07/01/1992
1355	JOSE PEDRO DA SILVA CARDOSO	19/08/1991
1350	JOSSUAN JOSÉ DA SILVA	11/02/2005
772	JULIANNE COSME DOS SANTOS SILVA	06/03/2022
44	KALITA BEATRIZ SATEL DE SOUZA	23/02/1995
1831	KAMILLA BARBOSA LISBOA	12/11/1995
788	KAMYLA GONÇALVES DE LIMA	23/12/1996
1468	KARINA CARNAVALI GONÇALES	16/08/1993
673	KAROLINE FERNANDA RAMOS	25/04/1995
1566	KARY DOMINGUES PEREIRA	19/01/2004
179	KATHIANE DA SILVA	14/02/1987
994	KELLCY LORRAINE FERREIRA SILVA	03/09/1999
613	KELYN OLIVEIRA KARSTEN	29/07/1986
1124	KENIA JAQUELINE DE SOUZA	25/03/1985
122	KEVILIN MOREIRA TAMBALO	06/12/2000
695	LAÍS FERREIRA DOS SANTOS	02/03/2001
1737	LAUDICÉIA MACEDO GOMES	05/02/1978
906	LÁYSA MYLENE PEREIRA MORAIS	02/04/2003
1286	LÉIA RAMOS SANTOS	30/06/1991
717	LEIDIANE PEREIRA DE SOUZA COSTA	13/05/1989
176	LETICIA GABRIELA SANTOS ADAO	05/05/2000
409	LETICIA GADEIA RIBEIRO	08/01/1996
237	LETICIA MEDEIROS ALVES	23/12/1999
259	LETICIA SOARES KUHN	05/12/1995
212	LOISIANE BENITEZ VIEIRA	20/07/1998
812	LUCAS ALBERTO DE SALES SANTOS	27/10/2001
235	LUCAS ANTUNES FERREIRA JUNIOR	23/05/1999
1653	LUCAS EDUARDO RAMIRES SEABRA	10/09/2002
1576	LUCAS GABRIEL OLIVEIRA FERREIRA	23/05/2003
2311	LUCAS SANTOS ARAÚJO	21/03/2005
1319	LUCIANA CARRILHO MARTINEZ	17/08/1975
853	LUCIANA DA SILVA PEREIRA	23/06/1988
309	LUCILEIA ROCHA DOS SANTOS	29/07/1986
81	LUCIMAR COSTA	07/03/1980
1278	LUCIMARA BARBOSA SANTANA	03/07/1996
1927	LUIZ ANTONY BORSATO FROIO	21/05/1993
458	LUZIA JESSIKA FERREIRA DE OLIVEIRA	28/06/2004
306	LUZIANE SOUZA SANTOS	13/12/2001
499	MARCIO MORAES DA SILVA	21/07/1995
419	MARIA BEZERRA DAS CHAGAS DE OLIVEIRA	12/11/1990
1090	MARIA GABRIELA SANTIAGO HENRIQUE	31/03/1996
241	MARIA JOSÉ MELO DA SILVA OCANHA	04/06/1992
541	MARIA LUISA CAMPOS ZANCAM	19/11/2002
1628	MARIA NAYLLA RODRIGUES SILVA	17/10/2003
155	MARIANA ROSA MARTINS	31/05/2001
2270	MARIANA RUSU DOS REIS	08/10/1990
1520	MARIANE ALVES DO NASCIMENTO	15/09/2001
1140	MICHELE APARECIDA DA SILVA SALMAZO	09/01/1989
223	MIKAELA MARTINS RIBEIRO	19/12/2002
686	NATHALIA DANTAS DA SILVA	25/08/2002
92	NAYARA KAIZE DO CARMO SANTOS ANDRADE	29/10/1992
1248	NEISEANE SILVA COSTA	06/02/1996
482	NELSON ALVES DA SILVA	24/04/1980
2107	PALLOMA MURAD DA SILVA	04/01/1996
1119	PAULA MAYARA DA SILVA	30/12/1996
578	PEDRO CARLOS CARLETTI	13/06/2003
1461	POLIANA SAMPAIO DA SILVA RIZZATO	25/03/1990
590	RAFAEL FREITAS DA SILVA	21/01/2000
854	RAFAELLA FERNANDES DALLA VALLE	16/03/2002
213	RAIZA LIZIANE ALVES VASCONCELOS	12/12/2001
1795	RAQUEL DE MATOS BATISTA	03/06/1993
1392	RENY SILVA DA CRUZ JUNIOR	15/02/2005
586	RIAN GABRIEL HOFFIMANN	17/02/2005
992	RODRIGO DE SÁ PEREIRA	06/09/1999
234	ROMILDA DA SILVA BATISTA	18/11/1989
277	ROSANE DA CRUZ	20/06/1971
944	ROSIANE REIS DE ALMEIDA	06/01/1988
153	SAMARA LOPES DE MACEDO	31/01/1990
903	SANDRA MARIA BAGGIO	22/04/1981
177	SARA DOS SANTOS COSTA	31/10/2002
45	SARA TOMAS	16/12/2000
1212	SEBASTIANA MOURÃO DE SOUSA SILVA	20/01/1996

1860	SELMA REAL DA ROCHA	13/08/1981
28	SILMARA DE ALMEIDA BARBOSA	04/10/1996
680	SILVANIA FALCAO MEDEIROS	15/05/1985
727	SIMONI ROMÃO DE SOUZA	14/02/1999
291	SOLANGE PEDROSO DA SILVA	07/01/1987
595	SUZENAYARA RAMOS SANTOS	18/09/1995
700	TAIS VITÓRIA MELO SANTOS	08/04/2003
793	TALITA DE OLIVEIRA DULEBA DO PRADO	27/09/1990
379	THAMIRES LOPES MOREIRA	29/08/2003
697	VALDOMIRA DE ALMEIDA SANTOS	24/03/1974
1413	VANEZA DE SOUZA SILVA	05/04/1991
710	VERONICA CARVALHO SILVA	18/01/2002
1623	WALLISON BISPO DA SILVA	28/03/2005
1450	WEDERSON BRUNO ESPIRITO SANTO PEREIRA	29/01/2000
749	YAGO JERÔNIMO SOARES OLIVEIRA	05/01/2000
266	YASMIN DE ARAÚJO	16/12/1993
1428	ZENAIDE FIALI COSTA	06/04/1976
1438	ZULEIDE OLIVEIRA DA CRUZ	10/05/1982
002 - 002 - AGENTE ADMINISTRATIVO (EDUCAÇÃO) - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
926	ALECSANDRA MACHADO DA SILVA	02/09/1984
293	ALECSANDRA TAMBALO MACHADO	10/12/1999
1268	AMANDA DE SOUZA ALMEIDA OLIVEIRA	04/05/1994
1735	BRENDA KETLEY GADELHA NISER	11/10/1995
2031	CAMILI ROMAN GOMES	07/06/2004
1252	DENISE TEREZINHA RAUBER	20/08/1989
211	DORALICE DE OLIVEIRA	02/11/1975
1907	EDJANE DIAS DE SOUZA	30/05/1984
716	EDUARDO GARCIA DA COSTA	25/06/2003
88	ELIS RAQUEL DOS SANTOS	19/12/1987
1585	ERIK GABRIEL SOUZA SILVA	02/06/2004
1229	GABRIEL CARDOSO DE LIMA	05/05/2001
777	GABRIELI PONCIANO DA SILVA	19/06/2003
272	GÉSSICA SANTIAGO MACIEL	24/05/1991
608	IDAYANA BAHLS DE OLIVEIRA	08/06/1985
652	KAMILLA LAIS DA SILVA VILELA POMPILIO	02/09/1995
2057	KENEDY MARRONE ESPÍRITO SANTO SIGNATO	26/04/2004
1605	LIDIANE GOMES DE SOUZA	05/02/1991
616	MARCELO PEREIRA DA COSTA	29/09/1997
802	MARIA FERNANDA JACINTO DOS SANTOS	05/02/1999
975	MARIA NEUSA SOUZA TORRES CARVALHO	15/11/1996
467	MARLENE VIDAL DA SILVA	16/08/1978
2195	MATHEUS HENRIQUE BERTO DE LIMA	22/03/2005
294	MEIRIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS	24/12/1990
713	MICHELE FERREIRA GOUVEA	28/11/1986
2076	PALLOMA SOARES PAIVA	22/11/1992
1465	PAULA ROSA DE JESUS YAMAGUTI	19/08/1977
2268	RAFAELA KAROLINE DA SILVA	19/08/1998
1488	RAFAELLA APARECIDA MARINO DE LIMA SADOSKI	11/09/1993
216	RAIZA LIZIANE ALVES VASCONCELOS	12/12/2001
65	SUELEN SUZANE DA SILVA SOUZA	20/04/1989
1956	TALITA BERTO DOS SANTOS	25/03/1993
767	VANESSA COSTA MALAQUIAS	12/04/2000
1604	VANESSA DE OLIVEIRA ANTUNES	12/05/1993
003 - 003 - ASSISTENTE SOCIAL - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
2063	ADELAIDE DOS SANTOS DAS NEVES	06/11/1988
175	ALINE ARAUJO MARTINS	02/05/1987
702	ALINE MARTINS DE SOUZA	02/07/1988
993	ANGELA MARCIA SILVA NEVES	12/01/1982
16	BENAIA PAULA SANTOS AGUIAR	05/01/1987
1153	CÁTIA BATISTA MACHADO HURTADO	08/10/1981
1530	DÉBORA CRISTINA AIRES DE OLIVEIRA	07/03/1988
410	ELAINE MAGALHÃES DE OLIVEIRA	13/02/1991
118	ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS	02/03/1983
284	ELIZABETH NUNES DE SOUSA	05/10/1988
1077	FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DA COSTA	15/12/1996
189	LETICIA ROSSI DUARTE	25/09/1995
1965	LUCILENE DE CARVALHO SOUZA	27/04/1966
67	MARCELO ALEXANDRE MARTINS JUNIOR	06/07/2000
1767	MARCIA CRISTINA KRONBAUER	23/06/1981
1274	MARIA CLAUDIA CARDOSO	05/05/1983
82	MARIA EDUARDA LANGUIDEY PEREIRA	16/08/1999
34	MARINETE LOPES DE JESUS FERRAREZI	26/10/1966
1931	MARLEY SECHENEL PIRES BARROS	01/02/1984
602	MICHELE FERNANDA CARRILHO MARTINEZ	22/06/1983
2277	QUESIA CRISTINA SOARES ROSA	09/01/1987
2047	REVELINO CARDOSO DOS SANTOS	11/03/1973
1458	ROMILDO DAS DORES DA SILVA	31/03/1977
21	SERGIO MENEGHETTI	24/07/1967
9	SHEILA MAYRI DA SILVA WILL	17/09/1990
2256	THALIA APARECIDA MONTEIRO MILANEZ	27/11/1998
1666	VANDERLEA SANTOS	06/07/1969
302	VERA DE SOUZA BENITES	11/11/1980
1326	WELLYKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO	29/07/1989
004 - 004 - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1870	ABRAÃO OYOS CORREIA	23/04/1996
427	ADENILSON DA SILVA	22/03/1995
1928	ADENIR CRISTINA DE MOURA NUNES	15/04/1984
757	ADEVAIR CEVADA DE MORAES	13/02/1977
740	ADILSON DO PRADO LELIS	06/11/1986

1118	ADIRAN CELESTINO DA SILVA AMARAL	18/09/1996
1094	ADRIANA CRISTINA DO NASCIMENTO BRITO	15/05/1974
2096	ADRIEL PEREIRA IRINEU	04/09/1977
374	AGNALDO MIRANDA JUNIOR	23/04/1991
1948	ALEXSANDRO MENDES	16/12/1980
1288	ALYNA FERREIRA AMARAL	23/07/1983
2250	AMANDA LIBERIO DOS SANTOS POLIZZATTO	17/08/2000
1287	ANA CASSIA PIOVEZAN GOMES	09/06/1979
753	ANA PAULA LOPES DANTAS DA SILVA	19/10/1993
1099	ANA PAULA MUNHÓZ CERVANTES	18/02/1988
2279	ANDRE LUIZ PINHEIRO DE LIMA LIMA	08/06/1988
332	ANDRÉ VENICIO ARARUNA PIRES	04/06/1985
1979	ANGELA MARIA ALCANFORADO	08/08/1975
2105	ANNA KAROLINE DA SILVA BRAGATTI	23/06/1993
561	ANTONIO EDINAUDO PINHEIRO ALVES	10/11/1977
872	ANTONIO ROMAO	13/06/1982
2145	ARISVALDO SANTOS DE SOUZA	06/09/1979
1276	ARLEY CERVANTES	05/05/1968
1420	BETINA GARCEZ CIARMA	22/09/1992
1547	BIANCA MARA MOREIRA DA SILVA	15/02/1996
986	BRUNO GONÇALVES DE OLIVEIRA	01/09/2000
113	BRUNO RIBEIRO MARINS	29/08/1995
577	BRUNO VIEGAS DE OLIVEIRA	23/05/1986
1100	CARINE CANTINI LEDUR	20/04/1987
47	CARLOS EDUARDO DA SILVA	08/01/1985
2055	CAROLINE PRADO ORMOND DE BARROS MARTINHÃO	20/04/1994
1172	CINTIA MAIARA OLIVEIRA HENRIQUE	25/03/1989
1537	CLAUDEMIR JOSE DOS SANTOS	01/08/1977
557	CLAUDIELI CRISTINA SIRICO	23/10/1983
1399	CLEIDE DE LIMA SILVA	26/11/1974
2216	CLEISON GALVÃO MARTINS	27/03/1985
1683	CLEITON RAFAEL DA SILVA NERES	09/04/1999
1019	DAIANE DA SILVA MARTINS GALVAO	31/07/1989
2068	DAIANE PATUSSE MULLER	30/04/1996
539	DEBORA THALITA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA	13/09/1982
1192	DEYVID ALVES MACIEL BONFIM	16/09/1997
1492	DIEGO PARANHOS CORREIA	07/11/1992
2275	DIONES SOARES DE SOUZA	06/02/1991
2312	DULCINEIA DE SOUZA	29/11/1967
270	EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR	19/01/1987
2238	EDEMIR MARTINS FOLHA	28/04/1996
754	EDIMAR JUNIOR RAMOS DE MELO	16/04/1993
1484	EDIMILSON LOPES DE MEIRA	03/07/1987
89	EDINALVA MARIA DA SILVA	07/02/1981
741	EDNA ALVES SILVEIRA	18/03/1972
2274	EDUARDA ALICE COELHO DOS SANTOS	19/12/1996
897	EDWANDER JOSE GONCALVES PEREIRA	02/03/1986
612	ELIZAMA PEREIRA DA COSTA SILVA	23/04/1996
1580	ELIZANE SOUZA DOS SANTOS	24/09/1991
960	ELIZANGELA ROSA DE SOUZA	30/09/1988
1293	ELVIO DA CRUZ BOA SORTE	31/10/1971
879	FABRICIA CARVALHO DA SILVEIRA	27/02/1986
1685	FELIPE GLAUBER COSTA SILVA	17/09/1993
966	FRANCIELLI DE SOUZA LIM	11/06/1990
170	FRANCISCA ELIZABETE BEZERRA DOS SANTOS	22/03/1981
1911	FRANCISLENE GOMES DA CUNHA	04/10/1985
158	GABRIEL LUIZ MAGALHÃES RUPOLO	18/02/1998
26	GEOVANNA MACHADO ANTUNES	06/02/1999
1260	GLACIELI MALFATTO	10/12/1991
1060	GLAUCIA LOQUETI MAIA RIGOLIN	25/04/1986
2295	GUILHERME FONTANA SILVEIRA	19/10/1991
375	GUILHERME MATIAS MAGALHÃES	15/05/1990
1132	GUSTAVO DE PAULA CORREA	31/03/1990
888	IRANILDO DA CONCEICAO DOS SANTOS SILVA	04/01/1974
1325	ISAAC GONÇALVES ARANHA JUNIOR	13/11/1984
1692	IZAEL JUNIOR ARRUDA DE LEMOS	22/04/1994
1103	JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO	17/09/1983
1593	JAIRO RODRIGO DOS SANTOS	29/05/1989
1386	JAMERSON FERREIRA MENEZES	08/11/1989
1675	JEAN PITER AMERICANO DA SILVA	12/04/1985
138	JEFERSON DE JESUS NOVAES	22/05/1992
451	JEFERSON SILVA BRITO	21/04/1998
725	JERFFERSON CARDENETTI DA SILVA	26/04/1996
1859	JESSICA DE SOUZA SILVA	15/02/1991
2149	JESSICA FRANCISCA DA SILVA	27/01/1991
1234	JESSICA RODRIGUES GOMES	28/03/1992
205	JÉSSIKA NAYARA SILVA OLIVEIRA	08/07/1988
1496	JHONATA BONIFACIO BARBOSA	19/05/1996
1129	JOÃO PAULO HECKLER	24/11/1966
1508	JORGE LUIZ DE OLIVEIRA FILHO	27/12/1994
2282	JOSÉ DE DEUS LIMA	01/05/1963
415	JOSÉ GONÇALVES DE SÁ NETO FILHO	09/11/1984
330	JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA NETO	10/09/1977
658	JOSIANE CAMILO GOMES	01/01/1987
2179	JOSIELE PERES BOGAZ	25/10/1990
1697	JOYCE MONTEZUMA DOS SANTOS	17/12/1992
2045	JUCILEIDE PEDROZO DE BARROS	06/08/1987
1713	JUCILENE PEDROZO DE BARROS CAMARGO	19/06/1985

287	JUNIOR RAFAEL DE SOUZA	29/05/1993
403	KAREN CRISTINY DE SÁ VIDRAGO	26/06/1996
360	KASSIA LORRAINE ALVES DE SOUZA	04/11/1991
298	KÁTIA CRISTIANE THOMAS ENGEL	20/06/1978
1069	KATIANE SOUZA OLIVEIRA	04/02/1994
100	KEITY DANIELE TEIXEIRA	14/12/1980
1977	KELLY FERNANDA DE CARVALHO OURIVES	31/01/1996
746	KENEDY CRUZ LEITE	17/11/1994
1220	KLEBERTON DE SOUZA FRAGA	16/02/1994
862	KLEITON OLIVEIRA SILVA SANTOS	09/03/1986
1254	LAURO CRISTIANO CARVALHO	14/04/1979
2285	LAYSA PATRICIA PINTO RODRIGUES	08/04/1996
255	LETICIA SOARES KUHN	05/12/1995
2258	LILIANE SANTOS SANTANA	04/05/1986
679	LINDOMAR RODRIGUES	22/01/1996
1646	LORRAINE BEZERRA DE ARAUJO	15/12/1995
1242	LUANA RAFAELLI DA CRUZ PEREIRA	24/11/1993
2010	LUCAS VINICIUS GOMES	12/04/1993
93	LUCIANO ROBERTO DA SILVA	17/10/1973
1894	LUDIVANE MINUSCULI BASSO	10/09/1991
1299	LUIS ANTONIO IORIS DA ROSA	17/01/1993
1021	LUISA DO ESPIRITO SANTO DECIO	14/01/1996
1046	LUIZ FERNANDO DOS SANTOS	12/05/1989
868	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO	29/10/1987
2171	LULIANE MACHADO CARDOSO	01/01/1990
1717	MARCELO BARBOSA SALES	29/03/1994
440	MARCELO CAMPOS DE NUNES	30/06/1984
2103	MARCELO RODRIGO BRAGATTI	06/02/1993
2280	MARCUS HENRIQUE OLIVEIRA DE ARRUDA	18/09/1990
744	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/10/1999
2163	MARIA VICTÓRIA FRÓIO	10/03/2001
446	MARIANA DE OLIVEIRA BUENO FILHA	10/08/1958
32	MARIANA DE SOUZA LARA	12/03/1998
163	MAXWELL BARROS SAMPAIO	06/02/1984
1310	MAYARA LOQUETI	08/06/2000
750	MAYRA RUBIA DA SILVA	10/10/1990
1361	MAZEN ADIB NAFI	27/02/1976
1214	MEIRE REJANI DA SILVA RIZZATO	10/09/1968
1531	MICHELE CAROLINI GOMES VICENTE	11/11/1987
80	MIKAELA DIEINIFFER PEREIRA RODRIGUES	01/01/1994
295	MONIQUE CRIS DE ALMEIDA	03/06/1988
575	NATHALIE VIANA SIQUEIRA	05/03/1984
2027	NEIDE PATRICIA LEMES TSUTSUI	04/03/1978
477	NILSON PEREIRA DE SOUZA	19/01/1971
417	OCTAVIANE COSTA REGIS DE OLIVEIRA	10/12/1996
1571	ODENIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	15/01/1997
2208	ODENIR JOSE DE ARAUJO	15/02/1982
2200	OSNI RUBENS PUGA LOPES	18/06/1972
422	PAMELLA SJYDLOVSKI	29/10/1993
473	PATRICIA DO AMARAL VIANA	01/02/1978
1958	PATRÍCIA SOARES NASCIMENTO	27/05/1986
2100	PAULA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA	15/05/1987
396	PAULO GIOVANNI TAQUES DE OLIVEIRA GOMES	11/01/1992
2143	PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA	22/01/1988
299	PAULO RICARDO CONDI	14/05/1987
3	PAULO ROBERTO DE ARRUDA	07/06/1978
551	PEDRO HENRIQUE GONÇALVES MARQUES DE SOUZA	27/01/1996
348	POLIANA AMORIM FERREIRA	05/05/1994
2239	POLLIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA	31/12/1978
1908	RAFAEL BARCELO DE SOUZA FALLEIROS	01/11/1985
200	RAFAEL DE FARIA MENDES	01/07/1987
1408	RAIR RODRIGUES DA SILVA	14/09/1992
144	RAIZA RODRIGUES DA SILVA	31/05/1995
836	RAQUEL CAROLINE STOLL	13/03/1999
481	REGIANE VIEIRA GOMES	12/07/1977
1369	REGINALDO JOSE PIRES	31/03/1976
387	RENAN DE CEZARI MEDINA	12/12/1995
1376	RENATO CORTES DOS SANTOS	21/05/1989
199	RICARDO FERNANDES	02/02/1964
1382	RODOLFO LEITE DA COSTA	21/01/1982
2187	RODRIGO MEIRA DE OLIVEIRA	09/05/1955
2123	RODRIGO MONTEIRO DE ASSUNÇÃO	16/05/1990
2201	ROGERIO CHAPADENSE LIBERALESSO	23/08/1979
2272	RONALDO MARTINS DE AMORIM	10/09/1970
2154	RONDINELI DE SOUZA CHAVES	01/08/1995
1951	ROSANGELA PASCOATO	26/01/1985
214	SABRINA BIANCA MOTA LIMA	18/04/1995
938	SAMUEL BERNARDO SILVA BORGES	10/11/1996
2166	SANDRELY UGULINO CARDOSO	08/03/1998
649	SARAH FURTADO SANTANA	19/11/1997
1314	SEBASTIANA MARTINS DOS SANTOS	18/02/1987
1642	SEBASTIAO DORNELLAS LUQUE	02/09/1960
1126	SERGIO ROGERIO BERNARDI	01/10/1991
607	SIMONE DA SILVA SANTOS	27/12/1991
1753	STEPHANI BURALI GARCIA	04/07/1993
1291	TAIZ GOMES DE OLIVEIRA	05/09/1997
131	TAUANY JACKELINE MONTEIRO MASS	17/03/1998
1924	TAYNÁ LEAL DA SILVA	09/10/1997

288	THAIENDY MARQUES	26/10/1995
529	THAIS NAUE BERNARDI	05/02/1995
468	THAYNA DE SOUZA PADILHA DA COSTA	10/06/1999
2090	UELITON ROSA DOS SANTOS	19/09/1985
779	VERA LUCIA KOYAMA FLORES	23/08/1987
501	VERONICA DE ASSIS GORI	22/08/1997
1769	VICTOR DAVID SILVA FRANÇA	08/06/2000
958	VICTOR HUGO DA FONSECA	07/07/1987
769	VIVIANE RIBEIRO RAMIRES	26/03/1980
655	WALLISON DE SOUZA SILVA	24/03/2001
995	WANESSA TEIXEIRA DA SILVA	20/10/1981
1527	WANESSSA FERREIRA DE NASCIMENTO	03/06/1983
1579	WASHINGTON FABRICIO MARTINS	03/08/1984
328	WELITA SILVEIRA SOUZA	05/04/1996
305	WELLEN KAYZI MORAES DE ALMEIDA E SILVA	23/11/1995
743	WESLEY CABRAL TEIXEIRA	28/02/1988
1383	WILLIAN SANTOS DE OLIVEIRA	26/01/1998
1972	YASMIM DE FREITAS BERGER	06/09/1994
006 - 006 - ENGENHEIRO CIVIL - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1167	ALBERTO LUZ DE ARAÚJO JUNIOR	27/03/1990
1223	ALESSANDO FERREIRA ARRUDA	22/05/1990
2136	ALINE DA SILVA NASCIMENTO	29/03/1998
2160	ALINE PARANHOS CORREIA	04/05/1999
1752	ALINE SPRICIGO DA SILVA	24/06/1999
2072	ANDERSON LUIZ VERÍSSIMO	04/07/1994
547	CARLA ALVES SANTOS	10/01/1996
1772	CLAUDIR FERREIRA DUARTE	22/10/1980
1117	CLEYTON LINS PAIXAO	11/08/1998
1054	DAVI MUNARETTO	04/10/1994
1238	DIOGO RODRIGO DE CASTRO	09/07/1991
1035	DOUGLAS PEREIRA SANTOS	09/01/1992
339	DOUGLAS REIS GONÇALVES	27/05/1995
2041	EDMILSON ANTONIO ARQUAZ JUNIOR	28/10/1995
941	ELIAS FRANCO DE OLIVEIRA	07/01/1999
1709	EVERTON CHAVES PRATES DE JESUS	29/06/1994
1626	EVERTON RODRIGUES CARDOSO	29/11/1992
388	FABIANO APARECIDO LAVORATTO	03/04/1981
1962	FLAVIO AUGUSTO GOMS NETO	18/11/1993
566	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA MOTA	30/10/1975
2229	FRANCISLEY FREITAS DOS SANTOS	17/05/1982
527	GABRIEL CEZAR ALMEIDA MIRANDA DE CARVALHO	24/01/1998
2234	GEANDRA FIGUEIREDO WELTER	17/05/1992
407	GEORGE LUCAS DE ARRUDA GODOY	15/04/1993
1763	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA NASCIMENTO	05/10/1999
1723	GUSTAVO HENRIQUE NUNES	09/05/1994
861	HIGOR GUSTAVO PEREIRA DE MATTOS	14/08/1997
411	HORTÊNCIA SANTOS TEIXEIRA	20/12/1995
1448	IGOR JOSÉ NAVARINI GUYSS	22/04/1994
1996	JESSICA LAYANA CONSALTER	05/08/1992
147	JÉSSYCA MARIANA DA SILVA SOUZA	10/12/1991
1024	JHEINIFFER MICHELI SOARES SALVIAN BATISTA	11/04/1995
2181	JONAIR TARGA	10/10/1972
239	JONAS ULISSES RIBEIRO MACEDO	29/07/1983
327	JONYLSON DE OLIVEIRA MOURA	05/06/1986
1433	JOYCE RODRIGUES ALVES	18/04/1995
90	JULI VICTÓRIA ROCHA LIMA	25/07/1999
1372	KARLA SOUZA DE OLIVEIRA	17/04/1999
1862	LEONARDO ALVES CARDOSO	06/07/1998
420	LUANA FERNANDES DA PAZ	19/03/1999
488	LUCAS CALIEL ARAUJO BATISTA	20/01/1999
1217	LUCAS HENRIQUE BARBOSA VENTURIN	29/09/1996
685	LUIZ ANDRE NASCIMENTO SILVA	10/06/1997
1199	LUIZ FERNANDO SOFIATI CAÇULA	08/05/1997
2267	LUIZ PAULO MOURA COSTA	01/11/1989
1381	LUMA MACEDO MALLMANN GONÇALVES	20/04/1994
919	MARCIO HENRIQUE SANTIAGO DA SILVA	12/11/1993
1832	MARIA EDUARDA RODRIGUES VASCONCELOS	08/01/2000
424	MATHEUS FELIPE DE SOUZA E SILVA	12/04/2000
425	MATHEUS HENRIQUE DIAS SILVA	16/04/1998
262	MATHEUS HENRIQUE MORATO DE MORAES	20/02/1997
809	NATASHA BENITES PIRES	06/03/1999
660	NAYARA LORRAYNE SANTOS SILVA SOBRAL	13/08/1993
1869	NIKOLAS ALENCAR PINTO LOPES	21/04/1992
378	PATRICK DOS SANTOS E SANTOS	05/04/1997
1929	PAULO VINÍCIUS FRÓIO	11/10/1998
303	PEDRO CASTRO DE ALBUQUERQUE	10/08/1997
1439	RAIMESSON SANTANA DE ALMEIDA	05/02/1993
273	RICARDO FELIPE LANG	08/07/1991
381	RICARDO GOMES GONÇALVES	31/03/1993
818	ROMARIO AMORIM DA SILVA	15/05/1990
1309	RÔMULO AUGUSTO TEODORO	04/09/1996
2206	SARAH SCHWEIG DE MELO	01/09/1999
1068	SAULO ZANOL NOGUEIRA GARCIA	13/09/1994
1335	SUIBERTO LESSA JÚNIOR	10/06/1996
318	TALITA DOS SANTOS ROSSO	23/06/1994
1410	THAIS CAROLINE GUEDES	12/01/1995
1564	THIAGO BORGES DE ABREU	03/09/1983
007 - 007 - FISCAL DE POSTURA - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
289	AGUINALDO GONÇALVES VASCONCELOS JUNIOR	15/02/1996
2018	ALDICEZAR CALHEIRO VERIDIANO	27/03/1971

1534	ALESSANDRA DA SILVA FLORÊNCIO	11/01/1992
317	ALEX CARLOS MACIEL	24/09/1994
333	ALEX HENRIQUE DE ARRUDA	25/02/1985
2014	ANDRÉ RAFAEL MENGHI SODER	19/04/2002
2058	ANDRIELLE CORDEIRO DA SILVA	21/08/1996
1198	ANTONIA APARECIDA DE OLIVEIRA FAVA	16/04/1977
1123	ANTONIO OSMEDE SISINO DOS SANTOS	27/02/1977
1221	BAIARA REGIS DONADIA DE ANDRADE	17/03/1990
733	BRUNO DE PAULA FONTANA	06/06/1998
474	CAMILA DE OLIVEIRA ANTUNES	14/02/1995
1457	CLEBERSON RODRIGUES DA SILVA	05/07/1990
1528	CLEITON SALINO DA SILVA	18/09/1989
982	DANIEL FELIPE DA SILVA	10/10/1993
1722	DANIEL PEREIRA FREITAS	21/07/2000
567	DAYANE FONSECA CORREIA MENDES	06/10/1999
146	DAYANNE VITÓRIA SOARES DOS ANJOS	17/03/1999
974	DIOGO BARRETO VIEIRA	08/09/2003
2124	DIVA DE FÁTIMA MARIANO FERNANDO	22/04/1977
1127	EDINALDO JARDIM DE SOUZA	30/05/1976
188	EDMAURO COSTA CARDOSO	11/06/1994
1728	ELBER SANTANA BISPO	25/02/1979
583	ELDER JULIE VIEIRA DA SILVA	10/10/1983
537	ELIEL JOSE DE OLIVEIRA	20/12/1981
1659	EMILY CRISTINA SANTOS SILVA	07/08/2002
2153	EZEQUIEL ANTUNES	13/10/1987
2213	FABELIA ALVES DE SOUZA	23/01/1990
1005	GERALDO DONIZETE TOLO JUNIOR	24/11/1994
355	HENANDA APARECIDA BUENO	20/01/1988
562	ISADORA ALVES DOS SANTOS	08/11/2000
2290	IVANILDA JUSTINO DA SILVA	08/10/1982
1922	JAIRO MONASKI JUNIOR	09/05/2000
530	JEAN PITER AMERICANO DA SILVA	12/04/1985
752	JEFFERSON RIBEIRO DA SILVA	04/06/1993
2222	JOAO ADIB COSTA ALMEIDA	30/07/1998
892	JOÃO MATEUS FARIAS DE SOUZA	01/03/2002
345	JORGE ALEXANDRE FIGUEIREDO	20/08/1983
628	JOSÉ ELOI DA ROCHA NETO	05/04/1989
1935	JOSÉ INÁCIO SOBRINHO NETO	05/03/1993
1967	JOSE MESSIAS CARDOSO DA SILVA	17/12/1972
191	JOSEFA GOMES DE SOUSA	10/06/1973
2086	JOSIANI DOS SANTOS JERICO	18/03/1986
720	KARINA REIS DA SILVA	18/12/1995
7	KAUÊ JONATAS DOS SANTOS SARMENTO	12/09/2002
134	KELLY CRISTINA TEIXEIRA AMORIM	25/06/1975
1003	KELLYTA JULIANY MOREIRA MELO	05/08/2001
889	LIONORA VANIA FERREIRA	30/05/1980
638	LUIZ FELLIPE GUEDES DA FONSECA	16/01/1991
2093	MARCELO IZAIAS	28/03/1983
2305	MARCILENE DA SILVA	08/10/1970
1517	MARIA EDUARDA LANDINA BERNARDELLI	13/06/2001
139	MICHAEL DOUGLAS NUNES SILVA	06/03/1999
2296	ODAIR JOSÉ DE ARAÚJO	13/07/1989
2112	PAOLA KAROLAINE BARBOSA VIDEIRA	24/07/1999
636	RADIANE PEREIRA MIRANDA	22/02/1991
2081	RAFAEL AUGUSTO BIRNFELD	06/01/1992
869	RAFAELLA SAMBUGARI MARTINS	02/10/2000
129	REGIANE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA	20/07/1981
781	RENATA FERREIRA DE ALMEIDA	22/02/1985
434	RENATA SILVA ORTES	24/09/1984
1193	ROBSON DOS SANTOS ARRUDA	06/03/2022
1840	RODRIGO MEIRA DUARTE DE OLIVEIRA	24/04/2000
2038	ROGÉRIO CARDOSO DA SILVA	27/07/1981
236	ROSANA RAFAEL MOREIRA CARÃO	13/09/1980
1880	SILVANA BRUM DE ALMEIDA	14/05/1989
811	STEFHANI SHIRLEY SATTLER SILVA	23/10/1998
2070	SUZANY RODRIGUES DE ABREU	10/02/1997
840	TAILAN MOREIRA MARTINS	03/09/1995
1062	VANESSA RIBEIRO GONÇALVES	28/12/2000
1707	VINICIUS GABRIEL MARTINEZ COSTA	16/06/2003
632	VITÓRIA MARTINEZ SILVA	23/06/2002
676	WANDERLEY SIMÃO DE SOUZA SARDANHA	24/04/1986
1157	WELIGNTON FRANCISCO SIQUEIRA	23/09/2003
569	WELINTON COSTA TAMBALO	13/12/1999
2230	WELLINGTON DOS SANTOS HONORATO	23/11/1987
584	WIGNER CAMILO BORGES	07/06/1995
183	WILLIAM SANTANA SILVA	22/10/1994
008 - 008 - MONITOR I - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
66	ALCINDO GUSMÃO DE LARA	10/12/1965
1554	ANA PAULA DA SILVA	11/08/1990
1681	ANA PAULA PATRÍCIA DA SILVA	10/06/1995
1245	ANALIZE HELENA GRINGS	06/12/1982
1279	ANTONIA DOS SANTOS DE SA RIBEIRO	13/06/1971
1280	ANTONIA GONÇALINO MOURA RIBEIRO	31/01/1966
373	CÉLIA CRISTINA MOREIRA BARBOSA	11/03/1981
1482	CLAUDIANE DA CONCEIÇÃO SILVA	02/02/1991
85	CLAUDINEIA DA SILVA RODRIGUES	15/08/1990
914	DANIELA RODRIGUES DA SILVA	30/05/1997
116	DELICE OLIVEIRA TEIXEIRA	10/04/1955
380	ELAINE DE FÁTIMA LOPES	02/02/1985

2329	ELLEN GEYZE TELES DOMINGOS	19/06/1997
1317	ESTER HELENA NASCIMENTO SIQUEIRA SILVA	11/05/1987
319	GISELE ADORNO DE OLIVEIRA RAMOS	30/08/1986
1595	JANAINA TAVARES PAIVA	04/03/1992
336	JANDIRA CORREA PEREIRA	18/08/1962
268	JESSICA MARIA BISPO	25/12/1990
706	JESSICA MARTINS MACHADO	09/01/1992
810	JOELMA VIEIRA	30/08/1979
261	JOSOELMA PARANHOS DA SILVA	10/12/1982
125	JUÇARA ROSALVA DA SILVA	28/07/1982
342	KLEICIANI TEODORO VIDAL	23/11/1998
23	LEDIANE DE OLIVEIRA NUNES	15/02/1985
1915	LUDIMILA FERREIRA DE CAMPOS	07/03/1998
634	MARIA DE LOURDES DA CUNHA RODRIGUES	25/12/1974
438	MARIA DOS REIS ALVES DA SILVA	06/01/1991
1259	MARIA HELOISA LOPES SANTOS	10/07/2003
1591	MARIA JOSE SILVA NUNES	31/05/1990
2148	MARINA SILVA DO NASCIMENTO	27/09/1984
217	MARIZA SOARES DE SOUZA	07/02/1985
2033	MARLON EDUARDO PEREIRA BRITO	02/02/2000
17	NATASHA DANTAS DA SILVA	29/03/2004
639	NEIDE PIMPÃO	28/07/1977
24	POLYANA GOMES DA SILVA	07/05/1993
346	RENILDE DE MATOS TORRES SILVA	01/12/1982
121	RONDINEIA BATISTA DE SOUZA	21/09/1982
654	ROSILDA SOARES	29/07/1967
523	ROSIMERI ALVES PEREIRA	07/04/1974
460	SINTIA CAROLINA ALVES COSTA	24/10/1992
136	TATIANE DE SOUZA	26/02/1991
311	THAYNA RODRIGUES GARCIA	13/11/1998
2074	VALCINETE APARECIDA SOFIATI CAÇULA	25/06/1968
1897	VANESSA CRISTINA SANTOS OLIVEIRA	12/07/1989
1999	VANESSA DOS SANTOS FREITAS	29/04/1991
447	VITORIA GABRIELA COSTA DO NASCIMENTO	31/03/2000
009 - 009 - MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1374	ABEL PEREIRA ROCHA	23/03/1965
1255	ALMIR RIBEIRO CAVALCANTE	18/12/1987
1406	AMARO PRAXEDES DIONIZIO FILHO	25/08/1962
1740	AMAURI ANTONIO PINTO	06/07/1983
971	ANDERSON DIAS MOTA	14/03/1992
1586	ANDERSON HUBNER	13/09/1983
1348	ANTONIO SILVANO PEREIRA DE SOUZA	05/10/1989
604	CILAS FERNANDES DA SILVA	19/12/1979
1261	CLAUDINEI FELIX DA SILVA	22/06/1977
1540	EDMILSON BENEDITO VENTURA	23/12/1982
2264	EVERSON DOS SANTOS DA SILVA	06/06/1989
1437	FELIPE DE ARAUJO CARDOSO	07/04/1994
178	GENESES DANIEL MIRANDA DE CARVALHO	20/12/1990
1786	GILSON MACEDO DE OLIVEIRA	28/10/1980
1704	JENEIS NASCIMENTO DE LEMOS	21/01/1973
1426	JHONY BRITO ROMEIRO	20/12/1996
1427	JOÃO CAETANO ROMEIRO	06/05/1969
2042	JOSIMAR BEZERRA DA SILVA	11/07/1987
860	JOSIVALDO MENDES DOS SANTOS	16/02/1990
1149	LEANDRO MARQUES AYELLO	22/08/1985
820	LETICIA ADRIANA GENEROSO DOS SANTOS	11/11/1979
1712	LUCAS MORAIS BANDEIRA	18/04/1994
429	MARCELO DA CRUZ RODRIGUES	26/11/1981
1684	MARCELO FRANCELINO DA SILVA	23/12/1982
884	NAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS	20/09/1995
1012	NORALDINO OLIVEIRA LIMA GONZALEZ	18/10/1982
1589	OSNI BRITO NUNES	27/06/1985
2054	SANTANA PEREIRA DE LOYOLA	09/12/1979
2236	TIAGO AMÂNCIO DE SOUZA	20/07/1989
1164	WESLEY FERREIRA GARCIA	08/06/1987
010 - 010 - MOTORISTA - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
391	ADAILTON ALVES MOREIRA	27/12/1980
310	ALEXANDRE DOS SANTOS GURGEL	08/04/1993
1574	ANA SAMARA BATISTA CUNHA LOCKS	04/12/1994
1563	ANDRE FERREIRA	01/11/1984
1434	ANGELO GUBERT DOS SANTOS	12/06/1983
1091	ANOTONIO GERMANO DE LIMA	10/11/1969
169	ANTONIO DE SOUZA AMORIM	18/01/1974
1504	ANTONIO LARA DOS SANTOS	10/12/1964
1038	ARLINDO BORDIM FILHO	09/01/1980
1814	BENEDITO SERGIO DA SILVA	01/03/1967
714	CAIO PEREIRA MANIOBO	19/08/1992
227	CARLOS CÉZAR CARVALHO DA CRUZ	29/08/1977
2007	CLEVERSON DOS SANTOS SIVA	15/12/1991
1784	CLODOALDO FILHOS	30/12/1981
1023	DALMIR MARTINS DOS SANTOS	06/12/1976
824	DARLYANE SOUZA PINTO	13/05/2003
230	DEVANICE CORRÊA PEREIRA	04/06/1982
961	EDIO RIBEIRO DIAS	06/10/1980
13	EDUARTI ROGÉRIO DA SILVA COSTA	05/11/1989
1734	EUZÉBIO DOS SANTOS OJEDA	21/10/1980
533	EZEQUIAS DA SILVA SOUZA	19/03/1990
605	GILSON MACHADO DE LARA	09/11/1990
2207	HARISSON DOS SANTOS OJEDA	16/10/1979

119	HEIDSON DE ARRUDA	25/03/1987
633	HÉLIO DA SILVA LOPES	27/10/1983
448	JOÃO PAULO OLIVEIRA DA SILVA	24/06/1984
504	JOÃO SERGIO CASTANHA	15/04/1970
2017	JORGE FRANCO PADILHA	16/05/1966
588	JOSE ALDO DA SILVA	05/08/1979
1594	JOSE FRANCIELIO DE QUEIROZ COSTA	20/11/1990
1026	JOSE REGINO DA SILVA	27/02/1968
883	JOSÉ ROBERTO GERMANO DE LIRA	13/02/2003
313	JOSIANE ALMEIDA DA SILVA	09/09/1978
2223	JOSIMAR DA LUZ	31/07/1967
2142	JOSIMAR GOMES DE SOUZA	02/03/1994
1424	JULYANA RODRIGUES GAROFOLO	12/03/2002
1565	KEONES JOSE DO ESPIRITO SANTO SIGNATO	26/08/1995
395	LEANDRO MORAIS TOMAZ	04/11/1991
2219	MARCOS SCHIMITANA	25/09/1983
1940	MAURICIO DE BARROS CAMARGO	10/11/1977
1294	MIGUEL ALEXANDRE ALMEIDA	06/05/1981
945	MOISÉS SANTOS DA SILVA	19/09/1978
704	NIELSON PEREIRA DE ALMEIDA	29/01/1980
782	PAULO PIERRETON BARROS DE LIMA	03/03/1981
2067	RODRIGO SIMÃO	14/05/1985
572	RODRIGO SOARES DE OLIVEIRA	16/01/1987
1371	ROSENILDA PEREIRA VICENTE	08/04/1987
55	SERGIO HENRIQUE DA SILVA OENNING	31/05/1994
827	SIMONE PEREIRA	07/07/1982
465	ULISSES APARECIDO GABRIEL DE FREITAS	09/04/1964
208	WANDERLEY CAMPOS PEREIRA JUNIOR	18/06/1997
1698	WELTON VIEIRA DA SILVA	24/01/1997
356	WESLEY NAIRON DE ARAÚJO BRITO	14/10/1987
1	WEVERTON LUCAS SANTOS VENANCIO	15/09/1994
011 - 011 - PROCURADOR MUNICIPAL - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1161	ADONIAS BATISTA DA SILVA	29/11/1981
1950	ADRIANA GOMES CASTANON	28/08/1975
1611	AFONSO HENRIQUE SANSÃO CORRÊA DA COSTA	04/09/1996
667	AGHATA KAUANA DOS SANTOS SOUZA	26/09/1998
603	ALAOR JUNIOR DA SILVA RONDON PEREIRA	07/01/1985
981	AMANDA ARAÚJO CAMPOS	15/09/1995
2188	ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA	09/01/1994
1901	ANDERSON VITOR LARA DE ASSIS	03/06/1993
1529	BIANCA COLUMBANO MONEZ	05/03/1999
1596	BRUNA APARECIDA DA SILVA	10/09/1988
1041	BRUNA KISSEL AMARAL	10/06/1996
1330	BRUNA MEZZADRI FACCIO	23/07/2000
622	BRUNO GOMES BARRETO	07/07/1995
671	CAMILA CAMILO DA SILVA	09/11/1996
421	CAMYLA KAROLLYNA SOUZA GAMA	16/09/1996
195	CLÁIZA AGUSTINI IMIANI	21/06/1994
1875	CRISTIANI FERNANDES	28/08/1983
2198	DANIEL PINHEIRO OLIVEIRA	11/12/1996
1341	DANIEL RIBEIRO ALENCAR	12/10/1978
1889	DANIELA GUERRIZE CONTE	18/07/1997
1884	DANIELLE SOUZA ALINO	11/11/1988
563	DEUSDETE FERNANDES DA SILVA	07/08/1992
987	DIONE RODRIGUES BUFOLLO	23/11/1987
543	DJANE ANDRADE MOTA TORRES	07/08/1986
456	EMANUEL HENRIQUE DE MOURA REIS QUEIROZ	14/11/1999
2048	ERIC CARLOS DE OLIVEIRA	25/09/1985
2097	ESTÁCIO CHAVES DE SOUZA	18/02/1992
2317	EUNICE ELISIA SILVA OLIVEIRA	28/04/1989
973	FABRÍCIO PAULINO DE FIGUEIREDO	23/04/1998
51	FAGNER DA COSTA	29/04/1990
69	FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS	12/08/1988
27	FELIPE SILVA ARAUJO	28/09/1995
1353	FRANCIELE GONCALVES DE PAULO	20/07/1997
1955	FRANCIELLI RODRIGUES PALIANO	20/10/1986
1200	GABRIELA RAMOS PARDINHO	22/12/1999
4	GEOVANY SALES DO NASCIMENTO	22/02/2000
609	GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR	04/03/1994
74	GIOVANA BUENO RIBEIRO	30/12/1998
1651	GIOVANE SILVA AMORIM	19/12/1995
1725	HEMILY FERRARI	28/04/1994
647	HUDSON ORMOND DE OLIVEIRA	17/04/1984
152	IGOR FERNANDO PORTELA SALES	06/07/1995
363	ISABELA ROCHA LIMA	03/10/2000
642	JACKELINE ARIELE RABELO ANTOSZCZYSZYN	16/02/1998
592	JADIR WILSON DA SILVA DALVI	29/01/1974
515	JANAINA TAILA MUNIZ	20/01/1991
1620	JANE STELLE BECA SANTOS	18/08/1993
2025	JHONATAN BRUSTOLIN ALVES DA SILVA	04/01/1993
589	JHONATAN MENDONÇA SANTOS	29/06/1998
1890	JOÃO MATEUS FREITAS COSTA	21/09/1996
386	JORDANE GOMES OLIVEIRA	21/06/1999
600	JOSÉ EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA	24/05/1995
2101	JULIA NATALIA ARAUJO SANTOS	04/04/1995
383	JULIA PEIXOTO DE SOUZA	13/05/1999
1301	JULIO RAPHAEL IORIS DA ROSA	04/05/1989
204	KARLA VITTÓRIA DE OLIVEIRA MAGALHÃES	10/04/2000
135	KAROLYNE LIMA SILVA	28/09/1996

132	KATIANA CORREA BAIA	21/07/1986
285	KATIANNE KYULA ALVES OLIVEIRA	17/05/1983
904	KÉLIA PIRES DA SILVA	27/10/1972
1844	LARISSA REGINA ALMEIDA	21/04/1983
630	LAUDEMIR DA SILVA SANTOS	23/02/1983
665	LIDIANE JOANA DE ALMEIDA MATOS	19/10/1988
1284	LILTON HENRIQUE SIMÕES	16/07/1985
2044	LUCAS GUILHERME DE CARVALHO GOMES	26/08/1999
1942	LUCAS MIRANDA MANZOLI	14/01/1997
2265	LUCAS VINICIUS MINETTO	03/04/1998
910	LUCAS VITORASSI	23/11/1995
984	LUCYOMAR FRANÇA NETO DA SILVA	14/03/1994
923	LUDIMILA CAROLINE MOREIRA DA SILVA	08/06/1989
1687	LUIHANA PASINATO GOMES	18/02/1991
1616	LUIS FERNANDO CORÁ MARTINS	16/02/1993
1462	LUIZA REGINA DA SILVA CORREA	20/05/1996
1178	MANOEL APARECIDO DA CRUZ FRANÇA	24/02/1978
1986	MARCELE CASTILHO DIAS	20/04/1995
253	MARCELI DE SOUZA SILVA	29/12/1987
619	MARCO ANTONIO CONFESSOR AGUINEL	05/10/1993
1394	MARCOS ANTONIO DE AMORIM FILHO	11/07/1997
762	MARIA EDUARDA MUFARDINI DE ALMEIDA	13/07/1999
1092	MARLON ALENCAR PINTO LOPES	15/01/1998
1587	MATHEUS BOZETTI LOURENÇO	16/01/1995
1639	MICHELE ACOSTA SILVA	24/01/1995
108	MICHELLE SADOVSKI BITTENCOURT	02/03/1984
1598	MILENA RONDON FREIRE DA SILVA	21/01/1989
2244	MURILO DE MOURA GONÇALVES	17/12/1989
2309	NAUMANN JOSÉ DA SILVA	15/04/1986
1624	PALOMA FABRÍCIA OLIVEIRA	03/10/1995
933	PAULO SÉRGIO COSTA JÚNIOR	11/02/1987
1249	PEDRO JOSE MUNIZ ALVES	10/01/1998
112	RAFAEL ALMEIDA MUNDIM	24/06/1983
2297	RAISSA CRISTHINE DE ALMEIDA ARAUJO	21/05/1992
1078	RAYANE CRISTINA BEATO OLIVEIRA	09/07/1998
368	REGINALDO DE SOUZA SILVA	04/04/1993
1561	REINALDO LORENÇONI FILHO	21/01/1976
635	RENAN JOAQUIM SANTOS FURTADO	21/05/1988
249	REUEL PINHO DA SILVA	18/07/1994
1110	RICARDO ARRUDA DE LEMOS	28/11/1991
755	ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA	05/04/1992
2306	ROGERIO SILVA SANTOS	17/09/1978
1826	RÔMULO BATISTA COSTA	20/12/1988
441	ROSENEIA DE FATIMA PRADO	15/03/1971
99	ROSIMEIRE LUZIA DE SOUSA	10/05/1972
850	SIDINEI LUIZ DA SILVA	01/10/1986
1577	THÁSSIA LORENA DE ANDRADE DIAS	17/09/1986
1083	THIAGO BORGES MESQUITA DE LIMA	07/05/1992
357	THIAGO DA CUNHA AGUIAR	17/04/1998
106	THIAGO JUNIOR TAVARES FERREIRA	07/11/1995
70	TIAGO GUBERT CANAVARROS	29/03/1999
1004	TOMAS LUCAS SAVOLDI	12/04/1999
60	VICTOR PADUA MONTEIRO MENDANHA E SILVA	01/09/1993
1475	VINICIUS PILOTO DA SILVA	20/12/1997
1994	WANDERSON DE JESUS CASSIANO	30/01/1996
2301	WESLEN COSTA DE SOUZA	15/06/1994
2253	WILLIAN DOUGLAS SALLES ALVES DOS SANTOS	20/03/1991
012 - 012 - PROFESSOR (ÁREA DE ATUAÇÃO ZONA RURAL) - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1246	ALINE CRISTINA MORAIS SCHREIBER	18/11/1993
1049	ANA CRISTINA CARDOSO DUARTE	23/01/1977
985	ANGÉLICA SOUSA SANTOS	12/03/1989
1729	DIANA FAVALESSA	16/09/1972
1269	ELIANA MARIA TEIXEIRA NETO	17/01/1986
1133	JUCINEIDE PEREIRA BRITO ROMEIRO	18/02/1980
263	KARINA NATÁLIA DE OLIVEIRA	31/12/1995
1469	LOVAINE DE OLIVEIRA LIMA COSTA	11/01/1980
457	MARINALVA FREITAS DA FONSECA	09/09/1985
1976	MISLENE BALDUINA DA SILVA	12/01/1979
1131	NORMACY BISPO RODRIGUES GAROFOLO	10/04/1982
1297	RITA DE CÁSSIA SILVA RUSA	06/11/1984
1013	ROSA MARIA VAREIRO DE SOUZA	22/01/1977
1645	SHIRLEI APARECIDA FERREIRA MATOS	14/09/1981
1039	SOLANGE DE SOUZA VENDRUSCOLO	14/12/1992
648	VANESSA GARCIA DOS SANTOS	27/07/1991
36	W ELIVELTON FARIA DA SILVA	18/08/1992
433	WILDIANE SILVA SANTOS	10/05/1989
013 - 013 - PROFESSOR (ÁREA DE ATUAÇÃO ZONA URBANA) - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
693	ADALTO LEONEL KREUSCH TIEGS	12/07/1980
35	ADRIANA BATISTA DOS ANJOS	14/01/1990
954	ADRIANA DA SILVA RODRIGUES	28/01/1995
1575	ADRIANA MARIA CORREA DE CARVALHO	27/01/1980
1498	ADRIANA MUNIZ GERALDO	18/12/1974
2300	ADRIANO MARINO	11/11/1988
1822	AGDA ALVES DA SILVA DE ARRUDA	29/07/1978
1921	ALEXANDRA DE MELO COSTA	14/08/1980
1063	ALINE DA PAIXÃO MACHADO	20/06/1993
128	ALINE PIRES MACIEL	18/08/1990
870	ALINE SANTOS COSTA	22/06/1992

1802	ALZIRA ANGÉLICA FRANCISCHINI	16/12/1988
526	AMANDA BORGES ESTEVES	23/05/1978
610	ANA PAULA ANDRADE SABINO	19/09/1988
1055	ANDRA SANTANA DA SILVA	12/11/1989
1495	ANDREA MUNIZ SILVA	30/04/1978
2189	ANDRÉIA FERREIRA BATISTA	03/01/1983
329	ANDREIA FREITAS DE SOUZA	25/04/1987
1070	ANDRÉIA MATOS DA SILVA SOUZA	24/12/1981
493	ANDREIA ROSA CASTAO DA SILVA	23/11/1987
274	ANDRESSA SANCHES DA SILVA	05/06/1996
1464	ANDRESSA SATEL LEAL	03/07/1993
2293	ANGELA FÁTIMA DA ROSA	26/03/1981
775	ANGELA MARA BRUGNAGO AYALA	12/10/1978
672	ANGELA SALISETE HENRIQUE FERREIRA	18/01/1976
1201	ANGÉLICA DE SOUZA VENÂNCIO	14/11/1978
1086	ANGÉLICA PEREIRA GONÇALVES	28/11/1984
1114	ANGÉLICA SANTOS MORAES	11/09/1994
1933	ANGELITA SENA DA SILVA FERREIRA	31/07/1982
1818	ANTONIO CLAUDIANE GONCALVES DA COSTA	05/10/1982
276	ANTONIO GILAILSON SANTOS DE ALENCAR	12/09/1990
1451	APOLIANE CLEMENTE OLIVEIRA DE ARAUJO	14/05/1986
1815	ARETHUSA DIANA GARCIA CASAVECHIA	19/11/1986
46	ARIANA PATRICIA DA SILVA	16/04/1989
2028	BEATRIZ GREGÓRIO OLIVA	06/03/1992
480	BENILDA MARIA DOS SANTOS	24/06/1965
738	BRUNA APARECIDA BRUM FERREIRA	31/03/1996
983	BRUNA FIORI	14/04/1993
964	BRUNA GUSMÃO DOS ANJOS BARROSO	02/08/1998
1588	BRUNA LUISA DOS ANJOS KOPPENHAGEN	02/09/1993
1370	CAROLINA DELA JUSTINA	07/02/1993
49	CÉLIA DA SILVA LEÃO	25/10/1986
2119	CELIANE GUATEL DOS SANTOS	09/08/1982
18	CHARLES MULLER PEREIRA CARDOSO	02/02/1997
432	CIBELE RUBIAN GUARNIERI NARDONI FERNANDES	20/03/1976
1730	CLARICE SCHNEIDER CORREA	17/07/1972
1562	CLAUDETE DE SOUZA	28/08/1971
1180	CLAUDIA ANGELICA ZABINI	01/03/1976
2032	CLAUDIA BARBOSA FERRO CAETANO	29/09/1986
221	CLAUDIANE ALVES DE CARVALHO	14/03/1984
165	CLAUDINEI DA SILVA LARA	28/02/1990
229	CLAUDINÉIA APARECIDA MORALES	24/05/1983
977	CLAUDINEIA BARRETO VIEIRA	15/07/1976
2221	CLAUDINETE MARIA DA SILVA	03/05/1975
1792	CLÉIA CARDOSO GONÇALVES	16/02/1981
657	CLEONICE OLAVO RIBEIRO	16/03/1976
2159	CLOTILDE CLARA DA SILVA	27/05/1974
76	CRISTIANE AMARAL MACHADO	11/02/1990
1115	CRISTIANE DE MOURA MENDES	03/12/1982
1169	CRISTIANE SOARES PEREIRA WEBER	25/12/1989
2066	CRISTINA HENRIQUE SIMÃO	30/04/1985
2202	DAGMAR ROSANA PEREIRA	02/03/1973
358	DAIANE LETÍCIA DA SILVA ALVES	24/06/1991
734	DAIANE REIS SANTOS	05/09/1988
538	DAMIANA FERNANDES COSTA	27/07/1984
2016	DANIELA APARECIDA SIEBER CORREA	02/10/1984
698	DANIELI MARIA LIVRAMENTO ALMEIDA	23/07/1993
597	DANIELLY DE LIMA ALVES	14/09/1995
1059	DEBORA PESTANA TEDESCO	07/02/1991
437	DEVACI ALVES DA SILVA	28/09/1982
312	DIEGO DE ALMEIDA	22/12/1987
486	EDIEL PEREIRA DE MACEDO	17/02/1979
2082	EDINÉIA MARIANA BRESSANIM	25/07/1990
951	EDNA DOS SANTOS FERREIRA GOIS	17/06/1968
489	ELAINE TAVARES DE SOUZA MACEDO	13/03/1978
1895	ELIANA SAMBUGARI	23/04/1982
1028	ELIANE AMARO ALVES SILVA	17/10/1973
1074	ELIANE HONORATO CANJO	14/07/1975
2005	ELIDIANE DA SILVA ALMEIDA	13/09/1984
1045	ELISÂNGELA PEREIRA LEMOS SIQUEIRA DE ASSIS	30/08/1985
1670	ELIZAMA PEREIRA LIMA	04/10/1975
2215	ELIZÂNGELA DE MELO SOUZA	17/10/1979
1966	ELIZETE LIRA CARVALHO DOS SANTOS	16/09/1986
2170	ELIZIANE GONCALVES PEREIRA	06/11/1981
98	ENOCH RODRIGUES DUARTE	19/02/1985
2134	ERISVAN JOAO DA SILVA	05/09/1980
1968	ERNANDA LIMA SILVA	20/07/1985
1071	ESLAINE MARINO DE LIMA GOMES	24/10/1984
225	ESTER ANTONIO DA SILVA	17/08/1981
186	EVA FERREIRA NASCIMENTO SILVA	24/06/1985
637	EVANIRDES FRANCISCA BOTH	04/10/1972
462	ÉVELIN DOS ANJOS SILVA	21/05/1992
2094	FATIMA HELENA SILVEIRA FERNANDES	19/07/1963
949	FERNANDA DE JESUS DA ROSA MUNIZ	09/02/1984
470	FERNANDA EDWIGES DE ALMEIDA	17/11/1994
238	FERNANDA PALMEIRA DE CARVALHO FIGUEIREDO	22/09/1992
1156	FERNANDA PRUSSAK	30/09/1989
1900	FERNANDA SANTOS MELO DA SILVA	10/09/1985
2003	FLÁVIA BARBOSA LOURENÇO	21/05/1986

148	FRANCIELE MOREIRA RAMIRES	01/05/1992
187	FRANCIELE RODRIGUES SILVA	15/04/1991
611	FRANK CILENE GOMES MARQUES	29/07/1980
959	GEONY LIMA RIBEIRO NOVAES	10/08/1983
341	GEOVANIA CORREA PEREIRA RUI	21/06/1982
692	GESICA DE SOUZA	15/09/1993
1174	GILBETE SANCHES	31/10/1976
1541	GILCELI CORREIA DE OLIVEIRA ALVES	06/02/1979
2289	GILZA MARIA DOS SANTOS	29/04/1972
967	GISELLE CESÁRIO DOS SANTOS	17/07/1986
15	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	17/09/1976
1736	GREICI CARINI DE GODOY	16/06/1999
2318	HELENA BRITO FRANCO	18/09/1988
1658	HENRIQUE BATISTA PEIXOTO	04/01/1990
1375	IAMARA RODRIGUES MAZUCHINI	19/01/1980
2185	IMACULADA CONCEIÇÃO FERNANDES COSTA	20/10/1977
2000	IOLITA ALVES DE CARVALHO	13/09/1981
1945	ISABEL APARECIDA SILVA DOS SANTOS	29/12/1974
1183	IVANETE PEDROSA DA SILVA	23/08/1975
181	IVANI SOUZA VIEIRA	22/04/1981
831	IVANILDE FERREIRA SANTANA	30/09/1974
459	JAINE RAIZA NICACIO DA SILVA	09/03/1994
2291	JANAIR APARECIDA DA SILVA	13/10/1989
1347	JANINE DO SOCORRO PAIXÃO DOS SANTOS	05/05/1985
2245	JAQUELINE BARROS DE SOUZA	04/03/1994
442	JAQUELINE OLIVEIRA ARAUJO	09/01/1997
1677	JAQUELINE PATUSSE DA SILVA	11/07/1995
682	JAYANNY PROENÇA SILVA	18/03/1994
2138	JENNIFFER MACHADO	15/11/1988
77	JESSICA FERREIRA DA SILVA MOTA	17/10/1995
492	JÉSSICA MATOS BRITO	09/11/1994
1513	JOANA DARC NASCIMENTO DOS SANTOS	25/10/1988
694	JOCIELI CARNOSKI	15/08/1990
643	JOELIA CARVALHO DA SILVA	11/06/1980
2036	JOELINA TEXEIRA DA SILVA	29/04/1985
127	JOICE MAIQUE DOS SANTOS BRITO	20/03/1983
297	JOSANE DA SILVA GARCIA	29/01/1987
2062	JOSÉ HYGOR SOUSA BRITTO	17/12/1995
416	JOSÉ ROBERTO PEREIRA LIMA	12/02/1970
2035	JOSEANE DA COSTA SILVA	15/06/1989
1892	JOSELAINE ALENCAR ANDRADE COSTA	27/10/1996
2095	JOSIANE LIMA DOS SANTOS SILVA	01/07/1993
2117	JOSILEIDE ADRIANA CASTÃO RIBEIRO	23/08/1986
157	JOSINETE DOS SANTOS	03/09/1978
161	JÚLIO HENRIQUE DOMINGUES DE FREITAS	03/10/1996
58	JURACI RODRIGUES FALANQUI	04/09/1968
343	JUSCELINA GONZAGA DA SILVA	06/10/1969
300	JUVEIRCE CHRISTIANE MEDEIROS RAMOS CONDI	12/06/1973
1466	KÁLITA DOS SANTOS MOREIRA SILVA	17/05/2000
1793	KAMILLA APARECIDA ADVERSI SILVA	31/03/1994
795	KARINE ISABELLA ARAUJO BRITO	28/06/1993
778	KATHIERE BOTH DE ALMEIDA	03/01/1986
173	KEITY DANIELE TEIXEIRA	14/12/1980
315	KELI CRISTINA VIEIRA DE MEDEIROS	20/10/1985
126	KELLY CRISTINA TEIXEIRA AMORIM	25/06/1975
335	KLEBER ARAÚJO DA CRUZ	23/01/1986
1342	KRYSNA VITORIA MACHADO SOBRAL	29/12/2000
2056	LAILSON SILVA SANTOS	08/12/1989
623	LAYNARA BOTH DE CAMPOS	17/11/1991
109	LEANDRO MATEUS DE OLIVEIRA	29/04/1993
1454	LEILA CRISTINA CORDEIRO SCHERWINSKI	31/03/1983
1412	LEILDE MAXIMO DA SILVA	29/10/1987
2214	LETICIA MARIA SILVA COIMBRA	01/05/1995
2071	LOURDES TOSTA ALVES	08/08/1975
25	LUANA CORADINI CELONI	03/04/1991
222	LUCI CLEIDE DOS SANTOS DIONIZIO	26/12/1966
1916	LUCI NELY AGRIPINA DE BARROS SANTOS	14/03/1973
1584	LUCIANA CRISTINA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	06/10/1988
14	LUCIANA DA SILVA SOUZA	12/08/1983
707	LUCIANA DE QUEIROZ MESQUITA SILVA	29/06/1983
31	LUCIANE MORAES DA SILVA	07/05/1990
688	LUCIANE NUNES DA SILVA	12/10/1978
1470	LUCIENE MOTA	18/03/1976
721	LUCILENE ALVES DOS SANTOS	14/10/1986
12	LUCILENE CARDOSO DE MIRANDA	28/06/1978
2273	LUCILENE CORREA SILVA DE SA	26/02/1975
224	LUIZ HENRIQUE MELO DA SILVA	24/09/2003
1941	MADALENA DA COSTA CAMPOS	25/11/1970
2122	MADALENA SOUSA RODRIGUES	27/03/1984
338	MARA CLAUDIA CIRQUEIRA BINI	27/06/1997
989	MARCIA DINIZ TORRES	12/07/1983
691	MARCIA FAVALESSA SOUZA	12/09/1980
1419	MARIA ANGELICA DIAS DE OLIVEIRA	14/06/1984
1414	MARIA APARECIDA DE SOUZA	19/12/1972
1674	MARIA APARECIDA MARQUES RODRIGUES	16/05/1976
2288	MARIA APARECIDA VIEIRA	18/02/1976
2098	MARIA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA	12/06/1980
715	MARIA DAS DORES ROMÃO SOBRINHO DOS SANTOS	25/03/1973

931	MARIA FERREIRA	10/08/1973
2157	MARIA ISABEL RODRIGUES SANTOS PORTILHO	14/03/1996
957	MARIA JOSÉ DE JESUS SILVA	24/08/1981
724	MARILUCE DA SILVA BILCK	28/11/1983
1389	MARINELCI TERESINHA LEITE DA ROCHA	19/11/1979
548	MARINES CAITANO	23/02/1975
1444	MARISA BRITO NUNES SILVA	03/09/1982
2132	MARLEI DE LIMA	21/09/1986
1778	MARLEIDE MOUSINHO DA SILVA BENI	09/09/1987
625	MARLLON DOUGLAS FRANÇA SANTOS	30/08/1996
349	MARSELE FELEIROS DO NASCIMENTO	29/04/1979
160	MARTA DE JESUS DA SILVA SILVA	04/02/1973
1105	MARTA PEREIRA VICENTE	11/03/1981
408	MICHELLY ALVES DE SOUZA PAIXAO	05/02/1994
304	MÔNICA DA SILVA TEIXEIRA	29/09/1994
1175	NÁDIA AZEVEDO DE OLIVEIRA AMARAL	15/10/1983
63	NATALIA LARISSA GALLEGO	03/03/1991
1056	NAYARA RODRIGUES GODOIS PERON	07/10/1987
1926	NELSINO CELESTINO DA SILVA	19/05/1969
2110	NILDA BATISTA DA CRUZ	26/10/1971
1581	NÚBIA PEREIRA DA SOLIDADE RODRIGUES	19/04/1990
790	PAMELA CRISTINA CADZERSKI DA SILVA	02/05/1992
1633	PAOLA JESSICA DE ARRUDA SILVA	09/12/1990
120	PATRÍCIA APARECIDA AMBRÓSIO DE ABREU	30/12/1997
1971	PATRÍCIA FREITAS ARAÚJO CARDOSO	04/08/1985
1354	PATRICIA VALERIA RECH	06/10/1987
521	PRISCILLA SANTOS DA COSTA	23/03/1986
1211	QUÉREN ALVES TEIXEIRA	11/03/1991
286	RAIMUNDA SOLANGE VIEIRA DOS SANTOS	23/08/1980
2004	RAYONE DA SILVA ALVES	08/08/1978
1873	REGIANE SCHWEITZER DE ALMEIDA	28/02/1992
428	REGIANI RSENDE INÁCIO	27/02/1991
414	RENATA SOFIA DE OLIVEIRA	05/10/1988
1499	ROBERTA LAIS GERALDO	22/03/1999
1449	ROBSON MOREIRA DA SILVA	05/09/1985
1558	ROSALINA MACIEL DOS SANTOS	21/03/1968
866	ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA	05/03/1967
664	ROSANGELA FERNANDES DA SILVA PAZ	03/12/1978
2292	ROSÂNGELA NUNES BERTO LOPES	11/10/1972
2182	ROSANGELA RODRIGUES VIEIRA	14/07/1973
182	ROSEANE MOREIRA DA SILVA IZAIAS	12/06/1988
1435	ROSELI BONDESPACHO DA COSTA PRIGOL	09/11/1987
508	ROSELI PAULA	13/08/1977
2026	ROSÉLIA MARIA DA SILVA	09/12/1979
1538	ROSILENE LOPES DA SILVA	23/03/1988
988	ROSILENE PEREIRA GAMA	09/04/1974
624	ROSIMERE JACOBSEM SALOMAO COSTA	16/09/1992
1797	ROSINEI AGUIAR COUTINHO	09/03/1985
2218	ROSINEIDE DA SILVA PEREIRA	27/11/1983
1170	SANDRA MARIA DAVELI SAMPAIO	29/02/1976
41	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1986
826	SELIANE DA SILVA BARROS	14/05/1981
352	SIDINEIA CORDEIRO DE MACEDO	29/04/1986
1995	SILVANA BEZERRA DOS SANTOS	28/03/1971
130	SILVANA GOMES VIANA	26/01/1976
376	SILVANIA ALEXANDRE MONASKI	05/05/1978
1216	SIMONE APARECIDO	26/01/1984
1304	SIMONE SILVA ARAUJO	24/03/1986
1076	SINARA SILVA PORTILHO NARDONI	08/06/1989
40	SUELI CARVALHO RICCI DA CRUZ	19/07/1988
1944	SUELI LOURENÇO DE ARAUJO	04/11/1981
2156	SUELLEN CRISTINA DA SILVA FRANCO MATEUS	06/08/1990
1523	SUZANA SANTANA MACHADO MORAES	24/04/1990
2266	TAIS NAIARA ALVES GUIDO	05/06/1993
1332	TAISA KAIPPERS DA SILVA	22/08/1993
2251	TALITA DOS SANTOS DOMINGOS	28/08/1992
969	TAMARA SILVA	24/04/1991
1033	TÂNIA PATRICIA TENFEN	05/10/1974
650	TATIANA TORATTI LEONEL	18/11/1985
231	TATIANE ILMA GROLLI BAGGIO	08/02/1993
742	TAYANE PAULINA TEREZIO DE CARVALHO	20/06/1997
705	THAINARA QUEIROZ ALMEIDA DE SOUSA	03/05/1996
1148	THAÍS APARECIDA SILVA SOUZA	04/10/1986
2002	THATYANNA ELLEN VIEIRA BRITO	20/10/1983
819	THAYNARA LUANE LEITE	12/03/1998
1803	VALDIRENE EBERHARDT	24/05/1977
2323	VALDIRENE FERREIRA DE ALMEIDA	01/04/1971
431	VALDIZA ALENCAR ARAÚJO MARTINS	01/09/1983
331	VALQUIRIA ALVES DE FARIAS	13/02/1986
1551	VANESSA ALVES ANDRADE	19/09/1991
599	VANESSA CELLONI DE SOUZA	17/07/1979
1823	VANESSA DE ARAUJO MORAES	07/01/1981
1331	VANILZE PATRICIA DE CAMPOS RODRIGUES	01/12/1987
2231	VILMA SILVA PEREIRA	19/04/1985
2315	WILLIAN BARBOSA CAETANO	22/12/1995
841	ZAINE AMANCIA DA SILVA	27/08/1988
014 - 014 - PSICÓLOGO - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1854	ANA CLAUDIA BORGES SOUZA	10/03/1998
544	CAMILA CRISTINA GIONGO	12/07/1983

1346	CAMILA DOLORES DA SILVA	11/03/1998
1036	CÉLIA FERRO DE JESUS	08/05/1989
1855	CLEBERSON FRANZIN DE SOUZA	24/01/1997
1543	DEBORA SOUZA PEREIRA	12/03/1996
86	DENER CARDOSO FERNANDES	24/11/1988
2133	FABRÍCIO FREITAS FRANÇA	13/01/1992
659	GRAZIELY FERNANDA AUGUSTA NOGUEIRA	22/07/1997
905	IGOR MATHEUS DE SOUZA FREITAS	11/05/1998
857	JESSICA ZENAIDE CHRUSCZAK	05/11/1990
11	JEYSEANNE GONÇALVES DE OLIVEIRA	09/11/1991
1208	JULIANA DA SILVA FERREIRA	27/11/1986
1501	LEIDIANE VIEIRA DA COSTA	23/06/1994
1910	MARCIANA MONFARDINI	29/08/1989
2102	MARIA JOSE BASILIO DE OLIVEIRA	10/04/1985
825	MATEUS FARIAS IRYCYK	17/10/1998
2247	MATHEUS SOMMER CASTRO	12/05/1994
1691	MAXWELL ABNER MARTINS NALEVAIKI	16/05/1996
316	NAYARA RODRIGUES DOS SANTOS	31/10/1994
43	NIUARA MARQUES DOMINGOS	04/11/1992
2152	RODRIGO JAMBERS CLEMENTE	16/10/1980
2281	VALCIR RICARDO CELLONI	16/11/1991
1590	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS PIRES	14/10/1996
015 - 015 - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		
1244	ADRIANA DA SILVA DE OLIVEIRA	01/08/1991
520	ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	15/10/1994
787	ANA PAULA VILAS BOAS AUGUSTO	09/12/1985
728	ANA VITÓRIA SILVA E LIMA	31/07/2001
22	ANGELA PEREIRA DOS SANTOS PANDINI	20/01/1987
774	ANGELO MAXIMO DE ALMEIDA CAMPOS	04/11/1980
1631	ANTONIA EDILENE RODRIGUES	07/11/1984
662	CLEONICE NUNES DE BRITO	30/03/1991
587	CRISTIANE IZIDORIO DA SILVA	21/01/1985
1506	DANIELI MARIA LIVRAMENTO ALMEIDA	23/07/1993
678	DANIELLA DOS SANTOS VITAL	23/09/2002
2299	DIEIMY FRANCIELLI GONÇALVES DA SILVA	25/03/1986
864	DIRCE DE OLIVEIRA BARBOSA	15/11/1973
2022	EDNA APARECIDA MOURA RIBEIRO	10/12/1992
908	ELI ALVES FERREIRA	12/03/1968
479	ELIZA BEZERRA DE MACEDO	16/09/1990
663	EMANUELLY GOMES	11/02/2005
784	EMILY CECÍLIA DOS SANTOS	02/07/2003
1524	FRANCIELE CRISTINA DA SILVA	31/07/1986
2334	GABRIELA APARECIDA SANTOS	04/12/2001
1973	GISLAINE BARBOSA DA FONSECA	19/12/1997
110	GIZELE SANTOS DA SILVA	24/08/2000
1385	GLEICY MARA SANTOS DE SA RIBEIRO	15/03/1993
53	IRACY PEREIRA DE SOUZA	27/10/1973
1292	JESSICA FERREIRA DA SILVA NEUHAUS	20/02/1991
1395	JESSICA JAKELINE FERREIRA	13/03/1991
822	JOSIANE DA SILVA	27/12/1985
445	KALITA BARBOZA FREITAS	29/01/2004
729	KARINA DE MATOS FREITAS	28/06/1996
1037	KEMILY GRAZIELLE SANTANA FERREIRA	08/08/2005
893	LEILA FERREIRA DA SILVA CORREIA DE JESUS	31/03/1990
2169	LUANA MORAIS BATISTA	15/03/1997
1002	LUCIANA DOS SANTOS SANTANA FERREIRA	19/03/1984
219	MARI DAYANE PEREIRA	22/06/1995
430	MARIA MARTA BISPO	05/02/1980
117	MARIÁ PACHECO DE SOUZA	07/08/1993
6	MARTA DA SILVA	19/01/1983
180	MARTA MIRIAN SANTOS MARINHEIRO	05/05/1986
505	MILAINE DOICO	04/12/1984
687	QUITERIA DOS SANTOS PONCIANO	16/09/1984
1407	RAMONA RODRIGUES LARA PASSAMANI	22/01/1989
413	SHIRLEI APARECIDA DOS SANTOS	19/04/1977
84	SILVONEIA DE ALMEIDA BARBOSA	19/03/1998
1323	TAYNA LETÍCIA FERREIRA DE ALMEIDA ROZENDO	03/05/1998
1871	VALDIRENE COSTA SILVA	18/08/1990
1289	VANILDA DA SILVA DE OLIVEIRA	24/10/1989
38	YSABELLA AYELLO	09/08/2004
016 - 016 - PROCURADOR JURÍDICO - CAMARA MUNICIPAL - CÂMARA MUNICIPAL		
1162	ADONIAS BATISTA DA SILVA	29/11/1981
1612	AFONSO HENRIQUE SANSÃO CORRÊA DA COSTA	04/09/1996
669	AGHATA KAUANA DOS SANTOS SOUZA	26/09/1998
980	AMANDA ARAÚJO CAMPOS	15/09/1995
1227	ANA CLARA INEZ ZUFFO SOARES	24/05/2000
1903	ANDERSON VITOR LARA DE ASSIS	03/06/1993
347	ANDREIA RODRIGUES DE CARVALHO	18/12/1998
1042	BRUNA KISSEL AMARAL	10/06/1996
620	BRUNO GOMES BARRETO	07/07/1995
666	CAMILA CAMILO DA SILVA	09/11/1996
1783	CÉSAR HUGO FRANCO	03/08/1997
196	CLÁIZA AGUSTINI IMIANI	21/06/1994
514	CRISTIANE GONÇALVES DA SILVA	31/08/1985
2199	DANIEL PINHEIRO OLIVEIRA	11/12/1996
1340	DANIEL RIBEIRO ALENCAR	12/10/1978
1885	DANIELLE SOUZA ALINO	11/11/1988
1453	DANIELLI REDIVO	07/07/1990

559	DIONE RODRIGUES BUFOLLO	23/11/1987
2049	ERIC CARLOS DE OLIVEIRA	25/09/1985
771	ERICK HENRIQUE DIAS PRADO	13/03/1989
761	FABRICIO SILVA DE SOUZA	03/05/1986
690	GABRIELA RAMOS PARDINHO	22/12/1999
5	GEOVANY SALES DO NASCIMENTO	22/02/2000
606	GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR	04/03/1994
2190	GUSTAVO HENRIQUE MAZUCHINI CAUNETO	30/03/1994
1430	HEMILY FERRARI	28/04/1994
164	IGOR FERNANDO PORTELA SALES	06/07/1995
367	ISABELA ROCHA LIMA	03/10/2000
228	IZAMARA FERREIRA ANDRADE	17/03/1982
439	JACKELINE ARIELE RABELO ANTOSZCZYSZYN	16/02/1998
61	JANAINA TAILA MUNIZ	20/01/1991
1621	JANE STELLE BECA SANTOS	18/08/1993
384	JORDANE GOMES OLIVEIRA	21/06/1999
601	JOSÉ EDUARDO REZENDE DE OLIVEIRA	24/05/1995
1302	JULIO RAPHAEL IORIS DA ROSA	04/05/1989
1773	KAREL CRUZ AMÉRICO	10/09/1991
209	KARLA VITTÓRIA DE OLIVEIRA MAGALHÃES	10/04/2000
1285	LILTON HENRIQUE SIMÕES	16/07/1985
1644	LORRAINE BEZERRA DE ARAUJO	15/12/1995
696	LUAN ALMEIDA RODRIGUES	11/12/1998
780	LUCAS CÉSAR LIMA JARDIM	12/08/1995
1943	LUCAS MIRANDA MANZOLI	14/01/1997
1888	LUCIVANE MINUSCULI BASSO	07/10/1994
924	LUDIMILA CAROLINE MOREIRA DA SILVA	08/06/1989
1686	LUIHANA PASINATO GOMES	18/02/1991
1618	LUIS FERNANDO CORÁ MARTINS	16/02/1993
1463	LUIZA REGINA DA SILVA CORREA	20/05/1996
1985	MARCELE CASTILHO DIAS	20/04/1995
739	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/10/1999
768	MARIA EDUARDA MUFARDINI DE ALMEIDA	13/07/1999
1093	MARLON ALENCAR PINTO LOPES	15/01/1998
1643	MATHEUS BOZETTI LOURENÇO	16/01/1995
203	MATHEUS MONTALVAO GUEDES CÉZAR	14/05/1995
2078	MAYARA FERNANDA MORANDI RODRIGUES FIORAVANTI	07/04/1993
1640	MICHELE ACOSTA SILVA	24/01/1995
1597	MILENA RONDON FREIRE DA SILVA	21/01/1989
2310	NAUMANN JOSÉ DA SILVA	15/04/1986
1625	PALOMA FABRÍCIA OLIVEIRA	03/10/1995
935	PAULO SÉRGIO COSTA JÚNIOR	11/02/1987
1250	PEDRO JOSE MUNIZ ALVES	10/01/1998
115	RAFAEL ALMEIDA MUNDIM	24/06/1983
402	RAFAEL SILVA CAMILO	23/09/1997
1080	RAYANE CRISTINA BEATO OLIVEIRA	09/07/1998
244	REUEL PINHO DA SILVA	18/07/1994
1111	RICARDO ARRUDA DE LEMOS	28/11/1991
1745	ROBSON ORTIZ	17/04/1981
759	ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA	05/04/1992
1827	RÔMULO BATISTA COSTA	20/12/1988
2298	SIDINEI LUIZ DA SILVA	01/10/1986
536	SUELLEN DE FRANÇA NASCIMENTO	24/02/1989
258	SUELLEY MARIA CRISTINA DA COSTA MARTINS	02/01/1994
354	SUZANA APARECIDA DOS SANTOS	08/11/1989
280	THALYNE INGRID ALMEIDA RIBEIRO	24/07/1994
1082	THIAGO BORGES MESQUITA DE LIMA	07/05/1992
1896	THIAGO JUNIOR TAVARES FERREIRA	07/11/1995
73	TIAGO GUBERT CANAVARROS	29/03/1999
2254	WILLIAN DOUGLAS SALLES ALVES DOS SANTOS	20/03/1991
017 - 017 - CONTROLADOR INTERNO - CÂMARA MUNICIPAL - CÂMARA MUNICIPAL		
1197	ADENILSON DA SILVA	22/03/1995
1930	ADENIR CRISTINA DE MOURA NUNES	15/04/1984
1877	AGEU FERREIRA DA SILVA	08/12/1981
1489	ALEX PRIMO SANTOS	04/08/1999
629	ALLYNNE PATTRYCIA DE SOUZA	01/03/1995
1097	ANA PAULA MUNHÓZ CERVANTES	18/02/1988
1980	ANGELA MARIA ALCANFORADO	08/08/1975
546	ANTONIO EDINAUDO PINHEIRO ALVES	10/11/1977
75	ARIANE MORAES DE SOUZA	09/03/1999
1421	BETINA GARCEZ CIARMA	22/09/1992
123	BRUNO RIBEIRO MARINS	29/08/1995
579	BRUNO VIEGAS DE OLIVEIRA	23/05/1986
1171	CINTIA MAIARA OLIVEIRA HENRIQUE	25/03/1989
560	CLAUDIELI CRISTINA SIRICO	23/10/1983
283	CLAUDIO WELLKER OLIVEIRA TAVARES	15/01/1998
1400	CLEIDE DE LIMA SILVA	26/11/1974
1020	DAIANE DA SILVA MARTINS GALVAO	31/07/1989
631	DANIEL ANDERSON DE SOUZA SANTOS	24/01/1998
2287	DANIELE CAETANO SAMPAIO	10/08/2000
1106	DANIELE MENEZS SOUZA	09/07/1986
789	DANIELLE FERNANDA DOS SANTOS	20/05/1996
712	DANIELLY LOPES DO AMARAL FOLHA	09/06/1998
143	DAYANNE VITÓRIA SOARES DOS ANJOS	17/03/1999
1493	DIEGO PARANHOS CORREIA	07/11/1992
455	DIELMA RODRIGUES DE ALMEIDA	26/07/1996
1275	DIOGENES NARDONI DA SILVA	20/12/1985
2276	DIONES SOARES DE SOUZA	06/02/1991

271	EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR	19/01/1987
1121	EDINALDO JARDIM DE SOUZA	30/05/1976
1835	EDMAR SOARES DE OLIVEIRA	24/07/1986
2015	EDUARDO FRANCISCO MORESCO	11/04/1992
899	EDWANDER JOSE GONCALVES PEREIRA	02/03/1986
1202	ELSON VICENTE DE CAMPOS	31/05/1965
1485	FABELIA ALVES DE SOUZA	23/01/1990
880	FABRICIA CARVALHO DA SILVEIRA	27/02/1986
2147	FRANCIELI SANTANA GARCIA	03/10/1994
1706	FRANCIELLI DE SOUZA LIM	11/06/1990
2294	FRANCISCO CARLOS DE SOUSA LIMA	07/12/1966
1912	FRANCISLENE GOMES DA CUNHA	04/10/1985
1316	GABRIEL ARAUJO CALHEIROS	29/09/1998
166	GABRIEL LUIZ MAGALHÃES RUPOLO	18/02/1998
394	GEBERSON DOMINGUES NORO	16/11/1984
2012	GILDEVAM SILVA DE JESUS	14/07/1989
142	GILSON JOSE GOMES VIANA	28/08/1983
114	GILSON PORTELA OLIVEIRA	13/09/1979
593	HUGO ASSUNÇÃO CAPISTRANO	17/04/1990
891	IRANILDO DA CONCEICAO DOS SANTOS SILVA	04/01/1974
513	IVAN YURI BORRALHO ARAUJO DE ATAIDE	13/06/1998
765	IZABELLA CRISTINA SEELEND	18/04/1990
1693	IZAEL JUNIOR ARRUDA DE LEMOS	22/04/1994
1883	JARLIS JOAO ZILIO	03/11/1987
553	JEFERSON DANILO CORSETTI DE OLIVEIRA	11/12/1993
454	JEFERSON SILVA BRITO	21/04/1998
246	JEFFERSON RONY DA SILVA GARCIA	21/09/1986
2118	JERFFERSON CARDENETTI DA SILVA	26/04/1996
517	JESIEL OLIVEIRA DA SILVA	01/03/1982
1402	JESSÉ FERRO TOBIAS	19/08/1996
174	JESSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	15/06/1984
54	JÉSSICA LORRANE DA SILVA MORAIS	18/05/1998
911	JHENIFER CAMILO BORGES	04/11/1993
2021	JOÃO MARIA DOS SANTOS	24/05/1967
1599	JOSE FRANCIELIO DE QUEIROZ COSTA	20/11/1990
661	JOSIANE CAMILO GOMES	01/01/1987
1696	JOYCE MONTEZUMA DOS SANTOS	17/12/1992
1549	JUCILEIDE PEDROZO DE BARROS	06/08/1987
1714	JUCILENE PEDROZO DE BARROS CAMARGO	19/06/1985
708	JUNIOR RAFAEL DE SOUZA	29/05/1993
405	KAREN CRISTINY DE SÁ VIDRAGO	26/06/1996
487	KARINA MARIANO	28/08/1985
1231	KARINE APARECIDA PINHEIRO DA SILVA	16/05/1992
361	KASSIA LORRAINE ALVES DE SOUZA	04/11/1991
103	KEITY DANIELE TEIXEIRA	14/12/1980
1224	KLEBERTON DE SOUZA FRAGA	16/02/1994
500	KLEYTON WILLIAN TRESSOLDI MINAS	07/05/1997
2162	LAURO CRISTIANO CARVALHO	14/04/1979
1075	LAYSA PATRICIA PINTO RODRIGUES	08/04/1996
843	LETICIA SOARES KUHN	05/12/1995
133	LIDIANE XAVIER BORGES	08/03/1992
776	LOISE FLAVIA DE ALMEIDA SCHIO	05/11/1994
96	LUCIANO ROBERTO DA SILVA	17/10/1973
1300	LUIS ANTONIO IORIS DA ROSA	17/01/1993
1125	LUISA DO ESPIRITO SANTO DECIO	14/01/1996
867	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO	29/10/1987
1322	LUKAS GABRYEL LOPES NICOLETTI	06/08/1997
2172	LULIANE MACHADO CARDOSO	01/01/1990
1703	MARCELL HENRIQUE RUCHITINICA	07/12/1987
443	MARCELO CAMPOS DE NUNES	30/06/1984
33	MARIANA DE SOUZA LARA	12/03/1998
124	MATHEUS HENRIQUE DE JESUS	11/01/1997
167	MAXWELL BARROS SAMPAIO	06/02/1984
1711	MAZEN ADIB NAFI	27/02/1976
1800	MILTON SCHERWINSKI	11/08/1957
308	MONIQUE CRIS DE ALMEIDA	03/06/1988
1264	NILSON PEREIRA DE SOUZA	19/01/1971
418	OCTAVIANE COSTA REGIS DE OLIVEIRA	10/12/1996
202	ORLANDO CAMARGO DO NASCIMENTO FILHO	08/07/1969
2108	PALLOMA MURAD DA SILVA	04/01/1996
324	PAMELA CRISTINA DA SILVA	09/09/1993
68	PAMELA DE ARAÚJO SOUZA	26/06/2001
2099	PAULA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA	15/05/1987
397	PAULO GIOVANNI TAQUES DE OLIVEIRA GOMES	11/01/1992
549	PEDRO HENRIQUE GONÇALVES MARQUES DE SOUZA	27/01/1996
484	PEDRO HENRIQUE PETRY	13/09/1985
1909	RAFAEL BARCELO DE SOUZA FALLEIROS	01/11/1985
598	RAFAEL FREITAS DA SILVA	21/01/2000
278	RAFAELA COLETI MARQUES	31/03/1990
1409	RAIR RODRIGUES DA SILVA	14/09/1992
837	RAQUEL CAROLINE STOLL	13/03/1999
494	REGIANE VIEIRA GOMES	12/07/1977
201	RICARDO FERNANDES	02/02/1964
645	RICARDO NOGUEIRA MORAIS	26/06/1990
2286	ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV	17/06/1985
2155	RONDINELI DE SOUZA CHAVES	01/08/1995
1949	ROSANGELA PASCOATO	26/01/1985
2167	SANDRELY UGULINO CARDOSO	08/03/1998

615	SIERBE GONÇAVES DOS SANTOS	18/03/1986
364	TAISE DO PRADO MARQUES DA SILVA	10/02/1991
1290	TAIZ GOMES DE OLIVEIRA	05/09/1997
1455	TASCIZA APARECIDA MATIAS MAGALHÃES	12/07/1987
97	TATIANE SILVA BORGES	10/06/1993
145	TAUANY JACKELINE MONTEIRO MASS	17/03/1998
1925	TAYNÁ LEAL DA SILVA	09/10/1997
292	THAIENDY MARQUES	26/10/1995
1801	THALES AUGUSTO DE ARAÚJO SCHMITZ	12/04/1993
699	THAYNA DE SOUZA PADILHA DA COSTA	10/06/1999
2158	VALDEIR DA PAZ TOMASI	30/08/1995
1152	VIVIANE RIBEIRO RAMIRES	26/03/1980
1617	WALLESKA PEREIRA BRUM DA SILVA	25/06/1996
1906	WANGLYS KARLLISSON DOS SANTOS ARAUJO	17/01/1989
1578	WASHINGTON FABRICIO MARTINS	03/08/1984
573	WELINTON COSTA TAMBALO	13/12/1999
301	WELITA SILVEIRA SOUZA	05/04/1996
307	WELLEN KAYZI MORAES DE ALMEIDA E SILVA	23/11/1995
1384	WILLIAN SANTOS DE OLIVEIRA	26/01/1998
796	YASMIN FERNANDA CORREIA FERNANDES	30/10/1996
018 - 018 - COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL - CÂMARA MUNICIPAL		
2183	ADRIANO ALVES DA COSTA	23/12/1981
393	ALEX FERNANDO CESCON DE MORAIS	09/12/1989
107	ANTONIO CESAR DE MEDEIROS SOUZA	27/04/1989
1273	ATTAIR BATISTA DA SILVA	22/10/1981
1887	BRUNO EDUARDO GERALDO	30/08/1993
2109	BRUNO VINICIO CARVALHO RIBEIRO	25/05/1999
670	DANIEL RODRIGO DE VIANA REIS	05/08/1982
2240	EDEMIR MARTINS FOLHA	28/04/1996
233	ELYSON MAGALHÃES DA COSTA	16/05/2001
1334	GILEADE LIMA E SOUSA	14/05/1991
996	GUILHERME ALEXANDRE CAMPOS	02/07/1995
1239	HENRIQUE GOMES GOULARTE	05/04/1995
1179	HUDSON KERLEY FERNANDES LAURIANO	21/05/1988
556	JOÃO MARCOS RODRIGUES DA SILVA	26/06/1994
1997	KLEBER PRIST GOMES	03/12/1975
900	LUCAS ALCANTARA DE CARVALHO NETO	26/01/1998
265	MANOEL DE JESUS MOREIRA DE AGUIAR	19/01/1987
423	OZIELTON RODRIGUES DIAS	03/03/1997
532	PEDRO HENRIQUE MOREIRA DE SOUZA	03/11/1997
1210	ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS	24/10/1987
78	RODRIGO ORGANISTA	18/05/1990
1777	RODRIGO PAULA OLIVEIRA	16/01/1983
42	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1986
1366	TALITA DE OLIVEIRA MINOSSO	11/04/1990
215	THAYSE DO NASCIMENTO MORENO	16/02/1982
1849	VICTOR GABRIEL BERNARDO OLIVEIRA	06/11/2001
1635	WENDER MARCOS RODRIGUES SILVA	11/01/1999

São José do Rio Claro - MT, 07 de novembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 316/2022

DECRETO Nº 316/2022.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 03 DE NOVEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **CÍCERO PEDRO DA SILVA,** no cargo em Comissão de Diretor de Departamento II na Secretaria Municipal de Educação no Distrito de Santo Antonio do Fontoura, para prestar serviços no município de São José do Xingu-MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2022, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 03 de novembro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 411 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor JOSÉ CARLOS NEVES, no período de 08/11 a 07/12/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor APARECIDO REIS LEMES DOURADO, no período de 25/11 a 14/12/2022, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO I PORTARIA Nº 410 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

ANEXO I

ELEVAÇÃO DE NIVEL/CLASSE – ARTIGO 40 DA LEI 755/98

PORTARIA Nº 410 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

MAT.	NOME	DA CLASSE	DO NIVEL	PARA CLASSE	PARA NIVEL
1960	CARLOS ALBERTO CAUZO	C	07	C	08
1714	ELISANGELA ANTONIA LOPES	C	07	C	08
1873	EVANDRO RODRIGUES	D	07	D	08
1363	FATIMA APARECIDA GUEVARA	C	07	C	08
1843	JURANDIR DA SILVA MOTA	D	07	D	08
2459	ROZIVANI BONOMI LANDIM	C	06	C	07
2004	SONIA MARIA DOS SANTOS	C	07	C	08
12373	SONIA SANTIAGO AFONSO CATANOZA	C	07	C	08
1222	VALTER ARAUJO PEREIRA	C	05	C	06

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Licitatório Nº 183/2022. **Dispensa nº 106/2022**. **Contrato Nº** 82/2022. **Contratante:** Município de São José dos Quatro Marcos – MT. **CNPJ/MF:** 15.024.029/0001-80. **Contratada:** CLAUDINEIA ZARZENON RAMOS**. CNPJ:** 39.339.085/0001-72. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet para o 20º Encontro da Mulher Rural que acontecerá no dia 05/11/2022 no Parque de Exposições Manoel Paulino. **Valor Global:** R$ 49.400,00 (quarenta e nove mil e quatrocentos reais)**. Vigência: início em 04/11/2022 e término em 05/11/2022. Data de Assinatura:** 04/11/2022. **Fiscal do Contrato:** Claudecir Alves Feitosa. **Jamis Silva Bolandin** – Prefeito Municipal.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **"RATIFICOU O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 17/2022"**, Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA 20º ENCONTRO DA MULHER RURAL"** Em favor da empresa: **PEDRO BATISTA CORREIA LIMITADA; CNPJ: 07.367.271/0001-29, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 419 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor REGINALDO DE SOUZA FERNANDES, no período de 19/11 a 07/01/2023, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 418 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor OSVALDO DE SOUZA, no período de 01 a 30/12/2022, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREVIQUAM
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Segunda-Feira dia 07 de novembro de 2022, nas páginas nº 741 e 742, Ratificação da Dispensa de Licitação n.º 006/2022 onde se lê:

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA ATUARIAL NA REALIZAÇÃO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA O ANO DE 2023.

CONTRATADO: I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI

CNPJ: nº 10.541.510/0001-20

ENDEREÇO: Rua Monsenhor Trebaure, n.º 210, Centro, Cuiabá - MT

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 13.605,36 (Treze mil e seiscentos e cinco reais e trinta e seis centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 13.605,36 (Treze mil e seiscentos e cinco reais e trinta e seis centavos)

Prazo: 04 de novembro de 2022 a 04 de setembro de 2022.

Fundamento legal: II do art. 75, da lei 14.133/2021.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no inciso II do art. 75, da lei 14.133/2021;

RESOLVO,

RATIFICAR a presente dispensa de licitação determinando sua publicação como condição de sua eficácia.

São José dos Quatro Marcos - MT, 04 de novembro de 2022.

MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR

Diretor Executivo do PREVIQUAM

Leia-se:

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA ATUARIAL NA REALIZAÇÃO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA O ANO DE 2023.

CONTRATADO: I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI

CNPJ: nº 10.541.510/0001-20

ENDEREÇO: Rua Monsenhor Trebaure, n.º 210, Centro, Cuiabá - MT

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 13.605,36 (Treze mil e seiscentos e cinco reais e trinta e seis centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 13.605,36 (Treze mil e seiscentos e cinco reais e trinta e seis centavos)

Prazo: 04 de novembro de 2022 a 04 de setembro de 2023.

Fundamento legal: II do art. 75, da lei 14.133/2021.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no inciso II do art. 75, da lei 14.133/2021;

RESOLVO,

RATIFICAR a presente dispensa de licitação determinando sua publicação como condição de sua eficácia.

São José dos Quatro Marcos - MT, 04 de novembro de 2022.

MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR

Diretor Executivo do PREVIQUAM

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REMANESCENTE

Processo Licitatório: 000118/2022

Pregão Eletrônico: 27/2022

Ata de Registro de Preços nº 27-B/2022

Assinada em 29/07/2022

Órgão responsável pelo registro: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, CNPJ: 15.024.029/0001-80

Fornecedor: COMERCIAL LUAR EIRELI - CNPJ: 02.545.557/0001-33

Objeto: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS"

Itens Remanescente a partir de 07 de novembro de 2022:

ITEM 05 - ACAFRAO - CURCUMA EM PÓ - **Valor Unit. R$ 15,00.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor FAGNER SAMPAIO DE ARAUJO, no período de 16/11 a 15/12/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário a servidora IVANETE APARECIDA DE MELO FANELI, no período de 14/11 a 03/12/2022, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REMANESCENTE

Processo Licitatório: 000118/2022

Pregão Eletrônico: 27/2022

Ata de Registro de Preços nº 27-C/2022

Assinada em 29/07/2022

Órgão responsável pelo registro: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, CNPJ: 15.024.029/0001-80

Fornecedor: FRUTA SUL COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS EIRELI - CNPJ: 10.264.502/0001-83

Objeto: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS"

Itens Remanescente a partir de 07 de novembro de 2022:

ITEM 60 - COLHER - COLHER DESCARTAVEL EM POLIESTIRENO, PARA SOBREMESA, NA COR BRANCA, EM EMBALAGEM ADEQUADA PACOTES 50 UNIDADES. - **Valor Unit. R$ 5,72.**

ITEM 74 - FARINHA DE MILHO - FLOCAO, PRE-COZIDA, OBTIDA DO GRAO DO MILHO TORRADO E PENEIRADO, NA COR AMARELA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO - **Valor Unit. R$ 11,56.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 414 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor VITOR APARECIDO MARTELO MILER, no período de 11 a 30/11/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PROCURADORIA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição 4.103, do Diário Oficial dos Municípios do dia 07 de novembro de 2022, página 741.

ONDE SE LÊ:

LEI N° 1.926, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE ABRIGATORIEDADE DE FIXAÇÃO DE PLACA EM IMÓVEIS LOCADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INFORMANDO OS DADOS DA LOCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT, JAMIS SILVA BOLANDIN, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica obrigatória para todo e qualquer prédio locado de Administração Pública, Direta ou Indireta e Autarquias do Município de São José dos Quatro Marcos, a colocação e manutenção pelo órgão responsável, em local visível, de placa indicativa com todos os dados sobre a locação, com as seguintes informações:

I-Objeto do contrato de locação do imóvel;

II-Prazo de vigência (início e término);

III-Valor da locação;

IV-Nome do proprietário do imóvel.

Art.2

º. A placa deverá ser colocada em local visível da parte frontal do imóvel podendo ser confeccionada de qualquer material e obedecendo às seguintes medidas: 45cmX45cm.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

São José dos Quatro Marcos/MT, 04 de novembro de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

PREFEITO MUNICIPAL

LEIA-SE:

LEI N° 1.926, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FIXAÇÃO DE PLACA EM IMÓVEIS LOCADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INFORMANDO OS DADOS DA LOCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AUTOR: VEREADORES DIVERSOS.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT, **JAMIS SILVA BOLANDIN**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica obrigatória para todo e qualquer prédio locado da Administração Pública, Direta ou Indireta e Autarquias do Município de São José dos Quatro Marcos, a colocação e manutenção pelo órgão responsável, em local visível, de placa indicativa com todos os dados sobre a locação, com as seguintes informações:

I - Objeto do contrato de locação do imóvel;

II - Prazo de vigência (início e término);

III - Valor da locação;

IV - Nome do proprietário do imóvel.

Art. 2º. A placa deverá ser colocada em local visível da parte frontal do imóvel.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

São José dos Quatro Marcos/MT, 04 de novembro de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor CLAUDECIR BERTOLIN, no período de 11 a 30/11/2022, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 409 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO E MERECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER promoção por tempo de serviço e ou merecimento, conforme Artigo 1º e Artigo 2º da LEI COMPLEMENTAR Nº 071 de 11 de agosto de 2022 para o mês de novembro de 2022, conforme ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 410 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL/CLASSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER elevação de nível/classe de acordo com Artigos 39 e 40 da Lei Municipal 755/98, referente ao mês de novembro de 2022, dos servidores relacionados no ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 412 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário a servidora JOISILENE LIMA DE MOURA, no período de 08 a 27/11/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO I PORTARIA Nº 409 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

ANEXO I

PORTARIA Nº 409 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022

MATRICULA	NOME	NIVEL	REFERÊNCIA
61	ADRIANA MARIA DE SOUZA BORGATI	A	11
16730	ALANA MARTINS SOTOLANE RODRIGUES	E	08
2065	GIVANILDO DE OLIVEIRA	G	16
1923	LEONILDA MARIA DE SOUZA DE LIMA	A	13
435	MARLUCE REJANE DE AZEVEDO CHIALLE IZIDORIO	B	14
1350	MATILDE VIEIRA DE MATOS	I	12
2332	MICHELE PRADO BRAGA	K	09

2457	MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR	F	21
12877	RITA DE CASSIA BIAZOTO	A	12
15054	ROSANIA CAETANO DE OLIVEIRA ABREU	A	12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 028/2022

O Município de Serra Nova Dourada-MT, através deste ato, torna público e para conhecimento dos interessados a abertura do Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 028/2022, cujo objeto é para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HUDRAULICO, ELÉTRICO E FERRAGENS PARA ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT "** terá sua Sessão de abertura realizada no dia 23 de novembro de 2022 as 09:00 hs (Horário oficial de Brasília - DF), com credenciamento, recebimento dos envelopes de documentos de habilitação e de propostas comerciais. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo e-mail licitaserranova@gmail.com ou diretamente com a Comissão Permanente de Licitação CPL, instalada na Rua 03, s/n – Centro, Serra Nova Dourada - MT, CEP: 78.668-000, no horário de 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. Maiores informações pelo telefone (66) 3473-1008.

Serra Nova Dourada - MT, 08 de novembro de 2022.

_____

JEAN EVERSON PEREIRA NASCIMENTO

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 133/2021

PORTARIA Nº 135/2022.

O PREFEITO DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar Municipal nº 012/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR o servidor público municipal **Anselmo Pereira Nascimento**, **ocupante** do cargo efetivo Motorista, matricula funcional nº 1016, para retornar as suas funções em caráter de urgência, a partir do **dia 07 a 30 de novembro de 2022**, do o gozo de férias do servidor, com base na **Lei Complementar Municipal nº 012/2014,** para atender as necessidades da secretaria. Vale apena ressaltar, que o servidor *supracitado* irá gozar o dia *supracitados* em momento oportuno, sem prejuízos do seu direito.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Serra Nova Dourada - MT, 07 de novembro de 2022.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA 145/2022

AVISO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA **145/2022**- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, Que se encontra aberto REGISTRO DE OCORRÊNCIA tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **303/2022**, cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELAS SECRETARIAS SOLICITANTES."** Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 787, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Estabelece ponto facultativo nas repartições e órgãos da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, o dia 14 de novembro de 2022 (segunda-feira), sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º Excepcionalmente, caberá aos Secretários Municipais a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 07 de novembro de 2022.

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.736, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Gerson Cândido Ribeiro (titular) e Leandro Cesar Gehlen (substituto), fiscais do Contrato nº 311/2022, gerado da Dispensa de Licitação nº 072/2022, com a finalidade de "Contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e serviços de mão de obra nas revisões dos ônibus escolares marca M***arcopolo/Volare*** para atender as necessidades do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. º 018/2022

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. º 018/2022 - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, torna público aos interessados que se fará realizar licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇO Nº 018/2022**, através do **JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL** e consequente contratação, pelo regime de empreitada, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AURORA NO MUNICIPIO DE SORRISO-MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXO.** A abertura ocorrerá **às 08H30M** (Horário oficial de Sorriso MT), **DO DIA 05 DEZEMBRO DE 2022**, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Porto Alegre, nº 2.525, Centro, na cidade de Sorriso – MT. O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site www.sorriso.mt.go.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00 às 13h00 ou através do telefone (66) 3545-4700.

AMANDA ALVES SALDANHA – Presidente Comissão Permanente de Licitação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.735, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Camila Diel Bobrzyk (titular) e Juliano Fernando Cintra (substituto), fiscais do Contrato nº 310/2022, gerado da Ata de Registro de Preços nº 427/2022, referente ao processo licitatório Pregão Eletrônico n° 051/2022, com a finalidade de "Contratação de serviço de disponibilização de licenças dos softwares Autodesk AEC Architecture Engineering & Construction Collection, Sketch UP PRO e V-RAY 5 FOR SKETCHUP, por 36 meses, para ampliação de recursos em atividades em engenharia e arquitetura da secretaria municipal da cidade, conforme especificações constantes no termo de referência elaborado pela secretaria solicitante"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de novembro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 074/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2022

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, nº. 979N, Centro, CEP: 78.563-000, Fone (66) 3557-1248, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela Portaria 476/2022 de 04/08/2022, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, para o Registro de Preços objetivando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DO TIPO ANALISE FÍSICO-QUÍMICO E BACTERIOLOGICO DE ÁGUA PARA CONSUMO, NO ATENDIMENTO AO SETOR DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ - MT; conforme Termo de Referencia no Anexo I.

Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06, LC 147/14 E A LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018.

Forma de execução: INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: 22/11/2022

Horário: Das 07:00 horas às 08:00 horas (Horário de Local-MT)

Local: Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data: 22/11/2022

Horário: Às 8:00 horas (Horário de Local-MT)

Local: Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

Observação 01: O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248, sem qualquer ônus, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, exceto feriados e pontos facultativos).

Tabaporã – MT, 07 de Novembro de 2022.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria n°. 476/2022

DECRETO N. º 4.795/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que no dia **15 DE NOVEMBRO é comemorada a PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (feriado nacional).**

DECRETA:

Artigo 1º. - PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais no dia 14 de novembro de 2022 (Segunda-Feira).

Artigo 2º. - O disposto neste Decreto não se aplica aos órgãos e servidores que prestam serviços considerados essenciais, como os de segurança, coleta de lixo e os prestados pelo Hospital Municipal, pois, por sua natureza, esses serviços não podem sofrer descontinuidade.

§ 1º. É de responsabilidade dos Secretários Municipais garantir a continuidade dos serviços essenciais afetos às suas respectivas áreas de competência.

§ 2º. Em caso de necessidade ou emergências, poderão ser convocados servidores de qualquer repartição pública municipal.

Artigo 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã - MT, em 07 de novembro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 647/2022

CONVOCA CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sirineu Moleta, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Convocar, com fins de nomeação e posse do respectivo cargo, o candidato abaixo relacionado, classificado no Concurso Público Municipal 01/2018, realizado no período de 05/01/2018 à 14/03/2018, para comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta, na sede da Coordenadoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Concurso Público 01/2018 e entrega dos documentos abaixo listados.

1ª. Fase - Exames Médicos

I. - Os candidatos Convocados neste ato deverão providenciar, às suas expensas *(por meios financeiros próprios)*, os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

Exames de Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.
1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrasonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 12. Exame sanguíneo de **Antígeno Carcinoembrionário –** CEA - Para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos; 13. Exame sanguíneo de Antígeno Prostático Especifico - P.S.A - Para homens com idade igual ou acima de 40 anos.

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício da função de Professor
1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício de cargos ligados à manipulação de alimentos e/ou bebidas.
1. Parasitológico de fezes 2. Bacteriológico de secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia)

Exames de Apresentação obrigatória para o exercício das funções de: Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, fisioterapeuta, fonoaudiólogo.
1. Exame Anti-HCV 2. Teste de PPD - Teste Tubercolínico 3. Tempo de protombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT)

Parágrafo Único: Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os convocados deverão se dirigir à Coordenadoria de Recursos Humanos, sito a Av. Comendador Jose Pedro Dias, nº 979 N, Centro de Tabaporã, para agendamento de avaliação médica pericial, junto a Junta Médica Oficial do Município.

2ª. Fase – da DOCUMENTação,

II – Somente o candidato convocado que apresentaram todos os exames solicitados na 1ª Fase e que obtiveram o Certificado de Sanidade e Capacidade Física, na condição de APTO, expedido pela Perícia Médica Oficial do Município, deverão apresentar o ***Original e 02 (duas) Cópias***, dos Seguintes documentos:

a) Atestado de Sanidade Mental e Capacidade Física na condição de APTO expedido pela Perícia Médica;

b) Carteira de Identidade;

c) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos, ou Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral, que pode ser obtida pela internet no site do TSE (http://www.tse.jus.br);

d) CPF;

e) Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

f) Certidão de nascimento ou Certidão de Casamento, ou Sentença Declaratória de União Estável, ou Escritura Pública de União Estável;;

g) Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

h) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

i) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

j) Documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

k) Diploma/ ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital na área de atuação, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

n) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus;

o) Comprovante de habilitação (documento comprobatório) de Registro no Conselho Regional da Categoria, quando pré-requisito do cargo;

p) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

q) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

r) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

s) Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

t) Comprovante de residência;

u) Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados,

dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

v) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes (02 (duas) vias original);

w) Declaração de não ter sofrido penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

x) Termo de Compromisso (Código de Ética);

y) Apresentar número de Conta Corrente ou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

z) Certidão de Vínculo Funcional Municipal ou Estadual do domicílio do candidato (caso segurado em outro RPPS);

aa) Certidão Específica da Junta Comercial do Estado de domicílio do candidato de não participação de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, não estar transacionando com o Município;

bb) Cópia do pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo acumulável;

Paragrafo Único: Os itens **"u"** a **"x"** possuem modelos de arquivos para impressão, junto ao Anexo III, da Instrução Normativa SRH 001/2018 – 3ª. Versão, que dispõe sobre "Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo", aprovada pelo Decreto Municipal nº 3.616/2018, disponível no *site* da Prefeitura Municipal de Tabaporã, no endereço eletrônico http://www.tabaporatransparente.com.br/Legislacao/Instrucoes-normativas/, os quais deverão ser preenchidos de próprio punho pelo candidato nomeado, devendo os mesmos serem entregues no ato de sua posse com todas as demais documentações contidas neste Edital.

III - CONVOCADO:

INSCRIÇÃO	CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA – SEDE
923	DORENI DE BRITO

Artigo 2º. - O não comparecimento no prazo legal implicará na presunção de desistência dos convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 08 de novembro de 2022.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº274/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº274/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL (ÓLEO LUBRIFICANTE) PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS**., O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 07 DE Novembro de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-06/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-06/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-06/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**FUNDIDOS DE FERRO BRASIL LTDA,** inscrita no **CNPJ: 06.113.099/0001-14,** estabelecida na Avenida José Firmino, 75, Bairro Aeroporto, Carmo da Mata - MG, CEP: 35.547-000, Fone: (37) 3383-2016, E-mail: fundidosbrasil@gmail.com / ffbrasil@fundidosdeferrobrasil.com.br, representada por **SAMUEL GONÇALVES RODRIGUES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 30.520,00 (Trinta mil, quinhentos e vinte reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-07/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-07/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-07/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**VS – VARETAS SERTÃOZINHO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no **CNPJ: 27.572.655/0001-90,** estabelecida na Rua Anita Garibaldi, 1683, Conjunto 01, Ribeirão Preto – SP, CEP: 14.085-480, Fone: (16) 3446-6789, E-mail: varetasertaozinho@yahoo.com, representada por **JOSÉ EDUARDO BRAGA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 77.350,25 (Setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-08/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-08/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-08/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**POLIHYDRO MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ: 36.957.136/0001-31,** situada à Av. Senador Cesar Lacerda de Vergueiro, 123 – Jardim – CEP 13.603-013, Araras – SP, representada por **JULIANA FERREIRA PIRES DE OLIVEIRA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-09/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-09/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-09/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**MAURICIO MASSARELLI – COMERCIAL MASSARELLI,** inscrita no **CNPJ: 14.067.521/0001-70,** estabelecida na Rua Salvador Orlando, 152, Vila Dainese, Americana – SP, Fone: (19) 3461-1433 / (19) 9 8159-1119, E-mail: rmp.tubos@gmail.com, representada por **MAURICIO MASSARELLI.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 58.810,00 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e dez reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-10/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-10/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-10/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**BRV INDÚSTRIA BRASILEIRA DE REGISTROS E VÁLVULAS EIRELI - EPP,** inscrita no **CNPJ: 17.489.164/0001-27,** estabelecida na Rod. Marechal Rondon, SP 300, KM. 134, Canguera, Porto Feliz - SP, Fone: (15) 3261-1919 / (11) 9 9459-8573, E-mail: vendas@brvvalvulas.com.br, representada por **GLAUCO PAZIN.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 13.910,00 (Treze mil, novecentos e dez reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-01/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-01/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 039-01/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **053/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**MIGRASUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS,** inscrita no **CNPJ: 44.570.843/0001-07,** estabelecida na Rua Capitão Leônidas Marques, 940, Bairro Uberaba, Curitiba – PR, CEP: 81.540-470, Fone: (41) 3434-3786 / (41) 9 9914-777, E-mail: comercial@migrasul.com.br / raphael@migrasul.com.br, representada por **RAPHAEL VILHENA ALVARES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 311.690,00 (Trezentos e onze mil, seiscentos e noventa e um reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 25 de outubro de 2022, com prazo até 25 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-05/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-05/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-05/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**VISUAL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 78.334.307/0001-16,** estabelecida na Rua Conselheiro Laurindo, 825, Sala 1004, Centro, Curitiba – PR, CEP: 80.060-100, Fone: (41) 3222-3952 / (41) 9 9591-0257, E-mail: sulparcom@onda.com.br, representada por **VIVIAN DOMAREDZKY.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 6.700,00 (Seis mil setecentos reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-04/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-04/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-04/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**JAYME JACINTHO LTDA,** inscrita no **CNPJ: 41.429.108/0001-81,** estabelecida na Rua Olavio Serpa, 780, Parque Glória III, Catanduva – SP, CEP 15.807.255, representada por **JAYME JACINTHO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 42.454,50 (Quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA I - PGE Nº 060/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2022/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA A REALIZAÇÃO DE NOVAS LIGAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS DANIFICADOS DESTA AUTARQUIA.** A abertura do certame está prevista para as **09 horas do dia 22 de Novembro de 2022 (horário de Brasília - DF). Endereço** do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 07 de Novembro de 2022.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-03/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-03/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-03/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**ÔNIX MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES - A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO** inscrita no **CNPJ 29.567. 496/001-61,** localizada na Rua Vinte e Cinco, nº 27 – Bairro Coophamil, CEP 78.028-240, Cuiabá - MT, Telefone: (65 3052-3604 e E-mail: alexleite1@hotmail.com; representada pelo Sr. **ALEXSANDRO PEREIRA LEITE.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 46.620,60 (Quarenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e sessenta centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022

AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022, tipo: **MENOR PREÇO, com empreitada: GLOBAL, com o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUTAR PINTURA GERAL E ADEQUAÇÕES DE INCÊNDIO NO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO- PROF.ª JUCILEIDE PRAXEDES, visando atender demanda da Secretaria Municipal de Educação, conforme Planilhas Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo, Projeto Básico e Termo de Referência, consoante às disposições da Lei n.º 8.666/ 93.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Presidente da CPL nomeado pela Portaria nº 1.387/2022 de 14.09.2022, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, conforme segue: Empresa vencedora: **HÁBIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ,** com o valor de: **R$ 453.192.84** (quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos). O qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 07.11.2022. Tatiana Ávila Grigoletti – Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 129/2022

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 129/2022-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE CARRETA PARA BOBCAT, ROÇADEIRA FS-290, CARRINHO ASPIRADOR ASP S-120 E VASSOURA RECOLHEDORA 60,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, **Realização: 21 de novembro de 2022 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL – www.bll.org.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **08 de novembro de 2022,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra-MT, **07 de novembro de 2022**. Márcio de Oliveira Lopes - Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2022

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 119/2022, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CERDAS PARA VARREDEIRAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA,** conforme **especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,**torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 07.11.2022. Márcio de Oliveira Lopes – Pregoeiro- Portaria nº 1.387/GP/2022.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-02/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-02/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-02/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI,** inscrita no **CNPJ: 08.728.069/0001-48,** estabelecida na Avenida Miguel Sutil, 14161, Sala B, Bairro Cidade Alta, Cuiabá – MT, CEP: 78.030-485, Fone: (65) 9 9941-7490 / (65) 3637-2007, E-mail: paulohidrosolo@gmail.com, representada por **PAULO CESAR RAMOS FREIRE.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVÂNIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 9.361,00 (Nove mil, trezentos e sessenta e um reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

ENCERRAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 270/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº270/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA. , através da empresa**, E. G. DOS SANTOS - BORRACHARIA., inscrita no CNPJ sob n.º 05.466.364/0001-85,** na importância de **R$ 268,00 (Duzentos e Sessenta e Oito Reais)**. O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 07 de Novembro de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº272/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº272/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 06 BATERIAS 06 AMP PARA MANUTENÇÃO DAS MOTOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL**., O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da

Serra - MT, 07 DE Novembro de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-02/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-02/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 039-02/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **053/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**GUIMARÃES COMERCIAL EIRELI** inscrita no **CNPJ: 28.436.122/0001-44,** localizada à Rua Salvador Cabral, 637, CEP 08.770-320, Mogi das Cruzes – SP, Fone: (11) 4722-4515, E-mail: guimaraes@comercialguimaraes.com.br, representada pela Sr.ª **AMANDA GUIMARÃES DE CASTRO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 4.000,00 (Quatro mil reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 25 de outubro de 2022, com prazo até 25 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-03/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-03/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 039-03/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **053/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 08.728.069/0001-48,** estabelecida na Avenida Miguel Sutil, 14161, Sala B, Bairro Cidade Alta, Cuiabá – MT, CEP: 78.030-485, Fone: (65) 9 9941-7490 / (65) 3637-2007, E-mail: paulohidrosolo@gmail.com, representada por **PAULO CESAR RAMOS FREIRE.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 312,00 (Trezentos e doze reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 25 de outubro de 2022, com prazo até 25 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-04/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-04/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 039-04/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **053/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**C. E. MACEDO COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS – EIRELI - EPP,** inscrita no **CNPJ: 07.965.552/0001-83,** estabelecida na Rua Carlos Essenfelder, 1326, Boqueirão – Curitiba - PR CEP: 81.650-090, Fone: (41) 3277-1110 / 3078-2790, E-mail: cemacedo@cemacedo.com.br / vendas@cemacedo.com.br, representada por **CARLOS EDUARDO MACEDO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 14.850,00 (Quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 25 de outubro de 2022, com prazo até 25 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-06/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-06/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 039-06/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **053/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**SOLUÇÕES PRÁTICAS COMERCIAL ATACADISTA LTDA,** inscrita no **CNPJ: 27.222.285/0001-61,** estabelecida na Avenida Manoel José de Arruda, 2321, Bairro Grande Terceiro – (Beira Rio), Cuiabá – MT, Fone: (65) 3046-6965, E-mail: licitacao@solucoespratiscamt.com.br, representada por **JOELSON MENDES PINHO DA COSTA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 119,70 (Cento e dezenove reais e setenta centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 25 de outubro de 2022, com prazo até 25 de outubro de 2023.**

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - DISPENSA EM RAZÃO DE VALOR Nº 1006/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Compras, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a **Dispensa em razão de valor Nº 1006/2022/SAMAE**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE TUBULAÇÃO DE ÁGUA DO BARRILETE DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA DA ETA QUEIMA PÉ.** A data para envio de proposta, será dia **08/11/2022 ao dia 11/11/2022 das 07h00min até às 17h00min. Endereço** do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Processo de Dispensa poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 ou (65) 3311-6517.

Tangará da Serra - MT, 07 de Novembro de 2022.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO - SAMAE

ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº273/2022 EM RAZAO DE VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022, o Procedimento Administrativo nº273/COMPRADIRETA/SAD/2022. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA OBRA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, DEPENDÊNCIA DO GABINETE DO PREFEITO**., O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, I E II, da Lei n. 14.133/2021, e Parecer Jurídico n.º 012/PGM/2022 e alterações posteriores. Tangará da Serra - MT, 07 DE Novembro de 2022. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compras.

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-05/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 039-05/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 039-05/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **053/2022/SAMAE**.

CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**L. A COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS LTDA,** inscrita no **CNPJ: 44.570.843/0001-07,** estabelecida na Rua Olímpia, 387, Vila Guzzo, Catanduva – SP, CEP: 15.803-025, Fone: (17) 3857-4666, E-mail: asimielli@gmail.com / lahidraulico@gmail.com, representada por **ROQUE DOMINGOS SIMIELLI.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 57.468,60 (Cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 25 de outubro de 2022, com prazo até 25 de outubro de 2023.**

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-01/2022/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 038-01/2022/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 038-01/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. **051/2022/SAMAE**.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA.**
CONTRATADA	**SOLUÇÕES PRÁTICAS COMERCIAL ATACADISTA LTDA,** inscrita no **CNPJ: 27.222.285/0001-61,** estabelecida na Avenida Manoel José de Arruda, 2321, Bairro Grande Terceiro – (Beira Rio), Cuiabá – MT, Fone: (65) 3046-6965, E-mail: licitacao@solucoespraticamt.com.br, representada por **JOELSON MENDES PINHO DA COSTA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GALVANIZADO, FERRO E METAL PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 77.350,25 (Setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de outubro de 2022, com prazo até 18 de outubro de 2023.**

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA III - PGE Nº 058/2022/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2022/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR SERVIDOR E INFRA ESTRUTURA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS E ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** A abertura do certame está prevista para as **09 horas do dia 22 de Novembro de 2022 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 07 de Novembro de 2022.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREVITER
PORTARIA N.º 008/2022

"Dispõe sobre a retificação da Portaria n. 003/2021 que concedeu o ***benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho*** *a servidora* ***Sra. Elisani Feliciano dos Santos".***

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a Portaria nº. 003/2021 – PREVITER, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AMM, na data de 26 de março de 2021, Ano XVI. Nº 3. 695, que concedeu o benefício Aposentadoria a servidora Sra. **Elisani Feliciano dos Santos,** brasileira, portadora da cédula de identidade nº 867. 994 SSP/MT e CPF n.º 626.990.831-00, **a partir de 01 de marçode 2021**, conforme processo administrativo do **PREVITER, n.º 2021.03.00002P.**

Onde se Lê: (...) no cargo Técnico de Enfermagem, Classe "B", Nível "05", devidamente matriculado sob n. 2930, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com **11(onze) anos, 04 (quatro) meses e14 (quatorze)** dias de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais**, calculados com base na média aritmética simples (...).

Lêia-se:(...) no cargo Técnico de Enfermagem, Classe "B", Nível "05", devidamente matriculado sob n. 2930, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando **com 18 (dezoito) anos, 01 (um) mês e 04 (quatro)** dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais**, calculados com base na média aritmética simples (...).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Terra Nova do Norte/MT, 03 de novembro de 2022.

MADALENA APARECIDA ORTIZ GUERMANDI

Diretora Executiva PREVITER

Homologo:

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

DECRETO MUNICIPAL N° 105/2022

DECRETO MUNICIPAL N° 105/2022

"Dispõe sobre Luto Oficial e dá outras providências"

Thiago Timo Oliveira, Prefeito Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei.

DECRETA:

Art. 1° - Luto Oficial no dia 07 de novembro do corrente ano, segunda-feira, por falecimento da avó do prefeito de Torixoréu, a Sra. Doralice Oliveira, Personalidade Tradicional e Expoente deste Município

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de novembro de 2022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

TERMO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM CARÁTER EMERGENCIAL.

TERMO N° 07/2022

Dispõe sobre a extinção, por decurso de prazo, do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob N° 53/2022, de 01/09/2022.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o art. 13 e parágrafo único da Lei 437, de 27/02/2012;

RESOLVE:

I - Fica declarado extinto, na data de 31 de outubro de 2022, por decurso de prazo, o Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 53/2022, de 01 de setembro de 2022, da servidora Sirlene Aparecida da Silva Coelho, contratada ao cargo de Merendeira, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de novembro de 2022.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 64/2022.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Ivani Ferreira de Araújo – CPF nº 021.301.711-33.

Cargo/função: Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.260,38 por mês.

Prazo: Até 31/01/2023.

Data assinatura: 04/11/2022.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

IVANI FERREIRA DE ARAÚJO

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 19/2022

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 19/2022, com objetivo “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.”. Teve como “VENCEDORES”, as empresas VALE MAGASIN COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 15.252.973/0001-95, vencedor dos itens 4, 7, 8, 12, 13, 19, 24, 25, 28, 33, 36, 42, 45, 49, 51, 55, 57, 62 e 73 no valor global de R$ 160.309,02, a empresa STILUS MAQUINA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 05.870.717/0001-08, vencedor dos itens 3, 5, 6, 11, 14, 16, 17, 21, 22, 35, 37, 46, 48, 58, 61, 65, 67, 72 e 76 no valor global de R$ 131.390,00, a empresa OLMIR IORIS & CIA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 70.429.956/0001-99, vencedor dos itens 9, 10, 15, 20, 23, 29, 30, 31, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 56, 59, 60, 64, 66, 68, 70 e 71 no valor global de R$ 219.486,00 e a empresa DK INFORMATICA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 48.373.392/0001-60, vencedor dos itens 26, 27, 32, 34 e 38 no valor global de R$ 66.186,00. Vale de São Domingos – MT, 07 de Novembro de 2022. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 1211/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 845129/2022,

RESOLVE:

Conceder aservidora**ARIANNE MORIAL BRAZ DE OLIVEIRA,** matrícula 135377, exercendo o cargo de **Médico – Perfil Clínico Geral,**lotada na Secretaria Municipal de Saúde,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar, a partir de **01/12/2022 a 01/12/2024.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,07denovembro 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1210/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 845115/2022,

RESOLVE:

Conceder aservidora**APARECIDA BENEDITA DA SILVA,** matrícula 133014, exercendo o cargo de **Agente de Saúde Municipal – Perfil Auxiliar de Saúde Bucal,**lotada na Secretaria Municipal de Saúde,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar, a partir de **03/11/2022 a 03/11/2024.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,07denovembro 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2022/CME/VG/MT

Fixa normas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico com aProposta Pedagógica e Regimento Escolar das Instituições de Educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande.

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, com base na Lei Federal Nº 9.394/96 e nas Leis Municipais Nº 2.363/01, Nº 2.635/03 e Nº 4.303/17 e tendo em vista a deliberação em Sessão Plenária do dia 05 de outubro de 2022;

Resolve:

Art. 1º - As instituições de educação, integrantes do Sistema Municipal de Ensino, têm a incumbência de elaborar seu Projeto Político Pedagógico com aProposta Pedagógica e Regimento Escolar, conforme determina a legislação e o que consta nesta Resolução.

Art. 2º - O Projeto Político Pedagógico é o documento que define e orienta a ação pedagógica de cada Unidade Escolar.

§ 1º -O Projeto Político Pedagógico tem como pressupostos os referenciais teóricos que representam a concepção filosófica, política, sócio antropológica e pedagógica, apontados pela comunidade a que se destina, respeitando:

I. Nas instituições públicas de educação, os princípios emanados do Plano Municipal de Educação, do Sistema Municipal de Ensino, as DRCs – Documentos Referenciais Curriculares e a legislação vigente;

II. Nas instituições privadas de Educação Infantil, o Plano Municipal de Educação, no que couber, as diretrizes da mantenedora, as normas do Sistema Municipal de Ensino e a legislação vigente.

§ 2º -Caberá à Unidade Escolar promover a participação de todos os segmentos da comunidade educativa na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico, visando garantir a consolidação e o aperfeiçoamento da gestão democrática na Unidade Escolar.

Art. 3º - A Proposta Pedagógica é o documento oficial que ordena do ponto de vista pedagógico, o currículo da Unidade Escolar, e é parte integrante do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Art. 4º - A elaboração do Projeto Político Pedagógico com a Proposta Pedagógica é de autonomia e atribuição da Unidade Escolar com a participação de seus profissionais e deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacional, com os DRCs – Documentos Referenciais Curriculares das etapas de ensino ofertadas pelo município e legislação específica vigente.

Art. 5º - O documento contendo o Projeto Político Pedagógico com aProposta Pedagógica apresentar-se-á, conforme Anexo I da presente Resolução.

§ 1º- Cabe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SMECEL, orientar as Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino na elaboração do Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica, bem como adequações, quando se fizerem necessárias, sempre fundamentadas nos DRCs – Documentos Referenciais Curriculares específicos para cada Etapa de Ensino.

§ 2º - As adequações do Projeto Político Pedagógico, das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, devem ocorrer após avaliação do mesmo, anualmente (Semana Pedagógica), comacompanhamento da SMECEL.

Art. 6º - O Regimento Escolar é o documento normativo que regulamenta a organização e o funcionamento da Unidade Escolar quanto aos aspectos administrativos, pedagógicos e legais.

Art. 7º - A elaboração do Regimento Escolar é de autonomia e atribuição da Unidade Escolar, com a colaboração da comunidade escolar, conforme estabelecido na legislação vigente.

Art. 8º - O documento contendo o Regimento Escolar apresentar-se-á, conforme Anexo II da presente Resolução.

Art. 9º - O Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar das escolas públicas municipais serão aprovados pelo Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar/CCDE,com registro em ata.

Parágrafo único - Cabe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer orientar as Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino na elaboração do Regimento Escolar bem como, adequações quando se fizerem necessárias.

Art. 10 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução Nº 013/2017/CME/VG.

Registrada,publicada,cumpra-se.

Várzea Grande, 10 de outubro de 2022.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Resolução republicada com o acréscimo do termo NORMATIVA.*

ANEXO I

REFERENCIAL PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E PROPOSTA PEDAGÓGICA

CAPA

SUMARIO

1. FILOSOFIA DA ESCOLA.

Como a escola pensa a educação e como será desenvolvida. Observar os princípios e fins da educação definidos na LDB e no PME do município.

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

2.1 - Nome, endereço

2.2 - Etapas e modalidades de ensino ofertadas

2.3 - Constituição de turmas; número de turmas; períodos ou turnos de funcionamento; organização em séries, ciclos ou misto.

3. INTRODUÇÃO

Apresentação do Projeto Político Pedagógico. Comentários sucintos sobre os objetivos de sua elaboração, circunstâncias em que foi elaborado, ideias centrais, sua relevância, etc.

4. DIAGNÓSTICO

Características gerais da comunidade na qual aUnidade Escolarestá inserida considerando:

4.1 - Caracterizações da Unidade Escolar (identidade) - Fundação, denominação e outros itens que julgarem necessários.

4.2 - Contexto da Unidade Escolar.

4.2.1- Ambiente social, cultural e físico onde está localizada a unidade escolar.

A comunidade em que a Unidade Escolar está inserida - características da população, costumes, lazer, grupos comunitários, lideranças comunitárias, associações, clubes, igrejas, acesso a meios de comunicação etc.; localização física da escola – características do bairro, ruas, praças, espaços de lazer, equipamentos comunitários, instituições educativas, meios de acesso, sistema de transporte, situação das residências, saneamento, serviços de saúde, comércio.

4.2.2 - Situação socioeconômica e educacional da comunidade:

Ocupações principais (tiposde empregos e trabalhos existentes), níveis de renda, condições de trabalho, acesso a bens de consumo, níveis de escolaridade da população e outros dados relevantes para Unidade Escolar.

4.2.3 - Situação física da Unidade Escolar:

Condições da edificação, dimensões, dependências, espaços para atividades pedagógicas e de lazer, biblioteca, estado de conservação, instalações hidráulicas e sanitárias, paisagismo, conforto ambiental (iluminação, ventilação, etc.); adequação de salas de aula.

4.2.4 - Organização da Unidade Escolar e do ensino:

Planos e projetos existentes na escola; distribuição e ocupação do tempo e dos espaços pedagógicos; existência de classes de apoio; condições de atendimento: aos deficientes; às diferenças de gênero, etnia, raça e religião, a jovens e adultos (se houver).

4.2.5 - Relações entre a Unidade Escolare a comunidade:

Formas de participação da comunidade educativa (pais, autoridades locais, associações de moradores, clubes de mães); parcerias com órgãos públicos, empresas e organizações da sociedade civil; utilização dos espaços da escola pela comunidade.

5. RESULTADOS EDUCACIONAIS: desempenho global da Unidade Escolar:

Avaliação do desempenho global da escola: índices alcançados em relação a outras escolas do município e do estado. Dados do censo escolar. Medidas que estão sendo tomadas em relação a problemas detectados. Metas propostas: quantificação e tempo para ser alcançadas.

6. CONVIVÊNCIA NA UNIDADE ESCOLAR

Relações interpessoais na escola. Formas de tratamento de questões de violência externa, interna; indisciplina (observar o disposto no regimento escolar).

7. PROPOSTA PEDAGÓGICA

7.1 - Diretrizes:Combase nos resultados das avaliações internas e externas,definição dos compromissos gerais a serem assumidos pelo coletivo da escola, incluindo a elaboração das metas a curto, médio e longo prazo.

7.2 -Fundamentos:Concepções de: aprendizagem, avaliação, criança, adolescente, jovem e adulto; conceitos e princípios que fundamentarão o trabalho da escola: conceito de educação, papel da educação, papel da escola pública; perfil do cidadão a ser formado, de educadores, etc.

7.3 - Dispositivos legais: Dispositivos legais e normativos a serem considerados e o que eles determinam em relação à educação escolar. Ver: Constituição federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), Plano Nacional de Educação, Plano Municipal de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, DRCs – Documentos Referenciais Curriculares Municipal, Resoluções do Conselho Municipal de Educação – CME e Regimento Escolar.

7.4 - Currículo: Organização do currículo a ser trabalhado. Diretrizes Curriculares Nacionais e DocumentosReferenciaisCurriculares - DRCs Municipal, parte diversificada e forma de composição curricular.

Como a escola trabalha:o atendimento à base nacional comum; como está posta a parte diversificada com relação a igualdade racial (Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008), as diversidades, as intolerâncias: religiosas de gênero e outros, o atendimento a Lei Maria da Penha; Prevenção e combate ao bulling (Lei 13.135/2015);composição curricular; definição de conteúdos curriculares; a interdisciplinaridade (integração de disciplinas) e transversalidade (definição de temas transversais); a integração com os projetos desenvolvidos pela escola, distribuição do tempo pelos componentes curriculares; orientação didática adotada; atividades didáticas integradas; adequação dos materiais da biblioteca ao currículo; materiais didáticos adotados: escolha e adequação; parâmetros de avaliação adotados; instrumentos de avaliação.

7.5 - Sistemática de Avaliação da Aprendizagem: desempenho escolar dos estudantes.

Definir a forma de avaliação, promoção e registro (observar Regimento Escolar), aprovação, retenção e evasão. Relação/defasagem idade/séries anuais.

8 – Avaliação do Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico deve ser objeto de avaliação contínua para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas. Devendo prever momentosde avaliação anual, com participação de toda a comunidade escolar e o devido acompanhamento e registro pela SMECEL.

OBS: As Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Várzea Grandeque oferecem o Programa Escola em Tempo Ampliado/ETA devem incluir na organização administrativa e pedagógica, o objetivo, a organização e o funcionamento do mesmo.

9 - Referências Bibliográficas

ANEXO II

REFERENCIAL PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR

CAPA

SUMÁRIO

TÍTULO I

DA IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR E DE SEU MANTENEDOR

Capítulo I - DA IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE ESCOLAR

Neste capítulo constará o nome da Unidade de Escolar, localização, data e ato de criação, credenciamento e cursos devidamente autorizados pelo Conselho Municipal de Educação.

Capítulo II - DA MANTENEDORA DA UNIDADE DE ESCOLAR

(Neste capítulo deve constar a identificação completa do mantenedor: nome, localização, CNPJ)

Capítulo III - DOS PRINCÍPIOS, FINS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO (Neste capítulo deverá constar Filosofia, Princípios e Fins da Educação Nacional e local, bem como os objetivos propostos pela Unidade Escolar para o desenvolvimento da Educação, conforme definido no Projeto Político Pedagógico).

Capítulo IV - DO REGIME DE FUNCIONAMENTO (Definir o regime de funcionamento da Unidade de Escolar, com duração da jornada diária de cada curso oferecido e horário de início e termino de cada turno).

OBS: Onde houver Programa de Escola em Tempo Ampliado - ETA, observar a forma de funcionamento.

TÍTULO II

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Capítulo I – DA FORMA DE GESTÃO (Definir o modelo de gestão, observando os princípios da Gestão Democrática definidos na Constituição Federal, LDB, Lei de Gestão Democrática Municipal e outras Normas de Ensino).

Capítulo II - DA DIREÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR (Definir a composição da Equipe Gestora da escola – Diretor, Coordenador/Supervisor, Secretario e outros, bem como a forma de escolha, em se tratando de escolas públicas, observar a Lei de Gestão Democrática).

Capítulo III - DOS DOCENTES, TDE (TDI/TDEE) E ADMINISTRATIVOS (TAE/TSAE) (Falar sobre a formação).

Capítulo IV - DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS (Definir a estrutura, forma de constituição, objetivos e atribuição de cada Conselho – Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar, Conselho Fiscal, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil e outros).

Capítulo V – DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

(Definir forma, critérios).

TÍTULO III

DA GESTÃO PEDAGOGICA

Capítulo I – DA ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO (carga horária anual, matrículas e outros – matriz curricular e calendário escolar).

Capítulo II – DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICO (falar da estrutura organizacional e objetivos das Etapas e Modalidades de Ensino

ofertadas, regime (parcial, integral, etc), duração, turnos, organização de turmas e outros).

Capítulo III – DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO (Falar das formas e objetivos da avaliação; tipos e critérios de registros do aproveitamento escolar, critérios de Classificação, Reclassificação, Progressão Parcial e Frequência).

Capítulo IV – DA TRANSFERENCIA (Definir os critérios para recebimento e expedição dos históricos escolares, observados a legislação).

TÍTULO IV

DAS NORMAS DE CONVIVÊNCIA

Capítulo I – DOS PRINCIPIOS DE CONVIVÊNCIA (Falar sobre as relações interpessoais na escola, formas de tratamento de questões de violência externa, interna; indisciplina. O mesmo texto disposto no PPP).

Capítulo II – DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES (Descrever, de acordo com o disposto na legislação municipal, os direitos, deveres e proibições dos Estudantes, Professores, Pais, Equipe Gestora, Equipe Administrativa e Órgãos Colegiados).

Capítulo III – DAS SANÇÕES E RECURSOS (Definir as sanções e os recursos em conformidade com a legislação vigente).

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

(Falar sobre a alteração do Regimento Escolar – início da vigência. Ressaltar que o Regimento Escolar para efeito jurídico educacional ampara legalmente a execução do Projeto Político Pedagógico, da aprovação e homologação, datar e assinar (a assinatura deve ser do diretor escolar e presidente do CCDE (pública) ou do representante legal da mantenedora (privada), casos omissos recorrer a quem?, nas Unidades Escolares Públicas falar sobre o uso dos uniformes escolares observando a legislação municipal vigente.).

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº001/2022 /CME/VG/MT

Altera § 2º do Artigo 53, §3ºdo Artigo 110 e § 3º do Artigo 132da ResoluçãoNº 012/2017/CME/VG/MT,que fixa normas para a Educação Básica, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei n. º 9.394/96-Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº. 13.005/201-Plano Nacional de Educação, Lei Federal n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 2.363/2001 – Sistema Municipal de Ensino, Lei n.º 4.102/2015 - Plano Municipal de Educação, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração Universal dos Direitos das Crianças, Política Nacional das Pessoas Com Deficiência e por deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Educação – VG, aprovada em 14 de setembro de 2022:

Resolve:

Art. 1º -Fica alterado o § 2º do Artigo 53, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - *A frequência mínima obrigatória para os estudantes é de 75% (setenta e cinco por cento), sendo que o cálculo deve ser efetuado sobre o total da carga horária a partir do ato da matricula doestudante, no Ciclo Básico de Alfabetização Cidadã/CBAC, para fins de promoção ao seu final.*

Art. 2º - Altera o § 3º, do Artigo 110, que passa a vigorar com seguinteredação:

§ 3º. *O estudante de matrícula extraordinária, exceto na Educação Infantil e Ciclo Básico de Alfabetização Cidadã/CBAC, poderá ser submetido à reclassificação para o ano/fase seguinte, no ano letivo subsequente, quando não atingir o mínimo de frequência e de aproveitamento de estudos previstos na Legislação e Regimento Escolar, no ano letivo antecedente, observado:*

a) *A frequência obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) será apurada a partir da matricula do estudantena nova série para qual foi reclassificado.* ***b)*** *Para fins de promoção, a média do estudantedeve ser consignada pelo seu aproveitamento escolar, a partir de seu ato de matricula na nova série/ano.* ***c)*** *O aproveitamento do estudante,obtido com a reclassificação, deve constar em ficha individual para posterior transcrição ao histórico escolar, no ano/serie, que o aluno demonstrou conhecimento por processo de avaliação de reclassificação, observando no espaço adequado do histórico a fundamentação legal.*

Art. 3º -Altera o § 3º do Artigo 132, que passará a ter a seguinte redação:

§ 3º. *Somente poderá ser beneficiário da reclassificação estudante que apresentar rendimento escolar superior ao exigido na fase, ciclo ou série, o de matrícula extraordinária no ano anterior, o estudante reprovadopor falta, ou ainda, estudante oriundo de outras formas de organização escolar adotadas pela Unidade de Escolarreceptora.*

Art. 4º - Esta Resolução entrará e vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 14 de setembro de 2022.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

**Resolução republicada com o acréscimo do termo NORMATIVA.*

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 21/2022 - MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA

Processo n° 830372/2022. Objeto:**Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada em serviços de engenharia para construção de cerca de arame liso (8 fios) com blocos e concreto, no município de Várzea Grande para atender as necessidades da Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável**.A realização está prevista para o dia **29 de novembro de 2022, às 08h30min (horário local),** endereço: **Sala de Licitações da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Bairro Água Limpa – Várzea Grande/MT.** O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria Municipal de Viação e Obras em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br, no campo Licitações.Várzea Grande – MT, 07 de novembro de 2022.**Luiz Celso Morais de Oliveira-**Secretário Municipal de Viação e Obras, **Célio dos Santos**-Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

PORTARIA Nº 294/2022

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATO Nº 016/2022 – RENICS EQUIPAMENTOS EIRELI – INEXIGIBILIDADE Nº 005/2022; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022.

Objeto: Contratação da empresa RENYCS EQUIPAMENTOS EIRELI, única autorizada no Brasil especializada no fornecimento de produtos da marca AZUD (peças de reposição dos equipamentos instalados na ETA Cristo Rei), para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Luiz Henrique Vaz

RG n.º: 726693 SSP/MT **CPF n.º:** 496.418.831-00

End.º: nº 255 **Bairro:** Boa Esperança

Matrícula n.º: 2.412 **Cidade:** Cuiabá – MT

Suplente de Fiscal: Paulo Henricky Mariano

RG n.º: 201430647 SEJUD/MT **CPF n.º:** 029.442.111-45

End.º: Rua Trinta e Oito, nº 03 **Bairro:** Jardim Ouro Verde

Matrícula n.º: 689 **Cidade:** Várzea Grande – MT

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 07 de Novembro de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PORTARIA Nº 1202/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 765820/2021.

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 1178/2021, que **Averbou** em favor da servidora, **GISELLE CRISTINA SANTANA DE AGUIAR**, matrícula 18018, lotada na Secretaria Municipal de Defesa Social, exercendo o cargo de Guarda Municipal, do Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente junto à iniciativa privada, antes de sua posse efetiva no Município, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº. 001357/2020, emitida pelo **CUIABÁ-PREV FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ/MT,** relativos aos períodos de **02.07.1997 a 31.01.1998** totalizando em **214 (duzentos e quatorze) dias líquidos,** correspondendo a **00 (zero) ano, 07 (sete) meses e 04 (quatro) dias**,para **Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Onde se lê: conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº. 001357/2020, emitida pelo CUIABÁ-PREV FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ/MT, relativos aos períodos de 02.07.1997 a 31.01.1998, totalizando em 214 (duzentos e quatorze) dias líquidos, correspondendo a 00 (zero) ano, 07 (sete) meses e 04 (quatro) dias, para Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.

LÊIA-SE: conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº. 1445/2021, emitida pelo **CUIABÁ-PREV FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ/MT,** relativos aos períodos de **25.04.2012 a 31.08.2012,** totalizando em 126 (cento e vinte e seis) dias líquidos, correspondendo a **00 (zero) ano, 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias**, para Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,

07 de novembro de 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 52/2022- MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA

Processo n° 840954/2022. Objeto:**Contratação de empresa capacitada em prestação de serviços técnicos para executar as ações e atividades previstas no Projeto de Trabalho Social nos bairros: A-10 São Jorge, Jardim Costa Verde e Santa Maria, A-11 Parte do São José, Vitória Régia e A-12 Parte do São José, Vitória Régia e Primavera (Monte Castelo) no Município de Várzea Grande/MT, através do Programa Saneamento Básico - Apoio a Esgotamento Sanitário-PAC Sub Bacia 02 e 05, conforme Termo de Compromisso nº 0408724-88/2013 CAIXA/PMVG e a Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades**, através da Pregoeira Oficial designada pela Portaria nº 36/2022/SMVO-GAB, de 28 de julho de 2022, Srª. Aline Arantes Correa. A realização está prevista para o dia **24 de novembro de 2022, às 10h00min (horário Brasília - DF)** através do Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br).O">www.bllcompras.org.br).O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria de Viação e Obras sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado gratuitamente através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou, em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande – MT, 07 de novembro de 2022.**Luiz Celso de Morais Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

PORTARIA Nº 1203/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 765820/2021.

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **GISELLE CRISTINA SANTANA DE AGUIAR**, matrícula 18018, lotada na Secretaria Municipal de Defesa Social, exercendo o cargo de Guarda Municipal, do Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº. 794/2021, emitida pelo **MATOGROSSO PREVIDENCIA - MTPREV,**relativos aos períodos de **02.07.1997 a 31.01.1998,** totalizando em **214 (duzentos e quatorze) dias líquidos,** correspondendo a **00 (zero) ano, 07 (sete) meses e 04 (quatro) dias**,para **Efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 07 de novembro de 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1136/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021, de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de junho de 2021, pag. 502, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 001/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 07 de novembro de 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N. 22/2022

Processo nº 822763/2022. Objeto:Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Ampliação da **EMEB "AIR ADDOR"**, localizada na Rua Três Marias, s/n, Loteamento: Jardim Ouro Verde, Bairro: Canelas, CEP 78.148-115 no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 3.877,59m², contemplando os serviços de demolição e retiradas, infraestrutura e superestruturas, sistema de cobertura, sistema de vedação, esquadrias, divisórias, bancadas e peitoris, revestimentos interno e externo, pisos internos e externos, pintura interna e externa, instalações hidrossanitárias e instalações elétricas, instalações de gás, combate a incêndio e limpeza de obra incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.Destarte as análises sobrescritas e atendendo ao item 12.12 do Instrumento Convocatório, a CPL **ACATA** o parecer da Equipe técnica tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA:CLASSIFICADAS**em **1º Lugar** a empresa **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** CNPJ nº 13. 147.763/0001-01, em **2º Lugar** a empresa **ECONST CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** CNPJ nº 11.206.966/0001-04, em **3º Lugar** a empresa **R. GONÇALVES CARVALHO EIRELI** CNPJ nº 26.574.991/ 0001-00, por atendimento as regras editalícias e/ou diligências, e; **DESCLASSIFICADA** a empresa: **IMPACTO CONSTRUÇÕES EIRELI** CNPJ nº 42.226.448/0001-78, por desatendimentos ao Instrumento Convocatório.**VENCEDORA** a licitante **CONSTRUTORA KULUENE EIRELI** CNPJ nº 13.147.763/0001-01, **com o valor de R$ 1.263.544,39** (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos), detentora da melhor proposta.A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 14 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93, a contar da data de **08/ 11/2022 e prazo final dia 14/11/2022 às 17:00hs**.O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande, 07 de novembro de 2022. **ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA -** PRESIDENTE CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, inscrito no CNPJ: 03.507.548/ 0001-10, torna-se público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – **SEMMADRS/MT** o pedido de Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, para as obras de Pavimentação e Drenagem, localizada nas ruas, GRAÇA ARANHA, LIMA BARRETO, OITAVO CLARIA, S/N, CATULO P. CEARENSE, com extensão de 1.024,97 metros, Bairro Parque Sabiá, município de Várzea Grande – MT.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 017/2022

Processo nº837903/2022. Ratificação do Processo de Inexigibilidade de Licitação paraa Aquisição de Livros do Programa Compasso Socioemocional, para atender aos alunos da rede municipal de ensino da educação infantil (04 e 05 anos) e ensino fundamental (2º ao 5º ano) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, fornecidos exclusivamente pela empresa **AFG – Editora Educacional Ltda**., inscrita no CNPJ:18. 266.656/0001-16, no valor total de R$ 4.668.000,00 (quatro milhões seiscentos e sessenta e oito mil reais),com prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. O documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande-MT, 04 denovembro de 2022.**Silvio Aparecido Fidelis**- Secretário Municipal Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 18/2022

Processo nº 840617/2022. Ratificação do Processo de Inexigibilidade de Licitação para Contratação de instrutor credenciado pela Polícia Federal para ministrar curso teórico e prático de tiro para armas de fogo de repetição, semiautomática, automática e armas não letais (Serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal), para obtenção do porte funcional para os integrantes da Guarda Municipal de Várzea Grande-MT, via demanda da Secretaria Municipal de Defesa Social, via Inexigibilidade de Licitação.,fornecida exclusivamente pelo Senhor PAULO CÉSAR DELFINO–inscrito no CPF/MF sob o n.º 393.759.431-00, no valor total de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, com valor mensal de R$ 11.000,00 (onze mil reais).O documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande-MT, 07 denovembro de 2022.Alessandro Ferreira da Silva - Secretário Municipal Defesa Social.

ADESÃO Nº 54/2022

Adesão a Ata de Registro de Preços nº 090/2021 oriunda do Pregão Presencial nº 038/2021 do Município de Poconé - MT. Processo nº841300/2022. Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 090/2021 oriunda do Pregão Presencial nº 038/2021, cujo objeto é aquisição de uniformes, afim de atender a Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana do Município de Várzea Grande – MT. Totalizando o valor de **R$ 39. 708,00 (Trinta e Nove Mil e Setecentos e Oito Reais),**cuja empresa vencedora:**S. M. GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA** inscrita no **CNPJ sob nº 08.711.005/0001-34**.Desse modo **AUTORIZO** a **ADESÃO** aos itens:**14** e **15** da Ata de Registro de Preços nº 090/2021 oriunda do Pregão Presencial nº 038/2021, conforme condições e quantitativos e valores previstos no Termo de Referência, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 07 de novembro de 2022.**Breno Gomes -** Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

1º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 04/2022

1. Versam os presentes autos em procedimento licitatório de Chamamento Público na qual objetiva o CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESES E PRÓTESES EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, PA-

DRONIZADOS PELA TABELA SIGTAP/SUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT**.**

2. Realizada a sessão pública de abertura de envelopes e averiguação das documentações de habilitação e das propostas de preços pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde subsidiando a Comissão Permanente de Licitações, declarando **CREDENCIADA** a empresa **ASTRAMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 07.733.630/0001-14, com valor total de R$ 1.713.210,61 (um milhão, setecentos e treze mil, duzentos e dez reais e sessenta e um centavos).

3. Remetido os autos à Procuradoria Geral, em análise verifica se a conformidade do Processo Licitatório quanto à legislação vigente, bem como aspectos de natureza eminente técnico – administrativa, e que o mesmo encontra-se saneado para providencias necessárias legais, por terem sido observados os preceitos legais do procedimento licitatório, conforme fls. 360/361 Parecer N. 774/2022.

4. No caso em comento, todos os trâmites processuais respeitaram as legítimas exigências constantes do edital e respeitado os prazos e os meios de publicidades, o certame transitou de forma normal.

5. Como já anotado anteriormente as exigências requeridas foram àquelas suficientes para demonstrar a capacidade técnica da licitante, sendo que a documentação atende as exigências mínimas para execução do objeto ora homologado e o valor da proposta da licitante está dentro do estimado pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Assim, observados os preceitos legais da lei n. 8666/93 e Constituição Federal de 1988, **HOMOLOGO** o presente certame e **ADJUDICO** seu objeto a empresa **ASTRAMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 07.733.630/0001-14; na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93. Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida licitante.

7. Dê-se publicidade.

Várzea Grande – MT, 07 de novembro de 2022.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário Municipal de Saúde /SMSVG

AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 04/2022

PROC. ADM. N.: 822334/2022

O Município de Várzea, por intermédio **Fundo Municipal de Saúde,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.364.895/0001-60 neste ato sendo representado pelo Secretário **Gonçalo Aparecido de Barros**, torna público, para conhecimento dos interessados, o aviso de resultado do **CHAMAMENTO PÚBLICO**, cujo objeto é CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESES E PRÓTESES EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, PADRONIZADOS PELA TABELA SIGTAP/SUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT, onde foi declarada CREDENCIADA para a realização do LOTE ÚNICO a empresa **ASTRAMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 07.733.630/0001-14, valor total R$ 1.713.210,61 (um milhão, setecentos e treze mil, duzentos e dez reais e sessenta e um centavos).Várzea Grande – MT, 07 de novembro de 2022.**Gonçalo Aparecido de Barros /** Secretário Municipal de Saúde /SMSVG

PORTARIA Nº 1076/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 839375/2022,

RESOLVE:

Conceder a servidora **AMANDA APARECIDA BALMES BESINOTO ROJAS**, Matrícula 151751, exercendo o cargo de Auditor Fiscal Tributário Da Receita Municipal, **08 (oito) dias de Licença para ausentar-se do serviço Público em virtude de casamento**, conforme (Artigo 108, III, a), da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período de**31/10/2022 a 0711/2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 07 de novembro de 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 299/2020

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 34.028.316/0016-90. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, II da Lei n. 8.666/1993, na justificativa e autorização exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 299/2020, bem como nos demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 843584/2022. OBJETO: Este instrumento tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da contratação de produtos e serviços por meio de pacote de serviços dos correios, mediante adesão ao Termo de Condições comerciais. VALOR: Fica mantido o valor da contratação em R$ 621.500,00 (Seiscentos e vinte e um mil e quinhentos reais). DO/Projeto-atividade: 2255/ 2295/ 2214/ 2054/ 1538/ 1539/ 1540/ 1541/ 2080 /2246/ 2250/ 2265/ 2340/ 2341/ 1553/ 2231/1482 /2165 /2208/ 1351 /2339/ 2236/ 2329/ 1486/ 1349/ 1575/ 1576 /2006/ 2090/ 2305/ 2282/ 2050 Elemento: 339039. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência da contratação, a partir da data de seu vencimento [03/11/2022 a 03/11/2023].

DATA DE ASSINATURA: 28/10/2022

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria Municipal de Gestão Fazendária

Contratante

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N. 317/2022.

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 41.947.390/0002-70.** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 16/2022, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 07/2022 da Secretaria Municipal de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 830594/2022. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletro portáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 8.935,00 (oito mil, novecentos e trinta e cinco reais). UO:

SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/01621/0261/0160. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL E CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria de Saúde, que designa neste ato, na função de Fiscal Titular, o servidor ARTHUR ASSIS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF n. 032.221.001-10; e, na função de suplente, o servidor LUIZ MARCOS GUIMARÃES PATINI, inscrito no CPF n. 054.360.461-69.

DATA DE ASSINATURA: 06.10.2022

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria De Municipal De Saúde

Contratante

CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N. 410/2022.

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ n. 22.578.608/0001-55.** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriunda da Adesão à Ata de Registro de preço n. 13/2022 do Pregão Eletrônico n. 13/2022 do Consócio Público do Extremo Sul – CODES (PROCESSO GESPRO N. 839142), referente ao Município de Pelotas/RS. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza, para atender as necessidades da Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer do município de Várzea Grande/MT. VALOR: O valor total é de R$ 9.072.963,00 (nove milhões e setenta e dois mil e novecentos e sessenta e três reais). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0119/02190. VIGÊNCIA: prazo estipulado para o presente contrato é de 12 (doze) meses, não podendo este prazo ser prorrogado. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a efetivação do contrato ficarão a cargo dos servidores: Fiscal de contrato: Anderson Silva Blanco, inscrito no CPF n. 393.582.671-00 e Miro Santana da Silva, inscrito no CPF n. 405.546.351-00, da Gerencia de Patrimônio.

DATA DE ASSINATURA: 27.10.2022

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria De Municipal De Educação

Contratante

SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 115/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e o credenciado CARLOS JULIO VARGAS 32580916253, ambos qualificados abaixo, onde se objetiva a prestação de serviços de Pedreiro, conforme credenciamento realizado, com vinculação ao Edital de Chamamento/Credenciamento N.º 002/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado apenas de CREDENCIANTE e o CREDENCIADO: **credenciado CARLOS JULIO VARGAS 32580916253, CNPJ: 46.840.226/0001-00,** domiciliado na Rua Projetada, s/n, Centro, Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, CEP: 78.245-000, têm, entre si, justo e acertado o presente contrato administrativo de credenciamento, tendo em vista a homologação do processo de **CREDENCIAMENTO N.º 002/2022**, com base no que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato administrativo a contratação do **CREDENCIADO**, na condição de pessoa jurídica, para atuar como Pedreiro conforme planilha do setor de engenharia (em anexo), para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.

Subcláusula Primeira - Da Individualização do Serviço Contratado

O Setor de Engenharia através da C. I. nº. 44/2022, comunica o Setor de Licitações e Contratos quanto ao quantitativo de diárias necessárias para execução de calçada, pastilha cerâmica em paredes, reparos e manutenção em vasos sanitários, assentamento de lixeira.

Para a execução destes serviços estima-se uma quantidade de 38 (trinta e oito) diárias. Sendo cada diária calculada em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos vinculados às Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.0153 - Manutenção da Secretaria Mun. Educação

4.4.90.51.00 – Obras e Instalação

Ficha: 102/500

R$ 5.700,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados em decorrência do presente contrato se darão conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, constante no Termo de Referência vinculado a este processo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS

Os serviços terão os seguintes valores nominais:

Pedreiro: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único. Nos preços computados neste contrato estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato é de **R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)**, sendo R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por diárias, até o limite estipulado no Plano de Trabalho redigido pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O valor do contrato será fixo e irreajustável por ter vigência inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

Para efeito de pagamento, o CONTRATADO encaminhará à Secretaria de Finanças, após cada período mensal de prestação de serviços, as respectivas Notas Fiscais/Faturas, acompanhadas do termo de prestação definitivo do serviço, a ser fornecido pelo Fiscal de Contrato.

§ 1.º Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de entrega das Notas Fiscais/Faturas no protocolo do órgão indicado no caput desta cláusula.

§ 2.º As Notas Fiscais/Faturas poderão ser retiradas diretamente no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT.

§ 3.º As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem incorreções.

§ 4.º O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO no Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato é de 38 (trinta e oito) dias a contar de sua assinatura, com vigência estimada até o dia **03 de dezembro de 2022**, consoante definido no Plano de Trabalho em anexo para a localidade incumbida ao CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

a) atender às solicitações da Secretaria de Obras deste Município, executando os serviços com presteza e eficiência;

b) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

c) responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços, ainda que culposos;

d) manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme previsto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:

a) expedir as ordens de prestação dos serviços;

b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente termo;

c) exercer a fiscalização da prestação dos serviços;

d) efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste contrato;

e) fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;

f) nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é o da empreitada por preço estimado.

§ 1.º A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Fiscal nomeado pela **Portaria Nº. 439/2022**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

§ 2.º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação do serviço em desacordo com as especificações e disposições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer cláusula contida no presente contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1.º A inexecução parcial ou total do presente contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2.º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

b) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao décimo.

§ 3.º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço realizado com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo contrato, eventualmente existentes.

§ 4.º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5.º Os dias não trabalhados serão descontados do pagamento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) O Edital de CREDENCIAMENTO N.º 002/2022 e seus anexos;

b) A proposta assumida pelo CONTRATADO.

2. Aplicam-se às omissões deste ajuste as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1993 e das demais normas regulamentares pertinentes.

3. Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 26 de outubro de 2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**CARLOS JULIO VARGAS 32580916253** **CNPJ: 46.840.226/0001-00** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 085/2022 PMVB

PREGÃO N. 085/2022 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇAO DE MICROSCÓPIO, ELETROCARDIÓGRAFO E DERMATOSCÓPIO+ADAPTADOR PARA TABLET.

CREDENCIAMENTO: 13h30m do dia 21/11/2022.

INICIO DA SESSÃO: 13h30m do dia 21/11/2022.

Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PORTARIA Nº 019/2022/GS/SME

Dispõe sobre o período de rematrículas e novas matrículas, bem como os critérios para Composição de Turmas nas Unidades Escolares Públicas da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2023.

A **Secretária Municipal de Educação** de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, no uso das suas atribuições legais e, CONSIDERANDO:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; Lei Federal nº 11.114, de 16 de maio de 2005; Lei Federal nº 11. 274, de 06 de fevereiro de 2006 e Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008;

- Lei Complementar Municipal nº 066, de 15 de fevereiro de 2016;

- Resolução do CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008; Resolução do CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009; Resolução do CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012; Resolução do CNE/CEB nº 02, de 22 de dezembro de 2017; Resolução do CNE/CEB nº 02, de 09 de outubro de 2018; Resolução do CNE/CP nº 02, de 10 de dezembro de 2020 e Resolução do CNE/CP nº 02, de 05 de agosto de 2021;

- Resolução do CEE/MT nº 02, de 24 de setembro de 2015; Parecer do CEE/MT nº 01, aprovado em 28 de novembro de 2018;

- A necessidade de definir critérios visando a composição de turmas das Escolas Municipais e a organização do respectivo Quadro de Pessoal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer que é de competência da Secretaria Municipal de Educação – SME, da Gestão da Unidade Escolar e, com acompanhamento do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE, a composição de turmas mediante o número de matrículas existentes, modalidades oferecidas, níveis de ensino e turnos de funcionamento.

Art. 2º - Estabelece o período de **08 de novembro a 02 de dezembro de 2022** para as rematrículas e novas matrículas dos alunos na Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2023.

§ 1º - A **Rematrícula** é para os alunos que já estudam nas unidades escolas municipais e continuarão no próximo ano. Para efetuar o processo, é necessário que os pais ou responsáveis atualizem:

I – Comprovante de residência (fatura de energia);

II – Comprovante de vacinação do estudante;

III – Telefone para contato.

§ 2º - As **Matrículas** é para os novos alunos na rede municipal, admitidas nas unidades escolares de educação infantil e ensino fundamental I e II, conforme disponibilidade de vagas. Para efetuar a matricular, os pais ou responsáveis devem comparecer à escola que atenda a idade escolar do estudante, e entregar os seguintes documentos do aluno a ser matriculado:

- Cópia da Certidão de nascimento;

- Cópia do CPF (ou apenas número);

- Comprovante de vacinação;

- Cópia do Cartão SUS;

- Cópia do cartão Bolsa Família (se for beneficiário);

- Cópia do comprovante de residência (fatura de energia);

- Comprovante de escolaridade a partir do 1° ano do Ensino Fundamental.

§ 3º - Os Gestores das unidades educacional deverão entregar, na Secretaria Escolar de sua jurisdição, as rematrículas dos alunos até o dia 09/12/2022.

Art. 3º - A composição de turmas será organizada com base no número de alunos, por turma, conforme matrícula, e obedecerá:

I – Na **Educação Infantil**, com base na Resolução Normativa nº 002/2015-CEE-MTque recomenda o número de alunos por turmas, e considerando os espaços físicos das Unidades Escolares da rede municipal, o número mínimo, será:

Creche	a) Crianças de 6 meses a 1 ano	**06** (seis) alunos
	b) Crianças de 1 a 2 anos	**08** (oito) alunos
	c) Crianças de 2 a 3 anos	**10** (dez) alunos
	d) Crianças de 3 a 4 anos	**12** (doze) alunos
Pré-Escola	e) Crianças de 4 e 5 anos	**16** (dezesseis) alunos

II – No **Ensino Fundamental** regular de 9 anos (escolas urbanas e rurais):

a) Ensino Fundamental I	do 1º ao 5º ano	**20** (vinte) alunos
b) Ensino Fundamental II	do 6º ao 9º ano	**25** (vinte e cinco) alunos

III – **Educação de Jovens e Adultos** - EJA**:**

a) Ensino Fundamental I	I segmento (do 1º ao 5º ano)	**15** (quinze) alunos
b) Ensino Fundamental II	II segmento (do 6º ao 9º ano)	**20** (vinte) alunos

IV – **Salas Múltiplo *Anos*** (Unidades Escolares localizadas na zona rural)**,** constituirão turmas observando os seguintes critérios:

a) Ensino Fundamental I	(do 1º ao 5º ano) - até duas turmas	**20** (vinte) alunos
b) Ensino Fundamental I	(do 1º ao 5º ano) – acima de duas turmas	**15** (quinze) alunos
c) Ensino Fundamental II	(do 6º ao 9º ano) – até duas turmas	**20** (vinte) alunos
d) Ensino Fundamental II	(do 6º ao 9º ano) – acima de duas turmas	**15** (quinze) alunos

Parágrafo Único: Na educação infantil e ensino fundamental, para eventual divisão de turmas, deverá ser considerada a quantidade mínima multiplicada por dois, considerando a metragem das salas de aulas. Em hipótese alguma as escolas da rede municipal deverão autorizar abertura de turmas sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Em Unidade de Ensino Regular, a inclusão de estudantes PCD (Pessoas com Deficiência), desde que autorizados pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, dar-se-á:

I) Nas salas/classes regulares – dependendo do grau da deficiência, será incluso até **02 (dois)** estudantes PCDs para uma turma de 20 alunos, no máximo.

Art. 5º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, Direção da Unidade Escolar e Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE orientar, acompanhar e fiscalizar a composição de turmas, bem como a organização do Quadro de Pessoal e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 6º - Compete à Secretaria Municipal de Educação a aprovação do quadro e a autorização de abertura de turmas.

Art. 7º - Compete à direção da Unidade Escolar e à Secretaria Municipal de Educação acompanhar bimestralmente o número de alunos, conforme preceitua esta Portaria e proceder ajuste do Quadro de Pessoal da Escola, se for o caso.

Parágrafo Único– É de responsabilidade da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação realizar, quando necessário, a junção de turmas, sempre que os quantitativos não estiverem de acordo com o que estabelece esta Portaria.

Art. 8º - É obrigatória a matrícula na pré-escola, segunda etapa da Educação Infantil e primeira etapa da obrigatoriedade assegurada pelo inciso I do art. 208 da Constituição Federal, e pelo Art. 3º da Resolução do CNE/CEB nº 02/2018, de crianças que completam 4 (quatro) anos **até o dia 31 de março** do ano em que ocorrer a matrícula inicial.

Parágrafo Único: As crianças que completam 4 (quatro) anos de idade após o dia 31 de março devem ser matriculadas em creches, primeira etapa da Educação Infantil.

Art. 9º – É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar **até o dia 31 de março** do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e do Art. 4º da Resolução do CNE/CEB nº 02/2018.

Parágrafo Único: As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil, na etapa da pré-escola.

Art. 10 – As Unidades Escolares que não conseguirem compor as turmas, conforme prevê esta Portaria, a composição de turma ficará condicionada à análise e deferimento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação – SME.

Art. 12 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

IRLENE RENATA CANO DE BRITO

Secretária Municipal de Educação

Port. 002/2021

JACOB ANDRE BRINGSKEN

Prefeito

PORTARIA N. 459, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022

"DECLARA VACÂNCIA DE CARGO E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRE BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora **Irlene Renata Cano de Brito**, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 35, inciso VI da Lei Municipal nº 424/92;

Parágrafo Único - A vaga ocorrerá na data da posse em outro cargo de cumulação proibida, conforme Lei Municipal n° 424/92 artigo 38, inciso IV.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS do mês de NOVEMBRO DO ANO de dois mil E VINTE E DOIS.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 084/2022 PMVB

PREGÃO N. 084/2022 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO USADO, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 44 ATÉ 49 LUGARES, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2018, MOTORIZAÇÃO ACIMA DE 210CV, AR-CONDICIONADO, COM JANELAS E SEM BANHEIRO.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 21/11/2022.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 21/11/2022..

Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 110/2022

Contrato que entre si celebram o Município de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e o credenciado JAILSON FERREIRA DA SILVA 01601999135, ambos qualificados abaixo, onde se objetiva a prestação de serviços de Pedreiro, conforme credenciamento realizado, com vinculação ao Edital de Chamamento/Credenciamento N.º 002/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116029, SSP/MT, e do CPF 205.977.201-00, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, s/n, Bairro: Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, doravante denominado apenas de CREDENCIANTE e o CREDENCIADO: **credenciado JAILSON FERREIRA DA SILVA 01601999135, CNPJ: 22.100.698/0001-50,** domiciliado na Estrada Modesto Vicente da Silveira, Zona Rural do Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, CEP: 78.245-000, têm, entre si, justo e acertado o presente contrato administrativo de credenciamento, tendo em vista a homologação do processo de **CREDENCIAMENTO N.º 002/2022**, com base no que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como nos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato administrativo a contratação do **CREDENCIADO**, na condição de pessoa jurídica, para atuar como Pedreiro conforme planilha do setor de engenharia (em anexo), para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.

Subcláusula Primeira - Da Individualização do Serviço Contratado

O Setor de Engenharia através da C. I. nº. 38/2022, comunica o Setor de Licitações e Contratos quanto ao quantitativo de diárias necessárias para execução de 83 metros lineares de alambrado junto a divisa na Escola Municipal Vale do Guaporé localizado na Comunidade Ritinha Zona Rural.

Para a execução destes serviços estima-se uma quantidade de 89 (oitenta e nove) diárias. Totalizando o valor de R$ 13.350,00 (treze mil trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos vinculados às Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação

Unidade 03 – Departamento de Ensino Fundamental

2.0153 - Manutenção da Secretaria Mun. Educação

4.4.90.51.00 – Obras e Instalação

Ficha: 102/500

R$ 13.350,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados em decorrência do presente contrato se darão conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, constante no Termo de Referência vinculado a este processo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES DOS SERVIÇOS

Os serviços terão os seguintes valores nominais:

Pedreiro: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Parágrafo único. Nos preços computados neste contrato estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente contrato é de **R$ 13.350,00 (treze mil trezentos e cinquenta reais)**, sendo R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por diárias, até o limite estipulado no Plano de Trabalho redigido pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O valor do contrato será fixo e irreajustável por ter vigência inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

Para efeito de pagamento, o CONTRATADO encaminhará à Secretaria de Finanças, após cada período mensal de prestação de serviços, as respectivas Notas Fiscais/Faturas, acompanhadas do termo de prestação definitivo do serviço, a ser fornecido pelo Fiscal de Contrato.

§ 1.º Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de entrega das Notas Fiscais/Faturas no protocolo do órgão indicado no caput desta cláusula.

§ 2.º As Notas Fiscais/Faturas poderão ser retiradas diretamente no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT.

§ 3.º As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem incorreções.

§ 4.º O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente ou poupança em nome do CONTRATADO no Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato é de 89 (oitenta e nove) dias a contar de sua assinatura, com vigência estimada até o dia **19 de janeiro de 2023**, consoante definido no Plano de Trabalho em anexo para a localidade incumbida ao CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATADO se obriga a:

a) atender às solicitações da Secretaria de Obras deste Município, executando os serviços com presteza e eficiência;

b) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto do contrato, como transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

c) responsabilizar-se pelos danos causados em decorrência da má prestação de seus serviços, ainda que culposos;

d) manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, conforme previsto no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Para fiel execução do ajustado, o CONTRATANTE se obriga a:

a) expedir as ordens de prestação dos serviços;

b) efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente termo;

c) exercer a fiscalização da prestação dos serviços;

d) efetuar o pagamento ao CREDENCIADO de acordo com o estabelecido neste contrato;

e) fornecer ao CREDENCIADO todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;

f) nenhuma outra remuneração será devida ao CONTRATADO, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento, pois, além de ficar convencionado neste termo, pela própria natureza do contrato administrativo regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, não há relação de emprego entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é o da empreitada por preço estimado.

§ 1.º A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Fiscal nomeado pela **Portaria Nº. 429/2022**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato e determinará, se necessário, a regularização das falhas observadas.

§ 2.º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de prestação do serviço em desacordo com as especificações e disposições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, parcial ou total, de qualquer cláusula contida no presente contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1.º A inexecução parcial ou total do presente contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2.º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, por dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;

b) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao décimo.

§ 3.º O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço realizado com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo contrato, eventualmente existentes.

§ 4.º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§ 5.º Os dias não trabalhados serão descontados do pagamento do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

É vedado ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do objeto deste ajuste, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial a outrem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Esta avença poderá ser rescindida, na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado ainda que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) O Edital de CREDENCIAMENTO N.º 002/2022 e seus anexos;

b) A proposta assumida pelo CONTRATADO.

2. Aplicam-se às omissões deste ajuste as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1993 e das demais normas regulamentares pertinentes.

3. Fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade/MT para dirimir questões oriundas do presente contrato, dispensado qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 21 de outubro de 2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO **CONTRATANTE**	**JAILSON FERREIRA DA SILVA 01601999135** **CNPJ: 22.100.698/0001-50** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2._____
Nome: ADRIELLI MOREIRA DA SILVA	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 024.962.811-29	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 2.012.051-6 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 426/2022

De 07 de Novembro de 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Gratificação de FG 02 (dois) a servidora ANNA CAROLINA BACETO CASTRO, matrícula de nº 4318 lotado na Secretaria de Finanças no cargo de Fiscal Tributário conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 749/08.

Paragrafo único: a gratificação justifica-se pela execução dos trabalhos em horário noturnos e finais de semana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/11/2022.

Art. 3 º - Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

CUMPRA-SE

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 216/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2022 Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 971991

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 216/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 971991

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, para atender o Gabinete do Prefeito juntamente com as Secretarias Municipais de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Viação e Obras Públicas, Agricultura, Assistência Social, Cultura Desporto e Lazer e Planejamento.

REALIZAÇÃO: 21/11/2022

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 07 de Novembro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 425/2022

De 07 de Novembro de 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Gratificação de FG 02 (dois) ao servidor BRUNO ALVES GALDINO, matrícula de nº 4315 lotado na Secretaria de Finanças no cargo de Fiscal de Obras e Postura conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 749/08.

Paragrafo único: a gratificação justifica-se pela execução dos trabalhos em horário noturnos e finais de semana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/11/2022.

Art. 3 º - Revogam–se as disposições em contrário.

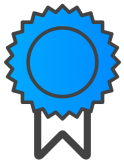
Gabinete do Prefeito Municipal.

CUMPRA-SE

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Nov 07 22:31:49 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)